

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

FILIPE MORENO HORTA

O PRESÍDIO POLÍTICO DA ILHA ANCHIETA (1931-1942):
COMUNISTAS, “INDESEJÁVEIS” E “TRABALHADORES” SOB SIGILO EM
UBATUBA

SÃO CARLOS

2020

Filipe Moreno Horta

**O PRESÍDIO POLÍTICO DA ILHA ANCHIETA (1931-1942):
COMUNISTAS, “INDESEJÁVEIS” E “TRABALHADORES” SOB SIGILO EM
UBATUBA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de Concentração: Estrutura social, poder e mobilidades

Orientador: Oswaldo M. S. Truzzi

São Carlos-SP

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Filipe Moreno Horta, realizada em 16/11/2020.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)

Profa. Dra. Marly de Almeida Gomes Vianna (USP)

Profa. Dra. Maíra Rocha Machado (FGV)

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCar)

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda (UFSCar)

Para a Ilha Anchieta, morada de muitos há tempos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares pelo apoio incondicional em todos os quesitos, suporte que permitiu que esta pesquisa fosse realizada: ao meu pai Isaias, minha mãe Claudine, meus irmãos Eduardo e Fernando, minha irmã Thatiana e ao cunhado Philip, muito obrigado! Ao Du e Fer, obrigado por compreenderem minha ausência desde o momento em que vocês nasceram, espero poder sempre repor todo esse tempo longe. À Thati, por ser uma irmã tão querida e parceira, pela sua motivação indispensável e amparo; ao Philip, que sempre estendeu a mão, a casa e a companhia, dando suporte também para essa pesquisa. Agradeço ao meu pai e à minha mãe por serem os maiores exemplos e por não terem medidos esforços para que este trabalho pudesse ser realizado, assim como toda minha formação.

Agradeço também aos meus avós Anita, Agnus e Dorinha pelo carinho incondicional e pelas experiências que me transmitiram nos últimos anos. Agradeço também aos meus primos Fábio, Lucas e Marina por todo o convívio e preocupação. À minha madrinha Julieta e ao meu padrinho Guto, nós dois de 2 de dezembro, por aquele abraço, o cuidado e interesse em meu trabalho desde sempre.

Fundamental foi a *Casa de Oração Caboclo Aimoré* e seus dirigentes Beto e Danimary por conduzirem essa segunda família que muito me auxilia há seis anos, essa corrente está sempre comigo. Ressalto também o papel que Lucas Totti e Bruno França tiveram em todo o meu processo. Aos guias, mentores e protetores, agradeço por toda sustentação e iluminação nessa jornada e também durante as pesquisas de campo e documentais - *Kaô Kabecilê!*

Ainda lá por Minas, agradeço aos amigos Alvaro, Arthur, Derek, Luis Filipe, Marcos, Paulo Fernando, Ranieri e Samuel – saudades e espero que possamos nos reencontrar em breve, todos.

No doutorado, Ana Beraldo, Carla, Evandro, Felipe Rangel, Matheus Caracho, João Paulo e Karina mostraram que reviver e redescobrir São Carlos era possível. Ainda baseado em Sanca, agradeço as amigadas de Domila e Thayla e por todo diálogo que atravessaram anos e distâncias.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFSCar), destacando o papel que os professores Rodrigo Constante Martins e Fábio Sanchez tiveram na coordenação e condução do Programa durante minha repassagem por São Carlos. Agradeço também a Silmaria Dionizio por toda atenção e resolução de dúvidas e questões, sendo um porto seguro para todas e todos discentes.

Saudações ao NaMargem-Núcleo de Pesquisas Urbanas, pelos processos de crescimento conjunto com toda marginália que passou por esse coletivo desde a sua formação em 2010, pelas trocas acadêmicas e os momentos também não tão acadêmicos. Indispensável mencionar cada um: Aline Barbosa, Ana Beraldo, André De Pieri, Daniel Ramos, Damien Roy, Deborah Fromm, Domila Pazzini, Evando Cruz, Evelyn Postigo, Frida Sofie Gregersen, Giordano Bertelli, Gregório Diniz, Henrique Takahashi, Isabela Vianna, Janaína Maldonado, José Douglas Silva, Josimar Priori, Leandro Oliveira, Leilane Matsushita, Liniker Giamarin, Luana Motta, Lucas Alves, Luciano Oliveira, Luiz Fernando Pereira, Mariana Martinez, Matheus Caracho, Matthew Aaron Richmond, Roselene Breda e Victor Albert.

Agradeço ao Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA) e a sua atual gestora, Priscila Saviolo, que transformou positivamente as condições daquela Unidade de Conservação nos últimos anos – agradecimento que estendo também à COTEC pela possibilidade de pesquisa e a Israel Luiz de Lima (IF/SMA). Grato também a todas e todos que compartilharam o campo, ajudando em cada detalhe para aquela pesquisa: Alex, Alessandro, Heitor, Nélio, Val, Zico por todo aprendizado e tudo que compartilharam; a Claudionor, Cristiane, Zaira, por todo apoio no dia a dia no arquivo morto e nas voltas para casa; Bidico e Luiz, por todos os cafés e fins de tarde que ajudavam a manter a concentração; Letícia, Lucas, Marcos, por toda a paciência com a logística; ao parceiro Elvis, que ouviu o que eu não conseguia mais ouvir e me levou aos diversos cantos daquela Ilha; e a querida amiga Marcela Lima Pedro, por toda a parceria nesses últimos anos e que muitos outros possam vir, obrigado! Grato também ao professor Leandro José de Andrade Cruz, pela generosidade e contato, assim como a jornalista Renata Takahashi pelas pontes criadas. Ainda pelas paisagens de Ubatuba e do Rio de Janeiro, agradeço ao pesquisador nato e sempre presente, que muito contribuiu em todo esse tempo compartilhando material de suas descobertas, o querido Arthur Nehrer.

Agradeço o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), a Marcelo Chaves e Marcelo Martins pelo interesse e auxílio para a qualificação da pesquisa. Grato especialmente a Alexandre Eymard e Márcia por todos os esclarecimentos indispensáveis e auxílios prestados para o trabalho pelos diversos fundos e acervos. Obrigado também a Alexandre, João e Tércio, pela paciência nas buscas das remissivas, prontuários e no compartilhamento de suas percepções sobre os documentos e buscas.

Agradeço também o Instituto Moreira Salles (IMS) pela atenção e autorização para reprodução de imagens pertencentes ao seu acervo para ilustração da presente tese acadêmica.

Com a minha chegada a São Paulo, o tenro acolhimento que recebi de David Marques, José Douglas, Marcos Roberto, Natalia Negretti e Nathalia Nakano foi primordial

para minha adaptação a nova cidade. Agradeço também à colega arqueóloga Rosivânia, por todas as trocas sobre a Ilha Anchieta.

Em relação ao andamento e conclusão desta tese, agradeço imensamente à banca de defesa do doutorado, as professoras Vera Cepêda, Maíra Machado, Marly Vianna e prof. Gabriel Feltran pelas valiosas leituras e críticas para o momento presente e futuro – além de compartilharem um importante momento, potente, simbólico e também de grande sintonia entre todas e todos nós. Vera e Gabriel, que também estiveram em minha banca de qualificação, duplo agradecimento, tentei trazer comigo as pertinentes sugestões e tentei atendê-las diante do novo cenário.

Em especial reverencio o meu orientador prof. Oswaldo Truzzi, que me concedeu liberdade e garantiu que este trabalho chegasse à sua conclusão através de diversos atos, mas também me permitindo ver pontos fundamentais para meu amadurecimento enquanto pesquisador e orientando. Garantia de minha permanência junto ao PPGS e sendo compreensivo e presente durante todo o processo, Oswaldo e eu, em nossas particularidades, semelhanças e diferenças, pudemos elaborar o presente trabalho que agora apresento.

E em termos de um doutorado e após alguns anos de formação e trajetória, de idas e vindas, fundamental foi o papel de Gabriel nos últimos onze anos, pela amizade e parceria, pela sinceridade, pelos alertas e por toda orientação; agradeço à Luiz (*em lembrança*) por tudo que me mostrou; agradeço a Frédéric, Paulo Augusto Franco, Fernando Modelli e Kaio Felipe, pelos gestos que me marcaram; agradeço a Carolina Ferraz, por todo o apoio; agradeço também e sempre com pedidos desculpas a querida amiga Adriana Aidar, que bons ventos venham até nós nos novos projetos; e por fim, agradeço a Matheus Horta por permanecer ao meu lado nas últimas três décadas – palavras serão sempre insuficientes.

Continuarei este diário de quando em quando. É certo que posso não ter ocasião de transmiti-lo ao mundo, mas não deixarei de o tentar. No último momento meterei o manuscrito numa garrafa e lançá-la-ei ao mar. Deu-se um incidente que me forneceu novos motivos de reflexão. Será tudo isto obra de um desordenado Acaso? [...] Se tremi ante a tempestade que até agora nos acompanhou, não deveria ficar horrorizado perante a adversidade do vento e do oceano, que as palavras tornado e simum se tornam banais e ineficazes para descrever? Tudo o que se encontra na imediata proximidade do navio é a escuridão da noite eterna e um caos de água sem espuma; mas, cerca de uma légua para um e outro bordo, podem ver-se, indistintamente e de quando em quando, enormes baluartes de gelo, que se erguem ao longe contra o céu desolado, semelhantes às muralhas do universo. Conforme imaginei, prova-se que o navio está sob a acção de uma corrente, se é que assim se pode apelar uma maré que, gemendo e uivando através da brancura do gelo, troveja para sul com uma velocidade semelhante à impetuosa precipitação de uma catarata. Creio ser totalmente impossível transmitir o horror das minhas sensações; porém, a curiosidade de penetrar os mistérios destas horríveis regiões prevalece mesmo sobre o meu desespero e reconcilia-me com o aspecto mais hediondo da morte. Torna-se evidente que corremos ao encontro de qualquer revelação emocionante: algum segredo que nunca será transmitido, descoberta é o termo da vida.

Edgar Allan Poe, *Manuscrito Encontrado Numa Garrafa*, 1833.

RESUMO

O objetivo desta tese foi investigar o período histórico de 1931 a 1942 do atual Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA), quando lá operou o Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934), a Colônia Correcional da Ilha Anchieta (1934-1939) e o Presídio Político da Ilha Anchieta (1939-1942). Por se tratar da primeira pesquisa acadêmica sobre o período mencionado, foi objetivo primário descrever densa e criticamente as informações que os documentos indicam, dentro das possibilidades materiais das múltiplas fontes consultadas. Enquanto objetivo secundário foi investigado o perfil dos transferidos para tal instituição de encarceramento para compreender que papéis a instituição desempenhou no múltiplo contexto social e político do estado de São Paulo durante o recorte e os acontecimentos cotidianos que envolveram toda aquela população: “detentos”, funcionários civis, militares da Força Pública e os respectivos familiares. Após a investigação foi possível determinar que o Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934) recebeu, no mínimo, vinte e cinco (25) detidos nacionais e estrangeiros por atividades políticas e dentre eles constam importantes membros do Partido Comunista do Brasil (PCB), assim como o secretário da União dos Operários em Fabricas de Tecidos (UOFT), então maior associação sindical no estado. Pude identificar também casos de brasileiros detidos na Ilha dos Porcos que, logo em seguida, foram deportados para fora das fronteiras nacionais, a partir dos estados de Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Foi revelado ainda que, pelo menos entre setembro de 1934 a janeiro de 1936, a Colônia foi ilegalmente reativada: além de não possuir regulamento e decreto dando a sua criação, funcionou sob “sigilo” em relação a uma parcela dos civis lá detidos perante o Judiciário, o Executivo e mesmo de parte da própria polícia paulista, em momento que o país já estava sob o regime democrático da Constituição de 1934. Para o terceiro momento de Presídio Político foi possível identificar detidos sob justificativa do “estado de emergência” e da “manutenção da ordem pública”, denúncias de trabalho forçado, a presença de militares filiados a Ação Integralista Brasileira (AIB) servindo no destacamento da Força Pública e o aumento do número de mortes no início da década de 1940, o que pode ter acelerado o processo de transformação daquele espaço em Instituto Correcional da Ilha Anchieta (ICIA) em 1942. Neste período a ilha não recebeu apenas comunistas, integralistas e todas categorias de detidos correcionais, mas também “dementes” e “mendigos”. Assim, argumento que a Ilha Anchieta foi a instituição de confinamento de máxima exceção no estado de São Paulo, desempenhando a função de “válvula de escape para os casos insolúveis”, a partir das ações policiais que praticavam um “serviço de saneamento” e “profilaxia social” no meio urbano de São Paulo e Santos. Para tal, esta pesquisa vale-se, como fonte explorada de forma pioneira, do arquivo do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA) e de distintos acervos já conhecidos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), principalmente o do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e da Academia de Polícia Civil (Acadepol). Somam-se em segundo plano a pesquisa de jornais da época a partir da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), a pesquisa sobre a legislação estadual no acervo histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e a pesquisa no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP), a partir do acervo da Imprensa Oficial estadual.

Palavras-chave: Comunismo. Correcional. Era Vargas. Ilha Anchieta. Ilha dos Porcos. Presídio Político. Ubatuba-SP.

ABSTRACT

This thesis aimed to investigate the historical period between the years 1931 and 1942 of the current Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA), when was in place the Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934), the Colônia Correccional da Ilha Anchieta (1934-1939) and the Presídio Político da Ilha Anchieta (1939-1942). As this is the first academic research about the above mentioned period, the primary purpose was to describe, in a detailed and critical manner, the pieces of information identified by the documents, within the material possibilities of the multiple sources consulted. The secondary purpose was to investigate the profile of the individuals transferred to these incarceration institution to comprehend the role of the same institution at the multiple social and political context of São Paulo state during the historical period and the daily events that involved that entire population: detainees, civil servants, militaries from Força Pública and their respective relatives. After the investigation, it was possible to determine that the Presidio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934) received at least twenty-five (25) national and foreign detainees for political activities and among them are important members of the Partido Comunista do Brazil (PCB), as well as the secretary of the União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), the largest union in the state at that time. It was also possible to identify cases of Brazilians detained in Ilha dos Porcos who, shortly afterward, were deported outside national borders, from the states of Matto Grosso and Rio Grande do Sul. It was also revealed that, at least between September 1934 and January 1936, the Colony was illegally reactivated: without regulation and an ordinance from the government, it worked under “secrecy” in portion of the civilians detained there before the Judiciary, the Executive and even part of the São Paulo police itself at a time when Brazil was already under the democratic regimen of the 1934 Constitution. For the third period, from 1939-1942, the moment of the political prison, it was possible to identify detainees that were arrested under the justification of “estado de emergência” [state of emergency] and “manutenção da ordem pública” [Maintenance of public order], reports of forced labor, the presence of military personnel affiliated to Ação Integralista Brasileira (AIB) serving in the deployment of Força Pública and the increase in the number of deaths in the early 1940s, which may have accelerated the process of transforming that space into the Instituto Correccional da Ilha Anchieta (ICIA) in 1942. During this period the island not only received communists, integralists and all categories of detainees but also “dementes” [person with dementia] and “mendigos” [beggar]. Thus, I argue that Ilha Anchieta was the institution of maximum confinement in the state of São Paulo, playing the role of “válvula de escapamento para casos insolúveis” [exhaust valve for insoluble cases] based on police actions that practiced a “serviço de saneamento” [sanitation service] and “profilaxia social” [social prophylaxis] in the urban environment of São Paulo and Santos. To this end, this research explores, in a pioneering way, the archive of the Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA) and different collections already known from the Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), mainly that of the Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) and of the Academia de Polícia Civil (Acadepol). In addition, the research for newspapers of that time from the Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) from Fundação Biblioteca Nacional (FBN), in addition to the research on state legislation in the historical collection of the Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) and research in the Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP), based on the archives from Imprensa Oficial.

Keywords: Communism. Correctional. Era Vargas. Ilha Anchieta. Ilha dos Porcos. Political Prison. Ubatuba-SP

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fotos dos documentos: provavelmente do final da década de 1970.....	63
Figura 2 - Arquivo morto do PEIA - 2011 e 2017	64
Figura 3 - “Diversos documentos do ano de 1.933, Instituto Correccional da Ilha Anchieta” ..	67
Figura 4 - Livro com entradas e saídas para 1933 e 1938	68
Figura 5 - “Fotografia parcial de uma das salas ocupadas como arquivo, destinada a mostrar os danos” (1952).....	71
Figura 6 - Prontuário de Eduardo Braz da Silva.....	74
Figura 7 - Ofícios de 1932, caixa 516, 2 volumes	75
Figura 8 - Foto de Pedro Flores	81
Figura 9 - Assinaturas de Franklin Conte	85
Figura 10 - Ficha de adesão do pintor Angelo Moura ao Partido Communista do Brazil, 1932	88
Figura 11 - Papel timbrado da Delegacia Revolucionaria de Ordem Política e Social	101
Figura 12 - Organograma da Secretaria de Segurança Pública de 05-12-1930 a 30-07-1931	103
Figura 13 - Tenentistas na Interventoria em São Paulo – 1931.....	106
Figura 14 - Fotografia de vistoria de Altino Arantes (1919).....	108
Figura 15 - A então Colônia Correccional Porto das Palmas ou Ilha dos Porcos, 1910	109
Figura 16 - Configuração aproximada e fora de escala do Presídio Político e Colônia Correccional (1931-1938)	111
Figura 17 - Presídio Político da Ilha dos Porcos e seu jardim, 1932.....	111
Figura 18 - Prédio da administração do Presídio Político e da Colônia Correccional com suas prováveis seções	112
Figura 19 - Fotografia de Victor Garcia	121
Figura 20 - Foto de João Freire de Oliveira	127
Figura 21 - Revista <i>A Noite Ilustrada</i> : “Levante dos presidiarios da Ilha dos Porcos” (14-03-1933).....	139
Figura 22 - Primeira notícia de reabertura do presidio da Ilha dos Porcos, dezembro/1932..	140
Figura 23 - Presídio Político da Ilha dos Porcos, 1933	143
Figura 24 - Termo de Declarações de João Antonio de Barros Valente	159
Figura 25 - Foto de João Antonio de Barros Valente	161
Figura 26 - Rua da Liberdade, 1937 – bonde para Villa Mariana	162
Figura 27 - Entrada de Camilo Pree	163
Figura 28 - Foto de Olivaes Fontoura da Silva.....	164
Figura 29 - Foto de Roberto Morena	172
Figura 30 - Informes da prisão de Juvenal Soares, uma detenção e duas datas	180
Figura 31 - Informes da prisão de Mario Rodrigues, uma detenção e duas datas	181
Figura 32 - Fotografia de Adalpheu Silveira	183
Figura 33 - Foto de Fernando Parra.....	184
Figura 34 - Comunicação da Delegacia de Ordem Política solicitando transferência para a Ilha dos Porcos	186
Figura 35 - Entrada de “comunistas” no Presídio Político da Ilha dos Porcos (07-05-1933)	187
Figura 36 - Mapa com localização da Avenida Leopoldina (vermelha) e da Delegacia de Ordem Social (verde)	189
Figura 37 - Membros da "Escola de Capacitação Communista"	191
Figura 38 - Fotografia de Pedro Benis.....	192
Figura 39 - Largo da Sé, 1912	192
Figura 40 - Praça da Sé, 1940.....	193

Figura 41- Ofício da Delegacia Regional informando escolta seis detidos na “Escola de Capacitação”.....	194
Figura 42 - Foto de Alfredo Soares	197
Figura 43 - “agitadores presos na alfaiataria da rua Rodrigues dos Santos”, 12-09-1933	200
Figura 44 - Fotografia de Santos Massafra Barros, 09-09-1933.....	204
Figura 45 - Foto de Juvenal Soares	205
Figura 46 - Exemplo de “Typographia” do Partido Comunista onde imprimiam o jornal “A Classe Operaria”, na Avenida Celso Garcia, São Paulo, agosto de 1932	207
Figura 47 - Mimeógrafo apreendido no quintal de Luiz Cyrillo	208
Figura 48 - Foto de Angelo Moura.....	208
Figura 49 - Avenida São João com Rua Vitória (1929)	210
Figura 50 - Foto de Moysés Bernardo Drelichaman	211
Figura 51 - Foto de Henrique Covré.....	212
Figura 52 - Foto de Elviro dos Santos Paula	213
Figura 53 - Foto de Alvaro José de Souza Abreu.....	215
Figura 54 - Notícia da prisão de communistas em outubro.....	218
Figura 55 - Entrada de Alfredo, Juvenal e Santos na Ilha dos Porcos: 06-10-1933.....	219
Figura 56 - Entrada de Angelo, Alvaro, Elviro, Henrique, Pedro e provavelmente Moysés: 05-11-1933.....	219
Figura 57 - Edifício Eugênio Gazeau, residência de José Basilio de Almeida	223
Figura 58 - As ruas de São Paulo e a estética da tristeza	255
Figura 59 - Notícia da prisão de Thomas, por portar duas cordas.....	256
Figura 60 - Delegacia de Costumes e o saneamento moral de Santos	260
Figura 61 - Pavilhão “Serviço de Saúde” (1939), antiga enfermaria reformada em 1934	274
Figura 62 - Municipal Hotel (esq.) e Ed. Martinelli (dir.).....	278
Figura 63 - Ofício reservado de Euzébio Egas Botelho, delegado de Repressão à Vadiagem, 24-07-1934	280
Figura 64 - Foto de João Benitez Junior.....	285
Figura 65 - Pedro Cápua, “O Leão da Noite”	288
Figura 66 - Foto de Pedro de Alcantara Carvalho de Oliveira	291
Figura 67 - Ilha Anchieta e localização da Enseada e da Praia Grande	294
Figura 68 - Ubatuba em 1930.....	294
Figura 69 - “Visto em correição Ilha Anchieta, 30-7-935 o juiz de direito Joaquim de Sylos Cintra.....	300
Figura 70 - Comunicação do delegado Pedro de Alcantara, 11-12-1935.....	302
Figura 71 - José Ferreira, “trabalhador” enviado pela Delegacia Regional de Santos.....	304
Figura 72 - José Carlos, “trabalhador” enviado pela Delegacia Regional de Santos	304
Figura 73 - Em “guerra”, Delegacia Regional deteve 30 “malandros” em uma só noite.....	305
Figura 74 - “O ofício n. 2085 está com o Dr. Delegado Regional”, 1933.....	311
Figura 75 - “Demitido, o director recusou-se a deixar o cargo!”	313
Figura 76 - Fotografias de Arthur Leite, Carvalho Franco, Bráulio de Mendonça e Eusébio Egas	320
Figura 77 - Reportagem do Correio de S. Paulo.....	331
Figura 78 - Elza e a Ilha Anchieta	334
Figura 79 - “Correcionaes” ajoelhados durante a missa e a bandeira nacional ao fundo, Ilha Anchieta, out. 1937	338
Figura 80 - Foto pós junho de 1939.....	340
Figura 81 - “A Ilha Anchieta já figura no orçamento como Colônia”, 1938	343
Figura 82 - R. A. Loureiro, arrendatário do Grande Hotel Massa.....	346

Figura 83 - Interventor Olegário Maciel (ao centro), general Augusto Inácio e seu filho, capitão Dulcídio (ao canto esquerdo), 12-10-1931, Três Corações/MG.....	347
Figura 84 - Anúncio de Rosalvo Alves Loureiro em MG e coincidentemente um ponto comercial na mesma Rua 7 de Setembro cujo um dos sócios leva o sobrenome Loureiro (1923)	348
Figura 85 - Livro de registros: o traço faz a divisão das entradas de 1933 para a de 1938....	362
Figura 86 - Delegados regionais de Santos (1930-1943)	363
Figura 87 - Pavilhão da Administração após obras de expansão, planta de 15-06-1939	365
Figura 88 - Comprimidos a base de sais de quinina; Serviço de Medicamentos Oficiais.....	369
Figura 89 - Interventor Adhemar de Barros, militares da Força Pública e civis detidos do Presídio Político da Ilha Anchieta	377
Figura 90 - Fotografias da Olaria do Serviço de Engenharia Ilha Anchieta.....	381
Figura 91 - Exemplo de um tijolo fabricado pelo Serviço de Engenharia - Ilha Anchieta	381
Figura 92 - Chácara do Presídio Político da Ilha Anchieta	386
Figura 93 - “Cosinha Central” do Presídio Político da Ilha Anchieta.....	387
Figura 94 - Pescaria no Presídio Político da Ilha Anchieta	388
Figura 95 - Pavilhão da Rouparia (1939)	389
Figura 96 - Crianças e profa. Ruth no Presídio Político da Ilha Anchieta	392
Figura 97 - Anauê! Plínio Salgado e a “saudação integralista”.....	402
Figura 98 - “O grande industrial Commendador Sabbado D'Angelo, o Rei do Fumo de São Paulo”	407
Figura 99 - Vicente Noce em almoço de homenagem a Mussolini com o cônsul fascista e o comandante da 2ª RM	408
Figura 100 - Rua da Liberdade, 1937 – ao fundo o então Largo da Liberdade.....	410
Figura 101 - Ten. Hely Câmara, D. Paulo de Tarso Campos e Pedro Freire Gomes na Ilha Anchieta, out. 1937	415
Figura 102 - Fotografia de Johannes Beil.....	427
Figura 103 - Foto de Johannes Beil na escola em Ubatumirim entre 1938/1939.....	428
Figura 104 - Após as expansões na década de 1940, a Colônia Agrícola da Ilha Anchieta, 1953.....	443

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comunicações (enviadas, recebidas) e outros documentos presentes no PEIA para 1931-1942.....	66
Gráfico 2 - Comunicações totais preservadas no PEIA e ofícios da Delegacia Regional de Santos sobre a ilha.....	79
Gráfico 3 - Parcial de entradas e saídas por mês (dez. 1932 a mai. 1934) pelo <i>livro de registro</i>	148
Gráfico 4 - Comparativo proporcional entre entradas e enviados para a estrada, recorte pela nacionalidade.....	154
Gráfico 5 - Comparativo proporcional entre entradas e enviados para a estrada, recorte pelo "Sabe ler e escrever?"	155
Gráfico 6 - Comparativo proporcional entre entradas e enviados para a estrada, recorte pela "côr"	155
Gráfico 7 - Comparativo proporcional entre entradas e enviados para a estrada, recorte pela "edad"	156
Gráfico 8 - Menções a Ilha dos Porcos/Ilha Anchieta em quatro jornais paulistanos (A Gazeta, Correio Paulistano, Correio de S. Paulo e Diário Nacional) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo	265
Gráfico 9 - Estimativa de radiotelegramas enviados, preservados e perdidos em 1935	310
Gráfico 10 - Volumes despachados para a Ilha Anchieta por semestre (1935-1937)	334
Gráfico 11- Oscilação do número de civis detidos na Ilha Anchieta (1932-1940)	435
Gráfico 12 - Mortes identificadas de civis detidos na Ilha Anchieta (1931-1942).....	436

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Presídios políticos e as delegacias de Ordem Social e Política (1931-1939).....	24
Mapa 2 - Atividade de "campana" sobre Mario Palermo, de sua casa (v) até sede da célula do Brás (azul)	203
Mapa 3 - Endereço de residências de detidos políticos que passaram pela Ilha dos Porcos (1931-1934).....	226
Mapa 4 - Endereço de prisões efetuadas sobre os detidos políticos da Ilha dos Porcos (1931-1934).....	227

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Histórico das instituições prisionais na Ilha Anchieta, Ubatuba-SP	62
Tabela 2 - Descrição geral dos documentos por ano	65
Tabela 3 - Ofícios da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP)	75
Tabela 4 - Ofícios da Delegacia Regional de Santos que mencionam a Ilha dos Porcos/Anchieta (Acadepol/APESP).....	75
Tabela 5 - Documentos de interesse: ano, órgão produtor, conteúdo e localização no APESP	77
Tabela 6 - Produção de documentos que mencionam Pedro Flores (1911-1952).....	80
Tabela 7 - Idades declaradas e calculadas de Franklin Conte	84
Tabela 8 - Parte dos cargos reorganizados pelo general Miguel Costa em 10 de dezembro de 1930.....	103
Tabela 9 - Cargos, salários e orçamento para pagamento de pessoal - Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931).....	114
Tabela 10 - Tabela orçamentária (1907-1942)	116
Tabela 11 - Lista parcial de entradas em 1931 no Presídio Político da Ilha dos Porcos	119
Tabela 12 - Fugas identificadas na Ilha dos Porcos (1931-1933).....	124
Tabela 13 - Comunistas aprisionados na Ilha dos Porcos em 1933 e suas passagens anteriores pela 4ª Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal.....	133
Tabela 14 - Datas de “averiguação de comunista” encontradas para Julio, Camilo e João (1932).....	161
Tabela 15 - Idades de Camillo Preé.....	164
Tabela 16 - Nomes de “comunistas” e datas de entrada no Presídio Político da Ilha dos Porcos	170
Tabela 17 - “Comitê Anti-Guerreiro. Comissão Executiva, 20-2-933”	175
Tabela 18 - Entrada de “comunistas” no Presídio Político da Ilha dos Porcos (26-08-1933)	188
Tabela 19 - Detidos na "Escola de Capacitação Comunista" em 29-07-1933	190
Tabela 20 - Dados sobre os detidos na "Escola de Capacitação Comunista" e remetidos a Ilha dos Porcos	194
Tabela 21 - Nomes de “comunistas” e datas de entrada no Presídio Político da Ilha dos Porcos	196
Tabela 22 - Nomes informados no relatório de Luis Apolonio.....	197
Tabela 23 - Cronologia de "comunistas" da Ilha dos Porcos que foram detidos na capital entre setembro e outubro de 1933	220
Tabela 24 - Nº de passagens e dias dos "comunistas" detidos na Ilha dos Porcos.....	224
Tabela 25 - Perfil dos "comunistas" detidos na Ilha dos Porcos	224
Tabela 26 - Ordens de passagem por presídios dos detidos políticos da Ilha dos Porcos (1931-1934).....	229
Tabela 27 - Saídas dos “comunistas” do Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934)	230
Tabela 28 - Últimas saídas da Ilha dos Porcos e os desfechos	233
Tabela 29 - Desfecho dos detidos na Ilha dos Porcos em 1933/1934	239
Tabela 30 - “O delegado de Repressão á Vadiagem trabalha...” processados pela delegacia especializada entre janeiro a setembro, 1934	281
Tabela 31 - Histórico parcial dos citados em 1934 com passagem pela Ilha dos Porcos em 1933	281
Tabela 32 - Detidos enviados para a Ilha Anchieta para servirem de “trabalhadores” em 11 de dezembro de 1935	302
Tabela 33 - Tabela orçamentária (1931-1942), com dois apontamentos adicionais	327

Tabela 34 - Transferências de funcionários da Ilha Anchieta - ato de 11 de agosto de 1936	332
Tabela 35 - Volumes despachados para a Ilha Anchieta (1935-1937)	333
Tabela 36 - Lista de diretores e subdiretores (1931-1942)	340
Tabela 37 - Familiares de Noginel Moura Pegado, 1940	369
Tabela 38 - Alguns cargos e salários comparativos entre o Presídio da Capital e a Colônia Correcional	393
Tabela 39 - Diferença salarial de funcionários civil oficialmente contratados em maio de 1939, mas “que já vêm prestando serviços”	395
Tabela 40 - Militares integralistas confirmados, funcionários civis apontados e um funcionário descendente alemão em caso atípico (1931-1942)	403
Tabela 41 - Cronologia da relação diplomática entre o Brasil e países do "Eixo" em 1942	414
Tabela 42 - Cronologia da extinção da Ação Integralista Brasileira (AIB) ao exílio de Plínio Salgado	424
Tabela 43 - Carimbos no verso do <i>Ofício n.º 3770</i> , expedido pelo Gabinete de Investigações em 11-02-1942	438
Tabela 44 - Cronologia de eventos e criação do Instituto Correcional da Ilha Anchieta –ICIA (1942)	439
Tabela 45 - Decreto n.º 13.182, 12-01-1943 – Regulamento do Instituto Correcional da Ilha Anchieta	441
Tabela 46 - Livro de registros (1933) - Nacionalidade	463
Tabela 47 - Livro de registros (1933) - Países	463
Tabela 48 - Livro de registros (1933) - Estados nacionais	463
Tabela 49 - Livro de registros (1933) - Idade	464
Tabela 50 - Livro de registros (1933) - "Côr"	464
Tabela 51 - Livro de registros (1933) - "Sabe ler e escrever?"	464
Tabela 52 - Livro de registros (1933) - Estado civil	464
Tabela 53 - Livro de registros (1933) - Com "profissão" ou "sem profissão"	465
Tabela 54 - Livro de registros (1933) - Lista de profissões	465
Tabela 55 - Livro de registros (1933) - Procedência	466
Tabela 56 - Livro de registros (1933) - Pena imposta	466
Tabela 57 - Livro de registros (1933) - Tempo na Ilha	466

LISTA DE SIGLAS

Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra” - Acadepol

Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP

Batalhão de Caçadores da Força Pública – BC

Brigada Militar do Rio Grande do Sul – BMRS

Colônia Agrícola da Ilha Anchieta – CAIA

Colônia Correccional da Ilha Anchieta - CCIA

Colônia Correccional de Dois Rios - CCDR

Delegacia Especial de Segurança Política e Social - DESPS

Departamento Estadual de Ordem Política e Social – DEOPS

Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS

Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOSP

Federação Operária de S. Paulo – FOSP

Federação Syndical Regional de S. Paulo - FSRSP

Força Pública do Estado de São Paulo – FPSP

Gabinete de Investigações - GI

Instituto Correccional da Ilha Anchieta – ICIA

Juventude Communista – JC

Partido Communista do Brazil – PCB

Partido Constitucionalista - PC

Partido Democrático – PD

Partido Republicano Paulista - PRP

Presídio Político da Ilha Anchieta - PPIA

Presídio Político da Ilha dos Porcos – PPIP

Parque Estadual da Ilha Anchieta – PEIA

Repartição Central de Polícia – RCP

Secretaria da Segurança Pública – SSP

Serviço de Engenharia da Força Policial – SEFP

Socorro Vermelho Internacional – SVI; MOPR [em russo]

Superintendência de Ordem Política e Social - SOPS

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP

Tribunal de Segurança Nacional- TSN

LISTA DE MORTOS¹

Civis detidos (18)

Sem nome mencionado (1), morto durante o “levante” de 14-03-1933

Sem nome mencionado (2), morto durante o “levante” de 14-03-1933

Sem nome mencionado (3), morto durante o “levante” de 14-03-1933

Antonio Perrone (RG 89.343), “enterite-tuberculosa”, às 3 horas, 02-06-1942

Antonio dos Santos Monteiro, “bronco-pneumonia”, às 23 horas, 28-03-1933

Arthur Benedicto Savoy, “afogado”, 29-05-1933

Jeremias Nascimento Fontão, sem informação, 23-10-1939

Jorge Corrêa, sem informação, faleceu após sua segunda entrada na ilha, 10-05-1939;

José Annatucci, sem informação, 27-08-1939

José Carlos Pinheiro, “syncope cardíaca”, 1936

José Rex, fuzilado após ser capturado durante fuga, setembro de 1931;

José Amaral ou José Silvestre (RG 248.363), sem informação, às 19h50min., 21-04-1942

Manoel José Torres (RG 279.351), sem informação, 27-05-1942

Marcelino Escobar de Brito, “desaparecido” e “afogamento”, 30-05-1940

¹ Há ainda o caso de **Romeu Romão** (RG 706.203), falecido em Ubatuba, 19 dias após ser libertado, sem informação, 08-04-1942.

Melchiades Reis Alves, “desaparecido” e “afogamento”, 05-10-1939

Oscar Macedo (RG 679.408), “pneumonia dupla”, às 16 horas, 17-06-1942

Pedro Camilo Ribeiro (RG 226.670), não informado, à 01h30min., 19-05-1942

Sylvio Francisco, “enterite-tuberculosa”, às 13 horas, 27-03-1942

Funcionário (1)

Nelson Teixeira, vigilante, “deixando viúva e três filhos”, 15-07-1940



Militares (3)

Sem nome mencionado (1), morto durante o “levante” de 14-03-1933

Sem nome mencionado (2), morto durante o “levante” de 14-03-1933

Cabo João Neves, “repentinamente cidade Ubatuba”, 17-06-1934

LISTA DE DETIDOS POR ATIVIDADE POLÍTICA (1931-1933)*

NOME	PAPÉIS ATRIBUÍDOS
1 Adalpheu Silveira	Comitê da Frente Anti-Guerreira em Santos – ao todo, permaneceu mais de 7 meses detido na ilha
2 Alfredo Soares ²	Enviado pelo Comitê Central, reorganizava a célula do Brás – permaneceu 4 meses detido na ilha
3 Alvaro José de Souza Abreu ³	Enviado pelo Comitê Central, membro do Comitê Regional no segundo semestre de 1933 – permaneceu pouco mais de 3 meses detido na ilha
4 Angelo Moura ⁴	1º Secretário da Comissão Executiva do Comitê de Frente Única Anti-Guerreira; Apontado como responsável por organizar diversas células em fábricas – permaneceu pouco mais de 1 mês detido na ilha
5 Camilo Prée ⁵	Ligado a diversos sindicatos e ao Centro Espanhol – permaneceu mais de 4 meses detido na ilha
6 Eduardo Braz da Silva ⁶	Dirigente da Escola de Capacitação Comunista – permaneceu mais de 4 meses detido na ilha
7 Elviro Santos de Paula	Dirigente da Juventude Comunista – permaneceu quase 3 meses detido na ilha
8 Estevam Lozano Carrasco 	Membro da célula do Pari/Canindé – ao todo, permaneceu mais de 6 meses detido na ilha
9 Fernando Parra 	1º Secretário da União dos Operários em Fabricas de Tecidos (UOFT) – ao todo, permaneceu mais de 6 meses detido na ilha
10 Henrique Covré ⁷	Membro do PCB desde a década de 1920/ Foi secretário do PCB em São Paulo/Membro do Comitê Regional no segundo semestre de 1933 – permaneceu pouco mais de 3 meses detido na ilha
11 João Antonio Barros Valente ⁸	Secretário da Juventude Comunista de Santos – ao todo, permaneceu mais de 3 meses detido na ilha
12 Joaquim Tenório das Neves ⁹	Detido na Escola de Capacitação Comunista – permaneceu mais de 4 meses detido na ilha
13 João Freire de Oliveira ¹⁰	Membro do PCB desde a década de 1920, editor de jornal anarquista e líder de sindicato, foi considerado “Leader do PC em Santos” – permaneceu quase 2 meses detido na ilha em 1932

² É citado por Álvaro Andreucci (2006) e Marcos Tarcísio Florindo (2012), mas não é mencionada a passagem pela Ilha dos Porcos.

³ É citado por Marcos Tarcísio Florindo (2007) e Livia Rangel (2019) como “Alvaro Paes Leme”, mas sem menção a passagem pela Ilha dos Porcos.

⁴ É citado por Regina Célia Pedroso (2005), mas não é mencionada a passagem pela Ilha dos Porcos.

⁵ É citado por Rodrigo Rodrigues Tavares (2001), mas sem menção a sua passagem pela Ilha dos Porcos. No prontuário de Camilo há apenas um documento que menciona sua chegada a São Paulo, vindo da ilha. As demais informações de Camilo constam em ofícios da Delegacia Regional de Santos e arquivo do PEIA.




⁶ É citado por Marcos Tarcísio Florindo (2012), assim como todos os demais detidos na “Escola de Capacitação Comunista”, mas não é mencionada a passagem pela Ilha dos Porcos.

⁷ É citado por Fernanda Torres Magalhães (2008), mas não é mencionada a passagem pela Ilha dos Porcos. É citado por Emiliana Andréo da Silva (2001), com menção a passagem. Porém há um pequeno equívoco. Emiliana (2001, p. 127) diz que “dali [Presídio Maria Zélia, abril de 1937] foi transferido para o Presídio Político da Ilha dos Porcos” – porém, Henrique tem passagem confirmada apenas em 1933, sendo que em 1937 já estava em operação a Colônia Correccional da já rebatizada Ilha Anchieta.

⁸ É citado por Rodrigo Rodrigues Tavares (2001), com curta menção a passagem pela Ilha dos Porcos.

⁹ É citado como “João Pereira” por Marcos Tarcísio Florindo (2012), assim como todos os demais detidos na “Escola de Capacitação Comunista”, mas não é mencionada a passagem pela Ilha dos Porcos.

¹⁰ É citado por Fernando Teixeira da Silva (2000), Maria Luiza Tucci Carneiro (2002, 2014), Rodrigo Rodrigues Tavares (2001, 2007) e sem menção a sua passagem pela Ilha dos Porcos. No prontuário de João não há informação

14	José Fonseca ¹¹		Detido na Escola de Capacitação Comunista/“Velho comunista do Norte” – ao todo, permaneceu mais de 3 meses detido na ilha
15	Juvenal Soares		Membro do “Secretariado” de São Paulo/Secretário da Juventude Comunista de São Paulo – permaneceu 4 meses detido na ilha
16	Marcello Jose de Campos ¹²		Detido na Escola de Capacitação Comunista
17	Mario Rodrigues		Membro do PCB e de célula da Mooca em 1932/Membro do “Secretariado” ¹³
18	Moyses Bernardo Drelichman		Agente comunista internacional – permaneceu quase 3 meses detido na ilha
19	Nery Zamora ¹⁴		Escola de Capacitação/“Agente de ligação” (SP, RS e RJ)
20	Olivaes Fontoura da Silva ¹⁵		Detido como comunista, era ligado ao sindicato dos padeiros de Santos
21	Pedro Benis ¹⁶		Detido em comício na Sé – ao todo, permaneceu mais de 3 meses detido na ilha
22	Roberto Morena ¹⁷		Membro do PCB desde a década de 1920 / Esteve em Moscou em 1931/No primeiro semestre de 1933: “Leader do PC em S. Paulo”, membro do “Secretariado”, representante da Federação Sindical Regional, dirigente do Comitê de Frente Única Anti-Guerreira – ao todo, permaneceu mais de 7 meses detido na Ilha dos Porcos
23	Santos Massafra Barros ¹⁸		Responsável por receber e distribuir o jornal do PCB, “A Classe Operaria” em São Paulo – permaneceu mais de 3 meses detido na ilha
24	Victor Garcia ¹⁹		Membro da União Beneficente da Construção Civil de Santos/Membro da Juventude Comunista (1931)/ Membro do Comitê Regional de São Paulo (1933)/Dirigente da Juventude Comunista (1933)
25	Walter Fernandes Silva ²⁰		Enviado pelo Comitê Central para auxiliar na direção da Escola de Capacitação – permaneceu mais de 3 meses detido na ilha

sobre sua passagem pela Ilha e só é possível conhece-la a partir de ofícios da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP).

¹¹ É citado por Marcos Tarcísio Florindo (2012), assim como todos os demais detidos na “Escola de Capacitação Comunista”, mas não é mencionada a passagem pela Ilha dos Porcos.

¹² É citado por Marcos Tarcísio Florindo (2012), assim como todos os demais detidos na “Escola de Capacitação Comunista”, mas não é mencionada a passagem pela Ilha dos Porcos.

¹³ O que a polícia chamou de “Secretariado” pode ser o Comitê Regional de São Paulo, ou seja, a cúpula estadual paulista do PCB.

¹⁴ É citado como “Nelson Sierra” por Marcos Tarcísio Florindo (2012), assim como todos os demais detidos na “Escola de Capacitação Comunista”, mas não é mencionada a passagem pela Ilha dos Porcos.

¹⁵ Em seu prontuário não há informação de sua ida para o Presídio Político da Ilha dos Porcos em 1933. Esta informação é encontrada no jornal *O Correio de S. Paulo* e nos ofícios da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP).

¹⁶ É citado por Erick R. G. Zen (2005), mas não é mencionada a passagem pela Ilha dos Porcos. O trabalho de Erick é de extrema importância por trazer os lituanos detidos por supostas atividades políticas e encarcerados no Instituto Correccional da Ilha Anchieta (ICIA) ao final da década de 1940.

¹⁷ É citado por Thaís Battibugli (2004), Myrian Sepúlveda dos Santos (2009) e Marcos Tarcísio Florindo (2007, 2012), mas não é mencionada a passagem pela Ilha dos Porcos. No Guia do Acervo do CEDEM/UNESP, Fundo Roberto Morena, consta em sua “Biografia” que “foi preso em 1932, na Ilha Grande. Em 1934 foi libertado e exilou-se no Uruguai” (2018, p. 38), versão presente também em Giovana de Abreu Antonaci (2014, p. 34). Portanto não é mencionada sua passagem pelos presídios políticos da capital paulista e da Ilha dos Porcos.

¹⁸ É citado por Fernanda Torres Magalhães (2008), mas não é mencionada a passagem pela Ilha dos Porcos.

¹⁹ É citado por Rodrigo Rodrigues Tavares (2001), com menção a passagem pela Ilha dos Porcos. É citado também por Isamara Ezepe de Souza (2005), mas sem citação pela passagem pela ilha – mas a autora traz importante depoimento de Julia, irmã de Victor.

²⁰ É citado como “Rogério Dias” por Marcos Tarcísio Florindo (2012), assim como todos os demais detidos na “Escola de Capacitação Comunista”, mas não é mencionada a passagem pela Ilha dos Porcos.

* Há outros nomes ainda não possíveis de serem confirmados que suas passagens foram por atividades políticas: Arnaldo Rotterman²¹, Alexandrino Cipriano Bispo²², Antonio Augusto²³, Bernardino Martins²⁴ e Waldemar Nogueira. O jornal *O Preso Proletário* replicou nota do Socorro Vermelho do Brasil que denunciava que o ano de 1934 havia começado “com as ilhas malditas e as cadeias repletas de presos políticos proletários”. Ao falar sobre a Ilha dos Porcos, além de alguns nomes já mencionados na tabela anterior, citam “Julio Homem de Moraes”, “Bernardes e outros”²⁵, que não foram localizados durante a pesquisa.

²¹ Acredito ser possível que Adolpho Roithermann, comunista do PCB desde a década de 1920 e morador de Santos que esteve detido com Roberto Morena na Colônia Correccional de Dois Rios (CCDR) em 1932, tenha sido encarcerado por duas vezes na Ilha dos Porcos sob o nome “Arnaldo Rotterman”.

²² Descrito como da “Bahia”, “branco” e “solteiro”, em seus prontuários (nº 96.890 e nº 109.660, DEOPS/APESP) consta em relação de elementos comunistas de 1948. Possui passagem pelo Presídio Político da Ilha dos Porcos em 1933, quando era marítimo em Santos e tinha 36 anos – esta sua passagem foi determinada a pedido das autoridades de Santos e não as da capital (*Ofício n.º 1.642*, 24-07-1933, caixa 518, Acadepol/APESP). Não é possível descartar que tenha sido detido por greve, vez que entre maio e junho de 1933 ocorreu uma paralisação dos “Estivadores e operários da Cia Docas” (TAVARES, 2001, p. 35). Com vulgo “Xandu”, teve também passagens pela Delegacia Regional de Santos em 1936, enquadrado como “desordeiro” (*Ofício n.º 1.031*, 02-03-1936, caixa 525, Acadepol/APESP).

²³ Descrito como português de Muxagata, “branco”, sem instrução e “contra-mestre na Estamparia Matarazzo”, Antonio Augusto, também conhecido como Anttero ou Anthero Augusto esteve preso diversas vezes na Ilha Anchieta entre 1932 a 1942. Fichado como “comunista”, provavelmente o foi quando denunciado em julho de 1935, por um companheiro de fábrica, acusando-o de “aliancista e agitador” – Pront. n.º 82, “Antonio Augusto”, DEOPS/APESP.

²⁴ Diferente dos dois últimos, que possuem suas identidades confirmadas, “Bernardino Martins” é, por enquanto, um caso de homônimo. Há um “Bernardino Martins”, espanhol, fichado como “comunista” em Santos por suas atividades em 1935, preso em 1936, deportado e que depois retornou ao Brasil (Pront. n.º 3.651, DEOPS/APESP). E há um “Bernardino Martins” que estava preso no Presídio Político da Ilha dos Porcos, nome consta em uma lista nominal da população aprisionada no natal de 1933 (*Telegrama n.º 3/529*, 25-12-1933, PEIA). Tenho uma hipótese: é possível que muitos grevistas e sindicalistas de Santos tenham sido enviados diretamente a ilha pela Delegacia Regional, sem que, necessariamente, passassem por São Paulo ou que lá fossem fichados. Estes, em anos mais tarde, podem ter sido fichados como “comunistas” por suas atividades a partir de 1935. Por ofício da Delegacia Regional é possível saber que o “Bernardino Martins” de 1933 foi encaminhado por Santos.

²⁵ *O Preso Político*, órgão do Socorro Vermelho Internacional do Brasil (Secção Brasileira do S.V.I.), n.º 6, ano 3, janeiro de 1934, p. 3; TSN/Arquivo Nacional, *Apelação n.º 94*, Ozório Thaumaturgo César, BR RJANRIO C8.0.APL.92, v.2, p. 92.

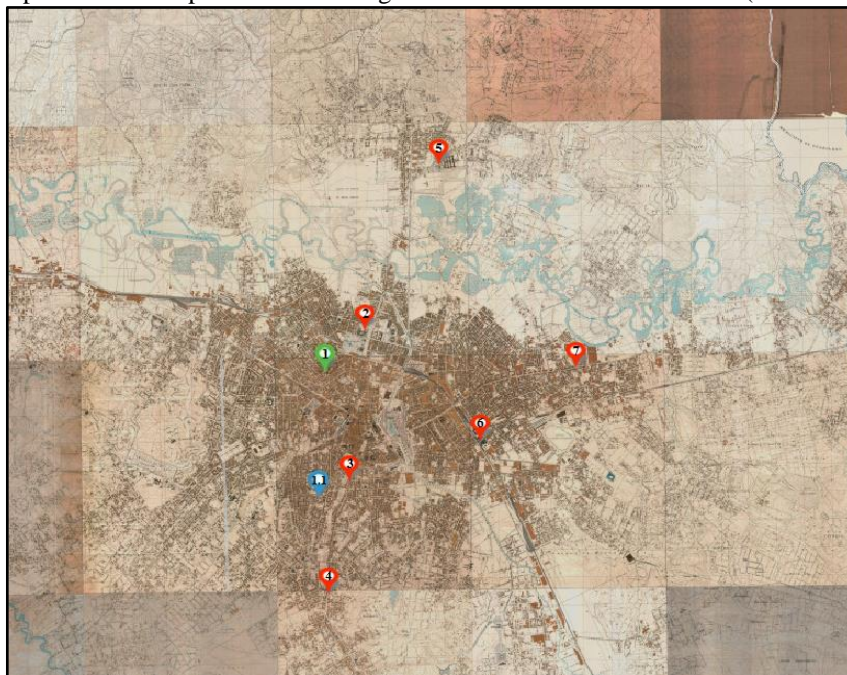
LISTA DE FICHADOS DETIDOS ENTRE 1938-1942²⁶

NOME	INFORMAÇÃO
1 Djalma Albuquerque Dias	Fichado como comunista por constar em relação de envolvidos nos “acontecimentos de novembro de 1935”/ “Estando os pacientes presos por medida de ordem e segurança pública, é de não se tomar conhecimento do habeas-corpus” (Tribunal de Segurança Nacional, 05-12-1944)
2 Hygino Franceschetti 	Fichado como comunista, detido em São Paulo por atividade política em 1932, mas com passagens alegadas como “correcionais” pela Ilha Anchieta em 1935, 1938 e 1939
3 José Iglesias 	Fichado como comunista, detido em 1936 e enviado para o “Maria Zélia”. Foi deportado em julho de 1937; em 1938 regressou ao Brasil, sendo detido e encaminhado para o Presídio Político da Ilha Anchieta
4 Pedro Merkis 	Fichado como comunista, detido em Bauru em 1937 por propaganda comunista e depois em 1941, para ser cumprida ordem de expulsão; foi encaminhado para o Presídio Político da Ilha Anchieta em junho de 1942
5 Renovato Germano de Souza	Militar do Exército fichado como “integralista”, respondia a Inquérito na Fortaleza de Itaipu, Praia Grande/SP

²⁶ Constam aqui apenas aqueles que foram identificados com atividades políticas, indicando que o Presídio Político da Ilha Anchieta teve um papel diferente daquele a qual serviu em 1931-1933. Entretanto, há dezenas senão centenas de casos de detidos “recolhidos” ao presídio “por motivo s políticos e com fundamento no estado de emergência”, ou “por ter sido considerado elemento nocivo à sociedade e perturbador para segurança política do país”. Estando “presos por medida de ordem e segurança pública”, foi diretriz “não se tomar conhecimento do habeas-corpus”. Entretanto, todos os identificados nessa situação eram detidos “correcionais”, “indivíduos sujeitos à prisão simples”, as “prisões policiais” que eram, segundo o TJSP, “manifestamente ilegais”, “evidentemente ilegais” e causavam sobre as “vítimas um constrangimento ilegal”.

MAPA DOS PRESÍDIOS E DA DOPS (1930-1939)

Mapa 1- Presídios políticos e as delegacias de Ordem Social e Política (1931-1939)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do portal *GeoSampa* sobre o Mapeamento SARA (1930).

- 1) **Delegacia de Ordem Social/Gabinete de Investigações**, esquina da Rua dos Gusmões, n.º 86, com Rua Santa Efigênia; em 1939 foi transferida para o Largo General Osório;
- 1.1) **Delegacia de Ordem Política**, em 1933 estava em funcionamento na Av. Brigadeiro Luiz Antonio, n.º 99, é sinalizada a região central da rua;
- 2) **Cadeia Pública/Presídio Político da Capital**, Avenida Tiradentes, n.º 451²⁷;
- 3) **Presídio Político da Liberdade**, Rua da Liberdade, n.º 150 ou n.º 159, é sinalizado o início da rua²⁸;
- 4) **Presídio Político do Paraíso**, Rua do Paraíso, n.º 34 e n.º 38, é sinalizado o início da rua²⁹;
- 5) **Penitenciária do Estado/Casa de Detenção/Presídio Especial**, Rua Carandiru³⁰;
- 6) **Presídio Político da Imigração**³¹, Rua Visconde de Parnahyba, Mooca;

²⁷ O presídio da Avenida Tiradentes, que funcionava como Cadeia Pública, foi também transformado em Presídio Político e assim operou, pelo menos, até a criação do “Presídio Especial” na Penitenciária do Estado.

²⁸ Foram encontrados indícios de seu funcionamento de maio de 1932 a até o início de 1934, quando passa a sediar o quartel da Guarda Noturna da Capital. Há documentos oficiais que afirmam n.º 150 e outros que afirmam n.º 159.

²⁹ Há indícios de funcionamento que vão de 1932 a até, pelo menos, 1937. Chegou a possuir dois prédios. Optei pela grafia com “S” pois, apesar da maioria dos documentos constar o “Z”, há um documento de 1933 assinado e com o carimbo institucional com os dizeres “Presidio do Paraíso”.

³⁰ A criação do “Presídio Especial”, destinado a “presos políticos”, é de dezembro de 1938.

³¹ Hospedaria dos Imigrantes. No Mapeamento consta como “Departamento Estadual do Brasil”. Há registros que tenha funcionado como presídio político a até, pelo menos, 1931. Segundo uma notícia de novembro de 1931, os presos políticos foram levados para a Ilha dos Porcos e o local transformado em “Hospício” (*Correio de Manhã*, 26-11-1931, n.º 11.337, p. 4). Em algum momento reativado, há documentos de seu funcionamento em 1943.

7) **Presídio Político do Belém/Maria Zélia**, Avenida Celso Garcia, n.º 471, localização aproximada – criado em 1936;

Nota Técnica: Para esse fim foi utilizado o portal *GeoSampa*³² e o mapa base selecionado foi o “Mapeamento 1930 – Sara”, ampla carta topográfica concluída em 1933³³. De forma complementar foi consultado também o portal *Dicionário de Ruas*³⁴. Ainda, foram identificados os presídios políticos presentes na capital (Cadeia Pública/Tiradentes, Casa de Detenção, Hospedaria, Liberdade, Maria Zélia/Belém e Paraíso), assim como a Delegacia de Ordem Social, que funcionava no mesmo local que o Gabinete de Investigações. Destaco que no início dos anos de 1930 a Delegacia de Ordem Política funcionava em outro local: em apenas um dos documentos vistos possui a informação sobre a localização da delegacia, então situada na “Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 99”. Foi possível identificar também que havia uma Secção de Inspectores, possivelmente reservados, pelo teor das correspondências, que funcionava no Parque Dom Pedro. Havia também o Quartel de Pelotão de Escolta de Capturas, ligado a Delegacia de Vigilância e Capturas, que entre janeiro a julho de 1935 operou na Rua dos Gusmões, n.º 95 e, a partir de julho do mesmo foi transferido para a Rua Santa Ephigenia, n.º 577. Marcos Tarcísio Florindo (2011) pontua também que a Polícia Especial, criada em junho de 1935 e subordinada à Superintendência de Ordem Política e Social (SOPS), estava sediada na Rua Albuquerque Lins, n.º 20. O autor ainda pontua que, com a criação do Presídio Político “Maria Zélia”, este e o do Paraíso passaram a ser diretamente subordinados a SOPS.

³² Disponível em: <<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>>. A ferramenta é da Prefeitura Municipal de São Paulo e sua utilização foi uma sugestão pessoal da arquiteta urbanista Bárbara Maria Francelin (IAU/USP), a quem agradeço.

³³ Em 15 de setembro de 1928 foi publicado edital pela Prefeitura do Município de São Paulo e Diretoria de Obras e Viação para levantamento topográfico da cidade. Três empresas europeias (francesa, alemã e italiana) concorreram, tendo como vencedora a romana Società Anonima Rillevamenti Aerofotogrammetrici (S.A.R.A). Criada então a filial SARA Brasil em 1929, o levantamento topográfico pelo método Nistri de aerofotografia teve início naquele ano e encerrou-se em 1930. Com o produto final entregue pela matriz romana até o final de 1933, em novembro de 1934 a sociedade SARA Brasil foi dissolvida (MENDES, 2014). O produto final consistiu em 132 cartas topográficas, 20 fotocartas e a coleção das fotos aéreas (DUTENKEFER, 2015).

³⁴ Disponível em: <<https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/>>. A ferramenta é da Prefeitura Municipal de São Paulo.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO.....	9
ABSTRACT	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	11
LISTA DE GRÁFICOS	14
LISTA DE MAPAS	14
LISTA DE TABELAS.....	15
LISTA DE SIGLAS.....	17
LISTA DE MORTOS.....	18
LISTA DE DETIDOS POR ATIVIDADE POLÍTICA (1931-1933)*	20
LISTA DE FICHADOS DETIDOS ENTRE 1938-1942	23
MAPA DOS PRESÍDIOS E DA DOPS (1930-1939)	24
<hr/> PARTE I	27
APRESENTAÇÃO	28
1 INTRODUÇÃO: A REPÚBLICA SITIADA E ILHA ANCHIETA	35
1.1 A importância de a República estar sitiada	37
1.1.1 O Tribunal de Justiça de São se posiciona sobre o <i>estado de sítio</i>	39
1.1.2 A polícia e o <i>habeas-corpus</i> : necessidade da suspensão.....	43
1.2 “Indesejáveis” na Ilha Anchieta	48
1.3 Houve ou não “presos políticos” na Ilha Anchieta?	51
1.4 Divisão da Tese	54
2 PISTAS E RASTROS: TRAJETÓRIA DESTA PESQUISA DOCUMENTAL	57
2.1 Bastidores de Estado: breves considerações desta pesquisa documental	58
2.2 O arquivo morto do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA).....	62
2.2.1 A documentação do PEIA para os anos de 1931-1942	64
2.3 O que as lacunas e silêncios dizem.....	69
2.4 A pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)	73
2.4.1 Intercalando PEIA e APESP	78
2.5 E o militar gaúcho virou um mecânico paulista “gatuno” e “vadio”: do projeto à Tese....	81
<hr/> PARTE II	87
3 RETOMADA DA ILHA DOS PORCOS (1928-1931)	89
3.1 Breve contexto da Ilha dos Porcos (1902-1928)	91
3.1.1 Breve contexto da década de 1920	94
3.2 O Auto nº 4.007/1928	97
3.2.1 Interventoria e a “intentona paulicéa” de 1931	99
3.3 Início das atividades do Presídio Político da Ilha dos Porcos (jun/1931)	108

3.3.1 A estrutura do Presídio	108
3.3.2 Em funcionamento.....	112
4 O PRESIDIO POLITICO DA ILHA DOS PORCOS (1931-1933).....	121
4.1 Da repressão em Santos, chegam os primeiros “agitadores” (1931-1932).....	121
4.1.1 A guerra civil paulista e as prisões: julho a outubro de 1932.....	133
4.2 Da reabertura ao “levante” de 14 de março de 1933: entradas e perfil parcial	139
4.3 O livro de matrículas e o perfil populacional (1933).....	146
4.4 A construção da estrada de rodagem (1932-1933)	148
4.4.1 Dados parciais sobre perfil dos trabalhadores na construção da estrada.....	153
4.5 Segue a repressão em Santos (1932-1933).....	157
5 OS COMUNISTAS DO PRESÍDIO POLÍTICO DA ILHA DOS PORCOS E A REPRESSÃO DA DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL EM SÃO PAULO (1933).....	168
5.1 “Comité de Frente Única Anti-Guerreira de São Paulo” e o primeiro semestre de 1933	170
5.2 Escola de Capacitação Comunista: 29 de julho de 1933	188
5.3 Cai novamente o Comitê Regional de São Paulo e algumas “cellulas”	196
5.3.1 A célula do Partido Comunista no Brás	197
5.3.2 O mimeógrafo da Juventude Comunista e outros detidos de setembro.....	203
5.3.3 Cai novamente o “Secretariado” de São Paulo e membros estrangeiros.....	210
5.4 O que dizem os documentos dos “comunistas” da Ilha dos Porcos	224
5.4.1 Depois do Paraíso a Liberdade? Aos Porcos: a dinâmica de circulação de “comunistas” coordenada pela Delegacia de Ordem Social	227
5.4.2 Os últimos comunistas da Ilha dos Porcos e o banimento clandestino de brasileiros para fora do Brasil	230
5.5 Sindicância sobre o Presídio Político e a transformação em Colônia Correccional (1934)	240
PARTE III.....	250
6 PROFILAXIA SOCIAL E SANEAMENTO URBANO: A ILHA COMO “VALVULA DE ESCAPAMENTO” DE SÃO PAULO.....	252
6.1 Reformando ruas e se livrando de parasitas	253
6.2 A Ilha dos Porcos representada no <i>Correio de S. Paulo</i> (1933).....	258
7 A COLÔNIA CORRECCIONAL SOB “SIGILO” E SUA “LEVA DE TRABALHADORES” (1934-1936).....	264
7.1 A Colônia Correccional e o primeiro semestre de 1934.....	266
7.2 A Colônia Correccional e o “sigilo recomendado”	270
7.2.1 Os <i>combinados</i> entre Newton Santos e Antonio Braulio de Mendonça, dois dos indicados pelo general Miguel Costa.....	275
7.2.2 Dinâmica do “sob sigilo da polícia”	280
7.3 “Leva de trabalhadores” e lacuna documental (1935).....	290
7.3.1 O caso de Dantas: falsidade e cinismo da Polícia perante o Judiciário e famílias	307

7.3.2 Lacuna documental.....	310
7.4 Delegado bandeirante: hipótese sobre ação e valores	314
PARTE IV	324
8 DA COLÔNIA A NOVAMENTE PRESÍDIO POLÍTICO (1936-1942).....	326
8.1 “Reformatório Profissional”? Novo esvaziamento e retomada (1936-1937).....	326
8.1.1 O caso da “preta Elza Barbosa”	334
8.1.2 Retomada em 1937	336
8.2 A Colônia Correccional da Ilha Anchieta entre 1938-1939	340
8.2.1 Varguistas em São Paulo? O diretor Rosalvo Alves Loureiro	343
8.2.2 Varguistas em São Paulo? O subdiretor do Matto Grosso	353
8.2.3 Civis detidos novamente sob sigilo (1938-1939)	355
8.2.4 O caos sanitário em 1938: breves aspectos do cotidiano.....	357
8.2.5 Cambiando civis detidos com a polícia carioca? Uma hipótese.....	360
8.3 O Presídio Político da Ilha Anchieta (1939-1940)	362
8.3.1 O Presídio Político entre 1939 e 1940	362
8.3.2 Os últimos meses de Rosalvo: rebelião, malária e lampiões (1940)	366
8.4 O Presídio Político da Ilha Anchieta e a Força Pública (1940-1942).....	377
8.4.1 Com o Serviço de Engenharia, militares e detentos como operários	378
8.4.2 Oficinas: mais “detentos”, maior produção e economia de custos.....	383
8.4.3 Detidos com fundamento no estado de emergência (1940-1942)	390
8.5 Outros aspectos do cotidiano na Ilha Anchieta	392
8.5.1 Trabalhar na Ilha Anchieta e a diferença salarial	393
8.5.2 A presença de “famílias dos presidiários” e a “liberdade condicional”	397
8.5.3 Violência sexual: casamento como reparação	399
9. CAPITALISTAS FASCISTAS, MILITARES INTEGRALISTAS E UM VIGILANTE VAI A ALEMANHA	402
9.1 Os capitalistas fascistas e a Ilha Anchieta	403
9.1.1 Algumas casas comerciais fornecedoras para a Ilha Anchieta	405
9.2 A viagem do vigilante Harry Müller (1934-1937)	409
9.3 Auto de Natal: a pinga, o comandante integralista e o golpe de 1937	415
9.3.1 Desfecho: integralista condenado, mas foragido.....	423
9.4 Diretoria entusiasmada com Hitler e militares integralistas (1938-1942).....	427
9.5 Controle da prisão através da violência de integralistas?	432
9.6 As mortes do Presídio Político e a transformação em Instituto Correccional da Ilha Anchieta (1942)	434
9.6.1 A transformação em Instituto Correccional da Ilha Anchieta (1942)	439
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DOS PORCOS A ANCHIETA, ONZE ANOS EM RETROSPECTIVA.....	444

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	449
ANEXO A – DETALHANDO O LIVRO DE REGISTROS (1933)	463

PARTE I

APRESENTAÇÃO

Minha primeira ida ao Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA) ocorreu em 24 de janeiro de 2001, quarta-feira. Oito anos mais tarde iniciei um projeto de pesquisa social que posteriormente recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) através de bolsa de Iniciação Científica³⁵. Com aprovação da Comissão Técnico-Científica da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (COTEC/SMA)³⁶, iniciei, de forma consistente, a primeira pesquisa documental no acervo morto do PEIA, resultando em uma monografia (HORTA, 2011) e em uma dissertação (HORTA, 2013), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)³⁷. Nesses anos pude estabelecer contato com interlocutores e integrantes da Associação Filhos da Ilha³⁸, que muito auxiliaram nos anos iniciais³⁹.

Agora, neste doutorado, o foco foi o recorte de 1931-1942, quando a Ilha abrigou o Presídio Político (1931-1934), a mudança de nomenclatura para Colônia Correcional (1934-1939) e depois novamente Presídio Político (1939-1942) – objeto inédito em pesquisas de história e ciências sociais, assim como a fonte de pesquisa: o arquivo morto do PEIA, cujo acesso tornou-se possível com nova autorização da COTEC/SMA/PEIA⁴⁰.

Minhas indagações no projeto eram baseadas nas cartas de Franklin Conte que, assinando como “2º Tenente da Brigada Militar do Rio Grande do Sul”, disse ser de Alegrete-RS, conterrâneo do ministro Osvaldo Aranha. Franklin alegou que sua prisão pela polícia paulista foi motivada pelo sentimento revanchista após as derrotas de 1930 e 1932 para as tropas gaúchas. Portanto, minha discussão estava centrada no acúmulo de violência dentro de um processo histórico de ações e reações (*vendetta*), que envolvia também um conflito entre órgãos estatais (as polícias estaduais) num contexto de jogo político entre governadores e interventores de São Paulo, Rio Grande do Sul e, claro, o “Chefe do Governo Provisório”, Getúlio Vargas. Mas quase qualquer hipótese pensada poderia ser válida para um objeto sobre o qual nunca

³⁵ Processo FAPESP 2010/05775-2.

³⁶ Processo COTEC/SMA 260108-000.209/2011.

³⁷ Processo CNPq 131616/2012-9.

³⁸ A Associação Filhos da Ilha, ambas reúnem ex-militares da Força Pública de São Paulo que estiveram destacados no “Quartel 314-Ilha Anchieta” e seus familiares; ex-funcionários e funcionárias do Instituto Correcional e Colônia Agrícola e seus familiares; familiares de ex-presos também chegaram a comparecerem em alguns momentos; reúnem também os “Filhos da Ilha”, homens e mulheres que nasceram na Ilha Anchieta e presenciaram a “rebelião de 1952” quando crianças ou idade adulta; policiais militares da ativa e reserva e seus familiares.

³⁹ Além do Tenente da Reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Samuel Messias de Oliveira, que me abriu as portas para os eventos anuais das associações na Ilha Anchieta, destaco a grande ajuda e conversas com Arthur Nehrer, que me disponibilizou diversos materiais iconográficos e obras raras de memorialistas, fossem funcionários civis, militares e, inclusive, de um cidadão que lá esteve aprisionado.

⁴⁰ Processo COTEC/SMA/PEIA 003.692/2016.

houve uma pesquisa científica realizada, do qual não se sabe como de fato operou, quem lá foi encarcerado, como era seu cotidiano e outras tantas questões em aberto que poderiam modificar sensivelmente o projeto, o recorte bibliográfico e, por consequências, essas mesmas hipóteses a partir de uma ampla investigação documental. Como até o momento presente, memorialistas, interlocutores e uma recente tese da Universidade de São Paulo afirmam que a ilha não recebeu “presos políticos” da Era Vargas e que não teve “papel relevante” naquele período, minha hipótese central então estava inteiramente focada no conflito intraestatal das forças de segurança.

Após as pesquisas em Ubatuba (2017-2018) e São Paulo (2019) cheguei a constatação de que Franklin Conte, de fato, existiu. Porém, o conteúdo principal de suas cartas era falso. Franklin era paulista, com passagens pela polícia desde seus 13 anos de idade. Era “fichado” como “gatuno”, “vadio” e usava, ao menos, sete nomes diferentes.

Ainda, apesar de ter em mãos 4 mil folhas de documentos da antiga prisão, só foi possível identificar que, de fato houve dezenas de “presos políticos” como “comunistas”, sindicalistas, grevistas e que o presídio teve papel fundamental no sistema de repressão, ao cruzar as informações que possuía do PEIA com aqueles documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Os arquivos são complementares. Ou seja, minha tese tomou o rumo atual que agora apresento em seu último ano. Nem mesmo em minha qualificação, em agosto de 2018, havia previsão que tal rumo pudesse ser contemplado, vez que até aquele momento nenhum documento me apontava para tal realidade.

Porém, um cerne se manteve inalterado. Minha intenção principal foi e continuará sendo redescobrir aquele território: quem lá foi detido, quais as ações das autoridades ilhadas e da capital, quais os papéis das múltiplas delegacias, quem lá faleceu e foi dado como “desaparecido”, quem lá foi detido por “ordem do Secretário da Segurança” e baseado no “estado de emergência” ou por ser “pernicioso a ordem social e política”. O resgate histórico daquela instituição e das vidas individuais e familiares vitimadas pelo arbítrio das instituições estatais e de seus governos permitiram observar mais um ponto na trajetória da violenta e arbitrária formação política e social brasileira – compreensão possível a partir da pesquisa histórica realizada.

Neste sentido, cabe sumarizar já nesta apresentação as principais contribuições desta tese ao conhecimento histórico do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA):

- Depois do fechamento da Colônia Correcional Porto das Palmas em 1914, defendo com alguns indícios a hipótese que a Ilha Anchieta retomou suas atividades enquanto instituição prisional somente em junho de 1931. O decreto de dezembro de 1928, que autorizou a transferência do Instituto Correcional de Taubaté para a Ilha dos Porcos, sendo criada a Colônia Correcional do Estado de São Paulo, não surtiu efeito prático. E o Instituto de Taubaté permaneceu em funcionamento até 1936.
- Entre 1931 a 1942, a instituição de confinamento operou sem regulamento.
- Em relação à “Revolução Constitucionalista” de 1932, esta tese aponta que: o destacamento da Força Pública se retirou do posto (ou abandonou-o) em 28 de agosto, levando consigo o radiotelégrafo para a tropa paulista estacionada em Ubatuba. Com isso, os brasileiros e imigrantes lá detidos tomaram conta dos prédios da administração, procedendo a queima de arquivo e controle sobre as armas que permaneceram, chegando ao ponto de alguns residirem na ilha livremente. É possível que uma parte de sua população prisional tenha sido enviada para Taubaté, conforme apontado por memorialistas e por uma notícia de jornal. O Presídio foi reaberto em dezembro de 1932.
- O primeiro “levante” identificado da Ilha Anchieta ocorreu em 14 de março de 1933, ocasionando a fuga de mais de 14 “companheiros”⁴¹ e a destruição da estação de radiotelégrafo e do arquivo documental. Segundo jornais da época houve a morte de dois militares da Força Pública e a morte de três “companheiros”, ainda não identificados.
- A Ilha Anchieta teve papel relevante quando foi Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934), servindo como local máximo de reclusão de importantes militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) de Santos, da capital e de outros estados que foram enviados pelo Comitê Central do PCB na tentativa de reestruturar o partido em São Paulo. Ainda, foi local de reclusão de secretários sindicais de Santos e São Paulo. Mais de duas dezenas de indivíduos – confirmados – foram enviados para a Ilha dos Porcos por causa das suas atividades políticas.

⁴¹ O termo “companheiros” foi utilizado pela própria administração no livro de registros.

- A Ilha Anchieta teve papel relevante também como local de concentração de brasileiros e imigrantes vítimas de arbitrariedades das autoridades policiais de Santos e São Paulo. Muitos considerados “vadios”, “gatunos”, “desordeiros” e outras categorias sociais foram alvos preferenciais das instituições de segurança pública, buscando uma medida de “profilaxia” social e “saneamento urbano”, tendo a ilha como local ideal para expurgo de toda uma população pobre, desempregada, negra etc. removidas para a ilha sem serem cumpridas as devidas exigências legais, situações mencionadas por delegados, sendo um do Gabinete de Investigações e outro da Delegacia Regional de Santos.
- Em 29 de dezembro de 1933, foi decretado que “**será extinto o Presídio Político da Ilha dos Porcos. Dentro de dois meses, providenciará o Chefe de Policia para a sua transformação em Colonia Correccional**”⁴². Porém, o próprio secretário da SSP, em 1934, disse que não providenciou a transformação, assim como atestou também outro secretário da SSP em 1942 – ou seja, além de ter operado sem regulamento entre 1931 a 1942, entre 1934 a 1939 a Colônia Correccional operou sem nem ao menos ter sido criada por decreto, tal como ocorreu com o Presídío Político em 1931 e 1939.
- No segundo semestre de 1934, mais precisamente em setembro de 1934, dois meses após promulgada a Constituição que organizava novamente o “regime democrático” no Brasil, a Colônia Correccional voltou a operar de forma ilegal (por não ter decreto que a instituísse e regulamento interno) e sob sigilo perante o Judiciário e partes da própria polícia e autoridades do Executivo – funcionou assim, pelo menos, entre setembro de 1934 a janeiro de 1936. Sob “**sigilo recomendado pela policia, referentes atuaes detentos**”, chegou ao ponto de, quando uma fuga ocorreu em 30 de outubro 1934, a direção não avisou “**autoridades litoral afim evitar publicidade**” – era praxe até então avisar a delegacia regional e demais delegacias do litoral e da Serra do Mar. As autoridades da capital envolvidas diretamente neste esquema foram: o secretário da Secretaria da Segurança Pública, Christiano Altenfelder da Silva, que assumiu este posto um mês depois dos primeiros “detentos” chegarem⁴³; o chefe do Gabinete de Investigações, Francisco de Assis Carvalho Franco; o delegado de Vigilância e

⁴² ALESP, Decreto n.º 6.245, 29-12-1933, art. 36.

⁴³ Ocupou o cargo de 16 de agosto de 1934 a 22 de abril de 1935.

Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho, que em junho de 1934 acumulou ainda o cargo de superintendente da nova Guarda Nocturna. As definições sobre a soltura de brasileiros e imigrantes detidos, que em sua maioria para lá iam sem processo e condenação feita por juiz, foi acordada após “combinação” e “entendimento verbal” entre o diretor da Colônia em conjunto o delegado de Vigilância e Capturas, devendo o primeiro ser o responsável pela concessão de liberdade caso a caso, mas consultando as autoridades da capital se não havia “inconvenientes”.

- Diante de tal ilegalidade, no início de 1935 a direção da Colônia, ao ser informada por “fonte fidedigna” que o juiz de Ubatuba faria uma correição na Ilha Anchieta, comunicou o fato ao secretário Christiano Altenfelder, que logo em seguida sai do cargo; aproximando-se da data da inspeção, em seis dias a direção transfere 87 pessoas, incluindo a última “leva” com 60 nomes, enviando-os para Santos às 4 horas da manhã, único relato de 1931-1942 que informa transferência em tal horário. Em sua vistoria, além de não encontrar nenhum civil encarcerado, o juiz assinou o verso do livro de registros de entrada e saída da instituição, mas de quando esta era Presídio Político e cuja última entrada registrada foi em dezembro de 1933. Logo após a saída do juiz da ilha, o diretor radiotelegrafou ao delegado regional de Santos, Pedro Alcantara Carvalho de Oliveira, solicitando seus “bons officios” e que encaminhasse novas “levas de trabalhadores”.
- Em 1936, houve uma tentativa de transformar a colônia em “Reformatório Profissional”, que passou a receber condenados pelo judiciário. Mas em julho foi ordenado que toda a população aprisionada fosse posta em liberdade, cumprida naquele mesmo mês.
- Em 1937, após retomar as atividades no início do segundo semestre, na véspera de Natal o tenente comandante do destacamento da Ilha Anchieta, Hely Fernandes da Câmara, integralista e responsável pelo setor de todo litoral norte da Ação Integralista Brasileira (AIB), deu um golpe na Colônia Correccional, chegando a deter o diretor, o subdiretor, o almoxarife, um cabo, um vigilante e o funcionário mais longevo da prisão, também responsável pela cozinha. A Colônia Correccional e o Presídio Político da Ilha Anchieta tiveram em seu destacamento militares da Força Pública que foram alvo de investigação

do DEOPS, identificados como integralistas e membros filiados da Ação Integralista Brasileira (AIB).

- Entre 1938 e 1939, foi identificado que novamente o presídio tornou a receber civis detidos que não deveriam estar presos, levando novamente a polícia e a Secretaria da Segurança Pública a negarem as prisões ao Judiciário, enquanto os “pacientes” de diversos habeas-corpus estavam, de fato, encarcerados na Ilha Anchieta;
- Ainda, quando Presídio Político da Ilha Anchieta (1939-1942), os mecanismos de reclusão se ramificaram, tendo a ilha recebido “menores”, “dementes” e “mendigos”. Foi usual também que os pedidos de habeas-corpus fossem recusados pelas autoridades policiais, justificadas pelo estado de emergência ou pela necessidade de manutenção da ordem pública – o estado de sítio era uma garantia burocrática para as autoridades permanecerem enclausurando civis detidos de forma arbitrária e ilegal.
- A Ilha Anchieta abrigou no início da década de 1940 algumas famílias de aprisionados que viviam em “liberdade condicional” e também casos excepcionais que ainda estavam, de acordo com o julgo da administração prisional, cumprindo “pena” – mesmo que na maioria dos casos a “pena” não era oriunda de condenação pelo Poder Judiciário. A Secretaria da Segurança Pública e a direção do presídio autorizaram algumas famílias a morarem na ilha, ou filhas de aprisionados irem para habitarem residência de funcionários que ficavam responsáveis por sua guarda.
- A Ilha Anchieta teve também pelo menos um caso de estupro e casamento como medida de reparação recomendada pela autoridade policial e confirmada pelo Judiciário.
- Por fim, foram identificados até o momento ao menos 18 mortes de civis detidos, sendo 7 delas não informadas/identificadas o motivo e 3 sem um nome de referência; 6 das 18 ocorreram em 1942, antes da transformação do presídio em Instituto Correccional da Ilha Anchieta (ICIA). Além dos “afogamentos” e “desaparecidos”, que levantam suspeitas, há um caso de setembro de 1931 em que foi noticiado que o corpo não pôde ser recuperado por ter sido “devorado por tubarões” – mas um radiotelegrama de maio de 1932 informa que o corpo se encontrava enterrado no cemitério da ilha e o laudo de

exumação havia sido solicitado pela polícia santista. Um outro caso emblemático diz respeito de um cidadão aprisionado que morreu na ilha e a direção, meses mais tarde, negou à Delegacia Regional de Santos que o indivíduo em questão sequer havia dado entrada no Presídio, apesar da Regional alegar possuir o recibo de entrega assinado. Ainda, em 1942, durante as seis mortes, a instituição recebeu a vistoria de um inspetor de saúde que elogiou as condições sanitárias da ilha, a saúde da população encarcerada e afirmou que não havia casos graves – apesar de algumas das mortes terem depois ocorrido por “enterite-tuberculosa” [tuberculose no intestino] e “bronco-pneumonia”, de indivíduos que lá já estavam durante a inspeção. Era praxe durante todo o período de 1930 e 40 que aqueles que possuíssem tuberculose, chamada de “peste branca” ou qualquer outra enfermidade em estágio avançado, fossem colocados em liberdade no litoral ou enviados para Santos, justamente para evitar a transmissão nos pavilhões e por não haver a estrutura médica necessária para tratamento – a hipótese mais provável é que a prática era feita para evitar que a morte ocorresse na ilha, evitando assim desdobramentos burocráticos.

Esta pesquisa não contou com apoio de bolsa de agências de fomento à pesquisa.

1 INTRODUÇÃO: A REPÚBLICA SITIADA E ILHA ANCHIETA

Esta introdução tem por objetivo apresentar à leitora e ao leitor alguns pontos que foram fundamentais para a compreensão das ações sociais que compuseram direta ou indiretamente os efeitos práticos e os múltiplos sentidos subjetivos que permearam as relações e as dinâmicas observadas na Ilha dos Porcos/Anchieta⁴⁴ ou em seu entorno entre 1931-1942, assim como nas variações da instituição de confinamento que lá operou. A Ilha, o objeto primordial da pesquisa realizada, pode ser compreendida e interpretada a partir dos sentidos que as instituições que a criaram e a sustentaram atribuíram àquele território, uma dúvida até então presente quando se trata de tal período para a história do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA). Foi densamente pesquisada e descrita as ações de distintos atores estatais, o que permitiu reconstruir a partir de múltiplas fontes as relações sociais e as motivações, surgindo aquilo que Max Weber denomina *conexões de sentido*⁴⁵ – ou seja, torna-se possível compreender não apenas a *ação efetiva* enquanto ato histórico, mas também revela a frequência e o padrão das ações e relações sociais constituídas e suas motivações, muitas vezes encobertas – ainda mais quando suas fontes são documentos produzidos por instituições prisionais e policiais durante um regime de exceção⁴⁶.

⁴⁴ Até março de 1934 a Ilha Anchieta era chamada de Ilha dos Porcos. Utilizarei os nomes de acordo com o tempo histórico, até para haver a diferença entre o Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934) para o Presídio Político da Ilha Anchieta (1939-1942), até pelo fato de haver modificações importantes em relação ao objeto histórico. Quando a fala e referência à Ilha se der em sentido mais amplo irei sempre me referir utilizando o nome atual.

⁴⁵ Suscintamente, para Weber (2015, p. 6), a *conexão de sentido* é composta por distintas formas de *compreensão de ações e fatos*, podendo se falar também em *conexões de sentido*. Para compreender interpretativamente tais *ações* e os *sentidos* que as *orientam*, estas conexões podem ser compreendidas em sua forma *atual*, ou seja, em sua manifestação mais externa, assim como o comportamento do agente que é observado; pode ser compreendida também na sua forma *explicativa*, os *motivos* sejam esses “racionais” (cálculo técnico, por exemplo) ou “irracionais” (vingança e ações afetivas, por exemplo). Todas essas compreensões possíveis são *conexões de sentido* e compõem, para Weber, uma explicação do curso efetivo da ação. Nesta tese não sigo o método de tipificação-ideal, mas antes o individualismo metodológico do autor, principalmente quando trata-se da apreensão interpretativa de uma conexão de sentido na ação individual tomada enquanto fato histórico, compreendendo a ação efetivamente visada, orientadas racionalmente a um determinado fim.

⁴⁶ Suscintamente, para Weber (2015, p. 15), a *ação social*, que também pode ser a omissão ou tolerância – pode ser determinada por seu *modo racional referente a fins*, o seu *modo racional referente a valores*, seu *modo afetivo*, especialmente *emocional* e, por fim, pelo seu *modo tradicional*, por costumes arraigados. Já a *relação social* trata-se de “um comportamento reciprocamente *referido* quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes que se orienta por essa referência. A relação social *consiste*, portanto, omissa e exclusivamente na *probabilidade* que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importante, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade (WEBER, 2015, p. 16). Por mais que uma relação social possa ser transitória e efêmera, ela não deixa de ser referenciada reciprocamente entre os agentes que a constituem, dotando-a de *sentido*, algo que é *visado*, na qual esse conteúdo, além de poder ser alterado, pode ser *combinado* por anuência recíproca – é aqui que ressalta com mais força, por exemplo, a relação criada entre o diretor Newton Santos, o chefe do GI Francisco de Assis Carvalho Franco e o delegado especializado Antonio Braulio de Mendonça Filho.

Os pontos que são relevantes para a compreensão daquele objeto e contexto em suas linhas gerais são:

- havia comunistas e “indesejáveis” que assumiam no discurso estatal e midiático a figura do inimigo, um perigo à “ordem pública”, fosse para a “ordem social”, para a “ordem política” ou para a “ordem moral”⁴⁷ – aqui, os “detidos correccionais”, vítimas das chamadas “prisões policiais” ou “detenção policial” ou ainda “prisão para legitimação”, compuseram o alvo preferencial das medidas de “profilaxia social e saneamento urbano” levadas adiante pela polícia e apoiadas também pelo Judiciário, parte dos governantes e imprensa; e as instituições estatuais entravam em sintonia com o governo central na repressão das classes consideradas perigosas, vez que as autoridades jurídicas e policiais de São Paulo também estavam há algumas décadas empenhadas nas mesmas lutas que o governo de Getúlio Vargas agora promovia;

- para dar conta de receber toda um conjunto de “detidos correccionais”, as autoridades políticas e policiais reativam em São Paulo uma instituição semelhante a outras já existentes no território nacional, como o presídio na Ilha de Fernando de Noronha (PE) e a Colônia Correccional de Dois Rios na Ilha Grande (RJ), nomeando-a Presídio Político da Ilha dos Porcos, destinada a receber “levas de indesejáveis” e comunistas destinados a ficarem em situação de total incomunicabilidade. A Ilha dos Porcos/Anchieta, chamada de “válvula de escapamento” e “Clevelândia Paulista” por jornais da época, respondeu a uma exigência funcional precisa de exilar e enclausurar brasileiros e imigrantes em um território em que operou um regime disciplinar diferenciado de outras instituições de encarceramento no estado de São Paulo, objetivos e métodos racionalizados e combinados diversas vezes pelos atores estatais;

- o estado de sítio representava a possibilidade concreta de mecanismos de exceção serem utilizados de forma legal e a expandir e potencializar a repressão policial; era o momento também em que o instituto do habeas corpus tornava-se amplamente contornável, vez que a

⁴⁷ De uma lado, havia a *ordem moral*, representada na “licenciosidade sexual”, na “vadiagem” e sua oposição ao trabalho enquanto categoria de valor, nos “proxenetas” e qualquer outra categoria social que fosse vista como perigos; havia a *ordem política*, representada nos imigrantes, no anarquismo, comunismo e demais ideologias que colocavam em xeque o governo constituído; a *ordem social*, que levava em conta o caráter ordeiro das relações de trabalho, das greves operárias e por conseguinte as ideologias anarcossindicalistas, anarquistas e comunistas. Nos primeiros anos da década de 1930, a Delegacia de Ordem Social foi a delegacia responsável pela repressão ao comunismo enquanto a Delegacia de Ordem Política foi a delegacia responsável pelos imigrantes, principalmente quando estes eram comunistas – sendo depois repassados a Ordem Social. Não à toa que nos primeiros anos de 30, em muitos ofícios de delegados da Ordem Social os comunistas estão caracterizados enquanto “dissolvedores das relações sociais”, porque interferiam diretamente sobre as relações de trabalho nas fábricas e nas docas. Antes de serem conceitos definidos, os termos tais como “ordem pública” são mais categorias de justificação que eram acionadas em defesa dos governos constituídos admitindo diversos conteúdos em seu interior conforme fosse conveniente às autoridades e de acordo com o tempo histórico.

competência do judiciário em analisa-los passava a ser de atribuição do governo ditatorial, bastando muitas vezes o posicionamento da “autoridade competente”, o chefe de polícia, para justificar as detenções com base no “estado de emergência” ou em prol da “ordem pública”;

Nesse ciclo que se retroalimenta foram praticadas por atores estatais e sentidas por cidadãos brasileiros e estrangeiros as mais graves ações arbitrárias e ilegais adotadas de forma sistemática e estruturada pela Polícia Civil, mesmo em período no qual o estado de sítio não estava em vigor, como veremos no capítulo 7 que abarca o período de julho de 1934 a janeiro de 1936.

É possível afirmar que a Ilha Anchieta veio responder a uma exigência funcional muito precisa: através de mecanismos de vigilância e repressão desempenhados pela polícia paulista, a instituição prisional ocupou uma posição bem definida pelos atores estatais em todo o sistema punitivo e de controle social e político de São Paulo durante as décadas de 1930 e início de 1940. A Ilha Anchieta desempenhou relevante papel em assegurar algumas táticas punitivas, tal como exilar e enclausurar membros do PCB em 1933 e centenas de civis detidos de forma arbitrária e ilegal, revelando também o ajustamento entre sistemas policial e judiciário, integração típica em um estado centralizado e que pretende o controle ininterrupto de sua população.

1.1 A importância de a República estar sitiada

Entre 15 de novembro de 1889 a 24 de outubro de 1930, quarenta e um anos após o marechal Manuel Deodoro da Fonseca ter decretado a República Federativa, o Brasil teve: 25 meses sob governo provisório⁴⁸; 2 presidentes depostos ou que renunciaram⁴⁹; uma vez ocorreu a destituição das câmaras legislativas⁵⁰; 9 anos sob governo de presidentes militares⁵¹; ao mínimo, 14 conflitos bélicos internos, mais da metade ocorrendo antes da Primeira Guerra

⁴⁸ É interessante pontuar os “Governos Provisórios” porque trouxeram em seus decretos medidas que foram restritivas em relação aos direitos políticos e individuais, fosse nos vinte e cinco meses entre 1889-1891, fosse nos quase quarenta e cinco meses de “Governo Provisório” de Getúlio Vargas (1930-1934).

⁴⁹ Renúncia de marechal Deodoro da Fonseca em 23-11-1891 e a deposição de Washington Luís em 24/10/1930.

⁵⁰ Marechal Deodoro, via Decreto n° 686, de 23 de novembro de 1891.

⁵¹ Marechal Deodoro (1889-1891), marechal Floriano Peixoto (1891-1894), marechal Hermes da Fonseca (1910-1914).

Mundial⁵²; e ao menos 3 declarações de estado de sítio⁵³, resultando em quase toda a década de 1920 sob vigência desse estado de restrições de direitos e dos poderes legislativos frente ao Poder Executivo durante o conflito “tenentista”. Durante quatro décadas o regime republicano que vigorou em nosso país abarcou várias gerações de sua população que, de várias formas, absorveram esses processos sociais e experimentaram de distintas formas as ações do Estado em momentos de crise política⁵⁴. E em todo esse período, como no que viria em seguida, apesar da vigência de regimes constitucionais e ditos “democráticos”, frequentemente estávamos em situação de exceção ou com a ampla utilização destes mecanismos para que os governos fizessem a defesa daquilo que classificavam como “ordem pública”, fosse no campo social, político ou moral.

Para estas primeiras décadas do século XX, Paulo Sérgio Pinheiro (1991) pontua o período enquanto *regime de exceção* republicano. Para o autor, a repressão política desencadeada contra as revoltas militares permitiram que os aparelhos estatais aprofundassem e ampliassem sua atuação em duas frentes, quando em períodos sem agitação: a primeira, a vigilância e repressão sobre o movimento operário, que tomou forma legal, por exemplo, na criação da Delegacia de Ordem Política e Social em São Paulo; a segunda, favoreceu a repressão ilegal e arbitrária de cidadãos brasileiros e imigrantes, supostamente praticantes de atos tipificados enquanto contravenção ou crime. Com os sucessivos instrumentos jurídicos que atestavam a legalidade da repressão, diz o autor que

Facilitados pelas declarações de estado de sítio, validando o arbítrio regular da polícia, constituíram aos poucos, durante a Primeira República, um “regime de exceção legal”, ao qual estavam submetidos os dissidentes políticos e os militantes sindicais estrangeiros e nacionais [...] Evidentemente, a repressão aos criminosos comuns e aos “desclassificados” não necessitava desse “regime de exceção”: todas as classes populares estavam submetidas a essa exceção no seu cotidiano, ao irrestrito terror policial, como podem atestar os desterros. (PINHEIRO, 1991, p. 113)

Paulo Sérgio Pinheiro, influenciado pelos escritos de Guillermo O’Donnel, argumenta que a especificidade do *regime de exceção* brasileiro é o alto grau de *autoritarismo*

⁵² Entre os de maior repercussão: “1ª Revolta de Boa Vista” (1892-1894), “Revolta da Armada” (1893-1894), “Revolução Federalista” (1893-1895), “Guerra de Canudos” (1893-1897), “Revolta da Vacina” (1904), “2ª Revolta de Boa Vista” (1907-1909), “Revolta da Chibata” (1910), “Guerra do Contestado” (1912-1916), “Sedição de Juazeiro” (1914), “Revolta dos Dezoito do Forte” (1922), “Revolução Libertadora” (1923), “Revolta Paulista” (1924), “Comuna de Manaus” (1924), “Coluna Prestes” (1925-1927). Podemos somar ainda as greves operárias que foram fortemente reprimidas entre 1917-1919 e, depois, na década de 1920.

⁵³ Marechal Deodoro, no já citado decreto de 3 de novembro de 1891; governo de Epitácio de Pessoa, via Decreto n° 4.549, de 5 de julho de 1922; governo de Arthur Bernardes, via Decreto n° 4.836, de 5 de julho de 1924. Sem contabilizar os decretos estaduais de tal teor que existiram, como no Amazonas, Bahia, Pará, Paraná, Sergipe etc.

⁵⁴ À época, a expectativa de vida em 1900 era de 33,4 anos, enquanto em 1940 era de 45,5 anos (BRASIL, 1905; IBGE, 2003). O Censo Demográfico de 1900 foi a terceira operação censitária promovida pela Directoria Geral de Estatística, censo decenal que não ocorreu em 1910 e 1930 devido aos conflitos políticos.

socialmente implantado, na qual a violência e o autoritarismo possuem presença sistemática, institucionalizada e socialmente implantada, possuindo assim larga capacidade de dissimulação e ocultação frente às diferentes camadas sociais. Finaliza Pinheiro ao afirmar que a novidade consiste na combinação de leis de exceção e do autoritarismo socialmente existente, validando-se reciprocamente (PINHEIRO, 1991, p. 114). É por esse prisma também que o autor traz a história dos desterrados para o interior do Acre, para Santa Antônio do Rio Madeira em Rondônia e, principalmente, o Núcleo Colonial Cleveland (1924-1927), em Oiapoque-AP, pretensa colônia agrícola que recebia listas de “indesejáveis” composta por militares revoltosos da década de 1920, “vadios”, “punguistas” e tantos outros: em 1926, dos 946 prisioneiros desterrados, 444 morreram, “mandados sem nenhum processo”, compostos em grande parte por militares rasos e jovens (PINHEIRO, 1991, p. 95-96).

Portanto, outras colônias e prisões da década de 1920 e 1930 não escapavam do contexto de seu tempo, em maior ou menor grau de arbitrariedades e graves consequências para as vidas humanas sob responsabilidade do Estado⁵⁵. Assim, instituições de confinamento transpuseram na longa duração os períodos ditos “democráticos”, “constitucionais” ou “ditatoriais”, cada uma com suas especificidades, fosse a Penitenciária do Estado (SALLA, 1999), a Colônia Cleveland (PINHEIRO, 1991; SAMIS, 2002), a Colônia Correccional de Dois Rios (SANTOS, 2009), o Hospital Colônia de Barbacena (1903-1994), com seus mais de 60 mil mortos entre 1930-1980 (ARBEX, 2013), entre tantas outras. E com o Presídio Político da Ilha dos Porcos em mais de uma década não foi diferente.

1.1.1 O Tribunal de Justiça de São se posiciona sobre o *estado de sítio*

O advento da II República, por meio de um golpe militar concretizado a 24 de outubro de 1930 não trouxe mudança no cenário. Na segunda-feira, 3 de novembro daquele ano, o ex-ministro da Fazenda e então governador eleito do Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas⁵⁶, se auto empossou como “Chefe do Governo Provisório” brasileiro. Uma

⁵⁵ Importante destacar que o fenômeno que envolve a criação de instituições correcionais está inseido em um contexto mais amplo que o estadual e federal. É um movimento que abarca a América Latina quase como um todo, que se inicia com o movimento de independência e a formação dos estado-nação latino-americanos. Segundo Aguirre (2009, p. 44), “as prisões modernas posiam converter-se em ‘laboratórios de virtude’ nos quais as massas indisciplinadas seriam treinadas para se tornarem cidadãos cumpridores da lei nas modernas repúblicas”. Segundo Fernando Salla (1999), emergiram vagarosamente no Brasil após os anos de 1870, ganhando espaço na discussão pública concomitantemente com o movimento republicano e positivas, na conjunção do ideário de progresso materila com a manutenção da ordem social: progresso e ordem.

⁵⁶ Foi ministro da Fazenda entre 15 de novembro de 1926 até 17 de dezembro de 1927, durante o governo paulista de Washington Luís. Foi eleito governador do Rio Grande do Sul em dezembro de 1927, para mandato de 1928 a 1933.

semana depois, por decreto, o governo subtraiu para si todas as atribuições do Poder Executivo e Legislativo (art. 1) e a competência por todas as nomeações e demissões de funcionários públicos; dissolveu todos os órgãos legislativos e deliberativos do país (art. 2), suspendeu as garantias constitucionais e excluiu a apreciação judicial dos atos do governo federal e de interventores (art. 5) – aliás, os atos dos interventores só poderiam ser revistos pelo próprio “Chefe do Governo Provisório” (art. 11); ainda, excluiu a possibilidade de habeas corpus para crimes políticos ao garanti-lo apenas a “crimes comuns” (art. 5) e instituiu a nomeação de interventores federais nos estados (art. 11). Cabia ao “Governo Provisório”, do governo federal aos interventores, garantir “a ordem e segurança pública, promovendo a reorganização geral da República” (art. 13), criando ainda um “Tribunal Especial para processo e julgamento de crimes políticos”, a ser discriminado em lei complementar (art. 17)⁵⁷.

De acordo com o decreto complementar, o “Tribunal Especial” teria sede na capital federal e jurisdição sobre todo território nacional (art. 4). Teria competência sobre “todos os fatos que tenham tido princípio ou fim no período do Governo que determinou a Revolução” (art. 3), abrangendo a “defesa dos princípios do regime republicano, do decoro e do prestígio da administração, do erário público, da ordem, e dos interesses públicos em geral” (art. 1), assim como julgaria “os crimes políticos e funcionais” (art. 2). E ainda, na aplicação das penas, sanções e providências, “o Tribunal terá em vista os interesses nacionais, a segurança da ordem pública e as circunstâncias atenuantes e agravantes, sempre a seu critério” (art. 10). E dentre outras, o Tribunal “se comporá de 5 membros, livremente nomeados pelo Governo Provisório” (art. 14), na qual as sessões “serão públicas ou não, a critério do Tribunal” (art. 20), podendo estas serem sigilosas para o próprio advogado do imputado, “caso torne conveniente o sigilo, a critério do Tribunal” (art. 20, parágrafo único)⁵⁸. Ou seja, um Tribunal centralizador, totalitário, com dispositivos vagos e deixados a critério de seus membros, escolhidos pelo Governo Provisório e podendo operar em completo e total sigilo.

Não foi um “estado de sitio” “declarado” e “decretado”, até porque o Legislativo foi dissolvido, mas vários dispositivos de exceção estavam presentes no decreto de 1930. E apesar deste não ter extinguido de forma literal a Constituição de 1891 e dizer que “a nova Constituição” não poderia restringir os direitos dos cidadãos brasileiros e as garantias individuais de 1891 (art. 12), a futura “nova Constituição” só seria proposta quando fosse eleita a “Assemblea Nacional Constituinte” (ANC), para que “estabeleça esta a reorganização constitucional do país” (art. 1). Ou seja, até a eleição da ANC, que ocorreria somente dali a três

⁵⁷ BRASIL. Decreto n.º 19.398, de 11-11-1930.

⁵⁸ BRASIL. Decreto n.º 19.440, de 28-11-1930.

anos, a organização constitucional se manteve em suspensão e sendo negociada a cada evento. Assim, foram mais 1.351 dias de “Governo Provisório” até a promulgação da Constituição de 1934, totalizando quase quatro anos sob um regime ditatorial⁵⁹.

Eis que, em 20 de fevereiro de 1933, segunda-feira, os desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo se reuniram para deliberarem sobre um pedido de habeas corpus impetrado em favor dos “pacientes” João Martins Braga, Alfredo Teles Vanderley e Alberico José de Oliveira, que alegaram estarem detidos “sem motivo legítimo” no Presídio Político da Ilha dos Porcos.

O Acórdão do colegiado trata da “prisão”, dos “motivos políticos”, do “estado de sítio” e do “governo de fato” e, pela natureza da decisão, tornou-se um paradigma para orientar as decisões futuras do judiciário paulista. Pela relevância das justificativas elencadas, segue o texto:

Tribunal de Justiça

ACÓRDÃOS

PRISÃO – Motivos políticos – Estado de sitio – Governo de fato.

Vistos, expostos e discutidos os presentes autos de habeas corpus, n. 8523, da Capital: I – O dr. Antonio L. Salvia impetra uma ordem de habeas-corpus em favor de João Martins Braga, Alfredo Teles Vanderlei e Alberico José de Oliveira, alegando que os pacientes se acham recolhidos, sem motivo legítimo, ao presídio da Ilha dos Porcos. Junta uma justificação, para provar que eles não cometeram qualquer infração de natureza política nem são elementos nocivos á ordem publica. **A fls. 22, encontra-se um officio da autoridade competente junto á justificação, onde se declara que os pacientes são “punguistas” e “vigaristas” perigosos**, registrando numerosas passagens pela policia desta Capital e das do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Juiz de Fôra, Niterói, Baía e Lisbôa.

O dr. Chefe de Policia, na informação do fls. 44 prestada ao Tribunal declara que a detenção obedeceu a motivos políticos, por serem detidos elementos prejudiciais á ordem pública.

II – A Constituição de 1891 permite a suspensão das garantias que outorga aos habitantes do pais; e, quando isso acontece, fica o poder executivo investido da

⁵⁹ Chamar aquele governo de “ditadura” e seu “Chefe Provisório” de “ditador” não foi recurso linguístico e político adotado apenas pelos jornais paulistas entre 1931 e 1933 ou por deputados de oposição na ANC de 1933-1934. Em outubro de 1931, alinhado a Getúlio Vargas e então comandante da Força Pública de São Paulo, o general Miguel Costa comentou: “Ora, se os interventores nas diversas unidades da Federação são méros delegados do chefe do governo provisório, quem é solidário com o ditador é também, “ipso facto”, solidário com os seus mandatários nos diferentes Estados” (*Diários Associados*, Pasta 117.4.4, f. 55, “16-10-31”, FLFC/APESP). Uma semana depois, o então ministro da Guerra, coronel José Fernandes Leite de Castro deu declaração a respeito da “inoportunidade da Constituição”: “prematura a volta do país ao regimen constitucional. A revolução ainda não realizou de modo integral a sua obra e a constituição viria impedir fatalmente que o dr. Getulio Vargas pudesse concluir o seu enorme programa [...] A constituição deve vir e virá porque nenhum de nós deseja e eternização da ditadura nem tem estultas ambições de mando. (*Diários Associados*, Pasta 117.4.4, f. 163, “24-10-31”, FLFC/APESP). Boris Fausto refere-se ao sistema político do período 1930-1945 como “ditadura autoritária”, sendo o “Governo Provisório” uma ditadura “informal”, em contrapartida ao “Estado Novo”, esta uma ditadura “formal” (FAUSTO, 2015, p. 23). Pelo que veremos nesta tese o “governo provisório” foi uma ditadura formal, racional e com dinâmicas sólidas e me referirei ao período enquanto *ditadura provisória* em contraste com a *ditadura permanente* a qual objetivava o “Estado Novo”.

faculdade de prender, em lugar não destinado a réus de crimes comuns, as pessoas cuja liberdade considere prejudicial á ordem publica, assim como deportá-los para outros pontos do território nacional (art. 80). **E, no art. 60 § 5º expressamente declara a lei fundamental da Republica que, “na vigência do estado de sitio não podem os tribunais conhecer dos atos praticados em virtude dele pelo poder legislativo ou executivo.”**⁶⁰

III – É possível que, no uso dessas faculdades excepcionais, as autoridades administrativas exorbitem praticando atos que a Constituição proíba. Cumprirá, então que os tribunais judiciários socorram as vitimas com o remédio do habeas-corpus. **O estado de sitio, porém, é um instituto de caráter federal.** Não pode ser decretado nem executado pelos Estados. **Quando, pois, uma autoridade estadual pratique atos decorrentes do estado de sitio, ou estará procedendo por delegacia do governo federal é que terá competência para examinar a legalidade do ato praticado. A ela e não aos juizes locais é que se devem dirigir os prejudicados.**

IV – Assim é sob o império da Constituição Sob a ditadura, não ha como proceder de modo diverso. O governo de fato constituído em 1930 não ampliou – antes cerceou as funções judiciais. Assumiu o poder discricionário e declarou suspensas as garantias constitucionais (decr. n. 19.938 daquele ano). E os Estados passaram a ser governados por Interventores, que são agentes e delegados do poder central.

V – Pelo exposto, a PRIMEIRA CAMARA do Tribunal de Justiça declara-se incompetente para conhecer o pedido e condena o impetrante nas custas.

São Paulo, 20 de fevereiro de 1933

[Manoel da] Costa Manso, presidente e relator – Paula e Silva – Campos Maia – Hermogenes Silva. (grifo meu)⁶¹

João Martins Braga era português; Alfredo Telles Wanderley era pernambucano e “Alberico José de Oliveira” estava envolvido em uma sequência de transferências entre a Delegacia Regional de Santos e o Gabinete de Investigações, sendo remetido com o nome de “Albino” e sem maiores informações conhecidas. Com exceção de Alberico ou Albino, é possível saber que os outros dois foram para a Ilha em uma sexta-feira, 16 de dezembro de 1932⁶², após o presídio ser reaberto devido às reformas que foram necessárias em virtude das destruições ocorridas durante a guerra civil militar iniciada pelo governo paulista. Apesar do relator listar propositadamente em sequência as sete cidades diferentes de forma a ressaltar que os sujeitos citados “são” algo (“punguistas” e “vigaristas”) e que ainda “são” “perigosos”, há de ser levado em conta que eram civis nascidos em dois estados nacionais diferentes e em um país estrangeiro, cujas trajetórias não são conhecidas, nem ao menos o mérito se, de fato, havia praticado algum crime, mesmo que não fosse o objeto da pauta.

⁶⁰ Incluído pela Emenda Constitucional de 03-09-1926: “Nenhum recurso judiciario é permittido, para a justiça federal ou local, contra a intervenção nos Estados, a declaração do estado de sitio e a verificação de poderes, o reconhecimento, a posse, a legitimidade e a perda de mandato dos membros do Poder Legislativo ou Executivo, federal ou estadual; assim como, na vigencia do estado de sitio, não poderão os tribunales conhecer dos actos praticados em virtude delle pelo Poder Legislativo ou Executivo”.

⁶¹ DOSP, 26-02-1933, n.º 47, p. 40.

⁶² Livro de registros, PEIA.

O relator aponta a “autoridade competente”, ao mesmo tempo representante máximo da instituição provocada pelo Judiciário e a única prestadora das informações atinentes ao caso, o então chefe de polícia em fevereiro de 1933, coronel gaúcho Bento Borges da Fonseca, justificou a detenção baseada em “motivos políticos” por serem “elementos prejudiciais á ordem pública”: resposta padrão e indiferenciada que as autoridades a Polícia Civil ofereceram durante a década de 1930 e 1940, ressaltando que na década de 40 também utilizavam a expressão “com fundamento no estado de emergência”. E tal justificativa foi o suficiente para encerrar o caso porque, tal como confirmou o TJ, o Brasil estava sob vigência do estado de sítio e atestou que, sendo o estado de sítio um instituto de caráter federal, os tribunais estaduais não possuíam competência para examinarem a legalidade de qualquer ato praticado, vez que o governo estadual era dirigido por agentes e delegados do poder central ditatorial constituído em 1930.

Independentemente de qualquer leve crítica que possa ter sido embutida no acórdão, o Poder Judiciário e a polícia estadual estavam acostumadas a práticas pouco democráticas e respeitadas às garantias constitucionais, mesmo fora do estado de sítio, durante o período republicano (1889-1930), como demonstraram Luís Antônio Francisco de Souza (2009) e Marcelo Martins (2014)⁶³. E afirmo que, fosse sob a ditadura provisória (1931-1934), sob o governo constitucional (1934-1937) ou sob a ditadura permanente do “Estado Novo” (1937-1945), as instituições paulistas estiveram afinadas com os objetivos da ditadura do governo central de Getúlio Vargas, ao assegurarem a possibilidade da continuidade da repressão política e social no estado contra os inimigos em comum.

1.1.2 A polícia e o habeas corpus: necessidade da suspensão

Em 1947, o condenado Ernesto Galhardo de Queiroz⁶⁴ desejava que fosse descontado de sua pena os dias em que permaneceu detido na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) entre julho a agosto de 1944, desencadeando uma série de ofícios entre repartições do judiciário e da polícia paulista. O trâmite burocrático envolveu, ao menos, um delegado auxiliar, posto considerado de 1ª classe, delegados especializados e o diretor geral da

⁶³ Essa linha poder regressar ainda mais na cronologia histórica, se voltarmos às prtáticas dos chefes de polícia do século XIX e questão da Casa de Correção de São Paulo. A coletânea *História das Prisões no Brasil*, v.1 e v.2 abordam também o período e trazem valiosos estudos para outros estados do Brasil, recortes que abrangem do século XVIII às primeiras décadas do século XX, focando principalmente no período oitocentista.

⁶⁴ Ernesto, “cútis preta”, “cabelos encarapinhados” e natural de Niterói, possui três entradas na Ilha Anchieta: maio e outubro de 1938 e maio de 1939 (*Folha de Identificação*, 05-08-1944, pront. n.º 21.982, DEOPS/APESP; *Livro de registros*, PEIA).

Secretaria da Segurança Pública (SSP). Como os delegados e o arquivo geral não conseguiam precisar o período em que Ernesto havia sido detido para “legitimação”, solicitaram que o responsável pela carceragem o fizesse. Entretanto, o sub-encarregado da carceragem afirmou aos (por) seus superiores que não seria possível informar o que era requerido pelo TJ, vez que após um “levantamento dos detentos, destruíram todos os assentamentos” e a carceragem do Largo da General Osório só fora reaberta em 1946: concluiu que “esta dependência não tem elementos para informar a data e o dia do mês de Agosto de 1944 que foi preso e teria sido posto em liberdade”⁶⁵. Mesmo assim, o então chefe do Departamento Estadual da Ordem Política e Social (DEOPS), João Carneiro da Fonte, solicitou que o pedido fosse indeferido por se tratar de “detenção policial” que visava “o interesse da Justiça e o bem estar coletivo” e, “principalmente, por não se tratar de uma requisição judicial e sim uma petição do próprio interessado”⁶⁶.

Nessa interação entre as instituições e suas equipes, o chefe de consultoria jurídica do TJSP enviou um parecer sobre o caso para a diretoria geral da SSP, mensagem que está entre um dos mais importantes *testemunhos involuntários* acessados por esta pesquisa e, por isso, cito-a quase toda em sua totalidade:

1) O assunto já foi por nos examinado [...] em outubro de 1943 [...]. Naquela época, como ainda agora, a nossa opinião pessoal é a mesma, isto é, favorável ao fornecimento de certidões sobre o tempo de prisão policial sofrida por aqueles que são posteriormente condenados [...]. **Não obstante o perigo que tais certidões pudessem oferecer para as autoridades policiais que determinaram as prisões, manifestamente ilegais**, era uma solução justa e humana, uma compensação que foram **vítimas de um constrangimento ilegal**. Aliás, em muitos casos, foram fornecidas, por inadvertência ou não, essas certidões e **o Juízo das Execuções Criminais limitou-se sempre a mandar computar o tempo dessa prisão e nada mais**. É sabido que as prisões, chamemo-las “policiais”, embora **evidentemente ilegais**, muitas vezes foram impostas na defesa da tranquilidade pública, no exclusivo interesse da sociedade. [...] Se bem que exista, sobretudo hoje em dia, em nossa moderna legislação penal, todos os remédios necessários para que a Polícia exerça as suas relevantes atribuições sem infringir a lei, bastando somente o esforço de seu exato cumprimento – tal situação nem sempre existiu nem sempre ocorreram, para os Delegados de Polícia, as indispensáveis condições materiais para a completa observância da lei [...] Considerando tais razões, foi que **a Justiça, embora conhecedora das prisões ilegais feitas e mantidas pela Polícia, jamais procurou responsabilizar as autoridades que as determinavam**.

2) Como se verifica do processo incluso, não obstante o acolhimento favorável que deu ao nosso ponto de vista o Diretor Geral na ocasião, o saudoso dr. Alfredo Issa, o Exmo. Sr. Secretario da Segurança de então concordou [...] a orientação desta Secretaria no sentido de não fornecer certidão ou informação alguma referente a essas prisões “policiais” [...]

3) Assim, á vista do exposto, parece-nos que a Secretaria deve continuar a manter a orientação que vem adotando desde 1943, somente fornecendo certidões ou informações sobre o tempo de tais prisões quando houver requisição judicial [...] Na

⁶⁵ *Ofício s/n*, 08-08-1947, “sub-enc da Carceragem”, Abelardo Augusto Simas, fls.3, pront. n.º 21.982, “Ernesto Galhardo de Queiroz”, DEOPS/APESP.

⁶⁶ *Ofício s/n*, 09-08-1947, chefe do Departamento Estadual da Ordem Política e Social, João Carneiro da Fonte, fls.3, pront. n.º 21.982, “Ernesto Galhardo de Queiroz”, DEOPS/APESP.

hipótese deste processo, há uma situação favorável á atitude da Polícia, ou seja, o “estado de emergência” crônico em que nos encontrávamos, por força do disposto no art. 186 da Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937, a **dar uma aparente base legal** á prisão policial. Nem é preciso acentuar que, doravante, sob o regime legal e constitucional em que estamos, a atividade da Polícia deve poder cingir-se estritamente aos postulados da lei. [grifo meu, sublinhado no original]⁶⁷

Autoexplicativo e bem sintético o parecer que demonstra a simbiótica relação entre polícia e judiciário paulistas, mas ainda há mais depoimentos oferecidos pelos próprios atores estatais e envolvidos diretamente com a Ilha Anchieta.

Em dezembro de 1937, com o fim do estado de guerra e a já outorgada Constituição do “Estado Novo”, o então diretor da Colônia Correccional da Ilha Anchieta, durante um inquérito, prestou a seguinte declaração:

Arthur Bernardo [Arthur Bernardi ou Bernardes, então subdiretor] indo a Capital [...] esteve no Gabinete de Investigações onde o doutor Miguel Teixeira Pinto, delegado addido a repressão a vadiagem, **mostrou-se aborrecido com os numerosos pedidos de habeas-corpus** que vinham sendo impetrados em favor dos indivíduos recolhidos a Ilha e como essa medida vinha embaraçando a **campanha de Saneamento Social** que a Policia encetara **estavam as autoridades do Gabinete interessadas em estudar um meio de conseguir junto ao senhor General executor do Estado de Guerra aquecesse na permanência desses indivíduos a suas ordens e dessa forma os habeas corpus seriam denegados.**⁶⁸

Ou seja, para a manutenção das práticas policiais, manifestamente arbitrária e ilegal, era importante que houvesse um cerceamento do habeas corpus o que, em linhas gerais, se não poderia ser totalmente suspenso durante o estado de sítio por estar contido nos dispositivos constitucionais e códigos jurídicos das constituições vigentes, tornava-se contornável quando as autoridades policiais justificam as prisões com base no “estado de emergência” ou enquanto “perigosos à ordem social”.

E um exemplo de como era uma ação conjunta e sistêmica, em junho de 1938, o então delegado de Repressão à Vadiagem, Walter Autran, encaminhou um ofício ao delegado regional de Santos. Solicitou o “máximo de empenho” para realizar uma “severa vigilância”

⁶⁷ Todo documento presente em um prontuário da polícia política é relevante e pode render pistas e análises reveladoras. Entretanto, vez ou outra, alguns documentos chaves aparecem, tal como esse aqui transcrito. Esta mensagem, um perfeito *testemunho involuntário* (BLOCH, 2001), provavelmente apenas se manteve preservada por estar inserida entre outros 18 ofícios que foram transcritos de forma sequencial em quatro folhas em setembro de 1947. Sabemos que, ao longo dos anos, os prontuários foram ficando cada vez menores, possuindo hoje um tamanho muitas vezes ínfimo se comparado ao que já fora um dia. Em prontuários que foram muito revisados, basta notar no verso de cada folha os carimbos e as contagens que, a cada novo carimbo e risco sobre o antigo, aumenta o ano e diminui a contagem indicando qual o n.º daquele mesmo documento: por exemplo, se em 1933 era o doc. 120, em 1948 o mesmo doc. passa ser o 15. *Ofício n.º 5695/48-518*, 30-06-1947, chefe de consultoria do Tribunal de Justiça, Carlos Casimiro Costa, para a Diretoria Geral da Secretaria da Segurança Pública, fls.2-3, pront. n.º 21.982, “Ernesto Galhardo de Queiroz”, DEOPS/APESP.

⁶⁸ TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL (TSN). Depoimento de Pedro Freire Gomes, 3ª testemunha; Apelação n.º 294 de Heli Fernandes da Camara, Processo Crime n.º 532, 25-05-1938, p. 8. ARQUIVO NACIONAL, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 10.

nos pontos de embarque e desembarque de ônibus e principalmente na linha férrea, com “o objetivo de capturar punquistas etc.” que utilizavam tais meios de transporte, principalmente os vagões de trem. E fez outros dois pedidos: primeiro, que logo ao “verificar a detenção” a Delegacia de Repressão fosse comunicada por rádio ou telégrafo; segundo,

Solicito ainda que, quando escoltados por praças, recommendal-es que **não prestem aos detidos favores para formular telegramas para a Capital, afim de evitar pedido de habeas-corporis – tão prejudiciais a nossa Policia** e, fugas muito comuns nesses casos. (grifo meu)⁶⁹

Após a promulgação da Constituição de 1934, foram 262 dias até a promulgação da Lei de Segurança Nacional (1935) e aproximadamente um ano e quatro meses até o “estado de sítio” de novembro de 1935. No Brasil, o recurso da declaração do estado de sítio foi instrumento utilizado e seus prazos prolongados algumas vezes nas primeiras décadas do século XX e, uma vez legislado o “estado de guerra” na Constituição de 1934, este também foi utilizado algumas vezes na segunda metade da década de 1930 e na primeira década de 1940⁷⁰. O que está em discussão é um processo de quase quatro décadas de atividade política sob um regime que promoveu a generalização do “paradigma da segurança como técnica normal de governo” (AGAMBEN, 2004, p. 28)⁷¹. Nas palavras de Elizabeth Cancelli:

As determinações dos Estados de Sítio e de Guerra representavam, na realidade, apenas um agravamento da situação que a polícia do regime já vinha praticando há muito tempo. A censura quase contínua da imprensa, depois de 1930, era o testemunho da preocupação do Estado totalitário em não permitir qualquer manifestação crítica ou discórdia [...]. Os estados de Sítio e de Guerra e o abarrotamento das prisões faziam as vezes uma demonstração de forças. O regime dava mostras do que seria capaz para alcançar seus objetivos. Contribuía muito, para que toda população ficasse ciente e temesse o poder do governo, o fato de as pequenas perseguições pessoais tendo como

⁶⁹ *Oficio s/n*, 21-06-1938, do delegado de Reperssão à Vadiagem, Walter Autran, para a Delegacia Regional de Santos, caixa 537, Acadepol/APESP.

⁷⁰ Em novembro o Brasil entrou em “estado de sítio” (Decreto n.º 457, 26-11-1935), sendo prorrogado em dezembro (Decreto n.º 532, 24-12-1935). Em março de 1936 o país entrou em “estado de guerra” (Decreto n.º 702, 21-03-1936) que perdurou até junho de 1937. Seria novamente decretado em 02 de outubro (Decreto n.º 2.005, 02-10-1937) e vigorando até 10 de novembro, quando há o golpe e início do “Estado Novo”.

⁷¹ Para Giorgio Agamben (2004, p. 17), *estado de exceção* é o fenômeno jurídico que aglutina “a extensão em âmbito civil dos poderes da esfera da autoridade militar em tempo de guerra, e, de outro, uma suspensão da constituição (ou das normas constitucionais que protegem as liberdades individuais)”. Desencadeado por “critérios essenciais” tais como “absoluta necessidade” e o “caráter temporário”, os regimes democráticos promovem a “progressiva expansão dos poderes do executivo”, que possibilita a “resposta imediata do poder estatal aos conflitos internos mais extremos” (AGAMBEN, 2004, p. 12). Para o recorte desta tese, temos no Brasil o ordenamento jurídico que regulamenta o estado de exceção desde o nosso primeiro texto constitucional republicano, semelhante ao caso francês, o *estado de sítio*⁷¹. No Brasil, pela Constituição de 1891, o “estado de sítio” podia ser “declarado” pelo Poder Executivo em qualquer ponto do território nacional, em caso de agressão estrangeira ou “grave comoção intestina” (art. 48), podendo intervir nos estados para “reestabelecer a ordem e a tranquilidade”, se requisitado pelo governo estadual (art. 6). Mas competia “privativamente” ao Congresso “decretar” o “estado de sítio” (art. 34), aprovando ou recusando a declaração do Executivo. Mas não só o “Estado de sítio” era competência exclusiva do Legislativo, mas também a extradição entre países e a concessão de anistias. Ainda, configurava “crime de responsabilidade” atos do presidente que atentassem contra a segurança interna e a existência política da União, podendo este ser processado e julgado (art. 53).

justificativa os perigos ideológicos do cidadão serem permanentes e disseminadas (CANCELLI, 1994, p. 118-119).

Para Hannah Arendt, que fomenta de diferentes formas os pensamentos de Cancelli e Pinheiro, “quanto mais extenso é o domínio arbitrário do decreto policial, mais difícil é para os Estados resistir à tentação de privar todos os cidadãos da condição legal e dominá-los com uma polícia onipotentes” (ARENDR, 2012, p. 395). E “um exercício sistemático e regular do instituto leva necessariamente à liquidação da democracia” (TIGNSTEN, 1934 *apud* AGAMBEN, 2004, p. 19).

Ressalto, entretanto, que, ao longo dessa tese, termos como “democracia”, “constitucional” e “ditadura” serão referidos em aspas por conta de serem enunciados destacados por autoridades políticas e articulistas de jornais e periódicos da época. Apesar dessa tese marcar o quanto no mundo da prática a continuação do estado de exceção esteve presente de forma ininterrupta, independente do contexto político-jurídico, as categorias eram enunciadas pelos atores políticos de forma a mobilizar certos interesses ou reforçar certos valores dito “democráticos” e “constitucionais” – apesar de, como já salientou Boris Fausto (1997), tanto a “ideologia liberal” quanto a “democracia burguesa” estavam desacreditadas e eram atacadas por diversas frentes políticas e dos mais variados espectros ideológicos. O contraste foi proposital de forma a ressaltar as ambivalências em jogo e demonstrar como o discurso das “garantias constitucionais”, tal como ocorreu em 1934, não impediu que um presídio paulista, que não existia legalmente, recebesse “levas de trabalhadores” sob “sigilo”.

1.2 “Indesejáveis” na Ilha Anchieta⁷²

“Eliminar da sociedade orgãos parasitários que a ameaçam”, a “praga social”. Nessas palavras, em 1935, Francisco de Assis Carvalho Franco⁷³, então chefe do Gabinete de Investigações em São Paulo, fez referência aos “indivíduos pouco afeitos ao trabalho honesto [que] crescem na razão directa dos progressos das grandes metrópoles”. Em tal situação, a “practica de todos crimes é questão apenas de um impulso deliberativo, quando as necessidades venham bater á porta desses vagabundos”⁷⁴. Seu antecessor, Antonio Braulio de Mendonça Filho⁷⁵, que depois assumiria como delegado de Vigilância e Capturas, não fez por menos: objetivando libertar a cidade de São Paulo dos “malandros que a infestam”, declarou que a “a ‘cana’ vai ser geral e vai ser ‘dura’”, vez que, como clamava um jornal paulistano, “a remessa de elementos indesejáveis á Ilha dos Porcos, se fizer com suavidade, pouco adiantará”⁷⁶. Porém, o que as autoridades policiais, os jornais e setores do ambiente político e da sociedade civil desejavam nos anos iniciais da década de 1930 não eram novos. Assim, o Presídio Político da

⁷² Sobre os “indesejáveis” no Brasil da Primeira República, ver Pinheiro (1991, p. 87-104). Segundo Endrica Geraldo (2009, p. 175), entre os principais estudos que tratam das ações estatais sobre os “indesejáveis” e seus múltiplos atores e momentos históricos, estão: LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001; _____. *Legislação imigratória e dissimulação racista no Brasil (1920-1934)*. *Arché*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 79-98, 1994; _____. *O Brasil e a Questão Judaica - Imigração, Diplomacia e Preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995; CARNEIRO, M. L. T. *A imagem do imigrante indesejável. Seminários – Imigração, Repressão e Segurança Nacional*, São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, n. 3, 23-44, out. 2003; _____. *Brasil: um refúgio nos trópicos: A trajetória dos refugiados do Nazi-fascismo*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Goethe, 1996; _____. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930 –1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988; BOUCAULT, C. E. de A.; MALATIAN, T. (Orgs.). *Políticas imigratórias: Fronteiras dos direitos humanos no século XXI*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003; KOIFMAN, F. *Quixote nas trevas: O embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002; LEÃO NETO, V. C. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): Contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989; RAMOS, J. de S.. *Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20*. In: MAIO, M. Chor (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 59-82; e PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999”. Adiciono também a obra de Lená Medeiros MENEZES, *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade – protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1996.

⁷³ Segundo Marcelo Martins (2014), Carvalho Franco participou ativamente da reformulação do Gabinete de Investigações (GI) desde 1931, mesmo antes de ser alçado ao posto de chefe, vinha auxiliando Antonio Braulio de Mendonça Filho na tarefa de exonerar, manter e adicionar novos inspetores aos quadros policiais. Segundo Luís Antonio Francisco de Souza (2009, p. 190), o GI aumentou sua influência e importância dentro da administração policial com a reforma de 1924 (Lei n.º 2034), abrigando as novas delegacias especializadas e repartições anexas.

⁷⁴ *Relatório do Gabinete de Investigações*, 1935, p. 97, caixa 702, Acadepol/APESP.

⁷⁵ Segundo Marcelo Martins (2014), Antonio era um delegado do interior e foi exonerado arbitrariamente pelo governador Carlos de Campos em 1924, acusado de auxiliar os militares “tenentistas” revoltosos. Após o golpe de 1930, foi nomeado pelo comandante da Força Pública e chefe de polícia, general Miguel Costa, para o cargo de chefe do Gabinete de Investigações. Ainda, segundo Marcelo (2014), o delegado era primo de José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo e uma das lideranças do Partido Democrático. Macedo foi ministro das Relações Exteriores (1934-1937) e, quando ministro da Justiça em maio de 1937, foi responsável pelo ato conhecido como “macedada”, libertando centenas de “presos políticos” e revogando o *estado de guerra* que imperava desde o ano anterior.

⁷⁶ *Correio de S. Paulo*, 14-02-1933, n.º 210, p. 2, HDB/FBN.

Ilha dos Porcos foi sendo significado e o que esse pretendia para seu funcionamento e ideal almejado para aquele espaço de reclusão social e política, de saneamento do meio urbano e de eliminação do convívio social todos os “indesejáveis”, engendraram e sustentaram diversas dinâmicas ilegais e arbitrárias praticadas pelas polícias civil e política do estado.

O termo *indesejável* não aparece somente no Brasil da I República (1889-1930), mas ao também nos Países Baixos em 1938⁷⁷ e na França, em 1940, os *indésirables* (PERLIER, 2011)⁷⁸. Hannah Arendt comenta:

Nem mesmo os campos de concentração são invenção dos movimentos totalitários. Surgiram pela primeira vez durante a Guerra dos Bôeres, no começo do século XX, e continuaram a ser usados na África do Sul e na Índia para os “**elementos indesejáveis**” [...] Esses campos correspondem, em muitos detalhes, aos campos de concentrações do começo do regime totalitário; **eram usados para “suspeitos” cujas ofensas não se podiam provar, e que não podiam ser condenados pelo processo legal comum.** (ARENDRT, 2009, p. 584-585, grifo meu)

E aqui não se trata necessariamente dos apátridas descritos pela autora a partir dos acontecimentos da primeira guerra mundial (1914-1918), situação jurídica, política e humanitária que atingiu minorias étnicas, religiosas ou inclusive grupos antes dominantes, como a aristocracia russa. Para Arendt, o cinismo e ódio vago, difuso, de todos e de tudo passaram a desempenhar papel central nos negócios públicos (ARENDRT, 2012, p. 370). No Brasil, os “potencialmente perigosos” eram aqueles que colocavam em risco a “ordem social” e a “tranquilidade pública”, na percepção das autoridades policiais e políticas dominantes. Como aponta Maria Luiza Tucci Carneiro, “apontava-se o sujeito construindo, através da prática repressiva, o conceito de inimigo-objetivo, que real ou imaginário, acaba interferindo na configuração da ideia de crime político” (CARNEIRO, 1999, p. 336). Ou seja, o inimigo do Brasil e de suas elites era interno e já era combatido há algumas décadas.

Em linhas gerais tínhamos dois polos: de um lado o “anarchismo” e o “comunismo” através de partidos políticos e associações de trabalhadores, principalmente urbanos, que lutavam por reconhecimento e garantias de direitos trabalhistas (lei de férias, lei das 8 horas, contra o trabalho infantil, aumento de salários etc.), de outro, uma massa urbana desempregada, majoritariamente negra, pobre, sofrendo as consequências de uma abolição praticada sem assistência social e políticas públicas de apoio, assim como dos efeitos da

⁷⁷ “Uma circular das autoridades holandesas (7 de maio de 1938) chama expressamente cada refugiado de “estrangeiro indesejável” e define o refugiado como um “estrangeiro que deixou o país pela força das circunstâncias” (ARENDRT, 2012, p. 780).

⁷⁸ Eram os comunistas, judeus, ciganos, estrangeiros antifascistas (como os membros do exército popular republicano espanhol), opositores ao regime de colaboração de Vichy e membros da resistência francesa que lutavam contra o exército de ocupação nazista.

Primeira Guerra Mundial e da crise do café, que ocasionaram a estagnação e arrocho salarial, inflação sobre produtos básicos e o aumento dos valores dos aluguéis, relegada então a ser exército de reserva das fábricas, contribuindo para a diminuição dos salários, e tendo que recorrer a trabalhos informais. Para fechar o ciclo, realizar greve sem consentimento das autoridades era crime, ser desempregado e abordado na rua era crime, estar embriagado e ser abordado na rua era crime, ter dinheiro no bolso e estar desempregado era crime. Não havia muita alternativa se o indivíduo fosse pobre, operário ou não tivesse um contrato individual de trabalho em São Paulo – sendo que em 1934 a população da capital era de 1.337.664 pessoas e que ao final de 1930 havia uma estimativa de 100 mil pessoas “desempregadas” (ZANIRATO, 2000)⁷⁹. Essa massa urbana, vista de forma subalternizadas pelas elites demofóbicas, depreciava-se ainda mais frente a suspeição dos inspetores de polícia, herdeiros da tradição inquisitorial policial: assim, “indivíduos sujeitos à prisão simples” eram detidos para “averiguações” enquanto “parasitas” avessos à moral e ao trabalho, encaminhados para as delegacias para serem “legitimados”. E criando um paralelismo com Arendt (2009, p. 385), se não era possível ao Estado desfazer de toda essa população e transformá-la em cidadã, pela “correção” e “trabalho honesto” e dotando-os novamente de valor moral, toda ela ficava à margem das garantias legais, ficava completamente “à mercê da política, que por sua vez, não hesitava muito em cometer atos ilegais para diminuir a carga de *indésirables* no país” (ARENDR, 2009, p. 387). É uma das perplexidades apontadas pela autora em relação aos direitos humanos, a dualidade entre a soberania do Estado e a arbitrariedade da sociedade, nesse caso, principalmente das elites que ocupavam todos os cargos públicos e seus postos de chefia.

Assim, a Ilha Anchieta possuiu o objetivo de “alijar do convívio social” as “levas de indesejáveis”, composta por “descuidistas”, “desocupados”, “desordeiros”, “gatunos”, “guitarristas”, “oportunistas”, “proxenetas”, “punguistas”, “ratoneiros”, “vadios”, “vagabundos” e tantos outros nomes que combinavam termos jurídicos e jargões policiais. Toda uma população que, aos olhos das elites estaduais, era destituída de moral e refratária ao trabalho, posta à margem da moralidade pública e que se distinguiam frontalmente dos “homens de bem”.

E aqui cabe uma pontuação a respeito do termo “pena”. Como retratado por Luís Antônio Francisco de Souza (2009, p. 408), no início da República as autoridades policiais ainda mantinham atribuições pertencentes à esfera do judiciária, cabendo ao delegado o poder de processar indivíduos que fossem enquadrados enquanto contraventores, crimes relacionados

⁷⁹ Sobre as dificuldades em relação ao conceito e quantificação de “desempregado” em São Paulo durante as primeiras décadas do período republicano, ver Alexandre de Freitas Barbosa (2008).

à ordem pública e aplicação das respectivas penas estipuladas no Código Penal de 1890. Tal como tipificado na época, contraventores eram aqueles considerados como praticantes da capoeira, “ébrios”, “vadios” e “mendigos”, mas a possibilidade desse processo administrativo também passou a ser utilizado contra o trabalho informal, pequenos expedientes, mendicância factícia, os jogos, a prostituição e o anarquismo (SOUZA, 2009). E a partir daqui faço algumas ressalvas: a) parcela da população encarcerada na Ilha não era considerada contraventora e lá esteve sob acusação de prática de furto que, no jargão policial, era composta pelos “gatunos”, “punguistas”, “oportunistas” etc., o “contumaz ladrão”, o “conhecidamente ladrão”; b) essa mesma parcela, assim como aquela considerada contraventora, passavam ambas pelas “prisões policiais”, “prisão para averiguação”, “prisão para legitimação” etc. e, como visto no tópico anterior, “manifestamente arbitrárias e ilegais”; c) o termo “pena” aparece de duas formas na documentação: nas anotações no livro de registros e em ofícios de delegados, inclusive para casos que não se relacionavam com a possibilidade de contravenção. Portanto, apesar dos atores estatais se referirem literalmente a aplicação de uma “pena” que não caberia a eles ordenar – que por si já demonstra aspecto importante para a compreensão da ação e subtração de um poder judiciário por parte das autoridades policiais, isso não implica, ao longo desse texto, que o uso pelos atores estava amparado juridicamente por uma sentença condenatória transitada em julgado expedida por um juiz de direito.

Por fim, feita a ressalva de todas as arbitrariedades e ilegalidades que foram impostas pelo Estado (nacional e paulista) sobre centenas de brasileiros e imigrantes que foram degradados para a Ilha Anchieta, informo que optei por utilizar ao longo do texto os termos utilizados pelos distintos atores e repartições estatais de forma a preservar a flutuação das nomeações ao longo dos anos: “companheiros”, “detentos”, “detidos”, “trabalhadores”, “presidiários”.

1.3 Houve ou não “presos políticos” na Ilha Anchieta?

Os primeiros apontamentos encontrados na literatura acadêmica que comprovam a presença e dão nomes dos cidadãos brasileiros e imigrantes, detidos por suas atividades políticas e encarcerados na Ilha Anchieta, aparecem de forma isolada e com breves menções nos trabalhos de Emiliana Andréo da Silva (2001) e Rodrigo Rodrigues Tavares (2001). Por mais que não fosse o objetivo de tais obras tratar sobre o Presídio Político da Ilha dos Porcos, as menções a João Antonio Barros Valente, Henrique Covré e Victor Garcia aparecerem majoritariamente nos resumos descritivos dos prontuários consultados, trabalhos que retratam

o esforço coletivo de pesquisadoras e pesquisadores que se debruçaram sobre os documentos do DEOPS, em um esforço acadêmico orientado por Maria Luiza Tucci Carneiro⁸⁰.

Já em 2009, na quarta edição de seu livro *Ilha Anchieta: rebelião, fatos e lendas*, o memorialista e tenente reformado Samuel Messias de Oliveira fez longa adaptação do texto original da primeira edição, publicada oito anos antes (OLIVEIRA, 2001). Na nova redação, Samuel reforça que a Ilha possuiu “presos políticos” e expõe um pouco mais sobre os anos de 1930, se valendo não apenas dos seus diálogos com “Escoteiro”⁸¹, mas também a partir de uma matéria jornalística de Willy Aureli do *Folha da Noite*. Em linhas gerais e a partir da fonte jornalística, o memorialista comenta que após a “Revolução de 1932”, “os prisioneiros políticos, protestando sempre, terminaram permanecendo na capital, enquanto que os presos comuns, obrigados a cederem suas vagas para os políticos, acabaram sendo transferidos para Ilha, que voltou a ser presídio para todo o tipo de prisioneiro, menos o político, é claro [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 12). Já o memorialista Jorge Cocicov (2017), referindo-se exclusivamente ao período anterior à guerra civil-militar de julho de 1932, afirma que “somente os presos comuns e políticos inexpressivos foram segregados na ilha” (COCICOV, 2017, p. 52). Esta versão, repetida por interlocutores nos eventos das associações ligadas a Ilha é compreensível: primeiro, poucos “presos políticos” tiveram seus nomes noticiados nos jornais e, alguns deles, foram descritos como “vadios” e “punguistas” pela imprensa; segundo, os “presos políticos” que iam para a Ilha dos Porcos eram remetidos em caráter de incomunicabilidade, diminuindo então a possibilidade de entrarem em contato com funcionários civis e militares, estafe que não permanecia muito tempo na Ilha. Ademais, há uma distância temporal de quatro anos entre a saída do último comunista⁸² até a chegada de personagens que contariam suas histórias aos memorialistas e demais interlocutores com os quais tive acesso nos últimos onze anos.

⁸⁰ A *Coleção Inventário DEOPS* foi um Projeto Integrado entre o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Departamento de História da Universidade de São Paulo, com apoio da FAPESP. Com atividades desenvolvidas entre 1996 a 2001, foi coordenado por Maria Luiza Tucci Carneiro (USP), Boris Kossoy (USP) e Fausto Couto Sobrinho (APESP).

⁸¹ Segundo Samuel Messias de Oliveira (2005), Antonio Francisco Alves, conhecido como “Escoteiro”, foi detido aos 17 anos por ser “campana de jogo” e condenado a três meses de prisão na Colônia Correccional da Ilha Anchieta em 1938. Após cumprir a sentença, optou por continuar na ilha e permaneceu mais três anos até ser admitido como guarda de presídio ou vigilante, chegando ao posto de subchefe de disciplina. Com o assassinato do chefe de disciplina Portugal de Souza Pacheco durante a “rebelião de 1952”, “Escoteiro” assumiu a posição.

⁸² Aqui tomando por base 1934. Porém, é recorrente o discurso de que a Ilha não teve “presos políticos”, por mais que alguns tenham sido enviados para lá durante o Estado Novo e que centenas tenham sido enviados para lá após a Segunda Guerra Mundial, principalmente após o PCB ser condenado à ilegalidade tendo seu registro cassado em maio de 1947. A esta época já estava em funcionamento o Instituto Correccional da Ilha Anchieta (ICIA), que operou entre 1942-1953.

Mas essa visão parcial e também errônea sobre o período em que operaram o presídio político, compreensível em obras de memorialistas e nas falas de interlocutores, não foi exclusiva a tal literatura. Segundo um historiador, “o presídio político não foi de fato efetivado. Existiu no papel, mas nenhum preso político do Estado Novo foi abrigado na ilha” (FERREIRA, 2018, p. 10). Ainda, o mesmo afirma, sobre os primeiros anos da década de 1930, que “não é certo [...] que a ilha tenha desempenhado um papel relevante no encarceramento de presos políticos” (FERREIRA, 2016, p. 55). Todos esses apontamentos sobre uma pretensa inexpressividade e a falta de relevância, além de não mencionar como isso foi mensurado humanisticamente ou politicamente, têm origem na mesma fonte: o jornalista Willy, que era responsável pela seção policial de um jornal paulistano (ou seja, precisava manter boa relação para obter as informações durante o período ditatorial e de censura à imprensa) e cujo irmão, Aurélio, trabalhou como secretário no Presídio Político anos após a citada publicação.

Porém, digo que após a investigação foi possível determinar que o Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934) recebeu, ao mínimo, vinte e cinco detidos por atividades políticas, constando importantes membros do “Partido Comunista do Brasil” (PCB) que compuseram o Comitê Regional (CR) de São Paulo, “líderes de células”, “comunistas” e “agitadores de greve” de Santos e, inclusive, um do exterior, provavelmente enviado pelo Bureau Sul-Americano (BSA) da Internacional Comunista (IC); estiveram presos também dois secretários da Juventude Comunista (JC), um da capital e um de Santos, assim como um secretário da União dos Operários em Fabricas de Tecidos (UOFT), então maior associação sindical do estado. Essas prisões foram fundamentais para impedirem a reorganização do PCB em São Paulo. Para o segundo momento de Presídio Político foi possível identificar aqueles detidos sob a justificativa do “estado de emergência” e da “manutenção da ordem pública”, a mando do “sr. Secretário da Segurança Pública”, assim como alguns “comunistas” e um militar “integralista” do Exército. Foi praxe também, ao longo de todo o período, o encarceramento de alguns desertores do Exército nacional.

Assim, argumento que a Ilha dos Porcos, depois renomeada Ilha Anchieta em 1934, foi local de máxima exceção no estado de São Paulo, desempenhando uma precisa função no sistema punitivo e ordenador da vigilância e repressão policial, atuando como ameaça e limite que organizava o resto do sistema punitivo, principalmente durante o “Governo Provisório”. Buscando o controle da abstrata noção de “ordem pública”, as forças de segurança atuavam sobre o meio social e político remetendo os “indesejáveis” nacionais e estrangeiros e os comunistas nacionais e estrangeiros para aquela instituição. Assim, nos próprios termos da época, a Ilha foi considerada uma “válvula de escape para os casos insolúveis”, prestando

um “serviço de saneamento” e “profilaxia social” do meio urbano de São Paulo e Santos, aos olhos não só da imprensa e setores políticos, mas principalmente na visão das autoridades policiais.

Entretanto, é preciso fazer uma breve ressalva. O termo “preso político”, nos anos investigados por este trabalho, não serviu a todos aqueles detidos por certas atividades políticas – já que apenas algumas eram reprimidas. O termo foi reservado, por exemplo, a figuras bem delimitadas, como delegados de polícia, políticos e militares presos em abril de 1931, envolvidos numa tentativa de golpe, nomeado de “intentona paulicéa” pelos jornais; ou quando o general Isidoro Dias Lopes e outros foram enviados para a CCDDR ou para o exílio na Europa, após a derrota de São Paulo na guerra de 1932; reservado também ao general Miguel Costa, enviado para o presídio político do Belém (“Maria Zélia”) após os eventos de novembro de 1935⁸³; assim como Vicente Ráo, ex-secretário da Justiça e Segurança Pública na interventoria paulista e ex-ministro da Justiça de Vargas, preso em 1940 por tomar parte da “conspiração armandista”⁸⁴; possivelmente também foi reservado a Christiano Altenfelder, ex-secretário da Segurança Pública, que esteve detido na Casa de Detenção de 3 a 4 de novembro de 1943, por ordem da Superintendência de Ordem Política e Social⁸⁵; ou seja, para ser “preso político” era necessário alguns requisitos (poder político, econômico, classe, patente militar, status social etc.), que não me parecem ter sido atingidos pelos “comunistas”, “anarchistas”, entre outros, tal como será exposto quando é retratado o banimento ilegal para fora do Brasil praticado pela Delegacia de Ordem Social contra membros do PCB que estiveram detidos na Ilha Anchieta.

1.4 Divisão da Tese

Esta Tese está dividida em quatro partes. Na primeira parte faço uma introdução geral à questão, apresento os materiais utilizados e uma síntese da contribuição da pesquisa para o Parque Estadual da Ilha Anchieta. Aqui também apresento os percalços da pesquisa e as mudanças que houve desde o projeto, principalmente por este ter sido baseado em cartas que, ao serem cruzadas com distintas fontes, levantam a forte hipótese de apresentarem um conteúdo falso.

Na segunda parte trato do Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934) e, principalmente, da repressão política ao Partido Comunista do Brasil. Aqui apresento duas

⁸³ Pront. n.º 1.801, DEOPS/APESP

⁸⁴ Pront. n.º 9.268, DEOPS/APESP

⁸⁵ Pront. n.º 52.381, DEOPS/APESP.

hipóteses: a) o presídio teve papel relevante e fundamental para a polícia paulista, foi neste período que ocupou o topo da exceção no esquema gerenciado pela Delegacia de Ordem Social e o Gabinete de Investigações; b) ponto que, naquele momento, mais do que o acréscimo de prisões realizadas pela polícia e o crescente aumento das “levas” para a Ilha Anchieta, em relação aos detidos por atividades políticas interessava mais, no primeiro momento, deixá-los circular do que manter a prisão por longo tempo: fazendo-os circular novamente facilitavam as “campanas”, a produção dos relatórios de infiltrados, novas detenções e prisões de recém chegados à capital, principalmente comunistas enviados pelo Comitê Central.

Na terceira parte ponto duas questões: a) traço o papel que a ilha assumiu entre 1931-1942 dentro do contexto de “profilaxia” e “saneamento do meio social”, recebendo “levas” de “indesejáveis” da capital e de Santos, e através de alguns dados, mesmo que parciais, tento apontar como a eugenia e o racismo podem ser observados não apenas pelo perfil de “vadios”, “mendigos”, “dementes” e outros enviados para lá, mas também daqueles que eram selecionados para os trabalhos forçados; b) reconstruo as dinâmicas de quando a Colônia Correccional da Ilha Anchieta, entre julho de 1934 a janeiro de 1936, pelo menos, mesmo com a Constituição de 1934 já em vigor, recebeu “levas de trabalhadores” e dentre outros cidadãos detidos arbitrariamente e mantidos ilegalmente sob “sigilo” para a realização de trabalhos forçados. “Sigilo recomendado pela polícia” da capital, ocultavam não só de autoridades policiais do litoral, mas também do Judiciário, fosse de juízes de varas criminais ou de desembargadores do Tribunal de Apelação, que julgavam os habeas corpus. Com as autoridades policiais ocorrendo em diversos atos tipificados no código penal e na constituição federal, contra os cidadãos e contra a administração pública, me propus assim, de forma introdutória à questão, lançar pelo menos uma hipótese: relaciono então, com auxílio da teoria weberiana, a atuação do bacharel em Direito/delegado/historiador/coleccionador de documentos raros do século XVI e chefe do Gabinete de Investigações, Francisco de Assis Carvalho Franco (1933-1938), com o tema do “bandeirantismo”, tão estimado e reverenciado pelo delegado, escritor de diversas obras e autor premiado.

Na quarta parte, que apresenta o período com maiores lacunas na documentação, traço brevemente o histórico das prisões da Ilha Anchieta com a questão do trabalho e indústria ancorados com intuito de lá desenvolverem desde um “reformatório profissional” a uma “escola de regeneração”, abarcando o período de 1936-1942; ponto também a presença de militares integralistas a partir de 1935 e, inclusive, uma possível viagem de um ex-vigilante para a Alemanha em 1937; por fim, traço um aspecto da burocracia em relação às mortes e aos desaparecidos, principalmente com os conflitos de informação e a ocultação dos fatos: em 1942,

quando há o maior número de mortes identificadas, o presídio é transformado em Instituto Correccional da Ilha Anchieta (ICIA) – após doze anos de funcionamento ganhou seu primeiro regulamento.

2 PISTAS E RASTROS: TRAJETÓRIA DESTA PESQUISA DOCUMENTAL

Carlo Ginzburg, em seu ensaio *Sinais* (2009), menciona especulativamente sobre a percepção, a assimilação e a difusão do conhecimento do caçador, ator apto a narrar uma história através de sua capacidade de ler pistas mudas deixadas por sua presa, interpretando assim todo um conjunto de eventos que não presenciou. O paradigma indiciário, abstraído de suas distintas faces disciplinares e momentos temporais de sua utilização, caracteriza-se por uma ação cognoscitiva, atitude orientada de interpretação de fenômenos superficiais, buscando a existência de uma profunda conexão que os explicam. A partir de abordagens comparativas, classificativas e analíticas sobre as características individuais e infinitesimais, passa a ser possível inferir as causas a partir da observação sistemática dos efeitos, sobretudo de casos individuais, passíveis de serem reconstruídos inteligivelmente através de pistas, sintomas e indícios. E, para o autor, se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas que, através dessas mesmas pistas, permitem que seja decifrada⁸⁶.

E o que podem ser mais opacos que a história e o arquivo documental de uma prisão? E se essa for uma instituição carcerária que em dois momentos serviu como peça fundamental na dinâmica de repressão política e social? Ainda, de um presídio que operou há mais de oito décadas e situado em uma ilha, sujeito às intempéries da distância, dos movimentos de “levante e “rebelião”, do abandono e da maresia? Além, o que esperar de um espaço de confinamento que coexistiu sob um governo ditatorial e com intervenção federal nos estados, sob uma “Lei de Segurança Nacional” (1935), sob declarações de estado de sítio e guerra (1935, 1936, 1937 e 1942) e, por fim, sob um golpe militar que instituiu o “Estado Novo” (1937-1945)? E mais, uma instituição que não possuiu regulamento? E por alguns anos, nem mesmo um decreto que dava sua existência? Lidando com acervos tão incompletos, como pode ser turva a visualização superficial da antiga prisão, das delegacias de polícia e dos prontuários de centenas de atores privados de suas liberdades e garantias individuais? Nesse contexto, portanto, as atividades de pesquisa foram, são e serão um constante olhar para as pistas e os rastros deixados em múltiplos e difusos documentos produzidos por tais instituições, buscando reconstituições de histórias individuais e coletivas em um período denso, heterogêneo e repressivo da história nacional e, no caso, do Estado de São Paulo. Se pesquisar as instituições estatais e seus agentes

⁸⁶ Originalmente, *Spie: radici di un paradigma indiziario*, em *Crisi della ragione*, 1979. Apesar de Marc Bloch (1944) e Michel Foucault (1969) mencionarem também os “rastros” deixados pela atividade humana e a possibilidade de pesquisa sobre eles, Ginzburg, dentro da tradição da microhistória, dá um caráter ainda mais profundo, infinitesimal e isolado para a importância do “rastro”, mesmo que seja apenas um e o que dele pode ser extraído durante a atividade de pesquisa e análise.

não é uma tarefa isenta de dificuldade de observação e análise, como pontua Philip Abrams (1988), esta tese ainda se vale por ser a primeira pesquisa nas ciências humanas a tratar do Presídio Político da Ilha dos Porcos e o Presídio Político da – rebatizada – Ilha Anchieta.

É a primeira vez que uma reconstrução histórica possível é feita para aqueles doze anos de atividade prisional. Optei por utilizar este trabalho para narrar criticamente fatos que foram documentados, buscando também um resgate histórico de vidas ceifadas pelo arbítrio cometido pela ação de atores estatais, informando à leitora e ao leitor, proveniente da academia ou não, os acontecimentos que ocorreram naquela ilha e as biografias daqueles que passaram por lá. Para tentar decifrar o que foi, como operou e a que – e a quem – serviram aqueles modos distintos de ser presídio político e buscando dar conta de todas as variações históricas do objeto (CHARTIER; BOURDIEU, 2012), esta pesquisa se apoia majoritariamente sobre os documentos presentes no arquivo morto do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA)⁸⁷ e nos diversos fundos e acervos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

2.1 Bastidores de Estado: breves considerações desta pesquisa documental

Esta tese é largamente baseada nas comunicações ocorridas nos bastidores do Estado. Do arquivo do PEIA, dos mais de 4 mil documentos, mais de 70% são telegramas e radiotelegramas enviados ou recebidos pela instituição prisional entre 1933-1942: muitos são diálogos entre atores estatais, outros são de caráter pessoal, personalistas e patrimonialistas. Do APESP, mais de 25 mil ofícios da Delegacia Regional de Santos também trazem diálogos, trocas de informações e, inclusive, desabafos. Já nos prontuários do acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), muitas comunicações internas também estão presentes, dando indícios sobre as dinâmicas da atuação policial.⁸⁸

Tais papéis considero como as *testemunhas à revelia* de Marc Bloch (2001). O diretor do Presídio Político da Ilha Anchieta, acredito eu, não imaginava que um dia um pesquisador iria lê-lo recomendando ao seu superior hierárquico, “velho camarada”, o filho do médico da prisão para o cargo de secretário do presídio; ou, teria o delegado adjunto de Santos

⁸⁷ Esta pesquisa foi possível a partir de projeto aprovado pela Comissão Técnico-Científica da Secretaria do Meio Ambiente e do Parque Estadual da Ilha Anchieta – Processo COTEC/SMA n.º 260108-003.692/2016.

⁸⁸ É importante lembrar que a Delegacia de Ordem Social funcionava no prédio do Gabinete de Investigações e há muitas comunicações internas daquele espaço, englobando o Chefe do Gabinete, inspetores, carcereiros e a Delegacia de Vigilância e Capturas. Haverá casos, como veremos no capítulo 5, em que as informações que circulam nessas comunicações internas são diferentes daquelas que são externas, como ofícios para outras delegacias ou agências estatais.

admitido, de próprio punho, informando a prática de tortura na Delegacia Regional? Ou mais, em vários casos, delegados regionais de Santos teriam passado informações erradas ao Judiciário? Ou, ainda, haveria discussão entre um delegado de Santos e um diretor do Presídio Político sobre um cidadão sob custódia do poder público que faleceu na ilha e esta instituição se negava a admitir sua entrada, mesmo a delegacia possuindo a assinatura da escolta acusando o recebimento?

As conversas de bastidores trazem aspectos da burocracia da época, mensagens mais ou menos padronizadas entre as instituições que revelam aspectos da saudação, da despedida e de como os assuntos deveriam ser tratados – a burocracia impõe uma forma e uma tradição no desempenho da ação (GOFFMAN, 2009). Mas tão relevante quanto os aspectos burocráticos do “governo revolucionário” é o aspecto interacional que engloba tais telegramas, radiotelegramas e ofícios. Diferentemente de uma interação estrito senso tal como aquela definida por Erving Goffman (2009), aqui a interação não é face a face e tão pouco há plateia que observa os atores e seus atos. Outra característica é que a maioria dos documentos não apenas se referem a um agente denominado “Estado” e que poderia caracterizar uma *equipe* na linha de ação, homogênea e com tendência a manter seu papel e caráter se fosse interagir, por exemplo, com outros setores da sociedade civil; mas são documentos remetidos e recebidos por autoridades policiais que revelam as múltiplas “equipes” em interação e muitas vezes mostrando a própria heterogeneidade do “Estado”, não sendo raras as interações conflituosas nas quais as *práticas defensivas* são utilizadas para manutenção dos papéis e posições na relação.

Por um lado, podemos observar as relações de familiaridade nos bastidores quando a Delegacia Regional de Santos interage com o Presídio Político da Ilha dos Porcos. Mas mais do que isso, são as relações pessoais, por exemplo, entre um delegado regional específico, Pedro de Alcantara de Carvalho Oliveira⁸⁹, com o diretor do presídio, major Newton Santos. Em outros momentos, com outras pessoas a frente dessas equipes, as trocas de mensagens não revelam um “bom amigo” ou “velho camarada”. O *consenso operacional* do qual nos fala Goffman (2009), nesse emaranhado intraestatal, é definido pelo tipo de cenário e funciona constantemente à revelia da burocracia ou da lei, e nas dissimulações, fraudes, nos personalismos dos agentes estatais com suas mensagens cifradas e símbolos propositais,

⁸⁹ Após ser delegado regional em Bauru, assumiu a Delegacia Regional de Santos em 20-08-1933, por decreto do interventor federal. Cargo que voltou a ocupar em 01-05-1938, por ato do governador. Deixou o cargo novamente em abril de 1939. Nos anos 1930 teve passagens pelas delegacias especializadas de Segurança Pessoal e Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições e serviu como delegado comissionado na 1ª Circunscrição, em 1939.

demonstrando o quanto os atores são elementos chaves no funcionamento burocrático e exemplificam em cada interação como um mesmo roteiro é adaptado de acordo com os cenários e equipes – mesmo que sejam todas elas partes de algo que se denomina “Estado” ou “Polícia” – por isso a opção por *ator estatal* e não simplesmente *agente*.

E tanto para a instituição prisional quanto para a instituição policial, o documento é produto das instituições de uma sociedade, fabricado de acordo com as relações de força e poder: ele não é inócuo ou neutro (LE GOFF, 1977)⁹⁰. Se os documentos de “Estado” são instrumentos de poder, se criam relações de poder e possuem intencionalidades próprias em dizer (e como) ou não dizer, os documentos de uma instituição policial em um contexto de exceção podem ser ainda mais sutis e complexos para o pesquisador, contando também que os arquivos policiais trazem uma “coleção caótica de documentos”, “aleatórios e assistemáticos” (ROSEMBERG; SOUZA, 2009, p. 170). Para André Rosemberg e Luís Antônio Francisco de Souza (2009), devemos atentar que os documentos judiciais e policiais são mecanismos de construção de verdade, um campo de luta onde se digladiam as versões, ancoradas em interesses difusos e que são constantemente manipuladas. Na mesma linha, Marcelo Martins (2014, p. 127-128) reafirma que “todo documento se apoia numa interpretação do real, merecendo [...] leitura cuidadosa”. E aqui há uma outra ressalva importante feita por Maria Luiza Tucci Carneiro:

Nossa preocupação [...] não é tentar averiguar a verdade dos fatos ali registrados – mesmo porque o conceito de verdade histórica é um tanto esquivo –, e sim, verificar *como* os fatos foram construídos segundo a lógica e a ética de uma instituição *sui generis*: uma polícia que tinha como objetivo reprimir e ordenar o pensamento político no país, tornando-o único, incontestável (CARNEIRO, 2014, p. 19, *itálico no original*).

Desta forma, principalmente para aqueles prontuários de comunistas e demais detidos por alegadas atividades políticas que foram enviados para a Ilha, corpo mais volumoso de documentos que abrange principalmente os primeiros anos de 1930, procedi com “leituras repetidas” (CELLARD, 2012)⁹¹; extração e tabulação de dados mais importantes de acordo com as questões curiosas postas por mim, com a posterior triangulação e intersecção das informações dos prontuários com outras fontes documentais; com a extração de conceitos e categorias utilizadas na produção daqueles documentos, tais como conceitos-chave e “jargão profissional

⁹⁰ Jacques Le Goff aponta Paul Zumthor e seu texto de 1960 como um dos primeiros (ou o primeiro) a apontar o documento como instrumento de poder.

⁹¹ Como diz este autor, “é importante extrair os elementos pertinentes do texto, compará-los com outros elementos contidos no *corpus* documental. A maioria dos metodologistas concordam em dizer que é a leitura repetida que permite, finalmente, tomar consciência das similitudes, relações e diferenças capazes de levar a uma reconstrução admissível e confiável” (CELLARD, 2012, p. 304, *itálico no original*).

específico” (CELLARD, 2012); e, por fim, criação de cronologias para cada prontuário e uma cronologia geral. Dessa forma foi possível fazer como sugere Michel Foucault (1969), “questionar o documento”, desmontar e desconstruir toda a massa documental para que depois as informações e documentos sejam “isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos” (FOUCAULT, 2012, p. 8). Como já pontuado por Carneiro numa importante síntese,

“Escrever” a História do Brasil contemporâneo a partir dos documentos policiais implica uma *maneira de ler* tais registros. [...] irá trabalhar com palavras, datas, fatos, imagens, avaliando-as no sentido inverso do raciocínio policial, que estava muito mais preocupado com o *agente do delito* do que com o delito em si. Cabe [...] *(des)construir* as versões ali registradas, ciente de que persistem os silêncios propositais. E, como num quebra-cabeça, nem todas as peças se encaixam. Registros comprometedores certamente foram eliminados e, possivelmente, transformados em pó ou papel picado (CARNEIRO, 2014, p. 19-20, itálico no original).

Posteriormente esses dados foram cruzados com notícias de jornais da época, diários oficiais, com os ofícios da Delegacia Regional de Santos e com os radiotelegramas do presídio: sobrepondo simultaneamente vários planos de ação, os padrões se tornaram visíveis, os contrastes aumentavam e as dinâmicas ocultas surgiam.

Porém, se há considerável material para a primeira parte desta tese, que trata sobre o Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934) e sobre o seu papel na engrenagem de repressão da interventoria paulista, o corpo documental para a segunda parte (1936-1942) é mais parcial e escasso, necessitando de mais rastros e fios para tecer a trama. Assim, a documentação relaciona-se novamente à atitude cognoscitiva comentada por Ginzburg (2009), buscando operações de classificação, comparação e análise da qual podemos inferir as causas a partir dos efeitos, uma atitude orientada para observação de casos muitas vezes individuais, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas e indícios – reforçando que esta pesquisa não é sobre a polícia, o partido comunista ou as centenas de “indesejáveis”: o cerne é a Ilha Anchieta.

Portanto, a partir de alguns poucos documentos chaves e temas específicos (campo de trabalho, “reformatório profissional”, integralismo, perfil de cidadãos brasileiros e imigrantes detidos, as mortes e o inspetor de saúde etc.), aparentemente desconexos, podemos inferir a segunda tese deste trabalho, revelando a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais (GINZBURG, 2009). Ou seja, se o conjunto dos documentos individuais de cada rastro histórico de um ator, fosse ele estatal ou civil, permite ao pesquisador alguns questionamentos e interpretações acerca do objeto e do sujeito pesquisado, o resultado

coletivo da segunda parte desta tese pretende expandir a análise da conjuntura do período histórico e diminuir a margem ineliminável da casualidade⁹².

2.2 O arquivo morto do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA)

A Ilha Anchieta abrigou por quase seis décadas, mesmo com algumas interrupções, uma instituição prisional que a cada momento histórico possuiu suas particularidades.

Tabela 1 - Histórico das instituições na Ilha Anchieta, Ubatuba-SP

ANO	INSTITUIÇÃO/NOME
1907 a 1914	Colônia Correccional Porto das Palmas
1928 (dezembro) a 1931 (junho)	Colônia Correccional do Estado de São Paulo ⁹³
1931 (junho) a 1934 (janeiro)	Presídio Político da Ilha dos Porcos
1934 (fevereiro) a 1934 (março)	Colônia Correccional da Ilha dos Porcos ⁹⁴
1934 (março) a 1939 (julho)	Colônia Correccional da Ilha Anchieta
21-07-1939 ⁹⁵ a 30-09-1942 ⁹⁶	Presídio Político da Ilha Anchieta
12-09-1942 ⁹⁷ a 30-08-1953	Instituto Correccional da Ilha Anchieta
31-08-1953 a 03-09-1955	Colônia Agrícola da Ilha Anchieta
1956 a 1961?	Serviço Social de Menores

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Com o fim do Serviço Social de Menores nos anos iniciais da década de 1960⁹⁸, a Ilha Anchieta passou por relativo período de abandono, assim como suas estruturas e respectivos conteúdos até a criação do Parque Estadual em 1977. Fotos daquela época, mas de data ainda indeterminada, mostram as pilhas documentais amontoadas em prateleiras e no chão

⁹² Talvez aqui haja um adendo ao que Carlo Ginzburg ressalta sobre as disciplinas qualitativas que têm por objeto casos individuais, resultando em considerações com “uma margem ineliminável de casualidade” (GIZNBURG, 2009, p. 56).

⁹³ Uma hipótese que defendo nesta tese é que a Colônia Correccional foi criada pelo decreto mas não chegou a operar, tendo provavelmente os correccionais sendo enviados para o Instituto Correccional de Taubaté enquanto aguardavam as obras de reforma na Ilha dos Porcos.

⁹⁴ Pontuando desde já que a Colônia Correccional, apesar dos papéis timbrados e menções oficiais, nunca teve sua criação providenciada por decreto ou qualquer outro ato da interventoria ou da Secretaria da Segurança Pública, levando autoridades policiais a afirmarem que o Presídio Político existiu entre 1931-1942.

⁹⁵ ALESP, Decreto n.º 10.393, 21-07-1939.

⁹⁶ O Presídio Político somente foi extinguido dezoito dias após a criação do ICIA, segundo o Decreto-Lei n.º 12.984, 08-10-1942, ALESP.

⁹⁷ ALESP, Decreto-Lei n.º 12.924, 04-09-1942. “Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação”, que foi o no dia 12 de setembro de 1942.

⁹⁸ A partir de diversos documentos é possível precisar que: em 31-08-1953, o ICIA foi transformado em Colônia Agrícola e permaneceu em funcionamento até 03-09-1955, quando foi decretada sua extinção e remoção da população encarcerada. No mesmo dia foi lido um discurso na Ilha consolidando o fechamento da prisão, com a transferência de 155 aprisionados para Taubaté. Entretanto, no mesmo mês, foi definido que doze deles permaneceriam na Ilha, sob direção de Fausto Sadi Ferreira. Em 22-03-1956, foi decretada a transferência da administração da Ilha, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública para a Secretaria de Justiça e Negócios do Interior, com o propósito de que a propriedade fosse utilizada como Serviço Social de Menores – foram encontrados documentos de papel timbrado desta instituição para os anos de 1958, 1960 e 1961, contendo a assinatura de Sadi. É possível, entretanto, que tenha existido apenas no papel, sendo necessária pesquisa que ateste ou refute, com base empírica, se a ilha recebeu “menores” em tal período, vez que, segundo interlocutores, a prisão foi desativada em 1955 e assim permaneceu.

do pavilhão da administração, sujeitas às mais diversas ações daqueles que por lá passavam. Hoje, parte dos documentos da antiga prisão e da atual administração do PEIA estão concentrados no “arquivo morto”, que ocupa as antigas salas conjugadas da “Alfaiataria” e da “Arrecadação”, segundo a organização do antigo Instituto Correccional da Ilha Anchieta (1942-1953). Em geral, os documentos presentes vão de 1933 a 1961.

Figura 1 - Fotos dos documentos: provavelmente do final da década de 1970



Fonte: PEIA.

Com um histórico que abarca desde a ocupação Tupinambá, a presença de população escravizada e caiçara, assim como a existência de um espaço carcerário destinado a distintas formas de aprisionamento ao longo de mais de meio século e, por fim, transformação em Unidade de Conservação (UC), poucas pesquisas nas áreas de ciências humanas trataram deste complexo objeto histórico. O primeiro trabalho técnico a resgatar parcialmente o histórico de ocupação é o relatório do Plano de Manejo do PEIA, que traz informações prospectadas a respeito da ilha remontando-a desde o século XVII (GUILLAUMON *et al.*, 1989). Dando sequência, dez anos mais tarde as contribuições da bióloga Maria de Jesus Robim (1999) ao referido plano de manejo foram somadas, período também em que, em 2002, a arqueóloga Sandra Amenomori identificou em quase todas as praias da Ilha artefatos relacionados à tradição tupi-guarani (ROBIM *et al.*, 2008).

Paralelamente, no âmbito das ciências humanas, os primeiros trabalhos – e ambos sobre a rebelião de 1952 e sem pesquisa documental no PEIA – foram os de Vinicius Panazzollo (2002) e Marcos Pasquantonio (2002). Porém, ao contrário das pesquisas em ciências biológicas e ambientais que se multiplicaram no PEIA, as pesquisas em ciências humanas lá desenvolvidas passaram a ser produzidas em centros de pesquisa públicos apenas na última década, abrangendo a sociologia (HORTA, 2011, 2013)⁹⁹, museologia (AMARAL, 2011, 2017)

⁹⁹ E neste universo, a única pesquisa documental que utilizou amplamente os documentos do arquivo morto do PEIA são as de Horta (2011, 2013). A pesquisa feita na graduação e atualmente no doutorado foram possíveis

e mais recentemente uma pesquisa em andamento em arqueologia¹⁰⁰. Mas não exclusivamente, memorialistas e militares também escreveram sobre a Ilha e há mais tempo, como a professora Julia Pavesi Liad das Neves ([1948] 2014), o almoxarife José Teixeira Pinto (1964), o cidadão que lá esteve encarcerado, Ary da Silva (1981), um dos diretores do Instituto Correccional da Ilha Anchieta (ICIA) e oficial da Força Pública, Paulo Vianna (1986, 1987), além das memórias de um ex-cabo transcritas por Augelani Franco (2001) e das obras dos policiais militares da reserva, Samuel Messias de Oliveira (2001, 2005) e Jorge Cocicov (2017). Próximo a este universo também se destacam a interessante crítica feita na Revista Anhembi por Paulo Duarte (1952), a análise militar feita pelo coronel Edilberto de Oliveira Melo (1979) e a deliberadamente incompleta narrativa do delegado Benedito Nunes Dias (1984)¹⁰¹.

2.2.1 A documentação do PEIA para os anos de 1931-1942

Figura 2 - Arquivo morto do PEIA - 2011 e 2017



Fonte: Fotos do arquivo pessoal do autor.

Ao todo, 4.045 folhas de documentos permaneceram preservadas para o recorte da tese e concentram-se no intervalo de 1933-1942. Rever cada caixa de polionda e cada folha de

através de parecer favorável da Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal e Secretaria do Meio Ambiente (COTEC/IF/SMA), assim como do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA).

¹⁰⁰ Como é o caso da pesquisa em andamento de Rosivânia de Castro Aquino, doutoranda em Arqueologia (USP) e com o projeto “O corpo que me aprisiona: arqueologia das corporalidades no universo prisional brasileiro – Ilha Anchieta (1930-1955)”. Publicações sobre o histórico da ilha a partir de outras fontes também têm sido publicadas, como o documentário de Mario Jun Okuhara (2012), a contribuição analítica de Fernando Salla (2015) e a pesquisa de Dirceu Franco Ferreira (2016), ambas sobre o período da “rebelião de 1952”.

¹⁰¹ Como apontei em minha dissertação (HORTA, 2013), o referido delegado, ao contrário de todas as informações disponíveis a respeito de Álvaro Fernando da Conceição Carvalho Farto (conhecido amplamente como “Portuga”) e assim como das estatísticas oficiais, não cita Álvaro em sua obra e refere-se à contagem de 452 aprisionados quando, sabidamente desde o dia posterior à “rebelião”, o número oficial de aprisionados era de 453. A morte de Álvaro, na época, foi noticiada como assassinato pelas forças policiais, condizente com as versões de outros companheiros que fizeram a fuga junto a ele e que foram capturados.

documentação foi processo necessário e importante para um levantamento completo do que permaneceu preservado e uma seleção rigorosa da informação disponível (CELLARD, 2012).

Tabela 2 - Descrição geral dos documentos por ano¹⁰²

ANO	TELE/RADIOTELEGRAMAS		OFÍCIOS		OUTROS	TOTAL
	Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos		
Auto n.º 4007/1928	—	—	—	—	68	65
Livro de Registros	—	—	—	—	185	185
1931	0	0	0	0	0	0
1932	0	0	0	0	0	0
1933	98	1	0	0	0	99
1934	276	0	0	0	0	276
1935	881	177	0	163	40	1261
1936	0	0	0	0	46	46
1937	0	0	0	0	6	6
1938	380	0	0	0	2	382
1939	0	0	0	0	3	3
1940	532	0	449	0	14	995
1941	0	0	0	0	4	4
1942	272	265	0	249	2	788
TOTAL	2439	443	449	412	302	4045

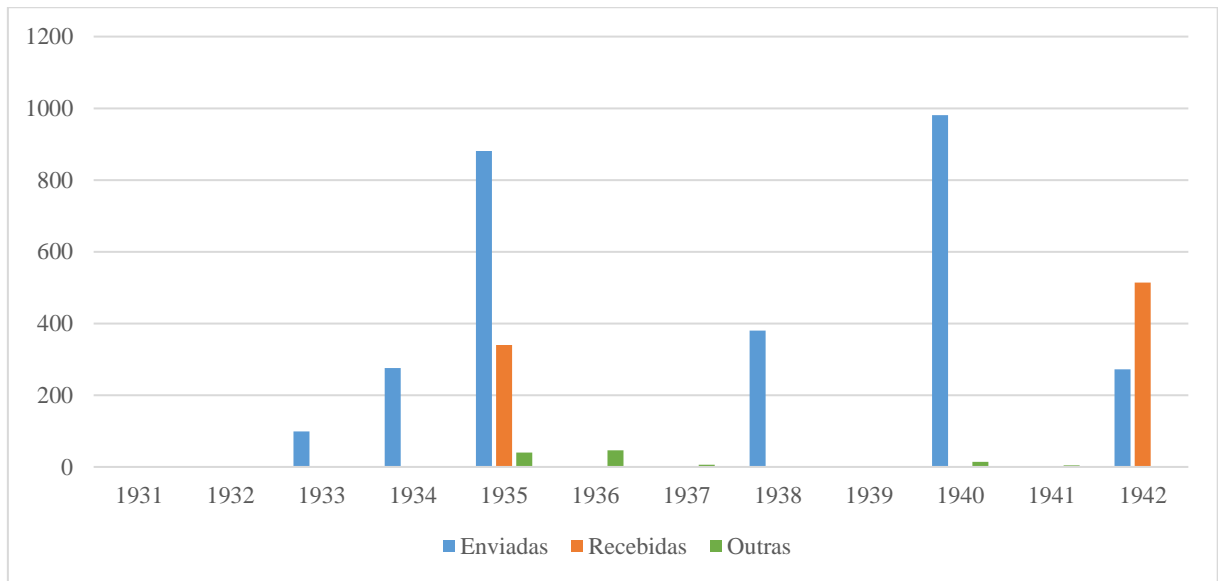
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do arquivo morto do PEIA.

Do montante, 2.888 (71,25%) são cópias ou minutas de telegramas e radiotelegramas enviados e recebidos pela direção do presídio, sendo que 2.439 (60,3%) representam os radiotelegramas e telegramas enviados: estes podem ser divididos em alguns tipos: cópias datilografadas e encadernadas, talões do “Serviço de Radiotelegraphia da Força Pública” (estes que apresentam as grafias “PT” para ponto e “VG” para vírgula) e minutas manuscritas, também encadernadas. Em geral, os radiotelegramas se apresentam mais, mas não exclusivamente, como *testemunhos involuntários* se comparados aos ofícios, por isso é relevante destacar essa predominância.

Porém, podemos afirmar que para alguns anos há ausência total de documentação da administração: 1931, 1932, 1936, 1937, 1939 e 1941 – enquanto para 1933 restou apenas pequena parte.

¹⁰² A ordem dos anos por quantidade, excetuando o livro de matrículas da contagem, é: 1935 (1.257), 1940 (973), 1942 (788), 1938 (382), 1934 (276), 1933 (99), 1936 (46), 1937 (6), 1941 (4), 1939 (3) e com nenhuma ocorrência os anos de 1932 e 1931.

Gráfico 1 - Comunicações (enviadas, recebidas) e outros documentos presentes no PEIA para 1931-1942

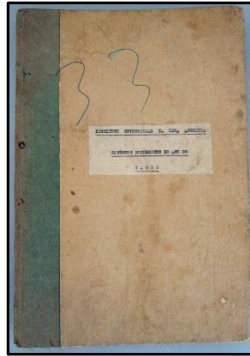


Fonte: Gráfico elaborado pelo autor. Não consta aqui o livro de matrículas.

Há duas diferenças básicas entre a documentação de 1930-1942 para aquela que abarca as décadas de 1940 a 1960: a primeira diferença é que para o primeiro intervalo quase a totalidade são radiotelegramas e em sua maior parte apenas os enviados, o que aprofunda o caráter parcial e incompleto para reconstrução da comunicação; para o segundo intervalo há quantidade maior de comunicação interna: da seção penal há mapas populacionais por “pavilhão”, escalas de turmas de trabalho, listas com sentenças e tempos de pena, comunicações de falta e revistas; das partes administrativas constam livros especiais do almoxarifado e contabilidade, listas de funcionários civis e militares, consumo de vestuário e alimentação básica; há também as comunicações do comandante do destacamento e das professoras da escolinha; há ainda ordens expedidas pela diretoria aos seus subordinados etc., ou seja, que permitem adentrar mais naquela vida cotidiana.

Já a segunda diferença diz respeito à forma de organização da documentação. Enquanto as 1930-1940 estão encadernadas, as das demais décadas são avulsas e sem organização. Tal constatação é importante quando observamos, por exemplo, os poucos documentos de 1933:

Figura 3 – “Diversos documentos do ano de 1.933, Instituto Correccional da Ilha Anchieta”



Fonte: PEIA. Foto do arquivo pessoal do autor.

Ou seja, as 99 folhas de telegramas e radiotelegramas emitidos em 1933 foram encadernadas quando estava em operação o Instituto Correccional da Ilha Anchieta (1942-1953), o que levanta duas constatações: o intervalo mínimo de quase dez anos entre a produção e a encadernação e, principalmente, o ato intencional em reunir e, hipoteticamente, filtrar quais seriam preservadas. Para os anos em que há preservação de telegramas e radiotelegramas (1933, 34, 38, 40 e 1942), estes também estão encadernados.

Em relação aos demais tipos de documentos há também 75 folhas diversas, tais como fichas de serviço, relatos de sindicâncias, um manual da Força Pública, um requerimento de instalação de estação radiotelegráfica etc. As demais 185 compõem um dos mais relevantes documentos do recorte, um livro de registro incompleto de entrada e saída de cidadãos brasileiros e imigrantes para os anos de 1933, 1938 e 1939¹⁰³. Tal documento em suas folhas traz campos para informações diversas: “nome”, “data de entrada”, “artigo”, “juízo criminal vara”, “pronuncia” e “julgamento”, “local do delito”, “comportamento”, “sahida”, “penitenciaria pena” e “observações”.

¹⁰³ Não possui capa e as primeiras páginas estão em falta, assim como diversas letras em sua totalidade: B, K, L, M, N, O, Q, X, W, Y, Z.

Figura 4 - Livro com entradas e saídas para 1933 e 1938

NOME	ENTRADA			PRONUNCIA	Outros dados	LOCAL DO DELITO	Compartimento	SAÍDA			OBSERVAÇÕES
	Dia	Mês	Ano					Dia	Mês	Ano	
Walter Ferraz de Souza	25	ago	33	329 422							
Wanderley Barroca	3	abr	33	263 573				17	Dez	33	
Waldemar Junior								7	Jun	34	
Waldemar Sauerbach	5	Nov	33	71 245				9	maio	34	
Vicente de Almeida	26	Out	33	283 366				7	Set	34	
Virgílio de Barros	7	Julho	33					31	Out	33	
Vicente Bracco	21	maio	34					13	Set	33	
Vicente de Almeida	19	Junho	33					13	Jun	33	
Wenceslau José dos Santos	4	Junho	33					9	Jun	33	
Waldemar dos Santos	4	Junho	33					9	Jun	33	
Victor de Souza Freitas	4	Junho	33					9	Jun	33	

Fonte: PEIA. Foto do arquivo pessoal do autor.

Porém, o que se vê de forma sistemática é: o quadrante “artigo” foi utilizado para anotação do “Registro Geral” e são similares aos identificados no Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações; o campo “julgamento” é destinado a anotações sobre “cútiis”/“côr”, “idade”, “naturalidade” e/ou “nacionalidade”, “profissão”, “sabe ler e escrever?” e “estado civil”¹⁰⁴; por fim, o campo “local do delito” é preenchido apenas com “S. Paulo” ou “Santos”, o que indica se o transferido foi enviado por ordem da polícia paulistana ou pela Delegacia Regional de Santos. Na imagem acima é possível observar ainda a separação feita para as entradas de 1933 e 1938, com a reta demarcando, sendo que as do segundo período contam apenas com nomes e datas de entrada e saída, o que dificulta o processo de localização de prontuários e conferência de homônimos. Outras constatações da peça são as marcas de combustão e páginas extraídas¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Tais são categorias que aparecem em prontuários de 1933 do acervo DEOPS/APESP. Em 1953, quando ocorreu a transformação do Instituto Correccional em Colônia Agrícola, foi definido que a internação precisava ser registrada em livro próprio, na qual o “Livro Especial conterà colunas para: a) - Número de ordem anual; b) - Nome; c) - Registro Geral; d) - Naturalidade; e) - Côr; f) - Idade; g) - Profissão; h) - Data da entrada; i) - Data da saída; j) - Data do exame de cessação de periculosidade; k) - Observações” (art. 5, § 2º, Decreto nº 22.687, de 31 de agosto de 1953, ALESP).

¹⁰⁵ Conforme me orientou em comunicação pessoal a arqueóloga Rosivânia de Castro Aquino, o epicentro documental está corrompido por combustão em estado sólido de derivação indeterminada e sugere-se que possa ter sofrido intervenção proposital, vez que há indícios de páginas extraídas.

2.3 O que as lacunas e silêncios dizem

Jacques Le Goff pontua a importância de se questionar a documentação histórica sobre as lacunas, os esquecimentos, os hiatos e os espaços em branco: “devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos” (LE GOFF, 2012, p. 111). André Cellard diz que o questionamento deve sempre ser feito: “por que esse documento, preferencialmente a outros, chegou até nós, foi conservado ou publicado”? (CELLARD, 2012, p. 300). Como dito anteriormente, o acervo documental do PEIA para o período de 1931-1942 possui lacunas. Dos anos de 1931, 1932, 1936, 1937, 1939 e 1941 não foram preservados radiotelegramas, assim como a quantidade de 1933, 1934 e 1938 é abaixo da metade do que provavelmente foi produzido. Mas não apenas esse arquivo morto possui suas faltas. O acervo da Delegacia Regional de Santos também possui seus desfalques. Documentação para os anos de 1931, 1934, 1937, 1941 e 1942 não são encontradas, salve algumas poucas divididas em prontuários, enquanto as de 1932, 1935 e 1938 possuem menos da metade dos meses preservados. E aqui há detalhes importantes sobre o contexto político: os ofícios de 1932 vão até junho, antes do início da guerra civil-militar paulista; os ofícios de 1935 vão até maio, um mês após ser aprovada a “Lei de Segurança Nacional”; e os de 1937 vão até setembro, coincidindo com a divulgação do “Plano Cohen”. Para o caso do PEIA há duas constatações precisas sobre os motivos da lacuna e uma hipótese adicional que será explorada na segunda parte desta tese, no capítulo 7, “Sob sigilo”. As constatações são: os “levantes” e o descaso da administração. A hipótese que constitui a terceira via de explicação é a destruição deliberada de documentos do arquivo por parte da administração prisional em momento de exceção, neste caso durante o “estado de sítio” de 1935.

Outra questão são as “rebeliões” e “levantes”. Uma das primeiras grandes ações coletivas com tal intuito na Ilha dos Porcos ocorreu em uma segunda-feira, quando o primeiro “levante” confirmado ocorreu em de 14 de março de 1933. Naquela ocasião, mais de onze conseguiram a fuga da ilha, mas só depois de atarem fogo ao prédio da administração, o que levou a duas consequências: a destruição da estação radiotelegráfica¹⁰⁶ e a destruição de parte do arquivo, o que motivou a solicitação da direção junto a Delegacia Regional de Santos, requisitando cópias de todos ofícios encaminhados por aquela repartição do final do ano de 1932 a até o 14 de março¹⁰⁷. Aliás, ofícios repostos que foram novamente eliminados em algum

¹⁰⁶ “A segunda estação foi montada em Outubro de 1932, sendo destruída pelo levante de presos em Março de 1933” (*Radiotelegrama n.º 5/48, 24-01-1935, PEIA*).

¹⁰⁷ “Em atenção ao pedido constante do vosso ofício sob n 3/23, inclúdas, todas as cópias dos ofícios que esta Delegacia dirigiu a esse Presídio, durante o mês de Dezembro o ãno findo até 14 de Março do corrente ãno”.

momento nos anos que viriam. Um ano mais tarde, enquanto o diretor estava em São Paulo por motivo de afastamento e sofrendo uma sindicância, o subdiretor o informou que a informação e documento solicitado “provavelmente foi destruído pelos detentos no levante Março ano passado”¹⁰⁸.

Outras situações tomadas como hostis pela administração foram acontecendo com o passar dos anos, mas sem registro de destruição das dependências da administração. Em 2 de janeiro de 1948, por exemplo, os “menores que se insubordinaram” naquela manhã desencadearam uma troca na direção do então Instituto Correccional da Ilha Anchieta (ICIA), na qual o diretor, então civil e interino, solicitou o envio urgente de dez soldados e passou o cargo ao tenente do destacamento, que solicitou “apoio sobre medidas enérgicas” ao secretário da Segurança Pública (HORTA, 2013). Mas nenhuma delas se compara à “rebelião” de sexta-feira, 20 de junho de 1952. Com uma população encarcerada que chegava a 453 naquele dia, a partir de uma sequência de ações iniciadas pelas turmas de corte e transporte de lenha ocorreram a fuga de 125 sujeitos¹⁰⁹ e ao menos 15 mortes, na ilha (HORTA, 2013). De acordo com o responsável pelo Inquérito Policial Militar, o oficial da Força Pública e que por duas vezes foi diretor do ICIA, Paulo Vianna comentou que “acabaram por jogar querosene por toda parte e atear fogo [...] e o fogo queimou os arquivos todos e tudo o mais que ali havia [...] Nada restou da ala da administração do presídio” (VIANNA, 1981, p. 93). O fogo inicialmente foi ateadado na Seção de Contabilidade e Almoxarifado, destruindo todo o arquivo contábil, enquanto na Seção de Expediente os prontuários e demais documentos foram rasgados e lançados ao fogo¹¹⁰. O arquivo do PEIA traz de forma exemplar os dizeres de Carlo Ginzburg sobre o conhecimento do passado, que se apresenta a nós de forma incerta, descontínua e lacunar: “baseado numa massa de fragmentos e ruínas” (GINZBURG, 2007, p. 40).

(Ofício nº 872, 17-04-1933, caixa 519, Acadepol/APESP). O referido ofício nº 3/23 não é um dos que foram preservados no acervo do PEIA.

¹⁰⁸ Radiotelegrama nº 4/304, 08-06-1934, PEIA.

¹⁰⁹ Relatório da seção disciplinar, assinado pelo chefe penal, 16-01-1953, PEIA.

¹¹⁰ Mensagem apresentada pelo Governador Lucas Nogueira Garcez à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 14-03-1953, São Paulo, p. 215, HDB/FBN.

Figura 5 - “Fotografia parcial de uma das salas ocupadas como arquivo, destinada a mostrar os danos” (1952)



Fonte: DEOPS/APESP, prontuário nº 124.400.

Mas não apenas com “levante”, “rebelião” e querosene se destrói um arquivo. Em 25 de julho de 1940, o major João Candido Zanani de Assis chegou à ilha às 11h15min¹¹¹, assumindo como diretor interino do Presídio Político da Ilha Anchieta, nomeado pelo chefe de polícia, a qual disse que cumpriria “com a maior satisfação as ordens emanadas de V. Excia”¹¹². Em seu primeiro dia como diretor constatou “inúmeras irregularidades no recebimento de tudo que entrava nesta Ilha”, estabelecendo assim uma comissão mista com militares e funcionários civis¹¹³ para que fiscalizassem e registrassem todas movimentações em ata e em livro especial¹¹⁴. Um mês após substituir o diretor Rosalvo Alves Loureiro¹¹⁵, o recém empossado major fez um pedido caracteristicamente patrimonialista ao então chefe do Gabinete de Investigações, Augusto Gonzaga: a contratação de um auxiliar para a secretaria, sugerindo para aquela vaga o filho do médico do Presídio. Segundo major Zanani, era “necessário com máxima urgência conseguir normalizar o serviço de expediente que, nada possuía em matéria de escrita regular”. Constata ainda “inúmeras irregularidades verificadas, quasi na totalidade do serviço desse departamento”, “alma mater da Administração”¹¹⁶. Mas não apenas patrimonialista, mas também e principalmente criminosa atitude do major, já que, segundo o Código Penal vigente, era um ato tipificado “contra a boa ordem e administração publica”, cujo art. 215 diz

¹¹¹ Conforme ele mesmo diz em seu primeiro radiotelegrama que permaneceu preservado, direcionado a sua esposa, que morava no Tatuapé (*Radiotelegrama manuscrito nº 227, 26-07-1940, PEIA*).

¹¹² *Radiotelegrama nº 305/40, 25-07-1940, PEIA*.

¹¹³ Composta pelo médico, pelo comandante do destacamento e dois funcionários de categoria (PEIA, radiotelegrama nº 151/40, 18-09-1940).

¹¹⁴ *Radiotelegrama nº 131/40, 15-09-1940, PEIA*.

¹¹⁵ Diretor que permaneceu no cargo do final do primeiro semestre de 1938 até julho de 1940.

¹¹⁶ *Radiotelegrama nº 35/40, 11-08-1940, PEIA*.

explicitamente em “Deixar-se corromper por influencia, ou suggestão de alguém [...] para prover ou propor para emprego publico alguém, ainda que tenha os requisitos legais”¹¹⁷.

Os únicos documentos ainda hoje preservados de 1936 a 1940 são minutas manuscritas do segundo semestre de 1938, e mesmo os do primeiro semestre de 1940, ainda sob direção de Rosalvo, apenas constam manuscritos. Zanani, no mesmo dia que requisitou a contratação do auxiliar, radiotelegrafou ao tenente-coronel Euclides Marques Machado, chefe do Serviço de Engenharia da Força Pública, mencionando a iniciativa tomada “devido ao grande acúmulo de trabalho nesta seção”, pontuando explicitamente que o indicado por ele ao cargo é “filho de nosso amigo Dr. Ismael”¹¹⁸, pedindo “ao bom amigo e superior, interceder com sua bem merecida influência, junto ao Dr. Gonzaga, afim de conseguirmos o que desejamos, quando V.S. aqui chegar nos intenderemos melhor”, finalizando a mensagem com um “abraço de velho camarada”^{119 120}.

Às vezes questionado sobre processos atrasados e burocracias não cumpridas, o diretor comentava que era “avesso á essa irregularidade, que se deu graças a dessidia [preguiça] do artífice que trabalhava na secretaria, o qual alegando serviço em demasia, abandonou o cargo indo para a Capital”¹²¹ ou, em outra oportunidade, “transmito o documento anexo, o qual achava-se entranhado no arquivo da Secretaria deste Presidio e foi encontrado em face da busca que se vem prosseguindo”¹²². Até informações básicas, como o RG dos brasileiros e imigrantes lá detidos, fundamental para identificar os homônimos ou aqueles que eventualmente não estavam mais presentes devido a transferências constantes, Zanini informou que “não ter sido encontrada uma relação que existia até certo tempo, a qual, até hoje procurada não foi possível encontra-la, apesar da busca que continua sendo feita nos papeis da secretaria”¹²³.

Situação também que acometia, segundo o então diretor, outras áreas da administração. Nas primeiras semanas inspecionou “detidamente” o Almoxarifado¹²⁴ e três dias

¹¹⁷ BRASIL. Código Penal de 1890

¹¹⁸ Ismael de Sá Júnior, em 1940, era o Chefe do Serviço de Saúde na Ilha Anchieta. O médico servia de forma efetiva na ilha, provavelmente, desde 1933. Em 1940, o presídio contava também com o médico Jayme de Arruda Filho, descrito por um aprisionado como “esculápio que desconhece a alta missão que se acha investido” (*Carta de Sebastião Marzagão de Campos*, 20-03-1942, OACP1940.01.18, CPDOC/FGV).

¹¹⁹ *Radiotelegrama nº 36/40*, 11-08-1940, PEIA.

¹²⁰ Segundo um aprisionado, Zanani era “irrassivo e destituído de quaisquer conceitos de humanidade, de competencia e de moral. Mas temido pelas suas violencias e por ser um dos mais fervorosos asseclas do Tenente Coronel Euclides Marques Machado” (*Carta de Sebastião Marzagão de Campos*, 20-03-1942, OACP1940.01.18, CPDOC/FGV).

¹²¹ *Radiotelegrama nº 219/40*, 11-10-1940, PEIA.

¹²² *Radiotelegrama nº 332/40*, 25-11-1940, PEIA.

¹²³ *Radiotelegrama nº 334/40*, 25-11-1940, PEIA.

¹²⁴ *Radiotelegrama nº 34/40*, 11-08-1940, PEIA.

depois solicitou o afastamento imediato do almoxarife José Teixeira Pinto¹²⁵, que vinha “dificultando sobremodo a bôa marcha dos serviços”¹²⁶. Meses mais tarde constatou que “não existindo atualmente material algum que se possa aproveitar para a reorganização óra iniciada da escrita do Almojarifado deste Presídio, que não possuía uma base positiva para o desenvolvimento dos trabalhos daquela Secção” solicitou que fossem confeccionados quatro livros especiais a partir de um modelo proposto criados por ele próprio¹²⁷.

2.4 A pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Já no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) foram vistas, ao mínimo, 35.995 folhas¹²⁸ e mais de 7 mil foram fotografadas. Como mencionado anteriormente, a lacuna no arquivo do PEIA é considerável. E esta foi a primeira pesquisa sobre o Presídio Político e as informações, quando havia, estavam espalhadas em múltiplos fundos. Não há um prontuário para aquela instituição de confinamento, diferente de outros presídios políticos da capital, que ao menos poucas folhas possuem¹²⁹. Por isso, houve uma investigação documental exaustiva de forma a localizar qualquer nova informação a partir das pistas que surgiam. Quando era mencionada uma morte na ilha, por exemplo, eram checados os documentos do Instituto Médico Legal (IML) e das polícias técnicas de Santos e da capital para aquele período para leitura das menções nos ofícios ou o conteúdo dos laudos; ao saber de uma obra feita em Ubatuba e pelos “trabalhadores” e “presos”, o fundo da Secretaria de Transportes foi também consultado através dos processos restantes; ao saber que houve uma inspeção sanitária no presídio, na qual até o sangue foi coletado para análise, os documentos da Secretaria da Educação foram prospectados atrás do tal relatório; se após uma prisão e a realização do “Termo de Declaração” o “fichado” era encaminhado à enfermaria, provavelmente vítima de tortura, as

¹²⁵ O primeiro almoxarife foi Arthur Marcondes de Itaquy. Em 1933, Manoel Albuquerque Sobrinho, que em 1931 era “auxiliar de diretor” e foi substituído em janeiro de 1932 por Manoel Bica Filho, aparece como responsável pela seção e assim permanece até 1935. É possível identificar que José Teixeira Pinto já estava presente na Ilha Anchieta ao menos desde 1937 e permaneceu no cargo de almoxarife até o fechamento da Colônia Agrícola da Ilha Anchieta em 1955. Além do pedido de major Zanani pelo afastamento do funcionário em 1940, em agosto de 1942 foi também alvo de um processo administrativo instituído pelo Gabinete de Investigações e, em junho de 1955, esteve sujeito a uma sindicância interna da Colônia Agrícola, acusado de “concoitar” “vários internados a fazer um movimento de rebeldia” contra o então diretor Fausto Sadi.

¹²⁶ *Radiotelegrama n.º 39/40*, 14-08-1940, PEIA.

¹²⁷ *Radiotelegrama n.º 357/40*, 01-12-1940, PEIA.

¹²⁸ Contabilizando apenas parte dos prontuários, todos os ofícios da Delegacia de Santos e os processos da Justiça que foram consultados. Não foram contabilizados livros de relatórios das secretarias e de outros departamentos, por exemplo, assim como prontuários com mais de um volume.

¹²⁹ Como os prontuários do “Presídio Político da Capital” (n.º 1.081), “Presídio Político da Imigração” (n.º 1.335), “Presídio Político Maria Zélia” (n.º 5.229). Porém, apesar de todas as dificuldades e lacunas, há de ser reconhecido o imenso valor que possui o acervo do PEIA, principalmente se comparado a esses mesmos presídios políticos da capital, em que seus acervos foram reduzidos a poucas dezenas de folhas.

ocorrências do Posto Médico da Assistência Policial eram checadas para aquelas datas. E assim foi feito a cada fato novo e como pontua André Cellard, “os documentos mais reveladores se escondem, às vezes, em locais insuspeitos. De resto, a flexibilidade é também rigor” (CELLARD, 2012, p. 298). Essa versatilidade e pluralidade é importante. Como alertou Marc Bloch, “seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos” (BLOCH, 2001, p. 80).

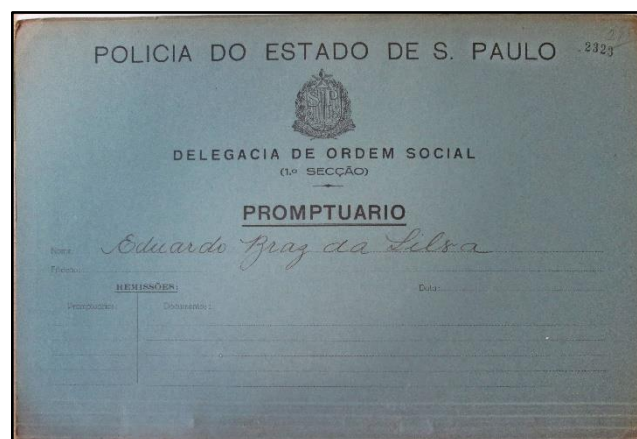
Os fundos e acervos consultados foram:

a) Fundo da Secretaria da Segurança Pública (FSSP):

Concentra alguns arquivos importantes, como o do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), do Posto Médico da Assistência Policial, assim como parte do acervo da Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra” (Acadepol) e do Instituto Médico Legal (IML).

Em relação ao DEOPS foram solicitados 291 prontuários: fichados por questões sociais, políticas ou imigratória, prontuários temáticos de alguns eventos, instituições políticas e empresariais, prontuários de militares da Força Pública ou Exército, artistas e tantos outros. Ao mínimo, 9.469 folhas compuseram este corpo. Este tipo de material, os prontuários, foram aqueles documentos que mais inspiraram cuidados em sua leitura e tratamento.

Figura 6 - Prontuário de Eduardo Braz da Silva



Fonte: Pront. n.º 2323, DEOPS/APESP. Foto do arquivo pessoal do autor.

Em relação ao arquivo da Acadepol foram solicitadas 66 caixas¹³⁰, abarcando relatórios, livros com registro de sindicância, ocorrências e laudos da Polícia Técnica. O

¹³⁰ Acadepol/caixas: 45, 46, 47, 51, 337, 439, 472, 489, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 548.1, 549, 550, 551, 552, 557, 657, 700, 702, 704, 724, 766, 766.1, 780, 786, 790, 791, 792, 793, 795, 797, 798, 803, 804, 805, 809, 811.

interesse principal recaiu sobre as correspondências da Delegacia Regional de Santos: 25.875 ofícios compõem o acervo dos anos de 1931 a 1940 e foram lidos.

Tabela 3 - Ofícios da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP)

ANO/MÊS	QUANTIDADE	CAIXAS
1932 (jan. a jun.)	1813	516 e 517
1933 (jan. a mar.)	2388	518 a 520
1935 (jan. a mai.)	1730	522 e 523
1936 (jan. a dez.)	6067	524 a 531
1937 (jan. a set.)	4092	532 a 536
1938 (mai. e jun.)	1105	537
1939 (mar. a jul.)	4276	539 a 543
1940 (jan. a fev., mai. a dez.)	4404	548 a 552

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Figura 7 - Ofícios de 1932, caixa 516, 2 volumes



Fonte: Pront. n.º 2323, DEOPS/APESP. Foto do arquivo pessoal do autor.

Tabela 4 - Ofícios da Delegacia Regional de Santos que mencionam a Ilha dos Porcos/Anchieta (Acadepol/APESP)

ANO	Nº OFÍCIOS	OFÍCIOS SOBRE A ILHA	%
1931	0	0	0
1932	1813	53	2,92%
1933	2388	130	5,44%
1934	0	0	0
1935	1730	10	0,57%
1936	6067	24	0,39%
1937	4092	8	0,19%
1938	1105	7	0,63%
1939	4276	43	1,00%
1940	4404	41	0,93%
1941	0	0	0
1942	0	0	0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

O IML e o Posto Médico foram contemplados, respectivamente, com 3 caixas e 1 encadernados¹³¹.

b) Fundo da Secretaria da Justiça (FSEJUS):

Para este fundo o resultado foi uma série de processos que tinha por parte a Penitenciária do Estado e o Instituto Correcional de Taubaté para o ano de 1932, um ano com muitas incógnitas sobre o funcionamento do Presídio Político da Ilha dos Porcos, principalmente quando há o início da guerra civil-militar. Foram solicitadas um encadernado com a planta original da Colônia Correcional da Ilha dos Porcos, 7 caixas¹³² e lidos 13 processos, totalizando 499 folhas. Tais processos mostram como a Penitenciária e o Instituto Correcional contribuíram com o “esforço de guerra”.

c) Fundo da Secretaria da Educação (FSEDUC):

Entre 1930 a 1947 as pastas da saúde e educação funcionaram sob a mesma secretaria. Para tentar localizar o relatório de inspeção sanitária realizada na ilha no ano de 1942 foram solicitadas 12 caixas¹³³.

d) Fundo da Secretaria dos Transportes (FSETRANS):

Os documentos do PEIA demonstram como aprisionados do Presídio Político da Ilha dos Porcos construíram pouco mais de uma dezena de quilômetros de estrada na Serra do Mar, entre Ubatuba e São Luiz do Paraitinga, coordenado pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), então ligado a à Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP) até 1934. Entretanto, a documentação do DER está acondicionada no FSETRANS e foram solicitadas 7 caixas¹³⁴. Não há informação sobre a construção daquela estrada de rodagem neste recorte, nem mesmo das obras que foram feitas entre Ubatuba e Caraguatatuba que utilizaram a “mão-de-obra” de civis detidos em 1941.

¹³¹ IML/caixas: 6, 145, 194; Posto Médico/encadernado: E14.338.

¹³² FSEJUS/caixas: J-62, J-63, J-64, J-65, J-66, J-67, J-68; FSJ/encadernado: E4.724

¹³³ FSEDUC/caixas: SE1564, SE1599, SE1621, SE1658, SE1689, SE1699, SE1788, SE1865, SE1871, SE1878, SE1962, SE1966. Faltam ainda as caixas: SE1987, SE2121, SE2122, SE2273, SE2275, SE2280.

¹³⁴ FSETRANS/caixas: DER-01, DER-02, DER-03, DER-04, DER-05, DER-06, DER-07.

e) Fundo Laudo Ferreira de Camargo (FLFC):

Concentra documentos sobre a vida pública do titular, que exerceu o cargo de interventor entre julho a novembro 1931, período de início das atividades do Presídio Político da Ilha dos Porcos. Foram solicitadas 5 caixas, totalizando 1.181 folhas¹³⁵.

f) Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca (NBH)

No NBH/APESP estão disponíveis 5 livros com relatórios anuais de 1936, 1939, 1940, 1944 e 1945. Eles completam uma série de documentos que auxiliam a compreensão do contexto das décadas de 1930 e 1940.

Abaixo uma lista descritiva e resumida de algumas fontes que auxiliam a construir o cenário e alguns fatos: menciono, por exemplo, a relevância dos documentos da Delegacia de Segurança Pessoal e da Cadeia Pública, que trazem alguns nomes e sindicâncias de indivíduos que posteriormente foram enviados a Ilha dos Porcos.

Tabela 5 - Documentos de interesse: ano, órgão produtor, conteúdo e localização no APESP

ANO	ORIGEM	DOCUMENTO	LOCAL
1906-1933	SSP	Coleção de circulares	Acadepol 793
1929	SSP	Relatório ano 1929	Acadepol780
1930-1935	IML	Registros	IML 6
1931 (jun)	Del. Segurança Pessoal	Registro de sindicancias	Acadepol 657
1931-1934	Del. Segurança Pessoal	Telegramas expedidos	Acadepol 724
1931-1934	Del. Segurança Pessoal	Relatorios de sindicancias	Acadepol 700
1931 - 193?	Del. Segurança Pessoal	Nomes dos indiciados	Acadepol 805
1931-1933	Interventoria do Estado	Relatório Gen. Waldomiro C. de Lima	Acadepol 704
1932 (jan a jun)	Del. Regional de Santos	Ofícios expedidos	Acadepol 516 e 517
1932 (jan a jun)	Del. Regional de Santos	Livro de Registro de Inquéritos	Acadepol 489
1932 a 1937	SSP	Atos e Portarias	Acadepol 809
1933 (jan a mar)	Del. Regional de Santos	Ofícios expedidos	Acadepol 518 a 520
1933 (nov) a 1935	SSP	Registro de presos (Cadeia Pública)	Acadepol 803
1934	GI	Relatório ano 1934	Acadepol 702
1935	GI	Relatório ano 1935	Acadepol 702
1935 e 1937	Casa de Detenção	Relatórios anuais da Cadeia Pública	Acadepol 798
1935 (jan a mai)	Del. Regional de Santos	Ofícios expedidos	Acadepol 522 e 523
1936 a 1939	Casa de Detenção	Relatórios anuais da Casa de Detenção	Acadepol 798
1936	GI	Relatório ano 1936	NBH
1936	SSP	Relatório ano 1936	Acadepol 702
1936 (jan a dez)	Del. Regional de Santos	Ofícios expedidos	Acadepol 524 a 531

¹³⁵ FLFC/caixas: 117.4.1, 117.4.2, 117.4.3, 117.4.4, 117.7.42.

1937	SSP	Registro de presos (Cadeia Pública)	Acadepol 803
1937 (jan a set)	Del. Regional de Santos	Ofícios expedidos	Acadepol 532 a 536
1938-1939	Serviço de Estatística	A estatística policial-criminal, 1938, v. 1	Acadepol 811
1938 (mai e jun)	Del. Regional de Santos	Ofícios expedidos	Acadepol 537
1939	Serviço de Estatística	A estatística policial-criminal, 1939, v. 2	Acadepol 811
1939	Chefatura de Polícia	Relatório ano 1939	NBH
1939 (mar a jul)	Del. Regional de Santos	Ofícios expedidos	Acadepol 539 a 543
1940	Guarda Noturna da Capital	Relatório ano 1940	NBH
1940 (jan, fev, mai. a dez)	Del. Regional de Santos	Ofícios expedidos	Acadepol 548 a 552
1942 (jan a jul)	IML	Ofícios expedidos	IML/Central 145
1942 (mai a jul)	Polícia Técnica de Santos	Laudos	Acadepol 472
1944	SSP	A Polícia de São Paulo em 1944	Acadepol 797
1944	Departamento de Presídios	Relatório ano 1944	NBH
1945/1946	SSP	Relatório dos anos de 1945 e 1946	NBH

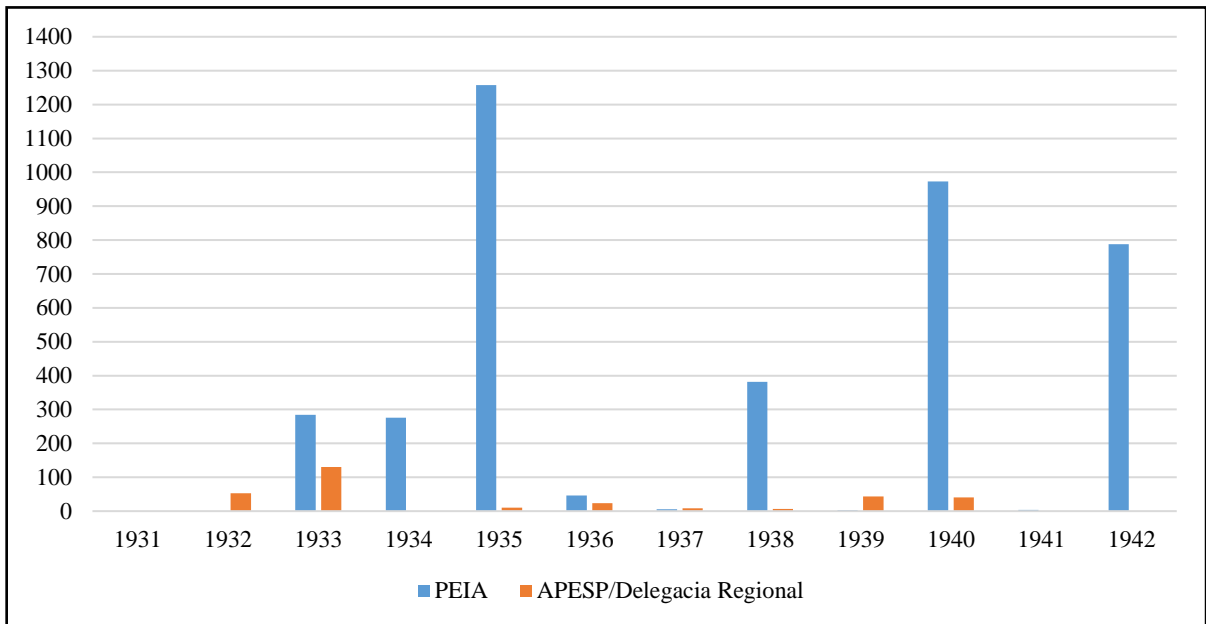
Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

2.4.1 Intercalando PEIA e APESP

O cruzamento de dados provenientes de distintas fontes foi fundamental para recriar algumas trajetórias. Em muitas situações três fontes documentais foram combinadas, tais como os prontuários DEOPS com os ofícios da Delegacia Regional de Santos e a documentação do PEIA. Tal triangulação, mesmo a partir de fontes produzidas por instituições estatais de segurança pública permitiu uma reconstrução possível e menos parcial de eventos, trajetórias e, ainda, demonstrou as cisões internas a respeito de como as informações circulavam, vindo à tona uma não homogeneidade de tais documentos e órgãos produtores.

Mas vejamos abaixo um pouco mais do corpo documental de duas fontes que tratam diretamente sobre a ilha:

Gráfico 2 - Comunicações totais preservadas no PEIA e arquivos da Delegacia Regional de Santos sobre a ilha



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Para o levantamento dos dados biográficos para aqueles que deram entrada em 1933, foi possível identificar 399 nomes¹³⁶ que auxiliaram a construir parcialmente o perfil daqueles que entraram no presídio naquele ano – e que será explorado no capítulo 4, item 4.3 e no Anexo A. Informações complementares foram extraídas de dezesseis prontuários do DEOPS, assim como de dezesseis arquivos da Delegacia Regional de Santos. Um dos exemplos é o caso de “Pedro Flores Galant”:

¹³⁶ As 399 entradas em 1933 foram obtidas cruzando o livro de registros (PEIA), com radiotelegramas (PEIA) e arquivos da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP). Cruzando-os foi possível descartar homônimos e com os prontuários (DEOPS/APESP) foi possível agregar mais informações para um levantamento parcial do perfil. Os jornais de 1933, momento em que a polícia ainda compartilhava fotos e informações de prontuários com a imprensa, podem ser explorados também para suplantarem aqueles casos em que não existem mais prontuários preservados. Em 1935, com a recriação da Corregedoria de Polícia, o delegado Laudelino de Abreu baixou Portaria proibindo o compartilhamento de tais informações.

Tabela 6 - Produção de documentos que mencionam Pedro Flores (1911-1952)

NOME	DATA	INSTITUIÇÃO PRODUTORA/DOCUMENTO
Pedro Flores Galan	01-08-1911	Hospedaria dos Immigrantes – Livro de matrícula
Pedro Flores Golant	07-06-1932	Jornal <i>Diário Nacional</i>
Pedro Flores Gallant	09-01-1933	Delegacia Regional Santos - Ofício
Pedro Flores Galant	09-01-1933	Jornal <i>A Gazeta</i>
Pedro Flores Gallant	10-01-1933	Presídio Político Ilha dos Porcos - Livro de registros
Pedro Flores Galante	08-03-1933	Delegacia Regional de Santos – Ofício
//	16-10-1933	Presídio Político Ilha dos Porcos - Livro de registros
Pedro Flores Galant	01-12-1937	Jornal <i>Correio Paulistano</i>
Pedro Flores Galante	16-03-1938	Força Pública, Inquérito Policial Militar, Processo-Crime n.º 532
//	09-07-1938	Colônia Correcional - Livro de registros
//	25-10-1938	Colônia Correcional - Boletim n.º 431 – “situação saúde”
	30-10-1938	Colônia Correcional - Boletim n.º 448 – “em liberdade”
//	15-11-1938	Colônia Correcional - Livro de registros
//	26-11-1939	Presídio Político - Livro de registros
//	?-?-1950	Instituto Correcional – Ofício da Lavanderia
//	18-01-1951	Instituto Correcional – Ofício do Expediente
//	26-06-1952	Departamento de Ordem Política e Social - Prontuário

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos acervos do APESP, Arquivo Nacional, HDB/BN, PEIA.

Pedro Flores chegou a Santos em 01-08-1911. Abordo do vapor “Provence” aos dois anos de idade, segundo o registro da Hospedaria dos Imigrantes, estava em companhia de seu pai, mãe, avô materno, três irmãs e um irmão, todos protestantes identificados como “família 47.790”¹³⁷. Vinte e dois anos mais tarde, em sua entrada no Presídio Político da Ilha dos Porcos, foi descrito como “moreno”, “solteiro”, “20”, “hespanhola”, “não sabe ler” e “jornaleiro”. Em algum momento, ao passar pelas instituições policiais, recebeu o Registro Geral (RG) n.º 292.831. Presente no ICIA em 1950, recebeu a matrícula n.º 9.263. Em 1951, a data prevista para término de sua pena era 07-02-1963¹³⁸, mas após ter tomado parte na “rebelião” de 1952, quando já possuía o vulgo “Perico” (HORTA, 2013), foi novamente fichado e em seu prontuário DEOPS, de n.º 16.816 foi descrito como sendo de “Málaga”, “solteiro”, “operário” e nascido em 03-06-1904¹³⁹ – o que resulta numa diferença de cinco anos para o registro colhido pela Hospedaria. Casos como esse são muitos, visto que os documentos das instituições são quase sempre parciais, mesmo em caso de prontuários que constam “Ficha de Antecedentes”. Para Pedro Flores, sabe-se também que teve passagens pelos presídios da capital, como a Casa de Detenção, mas maiores detalhes por enquanto não foram localizados.

¹³⁷ Museu da Imigração do Estado de São Paulo, acervo digital, família 47790, livro 3A, p. 176.

¹³⁸ *Ofício s/n*, 18-01-1951, “relação dos sentenciados aqui recolhidos, discriminando-se as respectivas penas e a data do termino das mesmas”, seção de expediente, PEIA.

¹³⁹ Pront. n.º 116.816, DEOPS/APESP.

Figura 8 - Foto de Pedro Flores



Fonte: *Correio Paulistano*, 01-12-1937, n.º 25.069, p. 5.

Esse fato mostra objetivamente um certo rastro que perpassa sujeitos, objetos e fontes de pesquisa, rastros que, apesar de serem muitas vezes parciais e mencionarem questões mais ou menos isoladas das trajetórias em análise, e das quais ainda pouco conhecemos, demonstra a relativa dependência para análise e reconstrução de narrativas entre os documentos que foram produzidos na Ilha Anchieta, com aqueles produzidos em Santos e na capital. De uma certa forma, o acervo do PEIA se apresenta como moldura, enquanto os acervos do DEOPS e Acadepol dão seu conteúdo e vice-versa.

2.5 E o militar gaúcho virou um mecânico paulista “gatuno” e “vadio”: do projeto à Tese

É necessária uma contextualização particular da trajetória do projeto a até a escrita desta tese. Por três anos estive direcionando meu olhar, minhas perguntas e hipóteses de pesquisa para uma série de documentos que obtive junto ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Nesse conjunto constam quatro cartas da década de 1940 de dois brasileiros detidos no então Presídio Político da Ilha Anchieta. A partir delas escrevi meu projeto, iniciei o doutorado (2016) e realizei a primeira etapa de pesquisa documental no Parque Estadual da Ilha Anchieta (2017/2018).

Em resumo, em 21 de outubro de 1941, Franklin Conte endereçou uma carta ao então ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, pedindo o fim do seu “cativeiro”, um “gesto de piedade”. Disse ser gaúcho e conterrâneo do ministro e assina como “ex 1º Tenente do 2º Corpo da Brigada [Militar] do Rio Grande do Sul” (BMRS). Através das cartas reconta seus anos em Alegrete-RS, de suas experiências como “auxiliar de maquinista”, “foguista” e “carvoeiro”, trabalhando em navios de diversas bandeiras. Afirmou ter prestado serviço ao “Exército Nacional” e ao “governo inglês”, nação que considerou como sua “segunda pátria, porque ali fui educado e aprendi o pouco que sei da minha profissão”. Alegou que serviu no 2º Corpo da BMRS sob comando do coronel Valenciano Coelho, tendo participado da

“Revolução de 1930” e de combates em 1932¹⁴⁰: por isso acreditava que “estamos presos como inimigos dos revolucionários de 32 e não da sociedade. Temos antecedentes sim, mas tivemos ideal e combatemos debaixo de fogo”. No plural porque uma das cartas é assinada também pelo “Tenente Paulo Miranda” e pelo “Capitão Edmundo Corrêa”, também descritos como militares da BMRS, “nós, três ou quatro brasileiros de fibra, continuamos em promiscuidade com mendigos e vadios e toda a sorte de doenças” e “a nossa prisão, é mantida incomunicável”.

Mas a própria carta traz indícios de uma outra história, fosse estratégia para se colocar como vítima ou antecipando qualquer consulta que o ministério pudesse fazer junto às instituições policiais. Em relação a “Paulo Miranda”, afirmou “é verdade que esse nosso amigo tem antecedentes na Policia, datado de 1936”. Já sobre ele próprio escreveu que passou a ser “apresentado na scena da vida” como “perigoso”, “delinquente”:

Assim fui “fichado”, muitas vezes na Policia, como “ladrão”, “vigarista”, “contraventor”, e agora me caracterizam como “político”, “agente perigoso” para a “ordem e segurança publica” e me trancafiaram na Casa de Detenção.

Com a pesquisa documental no PEIA poucas informações foram localizadas, mas suficientes para serem cruzadas com os documentos que ainda seriam prospectados um ano mais tarde no acervo do DEOPS/APESP. Naquele primeiro momento me deparei com um problema recorrente quando se trabalha com aquele recorte: homônimos. No segundo momento, após a pesquisa em São Paulo, um segundo problema: a questão do falso e do verdadeiro de um documento. Como nos diz Jacques Le Goff (2012, p. 522), “não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”.

No PEIA, a primeira referência mais próxima que localizei foi no livro de matrículas com a anotação “Francisco Conti” (e outros nomes que usava: “Francisco Rodrigues da Silva” e “Franklin Elquines”). Em 1933, com entrada em 24 de maio e uma “pena” de 45 dias, saiu em 17 de julho, após 54 dias. Foi descrito como português, branco, solteiro, sem profissão, vindo de São Paulo e com 40 anos – portanto, nascido por volta de 1893 – e foi informado o registro geral (RG) n.º 223.589. Ainda, por um ofício da Delegacia Regional de Santos foi possível saber que o vulgo era “Pipoca”¹⁴¹. No mesmo livro é encontrado uma outra possível referência: “Franklin Conti” deu entrada em 25-11-1938 e saiu em 02-05-1939, entrada

¹⁴⁰ Ele cita que em 24 de setembro de 1932 participou de um confronto na capital, “provocando a queda do General Klinger em uma ação violenta, memorável, de que resultaram vários mortos na entrada do Campo de Marte”. Não encontrei relatos em outras fontes que confirmem este evento.

¹⁴¹ *Ofício n.º 1.091*, 23-05-1933, caixa 519, Acadepol/APESP.

confirmada também pelo próprio diretor da época¹⁴². Já a última referência foi localizada em um radiotelegrama de 1942: “Flanklin Conti”, “R. geral 223.589”, foi posto em liberdade na praia da Enseada, Ubatuba, dezenove dias após a transformação do presídio em Instituto Correcional da Ilha Anchieta (ICIA)¹⁴³. O acervo do PEIA consegue demonstrar que “Francisco”, “Franklin” e “Flanklin” são uma única pessoa, com passagens em 1933, 1938 e 1942 pela Ilha, como é possível atestar pelo mesmo número de RG.

Restava então saber se esse ator é o mesmo que escreveu a carta em posse do CPDOC e qual a plausibilidade da sua narrativa, vez que a respeito disso as poucas informações e as lacunas pouco permitiram confirmar o relato. E os indícios mais contundentes surgiram apenas em 2019, com a possibilidade material de execução da pesquisa no APESP.

Franklin Conte, como ele próprio assina, apesar de ser identificado com outros sete nomes, foi fichado pela Superintendência de Segurança Política e Social em 1944, após mais uma prisão. Filho de Matheus Conti e Maria Conti, foi anotada a idade de 54 anos e nascimento a 02-01-1890, declarando que trabalhava no comércio e que nasceu em São Paulo, capital, com residência na “Av. Presidente Wilson” que, atualmente, pode ser incluída na Mooca ou Vila Independência¹⁴⁴. Esse ator é o mesmo que esteve na ilha em 1933 e podemos confirmar isso pelo fato de terem o mesmo registro geral e os mesmos nomes declarados no momento de sua identificação anotados em sua folha de antecedentes: “Francisco Rodrigues da Silva”, “Franklin Echins” e “Franklin Conti”, identificado pela primeira vez em 1903 e pronunciado por furto em 1905, então aos 15 anos:

Registra ainda, durante o período de 22-12-1903 a 22-06-1944, a ordem de diversas autoridades da Capital e do interior, mais 35 legitimações, [...] 8 com a nota da VADIAGEM, 3 com a de GATUNO, 1 com a de GATUNO E VADIO, 1 com a de EMBRIAGUEZ e VADIAGEM¹⁴⁵.

Com diversas passagens, permaneceu preso entre 1915 a 1921. Em dezembro de 1929, preso na “Col. Correcional”, pagou fiança e foi libertado, sendo preso novamente em 27-09-1930 e transferido para a “Colônia” em 14-10-1930 e “não consta a data em que foi solto”. Em 1934, foi condenado a 15 meses de reclusão na “Col. Correcional”, quando permaneceu

¹⁴² *Radiotelegrama n.º 516*, 26-11-1938, do diretor Rosalvo Alves Loureiro para o chefe do GI, Antonio Braulio Mendonça Filho, PEIA.

¹⁴³ *Ofício n.º 24.560*, 23-09-1942, do delegado de Segurança Pessoal e pelo chefe do GI, Francisco de Assis Carvalho Franco para o diretor interino tenente Manoel de Carvalho Villar, PEIA.

¹⁴⁴ Pront. n.º 22.514, “Franklin Conti”, DEOPS/APESP. Com apenas seis folhas, o prontuário provavelmente foi reorganizado e diminuído em 1946, quando a “ficha dactiloscópica de Franklin Conti foi desentranhada do presente prontuário”.

¹⁴⁵ *Folha de Antecedentes*, n.º 29.362, Serviço de Identificação, Gabinete de Investigações, pront. n.º 22.514, “Franklin Conti”, DEOPS/APESP.

preso entre junho a agosto. Preso novamente em agosto de 1936 por “ter quebrado a fiança”, foi solto em setembro após efeito suspensivo. Ou seja, esta cronologia mostra que o Franklin Conte paulistano pode ter participado militarmente da guerra civil-militar desencadeada por São Paulo em 1932, mas dificilmente participou das ações do golpe militar promovido pela Aliança Liberal em 1930, pois estava preso.

Porém, a partir do prontuário deste Franklin Conte é possível revisitarmos as cartas do Franklin Conte gaúcho, afim de identificarmos outros indícios para apontarmos se houve ou não dois Franklins no Presídio Político da Ilha Anchieta no primeiro semestre de 1942.

O primeiro conjunto de indícios são as idades declaradas. Em 18 de janeiro de 1942, em uma outra carta a Osvaldo Aranha, Franklin Conte, o militar gaúcho, afirma ter 55 anos de idade, ou seja, teria nascido por volta de 1887. Já o “gatuno” paulista declarou ter nascido em 1890: se comparamos as datas de nascimento, lembrando que no prontuário DEOPS consta “declarada ou aparente” (02-01-1890), e comparar com a data de entrada informada no livro de matrículas em 1933 (24-05-1933), o Franklin paulista teria 43 anos e não os 40 informados pelo burocrata que preencheu o livro de registros na ilha. Ou seja, a mesma diferença de três anos aparece nos dois casos: 1887 para 1890 e a idade informada de 40 quando deveria ser 43.

Tabela 7 - Idades declaradas e calculadas de Franklin Conte

	NASCIMENTO	IDADE		
		1933 (mai.)	1942 (jan.)	1944 (ago.)
Franklin Conte - o gaúcho	<i>1887¹⁴⁶</i>		55	
Franklin Conte - o paulista	02-01-1890	40 (43)		54

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da documentação do PEIA e DEOPS/APESP.

Um segundo indício são os nomes de parentes: em carta de 2 de março de 1942, já de volta a Ilha Anchieta após alegar ter passado pela Colônia Correccional de Dois Rios (CCDR), o Franklin gaúcho informa que possui identificação no “Departamento do Ministerio do Trabalho da Capital de São Paulo”, “há annos onde registrou a minha atividade profissional de mecânico em casa de meus proprios parentes na Rua Odorico Mendes [...], propriedade de meu irmão, há pouco falecido, Mauro Conte, Matheus Conte, meu sobrinho”. Agora, se fazemos a

¹⁴⁶ Em itálico são idades calculadas. Na carta de janeiro de 1942, Franklin informa que possui 55 anos, o que leva a supor que o ano de nascimento é 1887. Já o Franklin paulista, em seu prontuário, na ficha de identificação de agosto de 1944, possui a data de nascimento 02-01-1890 e a idade 54, mas no livro de matrículas do Presídio Político da Ilha dos Porcos foi anotada a idade 40, quando, pelas informações do prontuário, a idade deveria ser 43.

suposição que não são homônimos, o irmão de Franklin, Mauro, deu ao seu filho o mesmo nome do avô da criança, Matheus, como consta no prontuário do Franklin paulista.

Um terceiro indício são os endereços. Franklin, o gaúcho, cita a rua Odorico Mendes, bairro da Mooca, como local da propriedade do irmão falecido e onde exercia a profissão de mecânico, mesmo bairro da avenida citada no prontuário do DEOPS, residência do Franklin paulista. Ou seja, se agora fizermos o exercício inverso e admitimos que são homônimos, podemos dizer que dois Franklins, um gaúcho e um paulista, ambos com laços familiares de residência e profissão na Mooca, estiveram ao mesmo tempo no Presídio Político da Ilha Anchieta, no primeiro semestre de 1942, mas apenas o paulista foi encontrado na documentação daquele ano.

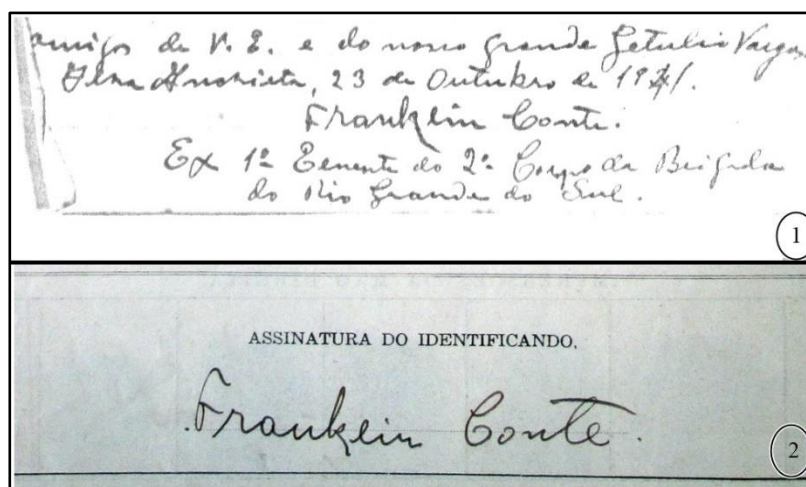
Recapitulando:

- Franklin Conte, gaúcho, disse ser oficial militar, esteve preso na Ilha Anchieta em 1941 e 1942; teria nascido por volta de 1887 e tinha um irmão morando na Mooca e um sobrinho chamado Matheus Conte; disse que lutou em 1930 e 1932, e que foi preso por vingança da polícia paulista;

- Franklin Conte, paulista, morava na Mooca e esteve preso na ilha diversas vezes e em 1942; nasceu em 1890, filho de Matheus Conte; foi identificado pela polícia a primeira vez com 13 anos e usou, ao menos, 7 nomes diferentes; estava preso durante os eventos da “Revolução de 1930”.

Mas ainda há um quarto indício, as assinaturas:

Figura 9 – Assinaturas de Franklin Conte



Fonte: 1) Carta de Franklin Conte, gaúcho, para Osvaldo Aranha, 23-10-1941, doc. 0A400118, CPDOC/FGV; 2) Franklin Conte, paulista - prontuário n.º 22.514, Franklin Conte, DEOPS/APESP.

Para o último indício voltamos a Carlo Ginzburg (1979). Segundo este autor, o método indiciário de Morelli para a análise de pinturas é baseado em indícios imperceptíveis para a maioria, destacando a importância dos detalhes secundários, de particularidades aparentemente insignificantes. Tais dados marginais constituem os momentos do controle do artista, de seus traços individuais. E qual dado marginal, literalmente à margem do objeto principal, está em ambas imagens? O ponto final após a assinatura. Em mais de uma carta e bilhete, Franklin Conte, o gaúcho, coloca um ponto final após cada assinatura, inclusive de seus companheiros de cela. Já o paulista, em sua folha de identificação, também pontua ao final. Mas, quanto é recorrente em tais documentos aquele sinal? De 170 prontuários observados, 93 constam documentos passíveis de receberem alguma assinatura¹⁴⁷; 69 continham assinaturas dos indivíduos que foram fichados e em apenas 2 casos há o sinal de ponto: Ernesto Galhardo de Queiroz (RJ)¹⁴⁸, mencionado anteriormente na Introdução, e Franklin Conte. Apenas 0,34% das assinaturas comportam aquele sinal individual e marginal.

Todos indícios apontam que a carta, um documento verdadeiro, traz um conteúdo falso. Os indícios apontam que apenas um Franklin Conte passou pela Ilha Anchieta, provavelmente forjando uma narrativa em busca do perdão de Getúlio Vargas. Com o descarte das hipóteses que orientaram o projeto e a descoberta dos comunistas encarcerados na Ilha dos Porcos, a tese foi reorientada.

¹⁴⁷ Em geral esses documentos podem ser: ficha pessoal do “Serviço de Identificação” do Gabinete de Investigações, “Termo de Declaração”, “Auto de Qualificação”, “Termo de Advertência”, folha solicitando “atestado de antecedentes político e sociais”, folha informando “transferência de residência”, folha com declaração de próprio punho atestando algum “compromisso”, carteira de trabalho, carteira de sindicato e cartas pessoais.

¹⁴⁸ Pront. n.º 21.982, “Ernesto Galhardo de Queiroz”, DEOPS/APESP.

PARTE II

Neste parte da tese abordarei quatro questões principais relativas ao período de operação do Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1933): 1) sustentarei a hipótese de que, apesar do decreto estadual de 1928, a reutilização das dependências da Ilha dos Porcos com intuito prisional provavelmente foi efetivada somente em 1931; 2) demonstro que o Presídio Político da Ilha dos Porcos recebeu, ao menos, mais de duas dezenas de “comunistas”, membros do “Partido Comunista do Brasil” (PCB), da “Juventude Comunista” (JC) e de sindicatos de Santos e da capital; 3) apesar de recentes afirmações acadêmicas em sentido oposto, defendo a interpretação de que o presídio foi peça fundamental e relevante na engrenagem de repressão política da interventoria paulista, coordenada pela Delegacia de Ordem Social e com apoio do Gabinete de Investigações e da Delegacia Regional de Santos; 4) aponto analiticamente a partir do recorte que, para aquele regime de exceção, a dinâmica de fazer circular efetivos policiais e detidos pode ter sido mais profícua para a repressão política.

Figura 10 - Ficha de adesão do pintor Angelo Moura ao Partido Comunista do Brasil, 1932

PARTIDO COMMUNISTA DO BRAZIL		
(Secção Brasileira da Internacional Comunista)		
PEDIDO DE ADHESÃO 2516		
Cellula:	Zona: <i>Belémzinho</i>	Região:
O camarada <i>Mo</i> pede para ser admitido como membro do Partido Comunista do Brasil, comprometendo-se a respeitar seus Estatutos e Regulamento e acatar as resoluções das instâncias superiores do Partido e do I. C.		
(Nome): <i>Angelo</i>		
DADOS		
Nome por extenso:	<i>Angelo Moura</i>	
Residência:	<i>Rua Dr. Celmentino 82 casa 23</i>	
Profissão:	<i>Decorador</i>	Salário mensal: <i>11 \$000</i>
Q: empresa onde trabalha:		
Endereço da mesma:		
Quantos operários trabalham nella:	Homens: <i>3</i>	Mulheres: <i>1</i>
Sindicato a que pertence:	<i>Constituição civil</i>	
Nacionalidade:	<i>Brazileiro</i> Si é estrangeiro, há quantos annos está no Brazil:	
Data de nascimento:	<i>24 de julho de 1907</i> Estado civil: <i>solteiro</i>	
É brasileiro, de que Estado é natural:	<i>São Paulo</i> Há quantos annos reside na Região: <i>12</i>	
Pertencio a outra organização ou partido politico?	<i>não</i> Qual?	
É eleitor?	<i>não</i> Onde?	
Data de apresentação ao Cellula:	<i>12</i>	O Secretário:
Data de apresentação na Zona:		O Secretário:
Data de apresentação na Região:		O Secretário:
Escrever claro	Não omitir nenhum dado	

Fonte: Pront. n.º 2.162, DEOPS/APESP.

3 RETOMADA DA ILHA DOS PORCOS (1928-1931)

Como dito anteriormente, os atores institucionais que compõem o universo policial são heterogêneos. Há a Polícia Civil, representada pelo chefe de polícia ou secretário da Segurança Pública, os delegados da capital, os delegados das especializadas do Gabinete de Investigações, as delegacias regionais e demais repartições e seus respectivos funcionários; há também, dentro da égide da Polícia Civil, a polícia política, institucionalizada na Delegacia de Ordem Política e Segurança (DOPS) e em alguns momentos na figura da Superintendência de Ordem Política e Social (SOPS), seções que em determinado momento passaram a contar com auxílio – agora institucionalizados – da Polícia Especial (PE) e do Serviço Secreto (SS), que no início da década de 1930 chamava-se Serviço Reservado; por fim, havia também a polícia militar estadual, corporificada na Força Pública do Estado de São Paulo¹⁴⁹.

Muitas das práticas da Polícia Civil que aparecerão descritas nos próximos capítulos não apresentarão novidades perante a já conhecida atuação da instituição nas primeiras décadas da República, que foram aprofundadas nos momentos de exceção. Luís Antônio Francisco de Souza (2009) e Marcelo Thadeu Quintanilha Martins (2014) demonstram, por diferentes abordagens, as práticas predominantes da Polícia Civil durante 1889-1930. Se por um lado constata a preocupação das autoridades em modernizar e criar uma carreira profissional que distanciasse a instituição do período monárquico e que assim atendessem os maiores ideais republicanos, por outro lado trazem a permanência da relação entre a polícia e a elite política, a ocupação patrimonial de cargos públicos, a corrupção e as atitudes arbitrárias e ilegais nas etapas de vigilância, repressão, inquérito e confecção de seus documentos.

¹⁴⁹ É bom salientar algumas diferenças formais sobre o conceito de polícia e suas diferentes atribuições: “A polícia pode ser classificada e organizada segundo o caráter de seu corpo profissional enquanto polícia civil e militar: a primeira sendo constituída por delegados, comissários, subdelegados, escrivães, agentes de segurança, peritos ou técnicos e inspetores de quarteirão; a segunda sendo formada por soldados ou agentes uniformizados, conforme estrutura hierárquica e funcional militar ou quase militar. (cf. Vieira & Silva, 1955). A Força Pública, por exemplo, era composta de batalhões de infantaria, regimentos de cavalaria, corpos de bombeiros e corpos de guarda cívica [...] Os primeiros (infantaria, cavalaria etc.) eram forças militares especialmente voltadas para a defesa do Estado nas situações de conflito armado, ou para reprimir greves e manter a ordem pública, em manifestações públicas e outras aglomerações populares (cf. Fernandes, 1974). A polícia ainda era classificada de acordo com sua especialização profissional, quer como polícia técnica ou repressiva (combate ao crime e investigação criminal), quer como polícia de segurança ou preventiva (patrulhamento, vigilância e controle de ordem pública). A complexidade organizacional da polícia, longe de indicar ausência de organização, demonstra o grau de disseminação do poder de polícia na sociedade e, sobretudo, a cultura governamental que começava a se consolidar na República. Esse conjunto classificatório [...] não esclarece as sobreposições de funções, os conflitos e a mutualidade que a cultura funcional ajudou a criar ao longo dos anos [...] Nesse sentido, a Polícia Civil é também polícia judiciária, de investigação, técnica e repressiva; e a Força Pública é simultaneamente administrativa, de segurança e preventiva” (SOUZA, 2009, p. 184-185).

Para Luís Antônio Francisco de Souza (2009), a Polícia Civil de São Paulo ocupou posição central não apenas como aparato de vigilância, controle e repressão, mas ator fundamental na tentativa de reconfiguração do estado republicano, almejado enquanto democrático e defensor das garantias constitucionais do direito civil e político ao cidadão. Antes, durante o regime monárquico, a polícia foi criada com responsabilidades administrativas e judiciárias, e com o novo regime de governo houve a junção da tradição institucional e processual com os anseios por uma polícia técnica e pautada por investigação criminal profissional e científica: não sem propósito foram criadas a Polícia Técnica e o Serviço de Identificação no Gabinete de Investigações entre outras repartições policiais. No âmbito das funções judiciárias, a “polícia do rei” possuía poderes inquisitoriais na investigação de crimes comuns, na instrução e formação de culpa, principalmente em contravenções como a vadiagem e embriaguez – e que foram mantidas¹⁵⁰. Uma das inúmeras contribuições do autor à temática, após analisar centenas de inquéritos policiais que nunca chegaram a ser encaminhados ao Judiciário e outra centena de processos-crime, diz:

A modernização institucional ocorrida na Primeira República não elidiu os elementos de poder inquisitorial presentes na prática policial. O Processo Criminal Brasileiro foi modificado [...] mas manteve a Polícia Civil como responsável exclusiva sobre os procedimentos do inquérito policial (diligências, inquirições e investigação). Esta exerceu considerável poder discricionário não sobre o indiciado, mas sim suspeito. E o inquérito policial, não só fornecia elementos (provas) para a denúncia como também prefigurava a responsabilidade do indivíduo (culpa), mediante, em regra, inquirição (interrogatório) com vistas à convicção de autoria (confissão). O delegado de polícia, que tinha a jurisdição sobre o inquérito, devia reduzir todas suas diligências e inquirições a termo escrito, registrado em cartório, e formular um resumo-parecer, ao final do inquérito e antes de remetê-lo ao promotor público, para fornecer elementos de convicção e fundamentar decisão favorável à denúncia. O indivíduo, sob a ótica desse processo de inculpação explícita, permanecia em estado de suspeição e devia, numa dramática inversão dos princípios legais, provar sua inocência. A tradição brasileira, que consignava um estranho poder discricionário à polícia civil, pois esta, em constante estado de *liminaridade*, congregava funções de prevenção e de investigação, estava em marcado contraste com o sistema acusatório, no qual se privilegiava a separação estrita das funções policiais e das do judiciário e no qual é o Estado que tem de provar a culpabilidade do acusado (cf. Lima, 1989 e 1994). (SOUZA, 2009, p. 37, itálico no original)

¹⁵⁰ Em relação ao “poder inquisitorial”, Santos (2009) se refere a análise de Roberto Kant de Lima. Para Lima, a instituição policial exercia controle sobre os procedimentos de construção da “culpa”, na qual o processo criminal e o inquérito policial preservam elementos de uma lógica jurídica inquisitorial. Lucimar Araújo *et al* (2001), se apoiam também em tal análise para ressaltaram o perfil dos atingidos pela repressão policial: a “tradição inquisitorial” reforçou a vigilância e repressão desigual sobre a sociedade. Assim, com a DOPS, esta “acumulava uma miríade de informações sobre pessoas e setores potencialmente perigosos[...]. Prioritariamente, não se busca o criminoso a partir do crime, mas o crime através do (suposto) criminoso. Constroem-se estereótipos sobre os cidadãos que são tendencialmente criminosos: são suspeitos, de antemão, por portarem certas características: tipo de fala, de ideias, de trajes, de trabalho, de relações de amizade, de leituras” (ARAÚJO *et al*, 2001, p. 24-25).

Para o autor, o processo de modernização frente as atitudes discricionárias reservadas à polícia, combinado com os arranjos políticos da elites paulistanas, pautados em apadrinhamentos e atitudes patrimonialistas sobre cargos públicos e troca de favores pessoais, coexistiam em um sistema social com amplas desigualdades, ao mesmo tempo que davam ao processo o verniz da feição impessoal e técnica, enquanto aumentava o poder extralegal dos policiais sobre a sociedade, em especial sobre as camadas mais baixas da pirâmide de poder econômico e político, que consistiam o corpo social visado pelo poder policial. Assim, a prática da tortura para obtenção de confissões, detenções arbitrárias e mantidas de forma ilegal, a produção material de provas, a utilização de inspetores e “secretas” como testemunhas (e únicas) se mantiveram constantes nas delegacias durante o regime democrático (SOUZA, 2009).

E sobre a modernização da polícia, Marcelo Martins (2014) ainda pontua o quanto ela é parte de um fenômeno transnacional diretamente relacionado às elites paulistanas e aos seus filhos ou apadrinhados, bacharéis em Direito, que se “empenharam na construção de um aparato moderno de segurança pública [...] buscando prevenir um colapso nas relações de dominação”, passando a adotar “padrões de policiamento que possibilitavam intervir na vida social controlando multidões, identificando indivíduos perigosos à ordem vigente e estabelecendo um regime de verdade, isto é, modos de agir, pensar e viver” (MARTINS, 2014, p. 201-21) – foi assim que, segundo o autor, “a criminalização dos pobres foi a forma da elite paulista lidar com transformações sobre as quais ela não tinha controle” (MARTINS, 2014, p. 278). Marcelo conclui que a modernização “não aboliu a violência nem diminuiu a ocorrência de crimes em São Paulo. A introdução de práticas modernas de identificação e investigação não conteve a incidência de assaltos, roubos e assassinatos, nem refreou a violência policial” (MARTINS, 2014, p. 282).

3.1 Breve contexto da Ilha dos Porcos (1902-1928)

Em outubro de 1902, Bernardino José de Campos Júnior, exercendo o cargo de presidente do estado de São Paulo, assinou uma lei autorizando a construção de um Instituto Disciplinar e de uma “Colônia Correccional”, subordinados à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça e “sob a imediata inspecção do chefe de policia”¹⁵¹. Idealizado em torno de conceitos como “trabalho” e “educação” ou “reeducação”, o Instituto

¹⁵¹ ALESP, Lei n.º 844, 10-10-1902.

Disciplinar abarcaria: a) maiores de 9 anos e menores de 14, no caso do artigo 30, do Código Penal¹⁵²; b) maiores de 14 e menores de 21 anos, condenados por infração do artigo 399 do Código Penal e artigo 2 da Lei federal n.º 145, de 11 de julho de 1893¹⁵³; c) “pequenos mendigos”, “vadios”, “viciosos”, “abandonados”, maiores de 9 e menores de 14 anos. Já a Colônia seria destinada à correção, pelo trabalho, dos “vadios” e “vagabundos”, nos termos dos artigos 374, 399 e 400 do Código Penal¹⁵⁴. Ficou definido também que o produto resultante do trabalho seria dividido entre renda aos cofres do estado e pecúlio aos internados, a ser restituído no momento de liberdade.

Mas tal iniciativa possui sua intenção e uma justificativa que a explica. Segundo o historiador Marcelo Martins (2014), em 1902 houve uma crise cafeeira que reforçou na compreensão das elites de São Paulo que a “indigência” e “vadiagem” eram problemas frente ao discurso civilizador das autoridades políticas e policiais da capital. Em um dos eventos descritos pelo historiador, em abril daquele ano um “mendigo”, ao passar em frente a Repartição Central de Polícia, montou um dos cavalos de uma das ordenanças do chefe de polícia José Cardoso de Almeida, recém empossado. Pouco tempo depois, em um relatório publicado em 1903, o mesmo chefe recomendou ao secretário do Interior e Justiça a urgente construção de uma colônia correcional e que esforços fossem feitos para “banir os vadios” da capital, visando “um regime mais de disciplina do que rigorosamente de punição e castigo”, tendo o próprio chefe de polícia feito as inspeções nas ilhas do litoral paulista (MARTINS, 2014, p. 181).

Com a criação de um Instituto Disciplinar na capital e com escolha da Ilha dos Porcos para a Colônia Correcional¹⁵⁵, o projeto elaborado por Francisco de Paula Ramos de Azevedo visou atender aos propósitos de reabilitação social e de reeducação, fazendo com que

¹⁵² O Código Penal de 1890, art.30, diz que os maiores de 9 anos e menores de 14, “que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes” sob parecer de juiz e não podendo exceder a idade de 17 anos – BRASIL, Decreto n.º 847, 11-10-1890.

¹⁵³ A lei federal em questão decretava a criação de uma colônia correcional na Fazenda Boa Vista, Parahyba do Sul, mas estipulava no seu art.2 os “vadios”, “vagabundos” e “capoeiras” que “forem encontrados” dentre as seguintes características: qualquer sexo e idade (não estando sujeito ao poder paterno ou sob direção de tutores), sem meios de subsistência, “ocupação legal” e “honesto”, a “vagarem pela cidade na ociosidade”.

¹⁵⁴ O Código Penal de 1890, art. 374, diz que “será julgado e punido como vadio todo aquelle que se sustentar do jogo”; O art. 399 diz “Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes”; O art. 400 diz: “Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes”. E no caso do infrator ser estrangeiro, este será deportado.

¹⁵⁵ A utilização de ilhas no continente americano enquanto local de reclusão retrocede ao século XV, a partir das ações de Portugal, Espanha e Inglaterra. Depois, é utilizada pelas recentes repúblicas dos séculos XIX e XX em países como Costa Rica, República Dominicana, México, Cuba, Panamá, Venezuela, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Argentina (LÓPEZ, 2006). No Brasil tivemos também a Ilha Grande e demais ilhas fluminenses (SANTOS, 2004, 2009), a Ilha de Fernando de Noronha (COSTA, 2007) e a fluvial Pedras Brancas em Porto Alegre/RS.

a arquitetura minimizasse a ideia de confinamento, principalmente em relação à arquitetura das chamadas “Casa dos internados”¹⁵⁶, como também a ausência de altos muros¹⁵⁷ - o que não a impediu de ter, além de três “solitárias”, um “calabouço” e uma “enxovia”¹⁵⁸ construídos no prédio da administração¹⁵⁹. Regulamentada em 1907¹⁶⁰ e oficialmente inaugurada em 1908, a Colônia Correccional foi desativada em 1914 e transferida para Taubaté¹⁶¹. Sendo assim, os indivíduos encarcerados foram enviados ao Instituto Correccional (que se tornou a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté – e à Fazenda Modelo – que se tornou o Instituto de Reeducação de Tremembé (OLIVEIRA, 2009).

De 1914 a 1919, nos informa Samuel Messias de Oliveira (2009) que a Ilha foi arrendada a Agostinho Rossi para instalação de indústria pesqueira, que também não foi bem-sucedida, e para que a rescisão da concessão fosse feita foi necessária uma diligência do delegado de Ubatuba para a retomada da posse. A seguir, entre 1920 e 1921, foi instalado um posto de isolamento e epizootia para combate a enfermidades do rebanho pastoril paulista, coordenado pelo dr. Oscar Dutra e Silva em companhia de Armando Meira Bohn que, após o fechamento do posto, lá permaneceu como zelador (OLIVEIRA, 2009).

Já em 1926, nos informa Jorge Cocicov (2017) que mil novecentos e setenta e oito imigrantes búlgaros e gagaúzos bessarabianos¹⁶², até então alojados na Hospedaria dos Imigrantes, foram compulsoriamente enviados para a Ilha dos Porcos pelo governo estadual. Os imigrantes da Europa oriental, vindos ao Brasil em fevereiro daquele ano, se recusaram a seguir para as fazendas do interior paulista, e ao tomarem conhecimento do regime de trabalho protestaram por dois meses para serem enviados de volta à Europa. Em abril, em ação apoiada pela cavalaria da Força Pública, os búlgaros e gagaúzos bessarabianos foram forçados a entrarem em vagões de trem e seguiram viagem até Santos. Chegando à Ilha em 18 de abril e ocupando os pavilhões já deteriorados pelo abandono e furtos das instalações, a população era vigiada por menos que cinco militares da Força Pública e sem qualquer tipo de assistência

¹⁵⁶ *Planta Casa dos internados*, Colonia Correccional do Porto das Palmas, E.4724, SEJUS/APESP.

¹⁵⁷ Arquiteto (ou seu escritório) responsável pelos projetos do atual 1º BPCh-ROTA (então “Quartel da Luz”, 1892), Pinacoteca (então “Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo”, 1897), Teatro Municipal (1911), “Carandiru” (1920, com desenho de Samuel Augusto das Neves), Mercado Municipal (1928), entre outros.

¹⁵⁸ Segundo o dicionário Michaelis, “solitária” é descrita como “cela penitenciária onde se isola o detento perigoso ou violento; surda”; já o “calabouço” é considerado “lugar de prisão preventiva ou provisória [...] Local escuro, fechado e úmido, especialmente nos subterrâneos [...]”; e “enxovia” segue a mesma linha, “prisão térrea ou subterrânea, escura, úmida e suja, onde ficavam os presos mais perigosos”. Pela planta da “Casa da Guarda” é possível identificar que o calabouço e enxovia, pelas suas dimensões, são celas coletivas.

¹⁵⁹ *Planta Casa da Guarda*, Colonia Correccional do Porto das Palmas, E.4724, SEJUS/APESP.

¹⁶⁰ ALESP, Decreto n.º 1.438, 14-02-1907.

¹⁶¹ ALESP, Lei n.º 1.445, 28-12-1914.

¹⁶² Bessarábia, à época província russa, hoje faz parte da República Democrática da Moldávia.

médica ou de recursos básicos. Apesar de afirmações em jornais da época de que em junho os imigrantes foram transferidos para o continente, na Ilha permaneceram pelo menos até 25 de julho: em 102 dias, 151 pessoas morreram, das quais 140 tinham até 13 anos de idade – a causa, intoxicação por ingestão de “mandioca brava”, cultivada anteriormente pelos caiçaras. Após as mortes foram encaminhados para o porto de Santos e nenhuma providência foi tomada para garantir trabalho na capital, no interior ou também da repatriação, promessa que havia sido feita pelo governo estadual (COCICOV, 2017)¹⁶³.

3.1.1 Breve contexto da década de 1920

Segundo Regina Célia Pedroso (2002), a década de 1920 foi de extrema fragilidade política, elencando os governos federais de Arthur Bernardes e Washington Luís como alguns dos principais cuja preocupação era o confinamento do inimigo político, a criação de colônias agrícolas, a repressão aos movimentos anarquistas e greves operárias, e as declarações de estado de sítio. Para a autora, a ideologia policial foi indissociável da percepção e combate ao “criminoso social” e às classes operárias, assim como viria a ser com o estado autoritário dos anos de 1930 (PEDROSO, 2005).

Para José Murilo de Carvalho (1987), a repressão social e política realizou forte pressão para que algumas associações políticas de cunho “comunista” e “socialista” não obtivessem êxito em sua constituição e sobrevivência. Foi ainda período que coincidiu com o surgimento de várias iniciativas (FEIBER, 2012)¹⁶⁴, inclusive o próprio Partido Comunista teve uma primeira formação em 1919, mas logo desarticulada e recriada novamente em 1922 (SILVA, 2000; BARTZ, 2009). Período também em que se regulou a repressão ao anarquismo, por decreto do presidente Epitácio de Pessoa (1919-1921)¹⁶⁵.

Para Myrian Sepúlveda dos Santos (2009), o modo de operação criado no governo Epitácio Pessoa para repressão aos movimentos sociais e políticos foi aprofundado durante o governo de Arthur Bernardes (1922-1926). O aparato jurídico-institucional e o poder policial

¹⁶³ Jorge Cocicov é capitão da reserva da Polícia Militar (PMESP), filho e neto de imigrantes búlgaros bessarabianos que estiveram na Ilha dos Porcos em 1926.

¹⁶⁴ Segundo cronologia de Cristina Gabriela Feiber (2012), em 1890 houve a fundação do Partido Operário do Rio Grande do Sul; em 1892 aconteceu o I Congresso Socialista Brasileiro que teve por objetivo fundar Partido Socialista Brasileiro (PSB); em 1898 foi realizado o I Congresso Sul Rio-Grandense que aprova a defesa do socialismo; em 1902 houve o II Congresso Socialista Brasileiro; em 1906 houve o I Congresso Operário Brasileiro, onde foram lançadas as bases para criação da COB (Confederação Operária Brasileira) em 1913 houve o II Congresso Operário Brasileiro, mas há uma certa pausa no movimento até 1916, sendo retomado com a greve de 1917.

¹⁶⁵ BRASIL, Decreto n.º 4.269, 17-01-1921.

tornavam-se cada vez mais entrelaçados e permissivos às ilegalidades e arbitrariedades. Como pontua Regina Pedroso:

[...] funcionava, extra-oficialmente, um sistema paralelo de penalidades. Um deles, o suicídio, tornou-se ‘prática moderna’ durante o governo Arthur Bernardes [...] A detenção de um indivíduo extrapolava a pena aplicada por lei, principalmente nos casos de ‘crimes políticos’. O preso passava a conviver com uma nova realidade na qual a tortura e o assassinato faziam parte do cotidiano (PEDROSO, 2002, p. 115).

No caso do então Distrito Federal, as autoridades policiais foram dotadas de amplos poderes¹⁶⁶ e os estados de sítio permanentes (CARVALHO, 2009)¹⁶⁷ permitiram que as ações dos chefes de polícia fossem fortalecidas:

A 4ª. Delegacia, só no ano de 1923, com a finalidade de informar as autoridades policiais nos processos de naturalização e solicitação de serviços, fez o levantamento dos antecedentes de mais de 16 mil indivíduos suspeitos de crimes políticos e reprimiu de forma efetiva estrangeiros, associações operárias, anarquistas e comunistas (SANTOS, 2009, p. 169).

E no estado de São Paulo, nos últimos dias de 1924, ainda sob os efeitos do movimento tenentista de 5 de julho, o presidente estadual Carlos de Campos autorizou a criação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)¹⁶⁸, sendo que algumas diretrizes só foram regulamentadas por lei seis anos mais tarde, apesar de outros decretos terem dado regulamentos à Polícia Civil nesse intervalo. Em abril de 1930, a polícia política teve definida suas atribuições, dentre outras, da “organização da estatística operária pelos métodos mais adequados; a fiscalização e observação do trabalho e da movimentação operária e as decorrentes das leis e decretos em vigor; a prevenção e repressão de anarchismo e demais doutrinas da subversão social”¹⁶⁹. Como bem sintetizado por Lucimar Araújo *et al* (2001, p. 24):

O DEOPS desempenhou, por quase seis décadas, as funções de uma polícia política, estando sempre devotado à vigilância, controle e repressão dos setores e cidadãos engajados em projetos políticos alternativos aos implementados pelos donos do poder. Neste exercício de dominação, lançou mão de práticas violentas e ilegais (como a tortura, o cárcere privado e a execução sumária), métodos amparados na legislação (como a instauração de inquéritos policiais) e também da produção e armazenamento de uma quantidade enorme de informações sobre cidadãos considerados “perigosos” para a ordem vigente.

¹⁶⁶ BRASIL, Decreto n.º 15.848, 20-11-1922.

¹⁶⁷ Como brevemente pontuado por José Murilo de Carvalho (2009, p. 91-92), “todo o período presidencial de 1922-1926 se passou sob o estado de sítio, em consequência da luta tenentista”.

¹⁶⁸ ALESP, Lei n.º 2.034, 30-12-1924.

¹⁶⁹ ALESP, Decreto n.º 4.715, 23-04-1930.

Portanto, uma série de decretos nos anos de 1920 auxiliaram na repressão política sobre os movimentos sindicais, anarquistas e comunistas¹⁷⁰, assim como intervenção do governo federal nos estados, sindicatos e a limitação do habeas corpus, fazendo com que parcela da ação arbitrária policial fosse revestida de legalidade (PINHEIRO, 1991; SOUZA, 2009). Segundo Myrian Sepúlveda dos Santos (2009), o governo de Washington Luís (1926-1930) foi menos conturbado em seu início, com a suspensão do estado de sítio, mas já em agosto de 1927 o regime de prisões sumárias de militantes comunistas e anarquistas voltou a ser praticado.

O decreto federal n.º 5.221 de 12 de agosto de 1927¹⁷¹, conhecido como “Lei Anibal de Toledo” ou “Lei Celerada”, alterou o decreto sobre greve operária (1890) e o decreto de repressão ao anarquismo (1921): aprofundou ainda mais a repressão aos supostos líderes das greves operárias, tornando o crime não apenas inafiançável, mas estipulando penas de prisão celular que variavam de seis meses a dois anos¹⁷²; aprofundou também a possibilidade de “ordenar o fechamento” de diversas organizações da sociedade civil, não apenas a agremiações políticas e sindicatos, assim como aprofundou a censura¹⁷³, podendo proibir a propaganda e

¹⁷⁰ Tal como a Lei federal n.º 4.743, 31-10-1923, que estabeleceu restrições à liberdade de imprensa e ataque político a diversas formas de expressão de movimentos políticos e sociais.

¹⁷¹ BRASIL, Decreto n.º 5.221, 12-08-1927.

¹⁷² Segundo o decreto: “Art. 1º - São inafiançáveis os crimes previstos no decreto n. 1.162, de 12 de dezembro de 1890, e as penas respectivas passam a ser de seis meses a um anno de prisão celular para o caso do § 1º e de um a dois annos para o caso do § 2º” – o decreto 1.162/1890 dizia: “Art. 1º Os arts. 205 e 206 do Código Penal e seus paragraphos ficam assim redigidos: 1º Desviar operarios e trabalhadores dos estabelecimentos em que forem empregados, por meio de ameaças e constrangimento [...] 2º Causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violencias, para impôr aos operarios ou patrões augmento ou diminuição de serviço ou salario [...]”.

¹⁷³ Como apontado por Maria Luiza Tucci Carneiro (2003, p. 26), ao se referirem ao trabalho de Ana Luiza Martins (2002), o primeiro decreto republicano surgiu no âmbito federal em 23-12-1889, atingindo diretamente a imprensa, na qual “restringia-se a informação, assim como proibia-se reuniões políticas”. No histórico estadual, em 1924, no mesmo decreto que ordenou a criação da DOPS e das delegacias especializadas no Gabinete de Investigações, foi criado o cargo de “censor de peças theatraes a cinematographicas” (Lei n.º 2.034, 30-12-1924), depois realocado para Delegacia de Costumes e Jogos (Lei n.º 2.172-B, 28-12-1926). Em abril de 1928, coube exercer a “censura prévia” (art. 136) na qual também foi definido que “nenhum divertimento publico se realizará sem a licença da autoridade policial competente, sem prévia censura e pagamento dos impostos devidos” (art. 50) – ainda, dentre as dezenas de regulações, as licenças poderiam ser retiradas a qualquer momento, mesmo aprovadas (art. 193), os ensaios precisavam ser notificados previamente (art. 207) e os censores tinham direitos a “duas cadeiras” nos “theatros cinematographos e outras casas de diversões” (art. 208, Decreto n.º 4.405-A, 17-04-1928). Em 1931, a seção de “Censura Theatral e Cinematographica” do Gabinete de Investigações foi extinta, sendo criado o Departamento de Censura subordinado diretamente ao Secretário da Segurança Pública, abrangendo as seções “De informações”; “De Censura Theatral e Cinematographica”; “De Divertimentos Publicos” (Decreto n.º 4.858, 28-01-1931) e em maio de 1932, o departamento ficou sob autoridade da Repartição Central de Polícia (Decreto n.º 5.496, 02-05-1932). A alteração mais representativa que quero chamar a atenção, demonstrando o controle do estado sobre a atividade da imprensa da época, trata-se da realizada após a derrota da São Paulo na guerra civil: em 25 de outubro de 1932, “considerando que é indispensavel harmonizar a atividade da imprensa com o interesse publico, de modo que a livre critica dos atos do Governo não venham trazer perturbações da ordem publica”, foi criada a Seção de Publicidade, diretamente subordinada ao Chefe de Polícia (Decreto n.º 5.714, 25-10-1932). Segundo Carneiro e Kossoy (2003), mesmo com o fim da censura sobre a imprensa, isso não impediu que tipógrafos, jornalistas, redatores entre outros funcionários do setor fossem detidos e tivessem suas edições confiscadas naquela década e nas anteriores.

permitir o fechamento de “órgãos de publicidade”¹⁷⁴. Período também que a pressão ao anarquismo foi aumentada:

Em 1927, o estereótipo do anarquista vem a confirmar a ideia que se fazia de sua atuação como agitador social. Sua imagem vem atrelado à do terrorismo especializado em bombas [Decreto nº 5.373, de 12 de dezembro de 1927]. O Estado, durante esse período, utilizou-se da formulação de novos tipos de infração com o objetivo de perseguir os inimigos políticos do regime (PEDROSO, 2005, p. 108).

Enquanto isso, além da questão operária e repressão ao “anarchismo” e “communismo”, a preocupação com os “mendigos”, “vadios” seguia incessante, buscando afastar do convívio social toda uma população de “indesejáveis”. Foi nesse contexto que o governo estadual paulista autorizou por Lei, no último dia do ano de 1928, a reabertura da prisão na Ilha dos Porcos¹⁷⁵. A partir deste decreto, memorialistas e pesquisadores tomam como efetivada a mudança (PEDROSO, 2002, p. 119; AMARAL, 2016, p. 323; FERREIRA, 2016, p. 15). Porém, minha hipótese é de que nunca foi efetivada e permaneceu apenas no papel.

3.2 O Auto nº 4.007/1928

No arquivo morto do PEIA há a cópia do Auto nº 4.007 de 1928¹⁷⁶. Ele possui três volumes: o primeiro volume é de 23 de agosto de 1928 e o segundo e terceiro são de 17 de maio de 1960. O referido auto é proveniente da extinta Secretaria de Viação e Obras Públicas do estado de São Paulo (SVOP)¹⁷⁷ e contém o relatório de inspeção e orçamento para reforma conduzidos pelos engenheiros Alberto Veiga Filho e Francisco Viotti, que protocolaram em uma sexta-feira, 24 de agosto de 1928, a demanda que segue:

Tenho a honra de solicitar se digne V. Exa. expedir as necessárias ordens no sentido de ser organizado orçamento para os reparos necessários nos pavilhões e demais dependências da Ilha dos Porcos. Outrossim, rogo providencias urgentes quanto á apresentação desse orçamento, com tempo de se tratar da inclusão da respectiva verba na proposta orçamentária para o exercício de 1929.

¹⁷⁴ Segundo o decreto: “Art. 2º - O art. 12 da lei n. 4.269, de 17 de janeiro de 1921, fica substituído pelo seguinte: “O Governo poderá **ordenar o fechamento**, por tempo determinado, de agremiações, sindicatos, **centros ou sociedades que incidam** na pratica de crimes previstos nesta lei **ou de actos contrarios á ordem, moralidade e segurança publicas**, e, quer operem no estrangeiro ou no paiz, **vedar-lhes a propaganda**, impedindo a distribuição de escriptos **ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isto se proponham**, sem prejuizo do respectivo processo criminal“ (grifo meu).

¹⁷⁵ ALESP, Lei n.º 2.347, 31-12-1928.

¹⁷⁶ A presença da cópia do auto no acervo histórico do PEIA só foi possível porque em 1986, tendo como objetivo a realização do Projeto de Manejo (1989), houve a solicitação da pesquisadora científica Ilda H. D. Castello Branco e o estagiário de pesquisa Hugo Teuro Takamizawa. Os documentos estavam em posse da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente, Departamento de Edifícios e Obras Públicas.

¹⁷⁷ A Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP) foi entidade coletiva criada pela lei estadual n.º 2.196 de 03-09-1927 e extinta pela lei estadual n.º 7.833, de 19-02-1963.

Com a solicitação de Rs 400:000\$000 (quatrocentos contos de réis), o secretário de Viação remeteu ao secretário da Justiça e no verso consta um visto assinado em 3 de outubro de 1928, com os dizeres “A resposta, 3-10-928, Projecto e orçamento na gaveta” e a movimentação do processo cessou. Em 5 de janeiro de 1929, foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo a transferência do Instituto Correccional de Taubaté para a Ilha dos Porcos, assim como a liberação de até 300 contos de réis para adaptação das instalações e aquisição de uma embarcação de transporte¹⁷⁸. Uma semana depois, 286 contos de réis foram contabilizados no orçamento da Secretaria da Segurança, para uma das prisões estaduais, servindo também ao Instituto de Taubaté:

Para pagamento ao pessoal contractado, alimentação, pecúlios a presos; material de expediente e despesas imprevistas e custeio e conservação das construcões da Ilha dos Porcos¹⁷⁹.

Entretanto, seis meses depois, em julho de 1929, a prisão ainda não havia entrado em operação:

De salutaes effeitos será, dentre em breve, a Colonia Correccional da Ilha dos Porcos, restabelecida pela lei n. 2.347, de 31 de dezembro de 1928, que funcconará em substituição ao Instituto Correccional existente em Taubaté, e destinado á correção, pelo trabalho, dos vadios e vagabundos como taes condemnados, nos termos dos artigos 379, 339 e 400 do Codigo Penal e da lei federal n. 145, de 11 de julho de 1893.¹⁸⁰

Três meses depois aconteceu o colapso econômico ocidental, em outubro de 1929. A próxima menção localizada no Diário Oficial aparece somente em 1º de janeiro de 1930, liberando mais 286 contos de réis para a prisão de Taubaté e a Ilha dos Porcos¹⁸¹. Passados mais alguns meses, em 2 de outubro de 1930, há uma ordem de pagamento: “a Armando Bohn, zelador da Ilha dos Porcos”¹⁸², um dia antes do início dos eventos desencadeados pela Aliança Liberal em Porto Alegre/RS, com a tomada do quartel-general da 3ª Região Militar.

¹⁷⁸ DOSP, 05-01-1929, p. 192.

¹⁷⁹ DOSP, 13-01-1929, p. 449.

¹⁸⁰ DOSP, 17-07-1929, p. 6440.

¹⁸¹ DOSP, 01-01-1930, p. 24.

¹⁸² DOSP, 02-10-1930, p. 8575. Em 1929, setes textos sobre a prisão foram publicados no Diário Oficial; em 1930, três; em 1931, mais de quarenta.

3.2.1 Interventoria e a “intentona paulicéa” de 1931

Para Boris Fausto (1997), os “tenentes” desempenharam papel importante no golpe de 1930 e ocuparam vários postos de direção do Estado nos primeiros anos da ditadura de Getúlio Vargas. Política e ideologicamente difuso, o autor aponta as características militares, nacionalistas, a tendência a reformas autoritárias e os ataques jurídico-político às oligarquias como embrião daquele movimento surgido na década de 1920. Em relação a centralização, essa era vista enquanto reunificação da República frente ao “liberalismo excessivo”: caberia aos “tenentes” regenerar o equilíbrio entre os três poderes, principalmente o Judiciário, e contornar os excessos causados pela República Velha, garantir a uniformização das instituições e a reforma constitucional. Boris Fausto (1997) destaca ainda o caráter elitista, antiliberal e como parte da ideologia tenentista possuía um olhar crítico à participação popular nos instrumentos formais da democracia política burguesa, tal como o voto direto e o sufrágio universal. Pontua ainda, apesar das tentativas de insurreição apartadas do apoio da sociedade civil e sem estreito vínculo com os movimentos sociais e classes médias, as revoltas tenentistas angariaram simpatia popular, mas adverte que “o prestígio do movimento não advém de sua relativa autonomia em face das demais forças sociais, mas sim do fato de ser visto como braço armado da dissidência civil” (FAUSTO, 1997, p. 86).

Com os “tenentes” na também difusa Aliança Liberal, Boris Fausto apontará uma progressiva radicalização e em lados opostos, de um grupo militar que na década anterior apresentava-se de forma unida, enquanto “revolucionária”. Agora compondo os quadros do governo central após o golpe de outubro de 1930, “demonstrou a inconsistência de um grupo pouco integrado, cujos objetivos nem sempre são correntes no âmbito ideológico e da prática política” (FAUSTO, 1997, p. 94). Isso levou a diversas fragmentações: a primeira grande cisão ocorreu ainda em maio de 1930, com a ruptura de Luís Carlos Prestes; a radicalização progressiva e expansão da onda autoritária no contexto internacional, além das experiências regionais no Brasil, levaria a constituição de movimentos de esquerda, como a Aliança Nacional Libertadora (ANL), e de direita, como a Ação Integralista Brasileira (AIB). Pra ficarmos apenas em São Paulo, há uma tríade de comandantes da Coluna Prestes-Miguel Costa em primeiro plano: o “tenentista” Isidoro Lopes coordenou a “intentona paulicéa” em abril de 1931 contra a interventoria do “tenentista” João Alberto; depois, o “tenentista” Miguel Costa entrou em disputa com João Alberto pela interventoria, que levou Miguel Costa a perder o cargo de chefe de polícia e o de comandante da Força Pública, enquanto João Alberto, desgasto, renunciou; meses depois, novamente Isidoro Lopes comandou as tropas paulistas na guerra-civil militar de

1932 – desconsiderando os conflitos entre o Club 3 de Outubro, a Legião 5 de Julho e a Legião Revolucionária, clubes tenentistas que buscavam apoios operários e populares às suas causas, distintas.

Após o golpe de 24 de outubro de 1930, o bacharel Vicente Paulo Francisco Ráo¹⁸³, membro do Partido Democrático (PD)¹⁸⁴, assumiu a então Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança Pública e, por poucos dias, o cargo de chefe de polícia¹⁸⁵. Os quatro primeiros prefeitos da capital e ao menos três “delegados revolucionários” eram filiados àquele partido. Naquelas semanas iniciais, membros do PD que havia apoiado a Aliança Liberal e aprisionados no início de outubro, como “revolucionários”, foram soltos dos cárceres paulistas e indicados para administração pública¹⁸⁶. Importantes nomes da história paulista foram inseridos nos quadros estatais, sobretudo na polícia: por exemplo, Aureliano Leite ocupou a 3ª Delegacia Auxiliar e também ocupou o posto máximo de chefia, mas por um dia¹⁸⁷, enquanto Paulo Duarte, célebre opositor ao regime varguista em 1932, assumiu brevemente como delegado da Segurança Pessoal e delegado civil auxiliar da então Delegacia Revolucionária de Ordem Política e Social, criada em 3 de novembro¹⁸⁸.

¹⁸³ Segundo Marcelo Martins (2014), Vicente Ráo era presidente do Instituto dos Advogados e professor da Faculdade de Direito na ocasião. Na madrugada do dia 25 Vicente se reuniu com o general Hastinfilo de Moura, representante da Junta Militar do Rio de Janeiro, após o então chefe de polícia, delegado Mário Bastos Cruz, deixar o cargo à disposição dos “revolucionários”.

¹⁸⁴ Partido fundado em 1926 e oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP).

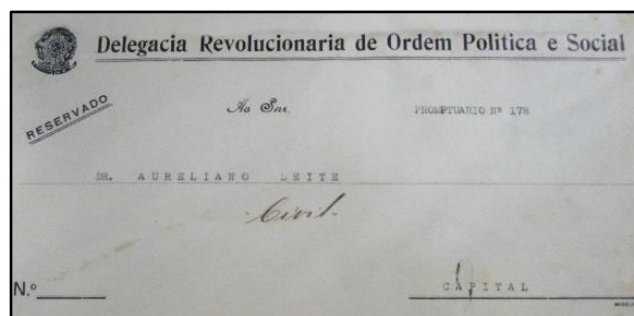
¹⁸⁵ O cargo de Chefe de Polícia havia sido reinstituído pela Lei n. 2.034, de 30-12-1924, e estava “sob inspeção suprema do Presidente do estado e mediante a superintendência geral do Secretaria da Justiça e da Segurança Publica”. Vicente Ráo ocupou o posto até 05 de novembro, sucedido por Plínio Barreto (20 dias), Florivaldo Linhares (8 dias), Aureliano Leite (1 dia) e Carlos Amaméricorico de Sampaio Viana (1 dia). Então, em 05 de dezembro de 1930, o cargo foi novamente extinto.

¹⁸⁶ Nos antecedentes de Paulo Duarte consta, por exemplo, “foi preso assim que esta revolta se manifestou no Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Paraíba. Com a vitória da revolução, em 24 de Outubro desse mesmo ano, é solto á meia-noite e logo a seguir convidado pelo dr. Vicente Ráo para auxiliar a organização da policia estadual” – Pront. n.º 40.546, “Partido Constitucionalista”, v. 1, f. 280, **DEOPS/APESP**.

¹⁸⁷ Após ser destituído do cargo em 1931, apoiou a “Revolução de 1932”, sendo preso no Rio de Janeiro. Deportado para a Europa, regressou um ano depois, filiando-se ao Partido Constitucionalista (PC) e sendo eleito deputado federal. Em 27-05-1939, foi detido e recolhido ao Presídio Político da Capital, assim como em 25-03-1940, após ser descoberto um plano de golpe organizado em torno de Armando Salles de Oliveira – Pront n.º 36.804, “Aureliano Leite”, **DEOPS/APESP**.

¹⁸⁸ DOSP, 05-11-1930, p. 9.316.

Figura 11 - Papel timbrado da Delegacia Revolucionaria de Ordem Política e Social



Fonte: Pront. n.º 36.084, “Aureliano Leite”, DEOPS/APESP.

No mesmo 3 de novembro, o general Miguel Costa, ex-comandante da coluna tenentista em conjunto com Luís Carlos Prestes, assumiu o comando da Força Pública, ampliando o campo de tensão e disputa política interna no governo paulista. O domínio do PD sobre São Paulo foi conflituoso e breve: Miguel Costa, de forma a manter permanente a pressão de setores “tenentistas” e suas reivindicações, criou a Legião Revolucionária em 13 de novembro, acirrando os movimentos políticos pelo controle do governo estadual¹⁸⁹. No dia seguinte, o interventor Plínio Barreto (PD) extinguiu o Ministério Público e o respectivo cargo de chefia, passando suas atribuições à Procuradoria Geral de Estado¹⁹⁰, e dali dois dias o cargo de chefe do Gabinete de Investigações passou também a ser nomeado diretamente pelo chefe de polícia “mediante livre escolha no quadro dos delegados ou fora desse quadro, não sendo requisito para a nomeação a qualidade de bacharel em direito”¹⁹¹.

A concentração de poderes na figura do interventor aumentou ainda mais, mas o representante do PD foi substituído por Vargas. Em 25 de novembro, o coronel pernambucano João Alberto Lins de Barros¹⁹² assumiu o governo paulista: considerado como responsável pela expansão das ideias comunistas, segundo o PD, e “de estilo absolutamente fascista”, segundo um embaixador italiano (TOLEDO, 2015). No dia seguinte, a Delegacia Revolucionária foi desmembrada em duas: Delegacia de Ordem Política e a Delegacia de Ordem Social, com ambos delegados e o superintendente nomeados pelo chefe de polícia¹⁹³. Ficou definido que as nomeações de todo o quadro de funcionários seriam “conforme às necessidades do serviço”, transferindo recursos da Secretaria do Interior e subsídios de senadores e deputados e recursos

¹⁸⁹ Criada por João Alberto, Miguel Costa e João Mendonça Lima, um de seus manifestos, de 4 de março, foi redigido por Plínio Salgado e assinado por Miguel Costa – Atlas Histórico do Brasil, CPDOC/FGV. Verbete “Miguel Costa”, disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/miguel-costa>>, acesso em 09 ago. 2019.

¹⁹⁰ ALESP, Decreto n.º 4.774, 14-11-1930.

¹⁹¹ ALESP, Decreto n.º 4.774-A, 16-11-1930.

¹⁹² Participou da revolta tenentista de 1924 e da Coluna Miguel Costa-Prestes. Junto ao general. Isidoro Dias Lopes, Alberto foi um dos principais chefes militares da Aliança Liberal, sendo interventor em São Paulo de novembro de 1930 a julho de 1932.

¹⁹³ ALESP, Decreto n.º 4.777, de 26-11-1930.

do título “Diversas Despesas” para arcar com os custos da nova estrutura na capital e em onze delegacias do interior¹⁹⁴ ¹⁹⁵. Dez dias depois de João Alberto assumir, Vicente Ráo foi exonerado, provocando demissão coletiva do secretariado em seu apoio¹⁹⁶. Segundo Elizabeth Cancelli,

Vicente Rao tratou de demitir todos os antigos titulares da polícia do estado e substituí-los por integrantes do PD. Em 2 de dezembro, João Alberto exonerou Vicente Rao, sob a acusação de “manter uma atuação pautada por certo espírito de partidarismo que o tornava incompatível com o cargo” (CANCELLI, 1994, p. 51).

No dia 5 de dezembro foi criada a Secretaria da Segurança Pública, desmembrando-a da Justiça¹⁹⁷, sendo indicado o já comandante da FP, general Miguel Costa, para o cargo, passando este a indicar diretamente um superintendente e os delegados chefes das delegacias de Ordem Social e Ordem Política¹⁹⁸. Assim, o cargo de chefe de polícia foi extinto e o secretário da Segurança Pública passou a dirigir todo o serviço policial¹⁹⁹. Em 10 de dezembro foram exonerados: Amando Franco Soares Caiuby, Durval de Villalva, Euzébio Egas Botelho, Laudelino de Abreu, Walter Autran e outros 10 delegados; no mesmo dia, Aureliano Leite e outros 7 delegados foram exonerados “a pedido”²⁰⁰, promovendo uma reformulação dos nomes e cargos.

¹⁹⁴ ALESP, Decreto n.º 4.780-A, de 28-11-1930.

¹⁹⁵ É importante destacar, conforme demonstra Elizabeth Cancelli (1994), a utilização de verbas secretas e especiais, as “despesas de caráter reservado”, nas palavras do chefe de polícia João Alberto. Segundo a autora, o decreto federal n.º 21.530 de 14-07-1932 que explicitou em sua ementa: “resolve abrir ao Ministério Fazenda o crédito extraordinário de 300:000\$0 (trezentos contos de réis), para atender a despesas com a Polícia de Repressão”. A autora demonstra a mudança da rubrica “diligências policiais” para “verba de repressão” e como a quase totalidade destas verbas destinou-se a ações de caráter político, sendo empregada em “gratificações diversas”, destinadas a ação repressivas em outros estados e, inclusive, com atividades na Argentina e Uruguai (CANCELLI, 1994, p. 57-60).

¹⁹⁶ Tornando-se membro do Partido Constitucionalista (PC), Vicente Rao foi nomeado ministro da Justiça em 1934, sendo responsável pela criação da Lei de Segurança Nacional (1935), pelo fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (1936). Deixando o governo em janeiro de 1937, foi preso em março de 1940, qualificado como “integrado na conspiração, intelectual de notáveis recursos”, denunciado por pertencer ao grupo “armandista”, que visava um golpe no estado – Pront. n.º 9.268, “Vicente Ráo”, DEOPS/APESP.

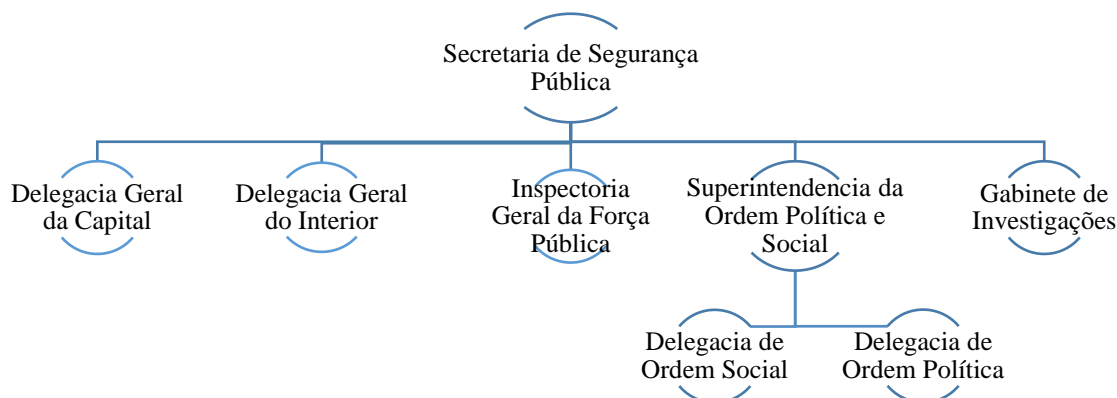
¹⁹⁷ ALESP, Decreto n.º 4.789, 05-12-1930.

¹⁹⁸ ALESP, Decreto n.º 4.790, 05-12-1930.

¹⁹⁹ O cargo de Chefe de Polícia foi depois restabelecido pelo interventor Laudo Ferreira de Camargo três dias após exonerar Miguel Costa, que pleiteava ser interventor no estado paulista. Com este ato, Laudo tornava extinta não só a Secretaria da Segurança Pública, mas também a Superintendencia da Ordem Política e Social (Decreto n.º 5.145, 30-07-1931). A Repartição Central de Polícia foi restabelecida e subordinada ao Secretário e em maio de 1932, durante interventoria de Pedro Toledo, foi definido que o chefe de polícia seria determinado por ato do Poder Executivo (Decreto n.º 5.496, 02-05-1932, ALESP). A Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública só foi novamente recriada na interventoria de Armando de Salles Oliveira, sendo novamente extinto o cargo de Chefe de Polícia, passando as funções ao Secretário da Segurança Pública (Decreto n.º 6.885, 29-12-1934, ALESP). Assim permaneceria até novas mudanças em 1939.

²⁰⁰ DOSP, 13-12-1930, n.º 277, p. 10.441.

Figura 12 - Organograma da Secretaria de Segurança Pública de 05-12-1930 a 30-07-1931



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos decretos nº 4.789-A e 4.790 de 05 de dezembro de 1930.

Tabela 8 - Parte dos cargos reorganizados pelo general Miguel Costa em 10 de dezembro de 1930

GABINETE DE INVESTIGAÇÕES	
Segurança Pessoal	Francisco de Assis Carvalho Franco
Investigações sobre Roubos	João Climaco Pereira
Investigações sobre Furtos	Arthur Leite de Barros Junior
Vigilância Geral e Capturas	Antonio Braulio Ribeiro de Mendonça Filho
Falsificações em Geral	Alfredo de Paula Assis
DELEGADOS AUXILIARES	
1ª	Raul Cardoso de Mello Tucunduva
2ª	Emilio Castellar Gustavo
3ª	Talboux Quintella
DELEGACIAS DE POLÍCIA	
1º	Erasmus de Barros Correia
2º	Walter Autran
3º	Clovis Botelho Vieira
4º	Affonso Celso de Paula Lima
5º	Benevolo Luz
6º	Victor Brenneissen
7º	João Vieira de Mascarenhas Neves
8º	Acyllino Pessoa da Silveira

Fonte: Tabela organizada pelo autor a partir de DOSP, 13-12-1930, n.º 277, p. 10.441.

Nos primeiros meses de 1931 houve uma nova escalonada das tensões, motivada em parte pela crise e expectativa de ruptura entre “tenentistas” e PD²⁰¹. Paralelamente, numa quarta-feira, 28 de janeiro de 1931, o interventor publicou ao menos dois relevantes decretos: o primeiro, submetia a Força Pública ao regulamento do Exército²⁰², o que levou em 4 de maio a extinção do posto de “Coronel Commandante”, salvo em caso do “Commando Geral” quando

²⁰¹ Em janeiro criado o “Club 3 de Outubro”, grupo tenentista getulista e anticonstitucionalista de alcance nacional, agia também em contraponto ao PD paulista. Tinha entre seus membros o próprio João Alberto, contando também com Osvaldo Aranha, Juarez Távora, João Américo e outros.

²⁰² ALESP, Decreto n.º 4.857, de 28-01-1931.

este fosse general do Exército da ativa, reformado ou honorário²⁰³: foi assim que, no dia seguinte, Miguel Costa foi oficialmente reincorporado às fileiras da FP após sua expulsão em 1924, recebendo a patente de “General de Brigada”²⁰⁴, dois postos acima da de “Tenente-Coronel” da FP. Ou seja, além de se sobrepor a toda hierarquia policial paulista, se aproximava ao comando do Exército da 2ª Região Militar (RM), exercido pelo também “tenentista” da “Coluna Prestes”, o recém promovido por Getúlio Vargas a general de divisão, Isidoro Dias Lopes²⁰⁵.

Já o segundo decreto determinou que “atendendo á necessidade de reorganizar alguns dos serviços da Policia Civel” era criado um Presídio Político no estado²⁰⁶. Se o dispositivo jurídico não era específico sobre o local da nova prisão, os movimentos nos bastidores não deixaram dúvidas. Após sete dias, a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior recuperou o Auto nº 4.007, sem ação há mais de dois anos, solicitando os mesmos 400:000\$000 e autorizando a execução do orçamento para reforma das instalações da Ilha dos Porcos, assinado em fevereiro por Alberto Coutinho, secretário da Viação e Obras Públicas²⁰⁷. Até aquele momento, o “Presidio da Imigração” servia como único local formal de reclusão para os “presos políticos” desde os conflitos tenentistas de 1924, mencionado também nas despesas ordinárias para 1931²⁰⁸.

Porém, a 7 de abril de 1931, após um manifesto por maior autonomia estadual e defendendo a convocação de uma constituinte, Vicente Ráo e outros membros do PD foram presos, houve a invasão de sedes do partido e do seu “órgam” oficial, o *Diário Nacional*, por suspeita de conter armamentos²⁰⁹. Em resposta, em 16 de abril houve uma nova reformulação dos quadros principais da polícia paulistana e o general Miguel Costa colocou Antonio Braulio de Mendonça como chefe do Gabinete de Investigações e o “tenentista” capitão Olympio

²⁰³ ALESP, Decreto n.º 5.003, de 04-05-1931.

²⁰⁴ ALESP, Decreto n.º 5.010, de 06-05-1931.

²⁰⁵ Em 27 de dezembro de 1930, pelo auxílio de Isidoro Dias Lopes ao golpe da Aliança Liberal, Getúlio Vargas o retira da reserva e o mantém na ativa, concedendo-lhe o comando da 2ª Região Militar, em São Paulo (Decreto federal n.º 19.534, 27-12-1930>, acesso em 11 ago. 2019). Porém, após enviar uma carta a Getúlio expondo a divergência com Miguel Costa e João Alberto pela criação da “Legião Revolucionária”, Vargas recusa o pedido de demissão e promove Isidoro ao posto de general-de-divisão, em 19 de fevereiro de 1931 (*A Batalha*, 21-02-1931, n.º 346, p. 2, HDB/FBN).

²⁰⁶ ALESP, Decreto n.º 4.858, de 28-01-1931.

²⁰⁷ Além, documentos encontrados em processos da Secretaria da Justiça demonstram que o Instituto Correccional de Taubaté continuou em funcionamento nos primeiros anos de 1930. Reforçam esta posição uma comunicação de 1935, quando o então diretor major Newton Santos afirma ao Chefe de Polícia que “esta Colonia foi creada em 1931 e que nosso archivo data de mesma epocha” – *Radiotelegrama n.º 5/100*, 23-02-1935, do diretor major Newton Santos para o secretário da Segurança Pública, Christiano Altenfelder Silva, PEIA.

²⁰⁸ ALESP, Decreto n.º 4.860, de 28-01-1931.

²⁰⁹ Em informe reservado ao delegado de Ordem Social em 19-03-1931, “F.6” afirma: “fui informado que n’um possível empastellamento do DIARIO NACIONAL, os elementos atacantes seriam recebidos á bala. Haverá alli dentro armamento?” (Pront. n.º 70.719, “Frederico Lacerda Weneck”, f. 1, DEOPS/APESP).

Falconieri da Cunha como delegado geral do interior²¹⁰. Pouco mais de dez dias depois, em 28 de abril, um movimento de funcionários públicos e militares uniu delegados de polícia, oficiais da FP-SP e o comandante da 2ª RM, general Isidoro Dias Lopes: a “intentona paulicéa”²¹¹ foi contida rapidamente, levando à prisão mais de duzentos integrantes²¹². Nesse episódio, Aureliano Leite foi recolhido a uma cela privada no Presídio da Imigração²¹³ e marcou também a ida do general Góes Monteiro para o comando da 2ª RM. Apesar da vitória da interventoria, o desgaste político de João Alberto e o acirramento das relações com Miguel Costa, que esperava assumir o posto máximo da administração paulista, levaram o interventor a pedir demissão em 24 de julho²¹⁴, assumindo em seguida o então ministro Laudo Ferreira de Camargo, que pleiteou a anistia política aos paulistas envolvidos na “sedição”, concedida por Getúlio Vargas²¹⁵.

²¹⁰ DOSP, 19-04-1931, n.º 89, p. 3.042.

²¹¹ *Folha da Noite* (RJ), 09-06-1931, n.º 3.188, p. 10, HDB/FBN.

²¹² Verbetes “Alberto, João”, Atlas Histórico do Brasil, CPDOC/FGV, disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alberto-lins-de-barros-1>>, acesso em 09 ago. 2019.

²¹³ Pront. n.º 40.546, “Partido Constitucionalista”, v. 1, f. 232, DEOPS/APESP.

²¹⁴ Miguel Costa foi exonerado da Secretaria da Segurança Pública no mesmo dia, mas permaneceu no comando da FP até ser exonerado pelo interventor Pedro de Toledo em 1932. Em 19 de agosto de 1931, Miguel Costa foi homenageado no Quartel General da Força Pública, com a presença dos delegados da capital e agraciado com discursos de agradecimento de Antonio Braulio de Mendonça Filho, em nome da Polícia Civil, e do gaúcho e major Osvaldo Cordeiro de Faria, secretário da Segurança Pública que havia assumido seis dias antes – Pront. s/n, “Miguel Costa”, caixa 766, Acadepol/APESP.

²¹⁵ No Fundo Laudo Ferreira de Camargo (FLFC) os recortes de jornais (feitos pelo próprio interessado, claro) deixam em evidência o conflito entre Miguel Costa e Laudo Ferreira, assim como a pressão para que um paulista e civil fosse alçado ao posto de interventor. Naquele momento Miguel Costa retirou-se do comando da “Legião Revolucionária”, vez que os jornais apontavam o conflito de interesse.

Figura 13 – “Tenentistas” na interventoria em São Paulo – 1931



Fonte: FLFC, pasta 117.4.1, f. 11, DOS.010.08. Nomes especificados no verso por Laudo Ferreira de Camargo. Legenda inserida pelo autor: 1) João Alberto; 2) Miguel Costa; 3) Góes Monteiro; 4) Daniel Costa; 5) Índio do Brasil; 6) Hely Câmara, tenente comandante na Ilha Anchieta com passagens em 1935 e 1937, ano em que promoveu um golpe integralista na noite de Natal; 7) Filinto Müller, então secretário de João Alberto.

Foi em tal contexto que uma das primeiras notícias vinculadas na imprensa sobre o novo presídio político surgiu. Em 19 de maio de 1931, o diário vespertino *Folha da Noite* afirmou:

A Ilha dos Porcos vai ser transformada em presídio político. O general Miguel Costa [...] está vivamente empenhado em transformar o antigo presídio da **Ilha dos Porcos** em prisão política, adaptando-o com as exigências modernas, Serão construídos, ao que sabemos, campos experimentaes de educação physica para que os asylados políticos possam, querendo, entregar-se a esse gênero de exercício (grifo meu)²¹⁶.

Dois dias depois, *A Gazeta*, “órgam” do Partido Republicano Paulista (PRP), replicou matéria do jornal carioca *Correio da Manhã*:

Como são tratados os presos politicos em S. Paulo
Uma das mais intensas e justas campanhas feitas contra a politica dominante em S. Paulo até a victoria da Revolução, visava os protestos violentos e deshumano da policia. Ainda não está esquecida a fama sinistra do posto do Cambucy. Os jornais denunciavam o desterro de presos para lugares longínquos, quando não eram os mesmos colocados fora fronteira. Pois, agora, por deliberação do Secretario da Segurança Publica, a **Ilha dos Porcos** vai ser destinada a uma concentração de presos politicos. Mas não é só. Entra no programa dessa iniciativa a criação de uma colônia agrícola naquela ilha. Dar-se-á que os administradores provisorios de S. Paulo queiram sujeitar presos politicos ao regimen do trabalho adaptado nas colônias penaes? Se não há exagero ou infidelidade na informação que circula como oficial o sr. Getulio Vargas deve interpelar o sr. João Alberto sobre esse [ilegível] de tratar homens que ainda não foram condenados por nenhum juiz ou tribunal (grifou meu)²¹⁷.

²¹⁶ *Folha da Noite* (RJ), 19-05-1931, n.º 3.170, p. 4, HDB/FBN.

²¹⁷ *A Gazeta* (SP), 21-05-1931, n.º 7.583, p. 3, HDB/FBN.

Em 9 de junho de 1931, o *Folha da Noite* replicou notícia do *Diário Carioca*, matéria assinada por Eduardo Macedo Soares:

A amnistia aos responsáveis pela intentona de abril
 [...] O general Miguel Costa, homem simples e bom no fundo, um dos menos responsáveis pelos inqualificáveis abusos da Interventoria em S. Paulo, pediu ou vae pedir ao chefe do Governo Provisorio uma amnistia que abranja os officiaes de policia responsáveis pela ultima intentona Paulicéa [...] Mas a medida pleiteada pelo sr. Miguel Costa não abrangeria não apenas os presos da **Ilha dos Porcos**, o seu maior alcance estaria em libertar a multidão indeterminada dos politicios e funcionarios do antigo regime que ha 7 mezes supportam o castigo da interdicção dos seus bens, a ameaça constante de uma punição fácil, por um crime não comprovado e de cuja acusação não se póde defender (grifo meu)²¹⁸.

Quatro dias depois o mesmo periódico comentou a posição de Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça, a favor da anistia aos militares e civis. A matéria ressalta ainda, que “em S. Paulo, nos presídios da Imigração e de Taubaté, sob ameaça de irem para a Ilha dos Porcos, não se encontram apenas officiaes ou sargentos da policia”²¹⁹. Ao mesmo tempo que há elogios, mesmo que estratégicos à “Revolução”, apontam a contradição da atuação policial e das arbitrariedades cometidas pela interventoria, ressaltando esta enquanto “provisórios de S. Paulo”. O recorte dos “presos políticos” paulistas é claro: oficiais e funcionários civis do “antigo regime” ou da “intentona”, não se estendendo a todos os demais sujeitos às violências causadas pelo Gabinete de Investigações e pela DOPS²²⁰.

²¹⁸ *Folha da Noite* (RJ), 09-06-1931 n.º 3.188, p. 10, HDB/FBN.

²¹⁹ *Folha da Noite* (RJ), 13-06-1931, n.º 3.192, p. 5, HDB/FBN. A mesma edição menciona a prisão de 42 envolvidos em conspiração contra o governo peruano e suas conduções para as ilhas de San Lorenzo e Fronton.

²²⁰ Seria interessante proceder a uma “história dos conceitos” (KOSELLECK, 2006) sobre os termos “ditadura”, “ditador” e “preso político”. Apesar de não ser o objetivo desta tese, aponto que este caminho que pode tornar mais compreensível discursos e ações daquele tempo social. Aponto também que há distinção do uso de “preso político”: em nenhum momento os “comunistas”, “grevistas” e “agitadores” são acompanhados da categorização “preso político”, ao contrário, são vistos como “nocivos” a ordem social e “nocivos” para a ordem das relações de trabalho. Portanto, para esses não havia anistia.

3.3 Início das atividades do Presídio Político da Ilha dos Porcos (jun/1931)

Figura 14 - Fotografia de vistoria de Altino Arantes (1919)²²¹



Fonte: Arquivo de Carlos Roberto Amaral Leite.

3.3.1 A estrutura do Presídio

Agora as autoridades resolveram aproveitar as construções abandonadas há tantos anos, apesar da péssima situação da Ilha dos Porcos, para ali instalar um presídio político, para o qual já estão nomeados os seus funcionários, médicos e destacada um forte contingente da polícia para a guarnição.²²²

É abundante o material que informa as construções existentes na Ilha Anchieta para o período em que operou como Instituto Correcional da Ilha Anchieta (ICIA) entre 1942-1953, assim como a localização das múltiplas seções da administração e oficinas existentes. Material iconográfico, relatos orais de pessoas que trabalharam e moraram no local e os croquis realizados pela Polícia Técnica após a “rebelião” de junho de 1952 dão conta de situar com precisão o complexo cenário prisional, constantemente remodelado.

Entretanto, o período que antecede as grandes reformas realizadas pelo Serviço de Engenharia da Força Pública do Estado de São Paulo ao longo da década de 1940 carece de tamanha precisão. Apesar de haver as plantas originais da antiga Colônia Correcional Porto das Palmas (1907-1914) de autoria de Francisco Ramos de Azevedo, o período de desativação da

²²¹ Agradeço a Carlos Roberto Amaral Leite que há muitos anos me encaminhou as imagens. Tais foram localizadas junto a outros pesquisadores locais e moradores de São Sebastião/SP e correspondem a uma vistoria do então governador Altino Arantes ao litoral norte em 1919.

²²² *Correio da Manhã* (RJ), 03-11-1931, n.º 11.315, p. 5, HDB/FBN.

prisão (1914-1931), abre margem para a hipótese de que mudanças ao projeto original ocorreram. E não só, com as destruições ocorridas durante o caos da guerra civil-militar de 1932 e o “levante” em março de 1933, sem contabilizar uma possível “rebelião” de maiores proporções que teria ocorrido em 1938, mas ainda não confirmada, várias reformas foram feitas e anexos foram construídos entre até o final da década de 1930. Entretanto, mesmo de forma parcial, algumas fontes são relevantes para tatear como pode ter sido organizado o espaço prisional e de vida cotidiana na Ilha Anchieta no período de 1931-1942.

Além das plantas originais citadas, há fotos da antiga Colônia na revista *Brasil Magazine* (1910), há fotos da visita do então governador estadual e perrepista Altino Arantes (1919), há uma matéria jornalística extremamente tendenciosa, mas relevante, do repórter e chefe de reportagem policial Willy Aureli para a *Folha da Noite* (1932) e há as plantas da Secretaria da Viação e Obras Públicas (1939).

Figura 15 - A então Colônia Correccional Porto das Palmas ou Ilha dos Porcos, 1910



Fonte: *Brasil Magazine*, 1910, HDB/FBN.

Segundo Willy Aureli²²³, cujo irmão Aurélio Aureli viria a trabalhar no Presídio Político da Ilha Anchieta anos mais tarde, assim descreveu as instalações:

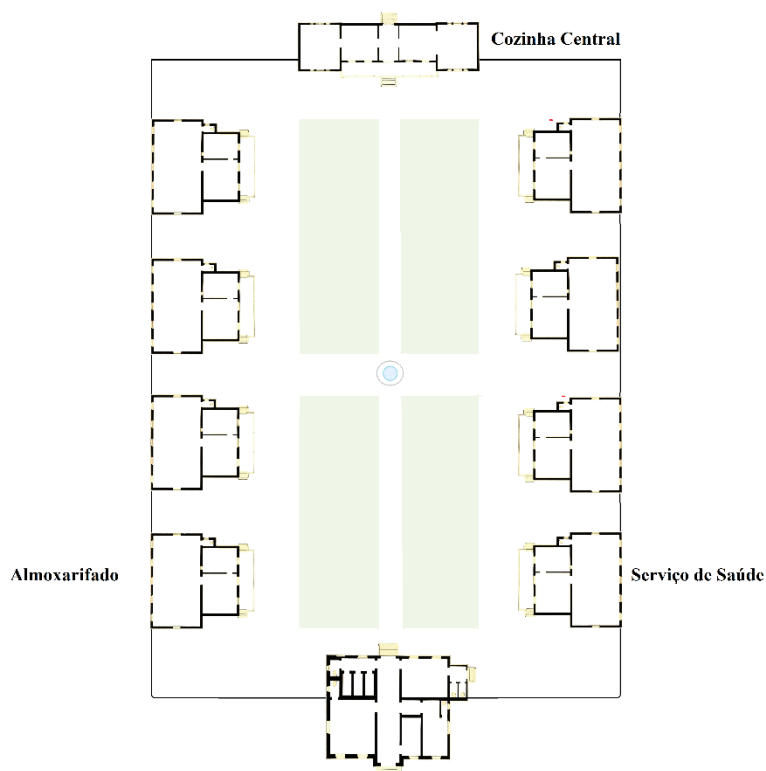
²²³ Utilizado por memorialistas e pesquisadores sem fazerem as devidas ressalvas, eis algumas: primeiro, Willy só pôde ir para a Ilha dos Porcos porque teve autorização, mencionando ainda que teve contato com o delegado regional de Santos e com um comissário da Delegacia de Ordem Social e Política (DOPS); segundo, aponta que quando chegaram a Ubatuba, “por sorte” havia uma outra embarcação aguardando-os para serem encaminhados até a Ilha - aspas no original; terceiro, as conversas com os civis detidos ocorreram na “sala da diretoria”; quarto, Willy era chefe de reportagem policial do *Folha da Noite* e interessava a ele uma boa relação para obter

Pavilhões modernos, dependencias hygienicas, clima salubérrimo, pessoal humaníssimo, presos tranquilos, conforto em demasia para um presidio, alimentação farta e riquíssima, instalações sanitárias ultimo modelo, enfermaria arejada, agua encanada, luz electrica, lavanderia, padaria, alamedas em flôr, jardins bem tratados, hortas exuberantes, pomar, etc. [...] O edificio se compõe de um corpo principal ocupado pelos escriptorios, xadrezes, corpo da guarda, estação de radio e duas dependencias que servem de moradia ao sub-director, ao tenente e ao sargento. Um vasto portão que prossegue em “hall” dá entrada ao pateo interno, onde estão alinhados os seis pavilhões [na verdade são oito], completamente reformados e pintados de novo de aspecto alegre, com inúmeras janelas que permitem uma ventilação perfeita. Á esquerda, o primeiro pavilhão é ocupado pelo almoxarifado e sessão de alfaiataria. Segue-se um pavilhão-dormitorio. O vestibulo – vastíssimo- é ocupado pelos chuveiros. Segue-se o dormitorio propriamente dito. Camas “patente”, lençoes alvíssimos, cobertores bem alinhados, todos na mesma postura. Logo á entrada da porta-grande está a cama do “juiz” do dormitorio que vela pela estreita observância da disciplina. No interior há uma instalação sanitária com caixa de descarga. Ocupa um lugar em separado. O terceiro pavilhão serve de refeitório aos detentos. [...] Á direita o primeiro pavilhão é ocupado pela enfermaria e sala medica. [...] O segundo pavilhão é outro dormitorio, com seus chuveiros, suas instalações sanitarias etc. O terceiro, ainda em reforma, será dormitorio tambem. Nos fundos, fechando a ampla área, belíssimo jardim, surge o edificio onde estão installados a padaria, o refeitório das praças e a ampla cozinha que sob a direção do preso Guarany, brilha em limpeza e asseio. O vasilhame e demais apetrechos dos cozinheiros estão alinhados nas estantes. O enorme fogão, com seus pezados recipientes, se ergue no meio do vasto salão. Já fora do corpo dos pavilhões eis a usina electrica com seu dynamo poderoso, bomba centrifuga, estação radio-telegraphica que liga o Presidio com o resto do mundo, por intermédio das ondas [...]. Logo acima a secção da lavanderia: enormes tanques e [...] onde a roupa é fervida. Varios presos esfregam a indumentária dos companheiros, as quaes em seguida estendem ao sol. Já la se estende a horta abundante com os canteiros cheios de repolhos e couves. Tomates, pepinos, alfaces, salada romana, couves tronchudas etc. disputam o espaço galgando a ligeira encosta próxima. Para além, os plantios das batatas e da mandioca. O milharam ocupa uma vasta área e, segundo as previsões optimistas do almoxarife, dará muitos sacos de milho graudo. Subindo o declive, cortado por uma alameda margeada de canteiros, surge a casa do diretor e do medico. Um moderno “bangalow”, reformado pelos moradores de hoje. Confortavelmente mobiliado, oferece o calmo descanso aos que labutaram durante o dia todo. O cozinheiro do “bangalow” é um verdadeiro mestre que se multiplica na confecção de pratos saborosíssimos, apresentados com todos os requintes dos grandes hoteis. Além do “bangalow” existe outro edificio ocupado pelas praças, que são em numero de 23. Nas proximidades os presos trabalham em torno de uma casa em ruina, onde dentro de dois mezes surgirá a enfermaria, actualmente localizada num dos pavilhões internos.²²⁴

informações policiais, vez que o país estava sob uma ditadura e em janeiro de 1932 ainda havia censura sobre os jornais. Portanto, é inadmissível aceitar sem questionar os elogios, que são muitos, que o jornalista escreveu.

²²⁴ *Folha da Noite* (RJ), 20-01-1932, p. 6, HDB/FBN.

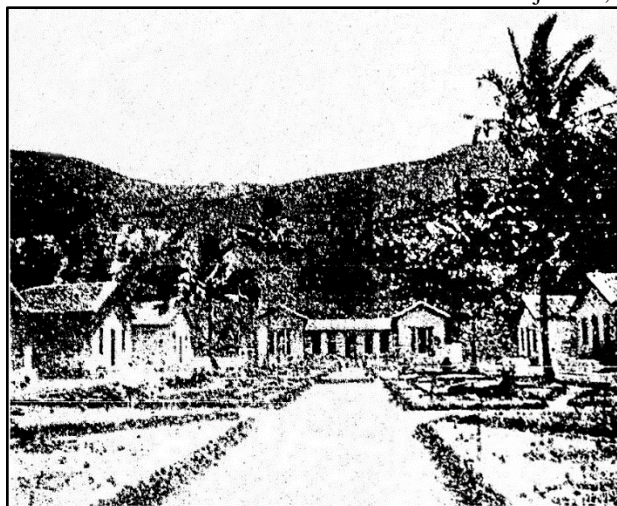
Figura 16 - Configuração aproximada e fora de escala do Presídio Político e Colônia Correccional (1931-1938)



Fonte: Desenhado e editado pelo autor a partir de plantas originais de 1907 (E.4724, SEJUS/APESP) e uma planta do Serviço de Engenharia da Força Pública de 1939 (PEIA).

Nas fotos de 1910 e 1919 é possível notar que o “quadrado”, região central entre os pavilhões, era apenas de areia e alguns coqueiros. Porém, já com as fotos de 1932 é possível perceber o jardim com possivelmente as plantas ornamentais solicitadas através do Diário Oficial em julho de 1931.

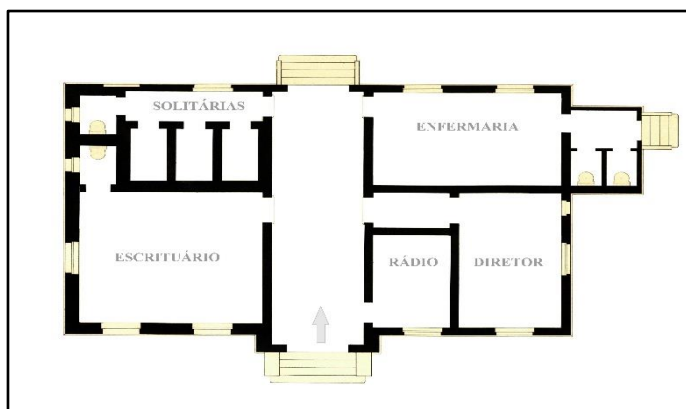
Figura 17 - Presídio Político da Ilha dos Porcos e seu jardim, 1932



Fonte: *Folha da Noite*, 20-01-1932, p. 6.

Iniciativa do então diretor major Newton Santos, as fotos pós 1939, que constam em um relatório da interventoria de 1940 e demonstram que o jardim e a fonte já não existiam.

Figura 18 - Prédio da administração do Presídio Político e da Colônia Correcional com suas prováveis seções



Fonte: Editado pelo autor a partir de plantas originais de 1907 (E.4724, SEJUS/APESP) e uma planta do Serviço de Engenharia da Força Pública de 1939 (PEIA).

Durante o Presídio Político as solitárias possuíam $1,25\text{m} \times 2,1\text{m}$ ²²⁵, totalizando três celas com $2,6\text{m}^2$ cada uma e já constavam desde o projeto original de Ramos de Azevedo de 1907²²⁶. Ou seja, eram ainda menores que as solitárias construídas posteriormente na década de 1940 e com área de $3,8\text{m}^2$, ou ainda as celas isoladas, que funcionavam como o que hoje é denominado de “seguro” e que possuíam 10m^2 , como nos informa precisamente a arqueóloga Rosivânia de Castro Aquino (2020). É difícil precisar quais usos as antigas solitárias possuíram nos anos de reformas pontuais e “levantes”, entretanto elas constam no levantamento de junho de 1939 e há menção de seu uso em 1937, quando um funcionário foi lá detido na noite de Natal, tal como será relatado no capítulo 9. Portanto, é possível imaginar que ela tenha sido utilizada também em 1933, quando o presídio recebeu mais de vinte membros do Partido Comunista, com ordem da Delegacia de Ordem Social para que fossem mantidos incomunicáveis.

3.3.2 Em funcionamento

Algumas evidências apontam que as atividades do Presídio Político da Ilha dos Porcos tiveram início em junho de 1931, apesar do Diário Oficial do estado mencionar o mês

²²⁵ Planta Predio Principal, Colonia Correcional da Ilha Anchieta – Planta, fachada, cortes, 15-06-1939, escala 1:100, Secretaria da Viação e Obras Públicas, Arquivo Técnico, IF-07, PEIA.

²²⁶ Planta Colonia Correcional da Ilha dos Porcos, 1907, E.4724, SEJUS/APESP.

de julho²²⁷. Em 1º de maio de 1931, o zelador Armando Meira Bohn teve o fim de seu período de serviço na Ilha dos Porcos²²⁸; em 26 de junho há o decreto n.º 5.080, que dá a organização do quadro de funcionários da instituição (art. 4)²²⁹, mesmo mês em que é instalada a primeira estação de radiotelegrafo na ilha²³⁰; de forma mais taxativa, Acácio Nogueira, quando secretário da Segurança Pública, afirmou que a instituição foi criada em 26 de junho de 1931²³¹. Já a primeira referência nos diários oficiais que demonstrou alguma dinâmica também ocorreu em junho: na seção “Tribunal do Jury”, houve no expediente do dia 15 o pedido do promotor junto ao delegado geral solicitando informações sobre a prisão de João Paulino e Joaquim Pinto, “pacientes que alegam terem sido remetidos para a Ilha dos Porcos sem motivo legal”²³². E em 28 de junho houve a primeira solicitação localizada de compra para a Ilha dos Porcos, por edital da Secretaria da Segurança, referente a um pedido de 6 mil mudas de bananeiras²³³, assim como uma resposta publicada em julho ao diretor do presídio, a respeito de frutas cítricas e plantas ornamentais²³⁴.

E em julho, pela primeira vez, constou o nome presídio sob égide da Secretaria da Segurança Pública em decreto que fixou a despesa salarial para o segundo semestre daquele ano:

Art. 6.º - [...] 2.º - Serviço da Polícia Civil
Pessoal:
Para pagamento ao respectivo pessoal a saber:
[...]
d) Presídios Políticos:
1 – Presídio da Imigração 19:300\$000
2 – Presídio da Ilha dos Porcos 25:375\$000.²³⁵

²²⁷ Mas a afirmação ocorre apenas em 1933 e está errada (DOSP, 16-03-1933).

²²⁸ “O senhor Armando Meira Bohn, Escrivão antiga classe E, lotado no Departamento da Produção Animal, solicitada seja contado em dobro em seu tempo de serviço, o período de 30.7.1921 e 1.5.1931, em que serviu na antiga Colonia Correccional de Ilha Anchieta” (DOSP, 09-01-1953, p. 14). Esta menção foi encaminhada a mim por Arthur Nehrer, a quem agradeço.

²²⁹ ALESP, Decreto n.º 5.080, 26-06-1931. Este mesmo decreto determinou que a “Delegacia de Ordem Social passará a denominar-se Delegacia Especializada de Ordem Política e Social e funcionará no Gabinete de Investigações”.

²³⁰ *Radiotelegrama n.º 5/48*, 24-01-1935, do subdiretor José Basílio de Almeida para o diretor geral da RCP, PEIA. Segundo o historiador Ferreira (2016, p. 53), “apenas a instalação dos aparelhos de radiotelegrafia ou radiotelefonía dependeria de acordo com o Governo Federal, o que foi firmado dez anos depois”, ou seja, 1938. O pesquisador afirma isso citando a fonte apenas nove páginas a frente e comete esse equívoco porque de forma precipitada acolheu uma “Licença” expedida em 22-02-1938 que está disponível no arquivo morto do PEIA (FERREIRA, 2016, p. 62), afirmando só por este documento que a ilha teria permanecido dez anos sem autorização para operar por rádio.

²³¹ *Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, vol. 4, 2º semestre, 1942, p. 690.

²³² DOSP, 16-06-1931, p. 5197.

²³³ DOSP, 28-06-1931, p. 5661.

²³⁴ DOSP, 22-07-1931, p. 7.

²³⁵ ALESP, Decreto n.º 5.105, 14-07-1931.

No início de 1931, ligeiramente semelhante aos anos anteriores, o orçamento publicado no Diário Oficial já previa a quantia de 276 contos de réis para o “Instituto Correccional”, destinando-o a pagamento de funcionários, pecúlio, expediente, conservação das construções da Ilha dos Porcos “e outras”²³⁶.

Possivelmente, os primeiros nomeados em comissão aos cargos, confirmados por ato posterior e em 21 de outubro de 1931²³⁷ com seus respectivos salários mensais²³⁸ foram:

Tabela 9 - Cargos, salários e orçamento para pagamento de pessoal - Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931)

	SALÁRIO	CARGO	NOME
	1:800\$000	Diretor	major Newton de Feliciano Santos ²³⁹
	1:000\$000	Auxiliar de Diretor	Manuel de Albuquerque Sobrinho ²⁴⁰
	1:750\$000	Medico	Francisco Fontenelle de Bizerril ²⁴¹
	800\$000	Almoxarife	Arthur Marcondes de Itaquy ²⁴²
	400\$000	Encarregado da lancha	Egynio Lucei ²⁴³
	312\$500	Enfermeiro	_244
TOTAL (mês)	6:602\$500		
TOTAL (semestre)	39:615\$000		
TOTAL (ano)	79:230\$000		
		TOTAL (semestre), descontando o Diretor	25:575\$000
		ORÇAMENTO (Decreto n.º 5.105, 14-07-1931)	25:375\$000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Diário Oficial do Estado de São Paulo (21-10-1931) e Decreto n.º 5.080, 26-06-1931.

²³⁶ DOSP, 05-02-1931, p. 1087.

²³⁷ DOSP, 01-11-1931, n.º 251, p. 2.

²³⁸ Marcelo Chaves (2012), dentre várias contribuições, traz que o salário médio na *Companhia Brasileira de Cimento Portland* (CBCP) em Perus foi de 0\$982 por hora e 222\$600 por mês, apontando também que o gasto familiar de até quatro pessoas para um padrão de vida simples em 1934 teria de ser 376\$600 – portanto, nem mesmo os operários qualificados da CBCP que atingiam a média de 312\$070 réis mensais não alcançavam a cesta mínima. Cito, como exemplo ainda, um dos que passaram pela Ilha dos Porcos: o espanhol Fernando Parra foi contratado em março de 1937 como “pedreiro” pela *Sociedade Anonyma Fabrica Votorantim* com o salário de 1\$050 por hora. Importante apontar também que, com o desemprego em São Paulo, não à toa havia ainda rebaixamento de salário provocada pelo “exercido industrial de reserva” com a imigração e aumento populacional na capital, além do uso de mulheres e crianças na indústria, mesmo que estes recebessem, respectivamente, 64% e 39% do salário de um homem adulto, sendo que “os contratos eram verbais, não havia férias, licença-gestante, auxílio-doença, descanso remunerado, limitação da jornada de trabalho ou indenização por dispensa” (BARBOSA, 2008, p. 104).

²³⁹ Em 01 de janeiro de 1931, o major Newton Santos foi nomeado para o cargo de delegado de Mogi das Cruzes (DOSP, 01-01-1931, p. 7), sendo elogiado dez dias mais tarde pelo jornal *Diario Nacional* (11-01-1931, n.º 1.076, p. 6, HDB/FBN).

²⁴⁰ Três meses depois, Manoel Bica Filho foi nomeado auxiliar de diretor por portaria de 26-01-1932 (DOSP, 28-01-1932, p. 2). No primeiro semestre de 1933 ainda estava trabalhando no Presídio Político.

²⁴¹ Permaneceu no cargo até 28-05-1932, quando assumiu Nelson Silveira Correa (DOSP, 29-05-1932, p. 2). Em 1933, assumiu o médico paulistano Ismael de Sá Júnior, então com 39 anos (ARQUIVO NACIONAL, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 28).

²⁴² Manoel Albuquerque Sobrinho exerceu depois o cargo de Almoxarife, como atestam telegramas de 1933 e radiotelegramas de 1935.

²⁴³ Dois meses depois, Ireno Soares Pinto foi nomeado em 23-12-1931 (DOSP, 24-12-1931, p. 2). Ireno trabalhou na ilha até, pelo menos, 1941, sendo depois vereador em Ubatuba. O funcionário mais longo identificado foi o funcionário civil Romão Bernardini (1936-1954).

²⁴⁴ A primeira informação localizada de um enfermeiro trabalhando na Ilha é sobre Deusdedit de Mello. Por ato do Secretário da Segurança Pública, em 02-04-1936, Deusdedit foi suspenso de suas funções por tempo indeterminado enquanto era realizada uma sindicância (DOSP, 07-04-1936, p. 2).

O corpo de funcionários do Presídio custava 39:615\$000 por semestre ou 79:230\$000 por ano, sem contar os soldos dos oficiais e praças da Força Pública, os vigilantes, que eram inspetores do Gabinete de Investigações e um escriturário, cargo criado na Secretaria da Segurança Pública, cujos vencimentos provinham de outras fontes²⁴⁵. Sem contar o salário do diretor, o custo mensal era de 4:262\$000, atingindo a quantia de 25:575\$000 por semestre, 200\$000 a mais do que estipulado no orçamento para pagamento de pessoal de 14 de julho, levantando ao menos a hipótese de que o salário do major Newton Santos não provinha da mesma fonte da qual os demais funcionários civis²⁴⁶. E se em 1931 o estafe de funcionários civis regulamentados era composto por cinco membros contra sete em relação ao regulamento de 1907, quando se tornou Instituto Correcional da Ilha Anchieta (ICIA) o número chegou a trinta e quatro – excetuando o corpo de vigilantes. Nos primeiros anos da década de 1930 havia o corpo de vigilantes, composto por inspetores do Gabinete de Investigações (de número ainda incerto nos anos iniciais) e um vigilante chefe²⁴⁷; de parte da Força Pública os números encontrados variaram entre 15 a 30 militares.

²⁴⁵ Nessa mesma época os cargos de delegado geral da capital, do interior e o superintendente da Ordem Política e Social tinham vencimentos mensais de 4:000\$000 (DOSP, 13-12-1930, n.º 277, p. 1439).

²⁴⁶ Como pontuado por Ferreira (2016, p. 63), o decreto de abertura da Colônia Correcional do Estado de São Paulo previa gratificação de 25% para aqueles que morassem na ilha, assim de como outros cargos. Mas os decretos e as publicações no Diário Oficial durante o ano de 1931 não demonstram que o art. 5 da Lei de 1928 tenha permanecido válido, muito menos os cargos criados pela referida Lei.

²⁴⁷ Quando Colônia Correcional do Porto das Palmas, “haverá tantos guardas quantas forem as turmas de condemnados e mais um guarda principal”, enquanto o destacamento previa o limite de vinte praças e um oficial (DOSP, n.º 38, 17-02-1907). Quando ICIA, era previsto vinte vigilantes e mais um chefe dos vigilantes.

Ferreira (2016) fez um levantamento do orçamento estadual destinado à Ilha dos Porcos:

Tabela 10 - Tabela orçamentária (1907-1942)

ANO	CCIP/CCIC ²⁴⁸	ANO	PIIP/CCIA
1907	28:200\$000	1931	635:790\$000
1908	100:000\$000	1932	72:750\$000
1909	100:000\$000	1933	72:750\$000
1910	100:000\$000	1934	266:750\$000
1911	100:000\$000	1935	194:000\$000
1912	100:000\$000	1936	*
1913	100:000\$000	1937	*
1914	180:000\$000	1938	*
1915	173:400\$000	1939	*
1916	133:200\$000	1940	112:500\$000
1917	129:200\$000	1941	414:750\$000
1918	136:200\$000	1942	631:750\$000
1919	136:200\$000		
1920	136:200\$000		
1921	135:200\$000		
1922	140:200\$000		
1923	140:200\$000		
1924	192:400\$000		
1925	157:400\$000		
1926	215:400\$000		
1927	225:100\$000		
1928	187:400\$000		
1929	369:750\$000		
1930	379:450\$000		

Fonte: Dados selecionados a partir das tabelas de Ferreira (2016, p. 48 e p. 55).

O autor aponta algumas ressalvas: a primeira, até 1930 os dados são agregados entre Ilha e o Instituto Correccional de Taubaté; segundo, a Lei que determinou a transferência autorizou o Executivo a “despender até a importância de 200:000\$000 com as instalações para a adaptação da Ilha dos Porcos e até 300:000\$000 com a aquisição de uma embarcação para navegar em alto mar, movida a motor e com capacidades para vinte passageiros, no mínimo”²⁴⁹; pontua também que a própria lei garantia ao funcionário que lá morasse um acréscimo de 25% no salário e determinava também um corpo de funcionário próprio para a embarcação; por fim, ressalta que os dados retratam uma previsão e não o que foi de fato empenhado, sendo para tal necessário identificar créditos especiais e outros valores acrescidos.

²⁴⁸ Segundo Ferreira (2016, p. 48), “nesta coluna foram considerados os orçamentos destinados à Colônia Correccional da Ilha dos Porcos (de 1906 a 1913), ao Instituto Correccional de Taubaté (de 1914 a 1927) e à Colônia Correccional do Estado de São Paulo”. A partir de números absolutos traça análises comparativas também com os valores das “Prisões do Estado”, “Polícia” e para as Secretarias de Justiça e Segurança Pública.

²⁴⁹ ALESP, Lei n.º 2.347, 31-12-1928.

É importante observar os valores em relação ao que se sabe, de fato, com as atividades desenvolvidas na Ilha. Apesar das ressalvas feitas por Ferreira (2016), faço outras: primeiro, o Instituto Correccional de Taubaté permaneceu em funcionamento até 1936; segundo, o mesmo autor diz que em 1931 “o orçamento para a instituição foi evidentemente dilatado, em função dos créditos especiais abertos pelo interventor para cobrir as despesas gerados no processo revolucionário” (FERREIRA, 2016, p. 55), mas o pesquisador não aponta quais gastos são nem de que forma foi arquitetada pela interventoria a relação entre “cobrir as despesas” do golpe de 1930 com a dilatação do orçamento do Presídio Político – parte do aumento de 256:000\$000 de 1930 para 1931 pode estar conectado ao Auto n.º 4.007/28 e algumas reformas que podem ter sido feitas para a reutilização do espaço em junho daquele ano, além do fato de que em julho de 1931, a Delegacia Regional de Santos cedeu a embarcação “Alfredo Guedes” para o Presídio, sendo que seu destino original era a Polícia Marítima²⁵⁰.

Em uma matéria totalmente crítica ao Presídio, classificado como “uma despesa excessiva sem resultado”, o jornal *Diário Nacional* apontou que o diretor era uma “criatura surgida com a revolução” e que foi posto no cargo “por ser amigo particular do general Miguel Costa”. Afirma também que antes, Newton Santos havia sido eletricista em Tupanciretã, interior do Rio Grande do Sul, e que esta era a primeira vez que assumia a administração de um presídio ou de qualquer cargo público²⁵¹. Meses mais tarde, o jornal *A Gazeta* também criticou a nomeação de funcionários e a instituição prisional, “cuja criação foi das mais infelizes e inoportunas”, defendendo também o seu fechamento²⁵². De fato, Newton Santos era natural de Uruguaiana/RS²⁵³ e indicado para o cargo pelo general Miguel Costa, a consumação no Diário Oficial veio por ato do chefe de polícia, major Osvaldo Cordeiro de Farias, também gaúcho e tenentista da Coluna Prestes.

O isolamento da Ilha e o fato de já haver instalações construídas podem ter sido fatores que supriam rapidamente o desejo da interventoria em criar um espaço de reclusão logo

²⁵⁰ *Ofício n.º 824*, 23-03-1932, do delegado Ernesto Jordão de Magalhães, respondendo pela Regional, para o chefe de polícia, caixa 516, Acadepol/APESP. No mês seguinte, em 27 de agosto, o interventor Laudo Ferreira de Camargo abriu crédito especial de 26:403\$000 para a Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio, destinado ao pagamento de serviços de reparo realizados na lancha durante o ano de 1929, quando em atividade na Inspectoria de Imigração, do extinto Departamento Estadual do Trabalho (ALESP, Decreto n.º 5.175, 27-08-1931).

²⁵¹ *Diário Nacional* (SP), 04-08-1931, n.º 1.221, p. 8, HDB/FBN.

²⁵² *A Gazeta* (SP), 04-11-1931, n.º 7.725, p. 1, HDB/FBN.

²⁵³ Nascido em 16 de agosto de 1901, em 14 de janeiro de 1933 casou-se em São Paulo, no distrito da Saúde, com Livia Brenha Ribeiro (DOSP, 03-02-1933, n.º 27, p. 36). Importante apontar que em outubro de 1924, no início do “levante tenentista”, o então tenente Osvaldo Cordeiro de Farias foi um dos “revolucionários” de Uruguaiana, ação comandada naquela região por Honório Lemos da Silva (FORNO, 2017) e também com presença posterior de Juarez Távora (TEIXEIRA, 2018).

após o golpe militar de outubro de 1930. No início daquela década, só a travessia marítima do porto de Santos até a Ilha dos Porcos durava aproximadamente 9 horas²⁵⁴. Na década de 1940, com a estrada de rodagem entre Ubatuba e São Luiz do Paraitinga já reformada, apenas o trajeto de Taubaté até o centro de Ubatuba, uma distância aproximada de 100 km, o percurso durava ao menos cinco horas. O ex-tenente do destacamento e por duas vezes diretor, Paulo Vianna²⁵⁵, informou que a saída do batalhão da Força Pública em Taubaté acontecia às 6h e a chegada a praia da Enseada acontecia às 17h, vez que do centro de Ubatuba até a praia de onde partiam as canoas para Ilha o trajeto era feito por trilha de 10 km e percorrida a cavalo (VIANNA, 1986). Segundo a ex-professora primária da escola, Julia Pavesi, os cavalos, quando havia e não era preciso ir a pé, eram alugados e que depois ainda era preciso mais 1h50 para travessia à canoa, da Praia da Enseada até a Ilha.

É possível supor que nos primeiros anos de 1930 o trajeto era ainda mais demorado, o que não prejudicava somente as diligências policiais em caso de “fugas” e “levantes”, mas era uma questão logística e financeira também para o abastecimento. Geralmente, as empresas eram selecionadas por editais e licitações publicadas no Diário Oficial pela Diretoria de Contabilidade da SSP, sendo também atribuição do Departamento Geral de Compras e/ou da Divisão de Material despachar via linha férrea pela São Paulo Railway (SPR) todos os volumes e artigos destinados ao presídio, quando partiam do Almojarifado da SSP²⁵⁶. Um vez em Santos, os volumes eram armazenados na Companhia Dócas de Santos (CDS) ou, ocasionalmente, na própria Delegacia Regional. O delegado regional informava a CDS de como proceder, indicando quando as mercadorias deveriam ser enviadas para o cais do porto para

²⁵⁴ Segundo Ferreira (2016, p. 5), “uma viagem da ilha até Santos durava cerca de três horas”, sem apontar a fonte. Apesar de não citar o meio de transporte, é possível somente que seja, ao menos, por via náutica. Do porto de Santos ao porto de São Sebastião a distância é de aproximadamente 70 milhas náuticas (130 Km). Supondo uma embarcação que viaje a 20 nós (quase 40 Km/h), ela gastará mais de 3 horas para chegar até a Ilhabela, restando ainda mais quase 20 milhas náuticas até a Ilha Anchieta, lembrando que as correntes marítimas, ventos e outros fatores contam decisivamente no tempo gasto. Na descrição de Willy Aureli (1932), eles partem de Santos no final da tarde e chegam na Ilha Anchieta apenas na manhã do dia seguinte, após paradas para embarque e desembarque em outros portos litorâneos. Quando do “levante” de 14 de março, o jornal *A Noite* informou que a viagem das autoridades policiais de Santos a Ilha dos Porcos levou 23 horas a bordo da lancha “Julio Prestes” pelo fato de o “mar estar picado, ventos fortes atrasavam a marcha”, uma viagem que era “comumente feita em nove e dez horas” (*A Noite*, 21-03-1933, n.º 7.658, p.1, HDB/FBN).

²⁵⁵ Coronel Paulo Vianna pertenceu ao 5º Batalhão de Caçadores da Força Pública e serviu na Ilha Anchieta em três momentos: primeiro, como praça em 1944 e depois como Tenente Comandante de Destacamento, chegando nesta ocasião assumir temporariamente como diretor entre 1949 e 1950 (VIANNA, 1986, 1987). Com a “rebelião” de 1952 e após o afastamento do então diretor Fausto Sadi Ferreira, retratado nos radiotelegramas da época como um pedido de Sadi para cumprir sua licença de férias uma semana após o evento, Vianna reassume a direção do presídio (1952-19955) e foi o responsável pela condução do Inquérito Policial Militar (HORTA, 2013).

²⁵⁶ Em 1933, por exemplo, o edital contemplava todas as repartições da Segurança Pública e doze listas de fornecimentos com diferentes itens (gênero alimentício, limpeza, expediente, pães, carnes, farmácia etc), informando também que “correrão por conta do fornecedor as despesas de frete, carreto, embalagem, armazenagem, carga e descarga” – DOSP, 15-11-1933, n.º 255, p. 10.

serem embarcadas nos vapores das respectivas companhias que realizavam o trajeto com escala na Ilha, como a *Pereira Carneiro & Companhia Comercio e Navegação Ltd.* (CCN)²⁵⁷ com o paquete “Iratí” ou o paquete “Itaituba” da *Companhia Santense de Navegação e Comercio*, que também utilizava o cúter Alfredo Freire, sendo que a “despeza corre por conta do Estado”, isto quando não eram mercadorias consignadas pela Delegacia Regional de Santos²⁵⁸. Tal situação motivou inclusive que, ao final de 1933, o diretor telegrafasse ao chefe de polícia, Mario Guimarães, pedindo que o edital de concorrência, “devido irregularidades [dos] transportes, conveniencia seja fornecedor este Presidio qualquer concorrente praça Santos”²⁵⁹. Seguindo ainda tal constatação, a primeira observação nos documentos informando sobre faturas que deveriam ser encaminhadas diretamente para a direção do presídio, fato que se torna frequente a partir de então, aparece somente em fevereiro de 1934^{260 261}.

E com apenas um mês de funcionamento já havia denúncia do *Diário Nacional* sobre a detenção de “menores” e problemas relacionados à administração:

Chamamos atenção do sr. juiz de menores para um facto que está a merecer providencias de sua parte. Trate-se do envio para o presidio da Ilha dos Porcos de **seis menores**, delinquentes na verdade, mas que, segundo as nossas leis, deveriam ser encaminhados para outros estabelecimentos em que se não encontrem criminosos adultos. Lá chegaram no dia 3 de julho, tendo sido empregados em trabalhos de lavoura, das sete ás cinco horas, alguns delles até sem sapatos, o que é circumstancia a considerar-se uma vez que as serpentes ali são muito encontradiças. Seria tambem recommendavel que o novo secretario da Justiça voltasse suas vistas para o que se passa com a administração desse presidio.²⁶²

Segundo os dados parciais do livro de matrícula, os possíveis primeiros brasileiros e imigrantes aprisionados no novo estabelecimento chegaram em uma quinta-feira, 11 de junho de 1931: Waldemar Maffei e Waldomiro Janino, acompanhados nas semanas seguintes por José Gonçalves Frota (14-06-1931), Firmino Henrique, Waldemar dos Santos e Wilson de Souza Ramos, em 17 de junho de 1931²⁶³. Ao mínimo outros sete foram transferidos até 27 de dezembro daquele ano, segundo o livro de registros. Só é possível identificá-los por dois motivos: primeiro, eles deram entrada novamente em 1933, e em seus registros consta nota individual feita no campo “Observações”, informando a data de entrada progressiva (1931).

Tabela 11 - Lista parcial de entradas em 1931 no Presídio Político da Ilha dos Porcos

DATA	NOME	RG	CÔR	IDADE	OCUPAÇÃO
26-11-1931	Antônio Silva *	311.758	Preto	22	Operario
26-11-1931	Antonio Gomes da Silva *	—	Branco	26	Maritimo
17-06-1931	Firmino Henrique *	69.753	Branco	18	Estivador
18-11-1931	João Evaristo do Nascimento ²⁶⁴	—	—	—	—

²⁶⁴ “Devolvendo a carta inclusa, dirigida á essa Chefatura por João Evaristo do Nascimento, [...] o mesmo foi remetido para aquele Presidio no dia 18 de Novembro de 1931 [...] Sr. Diretor do Presidio, declara que João

16-10-1931	João Francisco de Menezes *	135.433	Branco	32	Barbeiro
27-11-1931	João Mario Cruz *	—	Moreno	20	Chauffeur
27-12-1931	José de Oliveira *	206.689	Branco	31	Sem profissão
19-11-1931	José de Oliveira Camara	257.580	Branco	33	Comerciante
14-06-1931	José Gonçalves Frota *	113.050	Branco	32	Pedreiro
10-09-1931	José Rodrigues da Silva	6.963	Moreno	46	Marítimo
04-07-1931	Paulo Régis de Almeida *	217.267	Moreno	40	Comercio
?-?-1931	Victor Garcia *		Branco	22	Pedreiro
11-06-1931	Waldemar Maffei	245.323	Branco	21	Comerciante
17-06-1931	Waldemar dos Santos	74.465	Branco	18	Operario
11-06-1931	Waldomiro Janino	204.619	Branco	24	Padeiro
17-06-1931	Wilson de Souza Ramos *	264.394	Branco	27	Pintor

Fonte: Livro de registros, PEIA. Tabela elaborada pelo autor.

(*) aqueles que tentaram ou concretizaram “fuga” em algum momento.

Desse recorte de quatorze sujeitos, treze foram extraídos do livro de registros, possuindo alguns deles entradas sucessivas ao longo da década de 1930. Outro, como João Mario Cruz, foi presença constante nos ofícios da Delegacia Regional de Santos por anos. Mas por mais que alguns tivessem constante trânsito pelas delegacias de polícia da capital ou regional²⁶⁵, principalmente aqueles classificados nos ofícios como “gatunos” e “vadios”, às vezes com “dezenas” de passagens, apenas dois tiveram seus prontuários localizados: um por atividade grevista e outro por “vadiagem”.

Evaristo do Nascimento tem tido comportamento regular” (*Ofício n.º 1.798*, 29-06-1932, do delegado regional João Climaco Pereira, para o “Chefe de Polícia do Estado”, caixa 517, Acadepol/APESP).

²⁵⁸ Ou seja, a mercadoria consumida na Ilha era taxada em seu transporte ferroviário, armazenamento e transporte marítimo. Ainda, somam-se as passagens de 3 classe necessárias para detidos, inspetores e praças da Força Pública, além de, em alguns momentos, adicionais de diária para aqueles em atividade de escolta ou diligência fora do seu posto – tal como no *Ofício n.º 644*, 10-03-1932, caixa 516, Acadepol/APESP.

²⁵⁹ *Telegrama n.º 3/464*, 01-12-1933, do diretor major Newton Santos para o chefe de polícia, “Diversos documentos do ano de 1933”, PEIA.

²⁶⁰ “Em resposta vosso radio informo após entrega material será efetuado pagamento devendo as facturas em trez vias serem remetidas esta Colonia. Referencia folha pagamento providenciado” (*Radiotelegrama n.º 4/145*, 05-02-1934, do diretor major Newton Santos para a Passos Carvalho & Cia., PEIA).

²⁶¹ Isso explica o apontamento de Ferreira (2016, p. 58) ao dizer que “é possível identificar uma redução nos valores destinados à manutenção da ilha ao longo da década de 1930. À exceção do que ocorre em 1932 e 1933, quando a abrupta redução se justifica no fato de os valores se referirem apenas ao pagamento de pessoal”. Não houve nenhuma redução de valor ou exceção, de fato. O que justifica “a redução” é que as despesas do Presídio corriam via Delegacia Regional de Santos e Secretaria da Segurança Pública, inclusive, ao final de 1932 e em março de 1933 o presídio passou por reformas após dois “levantes”.

²⁶² *Diario Nacional* (SP), 25-07-1931, n.º 1.213, p. 3, HDB/FBN.

²⁶³ Alguns outros nomes são encontrados nos jornais de 1931, a partir de 20 de junho daquele ano. Em sua maioria são classificados como “punguistas”.

²⁶⁴ “Devolvendo a carta inclusa, dirigida á essa Chefatura por João Evaristo do Nascimento, [...] o mesmo foi remetido para aquele Presidio no dia 18 de Novembro de 1931 [...] Sr. Diretor do Presidio, declara que João Evaristo do Nascimento tem tido comportamento regular” (*Ofício n.º 1.798*, 29-06-1932, do delegado regional João Climaco Pereira, para o “Chefe de Polícia do Estado”, caixa 517, Acadepol/APESP).

²⁶⁵ De treze, cinco foram enviados pela Delegacia Regional de Santos: Firmino Henrique, João Mario Cruz, José Rodrigues da Silva (chamado também de “Pernambuco”), Waldemar dos Santos e Wilson de Souza Ramos. Este último, apesar de ser enviado de Santos, em sua segunda entrada foi enviado diretamente da capital.

4 O PRESIDIO POLITICO DA ILHA DOS PORCOS (1931-1933)

4.1 Da repressão em Santos, chegam os primeiros “agitadores” (1931-1932)

O primeiro detido por suas atividades políticas chegou ao Presídio ainda em 1931. Como dito anteriormente na Introdução, é importante frisar mais uma vez que não me parece que aqueles que chegaram entre 1931-1933 fossem considerados “presos políticos”. É importante frisar também que, provavelmente, a lista é muito maior que a aqui apresentada, principalmente se fosse identificar aqueles “vadios”, “gatunos”, “desordeiros” e tantos outros que foram enviados a Ilha dos Porcos de forma ilegal e arbitrária, sujeitos também ao regime de exceção manifesto naqueles anos de ditadura sob a nomenclatura “Governo Provisório”, vítimas de uma política de “profilaxia social” e “saneamento urbano”.

Figura 19 - Fotografia de Victor Garcia



Fonte: *A Gazeta*, 07-10-1933, n.º 8.325, p. 12.

Para o ano de 1931 foi possível identificar Victor Garcia: espanhol, pedreiro, membro da Juventude Comunista e secretário da União Beneficente da Construção Civil de Santos. Victor, considerado “comunista perigoso e grande agitador de greves”²⁶⁶, teve um de seus pedidos de captura solicitados pelo comissário de Santos ainda durante a guerra civil-militar paulista de 1932, considerado por aquela delegacia um “elemento que pode trazer sérios embaraços á ordem e tranquilidade publicas”²⁶⁷. Em seu depoimento informou ter sido preso em 23 de agosto de 1931, mencionando uma tripla situação: era um contexto de greve, durante

²⁶⁶ *Comunicação interna*, assinada pelos inspetores Ernane Oliveira (que veio a óbito no confronto da Sé, em outubro de 1934), José Gomes e um terceiro com assinatura ilegível, ao delegado de Ordem Social – Pront. n.º 2.026, “Victor Garcia” ou “Carlos Brickman”, DEOPS/APESP.

²⁶⁷ *Ofício n.º 2.224*, 21-09-1932, do comissário da Delegacia Regional de Santos ao delegado de Vigilância e Capturas – Pront. n.º 2.026, “Victor Garcia” ou “Carlos Brickman”, DEOPS/APESP. Este caso é um indício que, mesmo durante o confronto militar entre São Paulo e a União, a preocupação com a repressão ao comunismo esteve presente, mesmo que reduzida.

um comício do Socorro Vermelho Internacional (SVI) e houve “conflito entre a policia e os manifestantes”²⁶⁸.

Rodrigo Tavares (2007) resgata o contexto da organização do comício. Nesse período o Socorro Vermelho Internacional (SVI) era dirigido pelo ex-secretário geral do PCB, Astrogildo Pereira²⁶⁹, que se encarregou de realizar em Santos o comício em homenagem aos anarquistas italianos Vanzetti e Sacco²⁷⁰. Segundo Tavares (2007, p. 107), “a distribuição das tarefas ocorreu na casa de Victor Garcia com a presença de Herculano e Pagú: ela abriria o comício enquanto os dois fariam parte do grupo de autodefesa, encarregados de proteger os oradores”.

A versão do delegado de Santos revela a atitude preventiva e repressiva policial no próprio discurso legitimador, principalmente a partir da proibição do direito de reunião em locais públicos – que se soma ao fato de ser um comício comunista e o contexto da greve em andamento:

[...] a ordem pública só uma única vez sofreu alteração. Foi no domingo, 23 de Agosto de 1931, na praça da República. Ali se reuniam **operarios desta cidade e agitadores vindos da Capital, elementos bem conhecidos das autoridades, comunistas militantes**, que desfraldavam bandeiras vermelhas com dísticos: “Socorro Vermelho Internacional, Secção de Santos”. Dias antes, uma portaria dessa Chefatura, por vós assinada [major Oswaldo Cordeiro de Farias], **proibia que se realizassem meetings e reuniões em praça publica sem o prévio consentimento da policia**, pois o Estado, no momento, se debatia ainda com uma agitação política que era forçoso vêr-se terminada. Assim, para dar cumprimento á vossa ordem, esta Delegacia Regional determinou dois inspetores de segurança fossem ao local do comicio [...] Um dos inspetores foi atacado por um trabalhador robusto [Herculano], que lhe desferiu violentos golpes com grossa barra de ferro, produzindo-lhe lesões várias e fraturas. O outro inspetor, vendo seu companheiro em risco de morte e sentindo-se, tambem, ferido a bala, não teve duvidas em sacar do seu revólver e dispará-lo, travando-se, então, tiroteio, do qual resultou a morte a morte do citado trabalhador (sublinhado no original; grifo meu).²⁷¹

Ferido e internado na Santa Casa de Misericórdia, Victor Garcia foi enviado em algum momento para a Ilha dos Porcos, obtendo sua liberdade em 6 de janeiro de 1932. Em 11

²⁶⁸ Destaco também neste trecho, assim como em vários outros depoimentos nos respectivos “Termo de Declarações”, a transcrição e modificação da fala do depoente pelas mãos do escrivão de policia. Este fato do incidente é narrado por Rodrigo Rodrigues Tavares (2001) a partir de um outro prontuário, o de “Vicente Vaz Rodrigues”. Segundo um panfleto apreendido com aquele estivador, no dia 23 de agosto, na Praça da República, região central de Santos, “a policia de Miguel Costa [...] representada pelo carrasco [capitão Heitor] Bianco [de Almeida] Pedroso” entrou em confronto contra a “massa trabalhadora”, “matando a tiros o nosso valente camarada Herculano de Souza e ferindo o camarada **Victor Garcia**” (TAVARES, 2001, p. 47, grifo meu). Segundo Rodrigo Tavares, Herculano foi, possivelmente, o primeiro membro do PCB a ser assassinado por ação policial.

²⁶⁹ Astrogildo Pereira foi Secretário-Geral de 1925 até 1929, ano que marca a interferência da Internacional Comunista no PCB (COSENZA, 2012).

²⁷⁰ A data 23 de agosto era lembrada nos movimentos operários por marcar a execução de dois anarquistas italianos, Bartolomeo Vanzetti e Nicola Sacco, acusados, em um processo controverso, de assassinato nos EUA.

²⁷¹ *Oficio n.º 209, 25-01-1932, f. 3, relatório sobre movimento policial de 1931, do delegado regional de Santos para o Chefe de Policia, Oswaldo Cordeiro de Farias, caixa 516, Acadepol/APESP.*

de maio de 1932 foi novamente detido “por greve”²⁷² e, de forma célere, já no dia seguinte foi “remetido para o Presídio da Ilha dos Porcos”²⁷³. Um mês depois, em 16 de julho, “em companhia de malandros cujos nomes não se recorda, e, por meio de uma jangada conseguiu evadir-se”²⁷⁴, porém em uma outra folha anexa ao prontuário há menção a “Carrapato”²⁷⁵ e “João”²⁷⁶. Em meio a guerra, em 26 de setembro a Delegacia de Vigilância e Capturas solicitou auxílio do delegado de Ordem Política e Social “no intuito de auxiliar nas diligências para a descoberta do atual paradeiro e conseqüente captura do agitador Victor Garcia”²⁷⁷, afinal, “elemento pernicioso [...] comunista, agitador perigosíssimo e fomentador de greves [...], elemento que, na situação atual, pôde trazer sérios embaraços á ordem e tranquilidade publicas”²⁷⁸. A esta época, Victor estava escondido na residência de seu “tio Adolpho, à rua Visconde de Cayrú”, após percorrer a distância de Ubatuba a Santos a pé, em dez dias. E permaneceu em Santos até o fim daquele ano, quando em outubro partiu para São Paulo, depois rumou para o Rio de Janeiro e, por fim, retornaria a São Paulo em setembro de 1933²⁷⁹.

Pouco se sabe sobre o funcionamento do presídio principalmente nos dois primeiros anos devida à lacuna documental já mencionada. Mas algo é certo e recorrente mesmo no limitado manancial de informação: as fugas. Com poucas semanas de funcionamento houve a primeira fuga, em um sábado, 04-07-1931. daquelas que sabemos, as três primeiras tentativas foram individuais, depois apenas coletivas com a presença de “companheiros”²⁸⁰.

²⁷² *Termo de Declarações* de Victor Garcia ao delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, 09-10-1933, pront. n.º 2.026, “Victor Garcia” ou “Carlos Brickman”, DEOPS/APESP.

²⁷³ *Ofício n.º 1.319*, 12-05-1932, do delegado regional, “Cap. H. Pedroso” para o “Cidadão Diretor do Presídido da Ilha dos Porcos”, caixa 517, Acadepol/APESP.

²⁷⁴ *Termo de Declarações* de Victor Garcia ao delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, 09-10-1933, pront. n.º 2.026, “Victor Garcia” ou “Carlos Brickman”, DEOPS/APESP.

²⁷⁵ Antonio Augusto, português de Muxagata, já mencionado como possível detido por atividades políticas e que tem passagens pela ilha de 1932 a até, pelo menos, 1942.

²⁷⁶ Há anexada ao prontuário uma folha avulsa e manuscrita, provavelmente por alguém presente durante o interrogatório, que anotou “No dia 16 Julho de 1932, em companhia de dois malandros, de nomes Carrapato e João, em jangada, conseguiu fugir da Ilha dos Porcos, de onde estava recolhido desde...., por ser elemento nocivo a Ordem Social [...]” – Pront. n.º 2.026, “Victor Garcia” ou “Carlos Brickman”, DEOPS/APESP.

²⁷⁷ *Ofício n.º 18.957*, 26-09-1932, da Delegacia de Vigilância e Capturas para o “Delegado de Ordem Política e Social”, pront. n.º 2.026, “Victor Garcia” ou “Carlos Brickman”, DEOPS/APESP.

²⁷⁸ *Ofício n.º 2.224*, 21-09-1932, do comissário da Delegacia Regional de Santos para o delegado de Vigilância e Capturas, pront. n.º 2.026, “Victor Garcia” ou “Carlos Brickman”, DEOPS/APESP.

²⁷⁹ *Termo de Declarações* de Victor Garcia ao delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, 09-10-1933, pront. n.º 2.026, “Victor Garcia” ou “Carlos Brickman”, DEOPS/APESP.

²⁸⁰ Em todas não individuais é escrito “fugiu com [o n.º] companheiros” – livro de matrículas, PEIA. É interessante notar que quando há mudança de caligrafia no livro passa a não haver mais menção a fuga no campo de “Observações”: ou elas simplesmente deixaram de acontecer a partir de julho ou deixaram de ser informadas.

Tabela 12 - Fugas identificadas na Ilha dos Porcos (1931-1933)

DATA	“COMPANHEIROS”
sábado, 4 de julho de 1931	1
quinta-feira, 12 de novembro de 1931	1
quarta-feira, 2 de dezembro de 1931	1
domingo, 10 de janeiro de 1932	6
terça-feira, 9 de fevereiro de 1932	20
domingo, 24 de abril de 1932	3
sexta-feira, 25 de março de 1932	2
sexta-feira, 20 de maio de 1932 ²⁸¹	3
sábado, 16 de julho de 1932	3
quinta-feira, 19 de janeiro de 1933	4
terça-feira, 14 de março de 1933	40 ²⁸²
segunda-feira, 29 de maio de 1933	4
domingo, 16 de julho de 1933	4

Fonte: Identificação, contagem e tabela feitas pelo autor a partir do livro de matrículas, PEIA.

O caso é anotado no campo “Observações” pelo agente estatal e mencionando e quantos outros “companheiros” participaram da fuga ou tentativa.

Mas a fuga de 20 “companheiros” em 9 de fevereiro de 1932, a maior fuga coletiva que se tem notícia até o “levante” de março de 1933, chamou atenção das autoridades de Santos e da capital, por diferentes motivos. E a maior notícia sobre o fato foi relatada não em um jornal paulistano, mas em um carioca:

Ultimamente, o presidio da Ilha dos Porcos, no littoral norte do Estado tem dado farto material ás reportagens. Até hontem, completamente esquecido ou ignorado, o presidio em questão passou, de uma hora para outra, a occupar longas columnas dos noticiários que, na totalidade dos casos, se referem ás fugas audaciosas levadas a efeito pelos delinquentes que lá se encontram cumprindo longas penas. Os presos politicos de lá foram retirados, pois esse presidio fora preparado para recebê-los mas foram tão fortes os protestos que o governo não chegou a lançar mão daquella ilha para esse fim.

Nos primeiros dias do corrente mez, vinte presidiarios atiraram-se ao mar, desaparecendo na escuridão. Pela madrugada a fuga foi descoberta e as escoltas começaram a caça aos fugitivos, ao mesmo tempo que as estações radiotelegraphicas avisavam as cidades do litoral de onde outras escoltas iniciavam a perseguição.

O destacamento policial de Ubatuba que percorreu a serra que conduz a São Luiz do Parahytinga, foi prendendo diversos fugitivos eram presos e devolvidos á Ilha dos Porcos. Dois delles foram encontrados em pleno oceano, agarrados ao tronco de uma arvore, já sem forças, mortos de sede e de fome.

Apezar das batidas realizadas, tanto pelo mar como pelas costas e serras, quatro dos fugitivos até hoje ainda não foram encontrados. São elles: Thomaz Marinho [que havia tentado a fuga com José Rex, morto na captura e declarado como “devorado por tubarões”], João Francisco Regis, Sylvino Barbosa e Antonio Gomes da Silva.

A policia está no encaço desses quatro homens, embora receie pela sorte dos mesmos, pois o mar tem estado muito máo por todo o litoral.²⁸³

Em primeiro lugar, o irônico do tempo e do uso patrimonial do cargo público. Na manhã daquele dia, o delegado de Ubatuba, o bacharel Deoclecio de Lemos alegou “molestia”

²⁸¹ Recapturados em São Luiz do Paraitinga – *Diário Nacional* (SP), 21-05-1932, n.º 1.467, p. 8, HDB/FBN.

²⁸² Pelo livro de registros é possível encontrar apenas 12 nomes. A informação de 40 é mencionada no *Correio da Manhã*, 18-03-1933, n.º 11.744, p. 2, HDB/FBN.

²⁸³ *Correio da Manhã* (RJ), 17-02-1932, n.º 11.405, p. 2, HDB/FBN.

e que foi “obrigado” a passar o cargo ao “1º suplente cidadão Eduardo Gabriel da Graça”. Assim, o delegado regional de Santos comunicou ao chefe de polícia e pontuou: “devemos extranhar a atitude do citado Delegado, passando o exercício do cargo na véspera do carnaval”, sem comunicação urgente que justificasse o ato, “limitando-se a cientificar a passagem do cargo em lacônico ofício que foi recebido ontem por esta regional”²⁸⁴.

Provavelmente após ser notificada pela direção do presídio, a Delegacia Regional notificou Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba e Vila Bela²⁸⁵. Julgando o caso como urgente, “ordenou diligências tendentes á captura”, que logo “resultou a recaptura de cinco dos fugitivos, no bairro da Enseada, município de Ubatuba”. Ainda, uma escolta organizada pelo delegado de Ubatuba “teve necessidade de seguir até S. Luiz do Paraitinga, para o que foram alugados 3 animais durante 5 dias”, a qual foi ressarcida em 150\$000. O delegado regional autorizou e arcou com “a despesa que fosse feita com diligencias”, já que “se tratava de caso urgente” e estava “certo de que essa Chefia aprovará não só esse meu ato, como as diligencias” – afinal, após uma semana dezesseis já estavam recapturados²⁸⁶. Isso foi o que imaginou o delegado, ao avisar o major chefe de polícia, dezoito dias depois²⁸⁷. Ele não estava totalmente correto na expectativa criada.

Uma das ações da Chefatura foi enviar uma ficha protocolar para que a Regional se informasse e tomasse conhecimento de que somente à primeira “compete autorizar despesas com diligencias e mandar efetuar os respectivos pagamentos”. O delegado regional, mais uma vez, reafirmou a gravidade e urgência do caso e que, agindo “exclusivamente em benefício do serviço policial”, julgou “de bom alvitre determinar por contra propria a recaptura de vários presos que se haviam evadido”. Ainda, reforçou que o despacho enviado pela capital, “datado de 30 de Março, somente a 29 de abril chegou a esta Delegacia, que tomou bôa nota de recomendação”²⁸⁸.

Além de ressarcir o delegado de Ubatuba, as demais notas encaminhadas a capital foram pagamentos à empresa de navegação *Pereira Carneiro & Cia.* por usos de passagens pelo diretor do presídio e pelas delegacias de Caraguatatuba, Iguape, São Sebastião e Ubatuba

²⁸⁴ *Ofício n.º 355*, 10-02-1932, do delegado regional de Santos para o chefe de polícia, caixa 516, Acadepol/APESP.

²⁸⁵ Comarca existente na Ilha de São Sebastião e extinta pelo decreto estadual n.º 6.447 19-05-1934.

²⁸⁶ “A chefia do Gabinete de Investigações recebeu comunicação de que [...] evadiram-se da Ilha dos Porcos, vinte detentos, entre punguistas e vigaristas. Conseguindo arranjar pequenas embarcações esses meliantes atiraram-se à arriscada travessia do mar” - *Diário Nacional*, 16-02-1932, n.º 1.387, p. 2, HDB/FBN.

²⁸⁷ *Ofício n.º 541*, 27-02-1932, do delegado regional de Santos, capitão Heitor Bianco de Almeida Pedroso, para o chefe de polícia, caixa 516, Acadepol/APESP.

²⁸⁸ *Ofício n.º 1.243*, 04-05-1932, do delegado regional de Santos, capitão Heitor Bianco de Almeida Pedroso, para o chefe de polícia, caixa 517, Acadepol/APESP.

– e provavelmente os respectivos inspetores e militares da Força Pública. Em 7 de março, “depois de visadas, por julgar estarem em conformes, devolvo-vos o protocolado”, aparentemente três notas que, somadas, custaram mais 445\$900²⁸⁹. Cinco dias depois, outro protocolado com três notas de números diferentes, que somadas atingiram o valor de 705\$600, “parecendo-me que as contas estão em ordem, foram as mesmas por mim visadas”²⁹⁰. Em 07 de abril, mais um pagamento de passagens, 136\$500²⁹¹. Por fim, outros 41\$000 de forma a “indenizar-vos [delegado de São Sebastião] e o subdelegado distrito de São Francisco”²⁹². Pelo fato das comunicações serem apenas aquelas remetidas pela Regional, não foi possível saber o que a companhia de navegação e demais delegacias pleiteavam em seus ofícios. Mas é possível saber que as diligências custaram, ao mínimo, 1:479\$000²⁹³.

Para o primeiro semestre de 1932 é possível localizar ao menos 99 entradas, com alguns repetindo a travessia entre continente e ilha, enviados pela polícia da capital através da Delegacia de Vigilância e Capturas, e outros vindos sob a rubrica da Delegacia Regional de Santos – responsável por cerca de 30% das transferências naquele período²⁹⁴. Em 12 de maio de 1932, por exemplo, o delegado regional comunica escolta para outros dois “indivíduos”: Firmino Reis e Atilio ou Euclides Valim, “elementos perniciosos á ordem Social”²⁹⁵. A respeito de Firmino Reis é possível identificar que já havia sido enviado para a ilha em março de 1932²⁹⁶, mas nenhuma outra informação é trocada. É grande o número de brasileiros e imigrantes que

²⁸⁹ *Ofício n.º 617*, 07-03-1932, do delegado regional de Santos, capitão Heitor Bianco de Almeida Pedroso, para o chefe de polícia, caixa 516, Acadepol/APESP.

²⁹⁰ *Ofício n.º 675*, 12-03-1932, do delegado regional de Santos, capitão Heitor Bianco de Almeida Pedroso, para o chefe de polícia, caixa 516, Acadepol/APESP.

²⁹¹ *Ofício n.º 949*, 07-04-1932, do delegado da 1ª Circunscrição, Ernesto Jordão de Magalhães, respondendo pelo delegado regional em “gozo de licença”, para o diretor da Secretaria da Segurança Pública, caixa 516, Acadepol/APESP.

²⁹² *Ofício n.º 1.240*, 03-05-1932, do delegado regional de Santos, capitão Heitor Bianco de Almeida Pedroso, para o delegado de polícia de São Sebastião, caixa 517, Acadepol/APESP.

²⁹³ Em maio de 1933 aconteceu outra situação: “ante os insistentes pedidos de remessa” de “18 toneladas de víveres e utensílios diversos”, “o Delegado Regional [...] resolveu mandar a lancha de propriedade do Estado feito o transporte das mercadorias [...] Houve, porém, necessidade de se contratar tripulação [...] a importância de 655\$000 [...] viagem de ida e volta, conforme verifica pelos quatro recibos inclusos [...] Do exposto, ante a urgencia, devido á situação angustiosa [...], não houve tempo de obter a autorização devida para a realização de tal despeza” (*Ofício n.º 1.598*, 17-07-1933, do delegado regional de Santos, Eduardo Tavares do Carmo, para o major chefe de polícia, caixa 520, Acadepol/APESP).

²⁹⁴ Triagem a partir de ofícios de janeiro a junho, caixas 516 e 517, Acadepol/APESP. Aponto novamente que para o ano de 1932 estão preservados apenas os ofícios que vão até o final de junho.

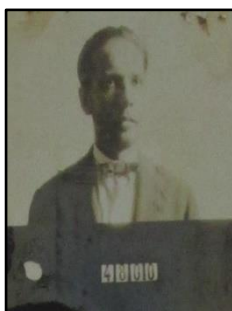
²⁹⁵ *Ofício n.º 1.320*, 12-05-1932, do delegado regional, “Cap. H. Pedroso”, para o “Cidadão Diretor do Presidido da Ilha dos Porcos”, caixa 517, Acadepol/APESP. Faz pensar qual arranjo formal de preenchimento de ofício está sendo operado e porquê, vez que um (que se coloca como) capitão se refere a um major como “cidadão” – o mesmo se repete para o major chefe de polícia da época.

²⁹⁶ *Ofício n.º 770*, 18-03-1932, caixa 517, Acadepol/APESP. Tanto para Firmino quanto para Atilio/Euclides não há prontuário ou ficha remissiva no acervo do DEOPS/APESP.

foram remetidos para a Ilha dos Porcos que não possuem outra fonte de informação, principalmente se estivessem “fichados” apenas em Santos²⁹⁷.

Na mesma data, 12 de maio, em ofício separado, aparece um novo detido por atividades políticas: o garçom João Freire de Oliveira e em companhia de Victor Garcia, “ambos agitadores e anarquistas” de Santos, “recolhidos á disposição do sr. major Chefe de Policia do Estado”²⁹⁸, à época, Osvaldo Cordeiro de Farias²⁹⁹.

Figura 20 - Foto de João Freire de Oliveira



Fonte: Pront. n.º 222, DEOPS/APESP.

João foi fichado como “comunista” na DOPS em novembro de 1925, mas já possuía prontuário no Gabinete de Investigações desde, pelo menos, maio de 1922, apontado como “um dos dirigentes da Internacional”³⁰⁰. Segundo a polícia, além de chefiar a “Secção Brasileira da Internacional Comunista” e ser um dos fundadores do jornal anarquista *O*

²⁹⁷ Para o recorte de nomes que passaram pela Ilha dos Porcos, a probabilidade de achar o prontuário de um fichado por contravenção e “pernicioso a ordem social” é pequena, a não ser que algum outro fato relevante tenha ocorrido que fizesse com que um prontuário fosse aberto ou preservado por mais tempo. Durante a pesquisa pude perceber que as chances de encontrar algum prontuário de alguém que era enviado exclusivamente pela Delegacia Regional de Santos, portanto era alguém prontuariado e fichado lá, as chances são praticamente nulas. A forma de encontrar informações sobre moradores de Santos e que eram “vadios”, “malandros” etc. e que foram enviados para a ilha é através dos ofícios. Uma outra forma, não explorada por esta pesquisa, é através dos livros de registro de inquéritos da delegacia regional. Mas como crimes de contravenção não acarretava em abertura de inquérito optei por não alargar ainda mais o corpo documental: em 1936, por exemplo, quando o serviço policial está aparentemente mais organizado após o golpe de 1930 e guerra civil de 1932, a Delegacia Regional de Santos prendeu 76 por “vadiagem”, 688 por “embriagues”, 518 por “desordens”, 150 por “contravenções diversas” etc. Deste universo, 14 inquéritos sobre “vadiagem” foram concluídos e apenas 6 foram processados (Relatório do Anno 1936, Gabinete de Investigações, NBH/APESP).

²⁹⁸ *Ofício n.º 1.319*, 12-05-1932, do delegado regional, “Cap. H. Pedroso” para o “Cidadão Diretor do Presidido da Ilha dos Porcos”, caixa 517, Acadepol/APESP.

²⁹⁹ “Tenentista” da década de 1920, comandante de destacamento na “Coluna Prestes” e parte integrante da ala militar revolucionária da Aliança Liberal, foi promovido a capitão do Exército depois do golpe de outubro e, no ano seguinte, foi promovido a major. Ao assumir a Secretaria da Segurança Pública declarou que não toleraria atividades comunistas ou separatistas (MARTINS, 2014).

³⁰⁰ Em comunicação interna de 20-05-1922, o inspetor Orestes Lascala comunica a seção de investigações do então Gabinete de Investigações e Capturas que, “conforme vossas determinações, **convidei** a vir até este Gabinete o individuo João Freire de Oliveira” (grifo meu). Em outro documento fica demonstrado que Orestes era um “secreta” – pront. n.º 222, “João Freire de Oliveira”, DEOPS/APESP.

*Solidario*³⁰¹, foi candidato a vereador em Santos pelo PCB³⁰². Segundo Fernando Teixeira da Silva (2000, p. 385), João “foi um importante dirigente nacional do PCB”, sendo também “gerente do jornal *A Nação* no Rio de Janeiro”. Seis anos depois, em janeiro de 1931, foi detido após “resistir á prisão” durante a “Passeata da Fome” e mantido incomunicável, sendo remetido para a Delegacia de Ordem Política e Social em fevereiro. Detido novamente em Santos a 25 de maio, em “batida feita ao centro comunista da Rua João Alfredo, n.º 307”³⁰³, o motivo alegado foi o fato de trabalhar também como um dos editores do *Editorial Marenglen*³⁰⁴, editora de obras comunistas, local “onde foram encontrados inumeros exemplares do jornal *A Classe Operaria*, jornal do PCB – mas segundo anotação em seu prontuário, João morava na rua Almirante Tamandaré, n.º 77, não sendo explicada a relação entre o material apreendido no outro endereço. Ainda, foi considerado “cabeça” de um “movimento operário que deveria ter estourado nos últimos dias de Maio”, plano que consistia

na tomada da Delegacia de Policia, Cadeia Publica, assalto aos estabelecimentos bancários e **implantação do terror** entre a população; - Ultimamente tem estado em grande actividade, e sua **acção dissolvente** nos meios operários, se tem feito sentir entre os associados da “Liga da Construção Civil” de Santos – **Promotor** de comícios, nos mesmos comparecia, incitando a massa á **violência** (grifo meu)³⁰⁵.

Mais do que saber se o “movimento” era um proto-Cohen da polícia santista ou se o delegado descrever de forma não inventiva e, se de fato João o tinha “chefiado”³⁰⁶, interessa no curto excerto apontar vários elementos do discurso estatal que se repetiam em muitos casos. João é tido como o promotor da desordem, agente que corrói e dissolve as relações de trabalho – e, portanto, as relações sociais – disseminando a violência e o terror entre os populares. Não

³⁰¹ Fernando Teixeira da Silva (2000) utiliza como referência bibliográfica escritos de João no jornal *O Solidário*.

³⁰² Do recorte dos prontuários que pesquisei, este é o primeiro que aparece a atividade de um “secreta”, neste caso um inspetor de polícia que trabalha infiltrado e repassando informações em uma “Comunicação de serviço”: “encontrando-me hoje com vários militantes, tive ocasião de palestrar sobre a influencia que comunista João Freire de Oliveira tem entre os operarios e da possível eleição deste para vereador [...] O Inspector (a) Orestes Lascala”. – Documento original de 17-11-1925, copiado em 24-04-1931, pront. n.º 222, “João Freire de Oliveira”, DEOPS/APESP.

³⁰³ *Ofício s/n*, 07-07-1932, do delegado regional de Santos ao delegado de Ordem Política e Social, pront. n.º 222, “João Freire de Oliveira”, DEOPS/APESP. No prontuário da Delegacia Regional de Santos há esta comunicação e o ofício é n.º 1.867, pront. n.º 0561, vol. 2, “Delegacia Regional de Santos”, DEOPS/APESP.

³⁰⁴ Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro (2002, p. 57), Antonio Candeias Duarte era proprietário de tipografia e em maio de 1931 cerca de 250 exemplares foram apreendidos. De acordo com Rodrigo Tavares (2004), o nome era inspirado nas iniciais de Marx, Engels e Lenin.

³⁰⁵ *Ofício n.º 19.654*, 21-10-1932, com anexo “Informações sobre as atividades”, enviado ao delegado Seraphim Braga, da 4ª Delegacia Auxiliar de Polícia do Distrito Federal, Seção de Ordem Publica Social e Policia Política, pelo chefe de Gabinete de Investigações de São Paulo, pront. n.º 222, “João Freire de Oliveira”, DEOPS/APESP.

³⁰⁶ No prontuário de Miguel Francisco Rolim (“Miguelão”), personagem controverso das docas de Santos, há um manuscrito de autor desconhecido datado de 30-03-1933 destinado ao “Dr. Bráulio”, então delegado de Vigilância e Capturas. O manuscrito informa sobre quatro nomes e no de Manuel Neves da Silva informa: “foi detido em Santos, em 25 de Maio de 1931, por estar envolvido em movimento terrorista, [ilegível] esse chefiado por Joao Freire de Oliveira é chefe dos agitadores santistas. É membro da cellula n.º 20 (comunista) de Santos. É representante da minoria da Sociedade dos Trabalhadores em Cafê” – pront. n.º 1.570, DEOPS/APESP.

por acaso que foi mantido incomunicável e, segundo Antonio Braulio de Mendonça Filho³⁰⁷, então chefe do Gabinete de Investigações, devido às “suas atividades subversivas, desenvolvidas nestes ultimos anos, seu afastamento do convívio social é uma medida que se impõe”³⁰⁸.

O prontuário de João apresenta uma incongruência indeterminada, mas que em outros prontuários é possível determinar o motivo do aparente equívoco: as datas de prisão. Em 23 de maio de 1931, sábado, através de um memorando, o delegado de Ordem Social enviou “o detido” João Freire de Oliveira ao Presídio Político da Imigração, “onde permanecerá á minha disposição”, tendo o presídio informado que o recebera, em papel timbrado, carimbado e assinado naquele mesmo dia. Porém, além da já mencionada “batida na Rua João Alfredo n° 307”, na “folha de anotações” na contracapa do prontuário que informa que no dia 25 de maio de 1931, segunda-feira, foi detido em Santos – o que aparenta ser improvável³⁰⁹. Até aqui é plausível imaginar que, após a prisão em caráter incomunicável de janeiro e seu envio a à Imigração em maio, João não tenha sido liberado, sendo mantido preso e provavelmente sob interrogatório todo esse período.

Ainda não é possível determinar o que houve com João Freire de Oliveira, nem se ou quando foi libertado da Imigração. Sabe-se somente que, quase um ano mais tarde, em 12 de maio de 1932 foi enviado para o Presídio Político da Ilha dos Porcos. Dois dias depois de sua transferência, o juiz de direito da vara criminal de Santos solicitou informações referentes a um habeas corpus requerido em favor de João, recebendo a seguinte resposta do delegado: “[...] cumpre-me informar a V. Excia. que o mesmo se acha preso á disposição do Exmo. Snr. major Chefe de Policia do Estado, **por ser elemento perigoso á ordem social**”³¹⁰. Deduz-se

³⁰⁷ Nos informa Marcelo Martins (2014, p. 86) que Braulio de Mendonça era delegado regional em Sorocaba em 1924, exonerado arbitrariamente pelo governador Carlos de Campos, acusado de ter fornecido passe a um “revolucionário” durante os eventos “tenentistas” de julho. Logo após o golpe da Aliança Liberal, Vicente Rão o reconduziu ao cargo de delegado de Sorocaba (DOSP, 06-11-1930, p. 9346). Em abril de 1931, já efetivado como delegado especializado de Vigilância e Capturas foi nomeado por ato do general e chefe de polícia Miguel Costa para ocupar o cargo de chefia no Gabinete de Investigações (DOSP, 19-04-1931, n.º 89, p. 3.042). Em junho e por decreto, o interventor coronel João Alberto, valendo-se do decreto federal n.º 19.935 de 08-11-1930, “resolve mandar contar” o tempo em que o delegado esteve exonerado, 02-09-1924 a 08-11-1930 (DOSP, 16-06-1931, n.º 136, p. 5.167). Permaneceu no cargo até 1933, substituído por Francisco de Assis Carvalho Franco. Radiotelegramas (PEIA) e ofícios (Acadepol) apontam que Bráulio de Mendonça reassumiu a Delegacia de Vigilância e Capturas, permanecendo neste cargo, pelo menos, até o início de 1938, quando tonou a ocupar o posto de chefe do GI.

³⁰⁸ *Ofício n.º 19.654*, 21-10-1932, pront. n.º 222, “João Freire de Oliveira”, DEOPS/APESP.

³⁰⁹ No documento “Informações sobre as atividades”, citado anteriormente, está expresso: “Foi detido em Santos no dia 25 de Maio de 1931. É comunista confesso” – pront. n.º 222, “João Freire de Oliveira”, DEOPS/APESP. Pode ser um simples erro de preenchimento da contracapa do prontuário, que ocasionou na repetição do erro na confecção do resumo das atividades, vez que o no cabeçalho vem anotado “consta do promptuario n.º 222”. A hipótese contrária é que em 23 de maio foi para o Presídio Político da Imigração, logo em seguida foi solto, retornou rapidamente a Santos e foi novamente detido em 25 de maio.

³¹⁰ *Ofício n.º 1.347*, 16-05-1932, caixa 517, Acadepol/APESP.

também que, quase um ano depois, em maio de 1932, a polícia santista faz uma nova “batida” no mesmo endereço que havia sido invadido um ano antes, em maio de 1931:

Em 7 de julho de 1932

Cidadão Delegado de Ordem Social e Política

Mais uma vez, faço chegar á presença de V.S. os indivíduos João Freire de Oliveira, Constantino Rodrigues da Silva e Antonio Brites dos Santos, conhecidos e perigosos agitadores de gréve e ideias communistas, com numerosas passagens por esta Delegacia. **Ainda há pouco, em Maio do corrente anno**, por ocasião do ultimo movimento grevista, João Freire de Oliveira se destacava [...]. Agora, com a batida feita ao centro communista da Rua João Alfredo nº 307, nesta cidade, encontramos seu nome bem como os dos seus companheiros, ligados a empreendimentos vermelhos [...]³¹¹.

Pelo excerto supõe-se que em algum momento ele foi libertado, retornou a Santos e foi preso em maio de 1932, sendo então enviado para a Ilha dos Porcos. Uma vez a delegacia estando municuada de documentação que prova aos seus olhos as atividades consideradas perniciosas de João, este é novamente enviado a São Paulo, dois dias antes do início da guerra civil paulista. Ainda, reforça o documento que o garçom “se destacava como promotor da agitação, dirigindo francamente diversas associações de resistencia e fomentando desassombradamente o movimento”³¹².

E em maio de 1932, durante os acontecimentos do evento de “MMDC” na capital, a cidade de Santos concentrou ao menos cinco greves de diversas e importantes categorias para o município, como a dos ferroviários (2 a 19), a dos garçons (7 a 23), dos motoristas (11), dos operários da construção civil (11 a 12) e a dos padeiros (12 a 13) – (AZEVEDO, 1996 *apud* TAVARES, 2001, p. 35).

Enviado para São Paulo em julho³¹³, em 20 de outubro o “communista conhecidissimo” foi novamente enviado de Santos para a Delegacia de Ordem Social na

³¹¹ *Oficio nº 1.867, 07-07-1932*, do delegado regional de Santos para o delegado de Ordem Política e Social, pront. n.º 561, “Delegacia Regional de Santos”, vol. 2, DEOPS/APESP.

³¹² Há algumas informações prestadas por agentes reservados da delegacia regional de Santos que informam um outro aspecto da situação: segundo “F.6”, João “tem muito prestígio entre os marítimos daquele porto” e estava, em conjunto com Paulo Lacerda, organizando “com agitadores do Rio, uma greve geral conjunta e simultânea”; em outro documento, de autoria desconhecida sobre “Situação geral do operariado santista”, menciona que João tem “grande ascendência sobre a corporação”, se referindo à classe dos garçons, representada pela “Associação dos Empregados nos Hoteis, Restaurantes, Café, Bars e similares”. Em outro documento no mesmo prontuário, aponta que João Freire foi o criador da “Associação dos Desempregados”. É perceptível no conjunto de prontuários que os apontamentos feitos pelos “secretas”, independente da validade do teor, ensejam atitudes de vigilância constante, atividades de “campana” e detenções para averiguações etc.– Pront. n.º 0561, vol. 1, “Delegacia Regional de Santos”, DEOPS/APESP.

³¹³ *Oficio nº 1.867, 07-07-1932*, do delegado regional de Santos para o delegado de Ordem Política e Social, pront. n.º 561, vol. 2, “Delegacia Regional de Santos”, DEOPS/APESP.

capital³¹⁴, permanecendo por um dia na carceragem do Gabinete de Investigações³¹⁵ até ser enviado para a 4ª Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal, seção de ordem pública social e polícia política, lá recebido no dia 22 de outubro³¹⁶. João ainda deixou uma carta escrita com os inspetores, “que á nos confiou, para que a fizéssemos chegar ao destino”³¹⁷:

Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 1932 [provavelmente outubro, sábado]
 Adorada Alzira
 Pelo trem das 7 da noite, vim logo para o Rio, e recolhido a ordem do auxiliar. Creio que me pretendem mandar para uma ilha.
 O Carlos [possivelmente Lacerda] devera mexer ahi em São Paulo para que eu seja posto em liberdade. Poderá fallar com Di Cavalcanti na secção de sençura que este poderá arranjar com que o Carlos possa fallar com o Cordeiro de Farias. [...]
 Não sei se me soltam, nem o que querem fazer de mim. Voce e o Carlos devem ir aos jornaes e relatar estas perceguições. E preciso agir com urgencia. Eu não posso mais suportar esta situação. Se até Quarta-feira não me soltarem eu me suicido. Não tenho mais o direito de sacrificar você nem o Carlos. Elles não querem mais [folha cortada]
 Não me [acreditam/ou]. De forma que só me resta acabar com a existência.
 Beijos em você e nas crianças.

Extenuado pelas condições físicas e psicológicas às quais esteve sujeito em suas diversas passagens pelas delegacias, o temor de permanecer detido e sendo submetido a diferentes regimes de tratamento nas instituições policiais e de confinamento, João tentava acionar uma rede de contatos que pudesse interceder por sua soltura que contava, aparentemente, com o artista Di Cavalcanti³¹⁸.

É relevante apontar aqui as contribuições de Marcio Luiz Carreri (2015) sobre a atuação de outro “modernista”, Oswald de Andrade. Oswald, no início da década de 1930 e já em um relacionamento com Patrícia Galvão, lançou o jornal *O Homem do Povo*, cuja redação ficava na Praça da Sé e possuía como secretária a própria Patrícia e Queiróz Lima, sendo editado por Álvaro Duarte e cujo primeiro número chegou às bancas em de abril de 1931. Soma-se a isso o apontamento de Maria Luiza Tucci Carneiro (2002, p. 138) de que o *Editorial Marenglen* foi acusado de imprimir *O Homem do Povo*, na qual “João Freire de Oliveira, além de paginador, ajudava na impressão e composição dos livretos”.

³¹⁴ *Ofício n.º 2.328*, 20-10-1932, do comissário da delegacia regional de Santos, para o delegado de Ordem Social, pront. n.º 222, “João Freire de Oliveira”, DEOPS/APESP.

³¹⁵ *Comunicação interna*, 21-10-1932, do “Chefe do Gabinete” para o “Snr. Carcereiro”, pront. n.º 222, “João Freire de Oliveira”, DEOPS/APESP.

³¹⁶ *Recibo* original timbrado, carimbado e assinado pelo 4º delegado, Seraphim Braga, 22-10-1932, pront. n.º 222, “João Freire de Oliveira”, DEOPS/APESP.

³¹⁷ *Comunicação interna*, 25-10-1932, dos inspetores Affonso Mendes (n.º 124) e Clegario de Araujo, para o delegado de Ordem Social, pront. n.º 222, “João Freire de Oliveira”, DEOPS/APESP.

³¹⁸ Não é incomum em comunicações de agentes reservados alguns “modernistas” serem citados, como Oswald de Andrade, Patrícia Galvão (“Pagú”) e Tarsila do Amaral, como veremos mais a frente. Pagú, provavelmente teve ligação com Victor Garcia e Adolfo Roithman em Santos, por ela participar do Socorro Vermelho daquela cidade (*Comunicação interna* apreendida ou transcrita pela polícia a partir de uma mensagem interna de um membro do PCB, pront. n.º 561, vol. 1, “Delegacia Regional de Santos”, DEOPS/APESP).

As trajetórias de Victor Garcia e João Freire de Oliveira trazem uma conexão importante a respeito da repressão coordenada contra o “comunismo” no Brasil, assim como já começa a ser desenhado o papel da Ilha dos Porcos nos anos do “Governo Provisório”. Além disso, o caso de João já traz a relação entre a polícia estadual paulista e a polícia federal. Como nos informa a historiadora Myrian Sepúlveda dos Santos (2009), em março de 1932 o ex-interventor de São Paulo, coronel João Alberto, assumiu como chefe de polícia do Distrito Federal, permanecendo no cargo até fevereiro de 1933. Nos primeiros anos, o governo federal teve apoio para executar políticas repressoras e “as forças policiais reprimiram não só os comunistas, mas também os liberais que participaram das manifestações de 1932” (SANTOS, 2009, p. 195). Em janeiro de 1933, após reestruturação do serviço policial na capital federal, a 4ª Delegacia Auxiliar passou a ser a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS)³¹⁹, abrigando também a Seção de Repressão ao Comunismo. Neste momento, um militar “tenentista” e ex-secretário de João Alberto na interventoria paulista e na chefatura de polícia federal assumiu a DESPS: Filinto Müller, que no mês seguinte acumularia também o cargo de chefe de polícia (CANCELLI, 1994).

O mais relevante aqui é a coordenação conjunta dos aparelhos repressivos policiais ao longo de 1932. João Freire foi o primeiro detido confirmado a pisar na Ilha dos Porcos que teve contato anterior ou posterior com a 4ª Delegacia Auxiliar, enquanto outros fizeram, aparentemente, o processo inverso³²⁰: passaram pela 4ª Delegacia Auxiliar e depois, por outras detenções em São Paulo, acabaram encarcerados no Presídio Político da Ilha dos Porcos: Alvaro José de Souza Abreu, Henrique Covré, Juvenal Soares, Mario Rodrigues, Roberto Morena e Santos Massafra Barros são os nomes confirmados. Roberto Morena, inclusive, esteve preso na Colônia Correccional de Dois Rios (CCDR), na Ilha Grande³²¹.

³¹⁹ “Órgão administrativo criado para atuar de forma independente da polícia administrativa e judiciária, com regulamento especial e diretamente subordinado ao chefe de polícia. A lei autorizava à DESPS ter tantos investigadores quanto o chefe de polícia julgasse necessário e as nomeações não teriam publicidade” (SANTOS, 2009, p. 197).

³²⁰ Em seu “Termo de Declarações” de 09-10-1933, Victor Garcia afirmou que morou no Rio de Janeiro por um tempo, em 1933, sendo detido em 15 de janeiro. Depois, na “Qualificação”, em aditamento às informações prestadas inicialmente, “tem a declarar ainda: que, quando foi preso no Rio, desse chamar-se Armando Gomes, nome esse com o qual é conhecido no Rio” – provavelmente teve passagem pela DESPS.

³²¹ *Ofício*, “Relação aos presos recolhidos na Colonia Correccional Dois Rios, procedente da 4ª Auxiliar do Rio de Janeiro”, 05-11-1932, Gabinete de Investigações, Delegacia de Ordem Social, pront. n.º 1.696, “Roberto Morena”, DEOPS/APESP. A lista consta outros nomes conhecidamente de São Paulo, como “Miguel Levet”, “João Levet”, “José Gama”, “Mario Grazzini”, “Nute Goifman”, “José Righetti”. Nesta lista, Roberto Morena está com o nome “Vicente da Costa e Silva”. Myrian Sepúlveda dos Santos também menciona essas presenças (2009, p. 189).

Tabela 13 - Comunistas aprisionados na Ilha dos Porcos em 1933 e suas passagens anteriores pela 4ª Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal

DATA	NOME
04-09-1931	Henrique Covré
20-04-1932	Juvenal Soares
20-04-1932	Mario Rodrigues
26-04-1932	Santos Massafra Barros
19-05-1932	Roberto Morena
16-07-1932	Alvaro José de Souza Abreu
22-10-1932	João Freire de Oliveira

Fonte: Levantamento de dados e elaboração de tabela pelo autor, a partir dos prontuários DEOPS/APESP.

É nesse contexto que as primeiras menções em boletins sobre o uso da Ilha dos Porcos como local de deportação e reclusão de operários foram localizadas, denúncias equiparando-a a Ilha Grande e a Ilha de Fernando de Noronha, críticas que se estendem durante toda a década de 1930. Em 19 de abril de 1932, a Ilha dos Porcos é citada num relato de quatro detidos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro. Em um momento dizem:

Nós que não vertemos lágrimas de crocodilo, como os safados da burguesia, que nos mandam esfolar vivos e depois negam seus crimes cynicamente, entretanto lamentamos a situação de nossos camaradas que morrem neste miserável estado de abandono, nos presídios do Brasil, como a Colonia de Dois Rios, **Ilha dos Porcos**, Fernando de Noronha, Clevelandia [...] Não sabemos, por conseguinte, em que lei se baseia a actual ditadura fascista para manter-nos presos, sem prova de culpa e sem processo regular, durante dias e dias, alguns já por vários mezes sendo que nas mesmas condições e até piores se encontram inúmeros communistas nos presídios de São Paulo, Recife, Porto Alegre e tantos outros, sem falar, nas colônias correccionaes de Dois-Rios, Fernando de Noronha, Clevelandia, **Ilha dos Porcos**, etc. (grifo meu) ³²²

Portanto, é seguro apontar que antes do início da guerra civil-militar de 1932, as polícias atuavam em conjunto não apenas contra os “vadios” e “malandros”, mas também contra aqueles que “professavam” o “credo vermelho”. É possível atestar também que, mesmo durante a guerra, a polícia paulista não deixou de reprimir o PCB, tanto que todo o Comitê que estava em São Paulo foi capturado entre outubro e dezembro (FLORINDO, 2015).

4.1.1 A guerra civil-militar paulista e as prisões: julho a outubro de 1932

Quando eclodiu a guerra civil em 9 de julho de 1932, Ubatuba continuava isolada, fosse pelas precárias vias de acesso ao Vale do Paraíba ou a dependência do porto de Santos, vez que desde o início do século XX o porto ubatubense estava inoperante e sem cais para atracação. Com população de pouco mais de 3 mil habitantes (GUISARD FILHO, 1940), o

³²² *Boletim* regional do Socorro Vermelho Internacional, seção brasileira, região do Rio, abril de 1932, pront. n.º 1.962, “Socorro Vermelho”, DEOPS/APESP.

início das atividades do Presídio Político da Ilha dos Porcos parece pouco ter influenciado nas questões estruturais e logísticas da cidade, vez que a ilha, nos primeiros anos da década de 1930, era abastecida por estabelecimentos comerciais de Santos e principalmente São Paulo.

A região de Ubatuba esteve localizada no que foi chamada de “Frente do Litoral” ou “Frente Costeira”, uma das seis frentes de batalha durante o confronto. Essa frente pode ser representada principalmente por dois pontos estratégicos: em primeiro lugar, a ação da marinha federal bloqueando o porto de Santos, impedindo a chegada de armamento, munição e tropas, enquanto as forças dissidentes minaram o local; em segundo lugar, a presença de um campo de aviação em posse das tropas federais em Vila Bela, na Ilha de São Sebastião, que permitiu ataques aéreos a Santos, Cubatão, litoral norte e Vale do Paraíba (ANDRÉA, 1955). Em 10 de julho, dia seguinte ao início do conflito, três contratorpedeiros (“CT 10 - Mato Grosso”, “CT 7 – Sergipe” e “CT 2 – Pará”) e o cruzador “C 11 - Rio Grande do Sul”) foram deslocados do Rio de Janeiro para São Paulo – sendo este último o responsável pelo bloqueio naval a Santos (ANDRÉA, 1955).

Sobre os episódios da guerra em Ubatuba, Denise Lemes, historiadora da Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba (FUNDART), escreveu a partir de relatos orais:

Quando a guerra chegou a Ubatuba através dos combates entre cariocas e paulistas nas praias ubatubanas do Norte, muitas famílias caiçaras assustadas fugiram para a mata e em direção ao centro. Deixaram tudo para trás e acabaram na miséria, pois suas roças e criações foram apreendidas ou destruídas. Passaram medo e fome. Alguns morreram na fuga, de tiro e até de susto segundo depoimento do sr. Antonio Alexandre de Oliveira, do Puruba. Enquanto as tropas cariocas de Paraty invadiam Ubatuba e a luta podia ser ouvida a quilômetros de distancia, a maioria dos ubatubenses do centro fugia. Muitos moradores tiveram cuidado de trancar portas e travar janelas como se isso fosse impedir a entrada forçada dos governistas ou das tropas paulistas aquarteladas no antigo teatro “Manoel Fortes”. Porcos e galinhas que não puderam acompanhar seus donos viraram alimentos dos soldados [...] As tropas do governo provisório entraram em Cunha e pareciam não ter como impedir seu avanço para Guaratinguetá. Não existiam estradas! A antiga estrada do tempo do Império desapareceu na mata. O transporte de soldados por veículos era impossível! Mas, então, um engenheiro do DER-SP (Departamento de Estrada e Rodagem), Dr. Mariano Montesanti chegou a São Luiz do Paraitinga e envolveu seus moradores na reconstrução do trecho entre este município e Taubaté, permitindo a mobilização das tropas paulistas contra o avanço do inimigo³²³.

Sobre a relação da ilha com o conflito, memorialistas apontam que o Presídio teve suas atividades suspensas. De acordo com Samuel Messias de Oliveira:

[...] em 1932, durante a Revolução Constitucionalista, uma nave da Marinha de Guerra, fundeada em frente ao presídio, causou pânico na administração e um princípio de anarquia entre os detentos, inclusive depredações, razão pela qual foram

³²³ “O que foi o 9 de Julho para Ubatuba?”, sem data, P03-A, Biblioteca Pública Municipal “Ateneu Ubatubense”.

transferidos para Taubaté, fazendo em 4 dias, a pé, a caminhada de cem quilômetros (OLIVEIRA, 2009, p. 11).

E Jorge Cocicov afirma:

Em 1932, quando da Revolução Constitucionalista, houve depredações e anarquia causadas pelos presos, ocasião em que todos foram transferidos para a cidade de Taubaté, fazendo o percurso de quase cem quilômetros, a pé (COCICOV, 2017, p. 52).

Ambas as versões condizem com uma história publicada pelo jornal *A Gazeta*, em 3 de setembro de 1932:

A guarnição da Ilha dos Porcos e todos os presos tiveram de abandonar aquelle presidio (de um dos nossos correspondentes na frente Norte e littoral)

Escortado por 20 soldados e um sargento do 6.º Batalhão da Polícia de S. Paulo, chegaram hoje a Taubaté 94 presos da Ilha dos Porcos. Essa remoção foi feita pelo facto de ter sido a administração daquella Ilha, intimada a entregar os prisioneiros e a sua guarda, naturalmente para os incorporarem ás forças dictatoriaes. Segundo as informações do sargento comandante da escolta o facto deu-se da seguinte forma:

Ao entardecer, aproximou-se da Ilha um rebocador cinzento, da armada nacional. Ao largo permaneceu elle durante toda a noite, fazendo passar pela Ilha e pelos portos, poderoso pharol de reconhecimento. Sómente na tarde do dia immediato desceu um escaler [barco à remo], com 50 homens, na frente dos quaes vinha uma patrulha armada de duas metralhadoras. Procurando saber o motivo desse desembarque, o sub-director da Ilha desejou parlamentar, mas não foi attendido.

Um valente soldado pernambucano que servia na guarda da Ilha arriscando a vida, conseguiu chegar até o comando daquelle contingente. Foi logo interrogado:

- Que gente é essa que aqui está?

- São presos.

- Quantos?

- Cem, mais ou menos.

- Qual é o effectivo da guarnição?

- Vinte e cinco homens.

- São todos paulistas?

- Na maior parte são nortistas, mas da Força Publica de S. Paulo, com muita honra, sim senhor.

- Pois bem. Os senhores não sahirão daqui. Destruam a embarcação que possuem, pois voltaremos daqui a 3 horas de S. Sebastião, para resolvermos este assumpto.

Sem perda de tempo, o soldado interrogado dirigiu-se á administração da Ilha e immediatamente ficou resolvida a retirada dos presos assim como os soldados da guarnição, que, sem duvida nenhuma, deveriam si fossem presos, pegar em armas contra S. Paulo. Célere, com 20 homens, partiu a embarcação da Ilha até a enseada de Ubatuba, de onde voltou, acompanhada de innumerous botes postos á disposição do comandante pela população da cidade.

Os pharóes continuaram a sonda a Ilha durante aquellas horas da noite, sem conseguir, contudo, denunciar a retirada dos presos e da sua heroica escolta. **Dentro da ordem e da disciplina, os presos foram acompanhados até a cidade de Taubaté**, onde sempre dentro dos princípios a lei pela qual S. Paulo se bate, aguardarão destino.³²⁴

Tirando o cômico da reconstrução do pretenso diálogo narrado pelo jornalista que não acompanhou o evento, a narrativa por si já traz uma pergunta basilar: mesmo supondo que

³²⁴ *A Gazeta* (SP), 03-09-1932, n.º 7.986, p. 1, HDB/FBN.

o rebocador possuía um grande efetivo militar a ponto de preencherem uma canoa com cinquenta homens armados, levanta a uma pergunta primária: por que, já com um mês de guerra, a Força Pública não ofereceu resistência? Porém, a notícia começa a ser questionada por uma matéria do *Correio de S. Paulo*. Segundo informou a sucursal santista, “cerca de vinte detentos evadiram-se da Ilha dos Porcos”:

Estamos informados de que, com o **auxílio e cumplicidade de um sargento ali destacado**, se evadiram da Ilha dos Porcos cerca de vinte detentos. **O sargento causador da fuga e os soldados ali destacados foram imediatamente presos** e serão remetidos para esta cidade. A policia está no encalço dos fugitivos que se homizaram nas cidades da vizinhança.³²⁵

Versão ligeiramente diferente foi publicada no periódico carioca *Correio da Manhã*. Segundo a publicação:

O contingente da Força Publica destacado para a segurança daquelle estabelecimento **rebelou-se contra a direcção do presidio**, abandonando-o á sanha dos **elementos de moral inferior** que se achavam presos. Após a destruição de bemfeitorias e de fazerem outros actos vandalicos, os presidiarios fugiram. Esses factos foram levados ao conhecimento do então chefe de policia, dr. Thyrso Martins, que deixou de providenciar a respeito, dando mão forte ao sargento que se rebellou.

É importante apontar mais uma vez que a administração da ilha era composta por gaúchos e que não apenas o general Miguel Costa havia sido detido em julho e enviado para o forte de Coimbra em Corumbá³²⁶, mas como também há ocorrências, talvez de homônimos, que um Manoel de Albuquerque Sobrinho e um Newton Santos estavam detidos na capital e foram soltos somente na tarde de 3 de outubro, um dia após o fim da guerra civil³²⁷.

Pela pesquisa documental feita não há mais do que raras informações sobre o evento, mas os presentes são extremamente relevantes para delinear um contexto incerto e instigante: no livro de registros há algumas menções “tendo sahido em 28-8-932 em virtude do movimento revolucionário”. Outro fato é sobre estação de radiotelégrafo, que foi “requisitada pelas forças estadoaes da cidade de Ubatuba, durante a revolução de 1932”, perdendo então o presidio o seu aparelho de radiocomunicação³²⁸.

³²⁵ *Correio de S. Paulo* (SP) 03-09-1932, n.º 69, p. 3, HDB/FBN.

³²⁶ *Correio da Manhã* (RJ), 04-10-1932, n.º 11.603, p. 3, HDB/FBN.

³²⁷ *Correio de S. Paulo* (SP), 06-10-1932, n.º 97, p. 4; *Correio da Manhã* (RJ), 04-10-1932, n.º 11.603, p. 3, HDB/FBN. É possível imaginar uma cena em que a diretoria gaúcha e provavelmente “miguelista” do Presídio tenha sido detida pelo próprio destacamento da Ilha – ou seja, teriam permanecidos detidos entre 28 de agosto a 3 de outubro de 1932.

³²⁸ *Radiotelegrama* n.º 5/48, do subdiretor José Basílio de Almeida para o diretor geral da Repartição Central de Polícia, 24-01-1935, PEIA.

Uma outra situação curiosa é a de Paulo Régis de Almeida, já citado como um dos primeiros a ser encarcerado em julho de 1931. Paulo não teve sucesso nas duas tentativas de fuga: em 9 de fevereiro, quando vinte fugiram, foi um dos recapturados na mesma data; depois, na tentativa de 25 de março de 1932, foi recapturado nas matas da ilha cinco dias depois. Paulo foi enviado em 22 de junho para trabalhar na estrada de Ubatuba-São Luiz, retornando ao presídio em 14 de julho, “ficando solto e residindo neste Presidio durante o período revolucionario, indo para S. Paulo a 5-12-932”, somente após o fim da guerra. Paulo, após seguir para São Paulo em dezembro de 1932, voltou a dar entrada em 6 de fevereiro de 1933, sem pena anotada, e dez dias depois foi enviado novamente para a construção da estrada³²⁹.

A versão memorialista é ainda mais contestada quando, em uma sindicância em fevereiro de 1934, Emilio Castelar Gustavo³³⁰, delegado nomeado para inspecionar as delegacias do interior, questionou, provavelmente, Manuel de Albuquerque Sobrinho³³¹, que ao responder sobre fatos de 1933 trouxe uma informação relevante em sua condição de testemunha ocular:

Este declarou que na qualidade de almoxarife sempre controlou com todo o cuidado tudo quanto sai do almoxarifado e exibiu os livros e papéis e bem assim um impresso demonstrativo do controle e disse que tendo **o presídio caído nas mãos dos presidiários duas vezes, uma em 1932 durante a revolução constitucionalista em que o presídio foi abandonado**, e outra em 1933, em que os presidiários se sublevaram e tomaram conta da ilha (grifo meu).

Continua o delegado em seu relatório:

É sabido que por duas vezes houve, de fato, na ilha, levantes de detentos em que eles conseguiram tomar posse de tudo ou, antes, houve um levante e **um outro incidente verificado por ocasião do abandono da ilha pelo destacamento policial**, em que os presidiários conseguiram tomar posse de tudo, inclusive, de armamentos das praças, como tudo ficou constado pelas sindicâncias já referidas (grifo meu).³³²

Portanto, se coincidimos ambas as narrativas, é possível imaginar um cenário que envolveu a deserção de militares, a transferência de parte de aprisionados para Taubaté e a permanência de outros, ocasionando a “rebelião” mencionada na sindicância – ou seja, uma

³²⁹ *Livro de registros*, PEIA.

³³⁰ Segundo Marcelo Martins (2014, p. 69), Emilio contava com 17 anos de serviço em 1922. Porém, depois de mandar prender por desacato, dentro da delegacia, um alto funcionário da Secretaria da Agricultura, foi exonerado no dia seguinte pelo governador Washington Luís. Foi reincorporado à polícia após o golpe militar de 1930.

³³¹ Digo “provavelmente” porque o delegado não cita com quem ele conversa, dizendo apenas que “chamou à sua presença o almoxarife do estabelecimento” que, pelo menos desde 1933, era Manoel, após este ser vice-diretor comissionado em outubro de 1931.

³³² *Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, relatório do delegado corregedor Emilio Castelar Gustavo, 1934, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 475.

realidade bem menos heroica da Força Pública do que a narrada, talvez criada como esforço de guerra de incentivo às tropas paulistas – afinal, *A Gazeta* era dirigida por Cásper Líbero.

Anos mais tarde, o caiçara e funcionário Antonio Gabriel relatou que quando a ilha foi transformada em presídio político “foi um inferno, não podíamos passar em frente a casa onde estavam os presos, era um mistério dos diabos”. E que a primeira “confusão” aconteceu durante a “Revolução” porque “a guarda foi embarcada para lutar na frente do Tunel”, ocasionando que “com absoluta liberdade eles [os “presos”] tomavam botes e lanchas e iam como pássaros por essa serra afora sem nem apertar o passo. Foi uma calamidade”³³³.

Outro fato que também pode ilustrar o abandono é a lancha “Dr. Alfredo Guedes”. Cedida pela Regional de Santos à administração do presídio em julho de 1931³³⁴, provavelmente foi utilizada por alguma das forças beligerantes, sendo devolvida pela Marinha ao presídio em setembro de 1932³³⁵. Porém, a mesma encalhou em uma das praias da Ilha dos Porcos desde o “movimento revolucionário”³³⁶ e foi desencilhada somente em dezembro de 1933, a partir de trabalho realizado pelos brasileiros e imigrantes lá detidos, a mando da diretoria³³⁷, sendo transportada ao porto de Santos ainda ao final daquele ano para reparos³³⁸.

Com o fim do conflito em outubro de 1932, Danton Coelho assumiu como chefe de polícia e substituiu os delegados do interior e a chefia da guarda-civil, “não se tratava apenas de manter a ordem em relação à insubordinada elite de São Paulo, mas uma questão de assegurar a ordem política pela raiz” (CANCELLI, 1994, p. 49) – e veremos algo semelhante ocorrendo novamente após o golpe do “Estado Novo”. Segundo notícia do *Correio de S. Paulo* de outubro de 1932, a “remessa de vagabundos, malandros e criminosos deverá ser reiniciada por estes dias, assim que terminar as reformas”³³⁹ e naquele mesmo mês foi reinstalada na ilha uma estação de radiotelegrafo³⁴⁰. Portanto, pelos indícios, é possível afirmar que a ilha teve suas atividades suspensas em 28 de agosto de 1932, que houve destruição das instalações e do seu

³³³ *A Noite* (RJ), 29-06-1948, n.º 1.009, p. 33, HDB/FBN.

³³⁴ *Ofício n.º 824*, 23-03-1932, do delegado Ernesto Jordão de Magalhães, respondendo pela Regional, para o Chefe de Polícia, caixa 516, Acadepol/APESP.

³³⁵ “Dando cumprimento às vossas determinações [...] devolvo dois documentos pertencentes ao arquivo desta Colonia e referente a lancha Dr. Alfredo Guedes, quando devolvida em 6 de Setembro de 1932, pelo Ministerio da Marinha” – *Radiotelegrama n.º 5/84*, 13-02-1935, do subdiretor José Basílio de Almeida para o “Diretor da Secretaria da Segurança Pública”, PEIA.

³³⁶ *Telegrama n.º 3/437*, 21-11-1933, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Mário Guimarães, PEIA.

³³⁷ *Telegrama n.º 3/498*, 14-12-1933, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Mário Guimarães, PEIA.

³³⁸ *Telegrama n.º 3/524*, 23-12-1933, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Mário Guimarães, PEIA.

³³⁹ *Correio de S. Paulo* (SP), quarta-feira, 19-10-1932, ano 1, n.º 108, p. 4, HDB/FBN.

³⁴⁰ *Radiotelegrama n.º 5/48*, do subdiretor José Basílio de Almeida para o diretor geral da Repartição Central de Polícia, 24-01-1935, PEIA.

arquivo documental e, como veremos mais a frente, suas atividades foram retomadas em dezembro de 1932.

4.2 Da reabertura ao “levante” de 14 de março de 1933: entradas e perfil parcial

Foi mencionado rapidamente no primeiro capítulo que no dia 14 de março de 1933 ocorreu um “levante”, o que ocasionou, ao mínimo, a destruição do arquivo e da estação de radiotelégrafo do presídio³⁴¹. A única informação a respeito do total de “fugitivos” foi dada pelo *Correio da Manhã*, mencionando o número de 40³⁴². E apesar de a ilha ser um espaço fechado e de visita proibida, *A Noite Ilustrada*³⁴³ publicou duas semanas depois do evento uma grande reportagem com imagens da diligência.

Figura 21 - Revista *A Noite Ilustrada*: “Levante dos presidiarios da Ilha dos Porcos” (14-03-1933)



Fonte: *A Noite Ilustrada*, ano 3, n.º 156, 29-03-1933.

³⁴¹ Os já citados: *ofício n.º 827* (17-04-1933, Acadepol/APESP) e *radiotelegramas n.º 4/304* (08-06-1934, PEIA) e *n.º 5/48* (24-01-1935, PEIA). Lembrando que o primeiro radiotelegrama preservado no arquivo morto do PEIA é de 26 de março de 1933.

³⁴² *Correio da Manhã*, 18-03-1933, n.º 11.744, p. 2.

³⁴³ Revista carioca editada pelo jornal *A Noite* (1911-1964), provavelmente com tiragens entre 1931 a 1952. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/101415-a-noite-ilustrada.html>>, acesso em 17 fev. 2020.

Mas voltemos um pouco. Após o “abandono” ou a “fuga facilitada” da Força Pública em 28 de agosto de 1932, o que acarretou prejuízo material para as instalações do presídio, a ilha voltou a receber novas “levas” após a reforma e reinstalação de um aparelho de comunicação. E a reabertura foi noticiada:

Figura 22 - Primeira notícia de reabertura do presidio da Ilha dos Porcos, dezembro/1932



Fonte: *Correio de S. Paulo*, 07-12-1932, ano 1, n.º 151, p. 6, HDB/FFBN

Segundo a notícia, a “Casa Correccional da Ilha dos Porcos” receberia, proveniente das delegacias especializadas do Gabinete de Investigações, as “levas que irão encher novamente as dependencias”. Na matéria, “vigaristas” e um “punguista” estreariam a “nova fase”. Porém, a transferência acabou não ocorrendo. Não aquela. Uma semana depois, no dia 14 de dezembro, o jornal noticiou “os dez desclassificados que estrearão” a “casa de reclusão de desclassificados”, transferidos pela Delegacia de Vigilância. Além do novo termo “desclassificado”, traz outra possível constatação sobre os eventos de agosto do mês passado:

O presídio da Ilha dos Porcos [...] durante o ultimo movimento revolucionario, interrompeu a sua **função correccional**, deixando de abrigar nos seus tetos as centenas de malandros que ali se achavam, pois que houve ordem para que os mesmos fossem postos em liberdade. Terminada a luta, foram iniciadas as providencias para serem capturados os **elementos considerados perniciosos á sociedade**, com o fito de se lhes dar novamente como teto o estabelecimento, no qual uma **rígida disciplina os faria – na medida do possível – empregar sua atividade no trabalho honesto**. [...] Dias depois veiu a noticia de que a **casa** já estava pronta para receber condignamente os seus futuros **hospedes**. Com isso, então, preparou-se a primeira composta de dez **antigos e conhecidos malandros**. Esse serviço esteve entregue á competência do dr. Augusto Gonzaga, delegado de Vigilancia [...].³⁴⁴

A intenção de reforçar o lado correccional, reforçando no imaginário social uma “Casa” que receberá em breve seus “hospedes”, aqueles “antigos conhecidos”, é constante e veremos mais a frente no capítulo 6. Significativa também a noção de que a “rígida” conduta,

³⁴⁴ *Correio de S. Paulo* (SP), 14-12-1932, n.º 157, p. 6, HDB/FBN.

indo à violência correcional, surtiria efeito disciplinar no “hospede”, direcionando-o ao “trabalho honesto”. Com aqueles dez iniciais, as transferências seguiram de forma a “encher novamente as dependências”. No mês de janeiro, ao menos outros cinquenta e três foram transferidos³⁴⁵. No início de fevereiro o jornal *A Gazeta* fez uma interessante menção a respeito das fugas havidas até então:

Grande tem sido o numero de **indesejáveis afastados do convívio da collectividade** e que, naquella ilha **não conseguem regenerar-se** [...], após cumprir a pena de alguns mezes de afastamento da sociedade, **regressa mais perigoso ainda** [...] Não se diga que o tratamento dispensado na ilha aos reclusos seja satisfactorio. Si o fosse, **muitos desses homens não teriam arriscado a vida em tentativas de fuga e em fugas rocambolescas**. Para deixar a ilha, o recluso aventura-se a atravessar enorme e perigoso trecho de mar, onde a ameaça de tubarões é permanente. (grifo meu)³⁴⁶

E naquele mesmo mês mais cinquenta foram transferidos³⁴⁷. E até 14 de março, outros dezessete³⁴⁸. Descontando seis transferidos de volta ao continente³⁴⁹, pelos ofícios é possível estimar que a população total de brasileiros e imigrantes era de, provavelmente, 124 pessoas – enquanto o jornal *A Gazeta* menciona “cerca de cento e quarenta indivíduos”³⁵⁰ e o *A Noite* afirma serem cento e oito³⁵¹. Ainda, no dia do “levante”, uma comunicação de Santos chegou a ser enviada a Ilha dos Porcos, relatando a transferência de mais quinze, mas foi feita a anotação a lápis: “sem efeito o presente officio”³⁵².

Segue a transcrição da reportagem da *A Noite Ilustrada*:

A rebelião dos presídios da Ilha dos Porcos foi nota de sensação destes ultimos dias. Os detentos, tendo á testa **Alvaro Teixeira, o “Comissário”**, conseguiram apossa-se de alguns fusis e dominaram pelo pânico estabelecido com o ataque inopinado o pequeno contingente de serviço. Depois de terem aprisionado o sargento e as praças, invadiram as diversas dependências do presidio, embriagando-se com o alcool apanhado na pharmacia. Uma vez alcoolizados, os distúrbios augmentaram, tendo alguns dos detentos, em certo momento, atirado contra seus próprios companheiros que se faziam ao mar em fuga. A residencia do diretor do presidio, major Newton Santos, foi tambem invadida pelos presidiarios, que no emtanto nenhum mal lhe fizeram nem á sua família.

Antes mesmo da chegada de reforços enviados da capital paulista já o major Newton conseguira consolidar em parte a situação, aproveitando-se do aparecimento de um

³⁴⁵ *Ofícios n.º 45*, (09-01-1933), *n.º 111* (14-01-1933), *n.º 167* (21-01-1933), *n.º 188* (24-01-1933), *n.º 217* (28-01-1933); todas do delegado regional de Santos, José Ulysses Luna, para o diretor major Newton Santos, caixa 518, Acadepol/APESP.

³⁴⁶ *A Gazeta* (SP), 02-02-1933, n.º 8.118, p. 8, HDB/FBN.

³⁴⁷ *Ofícios n.º 271* (02-02-1933), *n.º 278* (03-02-1933), *n.º 292* (04-02-1933), *n.º 447* (20-02-1933), caixa 518, Acadepol/APESP.

³⁴⁸ *Ofícios n.º 535* (04-03-1933), *n.º 605* (10-03-1933), caixa 518, Acadepol/APESP.

³⁴⁹ *Ofícios n.º 520* (02-03-1933), *n.º 571* (08-03-1933), *n.º 580* (08-03-1933), *n.º 595* (10-03-1933), caixa 518, Acadepol/APESP.

³⁵⁰ *A Gazeta*, 16-03-1933, n.º 8.153, p. 8, HDB/FBN.

³⁵¹ *A Noite* (RJ), 16-03-1933, n.º 7.653, p. 3, HDB/FBN.

³⁵² *Oficio n.º 629*, 14-03-1933, caixa 518, Acadepol/APESP.

navio, que disse ser de reforços militares e garantiu que advogaria a causa dos que se entregassem no momento. Grande maioria dos detentos fugira para os matos, ou, em barcos improvisados, por via marítima quando chegaram os reforços e as autoridades para inquerito. Foram quasi todos capturados, depois.

Em suas declarações, o chefe da revolta, o “Comissario”, explicou os motivos que o levaram a architectar o plano executado. O diretor do presídio, major Newton Santos, **depositava em seu dizer, excessiva confiança no sargento Oscar Knoll** [na verdade, Carlos Knoll Júnior]³⁵³, e este brutalizava os presidiários. Elle, o “Comissario”, fora despertado pelo sargento e pelo mesmo insultado sob a alegação de que pretendia fugir. Como negasse, o sargento Knoll o esbofeteara repetidamente. Não satisfeito, ainda, mandou que outros soldados o espancassem. Cheio de ódio, pensou o plano, planejara a rebelião e a chefaria. Disse também que o plano fora minuciosamente combinado e que um dos pontos assentados era não matar ninguém, sendo que os tiros disparados visavam apenas crear o pânico e firmar o domínio dos revoltosos.

Depois de completamente normalizada a situação houve um encontro entre policiaes e presidiários, em Redempção [da Serra], **tendo morrido no recontro dois soldados e tres presidiários**³⁵⁴.

A pagina mostra alguns aspectos ilustrativos da rebelião, mas não bastantes para dar idéa exacta das terríveis horas vividas na Ilha dos Porcos. (grifo meu)

Uma das detenções de Alvaro, apontado a época como “chefe” por dois veículos de imprensa, foi noticiada pelo *Correio de S. Paulo* em agosto de 1932. Em uma quarta-feira, 4 de agosto, após um mês de procura foi detido em um café na Praça Iguatemi Martins. No mesmo dia, Antonio Gomes da Silva também foi detido, “uma ‘pinta’ das mais perigosas do conhecimento da policia”, que por duas vezes fugiu da Cadeia Pública de Santos e uma vez da Ilha dos Porcos – “ambos presos na cadeia local e provavelmente serão remetidos novamente para a Ilha dos Porcos”³⁵⁵. Segundo a Delegacia Regional, Alvaro havia até aquele momento sofrido detenções para “averiguação” de falsificação, furto e roubo, mas nenhum processo foi informado, muito menos condenação pelo Judiciário³⁵⁶.

Já Alvaro Gomes Teixeira foi para a Ilha dos Porcos em 3 de janeiro de 1933 com outros doze “indivíduos”, setenta dias antes do “levante”. O delegado regional de Santos, José Ulysses Luna, constatou ao diretor major Newton Santos: “todos de pessimos antecedentes, sendo uns, conhecidos vigaristas e ladrões renitentes outros, afim de serem recolhidos a esse

³⁵³ “Do 1º sargento Carlos Knoll Junior, desta Capital, pedindo indenização da importância de 1:130\$000 pelos prejuízos sofridos no levante da Ilha dos Porcos – Indeferido. Não houve culpa por parte do Govêrno, nos fatos ocorridos na Ilha dos Porcos” – DOSP, 24-10-1933, n.º 239, p. 3.

³⁵⁴ Segundo um jornal, Alvaro Teixeira Gomes foi recapturado na “Serra de Guaratinguetá”, local onde “o encontro entre a escolta da policia e os presidiários assignalou-se sangrento combate, morrendo dois policiaes e tres evadidos” – *Correio da Manhã* (RJ), 22-03-1933, n.º 11.747, p. 2, HDB/FBN.

³⁵⁵ *Correio de S. Paulo* (SP), 05-08-1932, n.º 44, p. 4, HDB/FBN.

³⁵⁶ *Oficio n.º 1.786, 06-08-1933*, do delegado regional de Santos, Eduardo Tavares do Carmo, para o delegado de Vigilância e Capturas, caixa 520, Acadepol/APESP.

Presídio”³⁵⁷. Por isso, solicitou uma escolta de seis praças e um graduado da Força Pública e pediu que se apresentassem às 7 horas na Cadeia Pública de Santos³⁵⁸.

Além da versão da *A Noite Ilustrada*, o jornal *A Gazeta* afirmou que a “sublevação” teve início “precisamente á hora do almoço”³⁵⁹, quando “um bando de perigosos desordeiros e ladrões, valendo-se de um descuido da guarda que deixou aberta a porta do alojamento, apoderou-se das armas”³⁶⁰. O “homem que chefiou” agiu “para conter os presos e evitar que se commettessem depredações ou vinganças pessoais”, afirmando ainda que “a unica pessoa que não escaparia com vida, se tivesse sido encontrada, seria o sargento comandante [...] que não se achava na ilha”³⁶¹. Ainda segundo *A Gazeta*, mesmo com a aprovação tácita da maioria dos “presidiarios” a favor da ação, esta “não tomou parte nas depredações” e que um “pequeno grupo tentou evitar que os revoltados commettessem abusos maiores pondo-se á disposição do diretor” – este grupo colocado em liberdade condicional na capital, por ação do delegado Augusto Gonzaga³⁶².

Figura 23 - Presídio Político da Ilha dos Porcos, 1933



Fonte: *A Noite*, 21-03-1933, n. 7.658, p.1, HDB/FBN.

Depois do “levante”, na manhã do dia 16 de março foi noticiado que o delegado de Vigilância e Capturas, Augusto Gonzaga, junto ao subchefe Plinio Cabral e outros inspetores

³⁵⁷ *Oficio n.º 14*, 03-01-1933, do delegado regional de Santos, José Ulysses Luna, para o “Diretor do Presidio da Ilha dos Porcos”, caixa 518, Acadepol/APESP.

³⁵⁸ *Oficio n.º 29*, 04-01-1933, do delegado regional de Santos, José Ulysses Luna, para o “Capitão Comandante do Destacamento da Força Publica”, caixa 518, Acadepol/APESP.

³⁵⁹ *A Gazeta* (SP), 16-03-1933, n.º 8.153, p. 8, HDB/FBN.

³⁶⁰ *A Gazeta* (SP), 25-03-1933, n.º 8.161, p. 12, HDB/FBN.

³⁶¹ *A Gazeta* (SP), 22-03-1933, n.º 8.158, p. 8, HDB/FBN.

³⁶² *A Gazeta* (SP), 25-03-1933, n.º 8.161, p. 12, HDB/FBN.

seguiram para a Ilha dos Porcos, “passados os primeiros momentos de apreensões no caso do levante de detentos, devido às enérgicas providencias tomadas”³⁶³. No mesmo dia foi noticiado que pelo menos oito foram recapturados³⁶⁴, no dia seguinte subiria para dezoito³⁶⁵. Em 18 de março restavam apenas seis a em fuga³⁶⁶.

Segundo o *Correio de S. Paulo*, “foi a maior rebelião de detentos que se registrou no Brasil” e que “por esse motivo, a reportagem de todo o paiz acompanhou o sensacional episodio”. Apontam os quatro “chefes da conspirata”, dentre eles Alvaro, todos reunidos no Gabinete de Investigações para interrogatórios e conclusão do inquérito policial, de onde partiriam novamente para a Ilha dos Porcos com outros que “estiveram implicados na sensacional rebelião de detentos”³⁶⁷.

Pelos ofícios da Delegacia Regional de Santos são poucas informações indiretas a respeito do “levante”. É possível saber do que a ilha necessitou materialmente logo após o ocorrido: no dia 16 de março, o delegado regional solicitou a Passos Carvalho & Companhia, “por conta do Governo do Estado”, “dez caixas de óleo “Solarino”³⁶⁸, uma caixa de óleo “Mobil-B”, uma lata de gasolina, 2 quilos de estopa e quatro colchões. É possível saber que era um pedido excepcional por dois indícios: o primeiro é a menção já na primeira linha do ofício, abrindo aquela mensagem, que a despesa seria por conta do governo; um segundo indício foi a solicitação de entrega dos materiais ao “mestre da lancha Julio Prestes”, lancha esta que pertencia ao estado de São Paulo e não era utilizada usualmente para transferência de volumes para a Ilha dos Porcos. Outra informação é que um destacamento do 6º Batalhão de Caçadores foi para a ilha após o “levante”, sendo este recolhido em 27 de março, “devendo apenas ficarem seis praças que, com as do 5º Batalhão, completarão o efetivo do destacamento que compete a esse Presidio”³⁶⁹.

Esse “levante” se assemelha à “rebelião” de junho de 1952. Primeiro, o controle sobre efetivo militar e seu armamento, seguido da invasão da farmácia e consumo de seus produtos e, por fim, destruição do arquivo. Um segundo ponto é que, mesmo a ilha estando sob

³⁶³ *Correio de S. Paulo* (SP), 16-03-1933, n.º 235, p. 6, HDB/FBN.

³⁶⁴ *Correio da Manhã* (RJ), 17-03-1933, n.º 11.743, p. 5, HDB/FBN.

³⁶⁵ *Correio da Manhã* (RJ), 18-03-1933, n.º 11.744, p. 2, HDB/FBN.

³⁶⁶ *Correio da Manhã* (RJ), 19-03-1933, n.º 11.745, p. 4, HDB/FBN.

³⁶⁷ *Correio de S. Paulo* (SP), 11-04-1933, n.º 257, p. 3, HDB/FBN.

³⁶⁸ Provavelmente era um óleo combustível refinado, derivado da destilação do petróleo, para combustão interna e iluminação (BRASIL, Diário Oficial da União, 09-03-1934, p. 52, Ministério dos Negócios da Viação e Obras Públicas, Portaria n.º 205, Rio de Janeiro, 02-03-1934, ministro José Américo de Almeida. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2012514/pg-52-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-09-03-1934>>, acesso em 21 fev. 2020.)

³⁶⁹ *Ofício n.º 708, 27-03-1933*, do 2º delegado da Delegacia Regional de Santos, Hermenagildo Corrêa de Andrade, para o diretor do presídio da Ilha dos Porcos, caixa 518, Acadepol/APESP.

controle dos brasileiros e imigrantes, desfrutando de momentânea liberdade, e estes estando armados, houve uma diretiz interditando o assassinato, devendo os familiares, funcionários e militares permanecerem presos³⁷⁰. Terceiro, por uma questão de logística, a fuga também se deu sobre jangadas improvisadas, fugas para o interior da ilha, na qual foram “quasi todos capturados”. Quarto, aparece também uma menção a uma relação de poder oscilante que seria recorrente na história da ilha: a relação de força entre três frentes: o diretor, o comandante do destacamento (fosse sargento ou tenente) e o chefe de disciplina, geralmente militares da Força Pública já reformados.

Outro ponto é a aversão ao local. Após o “levante”, ao final de março, o jornal carioca *A Noite* publicou a visita do então coronel gaúcho e chefe de polícia, Bento Borges da Fonseca ao Presídio Político da Liberdade. Dizia a matéria que, “por inúteis” e com poucos detidos políticos, os presídios da Liberdade e Paraíso foram fechados – o que veremos mais a frente, no capítulo 5, tal fato não ocorreu naquela época. Em um diálogo supostamente ocorrido, o chefe de polícia se dirigiu a “nove indivíduos recolhidos”, na qual o primeiro a ser mencionado é um “judeu” que “cofiou a barba”, aos quais Bento “dirigiu-lhes a palavra quasi paternalmente”:

- E vocês estão dispostos a se **regenerar**? Doravante, não permitirei actividades criminosas. Não ficarão aqui, **mandarei todos para a ilha dos Porcos!**

O delegado de Ordem Política **aponta para um rapaz pardo**, que já tinha tres entradas na Policia. O Dr. Bento Borges, de bom humor, interpellou-o:

- Dá-me sua palavra de honra de que vae **portar-se como homem**? [...] É para o seu bem. Se insiste (traçou no ar um gesto largo com o braço) **já sabe: é a ilha dos Porcos!**

Os correcionais têm um horror profundo á ilha dos Porcos. Ainda há dias, um alcoolatra simulou um suicídio na delegacia de Santos, quando era conduzido para o presidio longínquo e, ao ser interrogado, declarou preferir cem vezes a morte, a ter que viver naquelle desterro. E, por isso, como conhecem o fraco dos vadios, as autoridades os atemorizam com o passeio forçado á ilha dos Porcos. (grifo meu)³⁷¹

Enquanto isso, no Gabinete de Investigações e aguardando o retorno para ilha, Alvaro e outros dois tentaram uma “fuga” do Gabinete no meio da tarde de terça-feira, 11 de abril, criando uma “formidável algazarra”. Segundo a reportagem, naquela manhã a escolta estava se preparando para conduzi-los, mas “‘Cabo Verde’ mostrava-se insubmisso. Não queria ir. Parece que a sua ânsia de se ver livre era uma angustia que o perseguia de maneira

³⁷⁰ Muito comentada por interlocutores, memorialistas e nos autos do inquérito da “rebelião” de 1952, a interdição posta por João Pereira Lima de que não houvesse mortes ou abusos cometidos sobre funcionários, militares e, principalmente, sobre mulheres e crianças. Porém, essa interdição não recaía sobre um grupo de militares e funcionários civis, tais como o chefe de disciplina e o carcereiro seu auxiliar, que eram considerados como os agentes principais de violências, punições injustas etc. No “levante” de 1933, segundo a reportagem, houve a morte de dois soldados, não sabendo ainda quais os nomes e as circunstâncias da morte.

³⁷¹ *A Noite* (RJ), 24-03-1933, n.º 7.661, p. 3, HDB/FBN.

inexorável”³⁷². Simples ânsia de ser livre ou recusa em voltar para a Ilha dos Porcos, assim como outros que tentaram de distintas formas sustar a transferência?³⁷³ Alvaro regressou a ilha em 30 de abril³⁷⁴. Segundo o livro de registros, na segunda entrada ele tinha 28 anos, era “moreno”, solteiro, estivador e sabia ler³⁷⁵.

4.3 O livro de registros e o perfil populacional (1933)

O Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934) teve nessa primeira fase, ao mínimo, dois momentos. O primeiro vai de junho de 1931 a até agosto de 1932; o segundo, vai de dezembro de 1932 a fevereiro de 1934. Na segunda fase, o ano de 1933 é emblemático, vez que é o que apresenta o maior número de informações a respeito da população encarcerada em seu livro de registros. Portanto, foi sistematizada algumas das inúmeras informações que tal documento possibilita, mas para melhor contabilizar estes indicativos – como por exemplo identificar homônimos, descartar pseudônimos, confirmar que distintas entradas referem-se a mesma pessoa e dados biográficos adicionais – foi fundamental cruzá-los com os radiotelegramas (PEIA), com ofícios da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP) e prontuários (DEOPS/APESP).

O livro traz 381 anotações com quatro caligrafias diferentes, 373 entradas confirmadas e 307 sujeitos possíveis identificados³⁷⁶, selecionadas aqui as datas de entrada (16

³⁷² *Correio de S. Paulo* (SP), 12-04-1933, n.º 258, p. 6, HDB/FBN.

³⁷³ No dia 1º de outubro de 1933, Antonio Imbecicieri, ao saber que iria ser novamente enviado para a Ilha dos Porcos “ficou num estado de profunda apathia moral [...], quando viu um balde com creolina que o faxineiro deixara [...] tomando uma caneca, desceu-a ao fundo do vasilhame, retirando regular quantidade, que bebeu. Não demorou muito, a Assistencia Policial foi sciente do ocorrido [...] Em virtude do acontecido, a sua partida para a ilha ficou adiada para dia indeterminado” (*Correio de S. Paulo*, 02-10-1933, n.º 404, p. 8, HDB/FBN). Antonio, “branco”, 26 anos e “sem profissão”, retornou ao presídio em 05 de novembro para cumprir uma pena “sem tempo”, lá permanecendo por 202 dias, saindo em 26-05-1934 (*Livro de registros*, PEIA). Antonio não foi o único a tentar suicídio antes de ser enviado para a Ilha dos Porcos. Benedito Clemente, que aguardava embarque para a ilha, tentou suicídio, segundo a versão oficial, na manhã de 11-11-1931, “atirando-se de uma das janelas do 1.º andar, para o pateo interior. A pequena altura impediu os designos trágicos [...]”. Depois, quando foi remetido para ilha, Benedito tentou fuga no porto de Santos e uma vez já internado, fugiu para o continente na madrugada de 15 de dezembro de 1931 – *Diario Nacional*, 12-11-1931, n.º 1.307, p. 4; *Diario Nacional*, 17-12-1931, n.º 1.337, p. 8). Um outro caso virou notícia em abril de 1935: Lourenço Alencar, já detido no Gabinete e com viagem marcada para Ilha Anchieta, segundo a narrativa, “indagou a pena que lhe seria applicada se tivesse dado umas navalhadas. Alguem respondeu que teria de cumprir pena na cadeia. Então, num gesto rápido, Lourenço sacou duma lamina de gilette e retalhou o rosto do gatuno Alvaro, que estava próximo [...] e o agressor exultou, dizendo preferir ficar na cadeia pelo crime que acabava de praticar do que ir para a Ilha dos Porcos por haver roubado dois relógios” (*A Noite*, 26-04-1935, n.º 8.411, p. 2).

³⁷⁴ *Oficio n.º 954*, 29-04-1933, do delegado regional de Santos, para o “Diretor do Presidio da Ilha dos Porcos”, caixa 519, Acadepol/APESP.

³⁷⁵ *Livro de registros*, PEIA. É interessante notar que no livro só possui a entrada de abril, tendo as páginas iniciais da letra “A” arrancadas.

³⁷⁶ As letras A e J possuem respectivamente 101 e 104 entradas, com 91 e 84 sujeitos identificados. Possuir estas duas, provavelmente em sua íntegra, permitiu perceber tendências que se repetem em outras letras.

dez. 1932 a 16 dez. 1933) e saídas (27 jan. 1933 a 26 mai. 1934) correspondentes a esta fase. Para a contagem foi feita uma importante distinção: o tempo passado na ilha, a pena imposta pela autoridade policial e o “local delito” foram feitos em relação ao total de entradas identificadas (373), portanto são contabilizadas as reentradas de uma mesma pessoa. Já a contagem sobre os dados biográficos foi feita em relação ao número de identificados (307). Apesar do número considerado de informações não anotadas por aqueles que escreveram as entradas e saídas, é possível delinear um resultado parcial consistente e constam todos no Anexo A.

De forma parcial podemos apontar que parte da população era brasileira (66,12%)³⁷⁷, branca (41,04%)³⁷⁸, solteira (57,65%)³⁷⁹, entre 18 a 22 anos (23,45%)³⁸⁰, possuía alguma atividade profissional (48,53%)³⁸¹ e algum grau de alfabetização (49,84%)³⁸². A maior

³⁷⁷ Há também os não informados (21,50%) e estrangeiros (11,73%). De nacionalidade brasileira e possível de identificação estadual consta São Paulo (40,39%), “Minas Geraes” (9,36%), Rio de Janeiro e Distrito Federal (7,88%) e outros. A nacionalidade estrangeira mais presente foi a “Hespanha” (27,78%).

³⁷⁸ Há também os não informados (25,08%), “Preto” (13,68%), “Moreno” (11,07%), “Pardo” (8,79%) e “Pardo Esc.” (0,33%). Se for agrupado em uma única categoria “preto”/“moreno”/“pardo”, ela corresponde a 33,88%. Houve um caso contabilizado como “Pardo” que, o mesmo indivíduo em sua segunda entrada teve anotado “Moreno”, o que traz indícios sobre a atuação do agente estatal e a burocracia do estado em situações capilares no cotidiano. Myrian Sepúlveda dos Santos (2009) aponta que a Colônia Correcional de Dois Rios (CCDR) teve, para o período de 1906-1907, 44 “brancos”, 89 “pardos” e 42 “pretos”.

³⁷⁹ Há também os não informados (26,71%) e casados (15,64%).

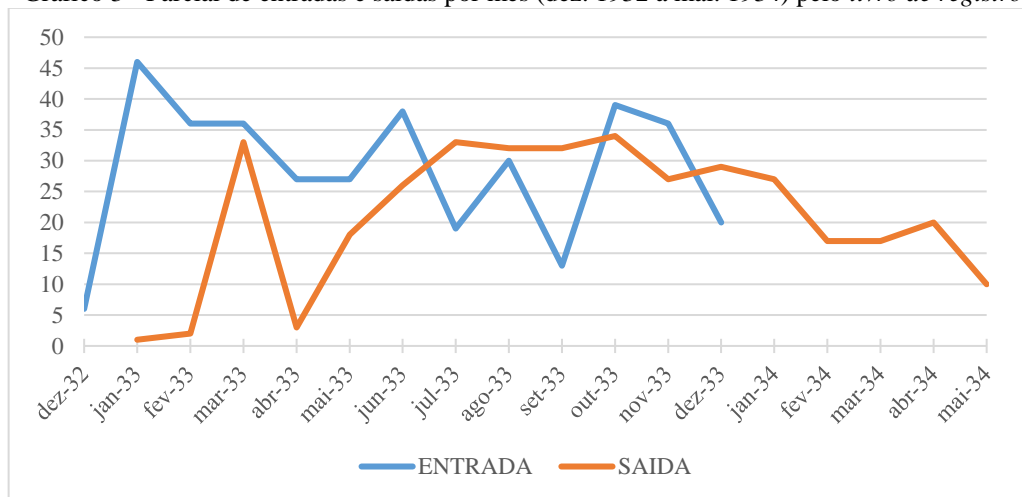
³⁸⁰ Há também os não informados (23,13%), os de 23 a 27 (16,61%) e 28 a 32 (17,59%). Houve um caso de um santista internado aos 17 anos e 2 meses de idade, identificado pela pesquisa. Segundo um civil detido em 1942, “Centenas de homens, entre os quais vários menores de 14, 15 e 16 anos, nas mais revoltantes promiscuidades e corrupções, sujeitos ao contato com cancerosos, tuberculosos, portadores de chagas de mau caráter como os cancos, úlceras etc., em “Pavilhões” desprovidos de toda e qualquer especie de higiene” (*Carta de Sebastião Marzagão de Campos*, 20-03-1942, OACP1940.01.18, CPDOC/FGV). Lembrando que o “Código de Menores” (1927), apesar de instituir que “nenhum menor de 18 annos, preso por qualquer motivo ou apprehendido, será recolhido a prisão comum” (art. 86), abriu exceção em caso de “absoluta necessidade [...] póde este ser guardado preventivamente em algum compartimento da prisão commum, separado, entretanto, dos presos adultos” (§ 3º). Ainda, “em falta de estabelecimentos apropriados á execução do regimen creado por este Codigo, os menores de 14 a 18 annos sentenciados a internação em escola de reforma serão recolhidos a prisões comuns, porém, separados dos condemnados maiores, e sujeitos a regime adequado; - disciplinar o educativo, em vez de penitenciário (art. 87). É importante lembrar que na ilha funcionava um presídio político sem regulamento, o que foge do escopo do termo “prisão commum”. Há um documento produzido pelo Presídio que relata um forte indício: em 25 de janeiro de 1942, o *Aspirante Nascimento* partiu para a Ilha Anchieta levando 39 “presidiarios” para a Ilha Anchieta. Mas ao chegarem ao píer às 0h20min. estavam a bordo 38. Durante a viagem, um “menor [...] saltou pela vigia do vapor, fardado de marinheiro” (*Radiograma n.º 64*, 25-01-1942, PEIA).

³⁸¹ Há também os não informados (35,50%) e “sem profissão” (15,96%). Dos informados, “operário” correspondem a maior parcela (13,42%). Importante pontuar que não é possível aferir quantos “com profissão” estavam empregados quando foram detidos. Waldemar Maffei, por exemplo, deu entrada com anotação “comercio”, mas foi detido por ser “vadio”. Camilo Prée, detido como comunista, deu entrada como “garçom”, mas seu Termo de Declarações revela que estava desempregado há 3 meses. No geral, este levantamento também difere com os dados da Penitenciária do Estado para os anos de 1920-1928, conforme levantamento de Fernando Salla (2006, p. 211) sobre aqueles que foram efetivamente processados e condenados, informando que 66,4% dos presos eram lavradores, número muito superior ao observado para o Presídio Político no ano de 1933, destacando as profissões urbanas ligadas à indústria e as marítimas (estivadores, sacadores, marinheiros).

³⁸² Há também os não informados (25,08%), os não instruídos (23,78%) e os anotados com “Assigna” (1,30%). Boris Fausto menciona que entre 1900-1916, na capital paulista, 53% dos presos possuíam “instrução”, sendo que

parte foi enviada sob responsabilidade das delegacias da capital (65,68%)³⁸³ e submetida a uma “pena” de 90 dias (14,48%)³⁸⁴ imposta pela autoridade policial, permanecendo em média 108,74 dias, ou seja, por volta de 3,5 meses³⁸⁵. Ainda, foi possível traçar a dinâmica de entrada e saída, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Parcial de entradas e saídas por mês (dez. 1932 a mai. 1934) pelo *livro de registro*



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do livro de *registros*, PEIA.

4.4 A construção da estrada de rodagem (1932-1933)

No início da década de 1930, as autoridades estaduais já se preocupavam com os problemas de transporte e comunicação que envolviam toda o litoral do estado de São Paulo. Isso não interessava somente a interventoria federal e aos militares que ocupavam cargos chaves na administração pública, mas também aos prefeitos e comerciantes das pequenas cidades: não à toa, “abandono” era palavra presentes nas notícias e nos discursos de prefeitos. No litoral Norte, o projeto de expansão das estradas de rodagem e meios de comunicação abrangiam duas linhas principais para a integração regional: uma, era a ligação entre São Sebastião a São José

“as informações posteriores a 1910 demonstram que ‘instrução’ equivale, maciçamente, quando muito, a saber ler e escrever” (FAUSTO, 1984, p. 87).

³⁸³ Os demais foram enviados pela Delegacia Regional de Santos (20,38%) e há também os não informados (13,94%).

³⁸⁴ As penas não informadas correspondem a 55,50% das entradas. Há as de “90 dias” (14,48%) e as mais dúbias, anotadas como “Sem tempo”, “Até 2ª ordem”, “Tempo indeterminado” que juntas correspondem a 11,52% das penas.

³⁸⁵ Os maiores intervalos de tempo foram: 126 a 155 dias (21,28%), 66 a 96 dias (20,64%) e 97 a 125 dias (14,48%). Apenas onze entradas não possibilitaram cálculo do tempo de permanência na ilha (2,95%). O intervalo não exato (p. exp. 60, 90, 120 etc.) levou em consideração dois fatos: é perceptível que o cálculo de pena era fixado mais em relação ao mês completo do que os dias em si: se a entrada foi feita em 06/06/1933 e submetido a pena de 90 dias, a saída se dava em 09/06/1933, o que dá 92 dias. Adicionalmente há de se levar em conta que, por ser uma ilha, as saídas dependiam da disponibilidade de embarcações e segurança de travessia, o que poderia levar a um atraso de poucos dias a mais em alguns casos.

dos Campos, passando por Caraguatatuba e Paraibuna; a segunda, saindo de Taubaté e indo até Ubatuba, passando por São Luiz do Paraitinga.

Em relação ao primeiro trajeto, em 1931 tiveram início os trabalhos preliminares para demarcação da trilha por soldados da Força Pública³⁸⁶ e, apesar de em abril do ano seguinte “tendo seguido para o local das construções grande quantidade de soldados da Política, que irão trabalhar nas estradas”³⁸⁷, em fevereiro de 1933 a cidade de Caraguatatuba, por exemplo, continuava sem a estrada de ligação³⁸⁸.

Em relação ao segundo trajeto, a estrada de Taubaté a São Luiz do Paraitinga estava “inteiramente isolada porque a estrada municipal está em péssimo estado”³⁸⁹. Em 4 de janeiro de 1932, *A Gazeta* noticiou que

A policia tem enviada para ilha dos Porcos e para o trabalho de abertura de estradas, no sertão, indivíduos cujo único crime é não ter profissão. E deixa, porque não tem apoio na lei, em liberdade, os passadores do “conto do violino”. As autoridades deviam aproveitar, este momento em que vivemos para solicitar do governo, um decreto que facilite a sua ação contra tão perigosos gatunos.³⁹⁰

No dia seguinte, o jornal *Diário Nacional* fez um adendo em relação a notícia de que a Diretoria de Estradas de Rodagem (DER) iria reconstruir a “velha estrada” que ligava São Luiz do Paraitinga a Ubatuba. A particularidade “que merece ser salientada” era a utilização de “trabalho dos presos da Ilha dos Porcos, postos á disposição, sem caráter obrigatório, e mediante um soldo diário”. Ainda segundo a reportagem, “a medida trará economia para os próprios presos, ao mesmo tempo que encaminha-los-á para uma vida honesta e sã” acrescentando que “ser-lhe dada plena liberdade aceitar ou não o serviço”³⁹¹ e segundo um jornal carioca, as obras de construção da estrada de rodagem iniciaram em 8 de março³⁹².

Através dos dados parciais do livro de registro é possível identificar 45 brasileiros e imigrantes com anotações “seguiu para Serra” ou “seguiu estrada”, alguns de forma repetida. Em 1932, as idas possíveis de serem identificadas foram em 1º de fevereiro, 12 de abril e 22 de junho. Apesar de apenas seis casos constarem datas de retorno, quatro destas estão anotadas “14 de julho”, cinco dias após o início da guerra civil-militar paulista. Em 22 de junho, por exemplo, foram enviados ao menos quatro, enquanto a de 1º de fevereiro seguiu, ao menos,

³⁸⁶ *Correio de S. Paulo* (SP), 07-02-1933, n.º 204, p. 6, HDB/FBN.

³⁸⁷ *Diário Nacional* (SP), 23-04-1932, n.º 1.443, p. 5, HDB/FBN.

³⁸⁸ *Correio de S. Paulo* (SP), 07-02-1933, n.º 204, p. 6, HDB/FBN.

³⁸⁹ *Diário Nacional* (SP), 20-04-1932, n.º 1.440, p. 5, HDB/FBN.

³⁹⁰ *A Gazeta* (SP), 04-01-1932, n.º 7.774, p. 8, HDB/FBN.

³⁹¹ *Diário Nacional* (SP), 05-01-1932, n.º 1.352, p. 3, HDB/FBN.

³⁹² *A Batalha* (RJ), 10-03-1932, n.º 671, p. 3, HDB/FBN.

Ismael Pereira da Silva, conhecido como “Bombeiro”³⁹³, portanto um mês antes do que foi noticiado como sendo o início das obras.

Mas não apenas a estrada de rodagem era alvo de pressão dos prefeitos do Vale do Paraíba. Em janeiro de 1933, o prefeito de Taubaté defendeu a retomada das obras da linha férrea que ligaria o município a Ubatuba, que possibilitaria a reabilitação do Vale do Paraíba conectando-o ao ramal férreo da Central do Brasil:

Já imaginou o porto de Ubatuba pejado de vapores, a reintegrarem a velha cidade praiana na sua opulência de outrora? Ubatuba, como porto auxiliar do de Santos, é o remédio naturalmente indicado para o soerguimento do litoral Norte de S. Paulo e ainda, para escoar a produção sul-mineira, que se tem estacionado, pela falta de escoamento rápido para os centros consumidores.³⁹⁴

Porém, as obras das linhas férreas não foram retomadas para aquele ponto. Em 7 de fevereiro, o gaúcho e major Dilermando de Assis (1888-1951)³⁹⁵, diretor de Estrada e Rodagem da Secretaria de Viação (DER/SVOP), em uma viagem a Caraguatatuba para estudar “de visu” as possibilidades de uma estrada de rodagem até aquele local, ressaltou apenas que “impõe-se a conclusão da estrada Ubatuba a S. Luiz de Paraitinga. De Ubatuba para cima, existem já 15 quilômetros abertos”³⁹⁶. Em fevereiro de 1933, pelo menos onze foram enviados para a construção da estrada, partindo quatro no dia 1º de fevereiro e outros sete em 16 de fevereiro

Em março de 1933, a construção de parte da estrada que ligava Ubatuba a São Luiz, um trecho de 23 quilômetros pela Serra do Mar, aparentemente chegava próxima ao fim. Entretanto, restando não mais do que um quilômetro, o engenheiro responsável pela obra, Mariano Montesante³⁹⁷, ordenou que os trabalhadores provenientes do Presídio Político fossem escoltados de volta a ilha, levando o então diretor do presídio, major Newton Santos, a endereçar telegramas ao coronel chefe de polícia³⁹⁸ e ao major diretor do DER³⁹⁹. Em ambas as

³⁹³ *Livro de registros*, PEIA.

³⁹⁴ *Correio de S. Paulo* (SP), 18-01-1933, n.º 187, p. 2, HDB/FBN.

³⁹⁵ Dilermando Cândido de Assis ficou nacionalmente conhecido por duas mortes, agindo em legítima defesa e em ambas sendo absolvido em tribunais civis e militares. Aos 21 anos, quando jovem aspirante do Exército e residindo em Piedade, na então capital federal, após receber três tiros matou, dentro de sua casa, o escritor Euclides da Cunha em 15-08-1909. Há quase quatro anos, Dilermando e a esposa de Euclides, Ana Emília Ribeiro da Cunha viviam um relacionamento extraconjugal. Depois, em 04-07-1916, há mais de cinco anos casado com Anna, estava em um cartório de órfãos no Rio de Janeiro para registrar em seu nome um de seus filhos com Ana, de quando ainda estava casada com Euclides, quando foi alvejado nas costas pelo aspirante da Marinha, Euclides da Cunha Filho. Ao tentar fugir e novamente baleado reagiu e matou o filho de Euclides e Anna, agora sua esposa e de quem veio se separar dez anos mais tarde – ver Vogel&Ferreira (2015).

³⁹⁶ *Correio de S. Paulo* (SP), 07-02-1933, n.º 204, p. 6, HDB/FBN.

³⁹⁷ Chastan (1975) e Droguett & Fonseca (2005) escrevem “Montesanti”; em documento no arquivo a grafia é “Montesante”.

³⁹⁸ *Telegrama n.º 3/7*, 22-03-1933, do diretor major Newton Santos para o chefe de polícia, coronel Bento Borges Fonseca, PEIA.

³⁹⁹ *Telegrama n.º 3/6*, 22-03-1933, do diretor major Newton Santos para o diretor do DER, major Dilermando de Assis, PEIA.

comunicações as assertivas e defesas do diretor foram as mesmas: informou que o engenheiro “não quer mais trabalhar com os mesmos” e desconhecimento do motivo que levou o engenheiro a tal ação e que esta foi tomada sem o seu aval; pontuou que quase toda obra foi feita pelos trabalhadores da ilha e que, em sua conclusão eminente e após tantas dificuldades via como “estranha” a entrega da obra a “pessoas estranhas” e “pessoas alheias”. Outro ponto central foi a ênfase no “custo insignificante para o Estado”, nos “sacrifícios” feitos pelas diretorias e que não era “justo” o que estava ocorrendo, solicitando então que o gaúcho Bento Borges Fonseca, chefe de polícia, intercedesse junto ao “Snr. General Interventor”, Valdomiro Castilho de Lima, para que a situação pudesse ser resolvida favoravelmente à administração do presídio. Aparentemente não surtiu efeito: quatro dias depois, no domingo dia 26 de março, Newton Santos solicitou junto ao comandante do 5º BC, major Antonio Inojosa, que permitisse que o sargento Demétrio pudesse escoltar os trabalhadores de volta a Ilha dos Porcos.

No mês seguinte a obra foi inaugurada:

Montesanti junto ao Prefeito de Taubaté, Anísio Ortis Monteiro e ao Capitão Deolindo de Oliveira Santos, Prefeito de Ubatuba, convenceram o Coronel Dilermando, do Departamento de Estradas e Rodagens a intercessão para libertar o crédito solicitado para tal construção. A data proposta para a inauguração da estrada foi o dia 21 de abril de 1933. O carro que atravessaria a estrada simbolizou a chegada da modernidade a este recanto do litoral paulista, imprevistos da luz e do atraso adiaram o espetáculo até às 21 h daquela noite triunfal da vida cívica de Ubatuba (DROGUETT & FONSECA, 2005, p. 217).

Singular imagem de todo o movimento quando, em uma mídia especializada da época, há apenas elogios. Segundo o articulista da *Revista Estradas de Ferro*, “deve-se muito ao major Newton Santos, director do Presidio da Ilha dos Porcos, cuja activiade e trabalho tem sido modelar”. Ainda, “só os que transitaram antes da restauração da estrada, pelo trecho Ubatuba-São Luiz de Parahitinga é que podem avaliar a cyclopica obra executada”. E arremata: “hoje viaja-se, perfeitamente, de automóvel. Eu mesmo acabo de fazer o percurso em companhia de minha esposa”⁴⁰⁰. Porém, as obras em alguma estrada de rodagem permaneceram ao longo daquele ano. Segundo dados do livro de registros, em 2 de maio oito foram enviados para obras, alguns pela segunda vez, como José Almeida, conhecido como “Zé Grande” e que já havia lá trabalhado em abril de 1932 e João Mario Cruz, que já havia também empregado sua força de trabalho em fevereiro e que desta vez fugiria em 14 de maio. Em sequência, outros onze foram enviados em 9 de junho⁴⁰¹.

⁴⁰⁰ *Revistas das Estradas de Ferro*, 30-06-1933, n.º 191, p. 167-168, HDB/FBN.

⁴⁰¹ *Livro de registros*, PEIA.

Depois de um hiato temporal, em 18 de setembro o diretor comentou que “tendo sido autorizado Diretoria este Presídio, continuar serviços construção estrada solicito-vos fineza providencieis sentido escolta ser mantida seu efectivo 15 praças”⁴⁰². Assim, os próximos registros de envio de trabalhadores são de 21 de setembro, quando quatro foram enviados, assim como outros quatro em 5 de outubro. Segundo contam os telegramas enviados pelo presídio, em 11 de setembro de 1933, o brasileiro João Apostolo Oliveira Lemos fugiu do local de trabalho da estrada de rodagem⁴⁰³, indicação concreta de uma maior permanência de trabalhadores na construção da tal via, provavelmente, segundo alguns jornais da época, que deveria ligar Ubatuba a Caraguatatuba.

Pelos documentos presentes no arquivo do PEIA, o sentido da ação do engenheiro Montesante permanece velada, mas as relações sociais começam a tomar alguma forma, mesmo que em dois documentos com uma mesma origem e discurso: em primeiro lugar, está bem caracterizada como parte do governo estadual de São Paulo encontrava-se ocupado por militares de outros estados, mesmo após a guerra de 1932⁴⁰⁴; em segundo, caracteriza a intenção do major Newton Santos em garantir, seja pessoal ou institucionalmente, o protagonismo e reconhecimento das obras feitas com recursos humanos da instituição que comandava; por fim, “o custo insignificante” que, provavelmente, se traduz em baixa ou nenhuma remuneração pelo trabalho e, provavelmente, baixos recursos para garantia de uma execução segura do trabalho – ao contrário de outros períodos, como veremos mais a frente, não há comunicações preservadas que confirmam que, de fato, aqueles que trabalhavam nas obras tinham suas penas diminuídas – até porque elas não estavam fixadas e ainda era uma instituição prisional que, ao Natal de 1933, possuía 132 encarcerados, dos quais a maioria não possuía ficha⁴⁰⁵ ou tempo de reclusão definido⁴⁰⁶.

Entretanto, documentos que estavam preservados até a década de 1970 e que assim não permaneceram até o início desta pesquisa foram transcritos por Lita Chastan (1978) e

⁴⁰² *Telegrama n° 3/313*, 18-09-1933, do diretor major Newton Santos para o Comandante Geral da Força Pública, PEIA.

⁴⁰³ *Telegrama n° 3/311*, 11-09-1933, do diretor major Newton Santos para o delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

⁴⁰⁴ Em relação ao período de 1930-1932, José Murilo de Carvalho (2001, p. 99-100) comenta: “O prolongamento do governo revolucionário provocou também o crescimento da oposição, sobretudo em São Paulo, onde as elites se uniram para pedir o fim da intervenção federal no estado e a volta do país ao regime constitucional. Parte da elite paulista apoiara a revolução, mas a nomeação de interventores militares para ao estado causara irritação geral”.

⁴⁰⁵ *Telegrama n° 3/529*, 25-12-1933, do diretor major Newton Santos para o chefe do GI, Francisco de Assis Carvalho Franco, PEIA.

⁴⁰⁶ *Radiotelegrama n.º 3/514*, 16-12-1933, do diretor major Newton Santos para o chefe de polícia, Mário Guimarães, PEIA.

apresentam um grave fato. O engenheiro Montesante provavelmente dispensou os trabalhadores enviados pela administração do presídio porque estes passavam fome, inclusive os militares da escolta. Em 12 de março, portanto dez dias antes da comunicação de Montesante a Newton Santos, o sargento Demétrio Carneiro Leão enviou um ríspido ofício para a ilha:

Informo-vos que a defficiencia de alimentação aqui não tem se verificado somente em pães, conforme vosso oficio. Effectivamente, tem sido desse alimento que temos sofrido maiores privações, sendo durante muitos dias, necessário dividir um em dois, afim de evitar maiores dificuldades, pois que já tivemos falta dos mesmos durante quatro dias seguidos, além de outros. O próprio senhor Armando Bohn, me informou que na Enseada havia ficado um ou dois saccos destinados à Serra, sendo necessário dar aos mesmos outro destino, por imprestáveis.

Ignoro as razões porque elles não foram conduzidos ao acampamento: o que sei é que enquanto ficaram embolorando, nós sofríamos a sua falta. Fiz ver ao senhor Armando que exigir que praças e presos trabalhem até certa hora sem alimentação, além do café simples, seria prejudicar o seu organismo, produzir o enfraquecimento e, tambem, a sua ruina physica, o que pode ocasionar ao Estado maiores prejuízos, como tratamento de cada um delles, além de prejudicial-os. Ainda não foi perdido um ou dois dias de serviço em consequência de minha “má vontade”, que não tenho. No dia em que as praças subiram cedo, pela continuada falta de pães, logo que estes chegaram, às 9 ½ horas, mandei avizar ao senhor Armando, que tinha descido para a cidade, que a escolta estava pronta para o serviço não tendo culpa de que elle, encontrando perto do acampamento os pães, não tenha voltado ou subido no dia seguinte.

Sobre a falta de temperos, como sejam cebolas, alho etc. não vos falei em meu officio n.º 22 de 4 do corrente, não obstante já haver eu comprado alguns delles; pedi tão somente em carta particular ao commandante do destacamento providencias a respeito. Mas, são outras as faltas, como farinha, sal, café e, até uma vez, carne, sendo nós certo dia forçados a tomar herva-matte com bananas.

Sobre castigos deshumanos impostos aos presos, informo-vos que muito embora tenha recebido do senhor Armando Bohn uma chibata de couro para punil-os, ainda não pratiquei nenhuma deshumanidade. Uma única vez fui forçado a punir severamente um detento que, além de se ter recusado trabalhar durante duas vezes, pronunciou com attitudes agressivas, dentro do alojamento, palavras que a moral manda silenciar, castigo aliás que tem havido na Ilha, quando necessário, mas que não foi deshumanamente.⁴⁰⁷

Segundo Lita Chastan, dezessete dias depois Demétrio foi substituído pelo sargento Fernando Cyrillo Júnior, que anos mais tarde seria identificado como “elemento comunista”⁴⁰⁸.

4.4.1 Dados parciais sobre perfil dos trabalhadores na construção da estrada

A partir do livro de registro, dos 307 indivíduos identificados com entradas para o período de dezembro de 1932 a dezembro de 1933, ao menos 45 foram enviados para os

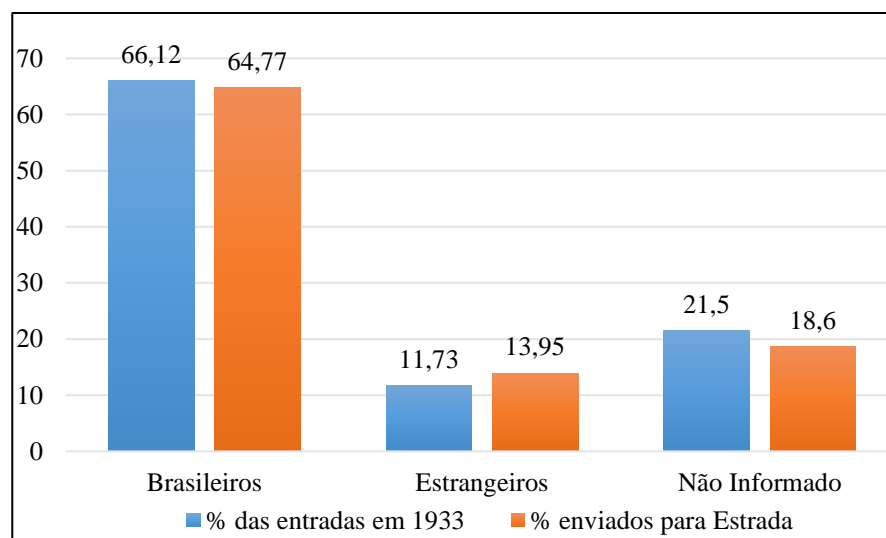
⁴⁰⁷ *Oficio n.º 29*, 12-03-1933, Ubatuba, do comandante da escolta para o diretor do Presídio Político da Ilha dos Porocs (CHASTAN, 1978, p. 45-46).

⁴⁰⁸ *Oficio*, 03-04-1943, do chefe de polícia de São Paulo, João Carneiro da Fonte, para o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, pront. n.º 69.824, “Portugal de Souza Pacheco”, DEOPS/APESP.

trabalhos forçados na construção de estradas de rodagem. A partir desse recorte foi possível, parcialmente, desagregar os dados e compará-los com o perfil das entradas daquele período.

Na maioria das categorias as proporções se mantêm de certa forma estáveis. A proporção de brasileiros, solteiros e profissão, por exemplo, permanecem nos mesmos patamares.

Gráfico 4 - Comparativo proporcional entre entradas e enviados para a estrada, recorte pela nacionalidade

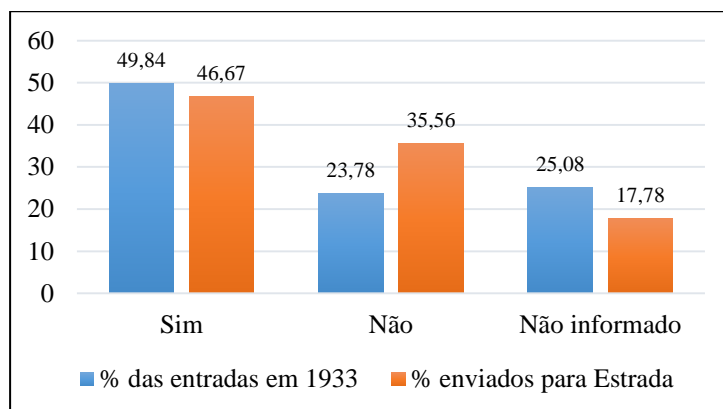


Fonte: Gráfico elaborada pelo autor a partir do *livro de registros*, PEIA.

Em algumas categorias as ordens não apenas se mantêm, mas como são acentuadas as diferenças. Se nas entradas de 1933, 55% não apresentavam informação sobre a “pena”, no recorte daqueles que foram enviados para a estrada 75,56% não tinha a “pena” estipulada ou não foi informada. Em relação ao estado civil, 57,65% dos indivíduos que deram entrada possuem informação de serem solteiros, enquanto aqueles que foram para estrada correspondiam a 64,44%. E para citar mais um exemplo, 65,68% das entradas eram de indivíduos enviados pelas delegacias da capital, mas este percentual para os trabalhadores da estrada sobe para 80%.

Há também uma situação em que a diferença diminui, apesar das ordens estarem mantidas. Em relação a “Sabe ler e escrever?”, se 23,78% eram aqueles que não sabiam sequer assinar o nome, enquanto 49,84% se enquadravam no “sim”, daqueles enviados para a estrada o “não” sobe quase doze pontos percentuais, chegando a 35,56% - dos 37 que possuíam esta informação de matrícula, 16 não sabiam ler e escrever.

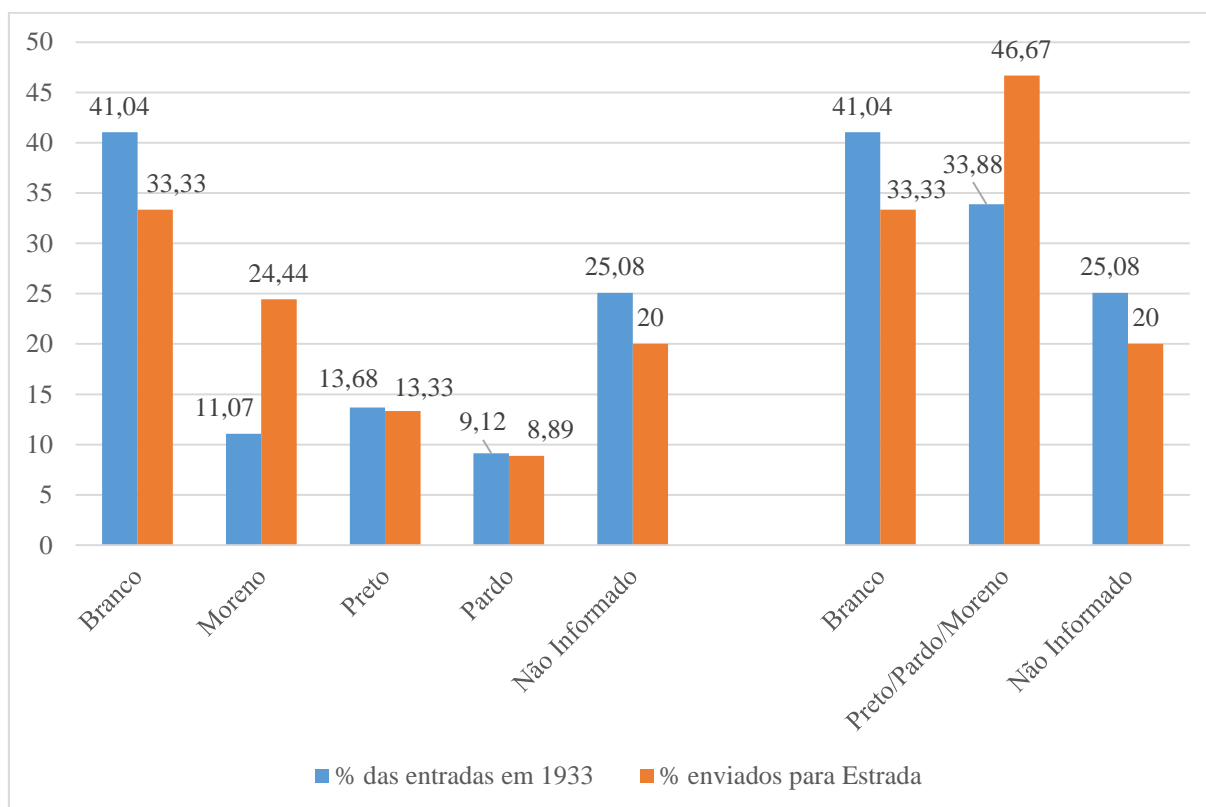
Gráfico 5 - Comparativo proporcional entre entradas e enviados para a estrada, recorte pelo "Sabe ler e escrever?"



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir do *livro de registros*, PEIA.

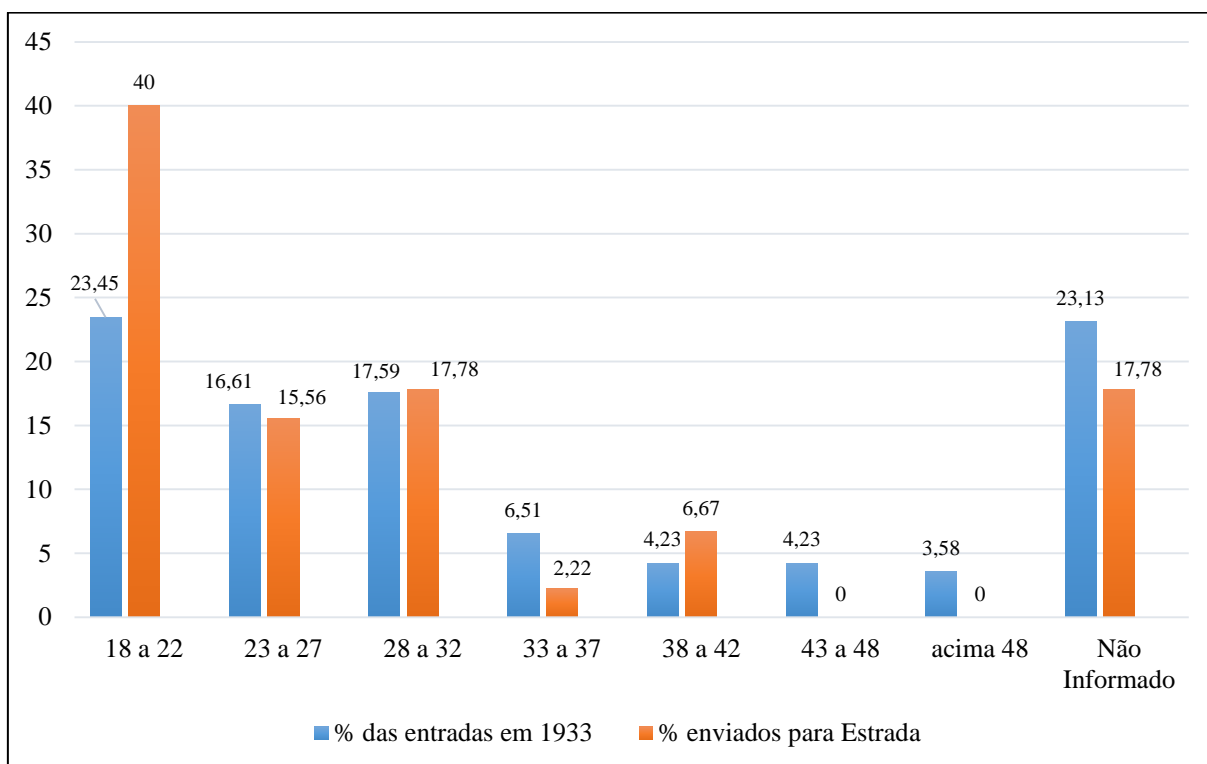
Mas há algumas categorias em que as ordens não se mantem na mesma sequência, quando comparadas com o perfil total de entradas naquele ano, ou que apresentam maior mudança: é a questão da “côr” e da idade. Vejamos:

Gráfico 6 - Comparativo proporcional entre entradas e enviados para a estrada, recorte pela “côr”



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir do *livro de registros*, PEIA.

Gráfico 7 - Comparativo proporcional entre entradas e enviados para a estrada, recorte pela “edad”



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir do *livro de registros*, PEIA.

Se pelos dados disponíveis temos que 41,04% das entradas no presídio eram de “branco”, enquanto “preto”/“pardo”/“moreno” correspondiam a 33,88%, o recorte muda no perfil dos enviados para os trabalhos na serra: “branco” cai para de 41% para 33,33%, enquanto “preto/pardo/moreno” passa a ser maioria e de 33% passa a representar 46,47% da força de trabalho.

Um outro destaque é a idade. Nenhum dos quarenta e cinco indivíduos possuíam mais de 42 anos de idade e se 23,45% das entradas corresponderam a jovens entre 18 a 22 anos, essa mesma camada representou 40% dos enviados para as obras nas estradas de rodagem.

Portanto, é possível tatear melhor a partir dos dados parciais disponíveis a hipótese na qual os trabalhadores da estrada possuíam de forma mais presente os marcadores de “côr” com a presença majoritária de “preto”/“moreno”/“pardo”, a presença majoritária de jovens até 27 anos e principalmente até os 22 e, por fim, uma maior presença daqueles que não sabiam nem ler e escrever, ou seja, não assinavam o próprio nome. Por um lado, principalmente se fosse por determinação da direção do presídio quem era enviado ou não, demonstra um racismo institucional na seleção dos corpos e quais deveriam praticar o trabalho forçado; por outro lado, que não exclui o primeiro, se de fato havia livre arbítrio para que os brasileiros e imigrantes se

voluntariassem ao serviço, isso traz a hipótese de que, mesmo dentro de um recorte de “vadios”, “vagabundos” e “gatunos”, todos inseridos nas classes econômicas mais baixas da sociedade paulista, a esperança de receberem algum valor pelo dia de trabalho, tal como era noticiado, poderia ser algum fator que fosse mais sensível justamente àqueles situados ainda mais abaixo na escala de desigualdades sociais, depreciação econômica e racismo. Entretanto, ao contrário do pecúlio que foi pago na década de 1940, não há indícios documentais que eles foram pagos na década de 1930.

4.5 Segue a repressão em Santos (1932-1933)

As trajetórias de outros santistas presos na Ilha dos Porcos em 1933 têm histórico que nos levam de volta ao ano anterior. Maio de 1932 foi um mês conturbado no estado de São Paulo, com greves na capital, no interior e no litoral. No dia 23, na Praça da República da capital, cerca de 300 pessoas tentaram invadir a sede do Partido Popular Populista, braço partidário da Legião Revolucionária, ocasionando troca de tiros e explosão de granadas, resultando na morte de quatro indivíduos (“MMDC”), acelerando o processo de rompimento entre o estado paulista e o “Governo Provisório”. Naquele mesmo dia, os mesmos “manifestantes” tentaram atacar a sede do Club 3 de Outubro, instalado no prédio Martinelli, “porém como ali se encontrasse o General Isidoro Dias Lopes, nada fizeram”⁴⁰⁹.

Nem mesmo com o processo de constituição da nova secretaria formada aquele dia pelo interventor Pedro de Toledo, que levaria os desdobramentos do evento até as últimas consequências em prol do objetivo de ser convocada uma constituinte, arrefeceram as atividades da polícia com a repressão aos movimentos grevistas, a vigilância sobre os sindicatos e a detenção contínua de operários para averiguação. Como mencionado em tópico anterior, no dia 25 de maio, em Santos, a polícia havia conseguido provas materiais de propaganda comunista de João Freire de Oliveira, na “ batida feita ao centro comunista da Rua João Alfredo, nº 307”, apesar dele já estar preso no Presídio Político da Ilha dos Porcos treze dias antes.

⁴⁰⁹ Em junho de 1932, Francisco Assis de Carvalho Franco, delegado de Segurança Pessoal e respondendo pela chefia do GI, encaminhou ofício ao comando da 2ª RM para que fosse fornecida a relação de pessoas que estavam na sede do partido para que fossem ouvidas no inquérito. Mas o ofício foi devolvido ao final do mês, sem a relação, e Carvalho Franco não deu sequência aos autos. Paralisados por mais de duas décadas, o juiz acabou por dar por “prescrita e extinta a presente ação penal, arquivando-se os autos”, em 07-12-1954. Esse fato faz pensar o papel do delegado Carvalho Franco que, mesmo não resolvendo um caso histórico e relevante, assumiu em 1933 a chefia do GI. Ver “Autos de Inquérito Policial sobre as ocorrências verificadas na Praça da Republica, por volta das 23 horas de hoje”, 23-05-1932, Repartição Central de Policia. Disponível em: <<https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=51441>>. Acesso em 15 fev. 2020.

Pouco mais de um mês depois, em 2 de julho, sábado, uma semana antes do início da guerra civil-militar paulista, uma nova “batida” foi realizada na rua João Alfredo nº 307” e, paralelamente, ocorreu a detenção de quatro pessoas às 13 horas da tarde: Camillo Preé⁴¹⁰, João Antonio de Barros Valente, Julio Pereira e Ulisses Gonçalves. Paralelamente porque eles não estavam no local da “batida”, como dá a entender o documento policial. A Rua João Alfredo localiza-se no bairro do Macuco, na zona portuária, e três “comunistas” enviados para a Ilha dos Porcos possuem relação direta com o local. No auto de apreensão, o comissário menciona como sendo “habitação coletiva”⁴¹¹; em uma comunicação de um “reservado”⁴¹², o nome “João Valente” consta como membro ativo no “Comité Central do Partido Comunista em S. Paulo” e “residente á João Alfredo, 307”⁴¹³; em outro documento, provavelmente uma nota de aviso interna, é informada que a apreensão foi “em um barracão nos fundos do prédio da Rua Conselheiro João Alfredo, residencia de João Antonio de Barros Valente”⁴¹⁴. Seja como for, nenhum dos nomes encontrados e relacionados no auto de apreensão citavam Julio ou Camillo.

No começo da noite daquele mesmo dia tiveram início os interrogatórios que resultariam nos respectivos Termo de Declarações⁴¹⁵. Júlio Pereira, “evadido do presidio da Ilha Grande, no Rio”, considerado pela polícia santista como “emissário especial do Partido Comunista de S. Paulo junto às células de Santos”⁴¹⁶, foi o primeiro, às 19 horas. Em depoimento ao comissário Raimundo Alvaro de Menezes, Júlio, de “cútiis parda clara”, 25 anos e pintor, negou ser comunista. Informou que era de Vitória, que havia passado por Campos/RJ

⁴¹⁰ Esta é a grafia do nome tal como ele próprio assina, com dois “L” e acento no segundo “e”, diferente da grafia das autoridades policiais.

⁴¹¹ *Auto de Apreensão*, ofício nº 1.827, 02-04-1932, do comissário da Delegacia Regional de Santos, Raimundo Alvaro de Menezes, ao delegado de Ordem Política e Social, prontuário n.º 2.171, “Julio Pereira”, DEOPS/APESP.

⁴¹² Dentre os “secretas” ou “reservados” vistos durante esta pesquisa estão: “João de Moraes”, “Juvenal de Almeida”, “Rubens de Almeida”, “Mario de Souza” (que também provavelmente assina “M. de S.”), “Guarany” e “F.6”. Segundo Marcos Tarcisio Florindo (2000, p. 91), Mário de Souza era dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Light e que, entre 1931 e 1933, atuaram na Federação Operaria de São Paulo (FOSP) os reservados “GA” e Antônio Ribeiro, e que na União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), atuaram “Juvenal de Almeida” e “SX 1”.

⁴¹³ *Comunicação interna* “de um reservado” ao delegado de Ordem Social, pront. nº 561, vol. 1, “Delegacia Regional de Santos”, DEOPS/APESP.

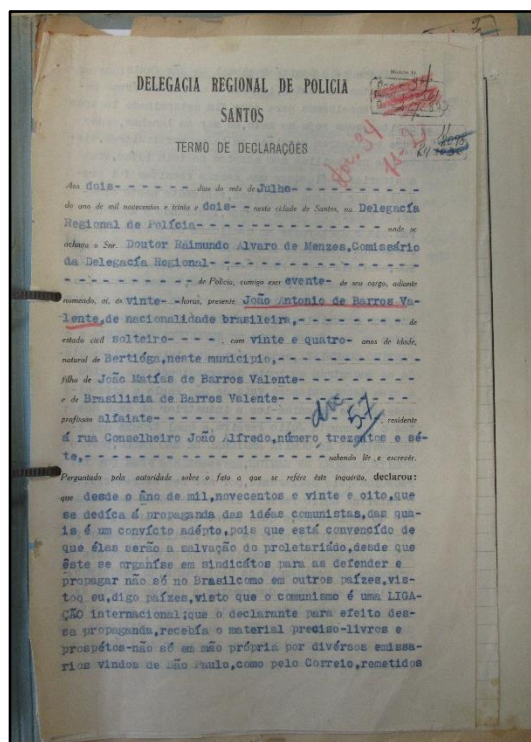
⁴¹⁴ *Comunicação interna* “A copia da photographia”, doc. 49, pront. nº 0561, vol. 1, “Delegacia Regional de Santos”, DEOPS/APESP.

⁴¹⁵ Sobre este documento faço um apontamento metodológico importante feito por Maria Luiza Tucci Carneiro: “Nem mesmo nos *termos de declarações* temos a oportunidade de contar com um registro condizente com a realidade” E em nota: “Documento policial redigido a partir das declarações pessoais do “suspeito” ou de testemunhas que eram convocadas para depor sobre determinado fato. Submetido a um inquérito oral (registrado por um escrivão segundo parâmetros formais), o declarante procurava dissimular suas respostas evitando comprometimento com a causa em questão. Muitas vezes, percebemos que o inquerido era induzido a dar nomes ou confirmar fatos em consequência da formulação da pergunta. Assim, é de atentar aos grifos (em lápis azul ou vermelho) e às anotações manuscritas efetuadas *à posteriori* junto aos termos de declarações produzidos pela polícia” (CARNEIRO, 2014, p. 18, *italico no original*).

⁴¹⁶ *Ofício n.º 1.827, 02-04-1932*, do comissário da Delegacia Regional de Santos, Raimundo Alvaro de Menezes, ao delegado de Ordem Política e Social, pront. nº 2.171, “Julio Pereira”, DEOPS/APESP.

e estava estabelecido em São Paulo, onde sua esposa era tecelã na fábrica Matarazzo, na Penha. Por estar desempregado, quatro dias antes da prisão, em 28 de junho, foi para Santos em busca de emprego, indo até a sede da União Beneficente dos Trabalhadores em Construção Civil, na Rua Senador Feijó, n.º 48. Lá teve contato “com um tal de Camílo, que lhe prometeu, bem como outros companheiros deste, de arranjar trabalho para o declarante [...] a troco da entrada para o sindicato que êles fazem parte”. Mas afirma também que “quanto a idéas comunistas, o declarante não ouviu delas tratarem em sua presença [...] que o declarante jamais professou tal crédo e nunca quem quer que fosse êle falou a respeito de comunismo”. E termina o depoimento informando que “às treze e meia horas, o declarante achava-se em companhia do citado Camílo e de um outro individuo cujo nome ignora, num botequim da rua Itororó, quando foi convidado a comparecer a esta Delegacia para prestar esclarecimento”⁴¹⁷. Apesar de Júlio ter negado “professar” o comunismo, consta de forma definitiva no relatório policial que o “Pintorzinho”, atendido pelo codinome “Pedro”, era “communista audaz” e que, “dada á sua pouca inteligência, é occupado em serviços de ligações entre cellulas e no trabalho de agitação”⁴¹⁸. “O Julio e um communista muito perigoso”, escreveu um agente policial⁴¹⁹.

Figura 24 - Termo de Declarações de João Antonio de Barros Valente



Fonte: Pront. n.º 2.098, DEOPS/APESP.

⁴¹⁷ *Termo de Declarações*, 02-07-1932, pront. n.º 2.171, “Julio Pereira”, DEOPS/APESP.

⁴¹⁸ *Nota de “Communista”*, pront. n.º 2.171, “Julio Pereira”, DEOPS/APESP.

⁴¹⁹ *Comunicação interna*, provavelmente de um “reservado”, sem data, pront. n.º 2.171, “Julio Pereira”, DEOPS/APESP.

Às 20 horas foi a vez de Camillo Preé. Natural de Santos, com 23 anos e classificado como “ ‘garçom’ ”⁴²⁰, há dois meses estava “descolocado” do mercado de trabalho. Embora frequentador habitual das assembleias da União Beneficente dos Trabalhadores em Construção Civil porque “apreciava as conversações”, declarou não ser associado ao sindicato de sua classe, “Empregados em Hoteis Bars, Restaurantes e Similares” porque não concordava com a ação da diretoria, “visto ser uma sociedade beneficente e propugnadora do interesse dos proletários, nenhuma auxilio ou beneficio proporcionava aos seus associados”. Afirmou ainda que “não póde dizer-se um comunista convicto enquanto ainda não se convenceu da utilidade das idéas na prática; que, entretanto, dedica-se ao estudo desse crédo e, pelas vantagens que o mesmo oferece ao proletariado, julga-o digno de ser propagado [...] e só depois de bem conhece-lo [...] é que, então, resolverá fazer ou não a propaganda do mesmo junto com seus companheiros”.

Também às 20 horas, João Antonio de Barros Valente, de “cutis morena”, alfaiate e com 24 anos, prestou depoimento, que caminhou de forma diferente e satisfatória – para a polícia, provavelmente após “desbaratiná-lo”, já que o os relatos confirmados e informados por João são muitos e diferem de outros termos de declaração. Afirmou que desde 1928 se dedicava a propaganda comunista, “das quais é um convicto adepto, pois que está convencido de que elas serão a salvação do proletariado, desde que este se organize em sindicatos”. Declarou ainda que era secretário da “Juventude Comunista do Brasil – Seção da Zona de Santos”, que “o numero aproximado dos adeptos comunistas nesta cidade é de sessenta”, que o material de propaganda vinha do Comitê Regional de São Paulo pelo correio e que, “veio de São Paulo afim de organisá-los e industriar os seus adeptos o comunista Julio Pereira”. Ainda, sobre o material apreendido em sua residência, tais como bandeiras, livros, fichas de filiados e documentos, “reconhece como sendo os de que se utilizava, bem como seus companheiros, para propagar as idéas comunistas”⁴²¹.

⁴²⁰ Na contracapa do prontuário de Camilo, no campo “Profissão”, garçom vem grafado entre aspas – pront. n.º 2.099, “Camilo Pree”, DEOPS/APESP.

⁴²¹ *Termo de Declarações*, 02-07-1932, pront. n.º 2.098, “João Antonio de Barros Valente”, DEOPS/APESP.

Figura 25 - Foto de João Antonio de Barros Valente



Fonte: Pront. n.º 2.098, DEOPS/APESP.

O depoimento anterior provavelmente foi fundamental para que a Delegacia Regional de Santos enviasse os detidos para a capital e acusando-os de propagandistas “das idéas do credo de Moscow, sendo membros em evidencia do Partido Comunista e da Juventude Comunista”. O comissário ainda mencionou que seguia junto o “auto de apreensão de material encontrado em poder delles”⁴²², ligando diretamente a materialidade da prova aos suspeitos – por mais que nada houvesse sido de fato apreendido em posse deles, no bar da Rua Itororó. No dia 4 de julho, segunda-feira, todos foram “identificados” pelo Serviço de Identificação no Gabinete de Investigações, recebendo a guia da Delegacia de Ordem Política e Social com a nota “averiguações de comunista”.

Tabela 14 - Datas de “averiguação de comunista” encontradas para Julio, Camilo e João (1932)

JULIO	CAMILO	JOÃO VALENTE
04-07-1932	04-07-1932	04-07-1932
—	—	03-08-1932
—	15-10-1932	15-10-1932

Fonte: Identificação de dados e tabelas pelo autor, a partir dos prontuários DEOPS/APESP.

Não há documentos no prontuário de Julio que indiquem o que aconteceu. Talvez tenha sido enviado ao Espirito Santo ou ao Rio de Janeiro. Já Camilo e João, “conhecidos comunistas e elementos nocivos á ordem publica” foram detidos pouco tempo depois e novamente enviados para São Paulo em 13 de outubro, quatro dias após o fim da guerra de 1932⁴²³. No dia 15 de outubro, após serem “identificados” foram transferidos da carceragem do

⁴²² *Oficio n.º 1.827*, 02-04-1932, do comissário da Delegacia Regional de Santos, Raimundo Alvaro de Menezes, ao delegado de Ordem Política e Social, pront. n.º 2.098, “João Antonio de Barros Valente”, DEOPS/APESP.

⁴²³ *Oficio n.º 2.294*, 13-10-1932, do delegado regional de Santos ao delegado de Ordem Social, pront. n.º 2.099, “Camilo Pree”, DEOPS/APESP.

Gabinete de Investigações⁴²⁴ para o Presídio Político da Liberdade, “afim de permanecer recolhidos nesse Presidio, á disposição desta Delegacia”⁴²⁵.

Figura 26 - Rua da Liberdade, 1937 – bonde para Villa Mariana



Fonte: Instituto Moreira Salles (IMS), coleção e fotografia de Claude Lévi-Strauss, imagem 003LS038.

Não é possível saber quanto tempo João ficou preso, mas é possível saber que Camillo não permaneceu mais que três meses detido. Isso porque na madrugada do dia 16 para o dia 17 de janeiro de 1933, por volta de meia noite, o “garçom” foi novamente detido, novamente em um bar e enquanto jogava xadrez:

[...] em meados do mez de Janeiro de 1933, ás vinte e quatro horas do dia 16 ou 17, achava-se no “Bar e Restaurant Estrella”, em Santos, onde fora tomar refeição, quando foi detido por inspectores da polícia; que no momento em que foi detido, estava jogando xadrez em companhia de um desconhecido, no referido Bar; que, sabe que o motivo da sua prisão se prende á propaganda do comunismo, o que, entretanto, não é verdade, pois não faz parte do Partido Communista e nem de organização que tenha relação com esse Partido; que, tem se limitado em sympathisar-se com as ideias de reivindicações, pleiteadas pelo “Centro Internacional” de Santos, e, ao qual pertence; que, attribue as diversas prisões que tem sofrido, ao facto de ter tomado parte em diversas greves de garçons [...]⁴²⁶.

Desta vez o procedimento foi diferente. Detido na terça-feira, dia 17, quatro dias depois o delegado regional comunicou o diretor do Presídio Político da Ilha Anchieta que

⁴²⁴ *Comunicação interna*, 15-10-1932, do delegado de Ordem Social ao carcereiro do GI, pront. n.º 2.099, “Camilo Pree”, DEOPS/APESP.

⁴²⁵ *Comunicação interna*, 15-10-1932, do delegado de Ordem Social ao “Tte. Director do Presidio Politico da Liberdade”, pront. n.º 2.099, “Camilo Pree”, DEOPS/APESP.

⁴²⁶ *Termo de Declarações*, 12-06-1933, depoimento dado ao delegado de Ordem Social, Amando Soares Caiuby, pront. n.º 2.099, “Camilo Pree”, DEOPS/APESP.

encaminharia nova escolta com doze transferidos – entre eles, encaminhado por iniciativa da própria Regional e não pela DOPS, Camillo Préé⁴²⁷. Em 22 de janeiro desembarcou na enseada da ilha, sendo um dos primeiros detidos por atividade política a ir para a ilha no ano de 1933⁴²⁸. Ainda, é importante mencionar que, ao contrário dos demais “malandros”, “vadios” e “punguistas”, a prisão e transferência de Camillo não foram noticiadas – ou não foram encontrados registros⁴²⁹.

Figura 27 - Entrada de Camilo Préé

NOME	ENTRADA			Artigo	Juz. Crim. Voto	PRONUNCIA			Destino	JULGAMENTO	RECURSOS	LOCAL DO DELITO	Comportamento	SAÍDA			Posteado	OBSERVAÇÕES
	Di	Me	Ano			Di	Me	Ano						Di	Me	Ano		
Carlos de Souza "Mussa"	14	Jan	1933	Art. 101	212.101					Sellão - 28 anos Sergente - Branco Sellão								Art. 101 - 101. Para selção com 28 anos, tendo sido a 21.1.33, com registro de matrícula 116 de janeiro 33, com matrícula neste presídio. Homem de 1.70 m, 60 kg, cabelo preto, olhos castanhos.
Camilo Lajolha	23	Jan	1933	Art. 101	212.101					Sellão - 28 anos Sergente - Branco Sua profissão								Sua profissão - 28 anos, branco, cabelo preto, olhos castanhos.
Estanislau Romão	28	Jan	1933	Art. 101	212.101					Sellão - 28 anos Sergente - Branco Sua profissão								Sua profissão - 28 anos, branco, cabelo preto, olhos castanhos.
Camilo Préé	22	Jan	1933	Art. 101	212.101					Sellão - 28 anos Sergente - Branco Sua profissão								Sua profissão - 28 anos, branco, cabelo preto, olhos castanhos.

Fonte: Livro de registros, PEIA

Camillo permaneceu 135 dias na Ilha dos Porcos, com saída a 06-06-1933, mesmo dia em que um novo delegado assumiu a regional de Santos. Em sua anotação de matrícula aparece que era santista, 25 anos, branco, cozinheiro e que possuía instrução. As informações contidas no livro de registro merecem muito cuidado em sua observação e é fundamental cruzá-las com outras fontes. As únicas informações mais precisas são as datas de entrada, saída, os números de registro geral anotados e as anotações no campo “Observações”. Os nomes grafados errados eram corriqueiros, fosse por uma cadeia de ofícios provenientes das instituições que o produziam ou deliberadamente informado errado pelo identificado; a idade em muitos casos apresentam variações de um a dois anos; a “cúrtis” provavelmente dependia do agente policial, ao contrário da “declarada” idade, acontecendo, por exemplo de um mesmo sujeito, em entradas distintas, ser classificado como “pardo” em uma e “moreno” em outra; a profissão também traz desafios, como no caso de Camillo, que apesar de seu último emprego ter sido o de garçom, estava desempregado e teve a anotação de “cozinheiro”. Vejamos o exemplo da idade:

⁴²⁷ *Ofício n.º 167*, 21-01-1933, do delegado regional de Santos, “José Ulysses Luna”, para o diretor do presídio da Ilha dos Porcos, caixa 518, Acadepol/APESP.

⁴²⁸ *Livro de matrícula*, PEIA.

⁴²⁹ Em pesquisa feita na consulta da Hemeroteca Digital Brasileira, filtrando a busca para São Paulo no período de 1930-1939. Ainda, os jornais do *Correio de S. Paulo* de 16 de janeiro a 6 de fevereiro foram lidos e não há menção a Camillo – destaque também que o jornal do dia 22 de janeiro não se encontra disponível na base de dados.

Tabela 15 - Idades de Camillo Preé

DOCUMENTO	DATA	IDADE
Contracapa prontuário		26
Termo de Declarações	02-07-1932	23
Livro de matrícula	22-01-1933	25
Termo de Declarações	12-06-1933	26

Fonte: Identificação e tabela pelo autor, a partir de prontuário DEOPS e arquivo PEIA.

Quatro dias após sair da Ilha dos Porcos, Camillo foi enviado novamente a Delegacia de Ordem Social, “procedente do Presidio Politico da Ilha dos Porcos, onde cumpriu a pena de reclusão que lhe fôra imposta por essa Delegacia”⁴³⁰. Detido na carceragem do Gabinete de Investigações passou por novo interrogatório no dia 12 de junho, sob ordem da Delegacia de Ordem Social. No mesmo dia foi posto “á disposição” da Delegacia de Vigilância e Capturas: mas não era com o intuito de remetê-lo novamente a Santos, mas para que aquela delegacia pudesse “verificar se existe contra o mesmo algum mandado de captura”⁴³¹. Três dias depois, um dos delegados escreveu: “passo novamente á vossa disposição o preso Camilo Pree, contra quem não existe mandado de prisão nesta Delegacia”⁴³². Não há mais informações sobre Camillo em seu prontuário ou nos ofícios de Santos, mas seu nome é citado em outubro de 1934, constando como participante de um comício do Comitê Anti-Guerreiro, realizado na Liga Lombarda⁴³³.

Figura 28 - Foto de Olivaes Fontoura da Silva



Fonte: Pront. n.º 1.918, DEOPS/APESP.

⁴³⁰ *Ofício n.º 1.256*, 10-06-1933, do delegado regional de Santos, Eduardo Tavares do Carmo, para o delegado de Ordem Social, pront. n.º 2.099, “Camilo Pree”, DEOPS/APESP.

⁴³¹ *Comunicação interna*, 12-06-1933, do delegado de Ordem Social ao delegado de Vigilância e Capturas, pront. n.º 2.099, “Camilo Pree”, DEOPS/APESP.

⁴³² *Comunicação interna*, 15-06-1933, assinatura ilegível de alguém respondendo pelo delegado de Vigilância e Capturas, ao delegado de Ordem Social, pront. n.º 2.099, “Camilo Pree”, DEOPS/APESP.

⁴³³ Participaram dessa reunião: Ozório César, Noé Gertel, Raphael Monteaperto, Ernesto de Moura e outros, que aparecerão no próximo capítulo. TSN/Arquivo Nacional, *Apelação n.º 94*, Ozório Thaumaturgo César, BR RJANRIO C8.0.APL.92, v.2, p. 154.

Há um outro morador de Santos com passagem pela ilha, detido por atividades políticas e que possui também sua particularidade em termos de anotações no prontuário. Olivaes Fontoura da Silva, ao mesmo tempo que foi preso como “agitador” e “comunista”, foi também portador de ofício da Legião Negra, defendendo a causa “constitucionalista” e a conscrição de voluntários para a guerra. Mas também era destacado pela polícia por ter sido acusado de furto e por ser “ladrão”⁴³⁴, proporcionando a junção dos discursos contra “agitadores” e “ladrões” em uma pessoa só.

Olivaes, gaúcho de “cútis parda”, foi detido algumas vezes como “agitador” quando distribuía boletins políticos da classe de padeiros, o que talvez tenha levado a constar a profissão de “padeiro” em seu prontuário. Em seu depoimento, em uma terça-feira às três horas da tarde de 23 de agosto de 1932, foi confrontado com denúncias de recorte jornais que o classificavam como “agitador que pretendia fomentar uma greve na Sociedade Beneficente dos Trabalhadores de Padarias” (*Gazeta de S. Paulo*, 29-10-1929), “passador do conto da mula” e “larápio” (*Estado de São Paulo*, 21-08-1931), respondendo ao comissário de Santos que todas elas “são inverídicas” e que “não tem visos de verdade”. O “actor”, profissão declarada no Termo de Declarações, apesar de negar a acusação de “agitador”, declarou que “veio a esta cidade com o fim exclusivo de reorganizar a classe dos trabalhadores em Padarias”. Que um dos livros apreendidos em sua posse, “Programa comunista”, com dedicatória do “Centro Comunista de Santos” a “dr. Heitor de Moraes”, “pertencia ao comunista João Freire de Oliveira”, apesar constar o nome “Olivaes Silva” escrito a lápis na primeira página – tal como o outro, “A acção sindicalista”. No mesmo sentido caminha o final do depoimento:

Que o declarante tem sido fartas vezes acusado de agitador, entretanto, o que ele apenas tem procurado conseguir com seu esforço é o bem estar das classes operarias, reorganizando-as; que o declarante sabe que sobre êle pês a acusação de procurar incentivar o comunismo por meios operarios, mediante agitações e grèves, entretanto, esta acusação é ainda uma falsidade e uma injustiça [...] ultimamente tem procurado agir por outra fôrma, oferecendo-se até, ha bem pouco, para angariar voluntarios que defendessem a causa de São Paulo [...] portador de um ofício do tenente Arlindo, comandante da Legião Negra, em S. Paulo, para o tenente Magalhães, nesta cidade.⁴³⁵

Algumas vezes o depoente nega todas as acusações, enquanto em outras, como a de João Barros, há uma confissão total. No caso de Olivaes, talvez por ter sido apreendido material em sua posse e com seu nome, há uma tentativa de um meio caminho, tal como foi com Camillo, sem admitir fazer parte de qualquer organização política, mas justificando o porquê de suas

⁴³⁴ Porém, até o momento não há indício que Olivaes tenha sido, de fato, julgado e condenado por juiz.

⁴³⁵ *Termo de Declarações*, 23-08-1932, depoimento dado ao comissário da Delegacia Regional de Santos, Raimundo Alvaro de Menezes, pront. n.º 1.918, “Olivaes Fontoura da Silva”, DEOPS/APESP.

atividades, reforçando no depoimento que age pelo “bem estar”. O delegado, obviamente não convencido por Olivaes, no mesmo dia o encaminhou para São Paulo:

Olivaes Silva conta varias passagens por esta Delegacia, as quais estão devidamente registradas em suas declarações, que inclúo, donde se deprende perfeitamente a sua atividade nociva e prejudicial, como elemento dissolvente nos meios operarios.⁴³⁶

Encaminhado em 8 de setembro para o Presídio Político da Liberdade⁴³⁷, o último documento de seu prontuário é uma singular nota, vinte dias depois de sua ida para o Liberdade:

INFORMAÇÃO.

OLIVAES FONTOURA DA SILVA, detido em Santos a 23-8-932, como elemento dissolvente nos meios operarios, é conhecido desta Delegacia. Além de contar elle com passagens pelo Gabinete de Investigações, como ladrão, foi preso por esta secção, durante a greve de Maio passado, quando procedia a agitação de massas, n'uma reunião de tecelões que haviam aderido ao movimento grevista.

Tem inclinação para o communismo.

O DELEGADO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL,

[segue assinatura, provavelmente do delegado Ignacio Costa Ferreira]

Porém, muitas coisas ainda aconteceram e tantas outras ficaram sem resposta na trajetória de Olivaes. É possível saber parte do que acontece com ele em 1933 por causa de ofícios de 1937: em fevereiro de 1933 foi transferido para um certo local no qual tentou “acometer contra sua existência”, noticiado pelo *A Gazeta* no dia 13:

[...] Á espera de ordem para seguir para Ilha dos Porcos [...] Ha dias, durante a noite, Olivaes fez um laço com o cinto amarrando-o á porta do xadrez, para se suicidar. O cinto não resistiu [...] Hontem de madrugada tentou aquelle detento novamente contra a vida, desta vez ingerindo creolina⁴³⁸.

Internado no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Santos no dia 17, conseguiu fugir⁴³⁹. No dia 20, já recapturado “quando passeava, calmamente, na Ponta da Praia”⁴⁴⁰, foi “remetido para o Presidio da Ilha dos Porcos”^{441 442}. Esta é a última informação de Olivaes em

⁴³⁶ *Ofício n.º 2.058*, 23-08-1932, do delegado regional de Santos, João Climaco Pereira, para o delegado de Ordem Política e Social, pront. n.º 1.918, “Olivaes Fontoura da Silva”, DEOPS/APESP.

⁴³⁷ *Comunicação interna*, 08-09-1932, do Delegado de Ordem Política e Social para o “Carcereiro da Policia Central”, pront. n.º 1.918, “Olivaes Fontoura da Silva”, DEOPS/APESP.

⁴³⁸ *A Gazeta*, 13-02-1933, n.º 8.127, p. 10, HDB/FBN. Interessante apontar as tentativas comuns de suicídio no Gabinete de Investigações e na Delegacia Regional de Santos através da ingestão da creolina.

⁴³⁹ *Ofício*, caixa 533, Acadepol/APESP.

⁴⁴⁰ *A Gazeta* (SP), 22-02-1933, n.º 8.135, p. 5, HDB/FBN;

⁴⁴¹ *Ofício n.º 460*, 21-02-1933, do delegado regional de Santos para o delegado de Vigilância e Capturas, caixa 518, Acadepol/APESP.

⁴⁴² Não é possível localizar a entrada de Olivais no livro de matrícula (PEIA). Apenas entradas com a letra “O” a partir de 1938 estão escritas, as páginas anteriores foram retiradas do livro. Ele também não aparece citado em nenhum radiotelegrama preservado do Presídio Político.

ambos os arquivos. Pelos jornais sabemos que tomou parte no “levante” de março de 1933, sendo enviado para o GI para prestar depoimento. É a última informação de Olivaes.

5 OS COMUNISTAS NO PRESÍDIO POLÍTICO DA ILHA DOS PORCOS E A REPRESSÃO DA DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL EM SÃO PAULO (1933)

Cadeia Publica de S. Paulo, 23/1/1934

Caro amigo Dr. **Galeão Coutinho**⁴⁴³

Do Presídio do Paraizo, com escalas pela Delegacia de Ordem Social, cheguei aqui hontem, em companhia ao amigo Mario Rodrigues.

Há dias, isto é, no principio deste mez vim da Ilha afim de ser posto em liberdade. Mas, devido aos acontecimentos que anormalizou a vida de S. Paulo, isto não foi feito. Agora devido a alguma novidade, que infelizmente não sei, fomos remetidos para a Cadeia Publica.

Por este motivo, resolvi escrever-te este não sabe o endereço do Sr. Mario Coutinho⁴⁴⁴ ou do **amigo Osvaldo**, afim de que alguns desses venha urgente aqui para ver o nosso caso e tomar as providencias jurídicas que o caso requer.

É necessário fazer uma vista nos papeis relativos do caso, de que nos articulam e buscar nos recursos da lei a defesa necessária.

Espero portanto que o amigo deixe por uns instantes seus innumerados affazeres, procurando as pessoas que acima referi e dizer-lhes tambem que mandem a minha companheira Wanda ou suas amigas Elza ou Luiza na próxima visita de quinta-feira, pois necessitamos de recursos monetários e outras coisas.

As visitas aqui são da seguinte maneira: Quintas-feiras e domingos, das 8 às 9 horas – Homens – Das 9 às 10 horas mulheres – Nos mesmos dias das 13 às 14 horas – homens – Das 14 às 15 horas – mulheres. De maneira que há inumeras possibilidades de nos visitar aqui

Você deve procurar na portaria pelos seguintes nomes: Roberto Morena e Mario Rodrigues – É preciso advertir que minha ficha constam os nomes de Vicente da Costa e Silva e Adalberto Rodrigues, mas aqui, como na policia dei o meu nome verdadeiro – Roberto Morena, como me inscrevi aqui – Xadrez 7.

Espero a visita o caro amigo e de minha companheira, que o amigo fará o favor de avisal-a. Uma ultima palavra. Como vae tua editora? Soube da sahida de um livro. Se fôr possível trazer-me esse livro eu agradeço muito.

Saudações effectuosas a todos os amigos e companheiros de trabalho.

Do amigo que muito te estima

Vicente [sublinhados no original, grifo meu]⁴⁴⁵

A repressão em São Paulo aparece no recorte dos documentos daqueles detidos e enviados para o Presídio Político da Ilha dos Porcos como sendo direcionada majoritariamente ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e à União dos Operários em Fabricas de Tecidos (UOFT). Para contar algumas das trajetórias individuais e os episódios relacionados às detenções no ano de 1933, este capítulo está dividido em tópicos a partir de linhas gerais observadas nas ações feitas pela Delegacia de Ordem Social, assim como pela ordem de

⁴⁴³ Segundo Carreri (2015), o jornalista e escritor Salisbury Galeão Coutinho nasceu em 1897 na atual Belo Horizonte/MG, mas foi registrado em Pádua/RJ. Iniciou seus trabalhos no jornal santista *A Tribuna* (1915) e foi membro da Academia Santista de Letras. Colaborou também em edições de *O Homem Livre* de Oswald de Andrade. Galeão Coutinho, ao final de 1933, foi eleito para a primeira diretoria da Associação Paulista de Imprensa (API), que contava também com Assis Chateaubriand – Disponível em: <<https://www.apisp.org.br/historia/>>, acesso em 12 jun. 2020.

⁴⁴⁴ Mário Coutinho, descrito como intelectual e advogado do Socorro Vermelho Internacional (*Diario Nacional*, 14-09-1932, n.º 1.568, p. 4).

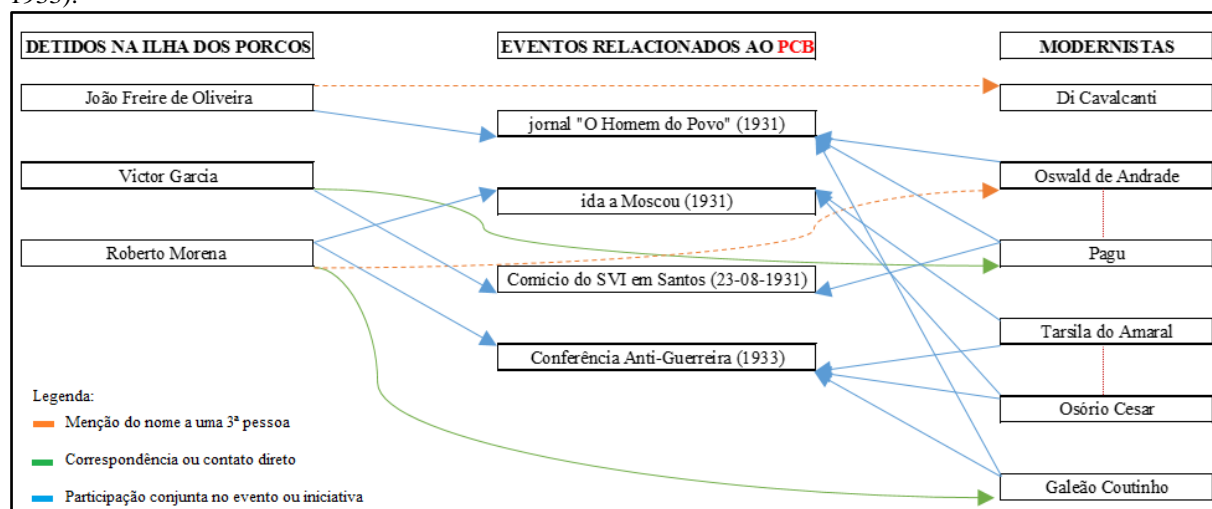
⁴⁴⁵ *Carta manuscrita*, 23-01-1934, pront. n.º 1.696, “Roberto Morena”, DEOPS/APESP.

matrícula na ilha⁴⁴⁶: a) o primeiro semestre de 1933 tem como um dos marcos a criação do Comitê de Frente Única Anti-Guerreira de São Paulo, em fevereiro daquele ano, que reuniu membros centrais do PCB, sindicatos, intelectuais e contou com representantes modernistas, em especial a presença constante de Tarsila do Amaral⁴⁴⁷ – os principais nomes do “Secretariado”, que compunham o Comitê Regional de São Paulo, foram detidos algumas vezes e, por fim, enviados para a Ilha dos Porcos em maio de 1933; b) em julho, marcando a repressão no segundo semestre, está o fechamento da “Escola de Capacitação Comunista”, tendo seus participantes sido enviados diretamente à Ilha dos Porcos em agosto; c) a repressão ao PCB e suas “células”, enviando outros militantes para a Ilha dos Porcos em outubro de 1933; d) em outubro de 1933 houve uma onda de detenções simultâneas que atingiram membros do PCB

⁴⁴⁶ Serão privilegiados nos excertos documentais expostos os trechos que, também, indicam o adjetivo dado ao detido político (“perigoso”, “agitador” etc.) e, principalmente, das ações policiais, como atividades com agentes reservados, detenções em momentos prévios de greve por questão de garantia da “ordem social” e “tranquilidade pública” e alguns excertos que apontam a prática da tortura (“confessar”, “declinar”, “desbaratar” etc.) na carceragem do Gabinete de Investigações, onde estava sediada a Delegacia de Ordem Social.

⁴⁴⁷ Em 1933, Tarsila estava em um relacionamento com Osório César e em meados de 1931 viajaram para Moscou (GOTLIB, 1998) – ano em que Roberto Morena também foi ao país soviético. Ainda, segundo Marly de Almeida Gomes Vianna, Luiz Carlos Prestes chegou a Moscou em 7 de novembro de 1931 (VIANNA, 2014). É importante pontuar que Osório foi apontado pela polícia como um dos dirigentes da “Frente Única Anti-Guerreira” junto ao mesmo Roberto Morena. Tal como apontando no capítulo anterior, assim como João Freire de Oliveira menciona Di Cavalcanti em uma carta pessoal, tendo o próprio João sido acusado de participar da impressão do jornal *O Homem do Povo*, idealizado por Oswald de Andrade, é importante mencionar que Galeão Coutinho, citado na carta de Roberto Morena, foi também colaborador do *O Homem do Povo* em 1931 (CARRERI, 2015, p. 138). Portanto, é possível que Roberto Morena tenha se referido a Oswald de Andrade, vez que, como informa Carreri (2015), Oswald e Pagú estavam filiados ao PCB desde 1931, assim como Tarsila do Amaral (FRACCARO, 2016). Abaixo um diagrama parcial sobre as conexões entre militantes do PCB que estiveram detidos na Ilha dos Porcos com alguns “modernistas”; na tabela abaixo não consta, por exemplo, a “Sociedade Amigos da Rússia” que teve início em 1931 e contou com a participação de Di Cavalcanti entre outros:

Diagrama parcial de conexões entre “modernistas” e militantes do PCB que foram para a Ilha dos Porcos (1931-1933):



Fonte: Elaborado pelo autor.

enviados pelo Comitê Central do Rio de Janeiro, membros de “células” de São Paulo e o secretário da UOFT.

Tabela 16 - Nomes de “communistas” e datas de entrada no Presídio Político da Ilha dos Porcos

DATA DE ENTRADA	NOME
1931	Victor Garcia (Santos)
12-05-1932	Victor Garcia (Santos)
	João Freire de Oliveira (Santos)
22-01-1933	Camilo Prée (Santos)
20-02-1933	Olivaes Fontoura da Silva (Santos)
07-05-1933	Adalpheu Silveira (detido em Santos e São Paulo)
	Estevam Lozano Carrasco
	Fernando Parra
	Roberto Morena
26-08-1933	Mario Rodrigues
	Eduardo Braz da Silva
	João Antonio Barros Valente
	João Pereira de Souza
	José Fonseca
	Marcello Jose de Campos
	Nery Zamara
Pedro Benis	
06-10-1933	Walter Fernandes Silva
	Alfredo Soares
	Juvenal Soares
05-11-1933	Santos Massafera Barros
	Alvaro José de Souza Abreu
	Angelo Moura
	Elviro Santos de Paula
	Henrique Covré
	José Fonseca
	Moyses Bernardo Drelichman
Pedro Benis	
25-11-1933	Adalpheu Silveira
	Estevam Lozano Carrasco
	Fernando Parra
	João Antonio Barros Valente
	Roberto Morena

Fonte: Identificação e tabela feita pelo autor a partir de prontuários (DEOPS/APESP), ofícios da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP) e livro de matrícula (PEIA).

5.1 “Comitê de Frente Única Anti-Guerreira de São Paulo” e o primeiro semestre de 1933⁴⁴⁸

Com tal pretexto de combate á guerra, fez-se uma propaganda ampla, como de ha muito não se fazia. Dezenas de elementos communistas conhecidos e de destacada actividade, alli acompareceram.⁴⁴⁹

⁴⁴⁸ Mencionado de diversas formas nos documentos policiais e jornais, este subtítulo segue o que consta em papel timbrado apreendido pela polícia em posse de Victor Garcia, a 03-10-1933 – pront. n.º 2.026, “Victor Garcia” ou “Carlos Brickman”, DEOPS/APESP.

⁴⁴⁹ *Informações Reservada*, 07-02-1933, “Reservado: Rubens de Almeida”, Delegacia de Ordem Social, pront. n.º 1.095, “Conferencia Anti-Guerreira”, DEOPS/APESP.

Largo São José do Belém, sobrado n.º 23, Belenzinho. Em 9 de fevereiro de 1933, quinta-feira, diversas lideranças se reuniram às 20 horas na sede da União dos Operários em Fabricas de Tecidos (UOFT) após divulgação do evento através em jornais e boletins⁴⁵⁰. Representantes do PCB, da Juventude Comunista (JC) e do Socorro Vermelho Internacional; representantes da Federação Syndical Regional⁴⁵¹, da União dos Trabalhadores Graphics (UTG), da União dos Empregados em Hotéis, do Sindicato dos Profissionais do Volante (USPV), da União dos Trabalhadores da Light⁴⁵² e outras associações estavam presentes para o lançamento do Comitê de Frente Única Anti-Guerreira, seção de São Paulo⁴⁵³, fundado em 5 de fevereiro de 1933⁴⁵⁴. Um relatório da Delegacia de Ordem Social, um mês depois, apontava:

Em um daqueles papéis da polícia em que dão estimativas quantitativas dos grupos investigados, afirmava que a UOFT representava 90 mil operários em São Paulo, muito acima da “União Syndical dos Profissionais de Volantes” com 30 mil e a “União dos Trabalhadores da Light”, com outros 6 mil⁴⁵⁵ - ou seja, praticamente 10% da população municipal. Na visão policial, apesar da recusa de “elementos anárquicos” tomarem parte da nova organização, pois “visa a defesa da URSS”, também reuniu duas frentes de pensamento divergentes, a corrente “trotskista”, composta por nomes como Aristides Lobo, Mario Dupont, Mario Pedrosa e outros da UTG, que estavam em processo de formação do Comitê Anti-Fascista, e a corrente majoritária, de orientação “stalinista” ou “marxismo-leninismo”, como Antonio Arlindo de Pinho (“Pinheiro”), Oscar Rodrigues da Silva (“Marinheiro”) e provavelmente um dos mais

⁴⁵⁰ Como retratado por Glucia Fraccaro (2016), a UOFT passava por eleições nesse período e a disputa era entre o então tecelão e militante anarquista desde as greves de 1917, José Righetti, contra militantes do PCB. A autora, partindo de uma importante troca de correspondências entre militantes comunistas e o Comitê Central (Arquivo Edgard Leuenroth - AEL/UNICAMP), de 20-01-1933, aponta que Righetti saiu vitorioso. Glucia ainda traz como referência que no dia 04 de fevereiro o jornal *A Plebe* convidava para reunião cujo tema seria a “demissão de toda Comissão Executiva”. Me parece então que através de alguma manobra política realizada nos primeiros dias de fevereiro os militantes comunistas conseguiram, de fato, trocar a Comissão Executiva.

⁴⁵¹ Considerada de orientação stalinista pela Delegacia de Ordem Social, a Federação Regional era ligada à Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB) e, esta por sua vez, à 3ª Internacional Comunista. A Federação Regional fazia oposição da Federação Operária de S. Paulo (FOSP), apesar de estarem dentro de um mesmo polo ideológico – *Informações reservadas*, 08-04-1933, doc. 19, pront. n.º 1.696, “Vicente da Costa e Silva”, DEOPS/APESP.

⁴⁵² Esta união sindical era ligada a Federação Operária de S. Paulo (FOSP) e segundo a polícia Roberto Morena tinha por objetivo mudar a diretiva para que apoiassem a Federação Syndical Regional de S. Paulo. Outras associações ligadas a FOSP eram a “União dos Operários Metallurgicos” e a dos “vidreiros” – *Informações reservadas*, 03-03-1933, doc. 28, pront. n.º 1.696, “Roberto Morena”, DEOPS/APESP.

⁴⁵³ Ambos os grupos já estavam em conflitos discursivos, vez que a corrente stalinista, com a mudança desencadeada no PCB com o retorno de Luiz Carlos Prestes, era ainda mais crítica a todas as demais organizações de ideologia anarquista, marxista ou da social-democracia alemã – todos considerados “traidores” da causa operária. Com a expulsão dos trotskistas do partido, estes criaram a Liga Comunista Internacionalista (1934), enquanto outros atuaram no Partido Socialista Proletário Brasileiro (PSB; 1934-1937), considerado reformista.

⁴⁵⁴ *A Platéia*, “Fundou-se nesta capital um Comitê Anti-Guerreiro”, 07-02-1933, pront. n.º 1.095, “Conferencia Anti-Guerreira”, DEOPS/APESP.

⁴⁵⁵ *Informações reservadas*, 03-03-1933, pront. n.º 1.696, “Roberto Morena”, DEOPS/APESP.

importantes nomes do PCB em São Paulo, Roberto Morena, à época conhecido pela polícia política como “Vicente da Costa e Silva”. O comitê tinha por objetivo reunir diversas associações operárias, esportivas, intelectuais e promover a propaganda contra as “guerras imperialistas”⁴⁵⁶, sendo “Vicente da Costa Silva inegavelmente o organizador deste novo organismo do P.C.”, como afirmou um agente reservado da polícia política⁴⁵⁷.

Figura 29 - Foto de Roberto Morena⁴⁵⁸



Fonte: Instituto Cultural Roberto Morena, Centro de Educação e Memória – CEDEM/ UNESP.

⁴⁵⁶ Em diversos momentos de sua ilegalidade, frentes formadas por “comunistas” e simpatizantes se encontravam sob essas agremiações. Nos anos 1930, o comitê contra a guerra foi criado como forma de se combater as “guerras imperialistas”, como a iniciada no Chaco, entre Paraguai e Bolívia no ano de 1932, atuando também durante a guerra civil espanhola e durante a segunda guerra mundial. Naquela década também foi criado o comitê antifascista. Na década de 1950, com o PCB novamente na ilegalidade, foram formados o comitês pela paz, contra o armamento nuclear e outros, todos sob intensa vigilância do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).

⁴⁵⁷ *Informações Reservada*, 07-02-1933, “Reservado: Rubens de Almeida”, Delegacia de Ordem Social, pront. n.º 1.095, “Conferencia Anti-Guerreira”, DEOPS/APESP.

⁴⁵⁸ Roberto Morena (1902-1978) foi um personagem marcante na história política brasileira. Após sua passagem pelo Presídio da Ilha dos Porcos e seu exílio forçado no Uruguai em 1934, Roberto regressou ao Rio Grande do Sul em 1935, onde reorganizava o PCB até a “Intentona Comunista” (ALMEIDA, 1999). Em janeiro de 1936, já estava atuando novamente na São Paulo Railway (SPR), igual havia feito em 1932, e apesar dos informes “reservados”, conseguiu “evitar a ação da policia” (Pront. n.º 1.696, DEOPS/APESP). Enviado ao Rio de Janeiro para tentar organizar o partido após a “Intentona”, foi detido ao final de 1936, sendo libertado no episódio da “macedada” em 1937 (ALMEIDA, 1999). Com a guerra civil espanhola acontecendo, o comitê central do PCB deliberou, fazendo jus à posição antifascista, a conseguir voluntários militantes e militares comunistas para lutarem na Espanha, tendo Roberto atuado também como instrutor do Partido Comunista Espanhol (ALMEIDA, 1999). Enviado a Valência, sede das Brigadas Internacionais e principal porto de abastecimento da zona republicana, atuava no serviço burocrático e na organização dos refúgios antibombas (BATTIBUGLI, 2004). Em 1939, ao final da guerra em Alicante, Roberto conseguiu embarcar no último navio enquanto as tropas italianas sob comando de Franco entravam na cidade. Após o navio atracar em Oran, na Argélia, foi enviado ao campo de detenção em Boghar, de onde evadiu-se após duas tentativas, conseguindo chegar a URSS ainda naquele ano, trabalhando em uma fábrica de tratores em Tcheliabinsk, nos Urais (ALMEIDA, 1999). De volta a América do Sul, junto a outros comunistas atravessaram a fronteira e se dispuseram a ingressar na Força Expedicionária Brasileira (FEB), porém foram presos. Em 1945 tornou-se secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), mas com o governo Dutra (1946-1951) e a volta do PCB à ilegalidade, exilou-se em 1947 no México. Ao regressar, foi eleito deputado federal em 1950 pelo Distrito Federal através do Partido Republicano Trabalhista (PRT) e redator-chefe do *Gazeta Sindical*, continuou atuando na esfera sindical, participando de vários movimentos, associações e das greves gerais durante o governo de João Goulart (1961-1964). Com o golpe militar de março de 1964, Roberto teve seus direitos políticos suspensos pelo AI-1 e sua prisão preventiva decretada em 13-10-1964 (Pront. n.º 1.696, DEOPS/APESP), exilando-se no Uruguai (1964-1967), Chile (1973) e Tchecoslováquia (1973-1978), passando a representar o Brasil na Federação Sindical Mundial (AMARAL, 2013). Faleceu em 05-09-1978, em Praga, deixando pedido para que suas cinzas fossem sepultadas em solo brasileiro, o que só pôde ser concretizado após a anistia de junho de 1980.

De acordo com um relatório de três páginas sintetizando suas ações até a década de 1930⁴⁵⁹, Roberto Morena iniciou suas atividades políticas ainda em 1918, quando pertenceu a um grupo anarquista do Rio de Janeiro, do qual participaram José Oiticica, Affonso Scmidt, Octavio Brandão, Astrogildo Pereira e outros. Foi depois um dos organizadores de um grupo comunista entre 1921 e 1922, criadores também do Partido Comunista naquela mesma década. Destacando-se à frente da “Alliança dos Trabalhadores da Industria Mobiliaria”, o Comitê Central (CC) do PCB instruiu Roberto Morena a percorrer diversos estados em caravana, organizando sindicatos para a formação de uma federação sindical nacional. Destacando-se, foi representante em congressos internacionais na América do Sul com Mario Grazzini. Em 1930, atuando em São Paulo, chegou a ser preso por três meses na “Bastilha”, como era chamada a delegacia do Cambuci sob responsabilidade do delegado Laudelino de Abreu⁴⁶⁰. De volta ao Rio e após “varias prisões”, em 1931 o CC o enviou para nova caravana no sudeste e nordeste, sendo preso em Macéio e deportado com destino ao Rio de Janeiro, mas conseguiu fugir e percorreu da Bahia até Vitória em pequenos barcos, sendo novamente preso sob o nome “Adalberto Rodrigues” e novamente deportado, mas para a Bahia. Já em liberdade e ainda no nordeste, após alguns meses foi contatado pelo CC através de um agente de ligação do Rio de Janeiro, sendo Roberto Morena enviado para Moscou, onde participou do congresso do Socorro Vermelho Internacional. Na volta, passou por Montevidéu e desembarcou em Santos, “trazendo consigo importantes resoluções e credenciais, autorizado de varias incumbencias”. Retornando ao Brasil em 1932, foi operário na São Paulo Railway (SPR), trabalhando na seção de engenharia⁴⁶¹. “Com sua fácil expressão [em] captivar a sympathia dos grevistas daquela estrada de ferro, tornando-se, assim o orador official do Sindicato dos Ferroviarios, e dirigindo o movimento paredista que se verificou naquela Empresa de 2 a 27-5-1932”⁴⁶², foi novamente detido e “deportado para o Rio de Janeiro”, enviado para 4ª Delegacia Auxiliar e depois encarcerado na Colônia Correccional de Dois Rios (CCDR), na Ilha Grande. Libertado em dezembro, retornou a São Paulo, enviado pelo Comitê Central para reorganizar o partido e as células na capital paulista. Em 14 de janeiro de 1933, já estava novamente sob vigilância da Delegacia de Ordem Social, que registrou sua atividade numa

⁴⁵⁹ *Informações sobre a atividade de Vicente da Costa e Silva*, doc. 15, pront. 1.696, “Roberto Morena”, DEOPS/APESP.

⁴⁶⁰ *Termo de Declarações*, 10-02-1933, depoimento de Roberto Morena para o delegado de Ordem Política e Social, Alfredo de Assis, pront. n.º 1.696, “Roberto Morena”, DEOPS/APESP.

⁴⁶¹ *Ofício*, 13-05-1932, do “Comissario de Ordem Política e Social”, Lousada Rocha”, para o “Superintendente da S. Paulo Railway Co.”, pront. n.º 1.696, “Roberto Morena”, DEOPS/APESP.

⁴⁶² *Informações sobre as atividades de Vicente da Costa e Silva*, 13-06-1932, pront. n.º 1.696, “Roberto Morena”, DEOPS/APESP.

palestra promovida pelo Socorro Vermelho na UOFT, na qual acusou Trtoski de traidor⁴⁶³. No início daquele ano foi considerado “elemento de actividade de grande relevo, inteligente e audacioso, contando com quase 15 annos de actividades, de accção ininterrupta [...] elle é um dos principaes orientadores do movimento communista no Brasil”⁴⁶⁴.

Portanto, a polícia tinha muito interesse no evento da Frente Anti-Guerreira. Além de uma ronda policial feita nos bairros industriais naquela noite, a reunião foi acompanhada por pelo menos dois “reservados”⁴⁶⁵ da polícia política⁴⁶⁶ - mas não só, o pesquisador Marcos Tarcísio Florindo (2007) conseguiu revelar que havia um agente duplo que compunha a mesa da conferência, o operário Vicente Guerreiro, da Light⁴⁶⁷. A sessão foi aberta por Maria de Lacerda Moura e, depois, teve a fala de Galeão Coutinho representando os intelectuais. Em seguida foi a vez da representante do Comitê de Mulheres⁴⁶⁸, a artista Tarsila do Amaral, “que

⁴⁶³ *Relatorio reservado*, 14-01-1933, doc. 68, pront. n.º 924, v. 1, “União dos Operarios em Fabricas de Tecidos”, DEOPS/APESP.

⁴⁶⁴ *Informações sobre a atividade de Vicente da Costa e Silva*, doc. 15, p. 3, pront. n.º 1.696, “Roberto Morena”, DEOPS/APESP.

⁴⁶⁵ Um assina “A.N.S” e outro é “Rubens de Almeida”, este demonstrando conhecer os diversos rostos e uniões sindicais, relato bem diferente do provido por “A.N.S.”, que não conseguiu identificar, por exemplo, Roberto Morena -, pront. n.º 1.095, “Conferencia Anti-Guerreira”, DEOPS/APESP.

⁴⁶⁶ Segundo Marcos Tarcísio Florindo (2000, 2007), que trata de forma ampla e precisa sobre o serviço reservado da polícia política paulista para as décadas de 1930 e 1940, pontua que desde os ultimos anos da República Velha hjá havia produção constante de relatórios e informes providos pelos agentes duplos da Delegacia de Ordem Social, ressaltando que provavelmente houve uma diminuição das informações durante no contexto do golpe militar de outubro de 1930, o que não aconteceu durante a guerra civil de 1932. Institucionalmente, o “Serviço Reservado” e depois rebatido “Serviço Secreto” surge a partir de 1936, após a “Intentona” mas até aquele momento a maioria dos “reservados” que atuavam no movimento operário estavam subordinados à Delegacia de Ordem Social e seus relatórios estão endereçados diretamente ao delegado chefe. Pontua o autor que “a infiltração possibilitou à repressão construir saberes a respeito das entidades vigiadas; nada devia escapar aos seus olhos: os locais de reunião, os nomes e atividades dos principais militantes, as diferenças entre as tendências, as possibilidades de aliança, os ânimos do momento, os indivíduos em evidência ou decadência na estrutura partidária. A atividade dos secretas fornecia à polícia uma abundante quantidade de documentos que substanciavam os inquéritos elaborados pela agência. A observação permitia ao aparelho policial antecipar a movimentação dos grupos vigiados, prevendo suas atividades, suas campanhas, diretrizes e estratégias. Por meio dos delatores era possível conhecer os recursos e os aparelhos utilizados pela organização. A vigilância freqüente instaurou mecanismos de controle que emprestaram maior eficiência à repressão, pois permitiam a utilização da coerção física em momentos adequados. Por meio da infiltração, a polícia podia avaliar condições e atacar os pontos nevrálgicos nos momentos oportunos” (FLORINDO, 2000, p.71-74).

⁴⁶⁷ “O que o secreta [“Rubens de Almeida”] não sabia, e muito menos sabiam os comunistas, era que na própria mesa diretora da conferência estava outro infiltrado do DEOPS, recrutado por Luiz Apolônio nas oficinas da Light em 1932. O desconhecimento do fato, pelo outro policial, ilustra o sigilo que devia envolver as operações de espionagem efetuadas pela polícia (FLORINDO, 2007, p. 215).

⁴⁶⁸ Portanto, não me parece que Tarsila tenha abandonado a militância, como afirma Fracarro (2016, p. 59), ou que o Comitê de Mulheres não tenha funcionado entre 1930 a 1935, como afirma Apoena Canuto Cosenza (2012, p. 140). Porém, é importante não apenas mencionar a posição pública assumida por Tarsila do Amaral no evento aqui descrito, mas como também a militância de outras mulheres nesta época, como Rosa Kovacs, Rosa Covré dentre outras – importante apontar, para esta época de 1931-1933, são raras referências às mulheres (operárias ou comunistas) nos prontuários de homens e nos documentos policiais lá contidos, principalmente nos relatórios de atividades de “secretas” nos quais descrevem eventos públicos e políticos, retratando um universo com personagens masculinos – e quando se referem a alguma mulher referem-se a características físicas, como “mulher loira” e “nome desconhecido”. Em um importante trabalho, Glaucia Fraccaro (2016), dentre várias contribuições, informa que na década de 1920, 34% do mercado de trabalho era ocupado por mulheres e que no setor têxtil eram

pregou a doutrina de Moscou, concitando os seus camaradas de ideias a proseguirem na luta”⁴⁶⁹. Tarsila, que depois foi vigiada pelo “reservado Guarany”⁴⁷⁰, foi considerada por este “a maior e mais arrojada comunista dentre todas as comunistas nacionais. É a maior porque impressiona e quase converte todos que a ouvem. É também a mais arrojada [...] ella se serve de salões nobres, onde, sem rodeios, ensina theorica e praticamente a doutrina vermelha”⁴⁷¹. Depois, outras falas foram proferidas no evento daquela noite.

Também bastante exaltado, falou o representante do Partido Comunista que depois de ter pregado o comunismo, gritava blasfemando contra as pessoas do dr. Getúlio Vargas, Gal. Waldomiro de Lima, Dr. Chefe de Polícia e Ordem Social [...] Este elemento, cujo nome não consegui obter, precisa ser visado por esse gabinete, pois acho-o elemento perigosíssimo.

Se o “reservado A.N.S.” não sabia de quem se tratava, o “reservado Rubens de Almeida” soube apontar o autor do “inflamado” discurso, “Vicente da Costa e Silva”, que encerrou o evento⁴⁷².

Tabela 17 - “Comitê Anti-Guerreiro. Comissão Executiva, 20-2-933”

Presidente	Maria Lacerda de Moura
Vice-Presidente	Tarsila do Amaral
1º Secretário	Angelo Moura
2º Secretário	Ozorio Cezar
1º Thesoureiro	Oswaldo Costa
2º Thesoureiro	Newton S. Paulo

Fonte: TSN/Arquivo Nacional, *Apelação n.º 94*, Ozório Thaumaturgo Cézar, BR RJANRIO C8.0.APL.92, v.2, p. 149.

O que se sabe é que depois, nas ruas próximas, houve um confronto entre policiais e pessoas que presenciavam a cerimônia, relato exposto na visão policial em alguns documentos. Foi produzido um relatório pelo encarregado dos inspetores com informações sobre a conferência e “o conflito verificado na mesma noite”. O documento oficial é todo construído de forma a atenuar a ação policial: primeiro, relativiza a ação de vigilância, afirmando que a mantém “em dias diferentes da semana, durante a noite, uma ronda de

maioria frente aos homens (FRACCARO, 2016, p. 39). A autora traz a história da tecelã “Rachel” e sua relação com Tarsila, assim também os conflitos e as mudanças de programáticas em torno do Comitê de Mulheres Trabalhadores.

⁴⁶⁹ *Relatório reservado*, 10-02-1933, de A.N.S., pront. n.º 1.095, “Conferencia Anti-Guerreira”, DEOPS/APESP.

⁴⁷⁰ Segundo Marcos Tarcisio Tavares (2000), “Guarany” atuou entre 1933 a 1935.

⁴⁷¹ *Informes reservados*, 30-07-1933, do “O Reservado Guarany”, Delegacia de Ordem Social, pront. n.º 1.680, “Tarsila do Amaral”, DEOPS/APESP.

⁴⁷² No mesmo dia, às 20h30min, era realizada uma reunião da “sucursal do Ypiranga da UOFT”, acompanhada pelo inspetor reservado Luiz Belusci – *Relatório*, doc. 31, pront. n.º 924, vol. 1, “União dos Operários em Fabricas de Tecidos”, DEOPS/APESP.

automóvel a fim de observar as anormalidades que, por ventura, se possam verificar”; depois, após relatarem que até às 24 horas da noite do dia 9 para o dia 10 nada havia de “anormal”, a “ronda”, composta por três inspetores, “decidiu passar pelo largo São José do Belém afim de verificar si algo aconteceria durante a realização da conferencia”. Passando pela Rua São Leopoldo, a duas ruas paralelas da praça do Largo, “viram, de longe, um grande grupo de pessoas parado na esquina da Rua Julio de Castilhos. Como é natural, no cumprimento de suas funções, quizeram verificar o motivo daquela aglomeração”. Eis que, um dos inspetores reconheceu Roberto Morena, “contra o qual havia ordem de prisão” e acrescenta que “os inspetores não levavam a intenção de deter mais do que uma pessoa”. Fica aqui um excerto sobre o restante da atuação:

Deparando com um grupo composto por cerca de 40 pessoas, porém, não poderiam effectuar a detenção do mesmo. A recepção que tiveram, entretanto, com a simples aproximação, precipitou os animos dos componentes do grupo que, das palavras, passou aos factos, fazendo uso de suas armas. Alguns disparos partiram do grupo, provocando, desta maneira, a reação dos policiaes. Travou-se um tiroteio entre as partes e agluns, fugindo, continuaram a atirar. Somente foi possível, em vista da confusão estabelecida, deter Vicente da Costa e Silva.⁴⁷³

O relatório oficial apresentado por Luiz Apolônio⁴⁷⁴ contrasta com todas as informações reservadas apresentadas e, inclusive, comunicações internas do mesmo dia⁴⁷⁵. A polícia sabia previamente do evento; sabia que Roberto Morena não só estaria presente como era o organizador do Comitê; que apesar de ser uma reunião “legal”, convinha impedi-la e era ótima oportunidade para um “pega”; e Roberto Morena não foi o único detido naquela noite. Por outros prontuários é evidente que a polícia política já acompanhava por informantes “reservados” as reuniões preparatórias para o lançamento do comitê, programado para o dia 9

⁴⁷³ *Relatório*, 11-02-1933, do inspetor Luiz Apolônio, “Encarregado de Inspectores”, Delegacia de Ordem Social, pront. n.º 1.095, “Conferencia Anti-Guerreira”, DEOPS/APESP.

⁴⁷⁴ Segundo Marcos Tarcísio Florindo (2000, p. 44), “Luís Apolônio, célebre policial paulista que fez carreira na polícia política e de ordem social, na qual iniciou como investigador, passou pela chefia do corpo de investigadores e do serviço secreto, do qual era responsável pela arregimentação e contato com os agentes infiltrados. Entre seus trabalhos mais importantes realizados no DOPS/SP está a coordenação das diligências que acabaram por derrubar o dissidente Comitê Regional do PCB liderado por Hermínio Sachetta e Heitor Ferreira Lima, assim como o Comitê Regional que o sucedeu, capitaneado por Carlos Mariguella”. Ainda segundo Marcos Tarcísio Florindo (2012, p. 296), Luiz foi “ex-chefe do corpo de investigadores e do Serviço Secreto do DEOPS, um dos principais quadros especializados da delegacia na repressão ao comunismo, chefe das equipes de investigadores que trabalharam nas diligências principais contra o PCB nas décadas de 1930, 1940 e 1950, professor da Academia de Polícia após findar sua longa carreira de investigador”.

⁴⁷⁵ Tenho uma hipótese que se repetirá em outros prontuários sobre a produção de documentos na Delegacia de Ordem Social: me parece que esta possuía dois tipos de documentos com diferentes informações, para diferentes usos: um interno e outro externo, sendo este para uso de outros setores da polícia, repassados a delegacias e provavelmente para o judiciário. Em outros prontuários, como veremos, aparece, por exemplo, sistemática diferença de três dias entre a data de detenção informada nas fichas de antecedentes, muitas vezes cambiadas com outras repartições policiais, com os talões manuscritos pelos inspetores no ato da prisão e entrega do detido à carceragem do Gabinete de Investigações.

– no próprio prontuário do comitê há uma comunicação interna do dia 7 de fevereiro denunciando um encontro preparatório ocorrida no dia 5⁴⁷⁶. Em outra informação reservada, que não consta no prontuário do Comitê, mas no prontuário de Roberto Morena, há duas informações importantes e adicionais:

O “Comitê Executivo Provisorio” procurará realizar reuniões sucessivas; tendo em vista preparação de uma imediata conferencia legal, em que será convidado todo o proletariado, **tomando assim um cunho puramente legal. Será nesta conferencia que convem impedir o funcionamento deste aparelho comunista, pois, nella hverá probabilidades de si fazer optimo “pega”**. Não deixando entretanto por isto de procurarmos evitar acção dos grupos que estão agindo em varias fabricas. (grifo meu)⁴⁷⁷

Três inspetores e o guarda civil, que dirigia o automóvel, fizeram uma abordagem ao que alegam ser quarenta operários. Um tiroeiro entre três inspetores e sabe-se lá quantos operários supostamente armados no qual “contra nós foi feito innumerous disparos de revólveres”⁴⁷⁸. Não há laudo de armas apreendidas ou de danos provocados ao automóvel, peças que com certeza seriam utilizadas e mencionadas a exaustão pela polícia, vez que daria materialidade a violência que alegou ter sofrido, com direito a fotos da perícia da Polícia Técnica. Mas mesmo assim, os inspetores conseguiram não apenas prender Roberto Morena, como balearam Aristides Lobo, fato não citado no relatório oficial, mas mencionado de forma não nominal em comunicação interna dos inspetores ao delegado de Ordem Social. É possível conhecer a vítima por outro documento em outro prontuário:

Já escolhemos um dos delegados [para ir para o Rio de Janeiro] que é o camarada Manuel Aristides, que foi baleado aqui pela policia no dia 9 do mês Passado; não queremos dizer que este camarada seja combatido por ter sido baleado, mas vinha demonstrando praticamente sua combatividade e é gráfico; é militante velho do Sindicato.⁴⁷⁹

Ainda, na comunicação interna, citam, ao contrário do exposto no relatório, que “a escolta mandada para o local ainda conseguiu deter alguns individuos desta Delegacia, como

⁴⁷⁶ *Comunicação interna*, 07-02-1933, Delegacia de Ordem Social, doc. sem assinatura, pront. n.º 1.095, “Conferencia Anti-Guerreira”, DEOPS/APESP. Interessante anotar que Glaucia Casttelan (2010, p. 101), a partir de um relatório do “reservado N1” presente no prontuário de João da Costa Pimenta, pontua uma reunião ocorrida na União dos Trabalhadores Graphicos (UTG) no dia 07 de fevereiro, que contou com Mario Pedrosa, Aristides Lobo e, dentre outros, cita Vicente Guerreiro, apontado como agente duplo por Florindo (2007). Segundo o excerto do relatório transcrito por Glaucia, a reunião foi iniciada pelo “graphico comunista Manoel Medereiros, que declarou ser o fim principal da reunião constituir uma frente unica operaria contra a guerra [...]”.

⁴⁷⁷ *Informações reservada*, 07-02-1933, “Reservado: Rubens de Almeida”, pront. n.º 1.696, “Vicente da Costa e Silva”, DEOPS/APESP.

⁴⁷⁸ *Comunicação interna*, 10-02-1933, dos inspetores J. Bomfim, José Gomes e Ernane Oliveira, para o Delegado de Ordem Social, pront. n.º 1.095, “Conferencia Anti-Guerreira”, DEOPS/APESP.

⁴⁷⁹ *Carta manuscrita*, do secretário regional de São Paulo, para “Camaradas do C.C. e da J.C.”, apreendida com Juvenal Soares em 10-03-1933, pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, DEOPS/APESP.

elementos agitadores”⁴⁸⁰. Ainda, na comunicação interna, dizem que souberam sobre Aristides “somente mais tarde, umas horas depois, é que tivemos conhecimento de que um componente do referido grupo estava ferido á bala”, mas rechaçam indiretamente qualquer culpa porque “a nossa intenção, disparando os revólveres para o alto era, como ja foi dito, dispersar o grupo”⁴⁸¹. Ainda no dia 10 de fevereiro, Roberto Morena prestou depoimento e foi enviado ao Presidio Politico da Liberdade sendo libertado dias depois. Este evento é importante porque coloca numa mesma rede diversos nomes que dali alguns meses iriam para a Ilha dos Porcos, tendo a UOFT também como local de reuniões que congregavam membros de distintas células da capital e relevantes nomes do PC no período de reestruturação de suas atividades na capital. Reuniões estas com a presença constante de “secretas”.

Exatamente um mês depois, no dia 10 de março de 1933, Roberto Morena foi novamente preso às 17h na “Praça do Patriarcha”⁴⁸², quando “pretendia tomar um bonde, no largo da Sé”⁴⁸³, sendo possível estabelecer as hipóteses de que estivesse previamente na sede da UTG⁴⁸⁴ ou no escritório de advocacia de Mário Maria Coutinho⁴⁸⁵. Mas independente do local prévio, é possível saber que estava sob atividade de “campana” e que havia ordem para sua prisão. Distante dali e no mesmo dia foram presos também outros comunistas e conhecidos da União e do Comitê: Juvenal Soares (“Luiz”) na Avenida Celso Garcia e Mario Rodrigues (“Padre”) no Largo São José, ambos após saírem da UOFT e ambos possuindo no talão de detenção a assinatura do inspetor Ernane Oliveira. Juvenal, assim como Roberto, atuava também como representante da Federação Syndical Regional⁴⁸⁶, a mesma que apoiava diretamente o Comitê. Já Mario Rodrigues atuava em mais de uma célula, o que não era prática corrente, inclusive era evitada, o que pode indicar que era um “elemento de ligação” entre as células de bairro ou “Comitê de Zona” (CZ), com o PCB e membro das reuniões que ocorriam na UOFT, possuindo também atuação na “Liga da Construcção Civil” de São Paulo. E tanto

⁴⁸⁰ Aqui pode ser tanto agentes reservados, infiltrados na reunião, quanto operários “fichados”. É inconclusivo, pelos outros documentos, o sentido de pertencimento da expressão “desta Delegacia”, uma vez que é possível ambas as possibilidades mencionadas.

⁴⁸¹ *Comunicação interna*, 10-02-1933, dos inspetores J. Bomfim, José Gomes e Ernane Oliveira, para o Delegado de Ordem Social, pront. n.º 1.095, “Conferencia Anti-Guerreira”, DEOPS/APESP.

⁴⁸² *Comunicação interna*, 11-03-1933, inspetor “n.º 32” para o delegado de Ordem Social, doc. 30, pront.n.º 1.696, “Roberto Morena”, DEOPS/APESP.

⁴⁸³ Em outra comunicação interna, assinada pelo inspetor Ernane, informa a as ordens prévias para detenção de Roberto Morena, informando também o horário.

⁴⁸⁴ Na Rua Barão de Paraniacaba, n.º 4.

⁴⁸⁵ O escritório do advogado e fichado como “comunista” ficava na Praça da Sé, n.º 3 com a Rua 15 de Novembro, 3º andar – *Almanak Laemmert*, 1931, n.º 87, p. 433, HDB/FBN.

⁴⁸⁶ *Informações reservadas*, sem data, “Reservado M. de S”, pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, DEOPS/APESP.

Juvenal quanto Mário já tinham passagem pela 4ª Delegacia Auxiliar em abril de 1932, um mês antes de Roberto Morena, sendo transferidos, naquela época, com a seguinte nota:

São ardorosos propagandistas do crêdo de Moscow, e suas actividades se faziam sentir especial entre os operarios. Organizadores de diversa células, nas quaes tomaram parte, foram detidos em flagrante, há dias, na rua Visconde Parnahyba, 451, séde de uma das citadas células, e onde foram encontrados, além de vasta biblioteca comunista, inumeros documentos, como sejam actas de runiões, nos quases constavam seus nomes, relações, e, finalmente, o esboço do programa para as demonstrações no próximo 1º de maio [1932].⁴⁸⁷

Aqui é importante pontuar uma questão sobre a documentação policial. Os prontuários de Juvenal Soares e Mário Rodrigues apresentam a mesma situação, uma detenção com duas datas: uma que é informada pelos inspetores ao delegado de Ordem Social (10 de março) e outra que consta em todos os demais documentos de antecedentes e ofícios para outras repartições policiais informam o 13 de março. Provavelmente porque o “Termo de Declarações” de ambos é datado de 13-03, assim, lendo os informes oficiais comprovariam supostamente que, no mesmo dia da detenção, os “suspeitos” foram inqueridos pelo delegado. Mas ao contrário, Juvenal e Mario foram presos na mesma data e permaneceram três dias presos antes da confecção do Termo de Declarações, provavelmente passando por interrogatórios na carceragem do Gabinete de Investigações. No prontuário de Juvenal, em ao menos quatro documentos há informação da detenção em 13 de março: aparece em documento enviado ao Superintendente de Ordem Política e Social 01-02-1936)⁴⁸⁸, ao Delegado de Ordem Social (31-01-1936)⁴⁸⁹, a outro Delegado de Ordem Social (23-09-1933)⁴⁹⁰ e na folha de antecedentes⁴⁹¹. Mas em um documento, via original, datado de 11 de março e assinado por dois inspetores diz que:

⁴⁸⁷ *Ofício*, 20-04-1932, do delegado de Ordem Política e Social, para o 4º delegado auxiliar, para o doc. 30, pront. n.º 1.662, “Mario Rodrigues”, DEOPS/APESP. A resposta veio pelo *Ofício Reservado n.º 6.749*, 20-04-1932.

⁴⁸⁸ *Comunicação interna* com cópia de antecedentes, 01-02-1936, do encarregado do Serviço Especial para o Superintendente de Ordem Política e Social, doc. 38, pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, DEOPS/APESP.

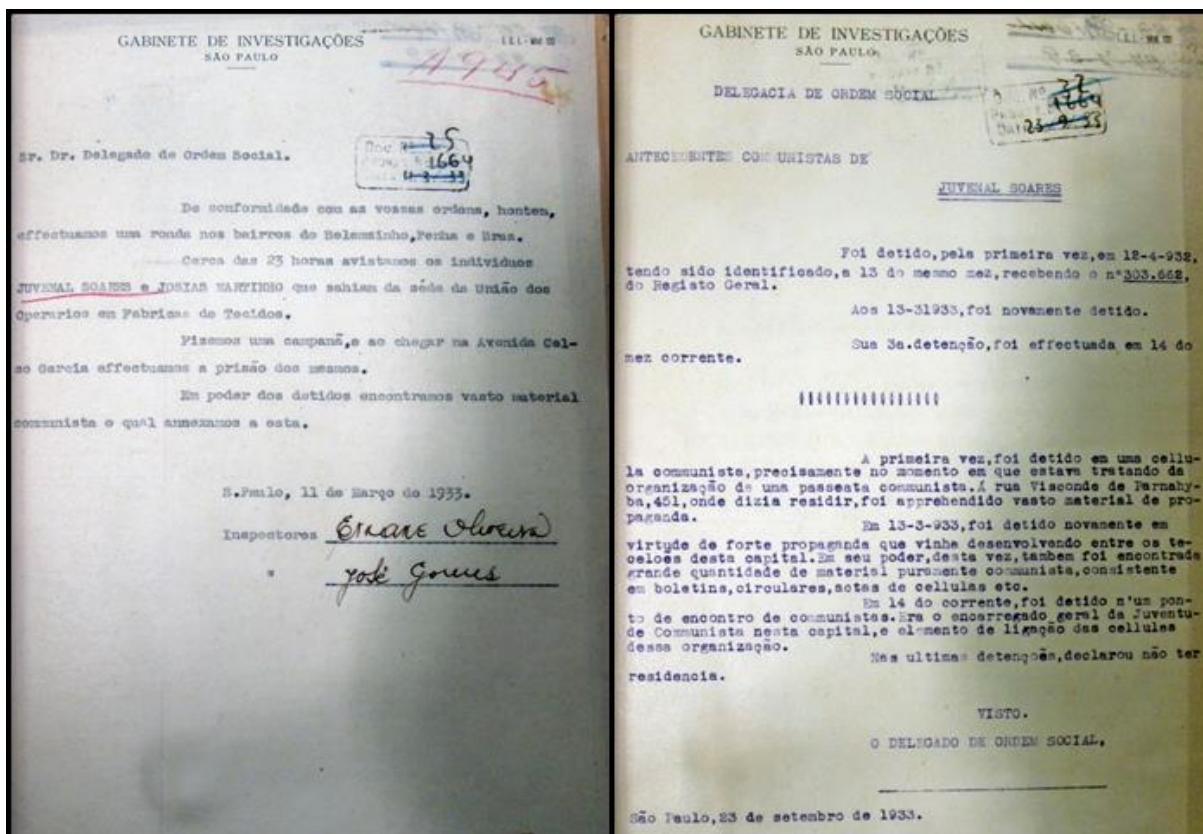
⁴⁸⁹ *Informação* com cópia de antecedentes, 31-01-1936, do escrevente para o delegado de Ordem Social, doc. 35, pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, DEOPS/APESP.

⁴⁹⁰ *Antecedentes comunistas de Juvenal Soares*, 23-09-1933, cópia com visto do delegado de Ordem Social, doc. 32, pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, DEOPS/APESP.

⁴⁹¹ *Antecedentes de Juvenal Soares*, vulgo “Luiz”, sem data, doc. 2 pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, DEOPS/APESP.

Por conformidade com as vossas ordens, hontem, effectuamos uma ronda nos bairros do Belemzinho, Penha e Braz. Cerca das 23 avistamos os individuos Juvenal Soares e Josias Martinho, que saham da séde da União dos Operarios em Fabricas de Tecidos. Fizemos um campanã, e ao chegar na Avenida Celso Garcia effectuamos a prisão dos mesmos.⁴⁹²

Figura 30 - Informes da prisão de Juvenal Soares, uma detenção e duas datas



Fonte: Pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, DEOPS/APESP.

Já no prontuário de Mário há uma folha de antecedentes que afirma a data de detenção em 13 de março⁴⁹³, mas há também um documento, via original, datado de 10 de março e assinado por dois inspetores dizendo que:

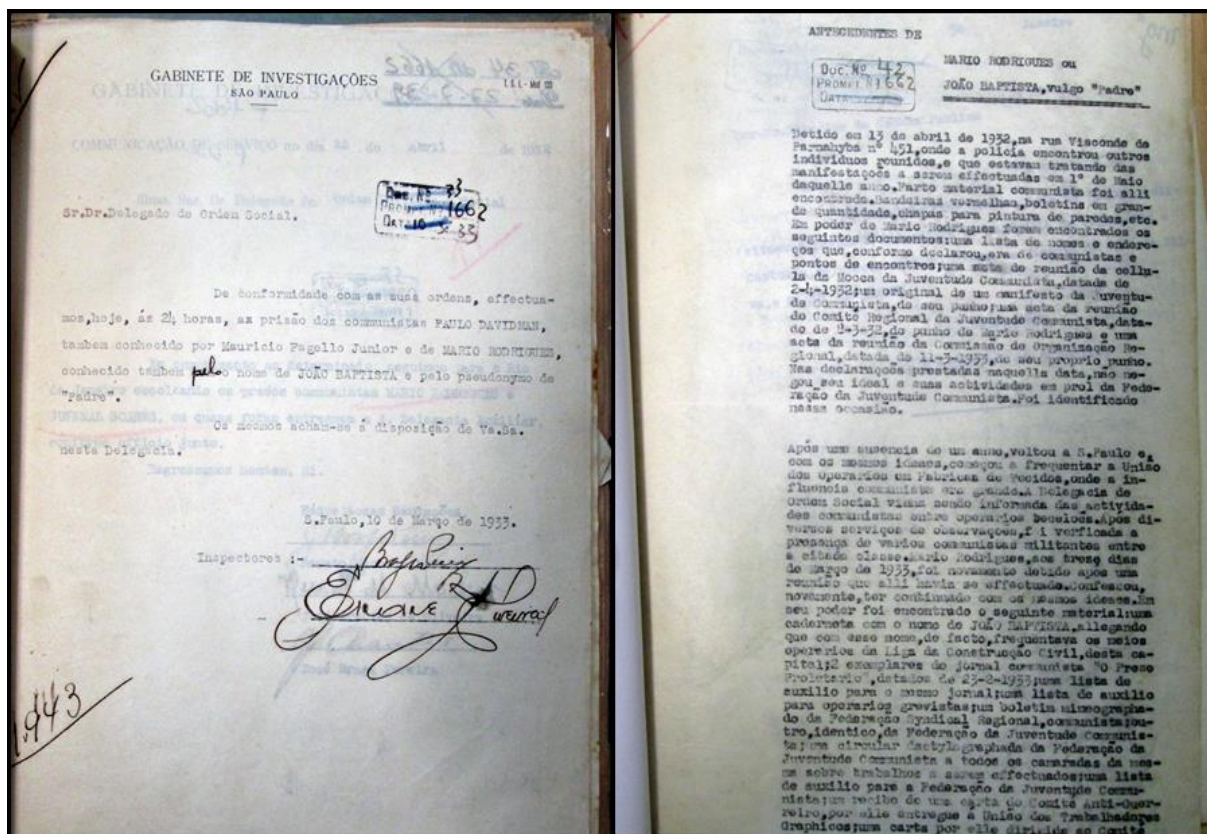
De conformidade com as suas ordens, effectuamos, hoje, ás 24 horas, a prisão dos communistas Paulo Davidman e Mario Rodrigues, conhecido tambem pelo nome de João Baptista e pelo pseudonymo de “Padre”. Os mesmos acham-se á disposição de Va. Sa. nesta Delegacia.⁴⁹⁴

⁴⁹² *Comunicação interna*, 11-03-1933, assinada pelos inspetores Ernane Oliveira e José Gomes, para o delegado de Ordem Social, doc. 25, pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, DEOPS/APESP.

⁴⁹³ *Antecedentes de Mario Rodrigues ou João Baptista, vulgo “Padre”*, sem data, doc. 42, pront. n.º 1.662, “Mario Rodrigues”, DEOPS/APESP.

⁴⁹⁴ *Comunicação interna*, 10-03-1933, assinada pelos inspetores Ernane Oliveira e José Braga Pereira, para o delegado de Ordem Social, doc. 33, pront. n.º 1.662, “Mario Rodrigues”, DEOPS/APESP.

Figura 31 - Informes da prisão de Mario Rodrigues, uma detenção e duas datas



Fonte: Pront. n.º 1.662, “Mario Rodrigues”, DEOPS/APESP.

No dia 15 de março, Roberto Morena, Juvenal e Mário seguiram para o Presídio Político da Liberdade, “perigosos communistas, de destacada actuação nesta capital, especialmente entre os meios tecelões, e todos com passagens diversas por este Gabinete, por propaganda subversiva”⁴⁹⁵.

Em algum momento naquele mês os três foram soltos e suas atividades voltaram a ser acompanhadas de perto por agentes reservados da Delegacia de Ordem Social. Foram relatadas reuniões em 2⁴⁹⁶, 5 e 7 de abril na sede da UOFT, ambas presididas por Roberto e com a presença de Juvenal. Segundo um “reservado”, na reunião do dia 5 o assunto era a adesão dos “tenentes” ao movimento grevista de 1º de maio. A Delegacia de Ordem Social provavelmente valeu-se intensamente do relato do “secreta” para programar as próximas ações e isto por alguns motivos denunciados: “um hespanhol de nome Fernandez disse ser ocasião do P.C. dar o golpe, porquanto, no momento, os tenentes precisam delles para movimentarem os

⁴⁹⁵ Outro detalhe da pesquisa em prontuários: esta informação não consta no prontuário de Roberto Morena e Juvenal Soares, sendo possível conhece-la apenas pelo prontuário de Mario Rodrigues – *Oficio*, 15-03-1933, do delegado de Ordem Social para o “Director do Presidio Politico da Liberdade”, doc. 35, pront. n.º 1.662, “Mario Rodrigues”, DEOPS/APESP.

⁴⁹⁶ *Relatório Reservado*, pelo “Reservado M. de S.”, doc. 28, pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, DEOPS/APESP.

operarios e leval-os á gréve, prejudicando, assim, as eleições de 3 de Maio” ; em seguida, Juvenal disse que “todas a secções das fabricas de São Paulo, elementos do P.C. para movimentarem a gréve”; ao final do aviso, o agente reservado pontua que, por uma “ideia tenentista” seriam colocados oradores comunistas na reunião no Largo de São José do Belém “para que haja intervenção da policia, e assim, formarem conflitos”⁴⁹⁷. Já na reunião do dia 7 de abril foi deliberada a greve geral dos tecelões – esta, informado pelo “reservado M. de S.”. Ou seja, mobilização do PC para greve e um golpe com apoio “tenentista”, interferência na eleição para Assembleia Nacional Constituinte, greve geral da união sindical com maior número de filiados e expectativa de conflito com a polícia foram motivos mais do que suficientes para que a instituição policial tomasse uma sequência de atitudes, inclusive detendo-os novamente.

Três dias depois, na segunda-feira, 10 de abril, o delegado de Ordem Social comunicou ao delegado de Ordem Política e Social, Viriato Carneiro Lopes, que o “conhecido agitador e leader comunista Vicente da Costa e Silva”, “pela sua grande actividade no preparo das gréves geraes e dos Cómities extremistas”, estava detido sob ordem do chefe de policia. Informou que “actualmente estava organisando as gréves para 1º de Maio, e coordenando elementos subversivos em diversas associações operarias para leval-as ao comunismo”, e que fosse recolhido ao presídio⁴⁹⁸. No dia seguinte, terça-feira, Roberto deu entrada na Delegacia de Ordem Política⁴⁹⁹ e em seguida foi encaminhado ao Presidio Político do Paraizo⁵⁰⁰. No dia 12, Mário Rodrigues também já estava detido e também foi encaminhado ao Paraizo, com o pedido para permanecesse “incomunicável”⁵⁰¹. Juvenal, percebendo que seria o próximo, “conseguiu evadir-se de S. Paulo”, retornando a capital meses depois⁵⁰².

No dia seguinte, 11 de abril, outro “perigoso comunista”⁵⁰³ foi detido e enviado pela Delegacia de Ordem Social para o delegado de Ordem Política e Social⁵⁰⁴: Adalpheu Silveira.

⁴⁹⁷ *Relatorio Reservado*, 06-04-1933, doc. 27, pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, DEOPS/APESP.

⁴⁹⁸ *Oficio*, 10-04-1933, do delegado de Ordem Social, para o delgado de Ordem Política e Social, doc. 35, sublinhado no original, pront. 1.696, “Vicente da Costa e Silva”, DEOPS/APESP.

⁴⁹⁹ *Recibo*, 11-04-1933, do comissário de Ordem Política e Social, Arnaldo Costa, provavelmente para a Delegacia de Ordem Social, pront. 1.696, “Vicente da Costa e Silva”, DEOPS/APESP.

⁵⁰⁰ *Oficio*, 11-04-1933, do delegado de Ordem Política e Social, para o “Director do Presidio Politico do Paraizo”, doc. 39, pront. 1.696, “Vicente da Costa e Silva”, DEOPS/APESP.

⁵⁰¹ *Comunicação*, 12-04-1933, do delegado de Ordem Política e Social, Viriato Carneiro Lopes, para o “Director do Presidio Politico do Paraizo”, doc. 36, pront. n.º 1.662, “Mario Rodrigues”, DEOPS/APESP.

⁵⁰² *Antecedentes de Juvenal Soares, vulho “Luiz”*, pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, DEOPS/APESP.

⁵⁰³ *Oficio*, 11-03-1933, do delegado de Ordem Social, Antonio Soares Caiuby, ao delegado de Ordem Política e Social, doc. 3, pront. n.º 2.254, “Adalpheu Silveira”, DEOPS/APESP.

⁵⁰⁴ Interessante notar que eram encaminhados em dupla, com exceção de Roberto. Aparentemente Roberto foi encaminhado sozinho, mas no dia 11 Adalpheu foi encaminhado com “Herminio Marcos Hernandez” e no dia 12

Figura 32 - Fotografia de Adalpheu Silveira



Fonte: Pront. n.º 2.254, DEOPS/APESP.

Adalpheu, “ex-estivador no porto”, possuía “actuação na cidade de Santos, se encontrava com ligação com elementos communistas” da capital e foi detido em 17 de março, sexta-feira, ao sair do “Sindicato dos Estudantes” de Santos, após “conferência anti-guerreira” e sob acusação de “propaganda comunista” por portar impressos⁵⁰⁵. Enviado para São Paulo no sábado, prestou depoimento somente na segunda-feira e foi enviado na quarta, dia 22, para o Presídio Político da Liberdade. Após ser posto em liberdade em algum momento, no dia 11 de abril foi “acampanado” em São Paulo por um inspetor de polícia que avistou-o em conversas com o “Dr. Mario Coutinho”, seguindo-o depois pela Rua do Carmo e detendo-o no Parque Dom Pedro. Aliás, o “motivo” foi por “manter ligações” e ter frequentado as reuniões de abril na sede da UOFT⁵⁰⁶, vez que nenhum material foi encontrado em sua posse que pudesse ser caracterizado, aos olhos policiais, como “propaganda comunista”.

Assim, enquanto os comunistas já fichados eram detidos e encarcerados no Presídio Político do Paraíso, ainda restavam alguns, também presentes às reuniões de abril, a serem detidos, especialmente alguns de origem espanhola constantemente mencionados nos relatórios reservados. Um deles, e sem passagem pela Ilha dos Porcos identificada, era Manoel Vigo (“Homem do Mar”), trabalhador espanhol das “officinas da Light” e companheiro de sindicato de Roberto Morena e de reuniões na UOFT, preso pela Delegacia de Ordem Política na terceira semana de abril. Manoel foi denunciado por um membro da *Light*, talvez Vicente Guerreiro,

Mário seguiu com “Henrique Resemann”. Há em outro documento reservado, de 12 de abril, um informe sobre Herminio, antigo militante anarquista e preso no Congresso de Sociologia: “Na Federação Operaria sabe-se que Herminio foi convidado a comparecer á policia, e que até o presente momento não appareceu de volta” – *Relatorio reservado*, 12-04-1933, “Reservado M. de S.”, boletim n.º 21, doc. 71, pront. n.º 2.431, vol. 1, “Partido Comunista do Brasil”, DEOPS/APESP.

⁵⁰⁵ *Oficicion.º 645*, do delegado regional de Santos, José Ulysses Luna, ao delegado de Ordem Social, 18-03-1933, pront. n.º 2.254, “Adalpheu Silveira”, DEOPS/APESP.

⁵⁰⁶ *Antecedentes de Adalpheu Silveira*, doc. 2, pront. n.º 2.254, “Adalpheu Silveira”, DEOPS/APESP.

agente duplo, e estava disposto a saber quem o havia denunciado à polícia depois que saiu da prisão:

O comunista Manoel Vigo, que pertenceu á Light, esteve no Departamento do Trabalho, e lá teve a promessa de que não so seria readmittido na Light, como também lhe diriam quem é o elemento da Light, que o denunciou. Elle falou com um tal Cunha, que eu suponho ser o Dr. Pedro Cunha, comunista, empregado no Departamento do Trabalho [...] Ora, estes homens e mais Cunha tem seus amigos na Policia e não será por certo muito difficil elles saberem tudo o que se tem passado. **Por isso acho bom uma providencia visando não se permitir que elles descubram os nossos passos.** (grifo meu)⁵⁰⁷

Mas havia outro espanhol, ainda pouco conhecido dos agentes reservados, que levantava suspeita desde a menção a respeito de “um hespanhol de nome Fernandez”, na “reunião secreta” de 5 de abril na UOFT. Uma semana depois, outro “reservado” forneceu mais informações:

Fernando Parres. É este o nome de um elemento que falou na reunião de 5 p.p., no largo S. José do Belem, 23, e que ahi consta de uma lista com o nome de Fernandes (hespanhol). É de facto hespanhol e é primeiro secretario dos tecelões. É comunista activo e agitador.⁵⁰⁸

Figura 33 - Foto de Fernando Parra



Fonte: Prontuário n.º 4.100, DEOPS/APESP.

Nem “Fernandez”, nem “Parres”. No inicio da madrugada de 28 de abril, Fernando Parra foi detido nas ruas do Brás com Orlando Possato e José Alves enquanto “pregavam boletins subersivos nos postes da Light”. Algumas quadras dali, no Canindé, às 2 horas da manhã, Estevam Lozano também foi detido, em companhia de outros dois que não eram

⁵⁰⁷ *Informes reservados*, 10-05-1933, do “Reservado Mario de Souza”, doc. 19, pront. n.º 2.340, “Manoel Vigo”, DEOPS/APESP. Há no prontuário de Manuel Vigo dois manuscritos, um de próprio punho e outro de origem não identificada, na qual o receptor do bilhete é acusado de ser traidor dos soldados e da massa trabalhadora e que possui poucos dias de vida.

⁵⁰⁸ *Relatorio reservado*, 12-04-1933, “Reservado M. de S.”, boletim n.º 21, doc. 71, pront. n.º 2.431, vol. 1, “Partido Comunista do Brasil”, DEOPS/APESP.

“fichados”, enquanto hasteavam bandeiras comunistas nos fios da Light⁵⁰⁹. Estevam já havia sido detido em setembro de 1932, quando participava de um “pic-nic” do Socorro Vermelho na Villa Sacoman, sendo enviado no mês seguinte daquele ano para o Presídio Político da Liberdade⁵¹⁰. Já Fernando Parra, como não era conhecido pelos inspetores, deu o nome de “Antonio Martins” e suas passagens pelas delegacias de Ordem Social e de Ordem Política não foram suficientes para que ele “declinasse” seu verdadeiro nome⁵¹¹. No dia seguinte, 29 de abril, Estevam Lozano, “Antonio Martins” e outros dois foram levados para a Delegacia de Ordem Política⁵¹² e de lá encaminhados para o Presídio Político do Paraíso⁵¹³.

Não podemos nem devemos consentir que os companheiros que lutam por mais um pedaço de pão para nós e nossas famílias continuem presos e **maltratados nas cadeias e ilhas do Brasil, como ainda agora, em S. Paulo, os operarios Roberto Morena, Mario Rodrigues, Adelfan Silveira** e Rossman e os intellectuaes **Osorio Cesar e Mario Coutinho**, sendo o primeiro destes presidente do Comité Nacional Anti-Guerreiro, detidos incomunicáveis no presidio do Paraíso! (grifo meu).⁵¹⁴

Eis que, após a detenção de boa parte dos membros do “Secretariado” nas celas do Paraíso, o delegado de Ordem Polícia e Social, Viriato Carneiro Lopes, despachou ordem para que Adalpheu Silveira, “Antonio Martins”, Estevam Lozano, Mário Rodrigues e Roberto Morena fossem encaminhados ao Gabinete de Investigações. De lá, a Delegacia de Vigilância e Capturas ficaria responsável em remete-los ao Presídio Político da Ilha dos Porcos.

⁵⁰⁹ *Comunicação interna*, 28-04-1933, dos inspetores Luiz Apolônio, Ernane de Oliveira, José Gomes, Domingos Apolônio, para o delegado de Ordem Social, doc. 8, pront. n.º 2.036, “Estevam Losano Carrasco”, DEOPS/APESP.

⁵¹⁰ *Ofício*, 07-10-1932, do delegado de Ordem Política e Social, para o “Director do Presidio Político da Liberdade”, pront. n.º 2.036, “Estevam Losano Carrasco”, DEOPS/APESP.

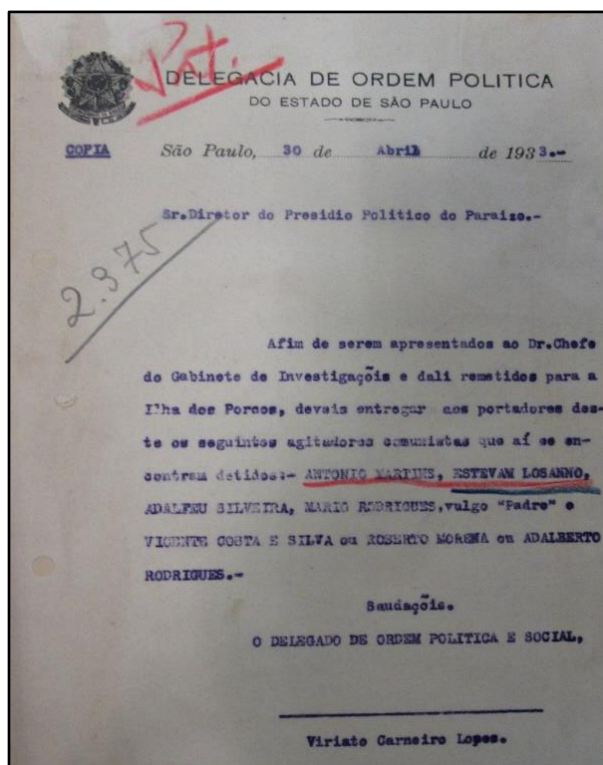
⁵¹¹ *Relatorio*, 26-06-1934, do delegado de Ordem Social para os autos do inquérito policial instaurado contra Fernando Parra, doc. 1, pront. n.º 4.100, “Fernando Parra”, DEOPS/APESP. Só é possível conhecer a história que levou a sua detenção através do prontuário de Estevam Lozano, no qual Fernando aparece com o nome “Antonio Martins”.

⁵¹² *Comunicação interna*, 29-04-1933, do delegado de Ordem Social para o “Sr. Carcereiro do Gabinete”, pront. n.º 2.036, “Estevam Losano Carrasco”, DEOPS/APESP.

⁵¹³ *Ofício*, escrito “COMUNISTAS”, 29-04-1933, do delegado de Ordem Política e Social, Viriato Carneiro Lopes, para o “Director do Presidio Político do Paraizo”, pront. n.º 2.036, “Estevam Losano Carrasco”, DEOPS/APESP.

⁵¹⁴ *Boletim* “A todos os profissionaes do volante de S. Paulo”, provavelmente primeiro semestre de 1933, porque em 30 de abril é possível identificar que os três em negrito e outros dois estavam no Presídio Político do Paraíso, sendo ordenada a transferência dos cinco para a Ilha dos Porcos. Pront. n.º 1.962, “Socorro Vermelho”, DEOPS/APESP.

Figura 34 - Comunicação da Delegacia de Ordem Política solicitando transferência para a Ilha dos Porcos



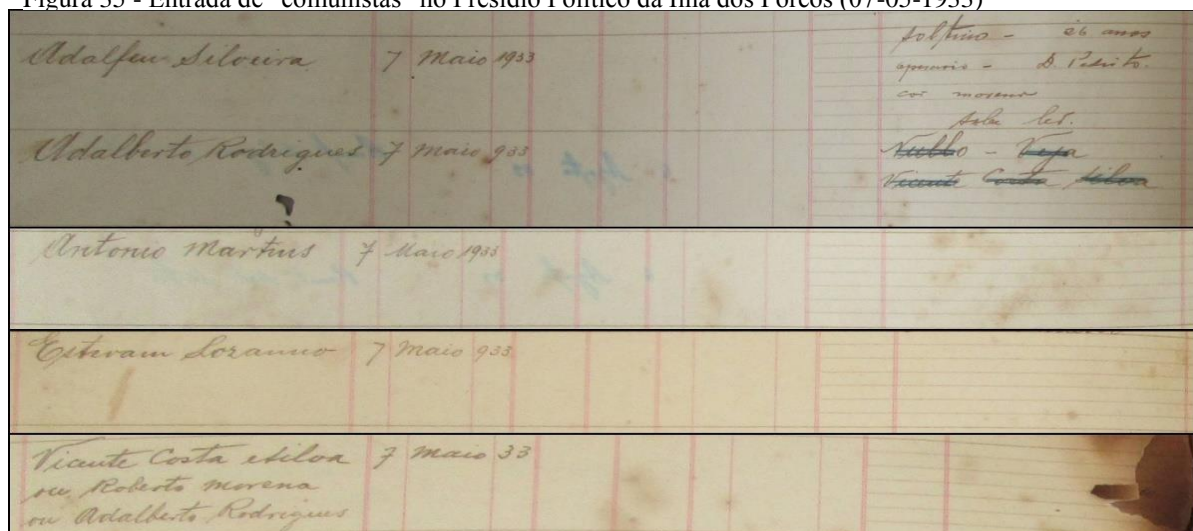
Fonte: Pront. n.º 2.036, "Estevam Lozano", DEOPS/APESP.

Essa "leva" não foi noticiada pelo *Correio de S. Paulo*. Em relação aos ofícios da Delegacia Regional de Santos, há ausência para os dias 6 e 7 e retomada no dia 8⁵¹⁵. Já os telegramas e radiotelegramas do presídio pulam do dia 29 de março para 29 de maio. No domingo, 7 de maio, desembarcaram na Ilha dos Porcos⁵¹⁶.

⁵¹⁵ Caixa 519, Acadepol/APESP.

⁵¹⁶ Livro de registros, PEIA.

Figura 35 - Entrada de “comunistas” no Presídio Político da Ilha dos Porcos (07-05-1933)



Fonte: Livro de registros, PEIA.⁵¹⁷

O PC sentiu as perdas. Em 22 de maio, segunda-feira, Orlando Possato, detido em abril com Fernando Parra e posto em liberdade, discursou na UOFT sobre “a prisão dos companheiros Fernando Parra, Vicente da Costa e Silva, Mario Rodrigues, Adalpheu Silveira e Estevam Losanno”⁵¹⁸. Uma semana depois, uma nova comissão executiva foi eleita na UOFT⁵¹⁹ para suprirem a vacância deixada pela prisão de Fernando Parra, “que se encontra na Ilha dos Porcos”⁵²⁰. Provavelmente só nesse momento os agentes reservados e os delegados perceberam que “Antonio Martins” era o tal “Fernandez” “Parres”, 1.º Secretário da UOFT⁵²¹.

⁵¹⁷ Lembrando que o livro de matrícula não possui as letras “M” e “R”.

⁵¹⁸ *Relatório reservado*, 23-05-1933, do “Reservado Juvenal de Almeida” para o delegado de Ordem Social, doc. 84, pront. n.º 924, vol. 1, “União dos Operários em Fabricas de Tecidos”, DEOPS/APESP.

⁵¹⁹ Segundo o art. 17 do Estatuto da UOFT, “semestralmente, em assembléa geral, serão eleitos, por escrutínio ou aclamação, 7 socios brasileiros natos que constituirão a Comissão Executiva que administrará a União, não tendo a mesma nenhuma função de mando e sendo méra executora das deliberações da assembléa geral. Serão nomeados pelo mesmo systema auxiliares, tantos quantos forem necessários para colaborar com C. Executiva, devendo estes tambem serem brasileiros natos” – pront. n.º 782, “Arlindo Antonio Pinho”, DEOPS/APESP.

⁵²⁰ *Informações Reservado*, 29-05-1933, do “Reservado Juvenal de Almeida” para o delegado de Ordem Social, doc. 90, pront. n.º 924, vol. 1, “União dos Operários em Fabricas de Tecidos”, DEOPS/APESP.

⁵²¹ Competia ao 1º Secretário, segundo o art. 18: “Organizar o expediente de todas as reuniões, secretariando-as e dando execução aos demais actos que derivem da C. Executiva e das assembléas geraes [...] Em caso de impedimento temporário do Secretario Geral, o 1.º Secretario o substituirá, coadjuvado pelos demais membros da C. Executiva” – pront. n.º 782, “Arlindo Antonio Pinho”, DEOPS/APESP.

5.2 Escola de Capacitação Comunista: 29 de julho de 1933

Tabela 18 - Entrada de “comunistas” no Presídio Político da Ilha dos Porcos (26-08-1933)

NOME	MOTIVO	PAPEL ATRIBUÍDO PELA POLÍCIA
Eduardo Braz da Silva	Escola de Capacitação Comunista (29-07)	“Dirigente”
Joaquim Tenorio das Neves		
José Fonseca		“Velho comunista do Norte”
Marcello Jose de Campos		“Membro do PC” (ES)
Nery Zamara		“Agente de ligação” (SP, RS, RJ)
Walter Fernandes Silva		“Enviado pelo Comitê Central”
Pedro Benis	Detido em comício na Sé (01-08)	
João Antonio Barros Valente	Detido novamente em Santos (03-08)	

Fonte: Identificação e tabela feita pelo autor a partir de prontuários (DEOPS/APESP), ofícios da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP) e livro de matrícula (PEIA).

Em 29 de julho de 1933, uma quinta-feira, uma diligência da Delegacia de Ordem Social, agora respondendo ao chefe do Gabinete de Investigações⁵²², realizou uma “batida” às 14h30min na Avenida Leopoldina⁵²³, em casa sem número e que fora antigo Posto Policial⁵²⁴, agora apontada como residência do casal húngaro Estevão e Rosa Kovacs⁵²⁵ - à época bairro chamado Anastácio⁵²⁶, no distrito da Lapa. A “batida” foi devidamente planejada pela polícia: acompanhava “com seu corpo de reservados, todas as manobras do P. Comunista” e “estava informada que esses elementos estavam para chegar a esta capital”⁵²⁷; em segundo, porque havia um infiltrado na atividade:

Orientando o serviço reservado esta Delegacia, foram baixas instruções seguras afim de se proceder [...]. Algumas aulas foram mandadas frequentar, e o elemento que às mesmas tem parecido, apressou-se em informar que, de facto, se tratava de uma escola comunista.⁵²⁸

⁵²² A Delegacia Especializada de Ordem Política e Social, reorganizada no mesmo decreto que criou o Presídio Político da Ilha dos Porcos em junho de 1931, foi reformulada em junho de 1933, subordinando a Delegacia de Ordem Política ao chefe de polícia e a Delegacia Especializada de Ordem Social, agora subordinada ao chefe do Gabinete de Investigações, concentrando o poder desse cargo, ocupado pelo delegado Francisco de Assis Carvalho Franco (Decreto n.º 5.958, 27-06-1933, ALESP).

⁵²³ Contracapa do pront. n.º 2.323, “Eduardo Braz da Silva”, DEOPS/APESP.

⁵²⁴ *Relatório*, 11-08-1933, do delegado de Ordem Social, constante do inquérito policial instaurado contra Estevam e Rosa Kovacs, para deportação por motivo de “comunismo”, doc. 28, pront. n.º 1.649, “Estevam Kovacs, DEOPS/APESP.

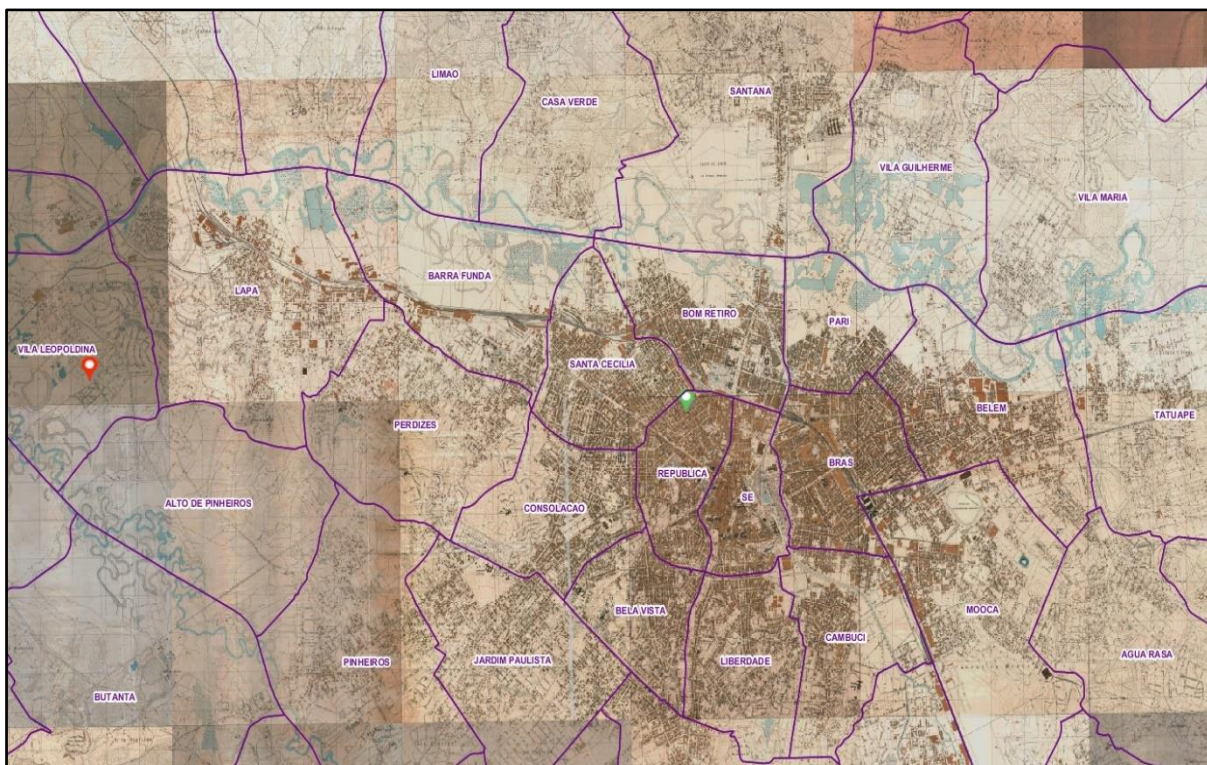
⁵²⁵ Nos documentos aparecem as grafias “Kovacs”, “Kovacks” e “Estevam”, mas consta na ficha de identificação a “assinatura do identificado” e é grafado de próprio punho “Estevão Kovacs”.

⁵²⁶ *Folha de antecedentes*, doc. 3, pront. n.º 2.458 “Joaquim Tenorio das Neves”, DEOPS/APESP.

⁵²⁷ *Informe sobre os antecedentes comunistas dos detidos*, 20-12-1933, delegado de Ordem Social, doc. 8, pront. n.º 2.323, “Eduardo Braz da Silva”, DEOPS/APESP.

⁵²⁸ *Relatório, Fechamento da “Escola de Capacitação Comunista”, e a prisão de seus principais elementos*, 30-07-1933, do delegado de Ordem Social, Amando Franco Soares Caiuby, doc. 16, pront. n.º 1.328, “Escolas Comunistas”, DEOPS/APESP.

Figura 36 - Mapa com localização da Avenida Leopoldina (vermelha) e da Delegacia de Ordem Social (verde)



Fonte: Imagem elaborada pelo autor a partir da ferramenta *GeoSampa*, utilizando o “Mapeamento 1930 – Sara”.

Em seu relatório, o delegado de Ordem Social afirmou que a escola era uma imitação das mesmas que eram realizadas na “União Soviética” e que, no Brasil, foi idealizada para capacitar os “novos adeptos” do PCB, pelo fato de todos os “indivíduos [serem] de maior idade”, ao contrário das escolas da Juventude Comunista, “e que, uma vez de posse de todos os requisitos necessários para o perfeito agitador, se atiraria á luta que o Partido Comunista está desencadeando”. Assim, a “caravana policial” liderada pelo comissário Alfredo Pagliucchi, “encontrou na mesma nove indivíduos reunidos [...] alli detidos”, porém citando dez nomes. Estevão Kovacs, anteriormente “fichado” por distribuição de boletins comunistas “alta [hora da] noite” no ano de 1932, “declarou francamente” ao delegado “ser aquella uma escola comunista, para onde convergiam os elementos activos do Partido, e onde, diariamente, das 13 ás 17 horas, se faziam reuniões instructivas”. Dos dez detidos, três “na Delegacia delcinaram seus verdadeiros nomes”, iniciando também a delegacia o “inquérito de expulsão contra Estevam Kovacks e sua mulher Rosa”⁵²⁹.

⁵²⁹ Relatório, *Fechamento da “Escola de Capacitação Comunista”, e a prisão de seus principais elementos*, 30-07-1933, do delegado de Ordem Social, Amando Franco Soares Caiuby, doc. 16, pront. n.º 1.328, “Escolas Comunistas”, DEOPS/APESP.

Tabela 19 - Detidos na "Escola de Capacitação Comunista" em 29-07-1933

RELATÓRIO	ESTADO/PAÍS	DECLINARAM NOMES	ENVIADOS PARA
Eduardo Braz	AL		Ilha dos Porcos
“João Pereira”	PE	Joaquim Tenorio das Neves	Ilha dos Porcos
José Fonseca	RN		Ilha dos Porcos
Marcelo José de Campos	ES		Ilha dos Porcos
“Nelson Sierra”	RS	Nery Zamora	Ilha dos Porcos
“Rogerio Dias”	MG	Walter Fernandes Silva	Ilha dos Porcos
Estevão Kovacs	SP [Hungria]		Liberdade/Ordem de expulsão
Rosa Kovacs	SP [Hungria]		Liberdade/Ordem de expulsão
Raphael Montaperto	SP		
Sebastião Francisco ⁵³⁰	SP [Rio de Janeiro]		

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de prontuários DEOPS/APESP.

No dia 5, sábado, o *Correio de S. Paulo* publicou que “os estrangeiros, ao que soubemos ontem á noite na delegacia, deverão ser expulsos do território nacional, e, os nacionais, ao que parece, serão removidos para a ilha dos Porcos”. No mesmo dia, *A Platéia* também confirmou que “essas pessoas, depois de remetidas para o Gabinete de Investigações, seguiram para a Ilha dos Porcos, de onde os estrangeiros, serão expulsos do paiz”⁵³¹. Mas os estrangeiros não foram enviados para ilha, assim como nem todos os brasileiros detidos. Aparentemente, Estevão⁵³² e Rosa permaneceram no Presídio Político da Liberdade até 10 de outubro, quando foram encaminhados à Delegacia de Vigilância e Capturas para “cumprimento às respectivas portarias de expulsão”, assim como Victor Garcia, que estava detido no Paraíso⁵³³. Porém, no dia 18 de novembro, a mãe de Rosa teve permissão para visita-la, o que

⁵³⁰ No mesmo período havia dois “Sebastião Francisco”, comunistas, em São Paulo. Um, “branco”, pintor e natural de Brotas-SP, foi detido em setembro de 1933 e fichado com Registro Geral n.º 329.716 e prontuário n.º 640. Já o outro, natural de Valência-RJ, residia na Barra Funda em São Paulo e era conhecido como “Camisa Preta”, fichado com Registro Geral n.º 329.491 e prontuário n.º 2.410. O prontuário n.º 2.410 foi extraviado em algum momento de operação ou fechamento do DEOPS, constando apenas a ficha no APESP. Porém, é seguro deduzir que “Camisa Preta” estava presente na “Escola de Capacitação” por causa da sequência dos RGs atribuídos a eles quando passaram pelo Serviço de Identificação: por exemplo, Eduardo Braz recebeu o RG n.º 329.490 e Marcello José o de n.º 329.492. É importante destacar a distinção porque “Sebastião Francisco (branco)” – como aparece em um documento, natural de Brotas, foi detido em 2 de setembro de 1933 em uma célula comunista no Bráz, enquanto “Camisa Preta” foi detido em uma célula da Barra Funda.

⁵³¹ Recortes dos respectivos jornais, pront. n.º 1.328, “Escolas Comunistas”, DEOPS/APESP.

⁵³² Década mais tarde, Estevão foi detido em abril de 1947 por ter retornado ao Brasil. Enviado para a Casa de Detenção e “considerado elemento nocivo á tranquilidade publica e á ordem social”, em 21 de junho de 1948, mais de um ano depois, foi enviado para o Instituto Correcional da Ilha Anchieta (ICIA). Sua esposa, Rosa, faleceu 11 dias depois, sozinha, no Hospital Beneficência Portuguesa. Pouco mais de um mês depois, Estevão foi posto em liberdade em 7 de agosto, por ordem do Ministerio da Justiça - pront. n.º 1.649, “Estevam Kovacs” e pront. n.º 2.444, DEOPS/APESP.

⁵³³ *Comunicação*, 10-10-1933, do delegado de Ordem Social, para o delegado de Vigilancia e Capturas, doc. 21, pront. n.º 1.649, “Estevam Kovacs”, DEOPS/APESP.

indica um atraso na ordem de expulsão⁵³⁴. Já Raphael Monteaperto⁵³⁵ e Sebastião Francisco, citados como membros de célula da Barra Funda que funcionava na casa de Nicola Monaco⁵³⁶, não foram encontradas informações sobre para onde foram enviados naquele mês de agosto e não há indício que tenham ido para a Ilha dos Porcos.

Figura 37 - Membros da "Escola de Capacitação Comunista"



Fonte: Pront. n.º 1.328, "Escolas Comunistas", DEOPS/APESP.

No dia 3 agosto, uma quinta-feira, a Delegacia de Ordem Social encaminhou seis dos dez detidos para a Delegacia de Vigilância e Capturas, anotando à margem o nome “[João] Barros Valente”⁵³⁷, recém detido em Santos e remetido no dia anterior para a capital com outros quatro⁵³⁸. Segundo o delegado de Ordem Social, respondendo ao delegado regional de Santos,

Esta Delegacia julgou de bom alvitre enviar para o Presídio da Ilha dos Porcos o agitador João Antonio de Barros Valente. **Quanto aos demais, ficarão aqui detidos por mais algum tempo, até que se dissipem certas duvidas existentes sobre possíveis perturbações da ordem social, prometidas para estes dias.** (grifo meu)⁵³⁹

⁵³⁴ *Ofício*, 18-11-1933, do delegado de Ordem Social, para o diretor do Presídio Político do Paraíso, doc. 7, pront. n.º 2.444, “Rosa Kovacks”, DEOPS/APESP.

⁵³⁵ Foi detido e “fichado” como “comunista” em 1930, sendo detido diversas vezes por suas atividades políticas até 1948. Seu prontuário ainda estava “ativo” em setembro de 1952 – *Ficha de antecedentes*, pront. n.º 2.457, “Raphael Monteaperto”, DEOPS/APESP.

⁵³⁶ *Comunicação interna*, 06-09-1933, dos inspetores José Gomes e Ernane de Oliveira, para o delegado de Ordem Social, doc. 3, pront. n.º 2.457, “Raphael Monteaperto”, DEOPS/APESP.

⁵³⁷ *Comunicação*, 03-08-1933, do delegado de Ordem Social para o delegado de Vigilância e Capturas, doc. 19, pront. n.º 1.328, “Escolas Comunistas”, DEOPS/APESP.

⁵³⁸ *Ofício n.º 1.737*, 02-08-1933, do delegado regional de Santos para o delegado de Ordem Social, caixa 520, Acadepol/APESP.

⁵³⁹ *Ofício*, 04-08-1933, do delegado de Ordem Social para o delegado regional de Santos, doc. 7, pront. n.º 2.098, DEOPS/APESP.

Figura 38 - Fotografia de Pedro Benis



Fonte: Pront. n.º 2.412, DEOPS/APESP.

No dia seguinte, o lituano Pedro Benis, preso em 1º de agosto durante um comício na Sé, foi também posto à disposição da Vigilância e Capturas, com ordem do “Snr. Major Chefe de Policia” para permanecer 60 dias no Presídio Político da Ilha dos Porcos⁵⁴⁰.

Figura 39 - Largo da Sé, 1912



Fonte: Instituto Moreira Salles, coleção e fotografias de Vincenzo Pastore, imagens 004VP004001 e 004VP004002.

⁵⁴⁰ *Comunicação*, 04-08-1933, do delegado de Ordem Social, para o delegado de Vigilância e Capturas, doc. 18, pront. n.º 2.412, “Pedro Benis”, DEOPS/APESP.

Figura 40 - Praça da Sé, 1940

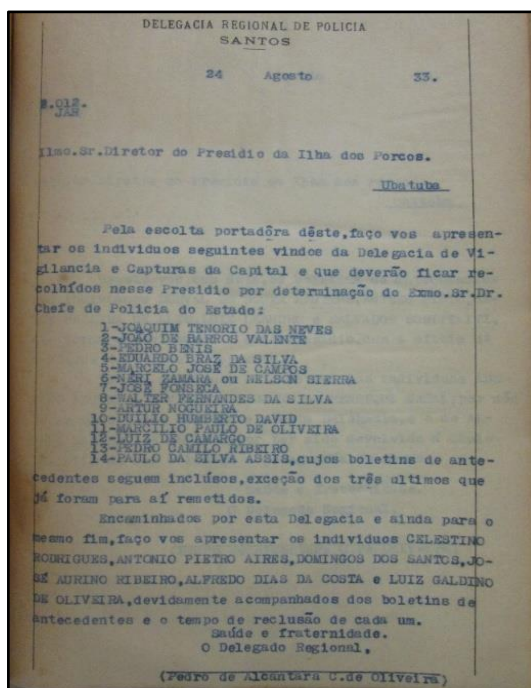


Fonte: Instituto Moreira Salles, coleção e fotografia de Hildergad Rosenthal, imagem 005HRP092.006.

Mais de uma semana depois, no dia 14 de agosto, o delegado regional de Santos chegou a notificar o presídio sobre a escolta com os novos detidos, mas tornou sem efeito o ofício devido “não haver condução oportuna para tais detentos”⁵⁴¹, efetivada dez dias mais tarde:

⁵⁴¹ *Ofício n.º 1.862*, 14-08-1933, do delegado regional de Santos para o diretor Newton Santos, caixa 520, Acadepol/APESP.

Figura 41- Ofício da Delegacia Regional informando escolta seis detidos na “Escola de Capacitação”



Fonte: Ofício n.º 2.012, 24-08-1933, caixa 520, Acadepol/APESP.

Há aqui uma breve constatação. De todos os detidos na “Escola”, os não enviados para a Ilha dos Porcos são aqueles residentes de São Paulo. Mesmo Raphael, “fichado” desde 1930, não foi encaminhado para Ubatuba. Os demais, naturais de outros estados, foram encaminhados.

Tabela 20 - Dados sobre os detidos na "Escola de Capacitação Comunista" e remetidos a Ilha dos Porcos

NOME	ENTRADA	PENA	DIAS	SAÍDA	NAT.	IDADE	CÚTIS	EST. CIV.	PROFISS.
Eduardo Braz da Silva	26-08-1933	60 dias/TI	144	17-01-1934	AL	26	Branca	Solteiro	Eletricista
Joaquim Tenorio Neves	26-08-1933	60 dias/TI	144	17-01-1934	PE	44	Pardo		
José Fonseca	26-08-1933	60 dias	62	27-10-1933	RN	30	Branca	Casado	Serralheiro
	05-11-1933	ST/TI	42	17-12-1933					
Marcello Jose de Campos	26-08-1933	60 dias/TI			ES	33	Preta	Solteiro	Operario
Nery Zamara	26-08-1933	60 dias/TI			RS	28	Branca	Solteiro	Mecânico
Walter Fernandes Silva ⁵⁴²	26-08-1933	60 dias/TI	113	17-12-1933	MG	21	Morena		Mecânico

Fonte: Identificação e tabela feita pelo autor a partir de prontuários (DEOPS/APESP), ofícios da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP) e livro de matrícula (PEIA). Legenda: ST (“Sem Tempo”); TI (“Tempo Indeterminado”).

⁵⁴² Walter esteve envolvido, em 25 de outubro de 1934, no assassinato do estudante comunista Tobias Warchawski no Rio de Janeiro – doc. 3, pront. n.º 2.460, “Walter Fernandes da Silva”, DEOPS/APESP. Segundo publicação do jornal *Diário de S. Paulo*, de maio de 1940, Walter “perecera afogado” quando acompanhava seu irmão e um tio em uma praia do Recife, para onde fugiu após a morte de Tobias. Segundo outro documento policial, Honório Freitas Guimarães (“Gaspar”), um dos principais nomes do PCB no Rio Janeiro nos meados de 1935, foi o “mandante” do assassinato de Tobias, assim como esteve presente no assassinato de Elza Fernandes, em 1936, também acusada pelo partido de traição. É notável que nos anos de 1932 a 1933 o PCB possuía suas ações previstas pela polícia não apenas por agentes infiltrados, mas também por ex membros que passavam a fornecer informações a Delegacia de Ordem Social, o que claramente dificultava a reestruturação do partido – pront. n.º 640, “Sebastião Francisco”, DEOPS/APESP. É possível que a entrada de Prestes (1934) tenha engendrado mudanças internas.

Como já mencionado, desde o final do primeiro semestre de 1933 era noticiado que o major Newton Santos havia preparado um memorial para que o presídio político fosse transformado numa colônia correccional. Tal proposta, se existiu, não apenas foi recusada, como também vemos que no segundo semestre há um maior encarceramento de comunistas na Ilha dos Porcos. Enquanto hipótese, talvez seja possível relacionar esse uso da ilha como destino de membros do PCB após a indicação de Armando de Salles Oliveira para interventoria, em agosto de 1933. É importante então contextualizar o que foi essa troca. Tal como recontado por Carolina Soares Sousa (2016, p. 29-30), em maio de 1933 ocorreram as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e as principais forças políticas no pleito paulistas eram, de um lado, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD) que se uniram na “Chapa Única por São Paulo Unido”, enquanto oposição ao interventor Waldomiro Castilho de Lima, general “tenentista” e gaúcho, coligado com o Partido da Lavoura e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) – inclusive, Waldomiro havia sido um dos fundadores deste⁵⁴³. De acordo com Carolina Sousa (2016, p. 30), a oposição elegeu 17 das 22 cadeiras, o que levou a Getúlio Vargas se reaproximar dos paulistas levando a alguns acordos. Waldomiro foi retirado de seu posto ao final de julho, assumindo de forma temporária o general comandante da 2ª RM, general Manoel Daltro Filho. Um mês depois, em 16 de agosto de 1933, Armando de Salles Oliveira, líder da bancada paulista, assumiu a interventoria.

Hipoteticamente a possível postura anticomunista de Salles Oliveira tenha sido peso a mais em aprofundar a ação policial e de governo não apenas na repressão política, mas no uso do Presídio Político da Ilha dos Porcos como peça fundamental no sistema de vigilância e dispersão do PCB. Quando Waldomiro escreve o relatório sobre seu governo, em mais de 300 páginas não apenas não menciona a ilha, mas também ao falar sobre a “pacificação do estado e ordem pública” ou da “secretaria da justiça e da segurança pública”, tampouco o comunismo aparece como tema, inimigo ou fantasma que paira ameaçadoramente sobre o estado⁵⁴⁴. Já o seu sucessor via no comunismo o inimigo capaz de “destruir” a ordem e autoridade paulista⁵⁴⁵.

⁵⁴³ Não à toa diversos boletins do PCB ou do Socorro Vermelho criticavam fortemente Waldomiro e os socialistas do PSB.

⁵⁴⁴ *A Administração do General Waldomiro Castilho de Lima no Governo de São Paulo como Interventor Federal no Estado*, 20-07-1933, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, caixa 704, Acadepol/APESP.

⁵⁴⁵ *Mensagem apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléa Legislativa de São Paulo*, 09-07-1936, 1936, São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, p. 119

5.3 Cai novamente o Comitê Regional de São Paulo e algumas “cellulas”

Logo após as ações de repressão sobre o Comitê, a UOFT e a “Escola de Capacitação Comunista”, detendo os elementos considerados “agitadores e propagandistas” (*agit-prop*) e membros do “Secretariado”, no sábado 12 de agosto houve uma “reunião de comunistas” no Alto da Casa Verde, zona norte, para ser escolhido o “Comitê de Zona da Capital” e o “Secretariado Político do Partido”⁵⁴⁶. Nos meses de setembro e outubro as diligências policiais, de acordo com o recorte utilizado por esta pesquisa, foram direcionadas para as composições das células, como uma da Juventude Comunista na Penha e uma PCB no Brás. Ainda, realizava investigações sobre “elementos estrangeiros” com destino à capital, assim como observava os relatos sobre enviados do CC para composição de um novo CR em São Paulo.

Entre os detidos de setembro que seriam futuramente remetidos pela Delegacia de Ordem Social para o Presídio Político da Ilha dos Porcos estavam: Alfredo Soares, Santos Massafra Barros e, enfim, Juvenal Soares, que havia escapado das prisões de abril.

Tabela 21 – Nomes e datas de entrada no Presídio Político da Ilha dos Porcos

NOME	DATA DE ENTRADA
Alfredo Soares	06-10-1933
Juvenal Soares	06-10-1933
Santos Massafra Barros	06-10-1933
Alvaro José de Souza Abreu	05-11-1933
Angelo Moura	05-11-1933
Elviro Santos de Paula	05-11-1933
Henrique Covré	05-11-1933
Moyses Bernardo Drelichman	05-11-1933
José Fonseca	05-11-1933 [retorno]
Pedro Benis	05-11-1933 [retorno]

Fonte: Identificação e tabela feita pelo autor a partir de prontuários (DEOPS/APESP) e livro de matrícula (PEIA).

⁵⁴⁶ *Relatório reservado*, 19-08-1933, “reservado M. de S., pront. n.º 2.431, “Partido Comunista do Brasil”, v. 1, doc. 86, DEOPS/APESP. Em fevereiro, o “reservado Rubens de Almeida” já havia alertado que “os comunistas tem seu campo de ação, ou quartel general, no bairro de Casa Verde. Também voltaram-se para o bairro do Cambucy” – *Relatório reservado*, 03-02-1933, pront. n.º 2.431, “Partido Comunista do Brasil”, v. 1, doc. 45, DEOPS/APESP.

5.3.1 A célula do Partido Comunista no Brás

Figura 42 - Foto de Alfredo Soares



Fonte: Pront. n.º 2.473, DEOPS/APESP.

Alfredo Soares, “branco”, “casado”, “pintor”, com 48 anos e natural de Alagoas⁵⁴⁷, foi detido às 21 horas de um sábado, 2 de setembro, na Rua Rodrigues dos Santos, n.º 124-B, Brás, durante uma reunião comunista. A diligência policial, previamente informada e ordenada a cumprir ordens do delegado de Ordem Social, foi liderada pelo chefe dos inspetores, Luiz Apolônio, acompanhado de outros sete inspetores e um escrivão, tendo ao seu final detido outros sete integrantes na reunião: Alfredo foi apontado como o instrutor da célula⁵⁴⁸ e ainda naquele mês era creditado como “elemento activo do Partido Communista e, há pouco tempo, foi enviado para esta capital pelo Comité Central, afim de reorganizar a Região de S. Paulo”⁵⁴⁹.

Tabela 22 - Nomes informados no relatório de Luis Apolonio⁵⁵⁰

NOME	ENDEREÇO	INFORMAÇÕES ⁵⁵¹
Alfredo Soares		
João De Losso ⁵⁵² (“Mulato”)	Pari	“em sua casa, alguém deixou um recado”
João de Araujo	Pari	
Raul Salgueiro [sobrinho de João]	Santana	“Sebastião Antonio Francisco o convidou”
José Dirman	Mooca	“convidado por Antonio Arini”
Mario Palermo	Cambuci	“encontrou-se com Noel [Gertel] que o convidou”
Sebastião Caetano ⁵⁵³	Santana	“convidado por um tal Alipio”
Antonio Arini	Belenzinho	“avisado por um membro do PC” [Álvaro José]

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos prontuários n.º 2.743 e n.º 2.498.

Este caso é relevante porque de seus documentos é possível extrair três elementos: o primeiro aponta a vinda de Álvaro José de Souza Abreu (“Paes Leme”), enviado pelo Comitê

⁵⁴⁷ Livro de matrícula, PEIA.

⁵⁴⁸ Antecedentes de Alfredo Soares ou Raphael de Souza Guedes, doc. 9, pront. n.º 2.473, DEOPS/APESP.

⁵⁴⁹ Antecedentes comunistas de Alfredo Soares ou Raphael Souza Guedes, doc. 6, pront. n.º 2.473, DEOPS/APESP.

⁵⁵⁰ Relatório, 02-09-1933, apresentado ao Delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, doc. 2, pront. n.º 2.473, DEOPS/APESP.

⁵⁵¹ Pessoas detidas na cellula da Rua Rodrigues dos Santos, 124-B, 02-09-1933, doc. 5, pront. n.º 2.498, “Cellulas Communistas”, DEOPS/APESP.

⁵⁵² Em quase todos documentos oficiais aparece a grafia “João Dell’Osso”, mas o mesmo assina “João De Losso”.

⁵⁵³ Sebastião Caetano Francisco viria a ser secretário do PCB em São Paulo no ano de 1935 – pront. n.º 640, “Sebastião Francisco”, DEOPS/APESP.

do Rio de Janeiro para reorganizar o PCB em São Paulo após a prisão de Roberto Morena; segundo, traz importante informação sobre a tática de repressão policial: o uso de ex-membros do partido como informantes e de agentes infiltrados nas células; em terceiro, um detalhe marginal é o apontamento de uma vinda de Luiz Carlos Prestes ao Rio, em outubro de 1933⁵⁵⁴.

É importante retroceder uns dias antes e para um ator não inserido na lista anterior. José Fratine Murcia, comunista, com 24 anos, casado, “côr branca” e “guarda livros”, frequentava as reuniões da UOFT e pelo que indica em seus depoimentos, conhecia outros comunistas que moravam na região do Pari e Canindé. Porém, “apontado por Luiz Ferreira”, um outro comunista previamente detido, José Fratine foi preso em sua residência na Avenida Celso Garcia⁵⁵⁵ em 28 de agosto, após ser observado por atividades de “campana” da polícia desde o início do mês⁵⁵⁶. Dois dias depois, 30 de agosto, quarta-feira, José declarou ao comissário de Ordem Social que conhecia Fernando Parra e “Mulato” (João De Losso); disse também que havia conhecido Ozório César, Aristides Lobo, Roberto Morena e outros que participaram da reunião de 9 de fevereiro, no lançamento do “Comité Anti-Guerreiro”⁵⁵⁷. Com mais de um ano de atividade no PCB e demonstrando possuir importantes ligações – ou ao menos podendo identificar nomes importantes do partido, o depoimento de José Fratine possui quatro páginas, o que contrasta com os demais prontuários, mesmo daqueles pertencentes ao “Secretariado”, em geral com uma a duas folhas e diversas negativas. E termina da ameaçadora forma, com nota do escrivão:

Dentro de um prazo de dez dias, se compromete a trazer ao conhecimento da autoridade a identidade e a residencia dessas pessoas [“Paes Leme” e “moça loira, alta, magra, trajando regularmente, de apparencia estrangeira em virtude de sua pronuncia”] para que possam ser ouvidas sobre as imputações que sobre ellas pesam, e compromete-se mais a não mais fazer parte de qualquer cellula ou partido de ideas

⁵⁵⁴ “Esperam para muito em breve um golpe chefiado pelo Capitão Luiz Carlos Prestes. Que, Luiz Carlos Prestes esteve no Rio disfarçado, e sendo descoberto por um soldado, este foi logo assassinado. Isto aconteceu na chegada do General Justo” – *Relatório reservado*, 16-10-1933, do “reservado” Juvenal de Almeida, pront. n.º 2.446, “Antonio Arini”, DEOPS/APESP.

⁵⁵⁵ *Comunicação interna* dos inspetores Venancio e José Gomes ao Delegado de Ordem Social, 28-08-1933, doc. 1, pront. n.º 2.470, “José Fratini”, DEOPS/APESP.

⁵⁵⁶ No dia 1º de agosto, no comício da Sé que acarretou na prisão do lituano Pedro Benis, José Fratine foi um dos oradores após pedido de “Paes Leme”. A atividade de campana registrada no prontuário é do dia 4 de agosto - pront. n.º 2.470, “José Fratini”, DEOPS/APESP.

⁵⁵⁷ É interessante notar que, apesar de ser considerado “de grande atividade nos meios operarios”, em relação a um dos nomes conhecidos por ele, José afirma que “deve ser membro do Comitê Regional de S. Paulo”, o que pode indicar certo isolamento do “Secretariado” frente a demais membros do partido. Como apontado por Marcos Tarcisio Florindo (2012, p. 304), em relação à queda do Comitê Central de São Paulo em 1932, “era importante para as autoridades entender como os ativistas procediam às ligações e normalizavam o fluxo de informações entre as diversas instâncias organizativas. “A ilegalidade não é só para a polícia, como para eles mesmos, pois não depositam confiança recíproca. Desconfiam até da própria sombra”. A desconfiança entre os membros da organização, exagerada propositalmente pelos policiaes, era derivada das preocupações com as infiltrações e as campanas mantidas pelo DEOPS”.

comunistas ás quaes elle desde já as abandona para todos os efeitos, **para seu socego e de toda sua família** (grifo meu)⁵⁵⁸.

Paralelamente, no mesmo dia 28 de agosto, o “reservado João de Moraes”, mantendo “ligações com os elementos comunistas” informou a polícia que uma nova “machina typographica” foi adquirada e aguardavam a melhor oportunidade para realizar o transporte. Ainda, mencionou que “há dias chegou a esta capital um membro do Comité Central do Partido Comunista” para reorganizar o PCB em São Paulo, “pois com as ultimas diligencias da policia, houve alguma desorganização”⁵⁵⁹. Portanto, a polícia estava atenta sobre as múltiplas informações a respeito do partido e a primeira ação sobre uma das frentes veio quatro dias depois.

No sábado, dia 2 de setembro, Álvaro José de Souza Abreu (“Paes Leme”) foi até algumas casas para informar que entre as 19 e 20 horas daquela noite os integrantes da nova célula deveriam ir até ao primeiro ponto de encontro, no “largo do Santo Antonio do Pary”, onde lá seriam informados do endereço exato para a reunião daquela noite. Antonio Arini, comunista, “côr branca”, 25 anos, casado e alfaiate disse, seis dias após sua detenção, que “às 15 horas compareceu em sua casa um individuo bem trajado, alto, magro, não era conhecido do declarante, sendo a primeira vez que o via” que o informou do ponto de encontro⁵⁶⁰, confirmando mês depois, em um auto de reconhecimento, que se tratava de “Paes Leme”⁵⁶¹. No mesmo dia, João De Losso, que havia sido informado sobre a reunião da mesma forma que Antonio e, de forma consciente ou não da identidade de seu interlocutor, julgando ser um militante comunista, comunicou o encontro da célula ao mesmo agente reservado incumbido de localizar a casa gráfica do partido e o membro do Comité Central recém-chegado, o “secreta” “João de Moraes”:

⁵⁵⁸ *Termo de Declarações*, 30-08-1933, de José Fratine Murcia ao comissário de Ordem Social, Alfredo Pagliucchi, doc. 2, pront. n.º 2.470, “José Fratini”, DEOPS/APESP.

⁵⁵⁹ *Relatório reservado*, 28-08-1933, “reservado João de Moraes”, pront. n.º 2.431, “Partido Comunista do Brasil”, v. 1, doc. 85, DEOPS/APESP.

⁵⁶⁰ *Termo de Declarações*, 08-09-1933, de Antonio Arini ao comissário de Ordem Social, Alfredo Pagliucchi, doc. 4, pront. n.º 2.470, “Antonio Arini”, DEOPS/APESP.

⁵⁶¹ *Auto de Reconhecimento*, 10-10-1933, “acusado” Alvaro José de Souza, testemunhas presentes: “José Fratini, Odonne Marangoni e Antonio Arini”, realizado pelo comissário de Ordem Social, doc. 11, pront. n.º 2.558, “Alvaro Jose de Souza Abreu”, DEOPS/APESP. Importante pontuar que, após a detenção de Antonio em 02-09, este prestou depoimento em 08-09 e depois, novamente, em 12-09, em um “aditamento às suas declarações prestadas”, neste diz conhecer “Henriette Tavares”, fichada como “elemento suspeito” na qual Antonio a inocenta de ser comunista e que esta guardava papeis e documentos por amizade e não interesse e que a mesma havia recusado ingressar no PCB. E o termo termina com: “o declarante pretende assumir perante esta Delegacia tudo quanto elle disse é verdade e que nada ocultou em relação a outros factos que a policia supõe terem se passado com elle declarante e sujeita-se a qualquer penalidade desde que a policia venha a ter conhecimento desses factos” - *Termo de Declarações*, 12-09-1933, de Antonio Arini ao comissário de Ordem Social, Alfredo Pagliucchi, doc. 3, pront. n.º 2.470, “Antonio Arini”, DEOPS/APESP. Menos de um mês depois, Antonio serviu como testemunha contra “Paes Leme”.

Tendo-me encontrado com o militante comunista João Dell’Osso comunicou-me este que para hoje, a noite, haveria uma reunião de sympathizantes na cellula do Braz, residencia que eu ignoro ainda [...] Não pertencendo eu áquella cellula, é muito provável que não tomarei parte nessa reunião. Será bastante, porém, observar o ponto acima mencionado.⁵⁶²

É possível então, enquanto hipótese, supor que “João de Moraes” morasse próximo a João, no Pari, podendo ser membro de alguma outra célula, como a do Belém, Canindé ou Barra Funda, sendo mais plausível que, supostamente sendo da região do Pari, fosse membro na célula do Canindé, a mesma a qual pertencia Fernando Parra, Estevam Lozano e José Fratine – lembrando que, em seu depoimento, Fratine menciona que conhece “Mulato” (João De Losso)⁵⁶³.

Figura 43 - “agitadores presos na alfaiataria da rua Rodrigues dos Santos”, 12-09-1933



Fonte: Pront. n. 9561, “Delegacia Regional de Santos”, v. 4, doc. 45, DEOPS/APESP.

Segundo a matéria do jornal *A Platéia*, “nos interrogatorios a que foram submetidos, cahindo em varias contradicções e acusando-se mutuamente, os communistas fizeram revelações interessantes e preciosas para a policia”. Ainda segundo o mesmo jornal, “afirmaram seus companheiros” que Alfredo Soares, “o alagoano”, era dirigente dessa “cellula” vermelha,

⁵⁶² *Informe reservado*, 02-09-1933, “reservado João de Moraes”, doc. 1, pront. n.º 2.475, “João Dell’Osso”, DEOPS/APESP.

⁵⁶³ Depois do ocorrido João De Losso foi enviado ao Presidio Politico do Paraiso e no dia 14 de setembro, 12 dias depois de sua prisão, o delegado de Ordem Social pediu que o chefe do Gabinete de Investigações providenciasse que João fosse apresentado a Delegacia, “hoje á noite [...], afim de ser posto em liberdade após declarações que deverá prestar”. No *Termo de Declarações* daquela noite afirma ter frequentado a UOFT a partir de maio e que agiu junto a Fernando Parra. Termina dizendo que “pretende desistir de toda e qualquer atividade comunista, bem como não pertencer mais a cellula nenhuma”. – pront. n.º 2.475, “João Dell’Osso”, docs. 3 e 4, DEOPS/APESP

ministrando lições e ensinamentos aos neófitos e veteranos...”⁵⁶⁴. O relatório de antecedentes é ainda mais enfático: “Aliás, todos os detidos foram unânimes em afirmar que a reunião havia sido convocada por esse indivíduo, de parceria com Paes Leme”⁵⁶⁵. Ou seja, uma vez capturado Alfredo, que havia chegado à capital quatro dias, restava ainda ao menos um membro enviado pelo Comitê Central a ser capturado.

Dos oito detidos, notam-se duas questões: primeiro, José Dirman é o único que não possui prontuário (o que não quer dizer que nunca tenha tido e é preciso indagar o porquê de não ter sido preservado); segundo, dos oito detidos, Alfredo Soares foi o único encaminhado ao Presídio Político da Ilha dos Porcos. Identificado no dia 5 de setembro com averiguação de “comunista”⁵⁶⁶, em algum momento foi enviado para o Presídio do Paraíso, mas no dia 19 de setembro, “em vista de seu precário estado de saúde”, foi transferido para a enfermaria da Cadeia Pública por ordem do médico do Posto Médico da Assistência Policial^{567 568} - afinal, “interrogado na Delegacia de Ordem Social, além de não ter declinado seu verdadeiro nome, disse não ter residência e nem ocupação [...] disse residir na cidade de Maceió, á rua Urubu. Foi telegrafado para aquela cidade, e a resposta foi negativa”⁵⁶⁹. No dia 25, ainda internado, o

⁵⁶⁴ A *Platêa* (recorte), 12-09-1933, pront. n.º 561, “Delegacia Regional de Santos”, v. 4, doc. 46, DEOPS/APESP.

⁵⁶⁵ *Antecedentes de Alfredo Soares ou Raphael de Souza Guedes*, sem data, pront. n.º 2.473, “Alfredo Soares”, doc. 9, DEOPS/APESP.

⁵⁶⁶ É possível a data de sua passagem pelo Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações pela foto anexada ao seu prontuário - n.º 2.473, “Alfredo Soares”, DEOPS/APESP.

⁵⁶⁷ *Comunicação n.º 137*, 19-09-1933, do diretor do Presídio Político da Capital, Americo Porto Alegre, com carimbo “Presídio Paraíso”, para o delegado de Ordem Social, Ignacio Costa Ferreira, pront. n.º 2.473, “Alfredo Soares”, doc. 5, DEOPS/APESP.

⁵⁶⁸ Criado em 1911, o Posto Médico da Assistência Policial servia como serviço público de atendimento aos primeiros socorros de emergência na capital, fossem acidentes em via pública, maus súbitos domiciliares, atendimento a cidadãos encarcerados, transporte de enfermos e, inclusive, de internação de certos tipos sociais, como população em situação de rua, “alienação mental” e outras populações marginalizadas. Alfredo foi encaminhado para lá por prescrição do “Dr. Ulisses Barbuda medico da Assistencia Policial”, indicando que o primeiro atendimento foi realizado nas dependências do Paraíso. Consultando de forma ainda inicial as ocorrências registradas naquele ano, “Dr. Ulysses Barbuda” aparece, por exemplo, em uma ocorrência em 09-01-1933 (n.º 143.798, E14.338, Assistência Policial/APESP). A partir do decreto estadual n.º 4.715, de 23 de abril de 1930, ficou definido que incumbia àquela instituição, cujo diretor era escolhido pelo chefe de polícia (art. 295), “prestar socorros medico-cirurgicos, em idênticas condições, nas delegacias de policia” (art. 296, alínea c) e outros locais públicos e privados, como também “quaesquer outros serviços determinados pelo Chefe de Polícia” (art. 296, alínea d). Ficava definido também que todas as ocorrências seriam registradas pelos médicos e rubricada pelo diretor (art. 323), porém, “se o socorro envolver segredo profissional [...] o registro será reservado” (art. 324, grifo meu), sendo anotado em “folha avulsa [...] inviolável” (art. 324, §1º) – obviamente não há uma definição do que possa ser “segredo profissional” e as situações previstas para uso desse dispositivo de exceção, cabendo ao diretor a avaliação da situação. Três anos depois, durante a interventoria do general de divisão Waldomiro Castilho de Lima, há o decreto estadual n.º 5.892, de 25 de abril de 1933, com alguns redimensionamentos: o pessoal é dobrado: se em 1930 eram 35 funcionários ao todo, passam a 79, pelo novo decreto (arts. 2 e 3); o cargo de diretor continuou sendo designado pelo chefe de polícia, em caráter anual (art. 2, §1) e foi definido que os médicos teriam direito a “aparelhos telefônicos em sua residência” (art. 8).

⁵⁶⁹ *Antecedentes de Alfredo Soares ou Raphael de Souza Guedes*, sem data, pront. n.º 2.473, “Alfredo Soares”, doc. 9, DEOPS/APESP. No prontuário consta a resposta do chefe de policia de Alagoas, Arthur Juca, ao chefe do Gabinete de Investigações, Carvalho Franco, negando o endereço informado por Alfredo. Em seu prontuário não consta o Termo de Declarações.

delegado de Ordem Social informou ao delegado de Vigilância e Capturas sobre os “antecedentes comunistas” de Alfredo e outros, o que pode indicar uma ordem para nova transferência⁵⁷⁰. Tendo alta da enfermaria após nove dias internado, retornou ao Presídio do Paraíso⁵⁷¹ e no dia 6 de outubro de 1933, sexta-feira, desembarcou na Ilha dos Porcos⁵⁷².

É relacionado a esse endereço da Rua Rodrigues dos Santos n.º 124-B, que outra questão torna questionável o preparo do PCB em São Paulo nos anos e no recorte dos prontuários aqui analisados. Não raramente as células continuavam operando nos mesmos locais após as “batidas”. Aconteceu, por exemplo, ao longo de 1932, na antiga célula do Brás que funcionava na Rua Visconde de Parnahyba, n.º 451, onde em abril daquele ano, só para citar os que foram remetidos a Ilha dos Porcos, tanto Mario Rodrigues quanto Juvenal Soares foram lá detidos, assim como João Freire de Oliveira, de Santos, foi também mencionado como participante de uma das reuniões que lá ocorreram. O fato é que, naquele mesmo mês, em 16 de setembro de 1933, Mario Palermo, outro comunista sob “campana” do inspetor Ernane de Oliveira, provavelmente um rosto conhecido por participar de diversas diligências da Delegacia de Ordem Social, dirigiu-se novamente para a Rua Rodrigues Santos, n.º 124-B, onde encontrou-se com outros comunistas, como Antonio Arini – ambos detidos no mesmo local, duas semanas antes. Por ser o relato de “campana” mais extenso e detalhado, optei por transcreve-lo e traçar o trajeto:

Cumpre-me levar ao vosso conhecimento que em obediência a quanto me determinastes, segui hoje os passos do militante comunista Mario Palermo, desde sua residencia, á sua Cesario Ramalho 71 [Cambuci], e a começar das 19 horas. Pouco depois, o vigiado sahiu de sua casa e, na esquina da rua Justo Azambuja tomou um electrico com destino á cidade. Desceu na Praça João Mendes e foi até o Cine-Theatro Recreio [então próximo a Rua Riachuelo], onde se demorou poucos minutos, tendo conversado com um rapaz que estava em frente áquelle theatro. Foi para o largo da Sé e alli tomou o bond Bresser, via Maria Marcolina. Apeando ao fim rua citada, seguiu, á pé, por varias ruas daquelle arrabalde, até chegar ao largo de Santo Antonio do Pary. Nessa Praça [Padre Bento], parou por alguns instantes, olhando em redor da mesma. Conservei-me debaixo do arco da entrada da Igreja [Santo Antonio], sita no mesmo largo e observei todos seus movimentos. Em dado momento, acompanhado de um sr. baixo e de idade avançada seguiu pela rua Rodrigues dos Santos, até entrarem numa loja, que depois vi ter o n.º 124-B, tendo antes levantado a porta de ferro da mesma. “Acampanado” aquelle prédio, verifiquei que alli entraram mais tres pessoas, entre ellas o comunista Antonio Arinis, ha pouco detido nesta Capital, por fazer parte de uma cellula do Belemzinho.

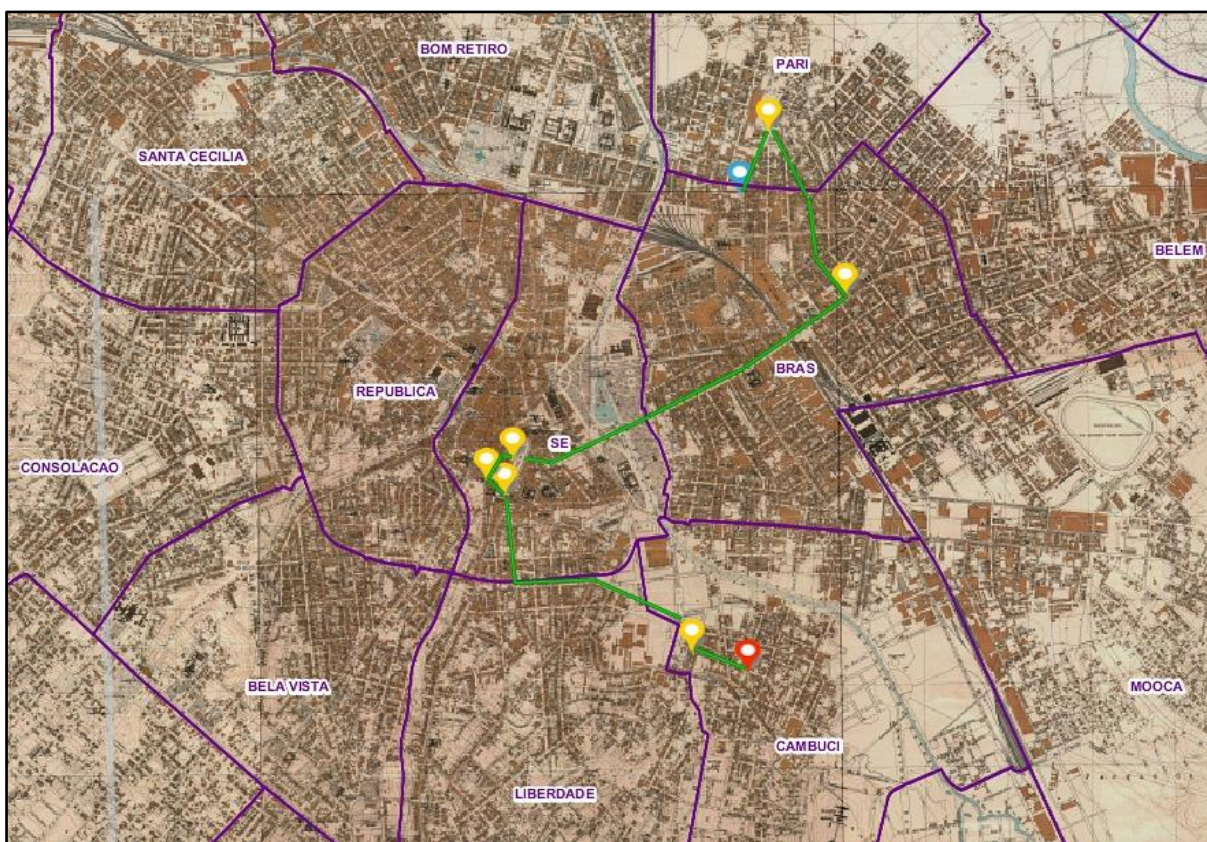
⁵⁷⁰ *Comunicação*, 25-09-1933, do delegado de Ordem Social para o delegado de Vigilância e Capturas, pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares” doc. 33, DEOPS/APESP.

⁵⁷¹ *Comunicação n.º 7*, 28-09-1933, do diretor do Presidio Politico da Capital, Americo Porto Alegre, com carimbo “Presidio Paraíso”, para o delegado de Ordem Social, Ignacio Costa Ferreira, pront. n.º 2.473, “Alfredo Soares”, doc. 8, DEOPS/APESP.

⁵⁷² *Livro de matrícula*, PEIA.

Comuniquei-me com V. S., relatando as minhas observações e aguardei a chegada inspetores, para conforme as vossas ordens, effectuar a deligencia.⁵⁷³

Mapa 2 - Atividade de “campana” sobre Mario Palermo, de sua casa (v) até sede da célula do Brás (azul)⁵⁷⁴



Fonte: Elaborado e editado pelo autor a partir do portal *GeoSampa* sobre o Mapeamento SARA (1930).

5.3.2 O mimeógrafo da Juventude Comunista e outros detidos de setembro

Como dito anteriormente, entre o final de agosto e início de setembro a Delegacia de Ordem Social estava à procura de eventuais membros do Comitê Central enviados a São Paulo, assim como na descoberta da localização da nova máquina tipográfica adquirida pelo partido. A polícia secreta já havia coagido o militante José Fratine a se tornar um informante, e logo no segundo dia do mês havia capturado um membro do Comitê Central e desarticulado uma recém-formada célula, que contava com simpatizantes e pessoas que iam pela primeira vez a uma reunião comunista.

⁵⁷³ *Comunicação interna*, 16-09-1933, do inspetor Ernane de Oliveira, ao delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, doc. 8, pront. n.º 2.948, “Cellulas Communistas”, DEOPS/APESP.

⁵⁷⁴ Este é um trajeto aproximado a partir das referências informadas por Ernane. O trajeto destacado possui aproximadamente 7 km.

Figura 44 - Fotografia de Santos Massafera Barros, 09-09-1933



Fonte: Pront. n.º 1.369, DEOPS/APESP.

Na manhã do dia 6 de setembro, quarta-feira, Santos Massafera Barros foi detido. Mineiro de “Baependy”, “cútiis branca”, solteiro e com 23 anos, trabalhava em uma loja na Rua 25 de Março e morava na “Estrada de São Miguel”, hoje chamada Avenida São Miguel⁵⁷⁵. Detido em 1931 por manter ligações com Paulo de Lacerda e “correspondência subversiva com a Republica Uruguaya”, foi novamente detido em abril de 1932 quando distribuía “boletins communistas” no Cine-Theatro Penha, sendo enviado para a 4ª Delegacia Auxiliar do Rio de Janeiro e, depois, para a Colônia Correccional Dois Rios (CCDR)⁵⁷⁶.

Naquela quarta-feira, preparava-se para ir a Minas Gerais quando foi “detido para averiguações”:

São Paulo, 6/9/33.

Titio

Quando prevarava-me para embarcar para Baependy fui preso. Peço falar a [ilegível] a meu respeito.

Do sobrinho

Santinho⁵⁷⁷

O inspetor José Gomes, sob ordens do comissário da Delegacia de Ordem Social, deteve Santos Massafera às 9h30min. “para averiguações”. Na primeira abordagem, na Rua Monsenhor de Andrade, no Brás, disse chamar “Pedro Soares”⁵⁷⁸ e conseguiu fugir, mas só até a Rua Benjamim de Oliveira. “Não encontrando documentos communistas”, foi recolhido à carceragem do Gabinete de Investigações⁵⁷⁹. A polícia tinha informação de que Santos “vinha

⁵⁷⁵ “Importante ligação entre o bairro da Penha de França e São Miguel Paulista, a avenida São Miguel tem início a partir de um trecho da avenida Amador Bueno da Veiga. Esta denominação é uma homenagem ao distrito de São Miguel Paulista (antiga Aldeia de Ururaf), região leste da Cidade de São Paulo, tem sua data oficial de fundação o dia 21 de setembro de 1962 [...]Nome anterior do logradouro: conhecido por "Estrada São Paulo - Rio" e "Estrada de São Miguel". Disponível em: <<https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/>>, acesso em 17 mar. 2020.

⁵⁷⁶ *Antecedentes communistas de Santos Massafera Barros*, 25-09-1933, Delegacia de Ordem Social, pront. n.º 1.369, “Santos Massafera Barros”, doc. 28, DEOPS/APESP.

⁵⁷⁷ *Carta manuscrita*, pront. n.º 1.369, “Santos Massafera Barros”, doc. 25, DEOPS/APESP.

⁵⁷⁸ Curioso pensar a similaridade de sobrenome informado em Alfredo Soares, Juvenal Soares e “Pedro Soares”.

⁵⁷⁹ *Comunicação interna*, 06-09-1933, do inspetor José Gomes para o delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, pront. n.º 1.369, “Santos Massafera Barros”, doc. 24, DEOPS/APESP.

se ligando às cellulas do bairro do Braz” e que havia transportado exemplares do *A Classe Operaria* em um caixão, da casa de Oddone Marangoni, “conhecido barbeiro comunista”, até a residencia de Angelo Ceraccini⁵⁸⁰. Depois, “conforme ficou devidamente apurado”, passou a constar que foi detido “por ser elle o recebedor e distribuidor, nesta Capital, do jornal orgam central do Partido Comunista Brasileiro”⁵⁸¹, recebendo o material que vinha do Rio de Janeiro, além de manter “ligações com varias cellulas comunistas de S. Paulo”⁵⁸².

Pelos documentos é possível supor que Santos Massafera foi “apontado” por alguma informação reservada, como o caso do transporte dos jornais usando um caixão. Como houve uma ordem para que ele fosse detido para “averiguações”, é possível, além, que a polícia tenha feito uma detenção de rotina sobre um fichado como comunista buscando apreender algum material ou conseguir alguma informação a respeito da máquina tipográfica, ou validar qualquer suspeita já desenhada sobre ele ou das ações de propaganda do PCB.

Uma outra prisão, aparentemente aleatória, aconteceu na semana seguinte, terça-feira, dia 13 de setembro, às “16: 30 horas”⁵⁸³.

Figura 45 - Foto de Juvenal Soares



Fonte: Pront. n.º 1.664, DEOPS/APESP.

Juvenal Soares, que havia escapado das prisões de abril que detiveram Roberto Morena e Mário Rodrigues e os enviaram para Ilha dos Porcos, Juvenal retornou a São Paulo aos fins de agosto, ainda como secretário da Juventude Comunista para reorganizar as células

⁵⁸⁰ *Comunicação interna*, 06-09-1933, do inspetor José Gomes para o delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, pront. n.º 1.369, “Santos Massafera Barros”, doc. 23, DEOPS/APESP.

⁵⁸¹ *Antecedentes de Santos Massafera Barros*, 20-12-1933, Delegacia de Ordem Social, pront. n.º 1.369, “Santos Massafera Barros”, doc. 27, DEOPS/APESP.

⁵⁸² *Antecedentes comunistas de Santos Massafera Barros*, 25-09-1933, Delegacia de Ordem Social, pront. n.º 1.369, “Santos Massafera Barros”, doc. 28, DEOPS/APESP. Provavelmente este é o relatório de antecedentes que o delegado de Ordem Social remete ao delegado de Vigilâncias e Capturas, junto com os antecedentes de Juvenal Soares e Alfredo Soares, em 25 de setembro, provavelmente já organizando o envio destes para a Ilha dos Porcos – pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, DEOPS/APESP. Juvenal e Alfredo estavam no Paraíso e é possível imaginar que Santos Massafera também estivesse lá, provavelmente transferido após ser fotografado no Serviço de Identificação do Gabinete no dia 09 de setembro.

⁵⁸³ *Comunicação interna*, 13-09-1933, dos inspetores José Gomes, Amador Braga Filho, e Ernane de Oliveira, para o delegado de Ordem Social, pront. n.º 2.270, “Luiz Cyrillo”, doc. 2, DEOPS/APESP.

da capital. Descrito então como de “côr branca”, paulistano com 24 anos, padeiro e solteiro, foi abordado por uma “ronda volante” na Rua Piratininga, Brás. Foi também detido com ele o “menor” Luiz Cyrillo (“Pintorzinho”) e ambos foram enviados para a Delegacia de Ordem Social, onde foram interrogados⁵⁸⁴.

Apesar de não haver um Termo de Declarações preservado no prontuário de Juvenal, o de Luiz Cyrillo informa que o comissário de Ordem Social, Alfredo Pagliucchi, tomou frente do depoimento, onde o “menor” de 17 anos foi descrito como de “côr branca”, solteiro e pedreiro, residente na “Villa Buenos Ayres” na Penha⁵⁸⁵. Porém, Luiz “declinou apenas os vulgos de seus companheiros de cellulas que tomavam parte nas reuniões”, mas apesar da lamentação dos inspetores em relação ao “apenas”, Luiz ainda “confessou que pertencia à Juventude Comunista, para a qual foi arrastado por Juvenal, e bem assim seus companheiros”⁵⁸⁶. Luiz, além de confirmar que Juvenal era “elemento de ligação com o Comitê de Zona e quem sempre levava material de propaganda”, afirmou também que, apesar de “Primo” ser o secretário da célula, era Juvenal quem marcava as reuniões e avisava os membros. Durante o depoimento, Luiz foi também interpelado por fotografias que lhe foram apresentadas pelo policial inquisidor, reconhecendo nelas Manoel Aristides e Santos Massafra Barros, acrescentando que este “lhe foi apresentado por Juvenal Soares como membro do Partido”⁵⁸⁷. Em posse dos nomes dos demais membros da célula da Penha, no dia 15, sexta-feira, foram feitas as diligências e detenções de todos os membros, apreendendo material de propaganda, “livros de leninismo” e atas das reuniões encontradas na residência de Antonio Perez Garcia (“Primo”) – “desde logo confessaram suas actividades na cellula á qual pertencem, alegando que foi Juvenal Soares quem a forneceu”.⁵⁸⁸

No mesmo dia 15, Luiz Cyrillo foi apresentado ao delegado de Vigilância e Capturas por “propaganda comunista”⁵⁸⁹, apesar de nenhum material ter sido apreendido, a não ser um papel assinado por Juvenal Soares comunicando uma reunião que ainda não havia acontecido. E do Gabinete de Investigações foi enviado ao “Juiz de Menores”:

⁵⁸⁴ *Comunicação* interna, 14-09-1933, dos inspetores Ernane Dias Oliveira, José Gomes e Amador Braga Filho, para o delegado de Ordem Social, pront. n.º 2.270, “Luiz Cyrillo”, doc. 4, DEOPS/APESP.

⁵⁸⁵ *Termo de Declarações*, 14-09-1933, pront. n.º 2.270, “Luiz Cyrillo”, doc. 3, DEOPS/APESP.

⁵⁸⁶ *Comunicação* interna, 14-09-1933, dos inspetores Ernane Dias Oliveira, José Gomes e Amador Braga Filho, para o delegado de Ordem Social, pront. n.º 2.270, “Luiz Cyrillo”, doc. 4, DEOPS/APESP.

⁵⁸⁷ *Termo de Declarações*, 14-09-1933, pront. n.º 2.270, “Luiz Cyrillo”, doc. 3, DEOPS/APESP.

⁵⁸⁸ OS demais membros eram: Alberigo Rago (“Gordo”, 17 anos), Antonio Perez Garcia (“Primo”, 16 anos), Henrique Schereinen (“Russo”, 19 anos) - *Comunicação interna*, 15-09-1933, dos inspetores Ernane Dias Oliveira, José Gomes e Amador Braga Filho, para o delegado de Ordem Social, pront. n.º 1.664, “Juvenal Soares”, doc. 30, DEOPS/APESP.

⁵⁸⁹ *Comunicação*, 15-09-1933, do comissário de Ordem Social para o delegado de Vigilância e Capturas, pront. n.º 2.270, “Luiz Cyrillo”, doc. 8, DEOPS/APESP.

O **menor** em questão, **catechizado por elementos agitadores do Partido Comunista**, vinha desenvolvendo **perigosa atividade** nos meios communistas desta capital, motivo porque esta Delegacia, no cumprimento de seus **deveres atinentes á defesa social de São Paulo**, teve necessidade de detel-o no dia 13 do corrente, no momento em que confabulava com o conhecido agitador Juvenal Soares. (grifo meu) ⁵⁹⁰

Não seria a última passagem de Luiz. No mês seguinte, no dia 17 de outubro, a Delegacia de Ordem Social, ainda em investigações, realizou nova “batida” em sua casa. Encontraram um mimeografo portátil dentro de um saco de estopa que estava enterrado no quintal⁵⁹¹, utilizado ainda em setembro por Juvenal Soares para a impressão de “cerca de 300 boletins”. Porém, a polícia necessitou ir duas vezes a casa de Cyrillo: na primeira, “tentou negar alli detivesse o mimeographo, **mas na Delegacia, perante a autoridade achou melhor confessar** e indicar o local”, “acompanhando a policia em sua casa, a ella indicou o local exacto onde se encontrava enterrado”⁵⁹². Já no comunicado interno os inspetores afirmaram que “a principio Luiz Cyrillo tentou negar [...], mas por fim, **“baratinado”** acabou indicando o local”⁵⁹³ e apontou também que era o espanhol Victor Garcia quem utilizava o mimeógrafo, já detido desde o dia 3 de outubro.

Figura 46 - Exemplo de “Typographia” do Partido Comunista onde imprimiam o jornal “A Classe Operaria”, na Avenida Celso Garcia, São Paulo, agosto de 1932



Fonte: Pront. n.º 2.918, “Manoel Ferreira da Silva”, DEOPS/APESP.

⁵⁹⁰ *Ofício*, 15-09-1933, do comissário de Ordem Social para o “Dr. Juiz de Menores”, pront. n.º 2.270, “Luiz Cyrillo”, doc. 9, DEOPS/APESP.

⁵⁹¹ *Comunicação*, 18-10-1933, do delegado de Ordem Social para o Chefe do Laboratorio de Policia Technica, pront. n.º 2.270, “Luiz Cyrillo”, doc. 13, DEOPS/APESP.

⁵⁹² *Termo de Declarações*, 18-10-1933, realizado pelo delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, pront. n.º 2.270, “Luiz Cyrillo”, doc. 12, DEOPS/APESP.

⁵⁹³ *Apprehensão de um mimeógrafo*, inspetores que iniciaram as investigações e concluíram as diligencias: Luiz Apolônio, Ernane dias Oliveira, José Gomes e Amador Braga Filho, doc. 14, pront. n.º 2.270, “Luiz Cyrillo”, DEOPS/APESP.

Figura 47 - Mimeógrafo apreendido no quintal de Luiz Cyrillo



Fonte: Pront. n.º 2.270, DEOPS/APESP.

Enquanto Santos Massafera e Juvenal Soares permaneciam presos na capital, no sábado 30 de setembro, Angelo Moura (“Mauro”) foi detido por ser “elemento activo e, em virtude de sua propaganda, ultimamente aumentada”⁵⁹⁴. No talão, o “local de prisão” aponta “Dr. Clementino”, mesma rua onde habitava, detido em uma ação da Delegacia de Ordem Social promovida pelos inspetores de sempre: Ernane Dias Oliveira, José Gomes e Amador Braga Filho⁵⁹⁵.

Figura 48 - Foto de Angelo Moura



Fonte: Pront. n.º 2.162, DEOPS/APESP.

Angelo, natural de Porto Ferreira/SP, “branco”, solteiro, pintor e com 27 anos⁵⁹⁶, era ainda irmão de Ernesto Moura, “activo militante da Federação da Juventude

⁵⁹⁴ *Antecedentes de Angelo Moura, vulgo “Mauro”, sem data, doc. 2, pront. n.º 2.162, “Angelo de Moura”, DEOPS/APESP.*

⁵⁹⁵ *Talão de prisão, 30-09-1933, doc. 3, pront. n.º 2.162, “Angelo de Moura”, DEOPS/APESP.*

⁵⁹⁶ *Livro de registros, PEIA.*

Comunista”⁵⁹⁷. De todos os prontuários de detidos por atividade política que foram remetidos a Ilha dos Porcos, este é o único que possui um documento de intimação para prestar esclarecimentos anexado ao prontuário. O prontuário de Angelo também possui outra particularidade em relação aos demais: em uma folha de antecedentes consta que é elemento prontuariado desde 1932 e consta sua ficha de adesão ao PCB; porém, seus documentos são majoritariamente de 1937, quando foi preso em novembro e julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional no ano seguinte; inclusive, em sua ficha de identificação, onde a cada detenção, pronuncia ou sentença são anotadas no verso da capa, nada consta anterior a 1937. Em uma antiga anotação, ainda de 1932, é descrito como “activo e inteligente,” “membro de cellula” e do “Comité Regional do Partido Comunista”, no qual “conseguiu organizar varias cellulas de fabricas”.

Uma possibilidade para esta escassez de documentos para o ano de 1933 é que Angelo conseguiu, por um tempo, se manter afastado da malha policial devido ao uso do codinome “Mauro”:

Em muitas actas de cellulas, a delegacia de Ordem Social vinha notando a existencia de nome “Mauro”, como um dos que mais se salientava nessas reuniões clandestinas. Finalmente, após diversas investigações, foi identificado como sendo o comunista Angelo de Moura, motivo porque foi detido no dia 30 de setembro.⁵⁹⁸

O documento de antecedentes mencionado no excerto acima, redigido em 06-10-1933, pode indicar a data aproximada em que Angelo foi enviado ao Presídio Político do Paraíso após sua “legitimação” como “comunista” no dia 4 de outubro, permanecendo no Paraíso até ser enviado a Ilha dos Porcos.

Porém, tempos depois, Angelo também foi identificado como 1º Secretário da Comissão Executiva do Comité de Frente Única Anti-Guerreira, tal como relatou anos mais tarde o inspetor Luiz Apolônio no processo de Ozório César⁵⁹⁹.

⁵⁹⁷ *Antecedentes de Angelo de Moura, vulgo “Mauro”, 06-10-1933, doc. 7, pront. n.º 2.162, “Angelo de Moura”, DEOPS/APESP.*

⁵⁹⁸ *Antecedentes de Angelo de Moura, vulgo “Mauro”, 06-10-1933, doc. 7, pront. n.º 2.162, “Angelo de Moura”, DEOPS/APESP.*

⁵⁹⁹ TSN/Arquivo Nacional, *Apelação n.º 94, Ozório Thaumaturgo César, BR RJANRIO C8.0.APL.92, v.2, p. 149.*

5.3.3 Cai novamente o “Secretariado” de São Paulo e membros estrangeiros

Figura 49 - Avenida São João com Rua Vitória (1929)



Fonte: *Dicionário de Ruas*, Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <<https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/>, acesso em 03 abr. 2019.

Na manhã de domingo, 1º de outubro, dia seguinte à prisão de Angelo Moura, inspetores da Delegacia de Ordem Social estavam “acompanhando” o militante comunista Antonio Zibordi (“Bahiano”), que caminhou até a um “ponto de encontro” na esquina da Rua Victoria com a Avenida São João⁶⁰⁰. Encontrou-se primeiro com Guido Romani e, em seguida, com Alvaro José de Souza Abreu. Por volta das 7h30min. estavam todos tomando café na padaria da esquina⁶⁰¹. Os inspetores, que já conheciam Antonio, desconheciam dois do trio, mas ao reparem no terceiro, “os traços fisionômicos [...] correspondiam aos de Paes Leme, conforme indicação daqueles que o conheciam”⁶⁰². Assim, os três foram detidos e encaminhados para a carceragem do Gabinete de Investigações⁶⁰³.

Guido foi interrogado no mesmo dia de sua detenção, afirmando que estava no Brasil há 20 dias, procedente do Uruguai⁶⁰⁴. Porém, “negava-se, este, a fornecer sua residencia.

⁶⁰⁰ *Antecedentes de Alvaro José de Souza Abreu, vulgo “Paes Leme”*, sem data, doc. 27, Gabinete de Investigações, pront. n.º 2.558, “Alvaro Jose de Souza Abreu”, DEOPS/APESP.

⁶⁰¹ *Termo de Declarações de Alvaro José de Souza Abreu, 05-10-1933*, realizado pelo comissário de Ordem Social, Alfredo Pagliuchi, doc. 7, pront. n.º 2.558, “Alvaro Jose de Souza Abreu”, DEOPS/APESP.

⁶⁰² *Antecedentes de Alvaro José de Souza Abreu, vulgo “Paes Leme”*, sem data, doc. 27, Gabinete de Investigações, pront. n.º 2.558, “Alvaro Jose de Souza Abreu”, DEOPS/APESP.

⁶⁰³ Entretanto, a data que os inspetores comunicam o delegado de Ordem Social é dia 3. Por isso, alguns documentos do prontuário afirmam a data de prisão no dia 3. No prontuário de Alvaro José há documento afirmando que a data de prisão foi dia 2 de outubro. Ou seja, um simples exemplo de como, para ser montada uma cronologia é necessário, muitas vezes, checar mais de um prontuário e aglutinar os documentos e suas informações.

⁶⁰⁴ *Folha de identificação*, seção “Histórico” no verso, anotado a mão a informação com “(em 1-10-1933)”, doc. 1, pront. n.º 2.563, “Guido Romani”, DEOPS/APESP.

Por fim, **após vários interrogatorios**, confessou estar residindo á rua Santo Antonio 252”⁶⁰⁵. Então, “após vários interrogatorios” num espaço de dois dias, na terça-feira o chefe do GI, Francisco de Assis Carvalho Franco telegrafou ao chefe de polícia de Montevideú informando o nome, filiação e endereço de Guido Romani para que as informações fossem confirmadas⁶⁰⁶. Em conjunto, o delegado de Ordem Social entrou em contato com o Cônsul Geral da Itália em São Paulo, até confirmarem que Guido era italiano, possuía 32 anos, era pedreiro, solteiro e morava no Uruguai desde a década de 1920⁶⁰⁷. No mesmo dia 3, às 19 horas, o delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, acompanhado do escrevente e das testemunhas “Sallim Mattar” (prontuariado como comunista e do Paraná) e “Humberto Sollaro” (morador da Rua dos Gusmões, a mesma da delegacia), se dirigiram ao endereço informado para busca e apreensão no local⁶⁰⁸.

Compreendia-se a sua relutância [após os “vários interrogatorios” de Guido Romani]. É que na casa citada, além do material alli encontrado, residiam Bernardo Drelichman e o conhecido e velho agitador comunista Henrique Covre. (grifo meu)
609

Figura 50 - Foto de Moysés Bernardo Drelichman



Fonte: Cedula de Identidad (Republica del Paraguay), pront. n.º 2.557, DEOPS/APESP.

Moysés nasceu em Varsóvia, estava solteiro e tinha 24 anos. Quinze dias antes de sua prisão cruzou a fronteira entre Paraguai e “Matto Grosso” e estava dividindo quarto com Henrique Covré e Guido, numa residência paga pelo PCB, vez que todos eram recém-chegados estavam desempregados⁶¹⁰. Em seu depoimento, Moysés “não provou suficientemente as

⁶⁰⁵ *Informe sobre os antecedentes de Moysés Bernardo Drelichman*, 20-12-1933, Delegacia de Ordem Social, doc. 29, pront. n.º 2.557, “Moyses Bernardo Drelichman”, DEOPS/APESP.

⁶⁰⁶ *Telegrama*, 03-10-1933, do chefe do GI para o chefe de polícia de Motevidéu, doc. 3, pront. n.º 2.563, “Guido Romani”, DEOPS/APESP.

⁶⁰⁷ *Oficio* 09-10-1932, do delegado de Ordem Social para o “Snr. Consul Geral da Italia em S. Paulo”, doc. 6, pront. n.º 2.563, “Guido Romani”, DEOPS/APESP. Esta comunicação foi respondida no dia 26 de outubro.

⁶⁰⁸ *Auto de Busca e Apreensão*, 03-10-1933, doc. 2, pront. n.º 2.563, “Guido Romani”, DEOPS/APESP.

⁶⁰⁹ *Informe sobre os antecedentes de Moysés Bernardo Drelichman*, 20-12-1933, Delegacia de Ordem Social, doc. 29, pront. n.º 2.557, “Moyses Bernardo Drelichman”, DEOPS/APESP.

⁶¹⁰ Segundo as declarações de Guido Romani. Porém, os recibos dos alugueis estavam no nome de “Luiz Pellerin”, nome utilizado por Henrique Covré. No prontuário de Covré há dois recibos, de 26-08 e 26-09 - *Termo de Declarações* de Guido Romani, 09-10-1933, realizado pelo delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira,

finalidades de sua estadia no Brasil” e o fato de estar morando com comunistas e sem trabalho fez surgir a hipótese, para a polícia, de que era agente de ligação: “e a Delegacia de Ordem Social, habituada com essas manobras, colheu provas que, de facto [...] é um perigoso comunista”⁶¹¹ – constataram ser ele um “enviado”⁶¹².

É importante pontuar que em 15 de setembro, agentes reservados da polícia santista conseguiram informações de que “há uns doze dias chegou de Montevideo um agente comunista de ligação”, recepcionado pelo jornalista e anarquista Edgard Leuenroth, “com quem seguiu para essa Capital”⁶¹³. É possível que tenha sido Guido, por este ter chegado a São Paulo utilizando o porto de Santos, ao contrário de Moisés. A preocupação da polícia com possíveis membros estrangeiros e sobretudo vindos do Uruguai pode ter ligação com o fato de que a Internacional Comunista (IC) tinha o Birô Sul-Americano (BSA) sediado naquele país (VIANNA, 2014)⁶¹⁴.

Figura 51 - Foto de Henrique Covré



Fonte: Pront. n.º 186, DEOPS/APESP.

Já Henrique Covré estava há dois meses em São Paulo, vindo do Rio Grande do Sul, onde exercia momentaneamente suas atividades⁶¹⁵ – portanto, retornou a capital paulista pouco após a chegada de “Paes Leme”. Mineiro de “Guarany”⁶¹⁶, era casado, mecânico e tinha 37 anos quando foi para a Ilha dos Porcos⁶¹⁷. Considerado como “velho comunista, com

doc. 5, pront. n.º 2.563, “Guido Romani”, DEOPS/APESP; *Antecedentes de Henrique Covré*, doc. 12, pront. n.º 186, “Henrique Covré”, DEOPS/APESP.

⁶¹¹ *Informe sobre os antecedentes de Moisés Bernardo Drelichman*, 20-12-1933, Delegacia de Ordem Social, doc. 29, pront. n.º 2.557, “Moyses Bernardo Drelichman”, DEOPS/APESP.

⁶¹² *Moyses Bernardo Drelichman, Comunista*, resumo de antecedentes, doc. 25, pront. n.º 2.557, “Moyses Bernardo Drelichman”, DEOPS/APESP. Não há “Termo de Declarações” no prontuário.

⁶¹³ *Ofício n.º 2.255*, 15-09-1933, do delegado regional de Santos para o delegado de Ordem Social, caixa 520, Acadepol/APESP.

⁶¹⁴ Segundo Marly de Almeida Gomes Vianna (2014), o Birô foi instalado em Buenos Aires em 1928 e lá permaneceu até o golpe militar do general José Felix Uriburu, em setembro de 1930.

⁶¹⁵ *Antecedentes de Henrique Covré*, doc. 14, pront. n.º 186, “Henrique Covré”, DEOPS/APESP. Não há “Termo de Declarações” no prontuário.

⁶¹⁶ Pequena cidade localizada na Zona da Mata, próxima a divisa com o estado do Rio de Janeiro. Uma coincidência a naturalidade de Henrique com o codinome do agente duplo da Delegacia de Ordem Social, “Guarany”.

⁶¹⁷ *Livro de matrícula*, PEIA.

inúmeras passagens pela Ordem Social”⁶¹⁸, e também com um período no Uruguai, “o velho e activo propagandista” já havia “ocupado cargos de confiança no Partido Comunista Brasileiro”⁶¹⁹. Henrique, uma vez instalado, recebeu Moysés e depois Guido Romani⁶²⁰, o que levou a polícia a justificar sua detenção por “estar elle, nesta Capital, com ligações importantes com os estrangeiros”, além do “vasto material comunista”⁶²¹ apreendido durante a atividade de busca. E foi esse material que “veio provar ser Covre membro do Comité Regional”⁶²².

E a terça-feira, 3 de outubro, realmente foi movimentada nos cômodos da Delegacia de Ordem Social e na carceragem do GI.

Figura 52 - Foto de Elviro dos Santos Paula



Fonte: Cartão de empregado (Cia Telephonica Brasileira), pront. n.º 2.532, DEOPS/APESP.

Naquele mesmo dia, a 3 km da Rua Santo Antônio onde foram detidos Moysés e Henrique Covré, Elviro⁶²³ foi preso na residência de n.º 159, na Rua José Paulino, Bom Retiro. Natural de Pelotas/RS, operário, solteiro e com 24 anos, Elviro estava na capital há apenas três dias, procedente do Rio de Janeiro. Uma das causas de sua detenção foi porque a Delegacia de Ordem Social vinha em contínuo serviço de vigilância sobre o prédio n.º 159, onde residia Noé Gertel, tesoureiro da Juventude Comunista⁶²⁴. É possível que ele tenha sido detido nas primeiras horas da manhã, quando os inspetores fizeram apreensão de documentos e decidiram montar uma vigilância para o resto do dia⁶²⁵ - ou foi detido somente após as 19 horas. No mesmo dia

⁶¹⁸ *Antecedentes de Moysés Bernardo Drelichman*, doc. 26, pront. n.º 2.557, “Moyses Bernardo Drelichman”, DEOPS/APESP.

⁶¹⁹ *Antecedentes de Henrique Covré*, doc. 14, pront. n.º 186, “Henrique Covré”, DEOPS/APESP.

⁶²⁰ *Termo de Declarações* de Guido Romani, 09-10-1933, realizado pelo delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, doc. 5, pront. n.º 2.563, “Guido Romani”, DEOPS/APESP.

⁶²¹ *Antecedentes de Henrique Covré*, doc. 14, pront. n.º 186, “Henrique Covré”, DEOPS/APESP.

⁶²² *Antecedentes de Henrique Covré*, doc. 12, pront. n.º 186, “Henrique Covré”, DEOPS/APESP.

⁶²³ Parece não haver acordo na documentação policial sobre qual era o verdadeiro nome, podendo também ser “Octavio José da Costa”. Como ele assina de próprio punho “Elviro dos Santos Paula”, seguirei esta grafia.

⁶²⁴ *Comunicação interna*, 03-10-1933, dos inspetores Ernane, José Gomes e Amador Braga, para o delegado de Ordem Social, doc. 6, pront. n.º 2.532, “Elviro Santos de Paula”, DEOPS/APESP.

⁶²⁵ “Verificado os documentos encontrados no quarto do detento Noé Gertel, conseguimos apurar que o mesmo, actualmente, ocupava o cargo de tesoureiro da Juventude Comunista. Assim sendo, julgamos acertado ficar o prédio onde Noé reside, em observação”. Foi assim também que detiveram Victor Garcia, às 19 horas -

foi submetido ao Termo de Declarações, um dos mais curtos do recorte desta pesquisa, no qual consta ter dito:

O declarante é comunista e, por conseguinte, fiel ao seu ideal e para não comprometer seus companheiros, não pode e não deve falar sobre o que sabe, inclusive sobre a procedência de uma fita de machina de escrever encontrada em seu poder; que o declarante reconhece como seus os documentos apprehendidos em seu poder hoje, pela policia, inclusive uma carta de sua progenitora, na qual esta pede ao declarante para deixar suas ideas; que o declarante tem mais amor ao Partido Comunista, do que á sua propria progenitora, motivo porque não atende aos apelos da mesma [...].⁶²⁶

Elviro não foi o único detido na residência. Victor Garcia, espanhol que havia fugido da Ilha dos Porcos em 16 de julho de 1932, também foi levado para a carceragem do Gabinete de Investigações. Ao contrário do primeiro, cujo termo é do mesmo dia da detenção, o de Victor é datado de seis dias depois, 9 de outubro – provavelmente porque ele, no momento em que foi detido, disse se chamar “Carlos Brickman”:

Detivemol-o e aqui nesta Delegacia deu o nome de Carlos Brikman, não ter residencia, nunca ter estado detido, não conhecer elemento comunista e proceder do Rio de Janeiro. Effectuamos uma busca nos prompturarios, conseguindo identifiical-o. Trata-se do individuo Victor Garcia, que em 16 de julho do anno p.passado, evadiu do **Presidio da Ilha dos Porcos**, em companhia de dois malandros, Victor Garcia, achava-se **recolhido naquele Presidio, por comunista perigoso e grande agitador de greves**. Actualmente, Victor é conhecido no Partido em milita, pelo pseudonymo de Mattos. Achava-se em grande actividade. (grifo meu)⁶²⁷

Apesar da informação ter sido corrigida pelos inspetores no mesmo dia 3, foi “legitimado” com tal nome⁶²⁸ e enviado para o Presídio Político do Paraíso com a nota “Carlos Brickman ou Victor Garcia”⁶²⁹.

O termo de Victor, apesar de extenso, se parece com os depoimentos de Roberto Morena: faz algumas menções sobre o PCB, mas geralmente focando em eventos passados e já do conhecimento da polícia, mas nega os eventos presentes – ou concordando em partes, por exemplo, ao citar algum companheiro já “fichado” – por exemplo, Victor confirma que ia a

Comunicação interna, 03-10-1933, dos inspetores Ernane Oliveira, José Gomes, Amador Braga, doc. 10, **pront. n.º 2.026**, “Victor Garcia”, DEOPS/APESP.

⁶²⁶ *Termo de Declarações*, 03-10-1933, realizado pelo delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, doc. 8, **pront. n.º 2.532**, “Elviro Santos de Paula”, DEOPS/APESP.

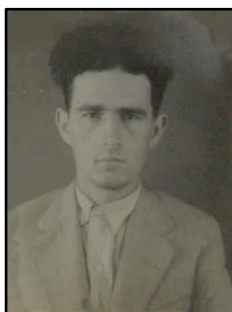
⁶²⁷ *Comunicação interna*, 03-10-1933, dos inspetores Ernane Oliveira, José Gomes, Amador Braga, doc. 10, **pront. n.º 2.026**, “Victor Garcia”, DEOPS/APESP.

⁶²⁸ *Boletim Negativo n.º 1.400*, 06-10-1933, legitimado em 04-10-1933, do Chefe do Serviço de Identificação para o delegado de Ordem Social, **pront. n.º 2.026**, “Victor Garcia”, DEOPS/APESP.

⁶²⁹ *Comunicação interna*, 06-10-1933, delegado de Ordem Social para o chefe do Gabinete de Investigações, **pront. n.º 2.026**, “Victor Garcia”, DEOPS/APESP.

casa de Noé Gertel (que já estava detido antes das prisões de Victor e Elviro), mas disse ao delegado que ia apenas para fazer refeições – afinal, ele havia sido detido na casa de Noé. Outro ponto no depoimento de Victor são as informações que ele cede, por exemplo, sobre como se articulava com “Mattos” e “Armando” nas atividades na capital, dando a entender que eram outros dois militantes. Mas havia dois poréns: primeiro, em seu termo há um “aditamento às declarações acima”, na qual ele confessa, em uma parte destacada do texto principal, que usava o nome “Armando Gomes” quando morava no Rio de Janeiro no primeiro semestre de 1933; a segunda situação é que, segundo a polícia, o codinome que vinha usando em São Paulo era justamente “Mattos” – ou seja, provavelmente adotou como estratégia repassar informações verídicas sobre seu passado em Santos e sua fuga da Ilha dos Porcos, assim como entregar informações falsas a polícia sobre suas atividades em São Paulo, sendo que “Armando” e “Mattos” eram codinomes dele próprio.

Figura 53 - Foto de Alvaro José de Souza Abreu



Fonte: Pront. n.º 2.558, DEOPS/APESP.

Ainda em 3 de outubro, o delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, enviou um telegrama ao delegado Miranda Corrêa, da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) do Rio de Janeiro, solicitando informações a respeito de Alvaro José de Souza Abreu, detido na padaria da esquina da Rua Vitória com a Avenida São João⁶³⁰. Ao final da tarde do dia seguinte, veio a confirmação de sua filiação e endereço⁶³¹, acrescida com as informações sobre prisões pregressas por “propaganda de caráter comunista”⁶³². Agora, restava liga-lo ao codinome “Paes Leme”, “que estava procedendo a um inteligente serviço de

⁶³⁰ *Telegrama a transmitir, 03-10-1933*, redigido por “Dr. Costa Ferreira”, doc. 5, pront. n.º 2.558, “Alvaro Jose de Souza Abreu”, DEOPS/APESP.

⁶³¹ *Radiotelegramam n.º 66, 04-10-1933*, doc. 4, pront. n.º 2.558, “Alvaro Jose de Souza Abreu”, DEOPS/APESP.

⁶³² No prontuário de Alvaro José, que é da Delegacia de Ordem Social, consta a folha de identificação de seu prontuário da Polícia do Distrito Federal, da Delegação Especial de Segurança Política e Social, secção de Segurança Social. Com o prontuário n.º 39, consta seus antecedentes e uma fotografia de 21-07-1932.

reorganização da região de S. Paulo”, cujas informações a polícia vinha recebendo desde julho daquele ano^{633 634}.

No dia 4 foi “legitimado” como comunista e no dia seguinte foi submetido ao Termo de Declarações. Com 21 anos, solteiro e estudante de farmácia, estava residindo na casa de um padrinho na atual Praça Pedro Lessa, e ao comissário de Ordem Social negou todas as acusações contra ele:

que o declarante é sympathizante comunista, mas não faz parte de qualquer partido ou organização do gênero; que não é elemento de ligação e nunca procurou a ninguém para reuniões ou para quaisquer outras manifestações comunistas; que não são verdadeiras as declarações prestadas nesta Delegacia por Antonio Arini, Oddone Marangone e outros que dizem reconhecê-lo como o mesmo que, há tempos, receberam dele instruções ou convites para reuniões de cellulas; **que o declarante considera esses indivíduos que fizeram referencia á sua pessoa, não como idealistas comunistas ou de qualquer outro credo político, mas sim mercenários da policia que receberam dinheiro para delatar seus companheiros**; que o declarante nega ter tido qualquer entendimento com esas pessoas acima referidas, ás quaes não conhece, apesar delas terem sustentado em sua presença as declarações prestadas pelos mesmos nesta delegacia; (grifo meu)⁶³⁵

E mais a frente faz outra interessante colocação:

que o declarante sabe que o Partido comunista é combatido e é ilegal, e por isso, **acredita que qualquer dos seus membros nunca dirá que faz parte deste ou daquele Comité, pois com isto acarretaria uma responsabilidade para si e ipso facto, uma medida qualquer por parte da policia [...]** ficou conhecendo na sede dos tecelões [UOFT] os indivíduos que no dia 1º do corrente, se encontravam em sua companhia; (grifo meu)

Alvaro José permaneceria mais quatro dias na carceragem do Gabinete de Investigações até ser enviado no dia 9 de outubro, segunda-feira, para o Presídio Político do Paraíso, junto com Guido Romani, Moysés Bernardo, Victor Garcia e outros seis⁶³⁶. Porém, no dia seguinte, estava novamente na Delegacia de Ordem Social para ser feita o “Auto de Reconhecimento” na presença de testemunhas: três militantes do PCB.

José Fratine, que havia sido detido em 28 de agosto e “comprometeu trazer ao conhecimento da Delegacia de Ordem Social a verdadeira identidade, residência e mais informações que pudesse colher a respeito de Paes Leme [...] pois ele não queria e não quer mais fazer parte do Partido Comunista”, informou que Álvaro passou dois meses na casa de

⁶³³ *Alvaro José de Souza Abreu, Comunista*, doc. 26, pront. n.º 2.558, “Alvaro Jose de Souza Abreu”, DEOPS/APESP.

⁶³⁴ Segundo Livia Rangel (2019), que o cita como “Alvaro Paes Leme”, fez parte do Partido Operário Leninista (POL) quando este possuía orientação trotskista, que contava com nomes como Mário Pedrosa, Hilcar Leite, Augusto Besouchet entre outros.

⁶³⁵ *Termo de Declarações*, 05-10-1933, realizado pelo comissário de Ordem Social, Alfredo Pagliuchi, doc. 7, pront. n.º 2.558, DEOPS/APESP.

⁶³⁶ *Comunicação*, 09-10-1933, do delegado de ordem social para o chefe do Gabinete de Investigações, doc. 70, pront. n.º 1.335, “Presidio Politico Imigração”, DEOPS/APESP.

Oddone Marangoni e descreveu diversas atividades; Antonio Arini confirmou que foi “Paes Leme” quem havia levado o bilhete até sua residência em 2 de setembro para reunião da célula na Rodrigues dos Santos, n.º 124-B; Oddone Maragoni, barbeiro do salão onde Álvaro frequentava, confirmou as conversas de teor comunista e “supeitava e suspeita ainda hoje que Paes Leme seja elemento vindo do Rio de Janeiro”.

Alvaro repetiu o que havia dito há cinco dias, tendo em seu depoimento algumas infiltrações feitas pelo escrevente:

Dada a palavra ao acusado [...], declarou o seguinte: que de facto elle é conhecido pelo nome de Paes Leme, mesmo no Rio de Janeiro, de onde elle veio há dois mezes e meio mais ou menos, em relação ao que disseram as testemunhas neste acto ouvidas, **e cujos depoimentos foram prestados na sua presença, livre de qualquer coação ou violência, a elle, acusado,** foi pela autoridade dada a palavra para, livremente, apresentar a sua defesa, que o faz do seguinte modo: não conhece nenhuma das testemunhas aqui presentes e nunca esteve com ellas em parte alguma, não sendo este um auto-defesa seu, e sim a expressão da verdade; que, por isso, contesta os depoimentos das testemunhas, pois elle, acusado, nunca foi elemento de ligação do Partido Communista Brasileiro, sendo, entretanto, um idealista do communista.

Já as testemunhas “sustentavam os seus depoimentos, prestados livremente e espontaneamente, reafirmando que os mesmos representam a expressão da verdade”. E ficou definido para a polícia que Alvaro foi:

Enviado pelo Comité Central do Partido Communista, estava incumbido da reorganização da Região de S. Paulo do Partido Communista Brasileiro que, em virtude da acção policial, se encontrava sem direção [...] essa atividade é corroborada pelas declarações de vários elementos que com elle compartilhavam na propaganda, entre os quaes José Fratini, Oddone Marangone e Antonio Arini.⁶³⁷

Assim, dois dias depois, em 12 de outubro, o delegado de Ordem Social informou ao delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio Mendonça Filho, a respeito de Alvaro, Angelo, Elviro, Henrique e Moysés:

Solicito vossas providencias no sentido de serem remetidos para o **Presidio Politico da Ilha dos Porcos, por tempo indeterminado, os comunistas** abaixo relacionados, digo, abaixo indicados, os quaes, nesta data, fiz passar á vossa disposição, no Presidio Politico do Paraizo – Junto, os antecedentes de cada um, **motivo porque se tornaram elementos perigosos para a tranquilidade publica.** (grifo meu)⁶³⁸

Nos dias seguintes, entretanto, o delegado de Ordem Social solicitou que o embarque de Alvaro José fosse susgado e o solicitou ao menos duas vezes para novos

⁶³⁷ *Antecedentes de Alvaro José de Souza Abreu, vulgo “Paes Leme”,* doc. 25, pront. n.º 2.558, “Alvaro Jose de Souza Abreu”, DEOPS/APESP.

⁶³⁸ *Comunicação,* 12-10-1933, do delegado de Ordem Social para o delegado de Vigilância e Capturas, doc. 27, pront. n.º 2.557, “Moyses Bernardo Drelichman”, DEOPS/APESP.

interrogatórios no Gabinete de Investigações, nos dias 20⁶³⁹ e 23 de outubro⁶⁴⁰. No dia 26 de outubro, Guido Romani, que não foi enviado para Ilha dos Porcos, foi considerado “portador de planos terroristas para serem desenvolvidos nesta capital” e fichado como “comunista-terrorista”⁶⁴¹, vinte e quatro dias após sua prisão. No relatório do inquérito policial o delegado argumentou que Guido é “perigoso, incorrigível e indesejável”, e que para “garantia da ordem e instituições nacionais, diante da prova plena de indesejabilidade desse estrangeiro que aqui nada tem que o prenda”, a delegacia “representa pela sua expulsão do território patrio”⁶⁴². E pelo prontuário de Guido há uma importante informação:

Guido Romani é membro confesso do Partido Comunista e, precedente do Uruguay, aqui veio em missão do mesmo Partido, para de acordo com os conhecidos comunistas Alvaro José de Souza Abreu, Victor Garcia e outros, reorganizar diversas secções do P. Comunista. (grifo meu)⁶⁴³

Em novembro Victor Garcia foi deportado para Vigo, enquanto Guido Romani foi deportado em dezembro. Quanto aos demais foram enviados para o Presídio Político da Ilha dos Porcos.

Figura 54 - Notícia da prisão de comunistas em outubro



Fonte: A *Gazeta*, 07-10-1933, n.º 8.325, p. 12.

⁶³⁹ *Comunicação*, 20-10-1933, do delegado de Ordem Social para o delegado de Vigilância e Capturas, pront. n.º 2.558, “Alvaro Jose de Souza Abreu”, DEOPS/APESP.

⁶⁴⁰ *Comunicação*, 23-10-1933, do delegado de Ordem Social para o chefe do GI, pront. n.º 2.558, “Alvaro Jose de Souza Abreu”, DEOPS/APESP.

⁶⁴¹ Doc. 10, pront. n.º 2.563, “Guido Romani”, DEOPS/APESP.

⁶⁴² *Cópia do relatório do dr. Delegado de Ordem Social, constantes dos autos do inquérito policial instaurado contra Guido Romani*, 26-10-1933, doc. 9, pront. n.º 2.563, “Guido Romani”, DEOPS/APESP.

⁶⁴³ Neste mesmo documento é solicitada providências “urgentes” para que Guido Romani e o lituano Leonas Kasklaujas fossem enviados ao chefe de polícia do Rio Grande do Sul, já que eram “ambos **comunistas perigosos**, que nesta capital vinham oferecendo **serio perigo á tranquilidade publica**, pelas suas **actividades subversivas** que vinham desenvolvendo **entre pacatos operarios** de S. Paulo” (grifo meu) - *Comunicação*, 21-12-1933, do Delegado de Ordem Social para o delegado de Vigilância e Capturas, doc. 12, pront. n.º 2.563, “Guido Romani”, DEOPS/APESP.

Figura 55 - Entrada de Alfredo, Juvenal e Santos na Ilha dos Porcos: 06-10-1933

NOME	ENTRADA			Artigo	PRONUNCIA			Destino v/flash	JULGAMENTO	RECURSOS	LOCAL DO DELITO	Comportamento	SAHIDA			Prestidário Pena	OBSERVAÇÕES
	Da	Mes	Ano		Da	Mes	Ano						Da	Mes	Ano		
Alfredo Soares	6	Out	33	329719					Raça. 41 anos Bastardo pintor Vulgar e grosseiro. Escuro		Paulo		7	Fevereiro	33	2º	Segun Del. de V. Capitão
Juvenal Soares	6	Out	33	303662					Raça. 25 anos Bastardo. Veteiro Vulgar. Escuro		Paulo		7	Fevereiro	33	2º	Segun Del. de V. Capitão
Santos Mangueira Soares	6	Out	33	292529					Raça. 24 anos Bastardo. Veteiro Comum. Escuro		Paulo		27	Jan	34	2º	Segun Del. de V. Capitão

Fonte: Livro de registros, PEIA.

Figura 56 - Entrada de Angelo, Alvaro, Elviro, Henrique, Pedro e provavelmente Moysés: 05-11-1933

NOME	ENTRADA			Artigo	PRONUNCIA			Destino v/flash	JULGAMENTO	RECURSOS	LOCAL DO DELITO	Comportamento	SAHIDA			Prestidário Pena	OBSERVAÇÕES
	Da	Mes	Ano		Da	Mes	Ano						Da	Mes	Ano		
Angelo Moura	5	Nov.	33	329926					Raça. 27 anos Bastardo. Veteiro Vulgar. Escuro		Paulo		17	Dez	33	2º	Segun Del. de V. Capitão
Alvaro Paz/Amaral de Albu Alvaro Paz de Souza Albu	5	Nov.	33	329904					Raça. 27 anos Bastardo. Veteiro Educação. Escuro		Paulo		7	Fevereiro	34	2º	Segun Del. de V. Capitão
Elviro Santos Paula	5	Nov.	33	329927					Raça. 24 anos Bastardo. Veteiro Oportun. Escuro		Paulo		27	Jan	34	2º	Segun Del. de V. Capitão
Henrique Coore	5	Nov.	33	250642					Raça. 32 anos Bastardo. Casado Mechanico. Escuro		Paulo		7	Fevereiro	34	2º	Segun Del. de V. Capitão
Pedro Reis	26	Agosto	33	329511					Raça. 22 anos Bastardo. Oportun Escuro		Paulo		27	Jan	34	2º	Segun Del. de V. Capitão

Fonte: Livro de registros, PEIA.

Tabela 23 - Cronologia de “comunistas” da Ilha dos Porcos que foram detidos na capital entre setembro e outubro de 1933⁶⁴⁴

DATA	SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
28-08	Detido	José Fratine é detido pelos inspetores da Delegacia de Ordem Social
	Reservado	O “secreta” “José de Moraes” informa sobre existência de uma tipografia e a vinda de comunistas enviados pelo Comitê Central para reorganizarem o PCB em São Paulo
	Chegada a São Paulo	Data provável da chegada de Alfredo Soares a São Paulo
30-08	Interrogatório	José Fratine “se compromete a trazer ao conhecimento da autoridade a identidade e a residência dessas pessoas”
02-09	Batida policial	Célula do Brás na Rua Rodrigues dos Santos, n.º 124-B, oito detidos: Alfredo Soares , Antonio Arini, João de Araujo, João Dell’Osso, José Dirman, Mario Palermo e Raul Salgueiro
06-09	Detido	Santos Massafra Barros é detido na Rua Benjamim de Oliveira, Brás
11-09	Chegada ao Brasil	Data aproximada da chegada de Guido Romani ao Brasil, vindo do Uruguai, entre 06 e 11 de setembro
	Ilha dos Porcos	Diretor comunica a Delegacia de Vigilância e Capturas a fuga de João Apostolo Oliveira Lemos, durante serviço de construção da estrada de rodagem Ubatuba – São Luiz do Paraitinga ⁶⁴⁵
12-09	Termo de Declarações	Antonio Arini assume “perante esta Delegacia tudo quanto elle disse é verdade e que nada ocultou e sujeita-se a qualquer penalidade”
13-09	Detidos	Juvenal Soares e Luiz Cyrillo são detidos na Rua Piratininga, Brás
14-09	Termo de Declarações	João de Losso “pretende desistir de toda e qualquer atividade comunista”
15-09	Reservado	Agentes reservados da polícia santista conseguiram informações de que “há uns doze dias chegou de Montevideo um agente comunista de ligação”, recepcionado por Edgard Leuenroth, “com quem seguio para essa Capital” ⁶⁴⁶
16-09	Interrogatório (“baratinado”)	Luiz Cyrillo (menor) após tortura, informa localização do mimeógrafo e os nomes dos membros da célula
	“Campana”	Mario Palermo é seguido pelo inspetor Ernane, do Cambuci até a Rua Rodrigues dos Santos, n.º 124-B
	Ilha dos Porcos	Diretor pede a Mário Guimarães, chefe de polícia, que o efetivo do destacamento seja completado, por estar desfalcado pela escolta nos serviços de construção da estrada de rodagem Ubatuba – São Luiz do Paraitinga ⁶⁴⁷
18-09	Chegada ao Brasil	Data aproximada da chegada de Moysés Bernardo Drelichman ao Brasil, vindo do Paraguai, entre 18 e 13 de setembro
23-09	Reservado	Notas reservadas sobre comunistas detidos no Presídio Político da Liberdade
30-09	Detido	Angelo Moura é detido em casa (ou em sua rua), no Belenzinho

⁶⁴⁴ Cronologia como esta foi feita para todos os eventos, mas optei por mostrar esta por juntar simultaneamente a repressão a uma célula do PCB, a uma célula da JC e também pela detenção dos membros do Comitê Central que foram deslocados para São Paulo, assim como de comunistas estrangeiros. Ela permite observar a rápida resposta policial, assim como as táticas de vigilância e obtenção de informação.

⁶⁴⁵ *Telegrama n.º 3/311*, 11-09-1933, do diretor do presídio para o delegado de Vigilância e Capturas, “Diversos Documentos do Ano de 1933”, Instituto Correccional da Ilha Anchieta, PEIA. Até a segunda metade de dezembro o presídio operou apenas com o telégrafo, vez que o radiotelegrafo estava inoperante e aguardando radiotelegrafista para que fosse montado e operacionalizado.

⁶⁴⁶ *Oficio n.º 2.255*, 15-09-1933, do delegado regional de Santos para o delegado de Ordem Social, caixa 520, Acadepol/APESP.

⁶⁴⁷ *Telegrama n.º 3/314*, 16-09-1933, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, “Diversos Documentos do Ano de 1933”, Instituto Correccional da Ilha Anchieta, PEIA.

	Chegada a SP	Data provável da chegada de Elviro dos Santos Paula a São Paulo
02-10	“Campana”	Antonio Zibordi é seguido pelos inspetores no bairro da República
	Detidos	Alvaro José de Souza Abreu , Guido Romani e Antonio Zibordi são detidos às 7h30 min. na esquina Av. São João com Rua Victória, República, enquanto tomavam café
	Interrogatório (“desbaratinado”)	Guido Romani, após tortura, informa localização de sua residência, onde estão Henrique Covré e Moyses Bernardo
03-10	Detido	Elviro Santos de Paula é detido na Rua José Paulino, n.º 159, residência de Noé Gertel, tesoureiro da Juventude Comunista
	Detidos	Busca e apreensão às 19 horas na residência de Henrique Covré , na Rua Santo Antonio, n.º 252-A, após Guido Romani informar endereço sob tortura
	Busca e Apreensão	Henrique Covré e Moyses Bernardo Drelichman são detidos no dormitório de Henrique Covré, na Rua Santo Antonio, n.º 252-A
	Detido	Victor Garcia é detido às 19 horas na casa de Noé Gertel, Rua José Paulino, n.º159
04-10	Serviço de Identificação	Legitimação como “comunista” de Alvaro José de Souza Abreu , Angelo Moura , Elviro Santos de Paula , Henrique Covré , Moyses Bernardo Drelichmann , Victor Garcia [com o nome Carlos Brickman]
05-10	Termo de Declarações	Alvaro José de Souza Abreu presta sua declaração ao comissário de Ordem Social
06-10	Ilha dos Porcos	Dão entrada: Alfredo Soares , Juvenal Soares e Santos Massafra Barros
06-10	Paraíso	Victor Garcia é enviado para o Presídio Político do Paraíso
09-10	Termo de Declarações	Guido Romani “hoje, resolveu esclarecer a verdade”
	Paraíso	Alvaro José de Souza Abreu , Guido Romani, Moyses Bernardo , Victor Garcia e outros seis são transferidos do Gabinete de Investigações para o Presídio Político do Paraíso
10-10	Auto de Reconhecimento	Alvaro José de Souza , de volta a Ordem Social, é reconhecido pelas testemunhas e também frequentadores de célula do PCB: Antonio Arini, José Fratine e Oddone Marangoni.
12-10	Declaração	Delegado de Ordem Social baixa uma Portaria solicitando que o escrevente tomasse, novamente, as declarações de Guido Romani
	Paraíso	Alvaro José de Souza Abreu , Angelo Moura , Elviro Santos de Paula , Henrique Covré , Moyses Bernardo Drelichman , detidos no Paraíso, passam a estar sob responsabilidade da Delegacia de Vigilância e Capturas
	Ilha dos Porcos	O diretor major Newton Santos encontra-se hospedado no Municipal Hotel, na esquina da Avenida São João com a Rua Conselheiro Crispiniano ⁶⁴⁸

⁶⁴⁸ Telegrama n.º 3/375, 12-10-1933, de remetente não identificado para o diretor Newton Santos, “Diversos Documentos do Ano de 1933”, Instituto Correccional da Ilha Anchieta, PEIA.

15-10	Ilha dos Porcos	O subdiretor, José Basílio de Almeida ⁶⁴⁹ , recebe um telegrama no endereço “Rua da Gloria, 172, Telefone 7-3656, S. Paulo” ⁶⁵⁰ . Remetente da ilha, provavelmente o almoxarife, pede “providenciar junto Dr. Chefe Gabinete para ser fixado tempo de reclusão todos os detentos cuja lista está em vosso poder” ⁶⁵¹
17-10	Expulsão	Victor Garcia é repassado para a Delegacia de Vigilância e Capturas para que seja aplicada a portaria de expulsão
20-10	Transferência	Delegado de Ordem Social pede ao delegado de Vigilância e Capturas “sustar o embarque do comunista” Alvaro José de Souza Abreu , e pede ao carcereiro para que Alvaro seja “posto novamente à disposição desta Delegacia”
23-10	Transferência	Alvaro José de Souza Abreu é requisitado novamente no Gabinete pelo delegado de Ordem Social; Álvaro é “novamente” passado à disposição do delegado de Vigilância e Capturas, “afim de que seja remetido para o Presídio da Ilha dos Porcos”
26-10	Expulsão	Concluído relatório do inquérito policial pelo delegado de Ordem Social solicitando a expulsão de Guido Romani
27-10	Transferência	João Antonio Barros Valente, José Fonseca e Pedro Benis são transferidos da Ilha dos Porcos para o Gabinete de Investigações
05-11	Ilha dos Porcos	Dão entrada: Alvaro José de Souza Abreu, Angelo Moura, Elviro Santos de Paula, Henrique Covré, José Fonseca (2ª entrada, já havia passado 62 dias), Moysés Bernardo Drelichman, Pedro Benis (2ª entrada, já havia passado 62 dias)
06-11	Transferência	Adaplleu Silveira é transferido da Ilha dos Porcos para o Gabinete de Investigações
07-11	Transferência	Estevam Lozano e Fernando Parra são transferidos da Ilha dos Porcos para o Gabinete de Investigações

⁶⁴⁹ “José Basilio de Almeida, sub-diretor, brasileiro, com 41 anos de idade [1894], casado, portador de um revolver niquelado branco, calibre 38 longa, marca N.C.A nr. 36983” – *Radiotelegrama*, 04-03-1935, do diretor da Colônia Correccional da Ilha Anchieta para Arthur Leite de Barros, então Superintendente da Delegacia de Ordem Política e Social, PEIA. Em 2016, apenas 9 armas no Brasil eram registradas como procedentes da marca “N.C.A”, dentre um total de mais de 8 milhões (BRASIL, 2016). O diretor e almoxarife fizeram solicitação por revólveres de marca “S.W”, provavelmente Smith&Wesson.

⁶⁵⁰ É possível supor que José habitava o marcante Edifício Eugênio Gazeau, primeiro projeto de apartamentos residenciais do arquiteto Rino Levi (1901-1965) e inaugurado em 1929, três anos após sua graduação na Escola Superior de Arquitetura de Roma. Segundo Alejandra Maria Devecchi (2010), o edifício abrangia os números 172 a 176 e possuía uma área total de 575 m² e fachada de 22 m. Para Simone Barbosa Villa (2010), com um “estilo modernizado” e que se insere num contexto de renovação arquitetônica na capital, “o projeto demonstra, de maneira clara, a exiguidade das áreas e o desuso de alguns cômodos de prestígio, já que seus apartamentos possuem apenas sala, cozinha, banheiro, dormitórios e um pequeno terraço de serviço. Neste edifício de três pavimentos, as regras clássicas de acessibilidade e de hierarquização dos espaços se mantêm, apesar de sua metragem quadrada reduzida. O acesso único e central por escadas que conduzem aos apartamentos e uma parcial simetria conferem ao edifício certa modernidade. O próprio desenho do edifício apresenta um detalhamento técnico que atesta esta ideia de modernidade, onde o arquiteto prevê em seu projeto todos os avanços e recursos técnicos contemporâneos”. Simone Villa ressalta ainda que até 1929, apenas 50 prédios em São Paulo possuíam mais de quatro andares e que até aquele momento havia um olhar social negativo a tais locais, pela associação com a imagem do “cortiço” e pelo medo de tragédias. Ainda, para Felipe Anitelli e Marcelo Tramontano (2011, p. 75), o edifício ilustra uma configuração espacial burguesa, tripartida, voltada para padronização dos projetos para apartamentos de acordo com interesses mercadológicos e expansão durante o processo de verticalização de São Paulo; os autores ainda apontam que o prédio ficava na esquina da Rua Conselheiro Furtado, onde este pesquisador atualmente se encontra. Importante pontuar que na Rua da Glória funcionava a 6ª Delegacia (atual 1º Distrito Policial, 1º Seccional Centro) e no n.º 88 funcionava a Imprensa Oficial do Estado. Destaca Jader Tadeu Fantin (2013, p. 34) que, de 1893 a 1939, o poder público municipal realizou inúmeras obras no bairro, com grandes dotações orçamentárias destinadas para desapropriações e estruturação do distrito. Todos estes apontamentos são indícios para se pensar sociologicamente a figura do subdiretor, figura importante da qual há relativa escassez de informações.

⁶⁵¹ *Telegrama n.º 3/377*, 15-10-1933, de remetente não identificado para José Almeida, “Diversos Documentos do Ano de 1933”, PEIA.

09-11	Ilha dos Porcos	Diretor pede ao Chefe de Polícia que intervenha junto ao comando da Força Pública para que o destacamento da ilha fosse completado; envia também um radiotelegrama ao Comandante Geral da Força Pública ⁶⁵²
13-11	Expulsão	Relatório a favor da expulsão de Guido Romani é submetido ao chefe do Gabinete de Investigações. No dia 21-12, Guido foi enviado ao Gabinete de Investigações para que fosse deportado
16-11	Ilha dos Porcos	Diretor pede ao chefe de polícia para que fosse “fornecido com a maxima brevidade dez revolvers e dez winchester, com a respectiva munição, afim de serem armados os vigilantes recentemente nomeados” ⁶⁵³ – isto é importante pois na transformação para Instituto Correccional (ICIA), os vigilantes civis não trabalhavam armados
25-11	Ilha dos Porcos	Dão entrada pela segunda vez: Adalpheu Silveira (havia passado 183 dias), Estevam Lozano (havia passado 184 dias), Fernando Parra (havia passado 184 dias), João Antonio Barros Valente (havia passado 62 dias) e Roberto Morena .
29-11	Deportado	Victor Garcia é deportado para Vigo (ESP) a bordo do vapor “Bagé”.

Fonte: Identificação e tabela feita pelo autor a partir de prontuários (DEOPS/APESP), ofícios (Acadepol/APESP), radiotelegramas (PEIA) e livro de matrícula (PEIA). Nomes grifados são aqueles que foram enviados para a Ilha dos Porcos em algum momento de sua trajetória.

Figura 57 - Edifício Eugênio Gazeau, residência de José Basilio de Almeida



Fonte: ANELLI, R.; GUERRA, A.; KON, N., 2001, p. 29 *apud* MASSERAN, 2011, p. 81.

⁶⁵² Radiotelegramas n.º 421 e n.º 422, 09-11-1933, “Diversos Documentos do Ano de 1933”, Instituto Correccional da Ilha Anchieta, PEIA.

⁶⁵³ Radiotelegrama n.º 3/427, 1-10-1933, do diretor do presídio para o Chefe de Polícia, “Diversos Documentos do Ano de 1933”, Instituto Correccional da Ilha Anchieta, PEIA.

5.4 O que dizem os documentos dos “communistas” da Ilha dos Porcos

Tabela 24 - N.º de passagens e dias dos "communistas" detidos na Ilha dos Porcos

N.º DIAS	NOME	N.º PASSAGENS
226	Adalpheu Silveira	2
226	Roberto Morena	2
206	Estevam Lozano Carrasco	2
206	Fernando Parra	2
144	Eduardo Braz da Silva	1
144	João Pereira de Souza	1
135	Camilo Prée	1
124	Alfredo Soares	1
124	Juvenal Soares	1
113	Santos Massafra Barros	1
113	Walter Fernandes Silva	1
105	João Antonio Barros Valente	2
104	José Fonseca	2
104	Pedro Benis	2
94	Alvaro José de Souza Abreu	1
94	Henrique Covré	1
83	Elviro Santos de Paula	1
83	Moyses Bernardo Drelichman	1
56	João Freire de Oliveira	1
42	Angelo Moura	1
	Marcello Jose de Campos	1
	Mario Rodrigues	1
	Nery Zamara	1
Indeterminável	Olivaes Fontoura da Silva	1
	Victor Garcia	2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 25 - Perfil dos "communistas" detidos na Ilha dos Porcos

NOME	ESTADO	IDADE	CÚTIS	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	SABE LER?
Adalpheu Silveira	RS	26	Morena	Solteiro	Operário	Sim
Alfredo Soares	AL	48	Branca	Casado	Pintor	Sim
Alvaro José de Souza Abreu	RJ	21	Branca	Solteiro	Estudante	Sim
Angelo Moura	SP	27	Branca	Solteiro	Pintor	Sim
Camilo Prée	SP	25	Branca	Solteiro	Cozinheiro	Sim
Eduardo Braz da Silva	AL	26	Branca	Solteiro	Eletricista	Sim
Elviro Santos de Paula	RS	24	Branca	Solteiro	Operário	Sim
Estevam Lozano Carrasco	Espanha	24	Branca	Solteiro	Fundidor	Sim
Fernando Parra	Espanha	26	Branca	Solteiro	Operário	Sim
Henrique Covré	MG	32	Branca	Casado	Mecânico	Sim
Joaquim Trindade das Neves	PE	44	Pardo	-	-	Sim
João Antonio Barros Valente	SP	24	Morena	Solteiro	Alfaiate	Sim
João Freire de Oliveira	SP	36	Branca	Casado	Garçom	Sim
José Fonseca	RN	30	Branca	Casado	Serralheiro	Sim
Juvenal Soares	SP	25	Branca	Solteiro	Padeiro	Sim
Marcello Jose de Campos	ES	33	Preta	Solteiro	Operario	Não
Mario Rodrigues	SP	21	-	Solteiro	Pintor	Sim
Moyses Bernardo Drelichman	Polônia	24	Branca	Solteiro	Comerciário	Sim
Nery Zamara	RS	28	Branca	Solteiro	Mecânico	Sim
Olivaes Fontoura da Silva	RS	23	Parda	Solteiro	Padeiro	Sim
Pedro Benis	Lituânia	22	Branca	Solteiro	Operário	Sim

Roberto Morena	RJ	29	Branca	Solteiro	Operário	Sim
Santos Massafra Barros	MG	24	Branca	Solteiro	Comércio	Sim
Victor Garcia	Espanha	25	Branca	Solteiro	Pedreiro	Sim
Walter Fernandes Silva	MG	21	Morena	Solteiro	Mecânico	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Daqueles que foram possíveis identificar ao longo desta pesquisa, alguns dados dão a caracterização do perfil destes detidos por atividades políticas.

O primeiro ponto foi a supremacia da Delegacia de Ordem Social no quesito de remetidos. Dos 25 casos relatados, 23(93%) foram enviados pela Ordem Social e apenas 2 o foram diretamente pela Delegacia Regional de Santos (Victor e Camillo).

O segundo ponto são as “penas”. Dos 25 casos relatados, 20 (80%) foram acompanhados com notas “sem tempo”, “tempo indeterminado” ou “até 2ª ordem”. Como alguns casos chegaram a retornar a capital para novamente serem reenviados a Ilha dos Porcos, em cinco casos houve uma “pena “de “60 dias”: Pedro Benis, possivelmente um “sympathisante” e não um membro ativo do PCB, que recebeu tal punição para depois retornar com a nota “tempo indeterminado” – o mesmo ocorreu com João Antonio de Barros Valente, mas com a nota “sem tempo”; já Eduardo Braz da Silva e José Fonseca, detidos na “Escola de Capacitação”, também receberam a “pena” de “60 dias”, mas permaneceram 144 dias detidos na ilha e ainda receberam, posteriormente, a nota “tempo indeterminado” e “sem tempo”.

O terceiro ponto é o estado de nascimento e o caráter diverso de sua composição. 12 (48%) são do Sudeste – sendo seis de São Paulo, 5 são estrangeiros (20%), 4 (16%) do Nordeste e outros 4 do Sul. Dos 25, se selecionarmos aqueles que moravam há pelo menos mais de um ano na capital paulista, temos também seis nomes: Adalpheu Silveira (RS), Angelo Moura (interior de SP), Mário Rodrigues, Roberto Morena (RJ) e Santos Massafra Barros (MG) – ou seja, 76% dos detidos eram provenientes de outros estados ou recém-chegados, como os detidos na “Escola de Capacitação” ou membros enviados pelo Comitê Central, como Alfredo Soares, Álvaro José e outros.

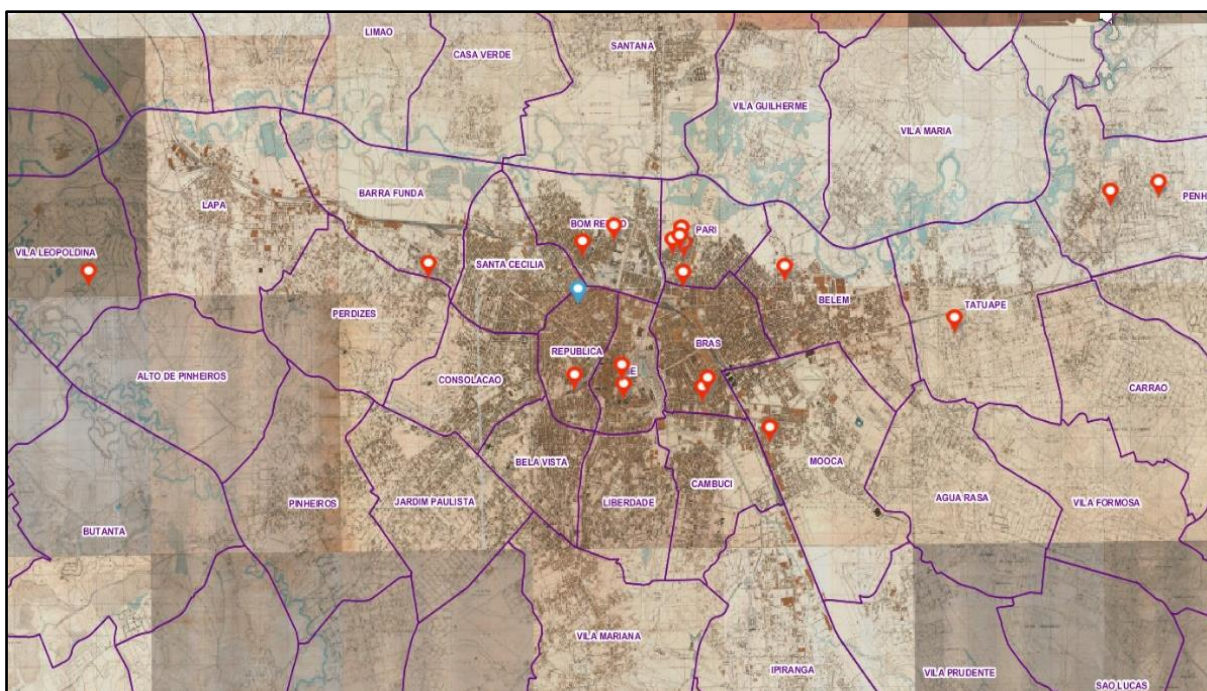
O quarto ponto é a idade. Dos 25 casos relatados, 19 (76%) estavam abaixo dos 30 anos, sendo que destes, nove tinham até 24 anos. Quatro possuíam entre 30 a 40 anos e apenas dois tinham mais de quarenta, sendo Alfredo Soares o de maior idade.

O quinto ponto é o estado civil. Dos 25 casos relatados, 20 (80%) estavam solteiros. É possível imaginar, hipoteticamente, que o ingresso e atuação em um partido posto na ilegalidade influenciava em alguma medida sobre seus membros a optarem ou não por um matrimônio.

O sexto ponto é o recorte da “cútis”. Dos 25 casos relatados, 18 (72%) foram classificados com “cútis: branca” e o único classificado como “cútis: preta” foi também o único, dentre os vinte e cinco casos a ter em seu prontuário o “não” no campo “Sabe ler e escrever?”, ou seja, não assinava o próprio nome⁶⁵⁴ e consta “analfabeto” em seu prontuário.

Seria interessante, por exemplo, comparar esses números com a composição de outro partido, como o Partido Democrático (PD), o Partido Republicano Paulista (PRP) ou o Partido Constitucionalista (PC). Enquanto hipótese, é possível imaginar também que os “casados” fossem maioria, em nítido contraste com os “solteiros” do Partido Comunista – ressaltando, obviamente, que aqui operam dois recortes: detidos e detidos que foram enviados para a Ilha dos Porcos. Importante pontuar que outros comunistas aqui citados foram casados, tais como Antonio Arini, Estevão Kovacs e José Fratine⁶⁵⁵.

Mapa 3 - Endereço de residências de detidos políticos que passaram pela Ilha dos Porcos (1931-1934)

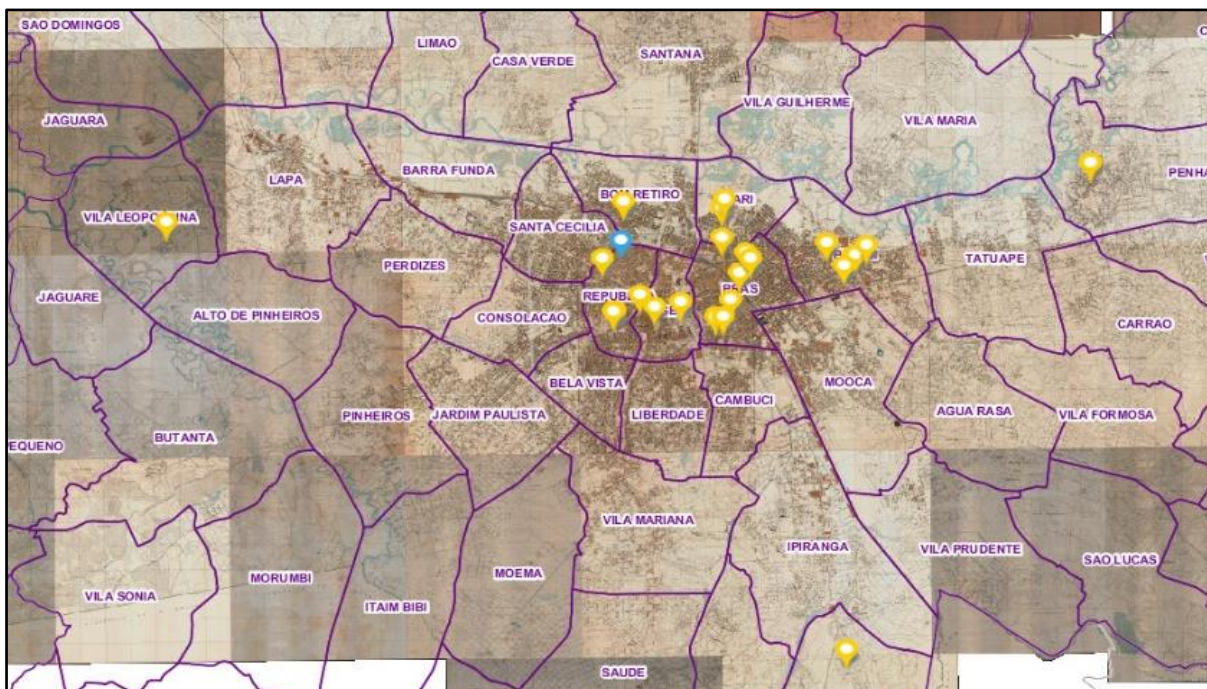


Fonte: Imagem elaborada pelo autor a partir da ferramenta *GeoSampa*, utilizando o “Mapeamento 1930 – Sara”.

⁶⁵⁴ Segundo Alceu Ravello Ferraro (2011, p. 989), “Anteriormente à prática de levantamentos censitários periódicos, a assinatura do próprio nome em documentos era utilizada como indicador de alfabetização, ao passo que a assinatura com uma cruz era tida como indicador de analfabetismo. Estudos já clássicos de Cipolla (1970) e de Furet e Ozouf (1977) valeram-se, no estudo da alfabetização, tanto desse conceito e parâmetro (a assinatura), como da definição censitária *saber ler e escrever*, que, no Brasil, esteve em vigor desde o primeiro censo, em 1872, até o censo de 1940. A diferença entre os dois conceitos e parâmetros é patente: a assinatura do próprio nome e a assinatura com uma cruz estão lá nos arquivos e podem ser conferidas por qualquer pesquisador; as respostas *sim* ou *não* à pergunta “Sabe ler e escrever?” não são mais que declarações da pessoa informante a respeito de cada um dos membros do domicílio, sem possibilidade de verificação da veracidade, seja da declaração, seja da anotação feita pelo recenseador” (itálico no original).

⁶⁵⁵ Impossível não lembrar a ameaça explícita à família de José Fratine no “Termo de Declaração” e como ele e Antonio, ambos casados, foram testemunhas contra Álvaro José.

Mapa 4 - Endereço de prisões efetuadas sobre os detidos políticos da Ilha dos Porcos (1931-1934)



Fonte: Imagem elaborada pelo autor a partir da ferramenta *GeoSampa*, utilizando o “Mapeamento 1930 – Sara”.

5.4.1 Depois do Paraíso a Liberdade? Aos Porcos: a dinâmica de circulação de “comunistas” coordenada pela Delegacia de Ordem Social

O caráter máximo de exceção que o Presídio Político da Ilha dos Porcos representou justifica-se não apenas pelo seu isolamento geográfico, mas também sobre outros dois pontos: primeiro, não possuía regulamento, situação apontada em uma sindicância em 1934 na qual o delegado responsável afirmou que “verifica-se que não há na ilha um regulamento escrito, determinando com precisão as funções de cada um” e que “estas são delimitadas somente pela natureza dos serviços e obrigações que cabem a cada um”⁶⁵⁶; segundo, apenas pessoas autorizadas pela Secretaria da Segurança Pública podiam desembarcar na ilha. Ou seja, ao contrário dos presídios da capital, na Ilha dos Porcos não havia visita de familiares ou advogados, o que valia tanto para os detidos por suas atividades políticas quanto para aqueles brasileiros e imigrantes, vítimas das “prisões policiais”, além do próprio controle de correspondências⁶⁵⁷. Alguns detidos no Presídio Político do Paraíso, por exemplo, como Rosa

⁶⁵⁶ *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 475.*

⁶⁵⁷ Em 1938, por exemplo, a Casa de Detenção concedeu visita a 28.811 pessoas. Em 1937, a Cadeia Pública da Capital (Avenida Tiradentes) recebeu a visita de 2.278 advogados. Lembrando que a Cadeia Pública e o Presídio Político da Capital foram extintos em 05 de dezembro de 1938 pelo Decreto n.º 9.789 que criou criando a “Casa de Detenção de São Paulo”, passando esta a abrigar uma “prisão comum” e uma “prisão especial”, para detidos políticos. Em 1939, a Casa de Detenção concedeu visitas de 31.997 pessoas; ainda, é anotada para a “Prisão

Kovacs e Santos Massafra Barros⁶⁵⁸, receberam visitas, assim como o pedido feito por Roberto Morena na carta que abre este capítulo, pedindo a intercessão do advogado Gelão Coutinho na Cadeia Pública.

Em 23 de setembro de 1933, um agente reservado fez algumas considerações sobre a questão em relação ao Presídio Político da Liberdade, provavelmente um inspetor passando-se por um “preso político”:

São necessarias medidas preventivas contra as visitas que se realizam, a presos communistas, no Presidio da Liberdade. Haja visto o caso de Estevam Kovacs que, n’uma dessas, teve ensejo de entregar uma carta a uma pessoa, embrulhada em um lenço, na qual, dirigindo-se a um membro do “Socorro Vermelho”, pedia providencias diversas sobre sua situação e demais presos. (o referido membro é um tal Garcia, de Santos) [provavelmente Victor] [...].

Outra medida necessaria, é separar, quanto mais, os presos communistas. Estes não devem ter contacto uns aos outros, ou pelo menos, não imiscuir presos de diligencias diferentes, porque na propria prisão são effectuadas reuniões nas quaes se estudam diversas maneiras de por em pratica a propaganda ou os planos de organização. Quando acontece sahir um preso comunista, ás vezes principiante, com a escola obtida e com instrucções especiaes recebidas, além de tornar-se um elemento que virá oferecer maior perigo á sociedade, leva recados ou incumbências, ás vezes prejudiciais para determinadas pessoas ou grupos.⁶⁵⁹

Portanto, a ilha apresentava uma situação mais propícia para mantê-los incomunicáveis, além de possuir solitárias onde poderiam ser mantidos. Segundo, ao comparar os dados dos prontuários e as cronologias individuais e coletivas, torna-se perceptível que a Delegacia de Ordem Social utilizava a transferência para a Ilha dos Porcos em caso de seguidas detenções, geralmente aqueles membros do Partido Comunista que não abandonavam as atividades ou não se transformavam em informantes, assim como de comunistas vindos de outros estados e aqueles estrangeiros, como podemos ver na tabela a seguir:

Especial” e seus 75 “detentos” ao longo do ano, 157 correspondências recebidas e 205 expedidas (*Relatório da Casa de Detenção e Cadeia Pública*, 1937, 1938, 1939, caixa 798, Acadepol/APESP).

⁶⁵⁸ *Comunicação*, 05-02-1934, do delegado de Ordem Social para o “Director do Presidio Politico do Paraizo”, informando que Miguel Carleti e Emilia Garcia, “tem licença para visitar”, pront. n.º 1.369, “Santos Massafra Barros”, doc. 30, **DEOPS/APESP**.

⁶⁵⁹ *Notas reservadas sobre o Presidio da Liberdade*, 23-09-1933, pront. n.º 1.335, “Presidio Politico da Imigração”, DEOPS/APESP.

Tabela 26 - Ordens de passagem por presídios dos detidos políticos da Ilha dos Porcos (1931-1934)⁶⁶⁰

NOME	1º PRESÍDIO	2º PRESÍDIO	3º PRESÍDIO
Adalpheu Silveira	Liberdade	Paraíso	Ilha dos Porcos
Alfredo Soares	Paraíso	Ilha dos Porcos	Paraíso
Alvaro José de Souza Abreu	Paraíso	Ilha dos Porcos	
Angelo Moura	Paraíso	Ilha dos Porcos	da Capital
Camilo Prée	Liberdade	Ilha dos Porcos	
Elviro Santos de Paula	Paraíso	Ilha dos Porcos	Paraíso
Estevam Lozano Carrasco	Liberdade	Paraíso	Ilha dos Porcos
Fernando Parra	Paraíso	Ilha dos Porcos	
Henrique Covré	Imigração	4ª Delegacia Auxiliar	Ilha dos Porcos
João Antonio Barros Valente	Liberdade	Ilha dos Porcos	Paraíso
João Freire de Oliveira	Imigração	Ilha dos Porcos	4ª Delegacia
Juvenal Soares	4ª Delegacia Auxiliar	Liberdade	da Capital
Mario Rodrigues	4ª Delegacia Auxiliar	Paraíso	Ilha dos Porcos
Moyses Bernardo Drelichman	Paraíso	Ilha dos Porcos	
Oliviaes Fontoura da Silva	Liberdade	Ilha dos Porcos	
Pedro Benis [Lituano]	Ilha dos Porcos		
Roberto Morena	Liberdade [2x]	Paraíso	Ilha dos Porcos
Santos Massafra Barros	4ª Delegacia Auxiliar	Ilha dos Porcos	
Victor Garcia [Espanhol]	Ilha dos Porcos	Paraíso	

Fonte: Identificação e tabela feita pelo autor a partir de prontuários (DEOPS/APESP), ofícios da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP) e livro de matrícula (PEIA).

Da tabela acima foram excluídos Eduardo Braz da Silva, Joaquim Tenório das Neves, José Fonseca, Marcello José de Campos, Nery Zamara e Walter Fernandes da Silva. Todos estes foram detidos em 29 de julho e com ordem para serem enviados para a Ilha dos Porcos expedida em 4 de agosto, lá dando entrada no dia 26 do mesmo mês. Todos oriundos de outros estados e que não fizeram escala em outros presídios da capital antes de irem para a ilha.

A tabela demonstra como os comunistas eram encarcerados primeiro nos presídios políticos da capital para depois, em caso de reincidência, serem enviados para o Presídio Político da Ilha dos Porcos. As duas exceções eram estrangeiras: Pedro era lituano e Victor espanhol, responsável pela segurança de Pagú no comício no qual foi detido em Santos. Semelhante ao que veremos no capítulo 6 para os brasileiros e imigrantes tido como “correcionais” que, como pontuou uma matéria jornalística, “reincidem. E reincidindo em demasia, são enviados á ilha dos Porcos” ou “a propria Chefatura de Policia que determinou fossem enviados á Ilha dos Porcos somente aqueles que tivessem 5, 6 ou mais passagens pelo Gabinete de Investigações”. As múltiplas comunicações internas distribuídas nos prontuários demonstram parte das dinâmicas ocorridas no Gabinete de Investigações que englobavam a chefia do referido Gabinete, a Delegacia de Vigilância e Capturas e principalmente a Delegacia de Ordem Social, mostrando a iniciativa desta última nas ordens de deslocamento dos detidos

⁶⁶⁰ Esta tabela exclui aqueles que foram detidos na “Escola de Capacitação Comunista” e enviados para a ilha, todos oriundos de outros estados do país.

para interrogatórios e transferências da carceragem da Rua dos Gusmões para os presídios políticos da capital e destes para o litoral norte do estado.

5.4.2 Os últimos comunistas da Ilha dos Porcos e o banimento clandestino de brasileiros para fora do Brasil

Tabela 27 - Saídas dos “comunistas” do Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934)

DATA	NOME
1931	Victor Garcia
07-07-1932	João Freire de Oliveira
16-07-1932	Victor Garcia - fuga
1933	Olivaes Fontoura da Silva
06-06-1933	Camilo Prée
27-10-1933	João Antonio Barros Valente
	José Fonseca
	Pedro Benis
06-11-1933	Adalpheu Silveira
07-11-1933	Estevam Lozano Carrasco
	Fernando Parra
17-12-1933	Angelo Moura
	Estevam Lozano Carrasco
	Fernando Parra
	José Fonseca
	Pedro Benis
	Walter Fernandes Silva⁶⁶¹
07-01-1934	Adalpheu Silveira
	João Antonio Barros Valente
	Roberto Morena
17-01-1934	Eduardo Braz da Silva
	Joaquim Tenório das Neves
27-01-1934	Elviro Santos de Paula
	Moyses Bernardo Drelichman
	Santos Massafra Barros
07-02-1934	Alfredo Soares
	Alvaro José de Souza Abreu
	Henrique Covré
	Juvenal Soares

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Apenas dois telegramas do ano de 1933 mencionam os detidos por atividades políticas, sendo um a respeito da transferência de alguns comunistas na terceira semana de dezembro:

Devidamente escoltados, seguiram pela lancha Santense para serem apresentados a V. Excia por intermédio do Delegado Regional de Santos, os presos de nomes Walter Fernandes da Silva, José Fonseca, Estevão Lozano e Pedro Benis, os quais foram requisitados conforme radio. Quanto a Oscar Santos, José Ferreira Lobo, Rogerio Dias

⁶⁶¹ Walter é o primeiro dos detidos por atividades políticas que aparece nos telegramas ou radiotelegramas preservados para o ano de 1933: “Em cumprimento determinação VExcia radio 42 comunico vos Walter Fernandes da Silva seguirá primeira condução dia 17 docorrente” - *Telegrama n.º 3/495*, 13-12-1933, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Mário Guimarães, “Diversos documentos do ano 1933”, PEIA.

[Walter Fernandes da Silva], e João Pereira Souza [Joaquim Tenório das Neves], não constam dos registros deste estabelecimento.⁶⁶²

A troca de nomes ou a aparente confusão sobre a localização de cidadãos sob custódia do Estado⁶⁶³ não eram os únicos problemas da administração da segurança pública, ainda mais em um momento de exceção e com cada vez mais indivíduos passando pelas malhas das instituições estatais. Foi marca também do Presídio Político dos Porcos nesse período que, além de muitos lá encarcerados não terem pena fixada pela autoridade policial, a “maioria [dos] detentos não possuem fichas”, impedindo a consulta e confirmação de nomes pela sua filiação e Registro Geral⁶⁶⁴.

Dias depois, o diretor major Newton Santos foi requisitado em São Paulo para uma conversa em particular com o chefe de polícia, Mário Guimarães⁶⁶⁵. Assim, o diretor ordenou ao subdiretor José Basílio de Almeida que “deveis vir sem falta lancha 25”, no dia de Natal⁶⁶⁶. Mas ele não foi. Mesmo assim o major embarcou para a capital na terça-feira, dia 26⁶⁶⁷ e a direção do presídio ficou sob responsabilidade do almoxarife Manoel Albuquerque Sobrinho⁶⁶⁸. Apesar de seis comunistas terem sido enviados para o GI no dia 17 de dezembro, no Natal de 1933 vários outros passaram a data na ilha: Adalpheu Silveira, Alfredo Soares, Alvaro José de Souza Abreu, Eduardo Braz da Silva, Elviro Santos de Paula, Henrique Covré, Joaquim Tenorio das Neves, João Antonio de Barros Valente, Juvenal Soares, Marcello José de Campos, Mario Rodrigues, Moysés Bernardo Drelichman, Nery Zamora, Roberto Morena e Santos Massafra de Barros⁶⁶⁹.

⁶⁶² *Radiotelegrama n.º 3/517*, 16-12-1933, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Mario Guimarães, “Diversos documentos do ano de 1933”, PEIA.

⁶⁶³ Para além de Oscar Santos e José Ferreira Lobo, requisitados pela Secretaria da Segurança Pública neste excerto, houve informações de “não se encontra neste presidio” ou “não constar nos livros de registro” para: José Pereira Carvalho, requisitado pela Delegacia Regional de Santos; (*Ofício n.º 648*, 16-03-1933, caixa 518, Acadepol/APESP), Aloisio Paula Silveira (*Telegrama n.º 3/191*, julho/1933, PEIA), requisitado pela Delegacia de Vigilância e Capturas; José de Souza Ramos, requisitado pela Delegacia Regional de Santos (*Telegrama n.º 3/266*, 10-08-1933, PEIA); Osvaldo Pereira, requisitado pelo chefe de polícia (*Radiotelegrama n.º 4/115*, PEIA).

⁶⁶⁴ *Telegrama n.º 3/529*, do diretor major Newton Santos para o chefe do GI, Francisco de Assis Carvalho Franco, “Diversos documentos do ano de 1933”, PEIA.

⁶⁶⁵ *Telegrama n.º 3/526*, 23-12-1933, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, “Diversos documentos do ano de 1933”, PEIA.

⁶⁶⁶ *Telegrama n.º 3/525*, 23-12-1933, do diretor Newton Santos para “José Almeida Rua da Gloria 172”, “Diversos documentos do ano de 1933”, PEIA.

⁶⁶⁷ *Telegrama n.º 3/540* 26-12-1933, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, “Diversos documentos do ano de 1933”, PEIA.

⁶⁶⁸ Sua assinatura consta em um telegrama enviado a “José B. Almeida Rua Gloria 172”, no dia 27-12-1933 – *Telegrama n.º 3/545*, “Diversos documentos do ano de 1933”, PEIA.

⁶⁶⁹ *Telegrama n.º 3/529*, 25-12-1933, “Resposta telegrama 149, seguinte lista nominal deste Presidio”, do diretor major Newton Santos para o chefe do GI, Francisco de Assis Carvalho Franco, “Diversos documentos do ano de 1933”, PEIA.

O almoxarife Manoel permaneceu responsável pela diretoria até a primeira semana de janeiro, quando José Basílio de Almeida passou a despachar da ilha enquanto o diretor Newton Santos hospedou-se no Municipal Hotel em São Paulo⁶⁷⁰. Não é uma surpresa ao constatar que, chegada a data de 10 de fevereiro de 1934, nenhum dos detidos por atividade política tenham aparecido nas comunicações de rádio. Mas cruzando os prontuários do DEOPS e o livro de registros foi possível determinar que na quarta-feira, 7 de fevereiro de 1934, os últimos comunistas deixaram o Presídio Político da Ilha dos Porcos. Alfredo Soares e Juvenal Soares estavam na ilha há quatro meses; Alvaro José e Henrique Covré estavam há mais de três meses. Era o último mês de funcionamento do presídio, que seria transformado em Colônia Correcional em ação a ser providenciada pelo chefe de polícia⁶⁷¹. Pelo menos é o que se pensava naquele momento.

Há aqui um fato importante. Parte daqueles procedentes da Ilha dos Porcos dos meses de janeiro e fevereiro de 1934 pouco tempo permaneceram nos presídios da capital: esses foram logo em seguida remetidos não para outros estados longínquos ou “deportados” para ilhas da costa brasileira, mas foram encaminhados para as chefaturas de polícia do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso para que fossem “postos fora das fronteiras brasileiras”. Ao menos quatro brasileiros foram enviados para serem deportados para fora do Brasil⁶⁷²: Adalpheu Silveira, Nery Zamora, Mário Rodrigues e Roberto Morena. Mas o número pode chegar a seis, se contarmos Henrique Covré e Santos Massafra Barros, ambos enviados para o “Matto Grosso” duas semanas após Adalpheu e Nery. É possível que esse exílio⁶⁷³ tenha adquirido o sentido de um “banimento” clandestino praticado pela Delegacia de Ordem Social⁶⁷⁴. E os casos

⁶⁷⁰ Em 15 de janeiro ainda consta “sub diretor” (n.º 4/10^a) e, após uma lacuna de datas, o próximo radiotelegrama anotado é de 23 de janeiro, já constando pelo “Diretor Presídio” (n.º 4/37).

⁶⁷¹ Artigo n.º 36, Decreto n.º 6.245, 29 -12-1933, ALESP.

⁶⁷² É importante pontuar que as *comunicações* são entre a Delegacia de Ordem Social e a Delegacia de Vigilância e Capturas. Primeiro, é normal haver um tempo entre a solicitação da Ordem Social e a partida da escolta, o que leva a duas situações: as datas aqui são aproximadas e, por qualquer razão, estas podem ter sido sustadas em qualquer momento e não haver menção ao fato no prontuário.

⁶⁷³ Tal como pontuado por Teresa Marques (2017, p. 271), “adota-se [...] o termo “exilado” em função da sua definição, que é mais ampla, social e sobretudo política. Todavia, “exílio” não constitui um estatuto jurídico, sendo, em realidade, um conceito mais amplo e social. De acordo com a legislação internacional, existem dois institutos jurídicos para classificar os migrantes forçados que cruzam fronteiras estatais, por motivo de perseguições: o asilo político e o refúgio. Os dois institutos apresentam importantes semelhanças, contudo, também apresentam diferenças fundamentais com relação às obrigações do Estado acolhedor. O refúgio é o sistema das Nações Unidas e foi estabelecido pela Convenção de Genebra de 1951, enquanto o asilo é o instituto legal mais costumeiro na América Latina, presente em documentos regionais que, não raro, convivem com a Convenção de Genebra.

⁶⁷⁴ Pontua de forma precisa Juliana Ramos Luiz (2008) ao pontuar que a diferença básica do “banimento” para as diversas manifestações de exílio é o caráter obrigatório da primeira, outorgado por poder superior e via manifestação legal.

aqui retratados não podem ser confundidos com as noções de “asilado”⁶⁷⁵, “refugiado” e de “extradição”⁶⁷⁶.

Tabela 28 - Últimas saídas da Ilha dos Porcos e os desfechos

SAÍDA	NOME	DESFECHO
07-01-34	Adalpheu Silveira	Deportado para o Mato Grosso com Nery Zamora para ser “ posto fora das fronteiras brasileiras ”
	João Antonio Barros Valente	Posto em liberdade em 07-02
	Roberto Morena	Deportado para o Rio Grande do Sul com Mario Rodrigues para ser “ posto fora das fronteiras brasileiras ”
17-01-34	Eduardo Braz da Silva	Posto em liberdade com Alfredo Soares em 13-03-1934
	Joaquim Tenorio das Neves	Em 15-02 estava a disposição da Delegacia de Ordem Social
27-01-34	Elviro Santos de Paula	Deportado para o Rio Grande do Sul com Juvenal Soares
	Moyse Bernardo Drelichman	Em 01-06 ainda estava preso na capital
	Santos Massafra Barros	Deportado para o Mato Grosso com Henrique Covré
07-02-34	Alfredo Soares	Posto em liberdade com Eduardo Braz da Silva em 13-03
	Alvaro José de Souza Abreu	Em 15-02 estava com Alfredo Soares na Delegacia
	Henrique Covré	Deportado para o Mato Grosso com Santos Massafra
	Juvenal Soares	Deportado para o Rio Grande do Sul com Elviro Santos

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Luis Roniger (2010), a partir de uma extensa revisão da bibliografia, pontua que o exílio praticado na América Latina é um fenômeno anterior ao estabelecimento dos estados independentes, na qual a expulsão atuava como mecanismo de controle social em seu território e forma de povoamento e defesa nas colônias. No processo de formação dos estados independentes, o exílio político como mecanismo de exclusão institucionalizado, assim como

⁶⁷⁵ É importante ressaltar que na América Latina, o conceito de asilo político é originário do Tratado de Direito Penal Internacional de Montevideu, de 1889 (BARRETO, 2010), do qual o Brasil não fez parte (CAMPOS, 2014) e tal direito formou-se em paralelo com o direito ao refúgio, que surgiu com a Liga das Nações em 1921 (SOUZA, 2014). A conclusão da Convenção de Asilo Político [*Convention on Political Asylum*] foi definida em 26 de dezembro de 1933, na 7ª Conferência Internacional Americana, realizada em Montevideu/URU [OEA. Department of International Law (DIL), *Convention on Political Asylum (A-37)*]. A partir de um primeiro documento fruto de discussões na 6ª Conferência, ocorrida em Havana/CUB no ano de 1928, o Brasil foi um dos dezessete países a assinar o documento, mas ratificado apenas em 01-09-1936 [BRASIL. Decreto n.º 1.570, 13-04-1937]. Segundo Larissa Leite (2014), a Convenção de Havana sobre Asilo (1928) previa que “o asilo dos criminosos políticos em legações, navios de guerra, acampamentos ou aeronaves militares” seria respeitado pelos outros países, desde que concedido em caráter e urgência e não se destinasse a proteger autores de delitos comuns (arts. 1º e 2º). A Convenção sobre Asilo Político de Montevideo (1933) preservava estas disposições, comprometendo todos os Estados a respeitar o asilo concedido, independentemente de serem signatários das convenções sobre asilo político (arts. 1 a 3) (LEITE, 2014, p, 70), não aderindo a ela a Bolívia, a Venezuela e os Estados Unidos (RENIGER, 2010).

⁶⁷⁶ Segundo Artur Brito Gueiros Souza, “extradição pode ser materialmente definida como o ato pelo qual um Estado entrega um indivíduo acusado de fato delituoso ou já condenado como criminoso, à justiça de outro Estado, competente para julgá-lo e puni-lo. Formalmente, a extradição consiste no processo pelo qual um Estado atende ao pedido de outro, remetendo-lhe pessoa processada no país solicitante por crime punido na legislação de ambos os países, não se extraditando, em regra, nacional do Estado solicitado” (SOUZA, 2014, p. 85). Informa ainda que “No Brasil, a Circular do Barão de Cairu de 1847 –nosso primeiro diploma extraditacional–, já excetuava das extradições a pessoa do “criminoso político”, muito embora a Constituição de 1824 nada dispusesse a respeito. Na verdade, a proibição constitucional de extradição por crime político somente passou a ser prevista na Constituição de 1934 (art. 113, § 31), e, em seguida, nas Cartas de 1946 (art. 141, § 33), e de 1967-1969 (art. 150, § 19, e art. 153, § 19, respectivamente)” (SOUZA, 2014, p. 86).

a prisão, pena de morte e outras medidas de exceção, era visto pelas elites dominantes como um ato de um mecanismo que favorecia a manutenção da estrutura hierárquica da esfera política nas nações ibero-americanas, auxiliando na manutenção do *status quo* mesmo quando as elites governantes eram substituídas a cada golpe ou “revolução”. E com o início do século XX, para Luis Roniger (2010, p. 99) o exílio já se encontrava codificado na cultura política e foi intensificado “contra indivíduos da classe política desgraçados, mas também, cada vez mais, contra ativistas e simpatizantes das classes médias e populares que se haviam incorporado recentemente à política”. Com os processos de industrialização, diversificação das estruturas de trabalho, a ampliação das burocracias estatais e do ativismo político em múltiplas organizações:

Os exilados incluíam agora tantos membros da elite política quanto uma ampla gama de ativistas políticos, sindicalistas, intelectuais, estudantes e até mesmo pessoas desconectadas de qualquer atividade pública ou participação política. [...] Nesse contexto, o exílio chegou a ser conceituado como um mecanismo para a exclusão total daqueles que eram retratados como “inimigo”. Este não era um inimigo que apenas não deveria retornar à pátria e reatar seu antigo papel social e político quando as circunstâncias o permitissem. Tratava-se de um inimigo que deveria ser totalmente excluído, seja mediante a eliminação física, seja por meio do exílio permanente. (RONIGER, 2010, p. 100-101).

Em nossa primeira Constituição (1824), foi definido que perderia os direitos de “cidadão brasileiro” aquele que fosse “banido por Sentença”⁶⁷⁷, na qual a pena consistia, segundo o então Código Criminal do Imperio do Brazil:

Art. 50. A pena de banimento privará para sempre os réos dos direitos de cidadão brasileiro, e os inibirá perpetuamente de habitar o territorio do Imperio.⁶⁷⁸

Mas nem a Constituição (1824), ou o Código Criminal (1830), ou o Código do Processo Criminal (1832)⁶⁷⁹, nem mesmo suas reformas (1841⁶⁸⁰, 1871⁶⁸¹) trazem as situações em que o “banimento” é aplicado. De acordo com o Código Criminal, o único crime cuja pena era o “desterro pra fóra do Imperio por quatro a doze annos” era a “conspiração”, pena que não era aplicada nem mesmo “aos cabeças” nos crimes de “rebelião” e “sedição” (motim). A pena mais grave imposta a um crime cometido “contra a segurança interna do Imperio” era no caso de “insurreição”, definido quando “vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio

⁶⁷⁷ BRASIL. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Constituição Política do Imperio do Brasil.

⁶⁷⁸ E mais, “a tentativa” e a “complicidade” eram punidas com a mesma pena do crime, na qual a “pena da tentativa” era reduzida em um terço. Portanto, aquele que na “tentativa” ou “complice” de cometer um crime cuja a pena fosse o “banimento”, “impor-se-há a de desterro para fora do Imperio por vinte annos” (art. 34 e art. 35) – BRASIL. Lei de 16 de Dezembro de 1830.

⁶⁷⁹ BRASIL. Lei de 29 de Novembro de 1832. Código do Processo Criminal de Primeira Instancia.

⁶⁸⁰ BRASIL. Lei n.º 261, 03-12-1841.

⁶⁸¹ BRASIL. Lei n.º 2.033, 20-09-1871.

da força”, que previa a pena de “morte”⁶⁸² – demonstrando claramente o recorte por classe política e social e violento ao máximo contra a população negra sequestrada em diversas nações do continente africano e escravizada por 358 anos neste país.⁶⁸³

Já na República, o “banimento” passou a ter dois caminhos possíveis: pouco após o golpe militar de 15 de novembro, o “Sr. D. Pedro de Alcântara e sua família” foram banidos por decreto, um ato de natureza política⁶⁸⁴. Com a Constituição de 1891, o art. 72, § 20 dizia que ficavam abolidas “a pena de galés e a pena de banimento judicial”, podendo-se deduzir que não havia impedimento para um decreto de ordem política, apenas aquele de origem “judicial” ou “por Sentença”, tal como era chamada a pena na Constituição de 1824. No Código Penal de 1890, dentre as penas estabelecidas estavam o “banimento” e a “reclusão”, além da “prisão celular”, “prisão com trabalho obrigatório”, “prisão disciplinar” e outras.

Art. 46. O banimento privará o condemnado dos direitos de cidadão brasileiro e o inibirá de habitar o territorio nacional, emquanto durarem os efeitos da pena. O banido que voltar ao paiz será condemnado a reclusão até trinta annos, si antes não readquirir os direitos de cidadão.

Art. 47. A pena de reclusão será cumprida em fortalezas, praças de guerra, ou estabelecimentos militares.

E em 1890 o “banimento” foi reservado aos “crimes contra a Constituição da República e fôrma de seu Governo”:

Art. 107. Tentar, directamente e por factos, mudar por meios violentos a Constituição politica da Republica, ou a fôrma de governo estabelecida:

Pena - de banimento, aos cabeças; e aos co-réos - a de reclusão por cinco a dez annos.

Art. 108. Tentar, pelos mesmos meios, mudar algum dos artigos da Constituição:

Pena - de reclusão por dous a seis annos.

Reputam-se - cabeças - os que tiverem deliberado, excitado ou dirigido o movimento.

Pelo Código Penal de 1890, a “deportação” é prevista apenas para o “infractor” estrangeiro, principalmente naqueles que eram inseridos nos crimes de “vadiagem” (art. 399) e capoeira (art. 402)⁶⁸⁵. Poucos anos mais tarde ela foi aprofundada na “Lei Alfredo Gordo” (1907), na qual o “estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometter a segurança nacional ou a tranquillidade publica, póde ser expulso de parte ou de todo o territorio nacional”, somando

⁶⁸² As leis n.º 4 de 10 de junho de 1835 e n.º 3.310 de 10 de outubro de 1886 também tratam e “determina as penas com que devem ser punidos os escravos”.

⁶⁸³ Isso fica perceptível no crime de “conspiração” que prevê, em caso de desistência “dos conspiradores do projecto”, “antes d'elle ter sido descoberto ou manifestado por algum acto exterior”, “não se procederá criminalmente”. Ou seja, é de se supor que historicamente os “conspiradores” que pudessem se envolver contra o poder imperial fossem membros das elites políticas e, neste caso, mesmo com a eminência de crime contra o poder constituído, a “tentativa”, já descrita também como ato criminoso, passa a não ser válida neste caso.

⁶⁸⁴ BRASIL. Decreto n.º 78-A, 21-12-1889.

⁶⁸⁵ BRASIL. Decreto n.º 847, 11-10-1890.

outras três “causas bastantes para a expulsão”, além do “por qualquer motivo”: a) condenação ou processo por tribunais estrangeiros por crimes de natureza comum; b) duas condenações, pelo menos, pelos tribunais brasileiros; c) “a vagabundagem, a mendicidade e o lenocínio competentemente verificados”⁶⁸⁶ – ou seja, pela autoridade policial que recomendava em seu inquérito e no relatório do delegado o pedido de expulsão. A “Lei de Repressão ao Anarchismo” (1921) também previu a “expulsão do território nacional” apenas para aquele que fosse estrangeiro⁶⁸⁷, assim como modificações na “Lei de Segurança Nacional” que garantiram ao final de 1935 a possibilidade de “expulsão imediata” do estrangeiro⁶⁸⁸. Entretanto, o Tribunal Especial criado logo após o golpe de 1930, previa:

Art. 7º As providências e sanções de caráter político, a que se refere este decreto, poderão ser aplicadas cumulativamente e consistirão no seguinte: a) proibição de permanência no território brasileiro, até o prazo máximo de 5 (cinco) anos [...].⁶⁸⁹

Os documentos presentes nos prontuários não permitem confirmar as dinâmicas de como ocorreram as tratativas entre as autoridades estaduais e se ação foi sustentada por decisão do Judiciário ou por sentença transitado em julgado pelo Tribunal Especial. Mas é importante pontuar que há diferença para os casos de estrangeiros que foram deportados: em tais prontuários aparecem informações que revelam consultas consulares entre o Brasil e o país que recebeu o “expulsando”, compras de passagens, ofícios do Ministério da Justiça ou cópias de atos do chefe do Governo Provisório autorizando a “expulsão”. Portanto, me parece possível sustentar a partir dos dados parciais aqui presentes a hipótese de que “postos para fora do território nacional” implicava numa releitura do “banimento”⁶⁹⁰, sendo agora um ato arbitrário e ilegal tomado pelos delegados da polícia política, sem pena estipulada por juiz ou Tribunal Especial – e que levanta a possibilidade da ação conjunta e internacional das polícias estaduais

⁶⁸⁶ BRASIL. Decreto n.º 1.641, 07-01-1907.

⁶⁸⁷ BRASIL. Decreto n.º 4.247, 06-01-1921.

⁶⁸⁸ BRASIL. Lei n.º 136, 14-12-1935.

⁶⁸⁹ BRASIL. Decreto n.º 19.398, de 11-11-1930.

⁶⁹⁰ Lembrando que “banimento” difere de “desterro” e “degredo”: “Art. 51. A **pena de degredo obrigará os réos a residir no lugar destinado pela sentença**, sem poderem sahir delle, durante o tempo, que a mesma lhes marcar. A sentença nunca destinará para degredo lugar, que se comprehenda dentro da comarca, em que morar o offendido. Art. 52. A **pena de desterro [...]** **obrigará os réos a sahir dos termos dos lugares do delicto**, da sua principal residencia, e da principal residencia do offendido, e a não entrar em algum delles, durante o tempo marcado na sentença” (grifo meu). Porém, assim como aponta Juliana Ramos Luiz (2011), havia a pena de degredo além-mar, presente nas Ordenações Manuelinas (1521) e nas Ordenações Filipinas (1603). Já pela Constituição de 1891, em seu art. 80, em caso de declaração do “estado de sitio” em qualquer parte do território da União, há suspensão das garantias constitucionais, podendo o Poder Executivo Federal adotar duas medidas de repressão contra as pessoas, sendo uma delas o “desterro para outros sitios do território nacional”, tal como ocorreu com os presos políticos remetidos para as colônias correcionais ao longo da década de 1920, como retratado por Paulo Sérgio Pinheiro (1991).

com os estados internacionais com os quais faziam fronteira: Mato Grosso com a Bolívia e o Paraguai e o Rio Grande do Sul com o Uruguai⁶⁹¹ e a Argentina.

E é possível indagar em que medida esse exílio pela força, na qual os indivíduos não tomam parte no processo de expatriação do território nacional, não delimitando país ou alguém que os recebessem⁶⁹² – se é, que, de fato, esses militantes eram entregues às autoridades locais para onde foram enviados e não somente abandonados para além da fronteira nacional⁶⁹³. Falar somente em “exílio político”, como se atores políticos em posições distintas pudessem

⁶⁹¹ Em relação ao Uruguai, o país era dirigido pelo colorado e ex-ministro da Indústria e do Emprego, Gabriel Terra, que em 31 de março de 1933 deu um golpe de Estado apoiado pelo exército, permanecendo no poder até 1938. Segundo Lívia Rangel (2019), houve o estabelecimento de cooperação diplomática entre Vargas e Terra, “principalmente de auxílio mútuo no controle das forças revolucionárias exiladas de um lado e de outro da fronteira”, na qual entre 1933-1938 a polícia secreta uruguaia exercia vigilância estrita e detalhada sobre os exilados políticos do Brasil, principalmente aqueles próximos ao general Flores da Cunha, quando esse lá se refugiou voluntariamente após o golpe do Estado Novo. Portanto, levanta-se a hipótese de que as deportações que não foram feitas via de pedido de “Asilo Político” e que esse jogo de deportação fosse praticado com mútuo conhecimento das autoridades internacionais.

⁶⁹² Importante mencionar que além da sede sul-americana da IC em Montevidéu e o exílio de Roberto Morena e Mario Rodrigues, Henrique Covré, Paulo Lacerda e outros comunistas brasileiros também moraram no Uruguai em anos anteriores. O próprio Roberto Morena havia estado em Montevidéu em 1929, o, no ano de 1929, participando da criação da Confederação Sindical Latino-Americana (ALMEIDA, 1999). É possível que o Uruguai tenha sido na década de 1930 um dos principais, senão o principal ponto de conexão de uma rede transnacional de solidariedade de exilados comunistas, que permitiam não apenas o acolhimento, mas também a possibilidade de construção do retorno ao país de origem e outras atitudes políticas, como a denúncia internacional, a circulação de materiais impressos (livros, manifestos etc.) e a criação de alianças. Tanto é que Thais Battibugli (2004) cita militantes comunistas sediados no Rio Grande do Sul que, após o Estado Novo, foram para Montevidéu e depois para a Argentina, com a ajuda de comunistas uruguaio e argentinos. Interessante notar quando Thatiana Amaral (2012, p. 26) aponta que Roberto Morena foi o único membro do PCB a ir para Uruguai, quando teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1, o que levanta o questionamento do quão relevante era para o exilado Roberto retornar àquele país, assim como das redes que podem tê-lo recepcionado. No caso sul-americano, Martín Albornóz e Diego Galeano (2017, 2019) demonstram as intensas redes transnacionais de anarquistas e também policiais já em efervescência desde o final do século XIX e início do século XX. Já sobre os anos de 1930, Isamara de Souza (2005) nos conta sobre a solidariedade internacional em torno de uma comunidade espanhola em São Paulo. Um outro interessante caso de uma rede internacional da década de 1930 é mencionada por Oscár Freán Hernández (2016), a *Solidarité Internacionale Antifasciste (SIA)*, que recepcionava anarquistas e comunistas espanhóis que se refugiaram ou foram exilados na França após a guerra civil espanhola, recepcionando também militantes de outras nacionalidades.

⁶⁹³ Em agosto de 1934, dois com passagem pela Ilha dos Porcos, Pedro Benis (então cervejeiro na Brahma) e Estevam Lozano (então metalúrgico na Cia Mechanica e Importadora) foram detidos com João De Losso (“Mulato”), no Largo da Concórdia em 23 de agosto de 1934 – as notícias de jornais, apesar de mencionarem um “meeting” e “depredações”, não noticiaram que se tratava de uma greve por aumento de salário. Em 29 de agosto chegaram ao Rio de Janeiro, abordo do “Annibal Benevolo” (*Correio Paulistano*, 30-08-1934, n.º 24.058, p. 4). Pelos jornais da época é possível saber que o “Annibal Benevolo” era consignado à Lloyd Brasileiro e fazia a rota Rio de Janeiro a Porto Alegre, parando em Santos, Paranaguá e Florianópolis. E aos paulistas se reuniram os padeiros cariocas Antonio Andrade Leitão (ou talvez Octavio Leitão) e José Pires, chegando todos em 06 de setembro ao porto de Santos, em uma “viagem forçada” e sem saberem “onde vão ser desembarcados” (Pront. n.º 2.036, doc. 5, DEOPS/APESP). Uma questão feita por um jornal era a seguinte: “Serão levados para a fronteira? Os trabalhadores [...] possivelmente deixarão de viajar como passageiros forçados em Florianópolis. Nada sabem eles, porém, sobre o que os espera na capital de Santa Catharina. Indagados a respeito, informaram-nos que, se não forem mettidos em novos xadrezes ou levados para a fronteira, terão que trabalhar afim de conseguir o dinheiro necessário para a viagem de regresso” (Pront. n.º 2.412, doc. 13, DEOPS/APESP). No dia 10 de setembro, o Delegado de Segurança Pública em Curitiba, José Maerthy, radiotelegrafou ao Delegado de Ordem Social informando que João De Losso e os dois cariocas seguiram “a pé via Capela da Ribeira destino a essa Capital” e “rogo informar-me urgencia se vos interessa Estevam Lozano e Waldemar Koznick ou Pedro Benis” (Pronts. n.º 2.036 e n.º 2.412, DEOPS/APESP). Estas são as últimas informações localizadas sobre Estevam e Pedro.

acessar dinâmicas semelhantes silencia as diferenças: o processo de exílio de Roberto Morena, por exemplo, não foi semelhante ao exílio de Washington Luís⁶⁹⁴; o exílio de Henrique Covré, tomando outro exemplo, não foi semelhante ao exílio de Plínio Salgado^{695 696}.

⁶⁹⁴ Segundo Wesley Espinosa Santana (2009), no dia 24 de outubro de 1930, o então presidente foi comunicado naquela manhã pelos generais aliancistas que as tropas legalistas tinham capitulado. Após negociações do aliancista gaúcho Lindolfo Collor com generais legalistas, Washington Luís saiu do Palácio do Catete após renunciar e ao final daquela tarde foi levado para o Forte de Copacabana, onde ficou detido. Com o “exílio involuntário” na França, permaneceu 17 anos fora do território nacional.

⁶⁹⁵ Segundo Leandro Pereira Gonçalves (2012, 2014), Plínio Salgado foi detido em um palacete no bairro Jardim América em 26 de janeiro de 1939 e solto três dias depois. Em maio, Vargas decretou o exílio de Plínio Salgado, sendo este novamente detido em São Paulo e enviado para o Rio de Janeiro e em seguida encarcerado na Fortaleza de Santa Cruz em Niterói (GONÇALVES, 2012). “Em 16 de junho, recebeu a visita de um alfaiate para que pudesse ser recepcionado em grande estilo em Lisboa e, em 20 de junho, disse: “fui avisado de que virá na barca da manhã o funcionário da Polícia trazer-me o passaporte, a passagem e os atestados de vacina”” (GONÇALVES, 2014, p. 153-154). Com financiamento de ex-militantes e passagem paga pelo governo, em 22 de junho embarcou para Portugal.

⁶⁹⁶ O “banimento” foi expressamente proibido pela Constituição de 1934, Capítulo 2 “Dos Direitos e das Garantias Individuais”, art. 113, item 29. Assim permaneceu na Constituição de 1946 e na Constituição de 1967. Porém, como mencionado Teresa Marques (2017, p. 270), “o estabelecimento da pena de banimento em 1969 institucionalizou o exílio enquanto mecanismo de exclusão política generalizado. Através do Ato Institucional nº 13 [5 de setembro], o Estado declarava que poderia expulsar do país e negar o direito à nacionalidade a qualquer brasileiro que fosse considerado uma “ameaça à segurança nacional”. Em geral, a pena foi destinada aos militantes cuja libertação havia sido negociada em troca da libertação de autoridades estrangeiras sequestradas pela oposição armada. Com efeito, 130 prisioneiros políticos brasileiros foram banidos do território nacional”. Naquele mesmo dia 5 de setembro, o governo ditatorial baixou o AI-14, dando nova redação ao § 11 do art. 150 da Constituição: “Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento [...] salvo nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”. Segundo Denise Rollemberg (1999), houve no Brasil dois movimentos principais que partiram para o exílio: logo após o golpe de 1964, atores políticos ligados ao governo João Goulart, professores universitários, jornalistas, sindicalistas, membros do grupo católico Ação Popular (AP) e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o segundo movimento é posterior ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, que engloba militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Para Denise Ribeiro (2016), embora fossem personagens classificadas pelo regime ditatorial e pela imprensa enquanto “indesejáveis”, eram atores que representavam ideias e perspectivas políticas diversas. Sobretudo a geração “pré-1964” (como Gregório Bezerra, Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes e Miguel Arraes), estes estavam mais ligados às experiências do trabalhismo, das reformas de base, das lutas pela terra e pela educação, que foram sendo estabelecidas principalmente a partir do regime democrático de 1946. Enquanto parcela da segunda geração, mais ligados à luta armada, viam esta como necessária frente aos fracassos da geração esquerda anterior (CRUZ, 2012). Segundo Teresa Marques (2017, p. 270), “embora a documentação seja rica em informações, ela não fornece dados suficientes para quantificar o número de exilados”, variando de 10 a 15 mil brasileiras e brasileiros que foram para o exílio. Ainda, de acordo com Fábio Lucas da Cruz (2012, p. 116), a Lei de Anistia (28-09-1978), permitiu o retorno de duas mil pessoas exiladas.

Tabela 29 - Desfecho dos detidos na Ilha dos Porcos em 1933/1934

NOME	DESFECHO
Adalpheu Silveira	Delegado pede em 30-01-1934 para que Adalpheu fosse deportado para o Mato Grosso e “ posto fora das fronteiras brasileiras ” com Nery Zamora
Alfredo Soares	Posto em liberdade com Eduardo Braz da Silva em 13-03-1934
Alvaro José de Souza Abreu	Em 15-02-1934 estava com Alfredo Soares na Delegacia
Angelo Moura	Depois da saída da Ilha dos Porcos a próxima informação é sua matrícula no Sindicato dos Operarios em Construção Civil de São Paulo (22-12-1935)
Camilo Prée	Última informação é que estava com a Delegacia de Vigilância e Capturas em 15-06-1933 para ser posto em liberdade , provavelmente em Santos
Eduardo Braz da Silva	Posto em liberdade com Alfredo Soares em 13-03-1934
Elviro Santos de Paula	Delegado pede em 14-02-1934 que fosse deportado para o Rio Grande do Sul com Juvenal Soares
Estevam Lozano Carrasco	Após a Ilha dos Porcos e passar novamente pelo Paraíso, provavelmente foi posto em liberdade em 21-12-1933; foi detido novamente com Pedro Benis em agosto de 1934
Fernando Parra	Tem concluído seu relatório de expulsão em 26-06-1934
Henrique Covré	Delegado pede em 14-02-1934 para que Henrique fosse deportado para o Mato Grosso com Santos Massafra
Joaquim Tenório das Neves	Em 15-02-1934 estava à disposição da Delegacia de Ordem Social , com Marcello José de Campos
João Antonio Barros Valente	Após passar pelo Paraíso é posto em liberdade em 07-02-1934
José Fonseca	Em 20-12-1933 estava à disposição da Delegacia de Ordem Social, com Estevam Lozano e Pedro Benis
Juvenal Soares	Delegado pede em 14-02-1934 que fosse deportado para o Rio Grande do Sul com Elviro Santos
Marcello José de Campos	Em 15-02-1934 estava à disposição da Delegacia de Ordem Social , com Joaquim Tenório das Neves
Mario Rodrigues	Depois de passar pelo Paraíso e Cadeia Pública com Roberto Morena, em 30-01-1934 o delegado pede para que sejam são deportados para o Rio Grande do Sul para ser “ posto fora das fronteiras brasileiras ” com Roberto Morena
Moyses Bernardo Drelichman	Após voltar da ilha, em 01-06-1934 ainda estava preso na capital
Nery Zamora	Delegado pede em 30-01-1934 que fosse deportado para o Mato Grosso e “ posto fora das fronteiras brasileiras ” com Adalpheu Silveira
Olivaes Fontoura da Silva	Não foi possível identificar o que acontece com ele após sua entrada no Presídio Político da Ilha dos Porcos em 20-02-1933
Pedro Benis	Posto em liberdade em 22-12-1933; foi detido novamente com Estevam em agosto de 1934
Roberto Morena	Depois de passar pelo Paraíso e Cadeia Pública com Mário Rodrigues , em 30-01-1934 o delegado pede para que sejam deportados para o Rio Grande do Sul para ser “ posto fora das fronteiras brasileiras ” com Mario Rodrigues
Santos Massafra Barros	Delegado pede em 14-02-1934 para que Santos fosse deportado para o Mato Grosso com Henrique Covré
Walter Fernandes Silva	Após a saída da Ilha dos Porcos, a próxima informação é de 07-11-1934, acusado de participação em um homicídio político

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

5.5 Sindicância sobre o Presídio Político e a transformação em Colônia Correccional (1934)

Em dezembro de 1933, Caio Prado Júnior e outros quarenta e três advogados da capital apresentaram uma petição dirigida ao ministro corregedor federal no estado de São Paulo, Joaquim Celidonio Gomes dos Reis, requerendo “uma correção sobre o tratamento dispensado aos presos políticos” imposto nos vários presídios da capital e da Ilha dos Porcos, pedido que foi deferido⁶⁹⁷. Nove dias depois foi decretado que “será extinto” o Presídio Político e que “dentro de dois meses, providenciará o Chefe de Policia para a sua transformação em Colonia Correccional”⁶⁹⁸. No início de 1934, restavam ainda doze detidos apontados pela polícia como sendo membros do PCB na Ilha dos Porcos.

Segundo a petição, publicada no *O Homem Livre*⁶⁹⁹ e sob a manchete “O presidio político da Ilha dos Porcos”:

Já são de notoriedade publica os processos abusivos de que lança mão a policia de S. Paulo no desempenho de suas funções. Em particular, são os presos políticos as maiores vitimas da brutalidade policial. É a delegacia de Ordem Social, numa incrompeensão completa não só de seus deveres e sua responsabilidade, mas ainda dos mais comeseinhos princípios de humanidade que se tem mais destacado nesta obra de renegação de todos nossos fôros de Estado culto e civilizado.

Os suplicantes, entre outros fatos concretos da mesma natureza (e que se repetem diariamente) pode citar, para mostrar a v. exa. a que ponto chegam as arbitrariedades e a a brutalidade verdadeiramente selvagem da referida delegacia, os seguintes:

Há poucos mezes, o **operário Roberto Morena, pelo simples fato de ser secretario do Comté Anti Guerreiro de São Paulo**, foi preso e “condenado” pelo delegado de Ordem Social a trabalhos forçados. Hoje êle trabalha na construção estrada de rodagem Ubatuba-Taubaté, sem receber salario, **como escravo portanto**. Em sua companhia, também como forçados, encontram-se o **tecelão Fernando Parras, secretario geral da União dos Trabalhadores em Fabricas de Tecidos, o metalurgico Estevam Lozano** e outros.

No Gabiente de Investigações e outras masmorras desta capital, acham-se detidos inúmeros presos políticos, que estão sendo continuamente espancados e torturados para confessarem supostas participações em “planos terroristas” que o delegado de Ordem Social arquiteta a seu bel prazer. Entre outros podemos citar Guido Romani e **Victor Garcia**. A lista é interminável. [...]

Os suplicantes não precisam recordar o que são os xadrezes do Gabinete de Investigações onde a delegacia de Ordem Social conserva os seus presos. Sôbre êles já se manifestou, entre outros, o próprio chefe de Polícia atual por ocasião de sua visita ultimamente realizada. Em cubículos infectos, de dimensões irrisórias, são amontados dezenas de presos, políticos e comuns, em condições que desafiam a imaginação mais fértil em inventar horrores. Mas o que é pior, são os tratamentos infligidos a estes presos: incomunicabilidade completa com o mundo exterior, mesmo com advogados

⁶⁹⁷ *Correio da Manhã* (RJ), 21-12-1933, n.º 11.982, p. 4, HDB/FBN.

⁶⁹⁸ ALESP, Decreto n.º 6.245, 29-12-1933.

⁶⁹⁹ Conforme detalha Ricardo Figueiredo de Castro (2010), o jornal *O Homem Livre* circulou na capital paulista entre 1933 e 1934, contribuindo na articulação do movimento antifascista e porta-voz da Frente Única Antifascista. Concebido e criado por jornalistas do *Diário da Noite*, com secretário de redação do *Correio da Tarde*, sua primeira publicação foi em 27 de maio de 1933. Contava também com a colaboração de membros anarquistas e trotskistas como Mario Pedrosa, Aristides Lobo, Livio e Fulvio Abramo dentre outros.

e pessoas da sua família, espancamentos e torturas contínuas. E isto quanto não são sumariamente condenados a trabalhos forçados [...].

A Delegacia de Ordem Social de S. Paulo é uma reprodução fiel, em pleno século XX, do famoso tribunal do Santo Ofício. E isto passasse em S. Paulo, que se preza de ser um Estado culto e civilizado, cultura e civilização estas de que a polícia escarnece. [...]

Nestas condições, os suplicantes requerem a v. exca., nos termos do art. 8 do referido decreto n. 4786, que se digne determinar uma correição relativa aos procedimentos ilegais, arbitrários e deshumanos da Delegacia de Ordem Social no que diz respeito, em particular, aos seguintes pontos:

- 1.º - Aplicação do regime particular de presos políticos aos seus detidos.
- 2.º - Incomunicabilidade.
- 3.º - Trabalho forçado.
- 4.º - Inqueritos interrompidos.
- 5.º Condições anti-higienicas e intoleráveis dos xadrezes aos quais são recolhidos presos políticos; alimentação deficiente nas prisões, etc.
6. Torturas e espancamentos.
- 7.º Confisco de livros, objetos de uso dos detidos, etc.⁷⁰⁰

Mais de um mês depois, a notícia foi de que a correição foi realizada. Mas o “tristemente famoso da Ilha dos Porcos” não foi visitado. “O encarregado da correição limitou-se a tomar um cafezinho no Gabinete de Investigações e a fazer uma passeata até a rua do Paraizo”: segundo a reportagem, assinada sob pseudônimo *Heimatlos* [apátrida], lá “achou tudo direito; o presídio merecia mesmo o nome que tinha”⁷⁰¹. Mas se até ao final do segundo mês de 1934 o Judiciário não se comprometeu a vistoriar a ilha, em breve uma sindicância da própria polícia a faria, mas não por causa das denúncias de advogados, mas por iniciativa do próprio médico do Presídio Político.

Enquanto isso, na ilha, em meio a “epidemia de febre tifoide reinante nas proximidades”⁷⁰², o diretor solicitou a Moysés Marx, responsável pela Polícia Técnica, que agisse junto ao Serviço Sanitário para obtenção de “vacinas anti-tíficas calculadas 300 pessoas e remeter com urgencia”⁷⁰³. Com a chegada das ampolas no dia 2 de fevereiro e “embora o estado sanitário desta Colonia seja ótimo”, o diretor justificou ao chefe de polícia que as vacinas estavam sendo aplicadas em toda a população da ilha “como medida de precaução”⁷⁰⁴. Em agradecimento a Moysés Marx, o diretor comunicou que enviaria um cacho das primeiras “celebras bananas Java” colhidas na ilha⁷⁰⁵ para “o amigo”, provavelmente plantadas em

⁷⁰⁰ *O Homem Livre*, 03-01-1934, n.º 21, p. 3, HDB/FBN.

⁷⁰¹ *O Homem Livre*, 24-02-1934, n.º 22, p. 2, HDB/FBN.

⁷⁰² *Radiotelegrama n.º 4/75*, 03-02-1934, do diretor Newton Santos para Catharina Baur, Petropolis, PEIA.

⁷⁰³ *Radiotelegrama, n.º 4/58*, 30-01-1934, do diretor Newton Santos para Moysés Marx, Policia Tecnica, PEIA.

⁷⁰⁴ *Radiotelegrama n.º 4/63*, 02-02-1934, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Mário Guimarães, PEIA.

⁷⁰⁵ *Radiotelegrama n.º 4/74*, 03-02-1934, do diretor Newton Santos para Moysés Marx, Policia Tecnica, PEIA.

1932⁷⁰⁶, pedindo ainda que o segundo cacho fosse entregue na residência do chefe de polícia, Mário Guimarães⁷⁰⁷.

Com o início de fevereiro, os radiotelegramas, agora já com a nomenclatura “Colônia Correccional” em seus cabeçalhos, seguiam sem menção aos detidos políticos e a preocupação central naquele mês recaiu sobre as mudas cítricas tão aguardadas, levando o diretor a entrar em constante contato com o delegado regional de Santos para se informar sobre a situação do transporte. O que é possível dimensionar é que até 17 de fevereiro já havia sido plantado 1.500 pés de laranja baiana e até o fim do mês receberiam mais 2 mil mudas.

Porém, em 24 de fevereiro de 1934, uma nova preocupação surgiu. O chefe de polícia expediu uma portaria para que fosse realizada uma sindicância sobre alguns fatos denunciados. Para a tarefa foi designado Emílio Castelar Gustavo (1880-1946), então delegado especializado adido ao Gabinete de Investigações e, desde janeiro de 1934, encarregado de inspecionar as delegacias do interior do estado. No dia 6 de março, terça-feira, com a chegada do delegado à Ilha dos Porcos⁷⁰⁸ o diretor major Newton Santos pediu afastamento do cargo⁷⁰⁹ e assumiu o subdiretor José Basílio de Almeida⁷¹⁰. Mas no dia seguinte o subdiretor informou as autoridades da capital que não aceitaria assumir a direção naquela circunstância:

Antes haver assumido ontem direção esta Colônia depuz também cargo mãos Dr. Castelar Gustavo, que solicitou minha permanência. Solicito V. Excia autorização sentido poder me retirar e instruções sobre o funcionário que deverá dirigir esta Colônia. Para os devidos fins comunico-vos que o dr. Castelar Gustavo está procedendo a sindicância na Cidade de Ubatuba. Diretor seguiu hontem destino S. Paulo.⁷¹¹

Mesmo com o pedido do delegado para que ambos permanecessem e enviando inclusive um portador atrás de Newton Santos em Ubatuba⁷¹², o subdiretor reforçou na comunicação que também não permaneceria na Colônia. No dia 9 de março, o professor Miguel

⁷⁰⁶ “Bananeiras de Java: O sr. secretário da Agricultura expediu um aviso ao seu colega da pasta da Justiça e Segurança Pública, pedindo permissão para que na Ilha dos Porcos fiquem em quarentena 1.000 mudas de bananeiras procedentes da Ilha de Java” – *Diário Nacional*, 12-01-1932, n.º 1.358, p. 3, HDB/FBN.

⁷⁰⁷ *Radiotelegrama n.º 4/110*, 17-02-1934, do diretor major Newton Santos para Moysés Marx, Rua Caio Padro nr 35, PEIA.

⁷⁰⁸ *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934*, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 472.

⁷⁰⁹ *Radiotelegrama n.º 4/148*, 06-03-1934, do diretor major Newton Santos para o chefe de polícia, Mário Guimarães, PEIA.

⁷¹⁰ *Radiotelegrama n.º 4/149*, 06-03-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o chefe de polícia, PEIA.

⁷¹¹ *Radiotelegrama n.º 4/151*, 07-03-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o chefe de polícia, PEIA.

⁷¹² *Correio de S. Paulo*, 19-03-1933, n.º 547, p. 8, HDB/FBN.

Cardoso⁷¹³ passou a responder pela diretoria e o subdiretor também foi para a capital⁷¹⁴, dividindo o professor as funções com o almoxarife Manoel de Albuquerque Sobrinho⁷¹⁵.

Mas o professor claramente não estava confortável no cargo. Dez dias depois, em 19 de março, entrou em contato com Newton Santos, ainda hospedado no Municipal Hotel:

Recorro sua boa vontade sentido traser ou mandar traser nossos vencimentos correspondentes mez Fevereiro; folha de vencimentos acha-se em poder snr. Almeida [subdiretor]. Peço-lhe ainda providenciar junto snr chefe de Policia, caso o senhor não venha assumir, uma **pessoa para dirigir a Colonia com poderes de diretor, sem o que aparecem dificuldades**. Albuquerque [almoxarife] pede-lhe providenciar urgente para lancha de vinte e um [...] ⁷¹⁶

Aparentemente, o professor Miguel encontrava-se em dificuldades para gerir o dia a dia na Colônia, não à toa pediu que assumisse alguém com “poderes de diretor”, porque uma vez sem tais prerrogativas “aparecem dificuldades”. Sob seu comando estavam José Martins, inspetor do GI e comissionado como chefe de vigilantes, e também o comandante do destacamento militar, então é possível supor hipoteticamente que havia conflito hierárquico já entre seus primeiros subalternos e responsáveis diretos pela segurança interna da Colônia, que contava com uma população de 66 brasileiros e imigrantes sob custódia ilegal e arbitrária do Estado⁷¹⁷.

Naquele mesmo dia, *O Correio de S. Paulo* publicou uma entrevista com o major Newton Santos sob a manchete “Queixas contra o tratamento dos presos na Ilha dos Porcos”. Segundo a publicação, um jornal matutino de Santos havia noticiado “factos referentes ao regímen de tratamento dispensado aos presos”, que envolviam “má alimentação”, “trabalho forçado e arbitrariedades”, assim como sobre “irregularidades em que estaria comprometida a direcção daquelle presidio”. Newton Santos afirmou que a denúncia “não tem fundamento” e disponibilizou ao jornal os radioteogramas trocados⁷¹⁸, terminando a entrevista comentando que “não quiz eu ressumir o meu cargo, que já exerço há tres annos, enquanto não ficar

⁷¹³ Em 1º de março de 1934, foi inaugurada a escola primária da Colônia, sob direção do professor Miguel Cardoso. Ainda há uma certa dúvida a quem ela se destinava. Ao contrário das décadas de 1940 e 1950, durante parte da década de 1930, militares e funcionários civis dividiam o mesmo dormitório localizado no prédio da administração e apenas o diretor e subdiretor tinham casas construídas. Portanto, não há relatos de famílias de funcionários civis que habitavam ilha ou a presença de crianças - *Radioteograma n.º 4/137*, 01-03-1934, do diretor major Newton Santos para o chefe de polícia, Mario Guimarães, PEIA.

⁷¹⁴ *Radioteograma s/n*, 09-03-1934, do prof. Miguel Cardoso para o chefe de polícia, Mário Guimarães, PEIA.

⁷¹⁵ *Radioteograma, n.º 4/153*, 12-03-1934, do almoxarife, respondendo pela diretoria, para a Angelo Sestini & Cia, São Paulo, PEIA.

⁷¹⁶ *Radioteograma n.º 4/167*, 19-03-1934, do prof. Miguel Cardoso para o diretor Newton Santos, Municipal Hotel, São Paulo, PEIA.

⁷¹⁷ *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934*, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 473.

⁷¹⁸ Um dos transcritos na reportagem corresponde literalmente a um dos preservados no arquivo do PEIA.

terminada a sindicância, na qual ainda não fui ouvido”, e que até aquele momento a mesma nada havia apurado “relativamente às queixas infundadas de um preso”.⁷¹⁹

Enquanto isso, a insatisfação do professor crescia. Enquanto sofriam com a falta constante de gêneros básicos de alimentação, a diminuição da população encarcerada acarretou no abandono dos serviços em diversas áreas (limpeza, colheita de arroz, horta, pomar etc.). Miguel, que estava em contato constante com o diretor afastado⁷²⁰, quatro dias depois enviou mensagem ao chefe de polícia, sendo ainda mais direto:

Não desejando mais permanecer na direção desta Colonia, que assumi em nove deste, solicito de VExcia providencias no sentido de mandar-me substituir nesse encargo. Informo-vos estar o serviço desta Diretoria em ordem e em dia, excepto o despacho de alguns documentos que devem ser informados e visados pelo diretor.⁷²¹

Aparentemente nenhuma ação foi tomada e após um mês, em 24 de abril, o professor Miguel deu um ultimato ao major Newton Santos, ainda afastado da direção:

Terminando este mês licença minha senhora **irei impreterivelmente com ela para S. Paulo, pelo que peço o obsequio providenciar sentido vir meu substituto até 29.** Agradeço antecipadamente e solicito a fineza responder mais breve possível pelo radio (grifo meu).⁷²²

No dia 30 de abril, após uma “viagem péssima”, o subdiretor José Basílio de Almeida reassumiu a direção da Colônia Correccional⁷²³ e ao professor Miguel, “que seguirá essa Capital afim tratar saúde sua senhora”⁷²⁴, foi solicitada uma licença de vinte dias.

Foi em tal contexto que o delegado Emílio Castelar Gustavo realizou sua sindicância em março de 1934, apurando diversas denúncias surgidas ao longo de 1933. Emilio foi enviado para a Ilha dos Porcos para que pudesse esclarecer “acontecimentos que preocupavam a chefia de Polícia”, buscando “inspecionar e observar tudo quando pudesse servir de base à constatação dos fatos” que o permitisse apresentar um “relatório escrito” à Secretaria da Segurança Pública, assim como “prestar informações verbais e mais minudentes,

⁷¹⁹ *Correio de S. Paulo* (SP), 19-03-1933, n.º 547, p. 8, HDB/FBN.

⁷²⁰ Entre os radioteogramas preservados há comunicações para os dias: 19, 20, 24, 31 de março, e outras quatro em abril, todas solicitando a intervenção do major Newton Santos na resolução de problemas de abastecimento, principalmente. No dia 8 de abril, o professor entrou em contato com o subdiretor, José Basílio de Almeida, informado que estavam em “falta absoluta” de carne seca, arroz e farinha de trigo – *Radioteograma s/n*, 08-04-1934, PEIA.

⁷²¹ *Radioteograma*, n.º 4/178, 23-03-1934, do prof. Miguel Cardoso para o chefe de polícia, Mário Guimarães, PEIA.

⁷²² *Radioteograma particular*, 24-04-1934, do professor para o major Newtons Santos, Municipal Hotel, PEIA.

⁷²³ *Radioteograma*, n.º 4/235, 30-04-1934, “pelo Diretor da Colonia”, para o diretor Newton Santos, PEIA.

⁷²⁴ *Radioteograma* n.º 4/241, 04-05-1934, do subdiretor para o chefe de polícia, Vicente de Paula Azevedo, PEIA.

esclarecedoras das acusações que pesavam sobre o estabelecimento”⁷²⁵ – desde já sabemos que, provavelmente, o “relatório escrito” não foi tão completo quanto as “informações verbais”.

O momento que levou o chefe de polícia a ordenar a abertura do processo investigativo foi a ida do médico do presídio, “vestido com um paletó de pijama”, a prestar queixas contra o diretor na Repartição Central de Polícia. As queixas estavam centradas em dois fatos: primeiro, de que a “presos doentes” “eram aplicados em serviços pesados”; segundo, “a Portaria fala em espancamentos, dando a entender que havia o regime de pancadas no presídio, como medida de disciplina”⁷²⁶. Somadas a elas, ao longo do relatório outras três denúncias foram feitas diretamente ao corregedor na própria ilha: a primeira, dos brasileiros e imigrantes lá encarcerados, “queixaram de que algumas vezes a alimentação não era suficiente”; a segunda, da mesma população e vigilantes, “se referiram a possíveis desvios de mercadorias”⁷²⁷; e a terceira, “os detentos vêm reclamando contra a ilegalidade de suas prisões, e, por isso mostram-se insubmissos á disciplina que é necessária manter-se ali”⁷²⁸. Ou seja, a denúncia não era somente em relação “às queixas infundadas de um preso”, tal como se referiu o direto ao *Correio de S. Paulo*.

O relatório, além de cronologicamente desorientado, é como um todo construído de forma a amenizar possíveis responsabilidades das atuações do diretor e do subdiretor contra as denúncias mais graves, em relação aos serviços pesados e ao espancamento. Dessa forma, o delegado procurou dar ênfase na depreciação dos motivos que levaram o médico até a capital e, em sua narrativa, a peça torna-se contraditória.

Primeiro, o evento dramaturgico inicia-se com a cena que envolve o médico de “paletó de pijama” informando fatos “bastante exagerados” ao chefe de polícia. Depois, o delegado ocupa-se em descrever as “incompatibilidades” que surgiram entre o médico com o diretor e o subdiretor, que “serviu para que se formassem no presídio dois grupos, um deles em redor do diretor e vice-diretor, e o outro, quase todo composto dos vigilantes, formou em torno da pessoa do médico”. Em relação a esse conflito é interessante um excerto mais longo:

⁷²⁵ *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934*, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 472. Este texto, que é o relatório final, menciona que foram feitos diversos autos com os depoimentos de “detentos, praças e funcionários”, “se juntou grande cópia de documentos” mas ainda não foi localizado, assim como as sindicâncias realizadas após o evento de agosto de 1932 e o “levante” de março de 1933, existências mencionadas também neste relatório final, publicado em 1946.

⁷²⁶ *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934*, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 474.

⁷²⁷ Em relação a estas denúncias, sobre a alimentação disse que “se bem que muito simples, não deixou de agradar, pois que ela é feita com asseio e tem o paladar igual à da comida feita por cozinheiros de profissão”; em relação aos desvios, “os documentos exibidos não admitem a hipótese”.

⁷²⁸ *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934*, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 475.

Os que são contrários ao diretor e subdiretor alegam que este, violento e implicante, maltrata a todos com determinações injustas e penas exageradas em relação aos castigos que devem ser aplicados aos detentos. Por seu lado o diretor e o subdiretor dizem que **o médico, sem motivo plausível, malquistou-se com eles, alegando ter sido vítima e por desgostos que lhe foram infligidos por eles, mas que não há razão para tal.**

Entre o diretor e o médico surgiu anteriormente a questão da casa destinada à residência do médico. Este, a princípio, tendo pedido ao diretor o favor de permitir que depois do seu casamento fosse residir com sua senhora na casa do diretor, junto, naturalmente, à família deste, composta apenas de sua pessoa e de sua senhora, e lhe sendo depois negada essa permissão porque o diretor alegou que precisava dos cômodos para outros fins, **desgostou-se.** Conservando a sua família em Ubatuba, tratou de fazer a sua própria casa, de pau, barreada, tal como já haviam feito outros funcionários em vista de deficiência de prédios.

Passando a residir em sua casa feita com auxílio de presidiários, as suas relações com o diretor perderam a cordialidade primitiva e daí o **queixar-se dele que era tratado com demonstrações de pouco caso** não somente pelo diretor como também pelo subdiretor.

Alegando injustiça no fato de o diretor permitir que o sogro de um soldado aportasse com sua canôa em frente à casa do seu genro, **e que favor igual não lhe era concedido**, certo dia o médico compareceu na presença do diretor para **reclamar contra essa injustiça** e pedir permissão para que um empregado do presídio também aportasse com sua canôa em frente à sua casa. O diretor, dizendo-lhe que isso não era cuidadoso e não dava aso a que, por meio de sua canôa, detentos fugissem, **provocou irritação do médico, que então, usou de termos que o diretor julgou desatenciosos** e reclamou que o diretor também não mandava pôr os vidros na enfermaria, dando a entender que ele não ligava importância aos detentos doentes. O diretor, diante da atitude do médico, suspendeu-o por 5 dias das suas funções. **O médico, não se conformando com a suspensão, respondeu em termos desatenciosos**, e, em seguida, pretendendo queixa-se ao dr. Chefe de Polícia, veio a esta Capital [...] (grifo meu).⁷²⁹

O médico é caracterizado pelo delegado corregedor como aquele se sente constantemente injustiçado, que exige favores, que é inconstante com a segurança do presídio e que frequentemente age em “termos desatenciosos” com seu superior hierárquico. E ao abordar os dois temas mais graves da denúncia, o delegado entra em forte contradição.

Em relação ao uso de “presos doentes” aos quais “eram aplicados em serviços pesados”, motivo que originou a “incompatibilidade” com o subdiretor, o delegado afirma em sua conclusão que

Da sindicância, resultou que não era rigorosamente exata essa acusação porque não são aplicados presos doentes em serviços pesados. [...] A doença dos detentos, entretanto, conforme apurou na sindicância, foi sempre regra respeitada como elemento ponderoso para que o doente não fosse aplicado nesse ou naquele mister. Como há serviços leves e serviços pesados, sendo estes os da roça e transporte de lenha para a cozinha e aqueles internos, referentes à limpeza do prédio, tratamento do jardim, etc., os presos são aplicados obedecendo a essa distinção de modo que a sua saúde não seja prejudicada ou agravada.⁷³⁰

⁷²⁹ *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 474.*

⁷³⁰ *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 473-474.*

Mas dá a exceção:

Aconteceu certa ocasião que, havendo necessidade urgente da plantação de 4.000 laranjeiras para que as mudas não se perdessem, a direção do presídio determinou que todos trabalhassem nesse serviço. Foram todos mandados para a roça e aí designados para serviços mais ou menos adequados ao seu estado de saúde. Essa determinação causou reclamação de alguns deles, servindo esse fato, mais tarde, de motivo à acusação que se formulou perante o Chefe de Polícia.⁷³¹

E dá a contradição:

A farmácia não tem quase medicamentos e não corresponde ao seu fim. Se acontece que presos ou funcionários sejam vítimas de moléstias graves[...] o médico do presídio ver-se-á em sérias dificuldades para dar o doente o tratamento adequado. Por causa dos incidentes resultantes das determinações da diretoria do presídio **quanto ao trabalho dos detentos e da atitude do médico, que algumas vezes se julgou desautorado em suas prescrições, surgiram desinteligências entre este e o vicediretor**, as quais tomaram o caráter de incompatibilidade pessoal. (grifo meu)⁷³²

Já em relação ao “regime de pancadas no presídio, como medida de disciplina”, a situação é a mesma. Para o delegado, os fatos que chegaram ao Chefe de Polícia foram “bastante exagerados” e em sua conclusão diz:

A verdade não é essa porque o diretor e o subdiretor nunca determinaram que se espancassem detentos. (grifo meu)

Interessante notar que em uma matéria de 23 de maio de 1933, *A Gazeta* citou um memorial do próprio diretor major Newton Santos, no qual pedia a transformação do presídio em Colônia Correccional⁷³³, reforçando que “nas aludidas sugestões o autor condena o processo bárbaro dos castigos corporaes”⁷³⁴.

E continua o delegado em sua sindicância:

O diretor, absorvido pelos serviços da roça aos quais dedicava a maior parte do seu tempo, alheando-se em parte da administração do presídio por confiar plenamente no subdiretor, comparecendo na administração para saber das ocorrências, **era sabedor de que algumas praças do destacamento**, quando aplicadas na vigilância dos trabalhos dos detentos, **usavam de certa violência para serem obedecidos, dando algumas vezes pancadas com os paus de que todos na ilha andam munidos e outras vezes aplicando pescoções**. (grifo meu)

E tentando justificar que não havia “espancamento”, o torna ainda mais evidente:

⁷³¹ *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934*, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 473.

⁷³² *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934*, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 474.

⁷³³ Além desta notícia de maio, outra em 11 de outubro apontou que o chefe de polícia, Mário Guimaraães, visitaria a Ilha dos Porcos em companhia do major Newton Santos no dia 1º de novembro, porque “ao que parece, vae ser transformado em presidio correccional” – *A Gazeta* (SP), 11-10-1933, n.º 8.328, p. 6, HDB/FBN.

⁷³⁴ *A Gazeta* (SP), 23-05-1933, n.º 8.208, p. 1, HDB/FBN.

Entendendo que nisso não havia inconveniente porque **os detentos são homens de pior espécie, temíveis e afeitos à prática de crimes os mais graves contra a sociedade**, (grifo meu)

O delegado, ainda, torna o diretor ainda mais cúmplice, deixando claro que tratava-se de uma prática social que possuía alguma extensão temporal:

a princípio não ligou maior importância, mas, por fim, providenciou, recomendando ao comandante do destacamento que **proibisse expressamente tais espancamentos**.

E por fim, a velha máxima de que, quando é preciso tornar explícita uma regra e a reprovação a um tipo de prática, é porque esta já é recorrente:

A providência foi dada, conforme se vê da cópia do aviso em que o tenente comandante do destacamento baixou o aviso dizendo: **“Fica expressamente proibido espancamento de presos”** (itálico no original, grifo meu)⁷³⁵

Partindo para a conclusão, mais uma vez ausentou de responsabilidade o diretor ou o próprio comandante do destacamento, e dando uma dimensão possível do quão extenso o regime disciplinar aplicado na ilha era potencialmente violento:

Verifica-se que **as praças agiram, não a mandado, mas por inspiração própria**, talvez na suposição de que assim ajudavam a disciplina do estabelecimento. É possível, dada a **natural tendência dos soldados para a violência, que outras coisas tenham escapado à observância dos diretores, máxime tratando-se de um estabelecimento distante e de território mais ou menos vasto**.

E contraditoriamente, ao final do relatório e defendendo a ação do estado para extinguir o Presídio Político e instituir a Colônia Correcional, o delegado anota todas as ilegalidades e arbitrariedades cometidas pelos agentes estatais:

Em vista dessa situação anômala em que **os presos são mandados para ali sem processos regulares**, por determinação das autoridades policiais, **tomando-se em consideração apenas os seus maus precedentes** [...], os detentos vêm reclamando contra a ilegalidade de suas prisões, e, por isso, mostram-se insubmissos à disciplina que é necessária manter-se ali. Gritam contra as penas disciplinares de cela de pão e água e acham que, **não tendo sido condenados em processos regulares e por juízes competentes** não são obrigados a obedecer às autoridades do presídio [...] (grifo meu).

Para Emílio Gustavo Castelar, só com a transformação em Colônia Correcional “as coisas tomarão o rumo conveniente” e uma vez que as prisões forem “feitas com as prescrições legais com tempo determinado em lei quanto à reclusão, livre do arbítrio dos funcionários não podem provocar reclamações e não trazem a eiva da ilegalidade”. Portanto, o delegado

⁷³⁵ *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 474.*

demonstra em seu relatório o quanto a prática do “espancamento” era praticada pelos militares, que possuíam “natural tendência a violência”, conhecida pela administração e provavelmente aplicada por todo seu “território mais ou menos vasto”. Ainda, conceitua que os “espancamentos” para os “homens de pior espécie”, que como já vimos anteriormente permaneciam em média apenas 3 meses na ilha e eram em sua maioria “vadios”, “gatunos”, “punguistas” e membros do Partido Comunista, eram enviados sem processos regulares, sem condenação por juiz competente e levando em conta somente seus dúbios antecedentes.

PARTE III

Ora, não se concebe paradoxo mais cruel do que a coexistência, no mesmo Estado, de um presídio desse carácter honrado, sobremaneira a nossa cultura, e a Ilha dos Porcos, para onde se enviam detentos de toda espécie. Não se compreende essa unilateralidade de processos: de um lado, imponente, magnífico, colmeia de trabalho regenerador, o edifício da Penitenciária, fructo do sentimento humanitário da civilização; de outro, a Ilha que, a começar pelo nome, faz supor uma espécie de presídio improvisado, sem instalações adequadas, esquecida dos poderes públicos, lembrando os horrores de Fernando de Noronha. E isto nas proximidades da costa paulista⁷³⁶.

Nesta terceira parte abordarei outra função que a Ilha dos Porcos, agora renomeada Ilha Anchieta, possuiu: “alijar do convívio social” as “levas de indesejáveis”, composta por “descuidistas”, “desocupados”, “desordeiros”, “gatunos”, “guitarristas”, “oportunistas”, “proxenetas”, “punguistas”, “ratoneiros”, “vadios”, “vagabundos” e outros nomes. A “vadiagem” era uma preocupação constante nos ordenamentos jurídicos e de punição, interessando a diversos setores civis e de governo que sua repressão fosse feita de forma ininterrupta. Portanto, será discutida a questão do “saneamento urbano” e de uma “profilaxia social” enquanto táticas de controle do meio urbano, e será explicitado como estas eram sustentadas por atos majoritariamente ilegais e arbitrários. Assim, serão abordadas as dinâmicas das “detenções correcionais” ou “prisões policiais”, feitas enquanto medidas profiláticas e que tinham na Colônia Correcional não só sua “válvula de escape”, mas também ponto central que operou sob “sigilo recomendado” pela Polícia Civil a respeito de parte de sua população encarcerada. A partir de um *combinado* entre o delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho, o chefe do Gabinete de Investigações, Francisco Assis de Carvalho Franco, o delegado Regional de Santos, Pedro Alcantara de Oliveira e o diretor Newton Santos, veremos como as “levas de trabalhadores” eram enviadas para a Ilha Anchieta em 1934 e 1935, durante a vigência da Constituição democrática de 1934. Por fim, enquanto hipótese para tentar compreender o porquê de “delegados de 1ª classe” terem agido de forma sistemática e organizada em práticas criminosas contra a Constituição e o Código Penal, será destacado o delegado Francisco de Assis Carvalho Franco para fora dos limites da sua atividade enquanto funcionário público, pontuando a importância do bandeirantismo para o delegado e como o tema e seus valores podem ter condicionado as ações daquele policial.

⁷³⁶ A *Gazeta* (SP), 23-05-1933, n.º 8.208, p. 1, HDB/FBN.

6 PROFILAXIA SOCIAL E SANEAMENTO URBANO: A ILHA COMO “VALVULA DE ESCAPAMENTO” DE SÃO PAULO

Um delegado regional de Santos disse certa vez:

Esta e outras mais [a respeito da ação policial sobre o “jogo do bicho”] a que temos nos votado e que, mercê de Deus, vão merecendo os aplausos geraes da população desta culta e bôa cidade de Santos. **E a proposito, ponho em relevo a deportação para a Ilha dos Porcos de “malandros”, “batedores de carteiras”, “vigaristas”, etc. que temos enviado para alli ás dezenas, sem forma nem figura de juízo, no intuito de sanear o ambiente moral da cidade**, sem que S. S., o illustre representante do Ministerio Publico, tivesse até agora exercido as suas funções de vigilância e fiscalização das leis e regulamentos (Sic) parecendo extranho o deixasse para fazer, como o fez, em si tratando de caso de jogos prohibidos, que estamos combatendo e combateremos systematicamente, embora sem excessos ou deslizes. [grifo meu, “Sic” no original]⁷³⁷

Uma extensa bibliografia discute as múltiplas formas de preconceito e racismo institucional presentes em nossa sociedade e em nossa política interna e externa, principalmente no recorte temporal que antecede esta pesquisa, entre 1880-1930 – e que percorre até o nosso momento presente enquanto país. Porém, é preciso situar ao menos brevemente o contexto no qual a Ilha estava inserida e o porquê de ela ser apontada como local privilegiado na dinâmica de “profilaxia social” e “saneamento urbano” propagado pela imprensa e também por delegados de polícia.

O racismo, o darwinismo social, a eugenia e o evolucionismo positivista estiveram atuantes através de nossas elites políticas e intelectuais, bacharéis das faculdades de medicina e de direito, que com o início da República tentavam o “embranquecimento” da nossa “raça” a penosos custos econômicos e sociais. Para citar apenas um exemplo de mão dupla, através do incentivo destinado à mão de obra imigrante, mesmo após o processo de abolição, e o processo de encarceramento das “classes perigosas”. Fundamental destacar que, naqueles últimos 400 anos, toda nossa constituição econômica, social e política fora construída a partir do sistema escravocrata, em parte justificado na afirmação (então teórica, científica e religiosa) de que as africanas e africanos escravizados não possuíam humanidade e alma, legitimando juridicamente e ideologicamente a subordinação e violência sistêmica sobre tais grupos, considerados como seres inferiores, primitivos, não civilizados e incapazes de produção intelectual e cultural (CORREA, 1982; SCHWARZ, 1993, 1994).

Uma das muitas consequências de tal situação, aliada à busca pela “civilização”, o “progresso” e a “modernidade”, foram os processos iniciais de grandes reformas urbanas e

⁷³⁷ *Officio n.º 331*, 09-02-1933, do delegado regional de Santos, José Ulysses Luna, ao juiz de direito da vara criminal de Santos, Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, caixa 518, Acadepol/APESP.

paisagísticas do meio urbano e dos centros das principais cidades do país, a partir da intervenção do Estado em tais áreas. Ou seja, os saberes da medicina, da engenharia e a ação política estatal passaram a intervir e a ordenar o meio urbano.

6.1 Reformando ruas e se livrando de parasitas

Como pontuado por Teresa de Jesus Peixoto Faria (2015), o processo de modernização através de reformas urbanas e paisagísticas no Brasil foi conservador e, uma vez atrelado às características de nossa política e de uma economia agroexportadora, foi em primeiro momento restrito às cidades portuárias (1850-1910). Em tais locais, a infraestrutura já obsoleta e incapaz de atender o grande fluxo de mercadorias (café etc.) e pessoas (migrantes e imigrantes), vivenciaram também o colapso no quesito de moradia, saneamento e da própria operação de seus portos. Tais problemas, somados às condições do meio-ambiente composto por mangues, pântanos e áreas alagadiças acarretavam em grandes áreas sujeitas ao alastramento de epidemias, tornaram-se os polos mais urgentes de tais intervenções do poder público e também privado.

No Distrito Federal, por exemplo, as administrações dos prefeitos cariocas Barata Ribeiro (1892-1893) e Pereira Passos (1902-1906) retiraram os “cortiços” e as “cabeças de porco”, reformas que pretendiam afastar todo aquele “inferno social” representados no imaginário social como local da pobreza, da “vagabundagem”, do crime e das epidemias do centro da cidade. A intervenção do estado não pretendeu resolver os já existentes problemas de acesso e desenvolvimento da terra urbana, do déficit habitacional ou de garantir melhores condições à população, como circulação e saneamento, mas tratava-se antes de tudo de expurgar da vista das elites toda a miséria social representada nas habitações coletivas, implementando uma reforma a partir de conceitos europeus, visando a segregação das classes e espaços urbanos (VALLADARES, 2000, 2005).

A reforma urbana higienista também se fez presente no estado de São Paulo e foi iniciada primeiramente em Santos, cidade que contava com 13 mil habitantes em 1890 e passou a 50 mil em 1900 (MELLO, 2008, p. 24). Nesse mesmo período faleceram 22.588 pessoas vítimas de doenças e epidemias (tuberculose, tétano, cólera, coqueluche, impaludismo, varíola), sendo 6.688 somente pela febre amarela: com notícias de sua população e tripulações dizimadas, o porto de Santos passou a ser conhecido como “porto da morte” (MATOS, 2016, p. 84). Segundo Maria Izilda Santos de Matos (2016), as primeiras modificações aconteceram em 1892, com a criação da Companhia Docas de Santos (CDS) e investimentos na remodelação

do cais. Mas as grandes reformas foram desenvolvidas a partir do projeto de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito⁷³⁸ e implementados por uma comissão entre 1905-1907: canais de drenagem, moderno sistema de esgoto, ruas retilíneas e amplas, iluminação e jardins passaram a fazer parte do novo cenário, retratado por viajantes e naturalistas. Entretanto, Maria Izilda (2016, p. 100) destaca o quanto as narrativas sobre as reformas eram marcadas por olhares hierarquizados e construíam uma representação de uma cidade imaginada frente àqueles processos ditos modernizantes e civilizatórios, reproduzindo também a propaganda oficial – não retratavam a cidade real, camuflavam as mazelas e silenciavam a situação de outras classes populares e suas experiências, que se tornavam invisibilizadas frente a todos aqueles processos.

Na capital, a administração dos prefeitos Antônio da Silva Prado (1899-1911) e Raimundo da Silva Duprat (1911-1914) buscavam, poucos anos depois, feitos semelhantes aos seus contemporâneos cariocas. São Paulo tornava-se cada vez mais o centro industrial, comercial e financeiro, recebendo nacionais e estrangeiros em grande velocidade, sendo que em curto espaço de tempo sua população duplicou: se em 1920 habitavam a cidade cerca de 580 mil pessoas, em 1940 era mais de 1 milhão e 300 mil habitantes (MATOS, 2018). E foi justamente em tal período e durante a gestão de Francisco Prestes Maia (1938-1945), que a capital foi alvo de uma série de planos de intervenção urbana, organizadas principalmente em torno do Plano de Avenidas (MATOS, 2018).

Uma das intenções manifestas das autoridades públicas era a transformação de tais espaços em territórios privilegiados que acompanhavam os modelos europeus de reforma e estilo arquitetônico, generalizava-se o desejo pela modernidade e em absorver novas tecnologias (bondes elétricos, telégrafo, máquinas fotográficas), enquanto os ritmos e fluxos aceleravam com os meios de transporte a vapor (MATOS, 2012).

Porém, o poder público apesar de ter os meios de intervenção necessários para a destruição de habitações coletivas, abrir avenidas que atravessavam quilômetros e quarteirões, construir Theatros Municipais e edifícios públicos para suas secretarias e repartições, não conseguia impedir que “vadios”, “desordeiros”, “ébrios”, “falsos mendigos”, “mendigos”, “meretrizes” etc. continuassem a circular pela cidade e a imprimirem “aspecto triste” a tais locais – os conflitos e as tensões se acirravam no contexto urbano de crises sucessivas e desemprego, que se somavam aos problemas já existentes das décadas anteriores e que não foram solucionados pelas reformas urbanas e paisagísticas. Para contornar tal questão e

⁷³⁸ O engenheiro foi responsável por vários planos de reforma urbana e paisagística em diversas cidades brasileiras: Vitória (1895-1896), Campinas (1896-1897), Petrópolis (1898), Campos dos Goytacazes (1902-1903), Santos (1905-1910), Recife (1910-1917), João Pessoa (1913) e Pelotas (1926-1929) (FARIA, 2015, p. 117).

construir a imagem de que realmente São Paulo era moderna e civilizada, a elite governante ocupando os cargos públicos passou a intervir ainda mais através da força policial e do encarceramento dos atores sociais que compõem essa ampla camada da população.

Figura 58 - As ruas de São Paulo e a estética da tristeza



Fonte: *Correio de S. Paulo*, 29-06-1932, n.º 12, p. 8, HDB/FBN.

“Deportação de dezenas, sem forma nem figura de juízo, no intuito de sanear o ambiente moral da cidade”. José Ulysses Luna não foi o único ator estatal a manifestar literalmente o que, de fato, a polícia estava fazendo no estado de São Paulo, a motivação e o objetivo visado. Durante a década de 1930 e 1940, a Ilha Anchieta aparece como destino de diversos civis detidos a partir da ação policial e com a conveniência do judiciário, “medida de profilaxia social” sustentada por delegados, pela imprensa e pelos governantes.

Não só a Delegacia Regional, mas diversas delegacias especializadas sob o Gabinete de Investigações estavam empenhadas na repressão “rigorosa” daqueles considerados “nocivos a ordem social”, toda uma população enquadrada na categoria de “prisões correcionaes”. Aqui aparecem os “vadios”, “gatunos”, “ratoeiros” e toda uma outra série de categorias sociais, ora também enquadradas no dispositivo penal de “contravenção”. É nesse universo que as detenções para “averiguação” e “legitimação” eram majoritariamente feitas. Em 1934, por exemplo, só a Delegacia de Vigilância e Capturas efetuou 5.955 prisões, sendo apenas 617 delas com mandado (10,3%)⁷³⁹; em 1935, na capital foram identificados

⁷³⁹ *Relatório 1934* apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretario da Segurança Publica do Estado de São Paulo, Francisco Assis de Carvalho Franco, Gabinete de Investigações, Typographia do Gabinete de Investigações: São Paulo, 1935, p. 68.

criminalmente 5.371 pessoas, dos quais 2.112 não possuíam antecedentes: dessas mais de cinco mil, 3.846 foram feitas com o motivo de “legitimação”⁷⁴⁰: ou seja, 64,90% das detenções feitas na capital não eram em flagrante ou por mandado de autoridade judicial⁷⁴¹. À época, bastava um inspetor avistar alguém em atividade “suspeita”, detê-lo e levá-lo à delegacia onde, geralmente, passava um tempo sujeito a interrogatórios nos quais eram comuns as práticas de violência psicológica e física, além de sair “fichado” e “legitimado” como “vadio”, ou ser denunciado pelo delegado por algum crime que não cometeu, utilizando falsas testemunhas (geralmente inspetores da mesma delegacia) – prática recorrente ao longo da “República Velha”, como já demonstraram os pesquisadores Luís Antônio Francisco de Souza (2009) e Marcelo Martins (2014). Na década de 1930, com a ditadura varguista, o processo foi ampliado, e toda esse conjunto em torno da vadiagem e das detenções correcionais tornaram-se alvo simbólico preferencial de controle e repressão no período (TEIXEIRA;SALLA;MARINHO, 2016). Não surpreende, portanto, que algumas vezes a prisão fosse literalmente justificada simplesmente por “ser ladrão conhecido”⁷⁴².

Figura 59 - Notícia da prisão de Thomas, por portar duas cordas



Fonte: *A Gazeta*, 17-12-1932, p.10, HDB/FBN.

Um desses detidos pela polícia e encaminhado para a Ilha dos Porcos foi “Thomas Castanho”, que assinava outros quatro nomes. Segundo a notícia, “malandro cujo promptuario

⁷⁴⁰ *Relatorio 1935* apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretario da Segurança Publica do Estado de São Paulo, Francisco Assis de Carvalho Franco, Gabinete de Investigações, Typographia do Gabinete de Investigações: São Paulo, 1935, p. 33.

⁷⁴¹ Segundo o mesmo relatório de 1935, no interior foram identificados 4.797 indivíduos, dos quais 3.691 sem identificação anterior – ou seja 76,94% não tinham passagem ou não eram “fichados”. Das mais de quatro mil identificações, 2.108 foram por motivo de “legitimação” – ou seja, 43,94%.

⁷⁴² *Oficio n.º 2.564*, 19-04-1939, do 2º delegado de Santos, Manuel Ribeiro da Cruz, para o “Delegado de Investigações sobre Roubos”, caixa 540, Acadepol/APESP.

acusa uma infinidade de patifarias”, sua última prisão tinha sido em 1922 e “depois disso disse elle desapareceu de circulação”. Dez anos mais tarde, em dezembro de 1932, o mesmo inspetor que o havia detido uma década antes, ao “avistar” uma “pinta suspeita”, conduziu Thomas ao Gabinete de Investigações, na qual estavam registradas várias passagens pela secção de identificação. “Em poder do larapio foram encontradas duas cordas e mais objetos de uso dos ladrões”, assim “Thomas vae descançar durante algum tempo na Ilha ‘Aprazível’, tambem conhecida por Ilha dos Porcos”.

E a Ilha dos Porcos foi, nos dizeres de um outro jornal, “a valvula de escapamento para os casos insolúveis”. Segundo o *Correio de S. Paulo*, sob a manchete “Nova leva de vagabundos”, pontuou que o então delegado João Clímaco Pereira, em “salutar campanha contra os vagabundos que vagueam pela cidade fez seguir, ontem, para a Ilha dos Porcos, cerca de 19 desses indivíduos infensos ao trabalho honesto”⁷⁴³ – delegado que viria a ser o diretor geral da Secretaria da Segurança Pública (SSP). Em conjunto, o reforço do elemento “perigoso” e de adjetivos que denotassem o quantos esses “indesejáveis” que “perambulavam pelas ruas da cidade” eram extremamente danosos ao meio social e a própria vida do paulistano, justificavam assim qualquer medida arbitrária e ilegal da polícia: assim, “menores” que furtavam quartos de hotéis baratos e pensões se transformavam em “individuo perigoso que comandava uma quadrilha de menores ratoneiros...”⁷⁴⁴ ou ainda mais sensacionalista:

Como ultima e única providencia possível para minorar o mal, decidiram as autoridades a expulsão, para a Ilha dos Porcos, de quantos indivíduos, reconhecidamente vagabundos e indesejáveis ao convívio social, perambulassem pelas ruas da cidade ou fossem detidos como culpados ou reincidentes em pequenos delictos. Grande numero dessa casta perigosa. De malandros já se encontra na Ilha para onde irão outros muitos. Só assim, com esse policiamento preventivo ficará São Paulo livre dos ratoneiros de ocasião e dos “fulastrismos”, mas nem por isso menos perigosos ladrões de galinhas e de roupas...

E é com o “policiamento preventivo” e com as “rondas nocturnas” que as delegacias especializadas de Segurança Pessoal, a de Roubos, a de Furtos, a de Repressão à Vadiagem e a de Vigilância e Capturas passaram a agir para a “ação repressora” de “profilaxia” na capital, levados para o “descanço nas infectas masmorras do Gabinete”⁷⁴⁵ e depois enviados, se reincidentes, para a “Ilha Aprazível” – todos com “volumosos prompturarios” e “numerosas passagens”, esses “perigosos ladrões de galinhas e de roupas...”. Aliás, desde a sua criação, em junho de 1931, as notícias seguiam o mesmo tom com o então chefe do Gabinete de

⁷⁴³ *Correio de S. Paulo* (SP), 28-06-1932, n.º 11, p. 5, HDB/FBN.

⁷⁴⁴ *A Gazeta* (SP), 09-01-1933, n.º 8.097, p. 8, HDB/FBN.

⁷⁴⁵ *A Gazeta* (SP), 20-05-1933, n.º 8.206, p. 5, HDB/FBN.

Investigações (GI), Antonio Braulio de Mendonça Filho, que “determinou que fossem reforçadas as turmas especializadas de investigadores encarregadas do serviço de drenagem”, fosse “no centro da cidade como nos bairros afastados e no interior”, nos quais “os presos farão um estágio longo com trabalhos forçados!”⁷⁴⁶.

6.2 A Ilha dos Porcos representada no *Correio de S. Paulo* (1933)⁷⁴⁷

Em uma das primeiras “levas” de janeiro de 1933, após o presídio ser reaberto em dezembro de 1932 foi noticiada, por exemplo, uma transferência vinda da Delegacia de Roubos: Gildo, “moço ainda”, “cinco vezes repetiu o erro”, “agora vae para a ilha dos Porcos”; já Pedro, “caiu na malandragem e parece que não quer endireitar” e “por isso vae fazer uma temporada na ilha dos Porcos”; Manuel teve a primeira passagem pelo GI em 1912 e era desertor da Força Pública e, mesmo condenado a 15 meses, “não deixou de ser vadio, de ser ladrão” e “dezessete vezes reincidiu”; e Vicente, que “desde 1927 vem teimosamente dando trabalho aos agentes policiais”. E a lista segue. Em comum, “vão fazer uma temporada na ilha”, adquiriram o “direito a residir na prisão”⁷⁴⁸. Em outra transferência, dessa vez uma “leva” preparada pela Delegacia de Segurança Pessoal reuniu um espanhol “punguista reincidente”⁷⁴⁹ e um outro detido que, mesmo após seis meses de reclusão “nada lhe serviu como corretivo”; e ainda um outro que nas feiras livres praticava o “oportunismo”, também chamado de “descuidista”⁷⁵⁰.

As notícias assim seguem a cada transferência para a ilha, reafirmando que “centenas de vezes” um “foi detido pela Delegacia de Roubos” e que esta instituição “constantemente procurou regenerar-o, nunca conseguindo qualquer coisa efetivo e de bom” e que “agora vae residir na ilha dos Porcos”⁷⁵¹. “Casos insolúveis de vadiagem, alcoolismo, desordeiros e mendigos” eram resolvidos pela “direção do dr. Armando Gonzaga, na sua brilhante atividade de livrar a nossa capital dos elementos que se tornaram nocivos á

⁷⁴⁶ *Correio da Manhã* (RJ), 05-09-1931, n.º 11.265, p. 6, HDB/FBN.

⁷⁴⁷ Optei pelo jornal *Correio de S. Paulo* por apresentar maior número de reportagens sobre a Ilha dos Porcos. Porém, o jornal *A Gazeta* noticia as mesmas “levas” de “malandros” e “pintas”, aponta os mesmos objetivos de saneamento urbano e traz uma característica peculiar: refere-se sarcasticamente ao local como “a ilha ‘Aprazível’”, chamando-a também de “estação de descanso”. Optei pelo ano de 1933 pois é também o ano que concentra o maior número de reportagens. Nos demais anos o teor das notícias são os mesmos.

⁷⁴⁸ *Correio de S. Paulo* (SP), 20-12-1932, n.º 162, p. 6, HDB/FBN.

⁷⁴⁹ As notícias geralmente são escritas com verbo no futuro (“estrearão”, “irão”, “serão”, etc.) e com menção a alguma delegacia especializada que “passa à disposição” da Delegacia de Vigilância e Capturas para realizarem a escolta até Santos. Assim sendo, a contabilidade de transferidos efetivos, me pautarei pelos ofícios de Santos e não pelas notícias de jornais, por ter identificado casos de que, às vezes, entre as paradas de escolta, um ou outro detido pode ser requisitado de volta. Mas há casos, como a escolta de 14 de janeiro, sair no jornal do dia 14 e haver ofício de Santos, do dia 14 também, comunicando a ida para a Ilha dos Porcos.

⁷⁵⁰ *Correio de S. Paulo* (SP), 27-12-1932, n.º 168, p. 6, HDB/FBN.

⁷⁵¹ *Correio de S. Paulo* (SP), 04-01-1933, n.º 175, p. 6, HDB/FBN.

sociedade”, “a escória”⁷⁵² era enviada para a Ilha dos Porcos, que “vai se enchendo aos poucos”⁷⁵³. No mesmo período foi noticiada a criação de uma “secção especial de vigilância e ronda na cidade”, para que a capital possuísse “um mais completo serviço de ronda e vigilância contra ladrões em todo o perímetro urbano”, sob comando do “snr. Pedro Capua, antigo colaborador em muitos sucessos alcançados pela nossa policia”⁷⁵⁴. O objetivo era “libertar a cidade dos malandros que a infestam” e “a remessa de elementos indesejáveis á Ilha dos Porcos, se fizer com suavidade, pouco adiantará”. Portanto, o chefe do GI, “dr. Braulio de Mendonça Filho”, “foi procurado [para] sanar esse mal que deve ser extirpado” Assim, “a ‘cana’ vai ser geral e vai ser ‘dura’”, disse o delegado.⁷⁵⁵

Ao final de fevereiro de 1933, “a Ilha dos Porcos se povôa” e quem está com o “encargo de providenciar que os malandros sejam transferidos desta capital” é “a delegacia de Vigilância e Capturas, proficientemente dirigida pelo dr. Augusto Gonzaga”. Afinal, “a aproximação do Carnaval está fazendo com que essa autoridade promova um serviço importante de higienização da cidade”⁷⁵⁶.

A iniciativa da ofensiva não foi exclusividade da policia da capital. Em Santos, “o dr. Ulisses de Luna, delegado regional está fazendo uma série campanha contra a malandragem que vagava impunemente pela cidade, cometendo desordens e pequenos roubos”. Assim, com a “ação repressora”, a cidade litorânea foi “ficando saneada desses elementos que agrupados e **catalogados** são remetidos [...] para a Ilha dos Porcos”⁷⁵⁷, “uma viagem de recreio onde ocupam o tempo com mais utilidade para o interesse publico”⁷⁵⁸. Meses mais tarde, outro delegado regional, Eduardo Tavares do Carmo, era elogiado e também esteve em “campanha”, agora contra os “proxenetas”, “com a virulência devida” e em ação conjunta com as delegacias especializadas da capital. Mesmo a autoridade regional sendo “muito moderada”, a “perseguição aos proxenetas constitue uma necessidade social” e “prestará á cidade um grande serviço de saneamento, já encaminhando muitos moços ao caminho recto do dever e da honra”. Enquanto isso, aqueles já detidos na Cadeia Pública estavam “a espera de uma viagem pomposa á Ilha dos Porcos”⁷⁵⁹.

⁷⁵² *Correio de S. Paulo* (SP), 14-01-1933, n.º 184, p. 6, HDB/FBN.

⁷⁵³ *Correio de S. Paulo* (SP), 27-01-1933, n.º 195, p. 6, HDB/FBN.

⁷⁵⁴ *Correio de S. Paulo* (SP), 18-01-1933, n.º 187, p. 6, HDB/FBN.

⁷⁵⁵ *Correio de S. Paulo* (SP), 14-02-1933, n.º 210, p. 2, HDB/FBN.

⁷⁵⁶ *Correio de S. Paulo* (SP), 17-02-1933, n.º 213, p. 6, HDB/FBN.

⁷⁵⁷ *Correio de S. Paulo* (SP), 07-03-1933, n.º 227, p. 4, grifo meu, HDB/FBN.

⁷⁵⁸ *Correio de S. Paulo* (SP), 01-11-1933, n.º 430, p. 3, HDB/FBN.

⁷⁵⁹ *Correio de S. Paulo* (SP), 01-08-1933, n.º 351, p. 8, HDB/FBN.

Figura 60 - Delegacia de Costumes e o saneamento moral de Santos

A ATIVIDADE DA POLICIA DE COSTUMES, EM PRÓL DO SANEAMENTO DA CIDADE DE SANTOS

OS SERVIÇOS JA' EXECUTADOS E OS QUE PRETENDE LEVAR A EFEITO O NOVO DELEGADO DE COSTUMES - PALAVRAS DE S. S.

SANTOS, 7 — Hoje palestramos rapidamente com o dr. Deidduque Garcia Ribeiro, delegado da 2ª circunscrição e encarregado, atualmente, do serviço de costumes da cidade.

O dr. Deidduque declarou-nos não estar ainda habilitado a dizer das modificações que pretende fazer quanto à localização do metrício, pois, o julga um problema cuja solução interessa diretamente à sociedade no seu lado moral, podendo qualquer irreflexão acarretar danos não fáceis de remediar.

É novo em Santos e precisa conhecer bem o meio antes de tomar medidas definitivas. Preliminarmente, é contrario à sua localização atual, o que, aliás, tem provocado repetidas reclamações, que vão sendo atendidas, na medida do possível.

Já tem feito uma boa repressão contra a malita de viveiros dos alcoucos, dos quais alguns já foram encaminhados para a Ilha dos Porcos.

A cidade, não ha duvida, apresenta-se agora, mais ou menos limpa desses elementos.

Era plano delineado pelo dr. Brito Alvarenga, quando no serviço de costumes, transferir o baixo metrício para as ruas do cas e as chamadas do "alto" para as ruas transversais da cidade; procurando a todo transe evitar a sua localização nas ruas João Pessoa, General Camara, Comercio, enfim nas vias publicas de transito quasi obrigado pelas familias para as suas compras.

Não ha duvida que esse plano é razoavel, e coincide com a opinião do dr. Deidduque Garcia Ribeiro que deseja isolar as casas de tolerancia.

Excoetuada a atual localização que é condenavel, a policia de Santos realizou muita coisa util nesses serviços de costumes.

Ha um serviço completo de identificação do mulherio. Estão identificadas, 601 mulheres, cada uma delas tem duas fichas, uma com identificação alfabetica e outra com a residencia.

Foi estabelecido tambem o serviço de profilaxia, que é fiscalizado pela policia. Não se trata de um serviço regulamentado por lei, mas, a sua utilidade, dispensa comentarios para justificar a sua existencia, já em beneficio das proprias mulheres, já em beneficio da sociedade.

Para esse serviço muito tem contribuido a Cruz Vermelha e a Fundação Gaffre-Guinle que fazem os exames sanitarios dos pacientes, que, por sua vez, quinzenalmente, são obrigadas a apresentar os respectivos atestados na policia.

Esse serviço é magnifico e por certo vae ser aproveitado pelo delegado, atualmente encarregado dos costumes.

Nesta ligeira noticia evidenciamos que os serviços de costumes da cidade estão sendo tratados com carinho pelo dr. Deidduque Garcia, que os deseja realizar sem afobação, no intuito de acatueilar melhor os interesses de Santos.

Fonte: *Correio de S. Paulo*, 08-07-1932, n.º 20, p. 3, HDB/FBN.

Com 133 mil habitantes em outubro de 1935⁷⁶⁰, a polícia santista tinha efetuado 4.568 prisões e “processados e remetidos a Juízo” 1.029 inquéritos (18% do total)⁷⁶¹, não muito diferente das 4.117 prisões e 1.041 inquéritos de 1934⁷⁶². Em novembro de 1936, o delegado regional de Santos escreveu ao secretário da Segurança Pública:

[...] há uma situação que tem sido um verdadeiro cravo para esta Regional. É o tratamento dos presos miseráveis recolhidos à cadeia publica. O numero desses detentos é de 167, assim discriminados: pronunciados 68, condenados 46, e loucos 53, além do numero avultado de correccionais, superior a 3.000 por anno.⁷⁶³

⁷⁶⁰ Mensagem apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléa Legislativa de São Paulo, 09-07-1936, 1936, São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, p. 12.

⁷⁶¹ Oficio n.º 4.509, 20-10-1936, do delegado regional de Santos, para o secretario da SSP, caixa 530, Acadepol/APESP.

⁷⁶² Oficio n.º 308, 31-01-1935, do delegado regional de Santos, Pedro Alcantara de Oliveira, para o secretarioda SSP, caixa 522, Acadepol/APESP.

⁷⁶³ Oficio n.º 5.290, 24-11-1936, do delegado regional de Santos, Ernesto Jordão de Magalhães, para o secretário da SSP, caixa 530, Acadepol/APESP.

Em junho de 1938, o então delegado de Repressão à Vadiagem, Walter Autran, encaminhou um ofício ao delegado regional de Santos. Solicitou o “máximo de empenho” para realizar uma “severa vigilância” nos pontos de embarque e desembarque de ônibus e principalmente na linha férrea, com “o objetivo de capturar punquistas (batedores de carteira) etc.” que utilizavam tais meios de transporte, principalmente os vagões de trem. E fez outros dois pedidos: primeiro, que após “verificar a detenção” que a Delegacia de Repressão fosse comunicada por rádio ou telegrafo; segundo,

Solicito ainda que, quando escoltados por praças, recommendal-es que **não prestem aos detidos favores para formular telegramas para a Capital, afim de evitar pedido de habeas-corpus – tão prejudiciais a nossa Policia** e, fugas muito comuns nesses casos. (grifo meu)⁷⁶⁴

E para comprovar mais ainda que era uma ação sistêmica de toda a instituição policial, do delegado aos inspetores, continua:

Contando, pois, com o concurso decidida Dessa Delegacia no **saneamento da nossa Capital** e Estado, solicito-lhe a transmissão, por copia deste, ás demais Delegacias dessa Região Policial

Assim, com a cada “leva de malandros que alli vão passar uma temporada”, “durante algum tempo a cidade ficará livre desses individuos indesejáveis, cuja única preocupação consiste em viver á farta, sem muito trabalho”⁷⁶⁵. Ação dos agentes estatais que, com o “intuito de sanear a cidade de maus elementos e de incorrigíveis vagabundos”, “vae sendo feito com muito criterio”⁷⁶⁶.

A Ilha dos Porcos é uma espécie de valvula de escapamento para os casos insolúveis de delinquência. Para as coisas em que não há remédio, que seria um processo e uma cadeia, appella-se para a ilha. Os ladrões, os furtadores, os vadios, os vigaristas, os punquistas, todos perniciosos individuos que surgem da escoria social, muitas e muitas das vezes não se emendam com uma prisão de vários annos. Apenas postos em liberdade, voltam a se enredar pelo crime. A ilha dos Porcos, por isso, é uma escapatória. (grifo meu)⁷⁶⁷

Com o passar dos meses os articulistas do jornal afirmavam que “a cidade, aos poucos, vae ficando livre dos maus elementos”, com as sucessivas “levas de indesejáveis”. E como salienta o jornal, “não vamos discutir se existem os ladrões, vigaristas, punquistas e toda essa interminável estirpe, por defeito de organização social”, muito menos questionar a

⁷⁶⁴ *Ofício*, 21-06-1938, do delegado de Reperssão à Vadiagem, Walter Autran, para a Delegacia Regional de Santos, caixa 537, Acadepol/APESP.

⁷⁶⁵ *Correio de S. Paulo* (SP), 16-08-1933, n.º 364, p. 4, HDB/FBN.

⁷⁶⁶ *Correio de S. Paulo* (SP), 28-08-1933, n.º 374, p. 3, HDB/FBN.

⁷⁶⁷ *Correio de S. Paulo* (SP), 13-05-1933, n.º 283, p. 4, HDB/FBN.

problemática binária capital e trabalho, discutida e mencionada até dentro da polícia, ao menos internamente em seus relatórios. Se “são elementos deletérios, é logicamente preferível que sejam aliçados do convívio social”, mesmo se “a grande maioria é constituída de reincidentes inveterados”, vez que, “o facto é, na peor das hypotheses, a ilha recebe taes delinquentes e com eles ficara durante o tempo que a autoridade determinar”⁷⁶⁸.

Mas parece que os efeitos desejados não estavam visíveis. Em setembro de 1933, o articulista da seção policial do *Correio* escreveu:

Apesar dos esforços das delegacias especializadas, os ladrões e larápios continuam no seu agir sem esmorecimentos. Roubando e furtando, os malandros vão, assim, dando trabalho á policia e á reportagem policial [...] **Até parece que o “trabalho” dessa gente faz parte integrante do dynamismo desta cidade [...] Reincidem. E reincidindo em demasia, são enviados á ilha dos Porcos.** [...] A vida complexa das grandes cidades. A vida-movimento, com ladrões, larápios e toda a corrente intérmina de delinquentes. Casos sobre casos. O delegado que determina providencias. Inspectores que se movimentam. E, o cerebro do repórter que se “cozinha” no desejo torturante de brotar qualquer cousa de pitoresco para goso do leitor que pagou duzentos réis pelo jornal.⁷⁶⁹

“A vida-movimento” que persiste no “vae – e – vem de sempre...” das “turminhas” para uma “temporada correcional”: “alguns que já estiveram por lá, mas – que querem [voltar] – é a saudade...”⁷⁷⁰. Provavelmente após o êxtase inicial com a ação policial pelas ruas da cidade, num procedimento de “cana geral e dura”, o furor foi caindo ao perceberem que o “confronto” era cíclico, que outros bairros tinham suas ocorrências e a polícia não os atendiam, como na manchete: “E a policia, que faz? Afanadores, malandros e desordeiros estão pondo em polvorosa Villa Prudente e ninguém se lembrou de mandar policiair aquelle bairro”⁷⁷¹, levantando questionamentos sobre quais áreas eram protegidas, quais bairros e bens patrimoniais eram objeto de vigilância constante. Mas, constatando que apesar das práticas arbitrárias e violentas “a cidade continua cheia de malandros, sem temer cousa alguma” e agindo “desassombradamente”, rogam os articulistas que “a cidade precisa ficar livre dos punguistas e vigaristas!” e “a Chefatura de Policia deve tomar urgentes providencias a respeito”:

Por culpa da propria Chefatura de Policia que determinou **fossem enviados á Ilha dos Porcos somente aquelles que tivessem 5, 6 ou mais passagens pelo Gabinete de Investigações**. Resultado: ainda durante o mez de setembro ultimo foram presos cerca de 40 e tantos indivíduos, entre punguistas e vigaristas. Sabem quantos foram remetidos para a ilha? **Somente uns 20**, o que equivale a dizer: - somente a metade.

⁷⁶⁸ *Correio de S. Paulo* (SP), 19-07-1933, n.º 340, p. 8, HDB/FBN.

⁷⁶⁹ *Correio de S. Paulo* (SP), 09-09-1933, n.º 385, p. 8, HDB/FBN.

⁷⁷⁰ *Correio de S. Paulo* (SP), 03-10-1933, n.º 405, p. 8, HDB/FBN.

⁷⁷¹ *Correio de S. Paulo* (SP), 07-10-1933, n.º 409, p. 3, HDB/FBN.

E os demais? Foram soltos... mesmo porque não é possível ter-se presa essa regular porção de malandros.⁷⁷²

Ou seja, não importava a discussão para o *Correio de S. Paulo* – e provavelmente para outros setores da sociedade paulista que ocupavam os cargos públicos, vez que esse mesmo senso comum se mantém noventa anos depois – se a violência urbana é decorrente de “defeito da organização social”, ou se a atitude criminalizável e seus atores “faz parte integrante do dinamismo desta cidade”, que engloba a polícia e a instituição de encarceramento, tal como décadas mais tarde apontou Foucault (2009)⁷⁷³; nem mesmo constatar que apesar dos “esforços” e do aumento considerável do repasse de verba para a Secretaria da Segurança Pública, a cidade continuasse “cheia de malandros” e que “não é possível ter-se presa” toda essa quantidade de detidos, supondo que, de fato, cometeram algum delito, vez que nem a possibilidade de serem inocentes é pautada, inclusive para aqueles que foram “soltos”: a solução, indireta no texto mas totalmente identificável: mais detenção, menos garantias constitucionais, mais transferidos para o presídio. E por que não, permanecerem mais tempo? Como pautado em uma matéria do jornal *A Gazeta*, “pouco tempo param lá” os “elementos indesejáveis”, “mais pratico seria si, como antigamente, esses maus elementos fossem processados pelo crime de vadiagem. Assim eles teriam tempo certo de estagio na ilha.....”⁷⁷⁴.

Veremos no próximo capítulo como eram operacionalizadas pela polícia as dinâmicas que iam desde as detenções correcionais até o encarceramento na Colônia Correcional da Ilha Anchieta, objetivando a profilaxia social e o saneamento moral das cidades paulistas.

⁷⁷² *Correio de S. Paulo* (SP), 10-10-1933, n.º 411, p. 7, HDB/FBN.

⁷⁷³ Em *Vigiar e punir*, Foucault detalhará como a instituição prisional é uma fábrica de produção de ilegalismos, corrupção e delinquência; que a instituição favorece a organização de delinquentes, solidários entre si; é também o local onde o jovem delinquente irá mais aprender as lições referentes ao crime; que a prisão é também fábrica de reincidência, dentre outras consequências que irão impulsionar essa relação dependente (FOUCAULT, 2009, p. 251-254).

⁷⁷⁴ *A Gazeta* (SP), 05-07-1933, n.º 8.245, p. 3, HDB/FBN.

7 A COLÔNIA CORRECCIONAL SOB “SIGILO” E SUA “LEVA DE TRABALHADORES” (1934-1936)

Milhares de trabalhadores em todo o paiz são presos, as organizações fechadas [...] e inumeros Sindicatos dissolvendo as reuniões, prendendo em massa os trabalhadores, consumindo os dirigentes e desencadeando o terror com as prisões de varias centenas [...], enquanto as ambulâncias repletas desses valorosos companheiros seguem para a Ilha Anchieta, a famigerada Ilha dos Porcos onde centenas de trabalhadores que lá estiveram voltaram inutilizados com doenças, muitos dos quais faleceram (Boletim do Socorro Vermelho, 1935).⁷⁷⁵

Em pelo menos quatro momentos a Ilha Anchieta teve sua população de brasileiros e imigrantes, em sua maioria arbitrariamente e ilegalmente encarcerada, zerada pelas autoridades. A primeira aconteceu em 28 de agosto de 1932, quando o destacamento militar se retirou para lutar na guerra civil-militar; a segunda foi em 24 de maio de 1934⁷⁷⁶, provavelmente porque o presídio havia sido extinto por decreto no ano anterior; a terceira vez ocorreu em 16 de julho de 1935⁷⁷⁷, e veremos neste capítulo o motivo que justificou tal drástica medida; e a quarta ocasião ocorreu em 16 de julho de 1936⁷⁷⁸. Nos dois primeiros momentos a administração foi mantida, um efetivo mínimo de militares da Força Pública foi preservado no destacamento e as remessas de recursos básicos para a manutenção e subsistência permaneceram. E em todos esses momentos há um certo descompasso com as notícias de jornais. Em 1934, de maio a julho a Colônia não teve encarcerados. A aparente confusão era tal que alguns jornais não conseguiam noticiar sem os contrastes aparecerem. Em agosto de 1934, Armando de Salles Oliveira, em uma excursão política pelo interior, discursou em Campinas ressaltando o papel de seu governo na “extinção do presidio politico da Ilha Anchieta”⁷⁷⁹. Um rápido levantamento de dados a respeito de menções à Ilha dos Porcos/Ilha Anchieta em alguns jornais da época e no Diário Oficial estadual mostram a diminuição abrupta da publicização em relação ao local⁷⁸⁰:

⁷⁷⁵ *Manifesto do Socorro Vermelho*, “Contra o terror que se desencadea neste momento em todo paiz - pela liberdade de todos os presos por questão social”, Comitê Regional de São Paulo, S.V.B, 1935, pront. n.º 1.962, “Socorro Vermelho”, DEOPS/APESP.

⁷⁷⁶ *Radiotelegrama*, n.º 4/229, 24-05-1934, do subdiretor ao delegado regional de Santos, Pedro Alcântara Carvalho de Oliveira, PEIA.

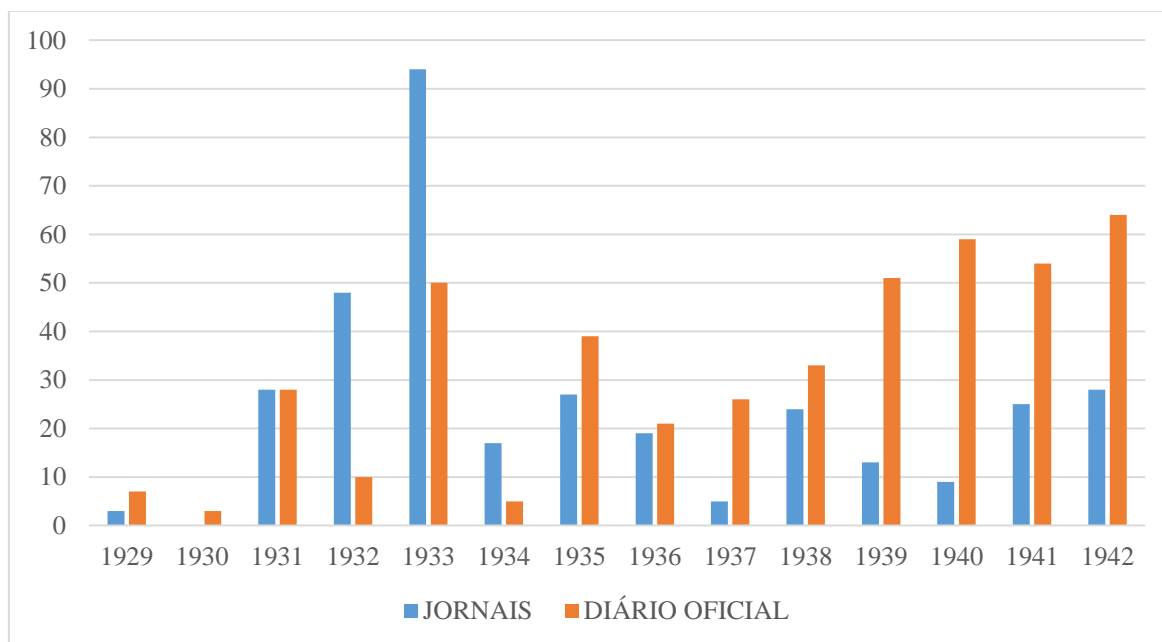
⁷⁷⁷ *Radiotelegrama* n.º 5/550, 16-07-1935, PEIA.

⁷⁷⁸ *Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Dr. J. J. Cardoso de Mello Netto*, Governador do Estado, pelo Secretario dos Negocios da Segurança Publica, Dr. Arthur Leite de Barros Junior, Anno de 1936, p. 257, caixa 702, Acadepol/APESP.

⁷⁷⁹ *O Paiz* (RJ), 21-08-1934, n.º 17.059, p. 5, HDB/FBN.

⁷⁸⁰ Em 19 de março de 1934, o interventor federal Armando de Salles Oliveira assinou o Decreto n.º 6.349, “considerando que a população de Santos representou ao Governo do Estado sobre a mudança do atual nome de Ilha dos Porcos para o de Ilha Anchieta, em comemoração da data que assinala o quarenta aniversario do nascimento do fundador de São Paulo”.

Gráfico 8 - Menções a Ilha dos Porcos/Ilha Anchieta em quatro jornais paulistanos (*A Gazeta*, *Correio Paulistano*, *Correio de S. Paulo* e *Diário Nacional*) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo⁷⁸¹



Fonte: Levantamento feito pelo autor, a partir do acervo da HDB/FBN e Imprensa Oficial.

Em dezembro de 1934, o *Correio de S. Paulo* noticiou que “em breve” seria assinada, pelo interventor federal Armando de Salles Oliveira, a criação do “Instituto Correccional do Estado” e extinção do “presidio politico da antiga ilha dos Porcos” – que já estava extinto por decreto desde fevereiro daquele ano. O novo instituto teria três seções: uma para “correção de vadios”, outra para “menores” e na terceira seria “aplicada a legislação vigente na Penitenciária”⁷⁸². Segundo o então secretário da Justiça, o novo instituto “tem por fim a internação dos contraventores das disposições penaes e dos sentenciados apenas menores”, diferenciando-o da Penitenciária, “vez que “os condenados a penas mínimas não têm tempo de aprender coisa que valha”. Para a Ilha Anchieta iriam os “menores” que “não convenham”, “a criterio do juiz”, permanecerem no Reformatório Modelo da capital ou nos institutos disciplinares de Mogi-Mirim e Taubaté⁷⁸³.

Porém, nunca houve a reforma pretendida. Não houve o decreto de criação do Instituto e nem ao menos o que daria a criação da Colônia Correccional. O *Correio de S. Paulo*, no mês de novembro, havia noticiado que três “assaltantes” de Santos seriam “devidamente

⁷⁸¹ Os dados levantados foram feitos de forma simplificada a partir das ferramentas de busca em ambas as plataformas de acervo da Hemeroteca Digital Brasileira e da Imprensa Oficial. A queda em 1934 seria mais abrupta se fosse restringida a apenas a menções de transferências ou que indicassem atividades na Ilha. Algumas ocorrências que inflaram o número total de 1934 são: menções à mudança de nome para Ilha Anchieta em março de 1934, crônicas jornalísticas e menções a históricos de alguns detidos que tinham passagens pela ilha – ou seja, não necessariamente de atividade presente que estivesse ocorrendo. Interessante notar que, mesmo em um período

⁷⁸² *Correio de S. Paulo* (SP), 14-12-1934, n.º 777, p. 2, HDB/FBN.

⁷⁸³ *O Jornal* (RJ), 15-12-1934, n.º 4.654, p. 16, HDB/FBN.

processados, com certa vilegiatura [temporada de recreio] na Ilha Anchieta”⁷⁸⁴. O fundamental era ter um local destinado a receber as “levas”, independente do que estivesse ocorrendo em tais dependências, mas pelo menos agora eram “devidamente processados” – ou era o que se imaginava. Para o discurso político importava pontuar que não havia mais um “presídio político”, apenas. O limbo em que a Colônia Correccional se encontrava era que, agora sob a Constituição de 1934, ela continuava a operar não apenas sem um regulamento, mas também sem ao menos um decreto que a instituísse, que deveria ter sido providenciado pelo chefe de polícia, Mário Guimarães, e nunca o foi e nem pelos seus sucessores. Daí a necessidade das autoridades em pontuar que seria implementado um Instituto Correccional ou de jornais pedindo a criação de uma Colônia, mesmo com ela estando em funcionamento. De julho de 1934 a pelo menos janeiro de 1936, a Colônia Correccional da Ilha Anchieta viveu um momento peculiar. E este capítulo é sobre tal episódio.

7.1 A Colônia Correccional e o primeiro semestre de 1934

Em fevereiro de 1934, além da colheita das bananas de Java e do plantio de milhares de pés de laranjeira, já mencionadas ao final do capítulo 5, havia ainda o cultivo de arroz e a administração deu início a um novo empreendimento que marcaria a paisagem estrutural do cárcere assim como da própria Ilha Anchieta nas próximas décadas: o início das expansões da estrutura carcerária e a construção de novos edifícios, atividades que se tornariam de larga escala na década de 1940. Porém, ainda naquele ano de 1934, duas ações foram mais pontuais: a) início da expansão do prédio da administração, dotando-o de duas alas de dormitórios, uma para funcionários e outra para vigilantes – que só foi efetivamente concluída no Natal de 1938; b) adaptação de dois “Dormitórios de Detentos”, transformando um em almoxarifado (atual Pavilhão 1) e da farmácia (atual Pavilhão 2), obra finalizada somente em junho de 1935, mais de um ano depois⁷⁸⁵ e que seria novamente reformada no final da década. No geral, o governo de Armando de Salles Oliveira⁷⁸⁶ foi um período de diversas obras de expansões em outras

⁷⁸⁴ *Correio de S. Paulo* (SP), 22-11-1934, n.º 758, p. 3, HDB/FBN.

⁷⁸⁵ *Ofício n.º 7.740*, 06-06-1935, do secretário da SSP, Christiano Altenfelder Silva para o “Director da Colonia Correccional da Ilha Anchieta”, PEIA.

⁷⁸⁶ Lembrando que Salles de Oliveira foi interventor entre agosto de 1933 a abril de 1935 e, eleito pela Assembleia Constituinte, foi governador de São Paulo entre abril de 1935 a dezembro de 1936.

repartições públicas⁷⁸⁷, como na Hospedaria dos Imigrantes⁷⁸⁸ e nos hospitais e colônias da Assistência a Psicopathas, obras de expansão que, mesmo feitas, continuavam insuficientes⁷⁸⁹.

“Com autorização para fazer algumas construções nesta ilha”⁷⁹⁰, em 14 de fevereiro a administração fez um extenso pedido a Passos Carvalho & Cia., uma fatura de Rs 6:502\$500⁷⁹¹, solicitando tábuas de pinho para forro, tábuas de peroba para assoalho, 170 kg de pregos, 12 mil tijolos e outros itens “que deverão sair amanhã desse porto”⁷⁹². Três dias depois, em 17 de fevereiro, sábado, às 10h30min., o diretor da Colônia comunicou o chefe de polícia informando “que já iniciamos serviços construção nesta Ilha”. Informou também que a “experiencia barro fabricação tijolos otimo resultado” e que “demais serviços correm normalmente”⁷⁹³.

Porém, uma semana depois, o diretor passou a expor um incômodo.

Estando cada vez mais reduzido numero detentos esta Colonia, sendo inúmeros serviços iniciados, inclusive construções, plantações laranjeiras e diversas culturas, época apropriada conservação outras já plantadas, afim não perecerem, **venho**

⁷⁸⁷ Verbas orçamentarias e grandes créditos especiais foram abertos em 1935 para impulsionar construções de cadeias, grupos escolares, fóruns e demais construções públicas. No exercício de 1935, 193 prédios públicos foram “reparados”, 21 foram “ampliados”, outros foram “terminados” (4), “adaptados” (3), “iniciados” (19); ainda foram construídas 40 novas pontes, “reconstruídas” outras 4 além das “reparadas” (7). Ritmo que prosseguiu em 1936, sem mencionar ainda os “acrecimos e melhoramentos” nas diversas linhas férreas do estado – *Relatório que acompanha a Mensagem apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléa Legislativa de São Paulo*, 09-07-1936, 1936, São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, p. 140-142.

⁷⁸⁸ Segundo o próprio governador Armando de Salles Oliveira: “Embora modelar para o tempo em que foi construído, o uso continuado para fins diversos daquele para que foi destinado, principalmente nestes ultimos annos [provavelmente se referindo às funções de presídio político e uma ala para internação hospitalar para “psicopathas”], obrigaram a reformal-o, estando em vigoroso andamento as obras, que alcançam a modificação e a ampliação de suas acomodações [...] Os gastos com as obras de reforma e adaptação, foram, até agora, de 1.312:927\$000” – *Relatório que acompanha a Mensagem apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléa Legislativa de São Paulo*, 09-07-1936, 1936, São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, p. 116-117.

⁷⁸⁹ Segundo o próprio governador Armando de Salles Oliveira: “Nos ultimos dois annos [1936-1934], devido á inauguração do Manicomio Judiciario, da sexta colônia e dois pavilhões de recepção, e ás ampliações das antigas colônias, foram augmentadas cerca de 1.500 leitos nos diversos departamentos [...]. Mas é tão alto o numero de insanos necessitados de hospitalização e de doentes detidos [...] que se impõe a criação de novos hospitaes [...] Várias secções da Assistencia foram em 1935 consideravelmente melhoradas. Proseguiu-se a ampliação da primeira e da quinta colônias do Hospital do Juquery, cujas obras, quase concluídas permittirão o alojamento de mais 400 doentes [...] O Manicomio Judiciario, com a entrada de numerosos sentenciados transferidos da Penitenciaria, está com a lotação quasi completa” – *Mensagem apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléa Legislativa de São Paulo*, 09-07-1936, 1936, São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, p. 56-57.

⁷⁹⁰ *Radiotelegrama n.º 4/626*, 30-12-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o diretor geral da RCP, PEIA.

⁷⁹¹ *Radiotelegrama n.º 4/363*, 27-07-1934, do diretor Newton Santos para a Passos Carvalho & Cia, PEIA. São quase quatro meses de salário do diretor: Rs 1:800\$.000. Pouco mais de um ano e quatro meses de salário do condutor da lancha: Rs 400\$000.

⁷⁹² *Radiotelegrama n.º 4/97*, 14-02-1934, do diretor Newton Santos para a Passos Carvalho & Cia, PEIA.

⁷⁹³ *Radiotelegrama n.º 4/111*, 17-02-1934, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Mário Guimarães, PEIA.

solicitar boa vontade V. Exa. sentido ser aumentado numero detentos este estabelecimento (grifo meu)⁷⁹⁴.

Se em 25 de dezembro de 1933 a população de “detentos” era de 132⁷⁹⁵, em 6 de março ela já havia diminuído para 66, quando teve início a sindicância ordenada pela Secretaria da Segurança Pública⁷⁹⁶. Ao final de março, o professor Miguel Cardoso, que havia assumido a direção do presídio durante afastamento do diretor e subdiretor, radiotelegrafou ao novo chefe de polícia, Vicente de Paula Vicente Azevedo:

Não tendo esta colônia recebido nenhum preso, como sabeis, desde o começo deste ano, o numero deles tem decrescido sempre e acha-se reduzido a quarenta e quatro, **insuficiente para atender aos serviços agrícolas e internos da colônia. Sendo assim, solicito de VExcia providencias para que sejam enviados mais presos e finesa de responder-me urgente este** (grifo meu)⁷⁹⁷.

Com a população encarcerada ainda em declínio, em 16 de abril o professor radiotelegrafou ao diretor Newton Santos, hospedado no Municipal Hotel:

Solicito-vos a fineza de ir pessoalmente expor ao dr Vicente de Azevedo a situação precária em que nos achamos devido a falta de detentos. **Com vinte e quatro presos que tenho não posso dar conta do serviço interno.** Com relação aos jardins, laranjal, combate as formigas, arros, cuja colheita daqui ha dias será de cem sacas aproximadamente, **outras plantações e serviços indispensáveis posso informar-vos estão em completo abandono há quasi um mes.** Como os factos expostos afetam diretamente os interesses da Colonia e portanto do Estado julgo que vos não encontrareis dificuldades da parte do Chefe de Policia. Peço-vos responder pelo radio sobre o resultado da vossa intervenção neste caso (grifo meu)⁷⁹⁸.

Porém, a intervenção de Newton Santos, se houve, não surtiu os efeitos esperados, apenas paliativos. Talvez o interventor Armando de Salles Oliveira desejasse deixar para trás a imagem negativa da então Ilha dos Porcos, mencionada negativamente quando os ditos democratas paulistanos pontuavam o autoritarismo do governo central getulista, ainda mais em um período que antecedia a promulgação da nova constituição após os trabalhos da Assembleia Constituinte. Aliás, o próprio Armando, já em campanha pelo interior do estado no ano de 1934, pontuaria em seus discursos que sua administração era a responsável pelo fechamento do presídio⁷⁹⁹.

⁷⁹⁴ Radiotelegrama n.º 4/118, 24-02-1934, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Mário Guimarães, PEIA.

⁷⁹⁵ Telegrama n.º 3/529, 25-12-1933, do diretor Newton Santos para o chefe do GI, Francisco de Assis Carvalho Franco, “Diversos documentos do ano de 1933”, PEIA.

⁷⁹⁶ *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934*, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 473.

⁷⁹⁷ Radiotelegrama, n.º 4/184, 29-03-1934, do prof. Miguel Cardoso, pelo diretor, para o chefe de polícia, PEIA.

⁷⁹⁸ Radiotelegrama, n.º 4/215, 16-04-1934, do prof. Miguel Cardoso para o diretor Newton Santos, PEIA.

⁷⁹⁹ *Correio da Manhã* (RJ), 19-08-1934, n.º 12.188, p. 2, HDB/FBN.

Em 6 de maio, o subdiretor José Basílio de Almeida, que já havia retornado a ilha e assumido a diretoria, radiotelegrafou também ao Chefe de Polícia:

Conforme autorização verbal VExcia ao Snr Diretor esta Colonia e instruções do mesmo recebidas comunico-vos ter em data de dois do corrente contratado quatro trabalhadores para colheita arroz a rasão de noventa mil reis mensais. Existindo somente desesseis detentos esta colônia ocupados nos serviços internos acredito **perecerão tres mil mudas laranjeiras este ano plantadas. Tomo a liberdade lembrar VExcia necessidade serem tomados mais seis homens fim cuidarem serviços urgentes** (grifo meu)⁸⁰⁰.

Com a redução da população, um desdobramento foi a diminuição do efetivo militar. No dia 10 de maio, o subdiretor respondeu ao chefe de polícia comunicando que dos 33 militares presentes no destacamento, “não haver inconveniencia reduzir”, sendo que “todos os serviços poderão ser feitos no momento com nove praças comandadas por um sargento”⁸⁰¹. Porém, com o estafe de militares, funcionários e familiares chegando a quase uma centena de pessoas e sem produção interna, dependiam cada vez mais das remessas constantes de gêneros alimentícios de primeira necessidade⁸⁰², sendo frequentes os atrasos e situações de “absoluta falta” de arroz, banha, farinha de trigo para fabricação de pães, carne e outros itens⁸⁰³.

Passados outros dez dias, o subdiretor informou novamente a SSP que dentre alguns dias remeteria ao GI os “ultimos detentos existentes” e reforçou que “funcionarios esta administração esforçam-se afim não perecerem varias espécies de criações e plantações”⁸⁰⁴, como as galinhas para produção de ovos e os porcos que dependiam das rações de farelo de milho, remessas frequentemente atrasadas. Por fim, em 24 de maio os últimos aprisionados foram encaminhados para a capital⁸⁰⁵. Com isso, algumas semanas depois, em 14 de junho, quinta-feira, vieram determinações do comandante do 6º BC, tenente-coronel Indio do Brasil, para que fosse mantida somente “praças estritamente necessárias policiamento esta Colonia”, solicitando inclusive que o sargento comandante embarcasse na primeira condução para voltar ao continente. O subdiretor então radiotelegrafou ao chefe de polícia e pediu que intercedesse junto ao comandante Indio do Brasil, ressaltando que “sendo este porto muito movimento por

⁸⁰⁰ *Radiotelegrama, n.º 4/246, 06-05-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o chefe de polícia, Vicente de Almeida Vicente Azevedo, PEIA.*

⁸⁰¹ *Radiotelegrama, n.º 4/257, 06-05-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o chefe de polícia, Vicente de Almeida Vicente Azevedo, PEIA.*

⁸⁰² *Radiotelegrama, n.º 4/258, 06-05-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o diretor Newton Santos, ainda hospedado no Municipal Hotel, apartamento n.º 32, PEIA.*

⁸⁰³ Há vários radiotelegramas indicando a “falta absoluta” e “maxima urgencia”, para apontar somente os de maio há os de radiotelegrama n.º 4/271, 4/272, 4/276.

⁸⁰⁴ *Radiotelegrama n.º 4/278, 21-05-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o chefe de polícia, Vicente de Almeida Vicente Azevedo, PEIA.*

⁸⁰⁵ *Radiotelegrama n.º 4/229, 24-05-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o delegado regional de Santos, Pedro Alcântara Carvalho de Oliveira, PEIA.*

pescadores é necessário o serviço de sentinela durante a noite afim acautelar bens Estado”⁸⁰⁶. Em seguida radiotelegrafou não só ao Comando Geral da Força Pública argumentando que “embora não haja presos atualmente sou forçado manter serviço sentinelas durante a noite”, “sendo que esta ordem é para acautelar bens Estado digo interesses do Estado”⁸⁰⁷, como também enviou ao próprio Indio do Brasil ressaltando os mesmos pontos⁸⁰⁸.

7.2 A Colônia Correccional e o “sigilo recomendado”

O segundo semestre de 1934 marcou a volta do “regime democrático” no Brasil, que assegurava “a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico”, mantendo “como forma de Governo, sob o regime representativo, a República federativa”. Com a promulgação da Constituição em 16 de julho de 1934, foram restabelecidas as câmaras legislativas, a eleição presidencial a cada quatro anos através de eleição por sufrágio universal, direto e secreto. Foi também garantida a liberdade de associação, o sigilo da correspondência, “a livre manifestação do pensamento, sem dependência de censura”, a comunicação de cada detenção a um Juiz para respectiva análise da legalidade⁸⁰⁹, entre outras garantias que foram amplamente abolidas ou não levadas em consideração durante a ditadura do “Governo Provisório”.

Mas Getúlio Vargas, antecipando-se a essa abertura, fez uma outra manobra política, como nos informa Elizabeth Cancelli (1994). O Conselho de Defesa Nacional, instituído em 1927⁸¹⁰, foi reformulado em fevereiro de 1934⁸¹¹. A partir de então passou a contar também com uma Comissão de Estudos da Defesa Nacional, uma Secretaria Geral da Defesa Nacional e instituiu em cada ministério uma Secção da Defesa Nacional. E com a nova Constituição foi criado também o Conselho Superior de Segurança Nacional (art. 159) que, para a autora, foi passo decisivo à implementação de salvaguardas do Estado e do governo, e que em algum grau foram importantes para a “Lei Monstro”, aprovada meses mais tarde em abril de 1935⁸¹².

⁸⁰⁶ Radiotelegrama n.º 4/311, 14-06-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o chefe de polícia, Vicente de Almeida Vicente Azevedo, PEIA.

⁸⁰⁷ Radiotelegrama n.º 4/312, 14-06-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o Comandante Geral da Força Pública, PEIA.

⁸⁰⁸ Radiotelegrama n.º 4/313, 14-06-1934, do subdiretor em exercício, José B. Almeida para o comandante do 6º BC da Força Pública, coronel Indio do Brasil, PEIA.

⁸⁰⁹ BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16-07-1934, art. 159.

⁸¹⁰ BRASIL, Decreto n.º 17.999, 29-11-1927.

⁸¹¹ BRASIL, Decreto n.º 23.873, 15-02-1934.

⁸¹² Esta não foi a única movimentação antecipada em termos de dispositivos jurídicos que Vargas viria a fazer. A previsão constitucional de um *estado de guerra* em um país que só havia *estado de sítio* foi outro instrumento enxerto à Constituição de 1934, que permitiu a Vargas diversas manobras políticas entre 1936-1938 que garantisse a utilização de tal declaração.

No dia seguinte a promulgação da Constituição de 1934, em 17 de julho, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente pela Assembleia Nacional Constituinte, com cerca de 70% dos votos. Na semana seguinte, o diretor major Newton Santos retomou a direção da Colônia Correccional da Ilha Anchieta, quase cinco meses após seu afastamento. E voltou determinado a terminar as obras iniciadas em fevereiro daquele ano. Assim, radiotelegrafou a Passos & Carvalho Cia reclamando que até aquela data os 12 mil tijolos⁸¹³ e cem sacos de cal não tinham sido entregues, e que estavam “atacando as obras de reconstrução nesta Colonia”⁸¹⁴. Resta a pergunta, quem a estava construindo? É possível que o diretor e o subdiretor tenham agido para contratar de forma extraoficial seis “rapazes de Ubatuba”:

E acordo com que falamos, transmito-lhe os nomes de rapazes de Ubatuba que são os seguintes: Austerio de Oliveira, Adolfo Ignacio Pereira, Leovegildo Dias Vieira, Antonio Gabriel, João Quirino Leite e Nelson Teixeira. Solicito obsequio de ser intercessor por todos os nomes desta lista⁸¹⁵.

Fato é que, um mês depois, estando o diretor na capital para “tratar assumptos urgentes” e submeter ao chefe de polícia a organização interna da Colônia⁸¹⁶, foi informado por alguém da ilha que:

Comunico que prédio destinado enfermaria acha-se coberto desde hontem. Serviços pedreiro bem adiantados. Folha de pagamentos segue hoje. Providencie tambem farelo [...] Consulte se devo fazer pagamento ou mandar folha dos trabalhadores das obras.⁸¹⁷

A última comunicação demonstra precisamente que trabalhadores foram contratados e não constavam na folha de pagamentos de funcionários da Colônia Correccional. A falta de mão de obra era tamanha que, em 10 de setembro, o subdiretor informou ao diretor que “tendo sido impossível conseguir pessoal na Enseada e mesmo em Ubatuba iniciei serviços de plantação arroz com o pessoal da Colonia”⁸¹⁸. Em 17 de setembro, o diretor solicitou a Passos Carvalho & Cia que enviasse na primeira condução outro pedido: tábuas de canela para

⁸¹³ Em 27 de junho o subdiretor já havia questionado o estabelecimento comercial ao comunicar que “não foram remetidos por essa Firma doze mil tijolos [...] essa remessa deverá ser feita com urgencia” – *Radiotelegrama n.º 4/330, 27-06-1934, PEIA.*

⁸¹⁴ *Radiotelegrama n.º 4/363, 27-07-1934, do diretor Newton Santos para a Passos Carvalho & Cia, PEIA.*

⁸¹⁵ *Radiotelegrama sem número, 03-07-1934, sem nome de remetente, para o diretor Newton Santos, Municipal Hotel, PEIA.* É possível também que tenham atuado como vigilante.

⁸¹⁶ *Radiotelegrama n.º 4/389, 10-08-1934, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Vicente de Almeida Vicente Azevedo, PEIA.* Para o mês de agosto há apenas duas comunicações preservadas, com uma lacuna de radiotelegrama entre o de n.º 4/366 para o de n.º 4/389 (10 de agosto) e depois salta para o de n.º 4/408 (30 de agosto). Vicente de Azevedo ficou pouco tempo no cargo, assumindo entre Mário Guimarães e Christiano Altenfelder Silva.

⁸¹⁷ *Radiotelegrama n.º 4/408, 30-08-1934, sem nome de remetente, para o diretor Newton Santos, Municipal Hotel, PEIA.*

⁸¹⁸ *Radiotelegrama n.º 4/414, 10-09-1934, do subdiretor para o diretor Newton Santos, Municipal Hotel, PEIA.*

esquadrias, tábuas de peroba para batentes, 100 m de tábuas para abas de forro, 4 mil telhas e outros itens^{819 820} - pedidos estes que dão um indicativo de como era internamente o prédio da administração e os pavilhões em reforma.

É possível precisar que a Colônia tornou a receber novas “levas” no mês de julho de 1934. Mas uma das raras notícias na imprensa aparece somente em 19 de setembro, quando o *Correio Paulistano* noticiou que o chefe do Gabinete de Investigações, Francisco de Assis Carvalho Franco, havia criado “turmas de repressão à malandragem e à vadiagem”, expedindo mandados de capturas para “vários batedores de carteiras e passadores do conto do vigário e remetidos para a antiga Ilha dos Porcos, hoje ilha padre Anchieta, transformada em Colonia Correccional”⁸²¹. Tanto é que três dias depois o subdelegado solicitou ao delegado de Ubatuba duas praças para “reforçarem Destacamento” e “mais dez praças” ao chefe de polícia⁸²². Na mesma data confirmou a Antonio Braulio de Mendonça Filho, delegado de Vigilância e Capturas, que “turma em numero dezenove chegaram bem”⁸²³, e em 23 de setembro havia “34 detentos” e apenas “7 praças e um sargento”, número insuficiente para os postos de sentinela durante o dia e a noite⁸²⁴, assim como “insuficiente para garantir segurança Colonia”⁸²⁵.

Esperando “novas levas”, o diretor major Newton Santos radiotelegrafou ao coronel comandante geral da Força Pública, Arlindo de Oliveira, solicitando “boa vontade distinto amigo” para que dali a dois dias fosse providenciado o referido aumento de dez praças para embarque no dia 28, terminando a comunicação com “agradecendo o certo finesa amigo, abraços do amigo”⁸²⁶. Porém, até o dia 2 de outubro os “pedidos não foram atendidos” e o diretor solicitou “providencias urgente, sentido nosso redusido destacamento seja completado”⁸²⁷. O desfecho deu-se apenas mais de vinte dias depois e não receberam os dez

⁸¹⁹ Radiotelegrama n.º 4/422, 17-09-1933, do diretor Newton Santos para a Passos Carvalho & Cia., PEIA.

⁸²⁰ Quando os pedidos chegaram no dia 26, houve reclamação: “não tendo chegado em condições a parte referentes a madeiras por serem de ínfima qualidade puzemos a disposição de VV SS devolvendo pela mesma lancha – Radiotelegrama n.º 4/431, do subdiretor para a Passos Carvalho & Cia, PEIA.

⁸²¹ *Correio Paulistano* (SP), 19-09-1934, n.º 24.075, p. 10, HDB/FBN.

⁸²² Radiotelegrama n.º 4/426, 22-09-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o chefe de polícia, Christiano Altenfelder, PEIA.

⁸²³ Radiotelegrama n.º 4/427, 22-09-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

⁸²⁴ Radiotelegrama n.º 4/428, 23-09-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o chefe de polícia, Christiano Altenfelder Silva, PEIA.

⁸²⁵ Radiotelegrama n.º 4/429, 26-09-1934, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Christiano Altenfelder Silva, PEIA.

⁸²⁶ Radiotelegrama n.º 4/430, 26-09-1934, do diretor Newton Santos para o comandante geral da Força Pública, coronel Arlindo de Oliveira, PEIA.

⁸²⁷ Radiotelegrama sem número, 02-10-1934, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Christiano Altenfelder Silva, PEIA.

solicitados, mas apenas seis praças, o que ainda era insuficiente para escoltas de trabalho e postos de sentinela, principalmente pelo aumento da população⁸²⁸.

Enquanto isso, o diretor seguia solicitando orçamento de “artigos para preparo pintura á óleo”, azulejos e ladrilhos⁸²⁹, assim como para louças sanitárias e encanamento galvanizado⁸³⁰. Em 3 de outubro, a direção solicitou a Passos Carvalho & Cia para “acrescentarem” ao pedido de 17 de setembro mais materiais, solicitando outras 90 vigas de peroba, 200 caibros de peroba e mais de 200 tábuas de pinho, cada um destes em diferentes tamanhos, entre outros itens⁸³¹. No mesmo dia, o subdiretor dirigiu-se à mesma empresa solicitando mais pranchas de cedro, mais 96 tábuas de canela e outros itens⁸³². E ainda, ao final daquele mês, outras 96 tábuas de canela foram solicitadas⁸³³. Apesar da diretoria ter recebido a “autorização para fazer algumas construções”, os pedidos em sequência sugerem uma falta de organização prévia para a obra, desde o material que seria pedido à sua quantidade, pautando então a hipótese de que grande autonomia foi cedida à administração da Colônia. Essa sensação é aprofundada quando, em maio de 1935, o diretor geral da SSP questionou o diretor Newton Santos e solicitou uma resposta “com a urgencia possível” sobre o “estado em que se encontram as obras que vêm sendo executadas na séde desse presidio”, revelando também certo desconhecimento ao indagar “se as mesmas dizem respeito somente á construcção de dois pavilhões ou se procedem a ampliações ou obras de acréscimo em outras dependencias”⁸³⁴.

⁸²⁸ *Radiotelegrama n.º 4/492*, 24-10-1934, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Christiano Altenfelder Silva, PEIA.

⁸²⁹ *Radiotelegrama n.º 4/440*, 29-09-1934, do diretor Newton Santos para a Antonio Domingues Pinto & Cia, Santos, PEIA.

⁸³⁰ *Radiotelegrama sem número*, sem data, do diretor Newton Santos para a Passos Carvalho & Cia, PEIA.

⁸³¹ *Radiotelegrama n.º 4/453*, 03-10-1934, do diretor Newton Santos para a Passos Carvalho & Cia, PEIA. Aparentemente estes frequentes radiotelegramas levantam a hipótese de que a obra era feita sem planejamento, organização e pouco apreço aos editais de concorrência, vez que o próprio diretor cotava os preços em diferentes estabelecimentos comerciais de Santos e São Paulo. Porém, por exemplo, no dia 10 de outubro o diretor recusou-se a receber “pranchas de peroboa de cabriuva, não mais nos interessa, dado o alto preço” – *Radiotelegrama n.º 4/471*, 10-10-1934, do diretor Newton Santos para a Passos Carvalho & Cia, PEIA.

⁸³² *Radiotelegrama n.º 4/454*, 03-10-1934, do subdiretor José Basílio para a Passos Carvalho & Cia, PEIA.

⁸³³ *Radiotelegrama n.º 4/513*, sem data, do diretor Newton Santos para a Passos Carvalho & Cia, PEIA.

⁸³⁴ *Ofício n.º 7.215*, 25-05-1935, do diretor geral da SSP, Basileu Garcia, para o diretor Newton Santos, PEIA.

Figura 61 - Pavilhão “Serviço de Saúde” (1939), antiga enfermaria reformada em 1934



Fonte: Relatório da Chefatura de Polícia, 1940, p. 679, NBH/APESP⁸³⁵.

Mas eis que, na madrugada de terça-feira, 30 de outubro de 1934, João Mario Cruz, José Faustino e Manoel Cesar Garcia, “conseguiram afastar um varão da grade de um dos pavilhões evadindo-se em uma canoa”. João Mario, português e morador de Santos, foi provavelmente a pessoa que mais vezes fugiu da ilha: essa foi, pelo menos, a quarta vez⁸³⁶. José Faustino também já conhecia a ilha, tendo passado um mês e meio no inverno de 1933. Às 10 horas da manhã, o diretor Newton Santos demonstrou efetivamente toda sua consternação ao dizer ao delegado Antonio Braulio de Mendonça Filho que o “facto vem comprovar necessidade urgente aumento Destacamento já solicitado em mais de uma dezena de rádios durante este mez ao Exmº Snr. Dr. Chefe de Policia” – um sinal evidente da contrariedade, não há dois ofícios do diretor em que ele utilize três pronomes de tratamento no corpo da mensagem. Mas a reclamação não paira apenas sobre o destacamento militar, mas assim como ao corpo de vigilantes, com apenas sete integrantes, que “encontra-se completamente desfalcado, embora esta Diretoria tenha por inumeras vezes demonstrado autoridades competentes necessidade imperiosa tal organização”. Newton pediu que Antonio Braulio informasse ao chefe de polícia

⁸³⁵ *Relatório das atividades da Policia Civil*, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado. Pelo Chefe de Policia, Dr. João Carneiro da Fonte. Chefatura de Policia do Estado de São Paulo, São Paulo, 1940, NBH/APESP.

⁸³⁶ Em 10-01-1932, com outros quatro “companheiros”; em 09-02-1932, com outros dezenove “companheiros”; e em 16-07-1932, com outros dois “companheiros”. Em 14-05-1933, quando trabalhava na estrada, João Mário fugiu em companhia de Horacio Mathias (*livro de registros*, PEIA). Horácio retornaria a Ilha em junho e dezembro de 1935 (*Ofícios* sem número, 06-06-1935 e 11-12-1935, PEIA) e em algum momento em 1940 (*Radiotelegrama n.º 64/40*, 21-08-1940, PEIA), sendo noticiada sua detenção em dezembro daquele ano e noticiado como “Rei das Penosas” por ter sido detido em flagrante por furtar “13 galinhas” (*Correio de S. Paulo*, 03-12-1935, n.º 1.068, p. 8, HDB/FBN.).

“com a devida urgencia” e “solicitando providencias afim podermos evitar tão desagradaveis acontecimentos, que indiretamente vem depor injustamente eficiência esta Colonia”. Mas havia algo a mais na extensa comunicação:

Ordenei escolta ir continente procurar recaptural-os. Não avisei autoridades litoral afim evitar publicidade, dado **sigilo recomendado policia, referentes atuaes detentos** esta Ilha (grifo meu)⁸³⁷.

Nos casos de fugas era prática comum a direção do presídio comunicar a Delegacia Regional (Santos), as delegacias do litoral (Caraguatatuba, São Sebastião, Vila Bela) e da região da Serra (São Luiz). Mas por que a ilha estava “sob sigilo” e qual era a condição dos “atuaes detentos”? Os indícios a seguir sugerem algumas questões: a) primeiro, reforça uma hipótese já presente na bibliografia (SOUZA, 2009; MARTINS, 2014), na qual a prática de detenção policial é direcionada àqueles já “fichados”, fáceis de serem localizados pelas fotografias, endereços já registrados e fichas datiloscópicas do Serviço de Identificação, fosse para inflar as estatísticas – portanto podendo nem ao menos ter ocorrido alguma atitude criminosa – ou imputar um crime sem resolução para alguém que detêm “passagens” pelo Gabinete de Investigações; b) segundo, é possível precisar que brasileiros e imigrantes não poderiam lá estar, levando a ações de dissimulação da Secretaria da Segurança Pública, assim como uma dinâmica que atesta a condição ilegal na qual se encontravam. E a reconstrução da dinâmica pode ser de duas formas: 1) localizando informação sobre habeas corpus e traçando com a data em que a pessoa é posta em liberdade; 2) traçando informação sobre a prisão e condenação com a data em que a pessoa é posta em liberdade. E só é possível traçar a dinâmica a partir de parte dos radiotelegramas do presídio entre 1934 e 1935, vez que deixaram de anotar os nomes no livro de registros.

7.2.1 Os *combinados* entre Newton Santos e Antonio Braulio de Mendonça, dois dos indicados pelo general Miguel Costa⁸³⁸

Em 23 de dezembro de 1933, o chefe de polícia determinou a ida do diretor major Newton Santos a São Paulo, recebendo a confirmação de que o diretor iria “na primeira

⁸³⁷ *Radiotelegrama n.º 4/525*, 30-10-1934, do diretor Newton Santos para o delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

⁸³⁸ Lembrando que Newton Santos é alçado ao posto de diretor do Presídio Político em junho de 1931, enquanto Braulio é colocado no cargo de chefe do Gabinete de Investigações sete anos após ser exonerado da Delegacia Regional de Sorocaba. Em agosto de 1931, quando o general Miguel Costa renunciou à Secretaria e permaneceu como comandante da Força Pública, foi Braulio de Mendonça, até em razão de seu cargo, quem proferiu o primeiro discurso de agradecimento e em nome da Polícia Civil (Pront. s/n, “Miguel Costa”, caixa 766, Acadepol/APESP).

condução”⁸³⁹, embarcando no dia 26 de dezembro⁸⁴⁰. Newton Santos retornaria para Ubatuba somente ao final de janeiro de 1934, onde ficaria até o início da sindicância realizada em março daquele ano.

Paralelamente e quatro dias depois, em São Paulo, em 30 de dezembro de 1933, a Secretaria da Segurança publicou o ato n.º 155⁸⁴¹, dando o regulamento à Guarda Noturna da Capital (GN), ainda a ser criada por decreto estadual. A GN seria administrada e fiscalizada por um superintendente geral e um Conselho Administrativo⁸⁴², ambos apontados pelo chefe de polícia. Os demais cargos eram por indicação do superintendente, contando com um diretor⁸⁴³, um subdiretor⁸⁴⁴, um tesoureiro⁸⁴⁵ e, semelhante a DOPS, abria ampla margem para contratação de outros funcionários através da redação “além dos auxiliares que forem necessários”. De acordo com o regulamento, o superintendente era apontado entre os delegados especializados, sendo escolhido Antonio Bráulio de Mendonça Filho, por ato de Mário Guimarães em fevereiro de 1934⁸⁴⁶ - porém esta escolha já era óbvia nos bastidores: como relatou o próprio chefe de polícia, o regulamento da nova instituição policial foi escrito pelo próprio Bráulio em 1933⁸⁴⁷ e aprovado em março do ano seguinte⁸⁴⁸.

⁸³⁹ Radiotelegrama n.º 3/526, 23-12-1933, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, PEIA.

⁸⁴⁰ Telegrama, n.º 3/540, 26-12-1933, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, PEIA.

⁸⁴¹ Ato n.º 155, 30-12-1933, publicado no DOSP em 31-01-1934, n.º 23, p. 6-7.

⁸⁴² Naquele primeiro momento. Depois, seriam escolhidos por voto entre os “contribuintes” da Guarda, particulares que contribuíam voluntariamente para sua manutenção, vez que foi “criada, sem ônus para o Estado, e diretamente subordinada ao Chefe de Polícia” (Decreto n.º 6.330, 02-03-1934, ALESP). Segundo o *Correio de S. Paulo*, “no primeiro mez, apenas, as contribuições dos particulares atingiram a 62:999\$000” (15-06-1934, n.º 623, p. 18, HDB/FBN) - ou seja, praticamente 35 meses de salário do diretor da Colônia Correcional, o que supriria quase três anos; ou 201 meses de salário do enfermeiro da Colônia, o que corresponde a mais de 16 anos. Segundo o regulamento haveria um livro com “registro de contribuintes, com a designação de rua, numero, profissão, nome, contribuição”, sendo “permitido aos industriais, comerciantes e proprietários de depósitos contratar com a Guarda Noturna a organização de serviços especiais de vigilância”. Ou seja, apesar do caráter coletivo aos munícipes e de ação na regulação noturna das vias públicas da capital, foi criada uma polícia que, hipoteticamente em sua prática, visava garantir, em maior grau, a proteção à propriedade privada especificamente de uma classe econômica, na qual “o guarda deverá prestar aos assinantes todos os serviços que estes solicitarem”, e garantindo que “nenhuma outra Guarda Noturna poderá incumbir-se dos serviços de vigilância na cidade de São Paulo”. Ou seja, o monopólio da violência legítima passa a ser compartilhado em grande medida com os “contribuintes” do Conselho Administrativo, através de uma instituição pública de segurança.

⁸⁴³ Adalberto Luiz da Silva Exel, nomeado 1º promotor de justiça de Presidente Prudente em janeiro de 1920, após colar grau na Faculdade de Direito de São Paulo em 20-12-1919. Anos mais tarde ocupou o cargo de comissário da Delegacia de Ordem Política e Social (*Correio de S. Paulo*, 12-07-1932, n.º 23, p. 2, HDB/FBN), sendo exonerado em 05 de novembro pelo “Governador Militar do Estado de São Paulo”, general Valdomiro Castilho de Lima (DOSP, 08-11-1932, n.º 232, p. 1). Em 07 de fevereiro de 1934, foi nomeado diretor da Guarda Noturna da Capital (DOSP, 08-02-1934, p. 4).

⁸⁴⁴ Capitão Alberto Aguiar Weisssohn (1898-1959). Em 1935 estava filiado ao Partido Constitucionalista (*Correio Paulistano*, 21-05-1935, n.º 24281, p. 1, HDB/FBN) e, em 1936, organizou um livro em conjunto com Benedito Montenegro, *Cruzes paulistas: os que tomaram em 32, pela glória de servir São Paulo*, publicado pela editora gráfica “Revista dos Tribunais” (CAMARGO, 1972, p. 203-260).

⁸⁴⁵ Fernando Sousa Barros, nome mencionado em *Correio de S. Paulo*, 16-06-1934, n.º 623, p. 18, HDB/FBN.

⁸⁴⁶ DOSP, 08-02-1934, p. 4.

⁸⁴⁷ Relatório de Mário Guimarães para o Interventor Federal, 22-03-1934, em: DOSP, 03-04-1934, n.º 74, p. 1.

⁸⁴⁸ ALESP, Decreto n.º 6.329, 02-03-1934.

A nova instituição foi alocada na Rua da Liberdade, n.º 159, onde funcionava o Presídio Político da Liberdade, terreno de propriedade do advogado Avelino Lemos⁸⁴⁹ que o arrendou novamente para a Repartição Central de Polícia⁸⁵⁰. Com as atividades iniciadas em 28 de fevereiro de 1934⁸⁵¹, dentre as várias atribuições do superintendente geral competia nomear os fiscais, guardas e aspirantes que faziam “os serviços de vigilância das ruas e praças”, que em junho de 1934, segundo uma matéria jornalística, tinha mais de dois mil alistados e mais de quinhentos identificados recebendo instrução e atuando na capital. Além das várias atribuições de fiscalização de detalhes do espaço urbano, como anotar as direções tomadas por veículos que transitassem após as 22 horas, observar se a iluminação pública funciona regularmente e “perturbação do repouso” após às 23 horas, os guardas noturnos também poderiam deter e encaminhar à Polícia Central aqueles que fossem enquadrados em diversas situações, das quais destaco algumas: “pessoas encontradas com instrumentos ou aparelhos próprios para roubar”, “todo aquele, mesmo da corporação, promovendo desordem ou em estado de embriaguês”, “os vadios, turbulentos, ébrios e prostitutas que perturbem o sossego público e ofendam a moral”, “os que sofrem das faculdades mentais”, “os que forem encontrados com as vestes ensanguentadas”, “as crianças perdidas e os menores abandonados”, “os que forem encontrados a dormir nas ruas, praças, adros de templos”.

Como pontuou o *Correio de S. Paulo* em junho de 1934, cabia à nova “instituição preventiva e repressiva ao crime” agir contra a “acção damninha de noctivagos malandros, desordeiros, ladrões e outros criminosos dessa fauna imensa”. Antonio Braulio de Mendonça Filho, acumulando o cargo de delegado especializado de Vigilância e Caputras e superintendente da Guarda Noturna foi, provavelmente, um dos delegados com relevante poder de polícia em 1934. Não à toa e não apenas por isso, o jornal paulistano se referiu a ele como “personalidade invulgar”, “illustre autoridade paulista” que, “estudioso, de ideas próprias”, é “conhecedor profundo dos males que atingem a população”. E mais, essa “figura prestigiosa” não se deixava “empolgar pela burocracia” e não via em seu cargo “simples lugar de poder mandar prender e soltar indivíduos”⁸⁵². Entretanto, como revelou Marcelo Quintanilha Martins (2014, p. 274), Antonio Braulio não foi apenas acusado por outros jornais de servir a um “grupo de politiqueros ambiciosos”. Segundo o Marcelo Martins, quando o delegado exerceu a chefia do Gabinete de Investigações entre 1931 a 1933, “intercedeu pelo reingresso dos antigos

⁸⁴⁹ *Almanak Laemmert*, n.º 83, p. 315, 1927, HDB/FBN

⁸⁵⁰ ALESP, Decreto n.º 6.284-A, 21-01-1934.

⁸⁵¹ DOSP, 23-02-1934, n.º 42, p. 14.

⁸⁵² *Correio de S. Paulo* (SP), 16-06-1934, n.º 623, p. 18, HDB/FBN.

delegados, enquanto, em segredo, socorria colegas em situação econômica difícil”. Essa ajuda vinha através de verbas “extras” despendidas em alegadas diligências, além dos gastos adicionais em material, gasolina, peças para automóveis e gratificações (MARTINS, 2014, p. 279).

Com o início da sindicância na Ilha dos Porcos em 6 de março de 1934, o diretor major Newton Santos passou, ao menos de forma intermitente, de março a julho hospedado no Hotel Municipal⁸⁵³, localizado no então charmoso e requintado Largo do Paissandu, na esquina da Avenida São João com a Rua Conselheiro Crispiniano.

Figura 62 - Municipal Hotel (esq.) e Ed. Martinelli (dir.)⁸⁵⁴



Fonte: Arquivo Nacional. Fotografia de Mário Prugner (1884-1931), doação em setembro de 1931.

Newton Santos retornou à Ilha Anchieta somente ao final de julho, alguma data após o dia 19⁸⁵⁵, sendo que o primeiro radiotelegrama preservado em que consta sua assinatura

⁸⁵³ Construído na década de 1920 pelo italiano, apoiador do regime fascista de Mussolini e morador da Avenida Paulista, o “Comendador” João Baptista Scuracchio, também proprietário da S.A. Cotonificio Paulista. Condecorado com títulos italianos de “Cavaleiro da Coroa” em 1922 (*Cavaliere*) e 1924 (*Cavaliere Ufficiale*), contribuiu financeiramente e materialmente na campanha militar de Mussolini na então “guerra da Abyssinia”, sendo depois condecorado com o título de *Commendatore* (*Correio Paulistano*, 25-02-1939, n.º 25.452, p. 8). Como reconta João Maurício Leal (2018), os títulos eram comprados, assim como foram os títulos de Francesco Matarazzo e Rodolpho Crespi, destacando que eram adquiridos através de doações ao partido fascista italiano e ao Vaticano (DEAN, 1971, p.182-186, apud LEAL, 2018, p. 198). O Hotel, “centralíssimo, com todo o conforto”, possuía “80 quartos, 20 apartamentos, cozinha escolhida, ambiente familiar” (*A Gazeta*, 17-02-1926, n.º 6.010, p. 5, HDB/FBN).

⁸⁵⁴ ARQUIVO NACIONAL. Dossiê: BR RJANRIO O2.0.FOT.448, arquivo digital d0006de0058. Fotografia realizada entre 1928 a 1931. É possível saber que é a partir de 1928 em diante porque os últimos andares já estavam em construção. Atualmente, a fachada do antigo Hotel Municipal passa por uma intervenção do poder municipal.

⁸⁵⁵ *Radiotelegrama n.º 4/359*, 19-07-1934, do subdiretor José Basílio de Almeida para o chefe de polícia, Vicente de Azevedo, PEIA.

é de 27 de julho, sexta-feira⁸⁵⁶, direcionando naquele mesmo dia outras duas mensagens à Delegacia Regional de Santos. Após o esvaziamento da ilha em maio, os dois primeiros nomes de “indivíduos” que deram entrada foram exatamente em 26 de julho⁸⁵⁷, sendo possível supor que Newton Santos esteve na escolta trazendo-os consigo de São Paulo.

No dia 10 de agosto, porém, o diretor solicitou autorização ao chefe de polícia para que pudesse ir a São Paulo, “tratar assumptos urgentes do interesse desta Colonia e submeter á vossa aprovação a nossa organização interna”⁸⁵⁸. Não é possível saber a data de sua ida, mas em 30 de agosto estava novamente no Municipal Hotel⁸⁵⁹, voltando a assinar uma correspondência somente em 26 de setembro⁸⁶⁰. Nesse mesmo dia, quando enviou três mensagens, uma delas foi destinada ao delegado Antonio Braulio de Mendonça Filho:

Com referencia e nossa combinação lembro conveniência vossas instruções. Tudo em ordem. Abraços (grifo meu)⁸⁶¹.

Exatamente um mês depois, em 26 de outubro, remeteu outra mensagem:

Reportando-me ao nosso entendimento verbal, quanto a conveniência de ir dando-se a liberdade aos detentos mais antigos e que tenham demonstrado bom comportamento; tal medida alem de constituir elemento real estímulo bem beneficiar Colonia ponto de vista disciplina a maior produção trabalho. Confiante vosso solido conhecimento penologicos espero de V.S. uma formula inteligente capaz resolver assunto. Saudações. (grifo meu)⁸⁶²

No dia seguinte, ainda na última semana de outubro, provavelmente ao ser inquirido pelo chefe do Gabinete de Investigações, informou-lhe que só se retiraria da Colonia quando, por necessidade de serviço, fosse obrigado a ir a capital⁸⁶³. E foi requisitado novamente. No mesmo dia solicitou o retorno de José Basílio de Almeida, por ter que ir a São Paulo⁸⁶⁴. Mas

⁸⁵⁶ Radiotelegrama n.º 4/363, 27-07-1934, do diretor Newton Santos para a Passos Carvalho & Cia, PEIA.

⁸⁵⁷ Radiotelegrama n.º 4/564, 06-12-1934, do diretor Newton Santos para o delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

⁸⁵⁸ Radiotelegrama n.º 4/389, 10-08-1934, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Vicente de Azevedo, PEIA.

⁸⁵⁹ Radiotelegrama n.º 4/408, 30-08-1934, remetente da ilha desconhecido para “Major Newton Santos”, Municipal Hotel, Avenida S. João, PEIA.

⁸⁶⁰ Radiotelegrama n.º 4/429, 26-09-1934, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Christiano Altenfelder Silva, PEIA.

⁸⁶¹ Radiotelegrama n.º 4/432, 26-09-1934, do diretor Newton Santos para o delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

⁸⁶² Radiotelegrama n.º 4/511, 26-10-1934, do diretor Newton Santos para o delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

⁸⁶³ Radiotelegrama n.º 4/514, do diretor Newton Santos para o chefe do GI, Francisco de Assis Carvalho Franco, PEIA.

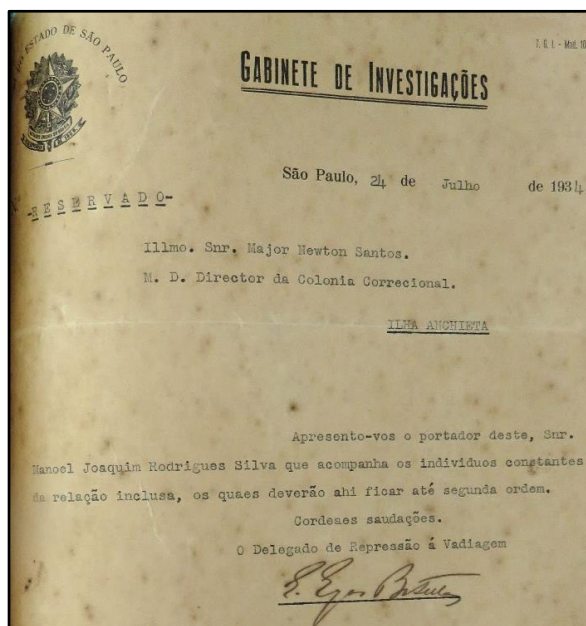
⁸⁶⁴ Radiotelegrama n.º 4/517, sem data, do diretor Newton Santos para o subdiretor José Basílio de Almeida, Rua da Gloria, 172, S. Paulo, PEIA.

devido a fuga ocorrida em 30 de outubro, apenas em 8 de novembro pediu nova autorização para ir a São Paulo e, também, a Santos⁸⁶⁵, viajando na segunda semana de novembro⁸⁶⁶.

7.2.2 Dinâmica do “sob sigilo da polícia”

Em 26 de julho, José Henrique da Costa e João Baptista Reis Filho desembarcaram os primeiros brasileiros encaminhados para a ilha após seu esvaziamento, que também constam em uma lista de processados pelo delegado especializado de Repressão à Vadiagem, Euzébio Egas Botelho. Talvez não por coincidência, o mesmo delegado, através de um ofício reservado, encaminhou para a Ilha Anchieta no dia 24 de julho, “indivíduos constantes da relação inclusa, os quaes deverão ahi ficar até segunda ordem”⁸⁶⁷, anexo que não foi preservado.

Figura 63 - Ofício reservado de Euzébio Egas Botelho, delegado de Repressão à Vadiagem, 24-07-1934



Fonte: PEIA.

⁸⁶⁵ *Radiotelegrama n.º 4/539*, 08-11-1934, do diretor Newton Santos para o chefe de polícia, Christiano Altenfelder Silva, PEIA. Aparentemente, o delegado de Santos perdeu um filho em um acidente e o diretor Newton Santos quis fazer uma visita.

⁸⁶⁶ A partir do dia 11 de novembro o subdiretor José Basílio passa a assinar como “em exercício” – *Radiotelegrama n.º 540*, PEIA. É importante destacar que, dentro os documentos preservados no PEIA para os anos de 1933 a 1935, a constantes ida de Newton Santos a São Paulo em 1934 não ocorre na mesma intensidade nos outros anos.

⁸⁶⁷ *Ofício reservado*, sem número, 24-07-1934, do delegado de Repressão á Vadiagem, Euzébio Egas Botelho, para o diretor Newton Santos, PEIA. Este documento encontra-se em um encadernado com ofícios recebidos no ano de 1935. Outro ponto é que, mesmo que as idas para São Paulo necessariamente passassem por Santos, esta é a única mensagem preservada em que o diretor pede autorização explícita para ir àquela cidade. Importante pontuar que, no início de julho, houve a seguinte mensagem do subdiretor destinada a Delegacia Regional: “Esta Diretoria surpreendida lamentável desastre ocorrido dr Pedro de Alcantara, solicita dessa Regional o obsequio informar estado de saúde, desejando ao mesmo pronto restabelecimento” (*Radiotelegrama n.º 4/348*, 04-07-1934, PEIA). Portanto, é possível supor que Newton Santos tenha adicionado uma visita pessoal ao seu roteiro, fortalecendo seu laço com aquele delegado.

Uma primeira lista de processados e condenados pela Delegacia de Repressão à Vadiagem foi noticiada em 29 de agosto com 34 nomes, e uma segunda com 91 nomes em 29 de setembro. Segundo a notícia do *Correio Paulistano*, entre 12 de janeiro a 18 de setembro, 285 foram processados a partir de uma “campanha séria e persistente contra os malandros que infestam a nossa capital”, condenados pelo “exmo. Sr. juiz de Direito da 6ª Vara Criminal”.⁸⁶⁸

Tabela 30 - “O delegado de Repressão á Vadiagem trabalha...” processados pela delegacia especializada entre janeiro a setembro, 1934

CRIME	PROCESSADOS	%
Vadiagem	271	95%
Furto	9	3%
Estelionato	3	1%
Roubo	2	1%
TOTAL	285	100%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do *Correio Paulistano*.

Ambas as listas, excluindo as repetições, citam 86 nomes, dos quais pelo menos 10 foram enviados no período que vigorou o “sigilo”⁸⁶⁹. Destes 86, pelo menos 38 tiveram passagem pela Ilha dos Porcos no ano anterior, em 1933; pelo menos outros 15 tiveram passagem nos anos seguintes. Dos 38 que tiveram passagem pelo presídio, pelo menos 21 retornam nos anos seguintes (1934, 1935, 1938, 1939, 1941, 1950, 1954); desses mesmos 38, pelo menos 28 estão anotados no livro de registros. Dos 38, ao menos 17 só foram libertados da Ilha Achienta no próprio ano de 1934.

Tabela 31 - Histórico parcial dos citados em 1934 com passagem pela Ilha dos Porcos em 1933

NOME	SAÍDA	PASSAGENS	APÓS 1933
Adriano Silva	07-01-1934	2 passagens / 273 dias	
Alberico José de Oliveira	02-03-1933	só possui data de saída	
Alberto Antão de Sousa	09-04-1934	1 passagem / 120 dias	
Alvaro Navarro de Andrade	17-11-1933	só possui data de saída	
Americo Brasile/Biaille/Braile	23-05-1934	1 passagem / 179 dias	1935
Angelo Gomes	27-12-1933	2 passagens / 157 dias	1938 e 1939
Antonio de Sousa		Com entrada em 28-01-1933;	
Antonio de Souza	16-04-1934	1 passagem / 182 dias	1938
Antonio Vieira	17-01-1934	1 passagem / 93 dias	1939
Armando Gomes	09-09-1933	1 passagem / 85 dias	
Benedicto Francisco de Oliveira		Com entrada em 04-03-1933;	1934

⁸⁶⁸ *Correio Paulistano* (SP), 27-09-1934, n.º 24.082, p. 4, HDB/FBN. Importante destacar que esta pesquisa não abrangeu como fonte os processos-crime.

⁸⁶⁹ “Americo Braile”, Antonio Cordeiro, Antonio Vieira, Benedito Francisco de Oliveira, “Franklin Conti”, Ibanez Henrique Froés, Izidoro de Oliveira Pavão, José Alves Penido, José Faustino, José Henrique da Costa, Sebastião Pereira.

Benedicto Pedro Alves Santos		Estava detido em 25-12-1933;	
Benedicto Saturino		Com entrada em 20-02-1933	1935
Caetano Nunes de Faria	27-03-1933	1 passagem / 56 dias	1938
Carlos Schmidt	16-05-1934	3 passagens / 318 dias	
Christovam Dias	09-04-1934	2 passagens / 213 dias	1938 e 1939
Domingos Ferreira Meirerelles	30-04-1934	1 passagem de 186 dias	
Francisco Fagundes	17-02-1934	3 passagens / 286 dias	1938 e 1939
Francisco Silva	17-08-1933	2 passagens / 194 dias	1939
Francklin Conti	17-07-1933	1 passagem / 54 dias	1935, 1938, 1941
Izidoro de Oliveira Pavão	16-04-1934	2 passagens / 214 dias	
João de Jesus Camargo	07-01-1934	1 passagem / 96 dias	1935, 1938
João Pedro da Silva	09-05-1934	1 passagem de 192 dias	
Joaquim da Silva	17-12-1933	2 passagens / 141 dias	1938 e 1939
Joaquim Marques Silva Filho		Entrada em 26-06-1933	1939 (por 7 dias)
José Bordallo/Bordano Filho	26-12-1933	1 passagem / 16 dias	1938 e 1939
José Faustino	27-07-1933	1 passagem / 48 dias	1934, 1938
José Garcia Cortez	16-04-1934	2 passagens / 273 dias	
Mario Silva		Estava detido em 25-12-1933	
Melchiades dos Reis Alves		Com entrada em 04-02-1933	1938 e 1939
Moacyr Bittencourt	17-01-1934	1 passagem, 239 dias	
Oswaldo Moura		Estava detido em 25-12-1933	1938 e 1939
Pedro Alves	19-03-1933	1 passagem, 68 dias	
Pedro de Castro Filho	17-11-1933	2 passagens, 168 dias	1935
Pedro Flores Galant	23-05-1934	1 passagem, 219 dias	1938, 1939 e 1950
Raul Barreto	16-04-1934	1 passagem, 121 dias	
Sebastião Pereira		Deu entrada em 27-03-1933	1935
Waldemar Maffei	27-02-1934	1 passagem, 389 dias	1939

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do *livro de registros* (PEIA), officios da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP) e jornal *Correio Paulistano* (HDB/FBN).

Tomemos exemplos daqueles que não foram enviados na época do “sigilo” – ou que ainda não foi possível identifica-los por haver poucos nomes escritos nos radiotelegramas. Primeiro, será possível observar parte da dinâmica do contexto geral de 1934, depois, a dinâmica do contexto na própria ilha.

Para o primeiro grupo, os casos de Carlos Schmidt e Waldemar Maffei. Carlos Schmidt faz parte de um grande número de detidos sobre os quais não é possível encontrar informações adicionais em jornais ou prontuários no DEOPS. Carlos teve sua primeira entrada na Ilha dos Porcos em fevereiro de 1933 e, apesar de ter ido duas vezes ao Gabinete de Investigações, ao todo passou 318 dias, mais de 10 meses na ilha, dando saída em 16 de maio de 1934. Mas na lista de 29 de agosto, Carlos já constava como processado e condenado a “15 mezes”, pouco mais de 3 meses após sua soltura da Ilha dos Porcos, o que levanta questionamentos sobre o processo-crime e todas etapas que deveriam garantir “ampla defesa” (art. 113, CF 1934).

Já Waldemar Maffei foi “promptuariado” pelo Gabinete de Investigações e parte de seu teor permaneceu preservado. Natural de São Paulo e morador do Cambuci, a primeira anotação sobre seus antecedentes data de 01-07-1927, quando foi “identificado para averiguações por ordem do Delegado de Investigações sobre Furtos” – tinha então 16 anos, vez que sua ficha aponta a data de nascimento para 09-03-1911⁸⁷⁰. Mais de dois anos depois, ao final de dezembro de 1929, foi novamente detido para “averiguação”, sem ser identificado ato criminoso em sua ficha. A partir daí prisões sucessivas⁸⁷¹: em 25 de fevereiro de 1930, foi detido para “averiguações” sob ordem do “Delegado de Investigações sobre Roubos” e menos de um mês depois, em 17 de março, foi novamente detido e “identificado por vadiagem” pela chefia do Gabinete; sete dias depois, 24, outra vez detido foi identificado por vadiagem pela delegacia especializada de roubos. Não suficiente, em 22 de maio foi “identificado por vadiagem” e seis dias depois o 2º Delegado Auxiliar relatou um inquérito contra Waldemar, seguido pela afirmação “nada mais consta a respeito”⁸⁷², o que pode indicar que o inquérito simplesmente não seguiu todos as etapas no Judiciário ou que foi recusado. Porém, foi noticiado em 1º de julho que o promotor público interino Pedro Rodrigues de Almeida denunciou Waldemar por “vadiagem”⁸⁷³.

Em seu prontuário não há informação que abrange o intervalo de maio de 1930 a maio de 1934⁸⁷⁴. Sabe-se, porém, que Waldemar foi levado para a Ilha dos Porcos em 11 de junho de 1931, com data de saída incerta⁸⁷⁵. Em julho de 1932, foi noticiada sua prisão:

Surpreendidos quando furtavam uma carteira contendo a importancia de 8 contos [8:000\$000], foram presos, hontem, os “punguistas” Americo Guilherme e Waldemar Maffei. Apesar da presteza da diligencia a policia só encontrou em poder delles seis contos, o que faz suppor a existencia de um cumplice. Levados para a Policia Central, foram dali encaminhados para o Gabinete de Investigações, á disposição do dr. Lauro Pedrosa, comissario da delegacia de Segurança Pessoal.⁸⁷⁶

⁸⁷⁰ Em sua ficha de identificação, Waldemar tem anotada a idade de 20 anos, que ele completaria somente em 09-03-1931, provavelmente a mesma ficha foi feita em algum momento de 1930, quando foi identificado. Segundo consta no livro de registros do Presídio, sobre a entrada de fevereiro de 1933, está anotada a idade de 21.

⁸⁷¹ Essas prisões sucessivas podem indicar que Waldemar Maffei era utilizado pela polícia como informante. João Marcelo Pereira dos Santos (2009) escreve sobre os trabalhadores da Light no período, tendo no Cambuci a oficina da *Light S.A.* constantemente vigiada pela polícia política. Ainda, havia no Cambuci havia uma delegacia conhecida como “Bastilha” e que possuía celas popularmente apelidadas de “geladeiras” (MARTINS, 2014).

⁸⁷² *Ofício n.º 18.408*, 09-06-1937, da 2ª Seção do Gabinete de Investigações [Serviço de Identificação], para a Superintendência de Ordem Política Social, Delegado de Ordem Social, pront. n.º 3.679, “Waldemar Maffei”, DEOPS/APESP.

⁸⁷³ *Diário Nacional* (SP), 01-07-1930, n.º 921, p. 4, HDB/FBN.

⁸⁷⁴ Não é comum na ficha de antecedentes vir a anotação de passagem pelos presídios políticos, incluso o da Ilha dos Porcos, fosse aprisionado por crime comum ou crime político – fato que se repetiu, por exemplo, na ficha de Franklin Conte. Entretanto, como neste caso de Waldemar, quando a prisão é derivada de condenação de juiz de direito vem anotação na ficha.

⁸⁷⁵ *Livro de registros*, PEIA.

⁸⁷⁶ *Diário Nacional* (SP), 29-07-1932, n.º 1.527, p. 2, HDB/FBN. É possível que pesquisas futuras sobre os registros de inquéritos da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP), assim como os registros de

Questionável que, mesmo “surpreendidos quando furtavam”, o que leva a supor uma ação em flagrante por inspetores, houvesse ainda dúvida a respeito da existência de um “cumplice” e que 2 contos pudessem ter sido extraviados durante o ato. Meses depois, outra entrada no Presídio Político da Ilha dos Porcos, em 3 de fevereiro de 1933⁸⁷⁷. É possível precisar que, até 27 de fevereiro de 1934, Waldemar ainda estava detido e que “seguirá primeira condução”⁸⁷⁸ o que, pela organização da *Cia. Santense de Navegação*, pode ter ocorrido então em 30 de fevereiro⁸⁷⁹. Maffei permaneceu pelo menos 389 dias presos, provavelmente sem processo ou aguardando condenação.

Em 30 de maio de 1934, logo após ser solto, foi novamente “identificado por vadiagem”, ação repetida cinco dias depois em 4 de junho. Ao final de julho de 1934 teve um mandado de prisão expedido pelo juiz e foi detido em 9 de agosto e novamente identificado sob ordem da Delegacia de Vigilância e Capturas, sendo condenado a cumprir 15 meses de reclusão na “Colônia Correccional do Estado”⁸⁸⁰, sendo citado também na lista de condenados citada pelo *Correio Paulistano* em setembro⁸⁸¹. Enquadrado como contraventor dos artigos 399 e 400 da Consolidação das Leis Penais, ou seja, por “deixar de exercitar profissão”, “não possuindo meios de subsistência e domicílio certo” ou “prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou ofensiva da moral e dos bons costumes” (art. 399), mais o agravante de ter quebrado o termo de compromisso de tomar ocupação (art. 400), “o infrator será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional”. Porém, no mesmo mês foi posto em liberdade pelo mesmo juiz, baseado em decreto federal de junho daquele ano que concedeu indulto a “delinquentes primários já condenados” e aos “que estejam respondendo a processo” por “qualquer dos crimes e contravenções” previstos no dispositivo jurídico⁸⁸².

Waldemar Maffei, após sete anos sofrendo detenções para “averiguação” e outras por ou para ser “identificado por vadiagem”, após passar ao mínimo duas vezes pelo Presídio

sindicâncias da Delegacia de Segurança Pessoal (Acadepol/APESP) auxiliem a compreender melhor tais processos durante o “Governo Provisório”.

⁸⁷⁷ *Livro de registros*, PEIA.

⁸⁷⁸ *Radiotelegrama n.º 4/130*, 27-02-1934, do diretor Newton Santos para o delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

⁸⁷⁹ *Radiotelegrama, n.º 4/197*, sem data, provavelmente primeira semana de abril, provavelmente prof. Miguel Cardoso, respondendo pela diretoria, para o comandante do 5º BC, tenente-coronel Antonio Inojosa, PEIA.

⁸⁸⁰ *Ofício n.º 18.408*, 09-06-1937, da 2ª Seção do GI [Serviço de Identificação], para a Superintendência de Ordem Política Social, Delegado de Ordem Social, pront. n.º 3.679, “Waldemar Maffei”, DEOPS/APESP.

⁸⁸¹ *Correio Paulistano* (SP), 27-09-1934, n.º 24.082, p. 4, HDB/FBN. Importante destacar que esta pesquisa não abrangeu como fonte os processos-crime.

⁸⁸² BRASIL, Decreto n.º 24.351, de 06-06-1934.

Político da Ilha dos Porcos e mais de 12 meses lá detido, mesmo possuindo endereço e “profissão atual” de “comercio”, foi condenado por ser “vadio” – além, o fato de ter sido considerado primário em 1934 implica em dizer que, todas as suas detenções e encarceramento pgressos não foram levadas em conta pelo juiz, sugerindo que todas elas foram ilegais, arbitrárias ou sem culpa formada. Mesmo recebendo o indulto em junho, Waldemar voltaria ao menos mais uma vez para a Ilha Anchieta, entre 25 de abril a 19 de setembro de 1939, quando operava o Presídio Político da Ilha Anchieta⁸⁸³.

Porém, outros foram enviados para a Ilha dos Porcos naquele momento. Alguns foram postos em liberdade muito antes do prazo de pena estabelecido pelo juiz e vinculado na notícia, enquanto outros foram postos em liberdade após a notificação da existência de habeas corpus – que foram negados. Os já citados José Henrique da Costa e João Baptista Reis Filho que, segundo a reportagem foram condenados a “15 mezes”, com pouco mais de 4 meses na Ilha Anchieta o diretor perguntou a Braulio “se não ha inconveniencia por em liberdade”⁸⁸⁴.

Figura 64 - Foto de João Benitez Junior



Fonte: *Correio de S. Paulo*, 23-02-1935, n.º 836, p. 8.

Um dos casos em que existe informação sobre habeas corpus⁸⁸⁵ diz respeito aos irmãos João Benitez Junior (“Malagueta”)⁸⁸⁶ e Francisco Benites (“Paquito”)⁸⁸⁷, filhos de João e Elvira, sequestrados para a Ilha Anchieta em data incerta durante o segundo semestre daquele ano. Morador da Rua Cunha Gago, região de Pinheiros, sua “carreira de malandro” que havia

⁸⁸³ *Livro de registros*, PEIA.

⁸⁸⁴ *Radiotelegrama n.º 4/564*, 06-12-1934, do diretor Newton Santos para o delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

⁸⁸⁵ Lembrando que pela Constituição de 1934, art. 123: “21) Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita da autoridade competente, nos casos expressos em lei. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao Juiz competente, que a relaxará, se não for legal, e promoverá, sempre que de direito, a responsabilidade da autoridade coatora [...] 23) Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer, ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares [militares] não cabe o *habeas corpus*. 24) A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os meios e recursos essenciais a esta”.

⁸⁸⁶ Com grafias Benites, Benitez, Benitz e Benits, nasceu a 23 de setembro de 1901, fichado como pintor (Pront. n.º 12.853, DEOPS/APESP). Em 1940 estava novamente detido na Ilha Anchieta (*Radiotelegrama n.º 175/40*, 30-09-1940, PEIA).

⁸⁸⁷ Nascido a 5 de abril de 1914, pront. n.º 77.854, DEOPS/APESP.

“iniciado” em outubro de 1920, quando tinha vinte anos, ganhava um novo capítulo quando, em 18 de junho, praticou uma “façanha” e estava sendo processado⁸⁸⁸. Passado algum tempo, tornou-se “paciente” de um pedido de habeas corpus:

Autos entrados em **8 de outubro de 1934** [segunda-feira]
n. 883 – Comarca da Capital – Aurora Benits e outras, impetrantes. João Benits e outros, pacientes.
Accordão: Accordam os juízes da Primeira Camara: que vistos relatados estes autos de “habeas corpus” n. 8.883, da Capital, em que são pacientes João Benits e outros e que segundo o pedido, se encontram no Presidio da Ilha dos Porcos – julgam prejudicado o mesmo pedido, **deante da informação prestada pela Chefia de Polícia, afirmando que ditos pacientes não estão presos nem no Gabinete de Investigações e nem naquella Ilha, hoje denominada Anchieta**. Custas, pelas impetrantes. São Paulo, **4 de outubro de 1934** [quinta-feira] – Paula e Silva, P. relator. – Campos Maia. – Hermogenes Silva – Theodomiro Piza. (grifo meu)⁸⁸⁹

Mas João foi encaminhado para fora da Ilha Anchieta em 28 de setembro, sexta-feira, em companhia de Apolinário Sarmiento⁸⁹⁰; enquanto seu irmão saiu no dia 1º de outubro, segunda-feira, em companhia do argentino Pedro Lontrato, conforme notificou a diretoria da Colônia Correccional ao chefe do GI, Francisco de Assis Carvalho Franco: “ordens foram cumpridas”⁸⁹¹. De fato, no dia 4 de outubro, quando a decisão foi proferida, nenhum dos irmãos se encontravam mais na ilha, mas fica evidenciado o “cinismo” do Estado (ARENDRT, 2012) em agir, primeiro, negando o local ou não o comunicando à família e, em segundo, evidenciando o caráter ilegal da manutenção dos irmãos Benites na Ilha Anchieta, sendo postos em liberdade provavelmente após o chefe de polícia inquirir reservadamente o chefe do GI.

Em relação aos outros dois citados, o espanhol Apolinario Sarmiento já havia passado pela Ilha dos Porcos por pelo menos sete dias em 1933⁸⁹², enquanto o argentino Pedro Lontrato possivelmente estivesse em sua primeira passagem⁸⁹³. Mas há uma coisa em comum

⁸⁸⁸ *Correio de S. Paulo* (SP), 23-02-1935, n.º 836, p. 8, HDB/FBN.

⁸⁸⁹ DOSP, 10-10-1934, n.º 222, p. 17.

⁸⁹⁰ *Radiotelegrama n.º 4/434*, 28-09-1934, do diretor Newton Santos para o chefe do GI, PEIA.

⁸⁹¹ *Radiotelegrama n.º 4/444*, 01-10-1934, do subdiretor José Basilio de Almeida para o chefe do GI, PEIA.

⁸⁹² Apolinario ou Apolinario, também tinha anotação de nomes “Elias Fernandes” e “Elias Fernandes Marciano”, possuía o RG n.º 220.013 e teve passagem entre 30-04-1933 a 07-05-1933, descrito como “Branco”, casado, 44 anos de idade, sabia ler e escrever, sem profissão e havia sido enviado pelas autoridades da capital nesta primeira detenção. Apolinario, dali alguns anos, teria um habeas-corpus negado pelo STF, “vencido o ministro Bento de Faria na preliminar de se não conhecer do “habeas-corpus” em período de Estado de Guerra”, então em vooga desde 1936 (*Correio Paulistano*, 05-05-1937, n.º 24.890, p. 23). Apolinário voltou a retornar a ilha em algum momento e de lá tornou a sair em agosto de 1940 (*Radiotelegrama n.º 40/40*, 14-08-1940, PEIA).

⁸⁹³ Interessante pontuar a história de Pedro porque levanta uma hipótese a respeito dos processos de expulsão e a relação com o gênero do expulsando ou da expulsanda, tema que necessitaria de uma revisão a parte da literatura sobre a temática. Segundo matéria do *Correio Paulistano* (25-01-1930, n.º 23.771, p. 20), Pedro foi expulso como espanhol em agosto de 1928, sendo novamente detido em dezembro de 1929 ao regressar ao país, o que poderia ocasionar mais dois anos de detenção uma vez que o ato não havia sido revogado. Entretanto, o juiz Waldemar Moreira impronunciou Pedro porque foi provado no processo não apenas que ele era argentino, mas como também pai de oito filhos brasileiros – o juiz aproveitava-se de uma outra decisão de 10 de janeiro daquele ano, no qual o ministro Muniz Barreto havia cassado a portaria de expulsão do português Eduardo Ignacio de Oliveira, por

pelo menos em três deles⁸⁹⁴: o posto em liberdade vinha por habeas corpus negados: além dos irmãos Benites, em 2 de outubro, Pedro teve seu pedido negado por unanimidade um dia após ser solto em Ubatuba⁸⁹⁵.

Todos os citados tornaram a ser detidos e impetraram outros pedidos de habeas corpus. E não tardou para que João e Francisco fossem novamente “capturados” em dezembro de 1934 – segue uma notícia comentada:

Captura de tres conhecidos batedores de carteiras

João Benites, vulgo “Malagueta”; Francisco Benites, vulgo “Paquito” e Bruno Tomei [que no Natal de 1933 também estava na Ilha dos Porcos, sob o nome “Bruno Toney”], conhecidos batedores de carteiras [ou seja, a leitora e o leitor que agora leem, mesmo que nunca soubessem de ambos, agora já terão o conceito que eles são “conhecidos” e “batedores de carteira”], com numerosas passagens pelo Gabinete de Investigações [passar a quem lê a noção de volumoso é essencial: segundo algumas matérias jornalísticas alguns possuem não apenas “dezenas”, mas “centenas” de passagens], ante-hontem, á tarde [ou seja, quarta-feira], intimados por um inspector da Delegacia de Roubos [ou seja, não houve flagrante, possível então que fosse apenas tentativa obter informações, de imputar um crime sobre os já fichados por serem facilmente localizados ou extorsão], a cargo do sr. dr. Cordeiro Galvão, desobedeceram o policial, procurando fazer escandalo [quem se sente injustiçado faz o que?].

Á noite, cerca das 23 horas, vários inspectores, chefiado pelo sr. Pedro Capua, sub-chefe daquela delegacia [era capitão e já havia comandado o Quartel de Pelotão de Escolta de Capturas], na occasião em que faziam a ronda, por diversos bairros da nossa cidade [construindo a impressão de que realmente vários inspetores se deslocavam sem motivo definido e que realmente era apenas uma “ronda”], encontraram com os referidos malandros [para àqueles que lêem acharem que só foi coincidência] em uma casa suspeita [ou seja, violação de domicílio] e os intimaram a comparecer á Delegacia de Roubos. Dessa vez os “valientes” espertalhões não fizeram resistência [além da exteriorização da masculinidade, como, com vários inspetores comandados pelo Capitão Cápua, às 23 horas da noite e após invasão de domicílio, teriam agido de outra forma?] e foram encaminhados ao Gabinete de Investigações.⁸⁹⁶

também possuir filhos brasileiros. Essas histórias são contrastantes com a expulsão da portuguesa Maria Beatriz, contada por Maria Izilda Santos de Matos (2014). Segundo Maria Izilda, Maria Beatriz foi detida e liberada em fevereiro de 1934 e menos de um mês depois o delegado de Costumes já havia concluído o inquérito e submeteu a 2 de março o pedido de expulsão, assinado em 2 de abril pelo ministro de Negócios Interiores. Mesmo com um parecer favorável do Consultor Jurídico do Ministério da Justiça a ré; mesmo que Maria Beatriz estivesse domiciliada há mais de 25 anos no Brasil e possuísse uma filha brasileira de 17 anos, que eram garantias constitucionais que vedavam a deportação; mesmo que fosse proprietária de um terreno no Tucurvi e sustentasse sua mãe com de 80 anos e dois sobrinhos órfãos, a lei brasileira não foi o suficiente: Maria Beatriz foi deportada como “indesejável” em 30 de janeiro de 1936 e as tentativas que seguiram até novembro de 1940, mesmo com novo parecer favorável de outro Consultor Jurídico, foram indeferidas.

⁸⁹⁴ Parto do pressuposto, que pode vir a ser contestado por outras fontes, que Francisco Benites é um dos “outros” pacientes, somando ao seu irmão João Benites que é citado nominalmente, em ação movida por “Aurora Benites e outras”.

⁸⁹⁵ *Correio Paulistano* (SP), 02-10-1934, n.º 24.086, p. 12, HDB/FBN. Citado habeas-corpus n.º 19.533. Em março de 1936, Pedro teve outro habeas-corpus (n.º 9.197) negado, junto a Moacyr Bittencourt, que também teve passagem pela Ilha dos Porcos em 1933.

⁸⁹⁶ *Correio Paulistano* (SP), 28-12-1934, n.º 24.160, p. 11, HDB/FBN.

Figura 65 - Pedro Cápua, “O Leão da Noite”



Fonte: *Correio de S. Paulo*, 20-08-1936, n.º 1.283, p. 8, HDB/FBN.

Francisco e João foram enviados novamente para a Ilha Anchieta em algum momento não identificado, saindo de lá em 20 de março de 1936⁸⁹⁷.

Já Rafael de Barros e Benedicto Francisco de Oliveira foram outros que estavam na Ilha Anchieta no segundo semestre de 1934, os quais a diretoria, seguindo novas ordens vindas da capital, encaminhou-os a Santos para que fossem postos em liberdade, respectivamente em 27 e 30 de outubro⁸⁹⁸. Benedicto⁸⁹⁹, que já havia passado pela Ilha dos Porcos em março de 1933⁹⁰⁰, em agosto foi noticiado junto a outros trinta e três “malandros e vadios que infestam a nossa capital” condenados a partir de um processo instaurado pelo delegado de Repressão à Vadiagem, Euzébio Egas Botelho, que dava “o edificante exemplo do trabalho” em uma “constante e severa campanha”⁹⁰¹. Segundo a notícia, Benedicto foi sentenciado a 15 meses de prisão, mas dois meses após a notícia foi posto em liberdade. Ainda no dia 7 de setembro, assim como teria o argentino Pedro, Benedicto teve seu pedido de habeas-corpus também negado de forma unânime pelos desembargadores da Côrte de Apelação do Tribunal de Justiça⁹⁰².

Poucos são os nomes citados nos radiotelegramas de 1934 e uma forma de conhecê-los é filtrar as saídas que ocorreram em janeiro e fevereiro de 1935, antes da primeira escolta

⁸⁹⁷ *Relação dos passageiros desembarcados em Santos*, 20-03-1936, Companhia Santense de Navegação, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – SP (Santos)/Arquivo Nacional, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.29042, p. 2.

⁸⁹⁸ *Radiotelegrama n.º 4/328*, 02-11-1934, do diretor Newton Santos para o delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

⁸⁹⁹ A primeira menção sobre Benedicto é de 9 de julho de 1930, quando com 23 anos, solteiro, morador do então “Jardim S’ Anna” (Rua Pedro Doll que provavelmente contava apenas com chácaras) e trabalhando como pedreiro na construção de uma Vila Militar na Cantareira, Benedicto foi despedido pelo seu patrão que possuía 50 anos, italiano e casado. Ao cobrar seu salário, “não pode ser atendido”, ocorrendo “acalorada discussão”. Então, o filho do construtor, também operário na obra, “agrediu a Benedicto”, que “vendo-se ameaçado pelos dois homens, defendeu armado contra os seus agressores”. O filho teve escoriações no braço e seu pai um corte na boca, enquanto Benedicto foi internado em estado grave na Santa Casa. Quem era o delegado de serviço na Polícia Central? Euzébio Egas Botelho – *Diário Nacional*, 09-07-1930, n.º 928, p. 2, HDB/FBN.

⁹⁰⁰ *Livro de registros*, PEIA.

⁹⁰¹ *Correio Paulistano*, 29-08-1934, n.º 24.057, p. 3, HDB/FBN.

⁹⁰² *Correio Paulistano*, 07-09-1934, n.º 24.065, p. 8, HDB/FBN.

com novos detidos aportarem na ilha. Dos 24 libertados nos dois primeiros meses daquele ano, pelo menos 14 tiveram passagem pela Ilha dos Porcos em 1933⁹⁰³.

É possível que o “sigilo recomendado [pela] policia, referentes atuaes detentos” recaísse sobre réus primários que foram indultados, mas que, ainda assim, permaneceram detidos ou foram alvos da Delegacia de Vigilância e Capturas. Os documentos comprovam frontalmente o caráter ilegal de parte dos cidadãos detidos na Ilha Anchieta pelas mais altas autoridades da polícia paulistana, fato que é agravado por ter sido praticado durante a vigência da Constituição de 1934, dita “democrática” e “constitucional” nos jornais e discursos de autoridades públicas. Os documentos, em conjunto, sugerem que nesse acordo e entendimento verbal o diretor Newton Santos, enfim, poderia ter sua mão-de-obra para execução das reformas feitas na ilha. É assim que começaram a chegar as “levas de trabalhadores”.

Curioso quando em 29 de dezembro de 1934, o delegado corregedor Emílio Castelar Gustavo regressou a Ilha Anchieta, aparentemente sem avisar. Enquanto o diretor Newton Santos estava na capital para a passagem de ano, tal como fez no ano de 1933, o subdiretor José Basílio de Almeida o comunicou em um rádio sem número:

Dr. Castelar chegou aqui dia 29 e seguiu para Ubatuba a 30. Tudo correu bem. Soube pelo Albuquerque que ele viajou hoje de regresso para a Capital.⁹⁰⁴

Com todo esse preâmbulo, é possível imaginar os sentidos de algumas mensagens-chaves que foram preservadas no acervo. Um desses indícios preservados datam de 8 de fevereiro de 1935, quando às 20h30 de uma sexta-feira, o major Newton Santos, em São Paulo, radiotelegrafou a José Basílio de Almeida, subdiretor em exercício na Ilha Anchieta. Pediu para José confirmar o número de soldados e presos e se necessitavam de alguma providência. Pediu que respondesse antes de meio-dia do dia seguinte, provavelmente por ter alguma reunião na capital⁹⁰⁵. Uma semana depois, quinta-feira, informou que

Tendo resolvido da melhor forma possível, seguirei amanhã **obsequio providenciar creado**. Secretario até fim semana visitará Colonia.
Abraços
Newton (grifo meu)⁹⁰⁶

⁹⁰³ Alfredo Bueno, Antonio José dos Santos, Antonio Vieira, Dantas Alberto Bruno, Francisco Donaire Junior, Francisco Silva Filho, João Gonçalves, José Antonio da Silva, José Faustino, José Gonçalves de Oliveira, José Raimundo da Silva, Lourenço Alencar, Oddon Franklin Duilio, Sylvio de Paula.

⁹⁰⁴ Radiotelegrama n.º 5/..., 02-01-1935, do subdiretor José Basílio de Almeida para o diretor Newton Santos, Municipal Hotel, São Paulo, PEIA.

⁹⁰⁵ Radiotelegrama de São Paulo, n.º 200, 28 palavras, 08-02-1935, hora: 20,30, PEIA.

⁹⁰⁶ Radiotelegrama de São Paulo, n.º 331, 32 palavras, 14-02-1935, hora: 13,24, PEIA.

“Obsequio providenciar creado”. É o único radiotelegrama em que tal termo (“creado”) aparece e sugestivo para indicar quais os tipos de relações estavam estabelecidos e qual a hierarquia social imposta. É possível que os ditos trabalhos domésticos realizados por civis detidos, tão recorrentes no Instituto Correcional (ICIA, 1942-1953), tenham sido iniciados pelo gaúcho e ex-eletricista major Newton Santos.

7.3 “Leva de trabalhadores” e lacuna documental (1935)

Ao mesmo tempo em que a ilha atuava sob “sigilo recomendado policia, referentes atuaes detentos” e recebia outros com conhecimento do Judiciário, as dinâmicas de 1935 voltaram com um marco de 1933: “levas” encaminhadas pela Delegacia Regional de Santos, outras à disposição da SSP e outras listas à disposição da Delegacia de Vigilância e Capturas para permanecerem “por tempo indeterminado” na Colônia Correcional. Provável que a aprovação da “Lei de Segurança Nacional”, em abril de 1935, tenha mais uma vez aprofundado a arbitrariedade e ilegalidade da polícia civil paulista.

Um evento simbólico em relação a Ilha Anchieta, e que merece atenção, ocorreu na transição do primeiro para o segundo semestre daquele ano e não foi possível obter mais informações justamente porque a outra parte envolvida diretamente nos acontecimentos, a Delegacia Regional, não possui sua parte das comunicações⁹⁰⁷ – em específico do delegado daquele período, Pedro de Alcântara de Carvalho Oliveira⁹⁰⁸.

⁹⁰⁷ O acervo da Delegacia Regional de Santos, em especial a parte de ofícios, possui também suas lacunas. Há ofícios para o segundo semestre de 1930, mas não há para o ano de 1931. Para 1932, o último ofício é de 30 de junho, nove dias antes das tropas paulistas iniciarem a guerra civil. Em relação a 1933, o quarto trimestre está em falta e para o ano de 1934 não há ofícios. Para o ano de 1935, os registros vão até maio, logo após a aprovação da “Lei de Segurança Nacional” (LSN). De forma inédita, 1936 é o único período em que todos os meses estão contemplados. Mas quando chega a 1937, os ofícios vão até o final de setembro, quando ocorre a divulgação do Plano Cohen no dia 30 daquele mês. Depois, 1938 possui apenas os meses de maio e junho, enquanto 1939 e 1940 já apresentam maior quantidade, com quase todos os meses contemplados. De 1941 em diante não há mais registros.

⁹⁰⁸ Pedro de Alcântara assumiu suas funções como delegado em 1º de abril de 1924 (*Ofício n.º 1.976*, 22-08-1933, caixa 520, Acadepol/APESP). Após ser delegado regional comissionado em Assis (DOSP, 27-09-1931, n.º 223, p. 2), Araraquara (DOSP, 23-10-1932, n.º 241, p. 2) e ser exonerado do cargo de delegado regional de Bauru (DOSP, 25-12-1932, n.º 289, p. 1). Segundo ele próprio, foi “demitido da policia de S. Paulo em consequência da Revolução Constitucionalista”, sendo ele o tema de “um artigo muito captivante escrito por Oswaldo Chateaubriand” (*Ofício n.º 143*, 11-01-1936, caixa 524, Acadepol/APESP). Segundo o próprio delegado, remeteu “armas e munições” para uma tropa em Ourinhos (*Ofício n.º 665*, 12-02-1936, caixa 524, Acadepol/APESP). Reintegrado à polícia, assumiu a Delegacia Regional de Santos em 20-08-1933, por decreto do interventor, cargo que voltou a ocupar em 01-05-1938, por ato do governador, e deixando o cargo novamente em abril de 1939. Nos anos 1930 teve passagens pelas delegacias especializadas de Segurança Pessoal e Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições e serviu como delegado comissionado na 1ª Circunscrição, em 1939. Interessante apontar que no mesmo período em 1939, Newton Feliciano de Santos, sem a designação de patente militar ou de *Bel.*, aparece como diretor do Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio Patrulha, porém “cargo exercido em comissão pelo Bel. Luiz Gonzaga Mendes de Almeida” (*Relatório das atividades da Policia Civil*, no exercício de 1939, Chefatura de Policia do Estado de São Paulo, São Paulo, 1940, p. 85, NEBH/APESP).

Figura 66 - Foto de Pedro de Alcantara Carvalho de Oliveira



Fonte: NBH/APESP, *Relatório* das atividades da Polícia Civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado, pelo Chefe de Polícia, Dr. João Carneiro da Fonte, São Paulo, 1940, p. 87.

Em 25 de janeiro de 1935, a Colônia Correccional da Ilha Anchieta possuía uma população encarcerada de 79 homens⁹⁰⁹ e com um contingente militar composto por apenas 15 praças⁹¹⁰ - até 8 de fevereiro pode-se calcular que o número de encarcerados chegou a 99⁹¹¹. Naquele ano, funcionários e familiares viveram longo período em alguns dos pavilhões, fato afirmado não apenas nas palavras do vigilante Flávio Bandeira, cujo “quarto [ficava] no anexo ao terceiro pavilhão”⁹¹², mas também na reclamação da Secretaria da Segurança Pública⁹¹³ e em uma ordem emanada do próprio diretor Newton Santos para que os pavilhões fossem desocupados⁹¹⁴.

À primeira vista, pelas comunicações, o primeiro semestre daquele ano houve intenso fluxo de liberdades concedidas e algumas novas “levas”, como chamavam desde o ano anterior, intercalado com pedidos de reforço militar – e a concreta perda sucessiva de militares para outros destacamentos. Enquanto isso, a precariedade aprofundava-se para um cenário de caos. A farmácia estava “completamente desprovida de medicamentos”⁹¹⁵. Faltava peças básicas de roupas para os detidos e funcionários⁹¹⁶ e a administração ainda passava por falta de materiais de expediente⁹¹⁷. Como se não bastasse o baixo efetivo militar e de vigilantes, passaram a conviver com a iminência de um apagão elétrico “de uma hora para outra”, por sua

⁹⁰⁹ Radiotelegrama n.º 5/50, 25-01-1935, PEIA.

⁹¹⁰ Radiotelegrama n.º 5/59, 01-02-1935, PEIA.

⁹¹¹ Radiotelegrama n.º 5/71, 08-02-1935, PEIA.

⁹¹² Relato de Flavio Bandeira ao diretor Newton Santos, 26-04-1935, PEIA.

⁹¹³ Ofício n.º 7.740, 06-06-1935, do secretário da SSP para o diretor Newton Santos, PEIA.

⁹¹⁴ Radiotelegrama n.º 24, 08-10-1935, do diretor Newton Santos, em São Paulo, para o subdiretor José Basílio de Almeida, PEIA.

⁹¹⁵ Radiotelegrama n.º 5/308, 24-04-1935, do diretor Newton Santos para o diretor geral da SSP, Basileu Garcia, PEIA.

⁹¹⁶ Radiotelegrama n.º 5/299, 22-04-1935, do diretor Newton Santos para o diretor do almoxarifado da SSP, PEIA.

⁹¹⁷ Radiotelegramas n.º 5/349, 09-05-1935 e n.º 5/353, 12-05-1935, PEIA.

rudimentar usina funcionar com um dínamo “bastante avariado”⁹¹⁸. Ainda, o único fogão da cozinha estava “completamente inutilizado”⁹¹⁹, a falta de gêneros alimentícios era agravada pelas remessas incompletas, deterioradas ou atrasadas, levaram não apenas o diretor a ser convocado pelo secretário da Segurança Pública para detalhar a situação ao Departamento Geral⁹²⁰, mas também fez com que a administração recorresse às casas comerciais de Ubatuba e ao ubatubense Deolindo de Oliveira Santos⁹²¹. “Com o Almojarifado com falta absoluta dos artigos”, havia falta de arroz, feijão, farinha de trigo, carne seca, café e açúcar, o que levou a pedidos para que os itens fossem remetidos com “maxima urgencia”, “afim de cessar os embaraços que nos tem causado a falta de alimentos para o abastecimento desta Colonia”⁹²².

Em um determinado momento, com o passar de semanas e ainda com “o almojarifado desta Colonia desprovido de generos alimentícios”, passaram a consumir os “viveres”, provavelmente os porcos e galinhas mantidos com dificuldades há meses devida a falta constante de farelo, levando a uma situação em que só havia o suficiente para “dois dias”. A desolação aumentou quando “Lancha Santense hoje entrada neste porto não trouxe mercadorias” e se aprofundou quando um vigilante, enviado a Ubatuba para “procurar generos”, retornou com a informação que os “negociantes não tem stock sufficiente para fornecer”⁹²³. É possível imaginar que, além do racionamento que deve ter atingido a todos, já que funcionários e militares também dependiam das remessas vindas da capital, a população encarcerada tinha uma ração diária ainda mais restrita.

Em relação a prática iniciada em 1934 entre a Colônia e a Delegacia de Vigilância e Capturas, esta foi mantida: a diretoria informava os presos que seriam postos em liberdade e perguntava se havia algum “impedimento” ou “inconveniente” para o ato⁹²⁴. Entretanto, a

⁹¹⁸ *Radiotelegrama n. 5/283*, 17-04-1935, do diretor Newton Santos para o delegado regional de Santos, Pedro de Alcantara Carvalho de Oliveira, PEIA.

⁹¹⁹ *Radiotelegrama n.º 5/297*, 22-04-1935, do diretor Newton Santos para a Passos & Carvalho Cia., PEIA.

⁹²⁰ *Radiotelegrama n.º 5/393*, 23-05-1935, do diretor Newton Santos para o secretário da SSP Arthur Leite de Barros, PEIA.

⁹²¹ *Radiotelegrama n.º 5/408*, 29-05, 1935, do subdiretor José Basílio de Almeida para Deolindo de Oliveira Santos, PEIA. “Capitão” Deolindo foi delegado, pelo menos, em 1934; era irmão do “coronel” Ernesto Gomes de Oliveira, primeiro prefeito de Ubatuba. O filho de Ernesto, Washington de Oliveira (conhecido como “Filhinho”), também foi prefeito de Ubatuba, entre 1936-1938 e trabalhou como farmacêutico na Colônia Correccional em novembro de 1935 (*Oficio*, 16-11-1935, de Washington de Oliveira para o diretor Newton Santos, PEIA).

⁹²² *Radiotelegrama n.º 5/379*, 17-05-1935, do diretor Newton Santos para o diretor geral da SSP, Basileu Garcia, PEIA; *Radiotelegrama n.º 5/388*, 19-05-1935, do diretor Newton Santos para o secretário da SSP, Arthur Leite de Barros, PEIA.

⁹²³ *Radiotelegrama n.º 5/411*, 30-05-1935, 14 horas, do subdiretor em exercício José Basílio de Almeida para o secretário da SSP, Arthur Leite de Barros, PEIA.

⁹²⁴ Tais como os “indivíduos Anthero Augusto, Benedicto José da Silva e Durval Ramos Costa” (*n.º 5/224*, 02-04-1935, PEIA); “indivíduos: Albertino Marques dos Santos, José Albertino dos Santos, João Pereira da Silva, Oscar Fortunato” (*n.º 5/284*, 18-04-1935, PEIA); “indivíduos: Anísio de Moraes, Antenor Augusto de Campos, Benedicto de Sousa Lima e Horácio José Mathias (*n.º 5/334A*, 02-05-1935, PEIA); “indivíduos: Antonio Sinhasiski, Joaquim Affonso Siqueira, João Baptista Lisboa, José Bueno, Sergio Ribeiro” (*n.º 5/350*, 10-05-1935,

flutuação quantitativa não é o destaque do primeiro semestre, apenas o número absoluto que restou em determinado momento, ou melhor, o ato e motivo que o zerou, que se relaciona diretamente ao período sob “sigilo”.

Em 14 de março de 1935, o diretor Newton Santos enviou um radiotelegrama ao secretário da Segurança Pública, Christiano Altenfelder Silva:

Levo ao conhecimento de V. Excia. que soube por fonte fidedigna que o meritíssimo Juiz da Comarca de Ubatuba, tenciona fazer nesta Ilha uma inspeção de caráter oficial.⁹²⁵

Sugestivos os dois elementos componentes da relação social e política em cena, tal como o *segredo* e a *lealdade*, atores e relações que se movimentam sob a hierarquia e funcionalidade das instituições, permitindo a antecipação e manipulação dos eventos que dali poderiam ocorrer. A questão poderia ser interpretada pela aparência do aviso, talvez algo corriqueiro no cotidiano burocrático e maquiador das instituições, se não fossem alguns outros movimentos que compõem o cenário⁹²⁶.

Entre abril e junho os radiotelegramas expressam certa continuidade no modo de operação da instituição penal. Ainda com o “destacamento completamente desfalcado”, “insuficiente para satisfazer serviços internos desta colônia”, Newton Santos reforçou a Antonio Braulio de Mendonça Filho a “conviniencia que a remessa de novos detentos para esta colônia seja feita o mais breve possível”. Afinal, o diretor, que naquele momento observava o pôr-do-sol na frente do presídio, era “confiante na costumada e reconhecida boa vontade de V. S. com o que se refere a esta Ilha”⁹²⁷.

Questão é que, em maio, surgiu um fato até então novo. No dia 7, uma terça-feira, o delegado de Ubatuba avisou que, por ordem de Antonio Braulio, o diretor deveria providenciar para aquele mesmo dia, “as 9 horas”, provavelmente da noite, uma escolta na Praia Grande para condução de “dez presos que devem chegar da capital”. Informou ainda que “deveria ir a essa ilha o Dr. Paulo Filho, em missão especial da Delegacia de Vigilancia e Capturas”⁹²⁸. Com essa escolta foram, na verdade, 17 “presos”, com pelo menos 11 deles com

PEIA); “indivíduos: Alfredo Bueno, Antonio Vieira, Benedicto Paulino dos Santos, David de Oliveira, Pedro Paula da Silva, todos com quasi 6 mezes de reclusão nesta Colonia” (n.º 5/386A, 19-05-1935, PEIA).

⁹²⁵ Radiotelegrama n.º 5/181, 25-03-1935, PEIA.

⁹²⁶ É possível que o interesse tenha surgido a partir de uma fuga ocorrida em janeiro de 1935 e que chegou ao conhecimento do juiz da Comarca de Ubatuba.

⁹²⁷ Radiotelegrama n.º 5/262, 10-04-1935, 17 horas, do diretor Newton Santos para o delegado de Vigilancia e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

⁹²⁸ Ofício manuscrito n.º 61, 07-05-1935, do delegado de polícia de Ubatuba para o diretor Newton Santos, PEIA.

passagem pela Ilha dos Porcos em 1933, todos “à disposição” daquela delegacia e com reclusão “por tempo indeterminado”⁹²⁹.

Figura 67 - Ilha Anchieta e localização da Enseada e da Praia Grande⁹³⁰



Fonte: *Google Earth*. Imagem editada pelo autor.

Figura 68 - Ubatuba em 1930



Fonte: Museu Histórico Prof. Paulo Camilher Florençano. Fotografia de Paulo Camilher Florençano. Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico (DPMAH) de Taubaté-SP.

Legenda do autor: 1 – Praia do Cruzeiro; 2 – Praia do Itaguá; 3 – Praia Grande; 4 – Ilha dos Porcos.

⁹²⁹ *Ofício n.º 7.388*, 03-05-1935, do delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho para o diretor Newton Santos, PEIA.

⁹³⁰ A travessia até a Enseada era mais segura e mais curta do que uma tentativa até a Praia Grande, principalmente por ser em canoa e passar pelo mar aberto. Porém, uma travessia a noite no “Boqueirão” poderia ser ainda mais problemática, devido aos costões rochosos de ambos os lados.

Esta é a única transferência identificada de detidos que tenha utilizado esse modo de deslocamento durante o período do recorte desta pesquisa e não há informação de alguma greve em andamento em Santos naquele momento. Alguns indícios devem ser apontados: primeiro, se o embarque seria na Praia Grande, à época uma área não habitada e cuja toda aquela região era chamada de “sertão”, é um indício objetivo de que a Delegacia de Vigilância e Capturas fez um deslocamento atípico via terrestre por São Luiz do Paraitinga; segundo, a lancha do presídio estava avariada e necessitava de reboque até Santos⁹³¹, o que indica que a travessia até a ilha ocorreu com canoas ou com “batelões”, canoa maior que necessitava de até quatro ou cinco canoieiros⁹³²; terceiro, é importante apontar que, em geral, realizar a travessia pela Praia Grande implicaria em lidar com uma região de mar aberto, dificultando a operação, diferente de quando realizada pelas canoas da Enseada, cujo próprio nome já sugere um ponto de partida mais abrigado das intempéries – e como dito anteriormente, uma travessia à canoa entre a Enseada e a Ilha Anchieta levava cerca de duas horas (NEVES, 2014; VIANNA, 1986), podendo supor que uma travessia até a Praia Grande, devida à maior distância e a condição de “mar aberto”, pudesse implicar em um gasto maior de tempo; quarto, é possível constatar também que radiotelegramas enviados à noite ou de madrugada não eram recebidos, nos casos preservados, na mesma hora, sendo anotados apenas no período da manhã do dia seguinte, com o início dos turnos da Força Pública; quinto, então é provável que, quando o delegado de Ubatuba enviou uma mensagem no dia 7, recebida no dia 7 e informando o horário de “9” e com “devem chegar da capital” – indicando que não pernoitaram em Ubatuba – necessitaria que a escolta saísse à noite de São Paulo e viajasse até Ubatuba por uma estrada extremamente precária: lembrando que só de Taubaté até o centro de Ubatuba, na década de 1940, gastava-se cerca de 5 horas, reforçando a hipótese que fizeram o deslocamento no período diurno e a travessia para a Ilha Anchieta à noite. É provável que, se de manhã, as canoas da Colônia tenham chegado com algum atraso até o ponto de encontro, contabilizando o tempo até ser lido o radiotelegrama e providenciar os “batelões” e seu deslocamento. É possível também supor, no caso noturno, que a travessia pela Praia Grande fosse preferível a uma saída do bairro da Enseada, vez que por esta era necessário cruzar a região do “Boqueirão” à noite, uma estreita passagem com pouco mais de 500m, ladeada por costões rochosos.

⁹³¹ *Radiotelegrama n.º 5/220*, 01-04-1935, de remetente não identificado para o secretário da SSP, Christiano Altenfelder Silva, PEIA.

⁹³² Em apenas um documento há a menção ao uso do “batelão”, solicitado pelo médico da Colônia Correccional, com um dia de antecedência. A diferença entre canoa e batelão é explicada pelo ex-diretor Paulo Vianna (1986, p. 21).

Em junho, outra escolta da mesma delegacia encaminhou outros dez que simplesmente deveriam “ficar ahi recolhidos”⁹³³, com sete deles já com passagem pela Ilha dos Porcos em 1933 e um em 1934. Um mês mais tarde, Paulo de Oliveira Filho⁹³⁴ redigiu uma carta para Newton Santos após a visita:

Caro Major Newton

Saudações efusivas.

Só agora posso escrever-lhe, mais detidamente, o que faço com prazer, dando-lhe noticias acerca dos resultados de minha ultima viagem ao Presidio [...].

Do meu relatório, a respeito, onde tive oportunidade de salientar a sua benéfica actividade, envio-lhe uma copia. Verbalmente, tambem, tenho procurado esclarecer, sempre que se apresenta occasião, **a necessidade de ser aceito e posto em execução o decreto de reforma, de sua autoria**, que corresponde ás necessidades decorrentes do aperfeiçoamento do regime correccional ahi instituído. O officio do Dr. Delegado de Vigilancia e Capturas, meu presado chefe, ao Dr. Director do Gabinete de Investigações (copia inclusa) demonstra como foi recebido meu trabalho. No entanto, senti não ter a autorização sua para juntar a elle, em carcter definitivo, a copia do seu já aludido projecto.

Pedi ao presado Director, por um radio, vistas photographicas da Ilha, não será possivel attender-me?

Estou organizando, como lhe falei, um cadastro geral dos presos dahi. Enviar-lhe-ei uma segunda via, com detalhes da situação de cada recluso. Poderá assim, o illustre Major, não só avaliar o gráo de periculosidade de cada um, como, ainda, **governar-se a respeito da conveniência de sua maior ou menor permanência como elemento útil ao desenvolvimento desse aprazível local.**

Devolvo os documentos que me confiou. **Seguem “braços” e, póde estar certo, que, á medida do possivel, outros irão auxiliá-lo nos empreendimentos que vae levando a cabo com tenacidade e exodo.**

Por hoje é só. Espero sua apreciação a respeito dos meus esforços. [...]

E, sem mais, aceite protestos de alta estima e elevada consideração do amigo certo, Paulo de Oliveira F [grifo meu, aspas em “braços” no original]⁹³⁵

Os “braços” comentados por ele eram mais 15 brasileiros e imigrantes enviados pela Delegacia de Vigilância e Capturas, à disposição daquela delegacia e que permaneceriam por “tempo indeterminado”⁹³⁶, dos quais ao menos três já tinham passagem pela Ilha dos Porcos em 1933 e se juntariam a outros 32 já lá reclusos com passagem naquele mesmo ano. O excerto deixa evidente a iniciativa levada adiante por Antonio Braulio de Mendonça Filho e, no mínimo, com anuência do chefe do Gabinete, Francisco de Assis de Carvalho Franco, em utilizar

⁹³³ *Ofício n.º 9.977*, 06-06-1935, do delegado de Vigilância e Capturas, Antonio Braulio de Mendonça Filho para o diretor Newton Santos, PEIA.

⁹³⁴ Ex-delegado efetivo de Ariranha, foi delegado comissionado em Bananal entre outubro de 1934 a janeiro de 1935 (DOSP, 10-10-1934, n.º 222, p. 4; 20-01-1935, n.º 17, p. 6). Retornando a Ariranha, foi depois e por pouco tempo posto como delegado comissionado em Santo André, sendo declarado delegado adido a Delegacia Regional de Santos em março de 1935 (DOSP, 17-03-1935, n.º 63, p. 3). Em abril de 1935, o antes chamado de “bel.” e chamado agora de “dr.”, aparece na escala de delegado plantonista noturno na Policia Central (DOSP, 28-04-1935, n.º 97, p. 5). Veremos mais a frente que, ao sair da capital, voltou a ser chamado de “bel.”.

⁹³⁵ *Carta*, 07-07-1935, de Paulo de Oliveira Filho para “Major Newton”, recebida na Colônia em 10-07-1935, n.º 241, PEIA.

⁹³⁶ *Ofício n.º 11.938*, 06-07-1935, de Paulo de Oliveira Filho, “pelo Delegado de Vigilancia e Capturas”, para o diretor Newton Santos, PEIA.

cidadãos detidos na capital para execução de obras, através de trabalho forçado, tal como feito na construção da estrada em 1933. No mais, o excerto também deixa evidente que os “reclusos” na ilha continuavam sem ficha, prontuário e que não tinham sido condenados – além do próprio “decreto de reforma” de autoria de Newton Santos, reforçando a motivação daquele diretor em adaptar aquele local para uma maior exploração do trabalho dos “braços”.

Seguindo a dinâmica de 1934, sobre o “sigilo referentes atuaes detentos” e todo o “entendimento verbal” entre Bráulio e Newton Santos, cabia ao diretor definir sobre a “permanência” daquele “braço” que considerasse “elemento útil”⁹³⁷. Interessante apontar ainda que apenas a partir de maio de 1935 é que as “levas” passam a constar que para lá iam por “tempo indeterminado”, um mês após Getúlio Vargas sancionar a “Lei de Segurança Nacional”, o que não justifica a atitude arbitrária e inconstitucional para com aqueles cidadãos detidos.⁹³⁸

Mesmo com as recentes “levas”, o diretor Newton Santos ainda as via como insuficientes. Por isso, o pedido também foi feito ao recém empossado secretário da Segurança Pública, Arthur Leite de Barros:

Tenho a honra de comunicar a V. Excia que esta epocha apropriada iniciarmos serviços preparo culturas este anno. **Infelizmente falta braços** estamos diversos trabalhos parados. Serviços construções continuam regularmente. Solicito a V. Excia o **obsequio determinar seja aumentado numero detentos, sufficiente podermos produzir com maior eficiencia** em beneficio Estado. (grifo meu)⁹³⁹

Se ainda a mão de obra era uma preocupação, tal como foi durante a construção da estrada na Serra do Mar em 1933 e no primeiro semestre de 1934, em junho e julho de 1935 a diretoria passou a agir de maneira diferente em relação à soltura, libertando-os também em Ubatuba. Se em um primeiro momento a maioria era enviada a Santos para ser libertada ou encaminhada à delegacia da capital, além das consultas junto ao Gabinete de Investigação foi comentada a seguinte ordem:

Tenho a honra de passar as mãos de V. S. o incluso protocollado n° 13925 – classificação U-93 letra U, da delegacia de policia de Ubatuba, com a seguinte informação: informo a essa Directoria que os detentos, mandados pôr em liberdade pelas autoridades competentes, são apresentados por um funcionário desta Colonia ao

⁹³⁷ Essa prerrogativa do diretor conceder a liberdade, vista em 1935 e 1934, também ocorreu em 1933, sendo noticiada essa prática em acordo com o então delegado de Vigilância e Captura, Augusto Gonzaga, mesmo delegado que havia feito a sindicância sobre o “levante” de março daquele ano. Segundo a reportagem, “a Delegacia de que nos ocupamos recebeu, hontem, alguns correccionaes que, em virtude do comportamento recommendavel revelado naquella casa de detenção, ganharam a liberdade, aliás, de accordo com o entendimento havido entre o major Newton Santos, director do presidio e o dr. Augusto Gonzaga, que dirige a Delegacia respectiva. Esse entendimento, sobremodo intelligente, dá como resultado, por vezes, a regeneração dos muitos delinquentes primários e, mesmo, de alguns outros que não o sejam” – *Correio de S. Paulo*, 03-06-1933, n.º 301, p. 8, HDB/FBN.

⁹³⁸ BRASIL, Lei n.º 38, 04-04-1935.

⁹³⁹ Radiotelegrama n.º 5/465, 20-06-1935, PEIA.

sr. Delegado de policia de Ubatuba, **deixando de fazer por escrito**, em virtude de ordens superiores. (grifo meu)⁹⁴⁰

Se no início do ano a direção pedia mais “detentos” para “produzir com mais eficiencia”, em julho, e com o diretor Newton Santos ainda em São Paulo, a direção começou a comunicar sucessivas solturas a Delegacia de Taubaté, solicitando que a mesma informasse a Delegacia de São Luiz do Paraitinga⁹⁴¹. Em 10 de julho, doze foram libertados⁹⁴².

No dia 12, o diretor enviou uma mensagem ao subdiretor:

Urgentissimo – Peço informar se conseguiu mandar alguns presos pela lancha [ilegível]. O restante pode mandar metade pela Santense dia 18 e outra metade pela do dia 21. Neste interim podeis ir soltando diariamente um dos mais velhos.⁹⁴³

Em 13 de julho, outros dez⁹⁴⁴ e dia 15 mais cinco⁹⁴⁵. Eis que, por fim, “foram transportados últimos presos existentes nesta Colônia”⁹⁴⁶. Em 16 de julho, terça-feira, os últimos sessenta foram enviados a Santos às 4 horas da manhã⁹⁴⁷, a bordo do navio *Aspirante Nascimento* da Cia. Lloyd Brasileiro^{948 949}. E ainda, os acompanharam 27 praças e o 2º sargento, quase todo efetivo do destacamento, acompanhados de um vigilante⁹⁵⁰. A pergunta feita pelo subdiretor José Basílio de Almeida⁹⁵¹ ao diretor aparenta certa surpresa: “Serviços construções requerem muitos trabalhadores. Como vamos continua-los?”⁹⁵². Em seis dias, ao mínimo 27 foram libertados e outros 60 foram transferidos⁹⁵³. Curiosamente, três dias depois, “por uma carta endereçada ao juiz da 1ª vara criminal, foi solicitado um habeas-corpus em favor de cerca de 60 presos que se encontram na Ilha Anchieta por ordem da Delegacia de Vigilância e

⁹⁴⁰ *Radiotelegrama n.º 5/427*, 12-06-1935, PEIA.

⁹⁴¹ Por enquanto não há registro de avisos da Colônia a Delegacia de Taubaté em outros períodos que não este. Não se sabe, por enquanto, onde estes eram de fato libertados. Não se sabe também seus nomes, conforme era praxe nas consultas do presídio junto ao Gabinete de Investigações.

⁹⁴² *Radiotelegrama n.º 5/521*, 10-07-1935, PEIA

⁹⁴³ *Radiotelegrama n.º 251*, 12-07-1935, 14h40min., do diretor Newton Santos, em São Paulo, para o subdiretor José Basílio de Almeida, PEIA.

⁹⁴⁴ *Radiotelegrama n.º 5/539*, 13-07-1935, PEIA

⁹⁴⁵ *Radiotelegrama n.º 5/545*, 15-07-1935, PEIA

⁹⁴⁶ *Radiotelegrama n.º 5/550*, 16-07-1935, PEIA

⁹⁴⁷ Até o momento e levando em conta toda pesquisa já feita no PEIA, este é o primeiro relato de atividade marítima de escolta e transferência que tenha ocorrido no período noturno.

⁹⁴⁸ *Radiotelegrama n.º 5/546*, Urgente, 16-07-1935, PEIA

⁹⁴⁹ Em 1905, chamava-se “Oiapoque” e já pertencia a frota do Lloyd Brasileiro, classificado como confortável e de boa velocidade (ALMEIDA, 1968, p. 237). Em julho de 1935, quando fez a viagem, ainda pertencia a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

⁹⁵⁰ *Transportes efectuados pela Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro* a Secretaria da Segurança Publica do Estado de São Paulo, 3ª via, 23-07-1935, PEIA. Foram 87 passagens de 3ª classe e 2 de 1ª classe.

⁹⁵¹ A primeira referência com o nome completo do citado subdiretor é datada de março de 1935: “José Basílio de Almeida, sub-diretor, brasileiro, com 41 anos de idade, casado” (*Radiotelegrama n.º 5/128*, 04-03-1935, PEIA).

⁹⁵² *Radiotelegrama n.º 5/551*, 16 -07-1935, PEIA.

⁹⁵³ O sargento Benedito foi o comandante da escolta e possuía “instruções completas maneiras agir”, ainda não sendo possível determinar se estes 60 foram postos em liberdade em Santos ou se permaneceram presos no continente.

Capturas”⁹⁵⁴ – segundo a notícia, de 21 de julho, o juiz solicitou informação ao secretário da Segurança que, provavelmente, deve ter respondido que os citados pacientes não se encontravam presos na Ilha e nem sob custódia da polícia.

Dos 73 detidos encaminhados para a Colônia Correccional da Ilha Anchieta em 1935, pelo menos 34 tinham passagem em 1933 e um outro já havia estado no segundo semestre de 1934. A visita do juiz de Ubatuba ocorreria até o fim daquele mês e nenhum brasileiro ou imigrante ocupava os seus pavilhões.

Paralelamente a toda essa movimentação que ocorria na ilha, no dia 24 de julho, na capital, o deputado Romeu Campos Vergal, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e eleito pela Coligação Proletária, fez o seguinte requerimento:

pedindo informações ao sr. Secretario da Segurança Publica relativamente a ter sido enviada, para a Ilha dos Porcos, hoje Anchieta, uma leva de trabalhadores [...] Requeiro, [...] se peçam informações ao sr. Secretario da Segurança Publica, relativamente aos motivos e quaes os dispositivos legais em que se fundamentam aquella autoridade publica para enviar, sem culpa formada e sem sentença judiciaria nem processo, uma leva de trabalhadores para a conhecida Ilha dos Porcos, hoje Anchieta.⁹⁵⁵

Por falta de quórum o requerimento não foi votado em duas ocasiões, sendo finalmente apreciado e aprovado três dias depois⁹⁵⁶. A resposta foi lida no plenário da ALESP em 20 de agosto, quase um mês depois. O superintendente de Ordem Política e Social, Egas Botelho, afirmou que “não se deu remessa de nenhum preso de ordem politica nem de ordem social para aquella Ilha” e que se tratava de “boatos” do jornal *A Platéia*. Encaminhou ainda mais duas respostas: a Delegacia de Ordem Social informou que “nenhum preso e muito menos nenhuma “leva de trabalhadores” foi encaminhada para o Presidio da Ilha Anchieta”, enquanto a Delegacia de Ordem Política reforçou que “nenhum preso, tão pouco “leva de trabalhadores”, foi encaminhada á Ilha Anchieta por esta Delegacia”^{957 958}.

Voltando a ilha, nos radiotelegramas daquele ano há menção a dois membros do judiciário: em fevereiro foi citado José Aristides de Moraes, promotor público em Ubatuba⁹⁵⁹; já em outubro, dentre as últimas comunicações que saíram da ilha e que foram preservadas,

⁹⁵⁴ *Correio Paulistano* (SP), 21-07-1935, n.º 24.334, p. 7, HDB/FBN.

⁹⁵⁵ DOSP, n.º 170, 25-07-1935, p. 14.

⁹⁵⁶ DOSP, n.º 173, 28-07-1935, p. 15.

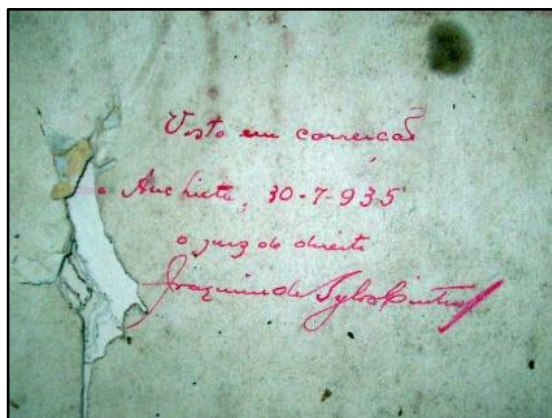
⁹⁵⁷ DOSP, n.º 192, 21-08-1935, p. 15.

⁹⁵⁸ Não foi possível atestar a ação das delegacias de Ordem Política e Ordem Social para aquele ano, por dois motivos: 1) assim como em 1933, quando a Ordem Social enviava algum aprisionado a ilha, todo o trâmite era feito pela Delegacia de Vigilância de Capturas ou via ordem do GI, portanto os radiotelegramas enviados de 1935 (PEIA) não mencionam as citadas delegacias; 2) mesmo em 1933, quando essas transferências ocorriam, não há um radiotelegrama que demonstre isso e é possível identificar a prática apenas através de alguns prontuários (DEOPS).

⁹⁵⁹ *Radiotelegrama n.º 5/109*, 24-02-1935, PEIA.

mencionam o juiz de direito “Joaquim Sillos Cintra”⁹⁶⁰. A resposta parcial ao evento da visita do juiz é respondida pelo verso rasgado e deteriorado do livro de registros, mencionado na primeira parte desta Tese:⁹⁶¹

Figura 69 - “Visto em correição Ilha Anchieta, 30-7-935 o juiz de direito Joaquim de



Fonte: Livro de registros, PEIA.

Em seis dias, 87 aprisionados foram retirados da ilha. Menos de duas semanas depois, o juiz Joaquim de Sylos Cintra a vistoriou. Provavelmente um dia ou até no mesmo dia finda a inspeção, o diretor Newton Santos enviou o sugestivo radiotelegrama ao delegado regional de Santos:

Para os devidos fins comunico-vos que o Meretissimo Juiz Comarca Ubatuba, viajou esta Colonia em caracter oficial, tendo aqui permanecido por espaço de trez dias, levando de tudo optima impressão. **Afim de reiniciarmos nossos trabalhos, solicito vossos bons officios no sentido de serem encaminhados novas levas de trabalhadores** (grifo meu).⁹⁶²

Com a diminuição dos radiotelegramas preservados ao longo do segundo semestre, os que restaram trazem poucos indícios do que estava ocorrendo na ilha. Outros, são, no mínimo, curiosos, como esta mensagem do chefe do Gabinete de Investigações para Newton Santos, no qual se demonstra um colecionador de objetos raros, poucos dias após a visita do juiz:

Não interessa pois tenho coleção. **Interessa o documento manuscrito século desesseis prometido.** Abraços e agradecido.

⁹⁶⁰ Radiotelegrama n° 5/752, 12-10-1935, PEIA.

⁹⁶¹ Natural de Santa Cruz das Palmeiras (SP), formou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em 1929. Ingressou como Juiz Substituto em 1933, exercendo suas funções nas Comarcas de Ubatuba, Monte Aprazível, São Manuel, São José do Rio Preto e Campinas; na capital, foi Juiz Presidente do Tribunal do Juri e da Vara das Execuções Criminais. Nomeado desembargador em 1949, foi presidente do TJ-SP no biênio 1962/1963 e governador estadual substituto entre agosto a outubro de 1962. Aposentou-se em 1970, como Presidente da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça, e, igualmente, do TRE-SP.

⁹⁶² Radiotelegrama n° 5/576, 02-08-1935, PEIA.

Carvalho Franco.(grifo meu)⁹⁶³

O único movimento mais preciso foi em 27 de agosto, quando o secretário da Segurança Pública, Arthur Leite de Barros visitou a Colônia⁹⁶⁴ e, depois, em Santos, esteve para “descanso” e “entretido palestra com o dr. Pedro de Oliveira e altos funcionarios da policia santista”⁹⁶⁵, sendo noticiado com mais informações somente um mês mais tarde e por um jornal carioca:

Quando lhe perguntámos **qual o objetivo de sua visita, feita assim inesperadamente, o Sr. Leite de Barros limitou-se a sorrir**, dizendo:

- Apenas queria conhecer e percorrer a ilha, para ter uma idéa de como, em caso de necessidade, poderíamos adoptal-a a novos fins. Valeu bem o esforço de desenvolvemos até atingir a ilha solitária, pois o conjunto humano que ali se formou merece bem uma visita. Ela é um encanto para a vista, e tem alguns panoramas belíssimos. Tive a satisfação de encontrar-a perfeitamente calma, com funcionarios e detentos entregues aos seus affazeres. Verifiquei que as condições de salubridade são boas e que, em these, poder-se-ão admittir as razões já enunciadas por diversos technicos, que aconselham a installação ali de reformatórios e institutos correccionaes.

- Mas não é o governo que está cogitando de certas reformas na ilha, com aquelle objetivo [acolher as classes extremistas que provocam agitações na capital]?

- Até agora não partiu do governo nenhuma medida em tal sentido. Temos é verdade um relatório do major Newton Santos, que chefia os serviços da ilha, o qual sugeriu que se enviassem para lá os inadaptados ao regime severo da Penitenciaria e se levasse mais longe o plano de remodelação instalando na Ilha Anchieta um reformatório e um instituto correccional. [...] Mas tudo isso é projecto e só o futuro dirá se a ilha pitoresca será dotada desses melhoramentos. (grifo meu)⁹⁶⁶

Em setembro, houve troca no comando do destacamento, que passou a ser exercido por um “tenentista”, o tenente integralista da Força Pública, Hely Câmara.⁹⁶⁷

Mas em 8 de outubro, o diretor enviou de São Paulo um radiotelegrama ao subdiretor solicitando que os pavilhões e demais dependências do presídio que estivessem sendo utilizadas como residências pelos familiares de funcionários fossem desocupadas, o que pode indicar que, enfim, as novas “levas” chegariam⁹⁶⁸. Apesar das lacunas nos documentos de 1935, em 11 de dezembro a Delegacia Regional de Santos encaminhou uma “turma” com 20 nomes, com uma nota assinada pelo próprio delegado Pedro de Alcantara:

Meu caro Major Newton:

Para passar uma temporada ahi, afim de ajudar os seus trabalhos, mando-lhe uma turma de “trabalhadores” constante da lista junta.

⁹⁶³ *Radiotelegrama n.º 202*, 04-08-1935, 15h45min., do chefe do GI, Francisco de Assis Carvalho Franco, para o diretor Newton Santos, PEIA.

⁹⁶⁴ *Radiotelegrama n.º 5/639*, 29-08-1935, PEIA.

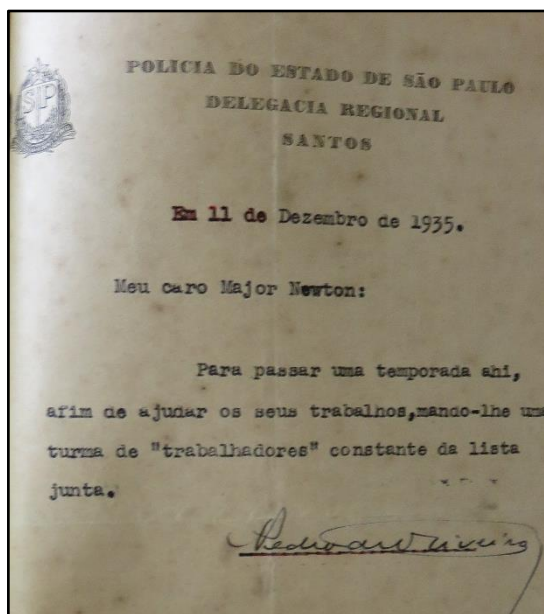
⁹⁶⁵ *Correio de S. Paulo* (SP), 28-08-1935, n.º 990, p. 7, HDB/FBN.

⁹⁶⁶ *A Noite* (RJ), 07-10-1935, n.º 8.557, p. 6, HDB/FBN.

⁹⁶⁷ *Jornal do Commercio* (RJ), 07-09-1935, n.º 290, p. 3, HDB/FBN.

⁹⁶⁸ *Radiotelegrama n.º 24*, 08-10-1935, PEIA.

Figura 70 - Comunicação do delegado Pedro de Alcantara, 11-12-1935



Fonte: PEIA.

Tabela 32 - Detidos enviados para a Ilha Anchieta para servirem de “trabalhadores” em 11 de dezembro de 1935

NOME	NOTÍCIAS LOCALIZADAS
Admir Vasconcellos	1937, 12 de abril, detido às 5 h da manhã, descrito como: 22 anos, solteiro, brasileiro ⁹⁶⁹
	1939, em março foi pronunciado no art. 330 do Código Penal ⁹⁷⁰
Admidio de Mattos	
Alvaro de Campos	1934, 21 de dezembro, detido por roubo de joias ⁹⁷¹
	1935, 27 de julho, detido sem motivo mencionado ⁹⁷²
Antonio Bispo	
Antonio Gomes da Silva	1935, 2 de agosto, detido em Santos e enviado para a capital ⁹⁷³
Armando de Souza	1935, 14 agosto, detido com um relógio furtado no Rio de Janeiro ⁹⁷⁴
	1935, 24 de setembro, detido e mencionado como “ladrão contumaz” ⁹⁷⁵
Brasilino Loberto	1935, 7 de fevereiro, “Seraphim Balboa [...] e Brasiliano Roberto, todos com antecedentes policiais, autores de varios furtos naquela cidade” ⁹⁷⁶
Carlos Floriano Pessoa	1934, em setembro é detido após um assalto na Rua Victoria, São Paulo ⁹⁷⁷
	1934, 26 de outubro, detido, “prisão preventiva” pelo assalto ⁹⁷⁸
	1934, 31 de outubro, detido novamente pelo mesmo assalto ⁹⁷⁹
Carlos José Pinheiro (“7 Corôas”)	1935, julho, preso pela Sub-Secção de Vigilância da Tijuca e processado ⁹⁸⁰
	1935, 23 de outubro, condenado a 2 meses pela 4ª Vara Criminal ⁹⁸¹
	1935, 5 de dezembro, preso em Santos ⁹⁸²

⁹⁶⁹ *Correio Paulistano* (SP), 13-04-1937, n.º 24.870, p. 13, HDB/FBN.

⁹⁷⁰ *Correio Paulistano* (SP), 08-03-1939, n.º 25.460, p. 11, HDB/FBN.

⁹⁷¹ *Correio Paulistano* (SP), 22-12-1934, n.º 24.156, p. 9, HDB/FBN.

⁹⁷² *Correio de S. Paulo* (SP), 27-07-1935, n.º 963, p. 7, HDB/FBN.

⁹⁷³ *Correio Paulistano* (SP), 02-08-1935, n.º 24.344, p. 9, HDB/FBN.

⁹⁷⁴ *Correio de S. Paulo* (SP), 14-08-1935, n.º 978, p. 7, HDB/FBN.

⁹⁷⁵ *Correio de S. Paulo* (SP), 26-08-1935, n.º 1.014, p. 7, HDB/FBN.

⁹⁷⁶ *Correio Paulistano* (SP), 07-02-1935, n.º 24.195, p. 12, HDB/FBN.

⁹⁷⁷ *Correio Paulistano* (SP), 09-09-1934, n.º 24.067, p. 12, HDB/FBN.

⁹⁷⁸ *Correio Paulistano* (SP), 26-10-1934, n.º 24.107, p. 4, HDB/FBN.

⁹⁷⁹ *Correio Paulistano* (SP), 31-10-1934, n.º 24.111, p. 10, HDB/FBN.

⁹⁸⁰ *O Radical* (RJ), 05-07-1935, n.º 1.029, p. 5, HDB/FBN.

⁹⁸¹ *O Jornal* (RJ), 23-10-1935, n.º 5.011, p. 6, HDB/FBN.

⁹⁸² *Correio Paulistano* (SP), 06-12-1935, n.º 24.452, p. 12, HDB/FBN.

	1936, 16 de julho, noticiada sua morte na Ilha dos Porcos ⁹⁸³
Jacob Ranzarviski	
José Baptista Muniz	1938, em dezembro foi condenado a 8 anos de prisão (assalto) na Penitenciária do Estado ⁹⁸⁴
José Ferreira ("Cicatriz")	1935, em 2 de janeiro foi condenado a 15 meses pelo Juiz da 6ª Vara Criminal, detido em 14 de março para cumprir a sentença ⁹⁸⁵
	1936, em 23 de janeiro, após ser enviado para a CCIA em 10-12-1935, o juiz da 2ª Vara Criminal, ao deliberar sobre um habeas-corpus que alegava a detenção de José na Ilha Anchieta "sem nota de culpa formada", solicitou informações às autoridades e solicitou a presença do "paciente" para o dia seguinte, 24 de janeiro ⁹⁸⁶
	1936, em 2 de março, o delegado de Santos comunica que José "foi recolhido à Cadeia Pública [...], contra quem foi, por esse Juízo, decretada prisão preventiva" ⁹⁸⁷ .
José Pinto de Amorim	1935, 16 de maio, detido às 22h20, flagrante, tentativa de roubo ⁹⁸⁸
	1935, 25 de julho, detido, "autor de 3 assaltos e actualmente processado por furto" ⁹⁸⁹
	1935, em novembro é detido na primeira semana para averiguações ⁹⁹⁰
Lindolpho Alves Martins	
Moacyr dos Santos	1935, 4 de outubro, detido ao adulterar um cheque ⁹⁹¹
	1935, 5 de novembro, detido a noite por "pretender assaltar", "côr parda", "já na cadeia, atracou-se em lucta com varios inspectores" ⁹⁹²
Oswaldo Gonçalves Silva	1935, 3 de abril, detido após ferir a faca José Cypriano, menção a entradas anteriores na Cadeia Pública por desordem ⁹⁹³
	1935, 7 de agosto, foi julgado pelo Tribunal do Jury de Santos ⁹⁹⁴
Pedro Silva	
Raphael de Lima	1935, 22 de julho, detido, "conta 9 passagens por furto" ⁹⁹⁵
	1935, 12 agosto, detido, "supõe-se que seja autor de uma série de assaltos" ⁹⁹⁶
	1935, 15 de setembro, detido novamente ⁹⁹⁷
Seraphim Balbôa	1935, 7 de fevereiro, "Seraphim Balboa [...] e Brasiliano Roberto, todos com antecedentes policiaes, autores de varios furtos naquella cidade" ⁹⁹⁸
	1935, 22 de julho, detido "com varias passagens pela Regional, preso tambem por estar envolvido em um furto" ⁹⁹⁹
	1938, 12 de outubro, é pronunciado no art. 304 "lesão corporal" ¹⁰⁰⁰
Vicente Scarpitta	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos jornais *Correio de S. Paulo*, *Correio Paulistano*, *Diário da Noite* e *O Radical* e ofício da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP).

⁹⁸³ *Diário da Noite* (RJ), 16-07-1936, n.º 2.674, p. 15, HDB/FBN.

⁹⁸⁴ *Correio Paulistano* (SP), 03-12-1938, n.º 25.380, p. 11, HDB/FBN.

⁹⁸⁵ *Correio de S. Paulo* (SP), 15-03-1935, n.º 851, p. 8, HDB/FBN. Na primeira frase da notícia, "continua a Justiça Criminal de mãos dadas com a policia a extirpar do seio da nossa sociedade os maus elementos indesejáveis".

⁹⁸⁶ *Correio Paulistano* (SP), 23-01-1936, n.º A24592, p. 2, HDB/FBN.

⁹⁸⁷ *Ofício n.º 1.042*, 03-03-1936, pelo 1º delegado de Santos, Ernesto Jordão de Magalhães, para o "Juiz de Direito da Vara Criminal", caixa 525, Acadepol/APESP.

⁹⁸⁸ *Correio Paulistano* (SP), 17-05-1935, n.º 24.278, p. 9, HDB/FBN.

⁹⁸⁹ *Correio Paulistano* (SP), 28-07-1935, n.º 24.338, p. 9, HDB/FBN.

⁹⁹⁰ *Correio Paulistano* (SP), 06-11-1935, n.º 24.426, p. 9, HDB/FBN.

⁹⁹¹ *Correio de S. Paulo* (SP), 04-10-1935, n.º 1.021, p. 8, HDB/FBN.

⁹⁹² *Correio Paulistano* (SP), 07-11-1935, n.º 24.427, p. 12, HDB/FBN.

⁹⁹³ *Correio Paulistano* (SP), 04-04-1935, n.º 24.242, p. 9, HDB/FBN.

⁹⁹⁴ *Correio Paulistano*, 06-08-1935, n.º 24.347, p. 9, HDB/FBN.

⁹⁹⁵ *Correio Paulistano*, 23-07-1935, n.º 24.335, p. 9, HDB/FBN.

⁹⁹⁶ *Correio Paulistano*, 13-09-1935, n.º 24.380, p. 9, HDB/FBN.

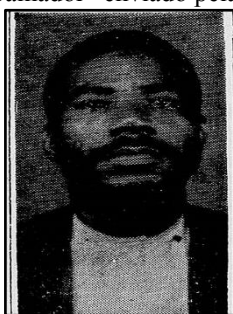
⁹⁹⁷ *Correio Paulistano*, 15-09-1935, n.º 24.382, p. 20, HDB/FBN.

⁹⁹⁸ *Correio Paulistano*, 07-02-1935, n.º 24.195, p. 12, HDB/FBN.

⁹⁹⁹ *Correio Paulistano*, 23-07-1935, n.º 24.335, p. 9, HDB/FBN.

¹⁰⁰⁰ *Correio Paulistano*, 12-10-1938, n.º 25.336, p. 11, HDB/FBN.

Figura 71 - José Ferreira, “trabalhador” enviado pela Delegacia Regional de Santos



Fonte: *Correio de S. Paulo*, 15-03-1935, n.º 851, p. 8, HDB/FBN.

Figura 72 - José Carlos, “trabalhador” enviado pela Delegacia Regional de Santos



Fonte: *A Noite*, 28-02-1934, n.º 7.994, p. 10, HDB/FBN.

A morte de José Carlos Pinheiro foi noticiada somente pelos jornais cariocas, como o *Diário da Noite*¹⁰⁰¹, *O Jornal*¹⁰⁰² e o *Correio da Manhã*¹⁰⁰³. Sua morte foi mencionada apenas de forma anônima no relatório da SSP sobre o ano de 1936, informando que seu falecimento foi ocasionado por uma “syncope cardíaca”¹⁰⁰⁴.

Da tabela acima é interessante apontar uma notícia em particular.

¹⁰⁰¹ *Diário da Noite* (RJ), 16-07-1936, n.º 2.674, p. 15, HDB/FBN.

¹⁰⁰² *O Jornal* (RJ), 17-07-1936, n.º 5.240, p. 9, HDB/FBN.

¹⁰⁰³ *Correio da Manhã* (RJ), 18-07-1936, n.º 12.785, p. 7, HDB/FBN.

¹⁰⁰⁴ *Relatório Anno de 1936*, Secretaria dos Negócios da Segurança Pública, secretário Arthur Leite de Barros Júnior, ao Governador do Estado, José Joaquim Cardoso de Mello Netto, p. 257, caixa 702, Acadepol/APESP.

Figura 73 - Em “guerra”, Delegacia Regional deteve 30 “malandros” em uma só noite



Fonte: *Correio Paulistano*, 15-09-1935, n.º 24.382, p. 20.

Uma das detenções de Raphael de Lima ocorreu na madrugada de 12 para 13 de setembro. Com a Delegacia Regional de Santos “empenhada em mover guerra tenaz aos larápios que infestam a cidade”, na madrugada de sexta-feira “foram presos 30 larápios, quase todos com varias passagens pela cadeia local por furtos”, detidos em 13 endereços diferentes. Tal como afirma o jornal, “a dificuldade em lhes mover processos por furtos e impossibilidades de mantel-os por mais tempo do que o determinado pelas contingencias legais” criava uma “situação deveras delicadas para a população” – não raramente as garantias constitucionais e a atuação do Judiciário aparecem como elementos que impedem a polícia de cumprir a função imaginada não apenas pelos redatores, mas também delegados e inspetores. Dos “larápios” detidos, “quasi todos ladrões perigosos”, “trinta meliantes que a policia terá amanhã de restituir á liberdade, para que elles voltem assaltar, a roubar e a destruir”¹⁰⁰⁵. Simbólica a imagem de todos os “30” sentados na escadaria, reveladora também em demonstrar o quanto, hipoteticamente, a detenção era arbitrária e ilegal, recorrendo aos prontuários do arquivo da Delegacia Regional pra localizar rapidamente uma seleção de cidadãos “quasi todos com varias passagens”, “quasi todos perigosos”. A imagem e a notícia de trinta detidos em trezes endereços diferentes auxiliam a compreender, mesmo que não seja o único fator, como a polícia de Santos, em uma cidade que tinha cerca de 133 mil habitantes em outubro de 1935¹⁰⁰⁶, passou de 20.884

¹⁰⁰⁵ *Correio Paulistano*, 15-09-1935, n.º 24.382, p. 20.

¹⁰⁰⁶ *Mensagem apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléa Legislativa de São Paulo*, 09-07-1936, 1936, São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, p. 12.

fichas dactyloscópicas em 1935¹⁰⁰⁷, para 63.505 em 1936¹⁰⁰⁸. Ou que, para o ano de 1935, a polícia santista tenha efetuado 4.568 prisões e “processados e remetidos a Juízo” 1.029 inquiridos (18% do total)¹⁰⁰⁹, não muito diferente das 4.117 prisões e 1.041 inquiridos de 1934¹⁰¹⁰. Ou seja, 80% das prisões realizadas garantiam, ao menos, “uma passagem” a mais em uma folha de antecedentes de um prontuário ou de uma ficha, adicionando mais uma foto, uma assinatura, uma digital, um endereço, facilmente consultado pela polícia e prontamente noticiada pela imprensa como indivíduos com “diversas passagens”.

Como bem pontuado por Luís Antonio Francisco de Souza, a respeito da pretensa reincidência na década de 1920, mas que permanece em 1930:

No detalhamento das estatísticas [...], é possível observar que os crimes de sangue eram praticados, em sua grande parte, por indiciados primários. Os crimes de roubo, furto e a contravenção de vadiagem, ao contrário, em sua maior parte, eram realizados especialmente por indivíduos com antecedentes criminais ou policiais. As contravenções relacionadas à embriaguez e às desordens tinham comportamentos oscilantes no mesmo período, entendendo mais para o conceito de “classe perigosa” do que para o de “carreira delinquencial”; o mesmo fenômeno ocorria com a vadiagem e com os crimes contra o patrimônio. Assim, o fenômeno da reincidência não devia ser considerado natural, parecia sim, decorrer de um outro complexo de questões. Por exemplo, a polícia parecia selecionar e manter sob seu controle estrito aqueles indivíduos que já tinham passagens anteriores, não só porque eram mais propícios a serem localizados, como também serviam como válvula de escape para as pressões que a instituição recebia da sociedade. [...] Quanto maior era o número de passagens policiais, mais o indivíduo se tornava cliente preferencial das constantes prisões e batidas provocadas pela polícia. [...] Os fichados na polícia passaram a constituir uma “estreita zona de delinquência” sobre a qual a instituição policial agia sem os limites impostos pelas leis. [SOUZA, 2009, p. 205-206]

Outros “trabalhadores” enviados pela Delegacia Regional de Santos foram eventualmente questionados pelo juiz de direito da Vara Criminal de Santos. Sobre Adamir Vasconcellos, por exemplo, o novo delegado informou que não era “possível esclarecer o assumpto objecto daquelle officio, uma vez que o presidio da Ilha Anchieta não está subordinada a esta Delegacia e sim á Secretaria da Segurança Pública”¹⁰¹¹.

¹⁰⁰⁷ *Ofício n.º 4.509*, 20-10-1936, do delegado regional de Santos, para o secretário da SSP, caixa 530, Acadepol/APESP.

¹⁰⁰⁸ Relatório anno 1936, Secretaria da Segurança Publica do Estado de São Paulo, caixa 702, Acadepol/APESP.

¹⁰⁰⁹ *Ofício n.º 4.509*, 20-10-1936, do delegado regional de Santos, para o secretario da SSP, caixa 530, Acadepol/APESP.

¹⁰¹⁰ *Ofício n.º 308*, 31-01-1935, do delegado regional de Santos, Pedro Alcantara de Oliveira, para o secretario da SSP, caixa 522, Acadepol/APESP.

¹⁰¹¹ *Ofício.º 5.539, 08-12-1936*, do delegado regional de Santos, Ernesto Jordão de Magalhães, para o “Dr. Juiz de Direito da Vara Criminal”, caixa 531, Acadepol/APESP.

Newton Santos, que em maio de 1933 havia defendido que a Ilha dos Porcos fosse uma “colônia correccional agrícola e industrial” e cessasse a função de presídio político¹⁰¹², a partir de julho de 1934 e por mais de um ano fez sucessivas requisições de “levas de trabalhadores”, “braços” para levar à frente suas pessoais sugestões, apoiada pelos delegados da capital e pelo delegado regional. Com prisões arbitrárias e ilegais, a situação tornava-se cada vez mais caótica: falta de alimentos, vigilantes pedindo demissões, efetivo militar reduzido, obras atrasadas, fugas e ainda tinham que criar manobras para driblar o Judiciário. As poucas plantações foram perdidas, os poucos animais foram abatidos para suprir as semanas em que o almoxarifado se encontrava vazio e não foi encontrada menção a qualquer oficina em funcionamento: nem colônia agrícola, nem estabelecimento industrial.

7.3.1 O caso Dantas: falsidade e cinismo da Polícia perante o Judiciário e famílias

Exatamente uma semana antes do início de uma greve dos estivadores em Santos¹⁰¹³, em 21 de fevereiro de 1933, uma terça-feira, Dantas Alberto Bruno teve sua entrada registrada no Presídio Político dos Porcos¹⁰¹⁴. Enviado sob responsabilidade da Delegacia Regional de Santos sem boletim de antecedentes ou ficha¹⁰¹⁵, Dantas era santista, tinha 18 anos recém completos, sabia ler e escrever e era estivador¹⁰¹⁶. Porém, menos de vinte dias depois, e após solicitação do mesmo delegado, Dantas foi recambiado para Santos¹⁰¹⁷, tendo sua saída ocorrido quatro dias antes do “levante” de 14 de março¹⁰¹⁸.

Em algum momento posto em liberdade, em 15 de agosto daquele ano foi novamente detido e recolhido à Cadeia Pública por ter sido pronunciado pelo juiz da Vara Criminal como incurso nas penas do artigo 303 do Código Penal¹⁰¹⁹, que estipulava pena de

¹⁰¹² *A Gazeta* (SP), 23-05-1933, n.º 8.208, p. 1, HDB/FBN. Uma das raras notícias em que a ilha está na capa da edição. A última notícia localizada em que a ilha foi capa ocorreu em 20 de abril de 1932, quando a *Folha da Noite* noticiou a acusação de que o detido José Rex havia sido morto a tiros de Winchester.

¹⁰¹³ AZEVEDO, 1996 apud TAVARES, 2001, p. 35.

¹⁰¹⁴ *Livro de registros*, PEIA.

¹⁰¹⁵ *Ofício n.º 447*, 20-02-1933, do delegado regional José Ulysses Luna, para o diretor Newton Santos, caixa 518, Acadepol/APESP.

¹⁰¹⁶ “Filho de Antonio Bruno e Antonieta Lasso, brasileiro, natural de Santos, neste Estado, com 20 anos de idade, solteiro, estivador, nascido em 29 de Novembro de 1914, sabendo lêr e escrever. Caractères cromáticos: - cútis branca, cabelos castanhos, barba feita, bigódes raspados, sobrancelhas castanhas, olhos idem, estatura mediana, corpo regular, instrução sim, residente á rua João Pessoa, nº 521” – *Ofício n.º 1.398*, 24-06-1933, do delegado regional Eduardo Tavares do Carmo, para o chefe do GI, caixa 519, Acadepol/APESP.

¹⁰¹⁷ *Ofício n.º 595*, 10-03-1933, do delegado regional José Ulysses Luna, para o o diretor Newton Santos, caixa 518, Acadepol/APESP.

¹⁰¹⁸ *Livro de registros*, PEIA.

¹⁰¹⁹ *Ofício n.º 1.888*, 16-08-1933, do delegado regional Eduardo Tavares do Carmo, para o “Juiz de Direito da Vara Criminal, Pedro Rodvalho Marcondes Chaves, caixa 520, Acadepol/APESP.

prisão celular por três a doze meses por “ofender physicamente, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue”. Dez dias depois, cinco dias após Pedro de Alcantara de Carvalho Oliveira assumir a delegacia¹⁰²⁰, Dantas foi enviado para a Santa Casa de Misericórdia por ordem do mesmo juiz, para “receber o tratamento que necessita”¹⁰²¹. Porém, no sábado, 2 de setembro, fugiu¹⁰²².

Um ano mais tarde, já sob a Constituição de 1934 e logo após ser qualificado como eleitor¹⁰²³, em 19 de agosto, o operário português José Gomes, ao ser assaltado por três “ladrões”, reagiu com um canivete e feriu um deles: Dantas, “conhecido da policia, já tendo sido processado por crime de furto”, foi novamente enviado para a Santa Casa¹⁰²⁴. Não é possível saber a data, mas o santista foi enviado para a Colônia Correccional da Ilha Anchieta naquele segundo semestre de 1934. E é possível sabe-lo porque na segunda-feira, 28 de janeiro de 1935, o subdiretor consultou o delegado regional Pedro de Alcantara sobre seu histórico, e se Dantas apresentava “acessos de loucura” quando preso¹⁰²⁵. Na terça, dia seguinte, o juiz de direito substituto da Vara Criminal de Santos questionou o mesmo delegado sobre a localização e prisão de Dantas Bruno, a qual arguiu:

Respondendo ao officio de hontem em que V. Excia. solicita informações sobre a **pretendida** prisão de Dantas Alberto Bruno, informo: - tal paciente não se acha preso na Cadeia local nem em prisão sob minha jurisdição; **si elle estivesse, como se disse, na Ilha Anchieta, seria isto um facto fora da competencia desta Regional**, visto que tal ilha nem está sob minha direção, nem se encontra na comarca de Santos. (grifo meu)¹⁰²⁶

Antonio, pai de Dantas, havia entrado com um pedido de habeas-corpus. Em 2 de março, a Primeira Corte de Appellação, composta pelos desembargadores arcadianos Theodoro de Toledo Pizza, Theodomiro Dias e Arthur de Almeida julgaram “prejudicado o pedido, atendendo á informação prestado pelo dr. Secretario da Segurança Publica de não se encontrar preso dito paciente”¹⁰²⁷. Mas Dantas estava na Colônia Correccional e lá permaneceu até o mês

¹⁰²⁰ *Ofício n.º 1.942*, 20-08-1933, do delegado regional Pedro de Alcantara para o capitão dos portos, caixa 520, Acadepol/APESP. Pedro foi nomeado ao cargo pelo major gaúcho Manuel Daltro Filho, dois dias antes de sua substituição na interventoria por Armando Salles.

¹⁰²¹ *Ofício n.º 2.021*, 25-08-1933, do delegado regional Pedro de Alcantara de Carvalho Oliveira, para o “Senhor Administrador da Santa Casa de Misericordia”, caixa 520, Acadepol/APESP.

¹⁰²² *Ofício n.º 2.131*, 04-09-1933, do delegado regional Pedro de Alcantara de Carvalho Oliveira, para o “Juiz de Direito da Vara Criminal, Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, caixa 520, Acadepol/APESP.

¹⁰²³ DOSP, 09-08-1934, n.º 174 p. 14.

¹⁰²⁴ *Correio Paulistano* (SP), 21-08-1934, n.º 24.050, p. 10, HDB/FBN

¹⁰²⁵ *Radiotelegrama n.º 5/55*, 28-01-1935, do subdiretor José Basílio de Almeida para o “Delegado Regional”, Santos, PEIA.

¹⁰²⁶ *Ofício n.º 270*, 30-01-1935, do delegado regional Pedro de Alcantara de Carvalho Oliveira, para o “Juiz de Direito Substituto no exercício da Vara Criminal”, Francisco Cardoso de Castro, caixa 522, Acadepol/APESP.

¹⁰²⁷ DOSP, 20-03-1935, n.º 65, p. 19. Habeas-corpus n.º 8.794.

seguinte quando, no domingo 7 de abril, o delegado regional solicitou que o “indivíduo de nome Dantas Alberto Bruno” fosse enviado para Santos, lá chegando sob escolta na segunda-feira¹⁰²⁸.

E não apenas os detidos “correcionais” passavam por tal situação. Em agosto de 1934 foi noticiado que operários e estudantes estavam detidos nos “presídios da policia, por professarem idéas marxistas”. Petições de habeas corpus foram impetradas por parentes e seus advogados na 1ª e 3ª Varas Criminais alegando que a polícia os mantinha sob custódia há mais de quatro meses, sem culpa formada, sem abertura de inquérito e em estado de incomunicabilidade. Interpelado o chefe de polícia pelo judiciário, este solicitou informações do então chefe do GI que respondeu informando que os “pacientes” não estavam detidos pela polícia.

Chegada esta informação ao cartório da 2ª Vara Criminal, o juiz não se conformou com os termos em que a mesma fora vasada, e ordenou que os autos fossem novamente encaminhados ao chefe de Policia, para que o Dr. Vicente de Azevedo desse informes mais claros e precisos. E a questão está neste pé: a policia paulista informa que os pacientes não estão presos. E o juiz insiste por uma informação mais positiva, pois tem elementos materiaes que o autorizam a crer que os homens estão realmente detidos nos calabouços do Gabinete de Investigações e em outros presídios.¹⁰²⁹

O cinismo do Estado (ARENDDT, 2012) se apresenta também quando Francisco de Assis Carvalho Franco, chefe do Gabinete de Investigações, utilizou do futuro do pretérito para falar sobre a Ilha Anchieta em 1935, em um relatório para o interventor:

Deante dos tropeços da repressão, rapidamente explicados, só há um modo efficaz á tranquilidade da população e á segurança de suas carteiras: a Ilha Anchieta, conhecida pelo nome de Ilha dos Porcos. O Estado possui lá magnificas installações. É uma colonia correcional com todos os aparelhamentos modernos exigidos pela sciencia penal. É uma escola de trabalho e de regeneração, com funccionalismo completo e garantias de segurança.

Sem onus para o estado – que tal patrimonio construiu e mantem, esses delinquentes cynicos, ousados e perigosos, **deveriam ser a ella recolhidos. Era a extirpação do cancro social** e o pavor dos gatunos que todos os Estados e do mundo procuram a riqueza paulista [...] **Com a ilha aberta, a defficiencia do Codigo Penal desapareceria.** (grifo meu)¹⁰³⁰

¹⁰²⁸ *Radiotelegrama n.º 5/240*, 08-04-1935 – data atribuída pela numeração e teor –, do diretor Newton Santos para o delegado regional Pedro de Alcantara de Carvalho Oliveira, PEIA. Dantas Alberto Bruno seria novamente preso em 19 de março de 1936, pronunciado por furto pelo juiz da Vara Criminal, incurso nas penas do artigo n.º 330 §4º, § 4º: “ Si de valor igual ou excedente a 200\$000: Penas - de prisão celular por seis mezes a tres annos e a mesma multa” (*Oficio n.º 1.314*, 21-03-1936, caixa 525, Acadepol/APESP).

¹⁰²⁹ *A Noite* (RJ), 07-08-1934, n.º 8.153, p. 10, HDB/FBN

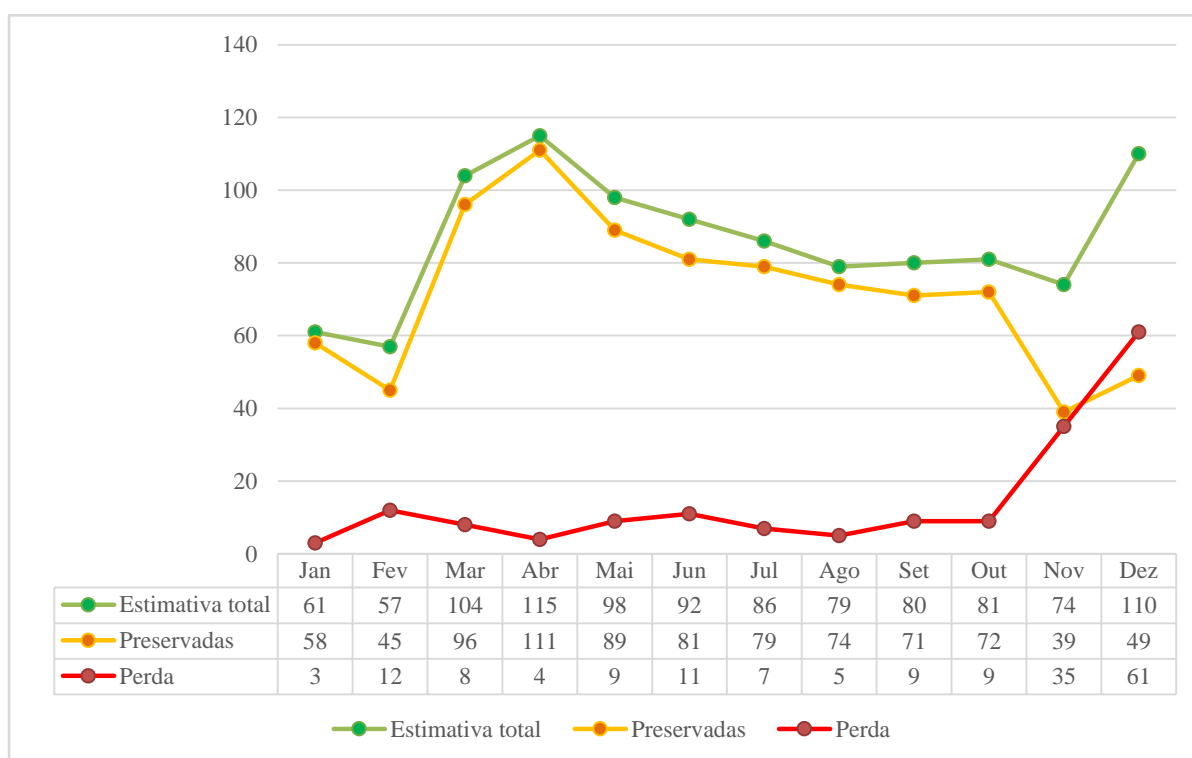
¹⁰³⁰ *Relatório de 1935*, Gabinete de Investigações, Francisco de Assis Carvalho Franco. São Paulo: Typographia do Gabinete de Investigações, p. 100, caixa 702, Acadepo/APESP.

Além desta colocação, Carvalho Franco não citou a Ilha Anchieta no relatório de 1934, apesar de resguardar algumas páginas para o Presídio do Paraíso¹⁰³¹, assim como o governador Armando Salles de Oliveira não a cita também em seu relatório e mensagem à Assembleia estadual, quando relata, ainda no primeiro semestre de 1936, os anos de 1934 e 1935 de sua administração¹⁰³².

7.3.2 Lacuna documental

Para 1935, os ofícios da Delegacia Regional vão até maio. A partir da lacuna documental os questionamentos possíveis se multiplicam. E os do PEIA? Ao fazer uma tentativa de quantificação de quantos foram enviados (aproximadamente 1.037), preservados (864) e não preservados (173), o resultado é este:

Gráfico 9 - Estimativa de radiotelegramas enviados, preservados e perdidos em 1935



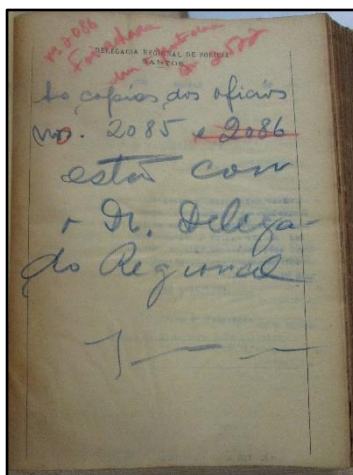
Fonte: Tabela e gráfico elaborado pelo autor a partir do arquivo morto do PEIA.

¹⁰³¹ *Relatorio 1934*. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretario da Segurança Publica do Estado de São Paulo, Francisco de Assis Carvalho Franco, Gabinete de Investigações. São Paulo: Typographia do Gabinete de Investigações, 1935.

¹⁰³² *Mensagem apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléa Legislativa de São Paulo*, 09-07-1936, São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1936; *Relatório que acompanha a Mensagem apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléa Legislativa de São Paulo*, 09-07-1936, São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1936.

Aproximadamente 83% foram preservados. Mas quando vistos mês a mês, em novembro a taxa de perda vai a 47% e dezembro chega a 55%. Se em abril houve a “Lei de Segurança Nacional” (LSN)¹⁰³³, em novembro foi decretado por trinta dias o estado de sítio¹⁰³⁴ frente ao combate contra a “Intentona Comunista”, ato prorrogado por mais noventa dias em dezembro¹⁰³⁵ e que culminaria no decreto do “estado de guerra” em março de 1936, conquistando o governo o intuito de suspender as garantias constitucionais de 1934, ainda preservadas no estado de sítio (MARQUES, 2013). Portanto, a perda pode estar mais relacionada ao momento histórico (a formalização do estado de exceção) do que necessariamente ocultar as práticas aqui questionadas; pode também indicar que mais radiotelegramas reservados foram expedidos. Há ocorrência de ofícios reservados de Santos, por exemplo, que eram destacados e informado no próprio livro¹⁰³⁶:

Figura 74 - “O ofício n. 2085 está com o Dr. Delegado Regional”, 1933



Fonte: Caixa 520, Acadepol/APESP.

Mas pode ter relação também a um fato ainda a ser melhor compreendido, mas que também se apresenta como um indício em toda essa trama.

Em 12 de janeiro de 1936, domingo, o delegado Pedro de Alcantara enviou ao chefe do GI um ofício reservado:

Para as medidas que V.S. julgar convenientes, leve ao seu conhecimento que um inspetor que aqui veio hontem, acompanhando a turma de presos que seguiu para Ilha Anchieta, deu nota do caso para um repórter local, dizendo o que tinha vindo fazer e quantos os presos.

¹⁰³³ BRASIL, Lei n.º 38, 04-04-1935.

¹⁰³⁴ BRASIL, Decreto n.º 457, 26-11-1935.

¹⁰³⁵ BRASIL, Decreto n.º 532, 24-12-1935.

¹⁰³⁶ Há ocorrência de ofícios esses que estavam armazenados nos oito volumes do prontuário da Delegacia Regional de Santos, n.º 561 DEOPS/APESP.

Na censura á imprensa, fiz cortar a noticia preparada e constante do original que segue com este. Pelo que pude apurar, o inspector em causa é o de nº 224, chamado José Franco do Amaral.¹⁰³⁷

Talvez sem conexão com a notícia censurada, entre 21 a 24 de janeiro de 1936, o delegado corregedor de Polícia da Capital realizou uma viagem para Ubatuba/Ilha Anchieta, sendo que todas as demais visitas daquele ano a outras localidades se resumiram a um único dia¹⁰³⁸. Em 23 de janeiro de 1936, depois de mais de quatro anos à frente do presídio, o diretor Newton Santos foi afastado pelo delegado corregedor de polícia da capital¹⁰³⁹ para que uma nova sindicância fosse realizada na Ilha Anchieta¹⁰⁴⁰, pelo menos a terceira que tinha por foco a atuação do diretor¹⁰⁴¹. De forma semelhante ao que houvera em 1934, o subdiretor José Basílio de Almeida, que novamente foi designado para responder pelo expediente da diretoria, não permaneceu no cargo por ter sido logo em seguida autorizado a uma licença de vinte dias para “tratamento de sua saúde”¹⁰⁴². Foi a última vez que Newton Santos esteve a frente da administração da ilha. Nos anos seguintes, apesar de ter sido mantido como o efetivo, passou a constar como diretor em comissão no Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio Patrulha¹⁰⁴³.

Porém, segundo o jornal *A Noite*, a saída de Newton Santos não foi de forma pacífica como a de março de 1934, desta vez foi um “escândalo”:

¹⁰³⁷ *Ofício reservado n.º 153*, 12-01-1936, do delegado regional de Santos, Pedro de Alcantara Carvalho de Oliveira, para o chefe do GI, Francisco de Assis Carvalho Franco, caixa 524, Acadepol/APESP.

¹⁰³⁸ O contraste é grande. Talvez, hipoteticamente, as autoridades quiseram aproveitar a ida ao litoral, mas a diferença de tempo é contrastante: as outras viagens efetuadas naquele ano foram: Perú (07-04), Guarulhos (17-04), Cotia (24-04), São Bernardo (15-05), Mogy das Cruzes (29-05 e 24-07) e Guararema (26-11) – *Relatório Anno de 1936*, Secretaria dos Negocios da Segurança Pública, secretário Arthur Leite de Barros Júnior, ao Governador do Estado, José Joaquim Cardoso de Mello Netto, p. 101, caixa 702, Acadepol/APESP.

¹⁰³⁹ A Corregedoria de Polícia na Capital e no Interior foi criada em junho de 1935. Competia ao delegado corregedor “fazer assídua correição [...] no Presidio da Ilha Anchieta e em todas as dependencias dessas mesmas repartições” (Decreto n.º 7.187, 06-06-1935, ALESP). No mesmo mês, Laudelino de Abreu assumiu o cargo de corregedor da polícia da capital (DOSP, 22-06-1935, n.º 142, p. 36).

¹⁰⁴⁰ DOSP, 24-01-1936, n.º 19, p. 3.

¹⁰⁴¹ Lembrando que há informações sobre duas sindicâncias realizadas em 1932, (morte de José Rex e os eventos relacionados a “Revolução”) e a realizada em março de 1934 (a partir das denúncias do médico da Colônia). Houve ainda outra sindicância externa, em março de 1933 após o “levante”.

¹⁰⁴² DOSP, 05-02-1936, n.º 28, p. 4.

¹⁰⁴³ Em maio de 1939, “atendendo à solicitação do sr. Interventor Federal do Estado do Rio Grande do Sul, foi declarado à disposição daquela Interventoria o sr. Newton de Feliciano Santos, Diretor do Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio Patrulha, ora no Quadro Suplementar” (DOSP, 31-05-1939, n.º 121, p. 3). O interventor era o major Osvaldo Cordeiro de Farias, ex-chefe de polícia de São Paulo, que substituiu Miguel Costa.

Figura 75 - “Demittido, o director recusou-se a deixar o cargo!”



Fonte: *A Noite*.

Foram afastados dos cargos respectivos o director dos Vigilantes e outros funcionarios que serviam na ilha dos Porcos, devido a terem sido feitas contra os mesmos, de irregularidades no presidio. O Sr. Newton dos Santos, o director, porém, recusou-se terminantemente a passar o cargo ao substituto designado, afirmando que resistiria com violência a qualquer intimação. Á vista dessa attitude insólita, seguiu do littoral o Sr. Laudelino Abreu, corregedor da Policia, acompanhado de numerosa força, restabelecendo a calma no presidio e fazendo cumprir as ordens superiores. Foi aberto inquérito em torno do escandaloso caso.¹⁰⁴⁴

O jornal mineiro *Lavoura e Commercio* adicionou que “acham recolhidos inúmeros presos politicos” e que o afastamento do diretor, vigilantes e outros funcionários se deu por “irregularidades ali verificadas e de responsabilidades dos mesmos”¹⁰⁴⁵. Não foi localizado documento que ateste o conteúdo da sindicância realizada, quais seriam as citadas “irregularidades”, as motivações e os nomes de todos envolvidos. Entretanto, alguns indícios surgem no Diário Oficial: em julho daquele mesmo ano os funcionários Deusdedit de Mello, enfermeiro, Pastor Lopes e Aurelio Sposito, ambos vigilantes, solicitaram licença para reassumirem o exercício de suas funções na Ilha Anchieta, todos respondidas com “aguardar ulterior decisão”¹⁰⁴⁶, vindo todos eles a serem transferidos para a capital em agosto.

Newton Santos não foi o único a ser deslocado de seu cargo. Provavelmente pelo seu desempenho na repressão ao comunismo em Santos¹⁰⁴⁷, no mês seguinte Pedro de Alcantara informou a pelo menos outros dez delegados que ele havia sido “declarado adido á Secretaria da Segurança Pública”, indo para a capital e passando o cargo para Ernesto Jordão de Magalhães.¹⁰⁴⁸ Pedro de Alcantara assumiu então a Delegacia Especializada de Fiscalização de

¹⁰⁴⁴ *A Noite* (RJ), 28-01-1936, n.º 8.653, p. 9, HDB/FBN.

¹⁰⁴⁵ *Lavoura e Commercio* (MG), 30-01-1936, n.º 7.130, p. 2, HDB/FBN.

¹⁰⁴⁶ DOSP, 24-07-1936, n.º 164, p. 3

¹⁰⁴⁷ Aqui há de ser destacado o papel do delegado na repressão policial em Santos no segundo semestre de 1935. Além da vigilância das diretorias de sindicatos e das ordens para fechamento de alguns após a “Lei Monstro”, a delegacia chegou a enviar listas de membros Aliança Nacional Libertadora (ANL), além de remeter a capital “comunistas” detidos na cidade.

¹⁰⁴⁸ *Oficio n.º 933/943*, 28-02-1936, caixa 524, Acadepol/APESP.

Explosivos, Armas e Munições, uma das especializadas da Superintendência de Ordem Política e Social, dirigida por qual delegado? Euzébio Egas Botelho, ex-delegado de Repressão à Vadiagem. Ainda, o delegado Paulo de Oliveira Filho, em abril, também teve seu cargo alterado: apesar de atuar junto ao Gabinete de Investigações e como delegado plantonista na capital, foi “dispensado” do seu cargo efetivo de Ariranha (5ª classe) e “da comissão em que se acha na Delegacia Especializada de Transito”, o “bel.” foi nomeado, mas em comissão, para o cargo de delegado em Lorena (4ª classe). Provavelmente uma promoção de classe que trouxe mais perdas do que ganhos, atuando cada vez mais afastado da capital¹⁰⁴⁹.

Anos mais tarde, Newton Santos, então filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), não apenas participou da campanha de eleição de Getúlio Vargas, mas também foi a liderança do PTB paulista e esteve ligado a diversos escândalos de corrupção (BENEVIDES, 1989).

Mas fica uma pergunta: por que o Gabinete de Investigações procedeu de tal forma?

7.4 Delegado bandeirante: hipótese sobre ação e valores¹⁰⁵⁰

Em abril de 1935, o interventor federal Armando de Salles Oliveira concorreu ao governo de São Paulo através de eleição indireta na ALESP, tal como previa a Constituição de julho de 1934. Entrando na disputa pelo Partido Constitucionalista de São Paulo (PC), partido fundado por ele próprio no início do ano anterior, saiu vitorioso contra o ex-governador Altino Arantes (PRP). Uma das marcas do governo e que apresenta indícios possivelmente relevantes a serem expostos foi o resgate das ações dos “bandeirantes”, que já havia sido estimulada durante o governo estadual de Washington Luís (1920-1924).

Interessante notar que ao final de 1935, nas palavras do próprio governador paulista, foi instituído nas escolas profissionais do estado de São Paulo a “corporação patriótica”

¹⁰⁴⁹ Em 1938 estava mais distante da capital, atuando como delegado em Santa Cruz do Rio Pardo (DOSP, 26-07-1938, n.º 162, p. 3) e, no ano seguinte, em Pitangueiras, também de 4ª classe (DOSP, 15-03-1939, n.º 60, p. 6).

¹⁰⁵⁰ Para Weber (2015, p. 15), a *ação social* pode ser determinada enquanto *tipos conceitualmente puros*, de modo racional referente a fins, modo racional referente a valores, modo afetivo e modo tradicional – e no empírico, raramente uma ação social será orientada exclusivamente por apenas uma dessas. A ação do delegado Carvalho Franco pode ser compreendida nesses termos: 1) foi uma ação racional orientada e planejada, cujos os “meios” e “condições” voltavam-se para alcançar fins próprios – nisso, foi possível criar dinâmicas racionais através das delegacias especializadas sob seu comando que permitiram o encarceramento sob sigilo na Colônia Correccional; 2) o sentido da ação não estava necessariamente atrelado ao resultado, “mas sim na própria ação em sua peculiaridade” – ou seja, perpetuar uma ação contínua de “profilaxia social” frente aos “órgãos parasitários” que “infestam a cidade”; 3) vez que, em relação a um comportamento referente a valores, tem-se a crença consciente em uma “causa” – nesse caso o bandeirantismo assume como potencial imagem visada – e sem considerar as consequências previsíveis, por exemplo infringir a Constituição de 1934 e o Código Penal, o delegado “age a serviço de sua convicção” (WEBER, 2012, p. 15).

“Bandeirantes”, “destinada a desenvolver o cultivo do civismo e a pratica da gymnastica e de exercícos militares”. “A instituição, que é uma modalidade de escotismo [*boys scouts*]”, era então voltada à juventude e à sua formação educacional e militar que, “genuinamente nacional, estimula em nossa mocidade as vocações para a carreira militar”. Ainda, uniformizados, eram divididos em “infantaria”, “cavalarianos” e “navaes”, e também sob uma rígida distinção de gênero, na qual cabia às mulheres o corpo de “auxiliar de enfermeiras e auxiliares de administração”¹⁰⁵¹. Como relatado por Carmen Moraes e Júlia Alves (2002), o lema era “vive em nós a alma bandeirante” e eram presenças certas em comemorações de datas nacionais, festas cívicas, visitas de autoridades políticas entre outras datas simbólicas. E nesse mesmo período tornavam-se hegemônicas em alguns países organizações juvenis estilo *boy scouts* que visavam ser instituições de educação moral, física e militar: a Juventude Hitlerista (JH), atuando desde 1933 e que se tornou a única organização juvenil da Alemanha a partir de 1936; ou na educação militar fascista de Benito Mussolini, pesquisado por Cristina Souza da Rosa (2009). Segundo Cristina Rosa (2009), a *Opera Nazionale Balilla* (ONB), criada em 1926, tinha o objetivo de educar moralmente, psicologicamente e fisicamente os futuros fascistas da Milícia Voluntária de Segurança Nacional, como também os quadros do próprio Partido Nacional Fascista. A ONB, que chegou a possuir mais de seis milhões de crianças e adolescentes, estava subdividida em legiões, tal como o antigo exército romano, sendo que até 1935 as crianças recebiam a instrução na própria escola pública. A partir de outubro de 1937 foi criada a *Gioventù Italiana del Littorio* (GIL), organização que passou a centralizar todo o corpo político e organizações de formação juvenil, sob jurisdição do Partido e seu secretário (ROSA, 2019).

Foi nesse contexto também que foi decidido pelo resgate do projeto do “Monumento às Bandeiras” de Victor Brecheret, apresentado em uma exposição há mais de uma década, agora exaltado pelo novo governador em uma mensagem à assembleia estadual:

Cabe a São Paulo fazer uma afirmação, que fixe o seu proposito de lutar para que, no naufragio em que outros povos se afogarão, se salve esta bela e nobre nação que é o Brasil, em com ella os puros **ideaes do homem christão**. A **idéa da pátria grande e forte**, orientada no sentido do progresso social, dentro dos **sentimentos tradicionais da família e da religião**, é o alimento espiritual que se nutrem os paulistas [...] Pensando assim, tomou o Governo a iniciativa de mandar construir [...] o monumento em honra dos Bandeirantes; [...] É uma arrancada de Bandeirantes, para a conquista da Terra Virgem. É um instantâneo da vida de uma Bandeira [...] **Tudo, alli, é força, movimento e acção**. Os homens, surpreendidos numa subida, caminham para o alto: é o idealismo paulista em ação. [...] **Dois bandeirantes, os chefes, vão na frente, a cavalo, é o principio da autoridade, o mais forte esteio da civilização que o communismo tenta destruir. As figuras decrescem em tamanho: é a hierarchia,**

¹⁰⁵¹ Mensagem apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléa Legislativa de São Paulo, 09-07-1936, 1936, São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, p. 44-45.

inseparável da disciplina, e um dos mais belos princípios da organização social [...] (grifo meu)¹⁰⁵²

Essas “figuras” que “decresem em tamanho” e que compõem a maior parte da escultura retrata homens africanos e indígenas, provavelmente de distintas nações, escravizados pelos portugueses “bandeirantes”, os dois a cavalo. Importante mencionar então, mais especificamente, a figura do bacharel arcadiano, delegado e chefe do Gabinete de Investigações, Francisco de Assis Carvalho Franco (turma 77, 1908).

Anteriormente foi mencionada a comunicação de Carvalho Franco para Newton Santos, cobrando o “documento manuscrito século desesseis prometido”. Importante trazer então a contribuição do historiador Marcelo Martins mais uma vez:

“Repugnante” era o termo usado pelo delegado Francisco de Assis Carvalho Franco (1887-1953) para descrever essa classe de assassinos [os “empreiteiros da morte” que realizavam tocaias]. **O delegado atribuía as tocaias ao “partidarismo político” e o cenário “de civilização ainda incompleta”, que dominava o “sertão paulista”.** [...] Carvalho Franco foi um delegado de carreira típico, daqueles que contribuíram com o mito da “civilização do delegado”. Tendo entrado na polícia em 1912, quatro anos após concluir a Faculdade de Direito, **Carvalho Franco tinha um profundo interesse por genealogia e heráldica, exibindo para os mais próximos um brasão atribuído à sua linhagem familiar.** Durante seus momentos de folga, escreveu *Os Camargos de São Paulo* [1937], *Os Companheiros de D. Francisco de Souza* [1928] e *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas Brasileiros* [1953]. **Ele era considerado um grande conhecedor da história paulista, particularmente da história das famílias ilustres de São Paulo,** aquelas consagradas no livro *Nobiliarquia Paulista* de Pedro Taques [1937]. (MARTINS, 2014, p. 118, itálico no original, grifo meu).

O apreço era tanto que, em 1928, Carvalho Franco foi premiado pela extinta Sociedade Capistrino de Abreu¹⁰⁵³ pela “these” apresentada: “Os companheiros de D. Francisco de Souza”¹⁰⁵⁴. Além de sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) desde 1929, foi presidente do Instituto de Estudos Genealógicos ao final da década de 1930¹⁰⁵⁵ e realizava suas extensas pesquisas documentais no acervo do Arquivo Público (CARVALHO FRANCO, 1940). Mas não só, segundo Harvey (1966), Carvalho Franco foi também membro do Conselho Técnico do Instituto Genealógico Brasileiro (1941) e vice-presidente da Federação dos Institutos Genealógicos (1946), nos últimos anos de vida foi também o primeiro presidente do Instituto Hans Staden (1950) e membro fundador da Fundação Martius (1951)¹⁰⁵⁶, além de

¹⁰⁵² *Mensagem apresentada pelo governador Armando de Salles Oliveira à Assembléa Legislativa de São Paulo*, 09-07-1936, 1936, São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, p. 119.

¹⁰⁵³ Segundo Ítala Byanca Morais da Silva (2010), a instituição foi criada em 11-09-1927, no Rio de Janeiro, com o objetivo de cultuar a memória do recém falecido historiador cearense em agosto daquele ano. Segundo a autora, a instituição existiu até 1969, quando todo o acervo foi transferido naquele momento para o Instituto do Ceará.

¹⁰⁵⁴ *Cruzeiro*, 29-12-1928, n.º 8, p. 48, HDB/FBN.

¹⁰⁵⁵ *Anuario Genealógico Brasileiro*. Instituto de Estudos Genealogicos, 1939, HDB/FBN.

¹⁰⁵⁶ Segundo o Instituto Martius-Staden, em 1938 foi fundada a Sociedade Hans Staden, formada por professores alemães que desejam preservar as histórias relacionadas à imigração. Em 1947, a sociedade é renomeada para

ser membro internacional do Instituto Argentino de História das Ideias e do Instituto Argentino de Ciências Genealógicas (HARVEY, 1966). Ao todo, escreveu dezenas de livros, artigos sobre a temática bandeirante, sertanista e das genealogias das famílias paulistanas, mas não só; ainda realizou introduções e notas em icônicas traduções, como em *Hans Staden: duas viagens ao Brasil*, editado pela Sociedade Hans Staden (1942).

Pouco antes de assumir a chefia do Gabinete de Investigações, Carvalho Franco (1932) descreve a vinda de Dom Francisco de Souza para ocupar o cargo de governador-geral, provavelmente uma versão modificada da tese premiada anos antes. O português, pertencente a “uma valerosa família de família de fidalgos”, uma vez chegado a Salvador em 1591 organizou “lévas arrumadas”, expedições que “adveio a constituição posterior das bandeiras paulistas”. Dotado de “espírito cavalheiresco” e buscando o “sonho do ouro”, Francisco de Souza, junto a “diversos reinóis, companheiros do fidalgo governador”, organizou “entradas” simultâneas partindo de São Vicente, Paraty e outras localidades para percorrerem os rios do atual estado de Minas Gerais. Uma expedição, comandada por João Botafogo, empossado capitão-mor de São Vicente pelo próprio governador-geral, “se viu preso, em pleno sertão, por ordem régia” fato que nenhuma atenção é dada pelo historiador e delegado Carvalho Franco. Encontrando, aparentemente, alguns minérios na região da atual Sabará/MG, “os paulistas começavam a ter fama de homens capazes de todos os sertões”. Carvalho Franco destaca que em pouco tempo e em atividade ininterrupta, “havia progredido do simples escambo” para a “justa guerra” e, aos “saltos”, já em “longas caminhadas pela terra dentro” (CARVALHO FRANCO, 1932, p. 252). Francisco de Souza chegou à vila de São Paulo de Piratininga em maio de 1599, organizando grandes expedições para a “devassa dos sertões”, inclusive com bandeiras rumo ao Guairá e para o território do atual Peru, e mesmo após ser retirado do cargo em 1602, manteve expedições até o retorno à metrópole em 1605. Mesmo com a partida, “os paulistas continuaram incessantemente a devassa dos sertões”: “homens de objetividade pratica [...] firmaram-se no bem imediato da caça ao índio”, destacando a expedição de Manoel Preto contra os “carijós do sul (1606)”, a de Belchior Dias Carneiro, neto de João Ramalho, contra os “índios da bacia parana-paraguaia (1607)”, a quem Carvalho Franco chama de “grande sertanista”, substituído ao morrer pelo seu imediato, Antonio Raposo Tavares, “o Velho” (CARVALHO FRANCO, 1932, p. 255-256). Francisco de Souza retornou ao Brasil em 1609,

Instituto Hans Staden e, para apoiar-la financeiramente, foi criada a Fundação Martius (1951). Em 1997, a Fundação Visconde de Porto Seguro incorporou ambas as instituições. A sede era na Olinda Schule, a Escola Alemã, atual Escola Estadual Caetano de Campos – Consolação (Disponível em: <<http://www.martiusstaden.org.br/conteudo/detalhe/38/conteudo/detalhe/38/o-instituto>>, acesso em 20 jul. 2020)

como governador-geral das Capitanias do Sul, breve período em que a administração colonial foi dividida em duas, com um governador-geral na Bahia e outro no Rio de Janeiro. “Inteiramente identificado com a alma bandeirante” e prosseguindo nas bandeiras para as montanhas mineiras e na “faina obsidente de encontrar metaes preciosos”, o final foi breve: “mergulhado desde janeiro de 1611 no isolamento daqueles grotões, desamparado de toda sua antiga comitiva e de todo seu antigo fausto, o fidalgo governador veio assim a perecer”, “como o mais humilde e desbaratado dos seus antigos caminheiros do sertão”. Apesar de tal narrativa, o próprio delegado aponta no texto excerto de cartas de um padre jesuíta e de um outro governador que o nobre português “morreu de uma enfermidade grande que teve na villa de São Paulo, estando tão pobre que nem uma vela tinha para meterem na mão” e que “os paulistas”, ao descobrirem as minas, esconderam as cargas e assassinaram os “mineiros” de Francisco de Souza, negando inclusive que houvesse descoberto as pedras. Porém, o que fica para Carvalho Franco não foi a prisão por ordem real de membros indicados pelo governador, a caça aos indígenas ou pelo fato do administrador de metade da colônia ter falecido na completa pobreza, mas sim que “os paulistas, no entanto, iniciados por esse maravilhado das terras brasileiras, não mais se detiveram no impulso das suas arrancadas em favor do nosso desenvolvimento geográfico” e mais, “crearam desse modo a “cavallaria dos sertões” por mais de dois séculos na Colonia”, sendo um “admirável propulsionador de homens” (CARVALHO FRANCO, 1932, p. 258)

Para outros breves apontamentos, destaco o livro *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo* (1940). Na obra, além de utilizar termos como “gentios”, “silvícolas”, “escravos aborígenes” e “aldeias de selvagens”, Carvalho Franco posiciona os jesuítas enquanto “missionários castelhanos” que buscavam “estabelecer novas doutrinas”, colocando os “paulistas” num conflito internacional contra as “doutrinas espanholas do sul”, e que a “bandeira”, dividida em várias “companhias dispersas” possuíam “perfeita unidade de acção”. O delegado endossa ainda, para citar apenas alguns exemplos, o bandeirante Manuel Alves Preto foi “de facto o heroe do Guayrá”; em relação a Antonio Raposo Tavares, descarta a crítica de Affonso de Taunay que relega a ele “a alma de toda a empresa da destruição das reduções jesuítas” dizendo que, “a elle deve o Brasil, na realidade, os tratos de terra dos actuaes Estados” do sul e centro-oeste – “bandeirantes” estes que agiam de forma criminosa pois desrespeitavam as próprias leis da Coroa portuguesa e da própria Igreja Católica. Guaracy de Castro Nogueira (1999), também genealogista, ao criticar um escrito de Carvalho Franco feito em 20 de outubro de 1936, no qual este menciona a família Camargo como uma que “entrou com ponderável contingente, não só para nossa formação geográfica, como para evolução do nosso meio social

e político”, Guaracy (1999, p. 240) pontua que, “na verdade, os Camargos ficaram famosos como escravocratas, predadores de índios reduzidos no Guayrá, território das missões, arqui-inimigos dos jesuítas”. Não por acaso o delegado, filho de Augusto da Silveira Franco, descendia “dos Carmargos de São Paulo” (HARVEY, 1966, p. 147).

Francisco de Assis foi delegado no interior por quatorze anos, com interesse por genealogia das famílias paulistas do século dezesseis, sobretudo pela história dos bandeirantes, como também possuía para si e mostrava aos mais próximos o brasão da família Carvalho Franco (MARTINS, 2014). Mas quanto de sua trajetória pessoal e atuação na polícia, o delegado não via a si próprio nas epopeias dos “aventureiros” e “exploradores” sertanistas e bandeirantes dos quais tanto se ocupou em escrever desde a década de 1920? Quanto ele próprio não se moldava à imagem da quatrocentenária linhagem “Camargo” e via a ele próprio como um continuador de tal tradição, mesmo que reordenado pela época em que viveu, mas ainda assim orientado por determinados valores? Na interpretação de James Martim Havery (1966, p. 147), também membro do IHGSP e que tinha como patrono o próprio Carvalho Franco, a atividade de delegado no “sertão”, servindo “em várias localidades remotas e isoladas”, era prenuncio “como se fosse uma preparação do espírito para a grande obra intelectual à sua frente”.

Para usar expressões escritas pelo próprio, indago o quanto Carvalho Franco não via na escravização de povos “selvagens” uma prática possível para chegar ao estágio da almejada “civilização”, um meio não apenas de silenciar as doutrinas dissonantes, mas de dar por superada, por meio da força e violência, afinal é disso que se trataram as “bandeiras” e a própria atuação policial, e ele tinha total conhecimento histórico e vivência prática, lidar com os “aborígenes”. Me parece que, de forma muito precisa, o delegado traduziu em seu relatório o seu próprio pensamento sobre a necessidade de “eliminar da sociedade orgams parasitários que a ameaçam”, a “praga social” que é o “vagabundo”¹⁰⁵⁷: tudo indica que o pensamento do delgado tinha por síntese que, para “evoluir”, uma “civilização incompleta” necessitava de medidas enérgicas, tomadas por “homens praticos”, em que tais ações justificavam o fim alcançado. Ou seja, a questão não era apenas sobre a mendicância, sobre os furtos de galinhas, sobre pobres ou desempregados que chocavam a noção estética das elites paulistanas (política, econômica, judiciária e policial) e daquilo que não toleravam ver próximos aos seus boulevards, cafés e bordéis: hipoteticamente, era uma questão mais profunda do que uma simples criminalização da pobreza, mas uma distinção que pautava uma diferença entre quem era o

¹⁰⁵⁷ *Relatório do Gabinete de Investigações*, 1935, p. 97, caixa 702, Acadepol/APESP.

civilizado e quem era o selvagem, uma diferença de pertencimento e possibilidade de existência no meio urbano que abrangia também as próprias garantias constitucionais e de sua própria vida. E cabia ao delegado bandeirante, “homem pratico” e conhecedor do “sertão” do estado, “eliminar da sociedade orgams parasitários”.

Figura 76 - Fotografias de Arthur Leite, Carvalho Franco, Bráulio de Mendonça e Eusébio Egas



Fonte: Respectivamente: site Memorial da Polícia Civil do Estado de São Paulo¹⁰⁵⁸; site Memória Santista¹⁰⁵⁹; Martins (2014, p. 201); ALESP, Acervo Histórico, família Egas.

Os bacharéis arcadianos, Francisco de Assis Carvalho Franco (1886-1953; turma 77, 1908), Euzébio Egas Botelho (turma 79, 1910)¹⁰⁶⁰, Antonio Braulio de Mendonça Filho (1887-1959; turma 82, 1913) e Arthur Leite de Barros Junior (1892-1962, turma 83, 1914) eram os principais nomes da polícia paulistana na virada de 1935 para 1936: respectivamente, chefe do Gabinete de Investigações, superintendente de Ordem Política e Social, delegado de Vigilância e Capturas e secretário da Segurança Pública – ainda, o irmão de Euzébio, Egas Botelho, era o diretor da Guarda Noturna. Mas quando este capítulo teve início, com o ano de 1934, Antonio Braulio era simultaneamente delegado de Vigilância e Capturas e superintendente da Guarda Noturna, Euzébio Botelho era o delegado de Repressão à Vadiagem

¹⁰⁵⁸ Disponível em: <<https://www.memoriapoliciacivildeesp.com/policia-civil-decada-de-60?pgid=juy665s5-c0a99aa5-0068-4598-bf55-a3c9b54f773a>>, acesso em 09 jul. 2020.

¹⁰⁵⁹ *O Cruzeiro*, 29-12-1928, n.º 8, p. 50, disponível em: <[memoria.bn.br](http://memoriasantista.com.br/?p=4352)>, acesso em 10 jul. 2020; segunda fotografia disponível em: <http://memoriasantista.com.br/?p=4352>>, acesso em 10 jul. 2020.

¹⁰⁶⁰ Eusébio era filho de Eugênio Egas Botelho (1863-1956). Segundo o acervo histórico da ALESP, Eugênio, filho de José Joaquim Egas de Andrade (1834-1910), nasceu em Iguape e após formar-se pela Faculdade de Direito de São Paulo (turma 49, 1880-1884), mudou-se para São Carlos e fundou um jornal republicano. Lá, casou-se em 1886 com Candida de Arruda Botelho, sobrinha do Conde do Pinhal, coronel fundador da cidade de São Carlos – a partir daí Eugênio passa a assinar o sobrenome da esposa, “Botelho”. O casamento ocorreu na capela particular do major Joaquim Roberto Rodrigues Freire, primeiro presidente da Câmara Municipal de São Carlos (MASSARÃO, 2015) que, segundo Joana D’Arc de Oliveira (2008), havia sido até anos antes o proprietário da fazenda São Roberto (1865-1874) em Ibaté. Eugênio foi promotor público, vereador, membro do governo provisório municipal após o golpe republicano, presidente do Conselho de Intendência e intendente municipal (MASSARÃO, 2015), além de ter sido eleito deputado estadual. Importante pontuar, conforme aponta Carla Fernandes da Conceição (2015), Eugênio casou-se, ao contrário do que informa o site da ALESP, com Candida Coelho de Arruda Botelho, evitando-se assim a existência de homônimas na família. Provável que Eusébio tenha nascido entre 1887 e 1888 em São Carlos, e falecido provavelmente entre 1956 e 1957 na capital.

e Francisco de Assis estava no mesmo cargo, chefe do Gabinete de Investigações, de agosto de 1933 a até setembro de 1938¹⁰⁶¹. Já o major gaúcho Newton Santos foi diretor na Ilha Anchieta de junho de 1931 a até janeiro de 1936.

E voltando à Ilha Anchieta, o que se sabe, de fato? Primeiro, brasileiros e imigrantes estavam lá sob “sigilo” recomendado pela polícia – ou seja, sob ordem dos delegados da capital; segundo, quando havia alguma busca pelo Judiciário por motivo de algum habeas corpus impetrado, as autoridades policiais negavam que o “paciente” estivesse detido e alguns então eram postos em liberdade sem ordem por escrito em Santos ou na região de Ubatuba. Ainda não é possível saber se tais detidos postos em liberdade foram aqueles considerados réus primários e que receberam indulto do governo federal de junho de 1934, mas é possível saber pela dinâmica adotada que nem encarcerados deveriam estar, do contrário teriam sido recambiados a alguma prisão da capital ou outra delegacia do interior, fato que não ocorreu. Portanto, é seguro afirmar, a partir da documentação colhida e triangulada, e a partir dos relatos dos próprios atores estatais, que os delegados, secretário da segurança pública e o major diretor podem ter cometido vários crimes contra a liberdade pessoal e a administração pública, através da prática do sequestro, cárcere privado e por reduzi-los à condição de trabalho análogo à escravidão.

Em primeiro lugar, a celeridade em toda a dinâmica levanta dúvidas sobre se, de fato, foi assegurada o direito a ampla defesa e se a primeira detenção era sequer comunicada ao Juiz competente (art. 113, 1934). Lembrando, por exemplo, o caso de Carlos Schmidt, que após passar 318 dias na Ilha e ser solto em 16 de maio de 1934, em agosto já estava novamente detido, processado e condenado.

Em segundo, não mais dúvidas, mas certezas, os delegados podem ter praticado crimes já tipificados no Código Penal de 1890, que os mesmos estudaram na Faculdade de Direito e que foram mantidos na Consolidação das Leis Penais de 1932¹⁰⁶². De tal forma, contra a liberdade pessoal os documentos mostram que houve privações de “liberdade pessoal, já impedindo de fazer o que a lei permite, já obrigando a fazer o que ella não manda” (art. 180). Também podem ter ocorrido em atitude criminosa ao “privar alguma pessoa de sua liberdade, retendo-a, por si ou por outrem, em cárcere privado” pelo prazo de mais de 24 horas (art. 181, §1º), além de causarem “maus tratos, em razão do logar e da natureza da detenção, ou qualquer

¹⁰⁶¹ *Correio Paulistano* (SP), 08-09-1938, n.º 25.305, p. 5, HDB/FBN.

¹⁰⁶² BRASIL, Consolidação das Leis Penais. Decreto n.º 22.213, 14-12-1932. Vicente Piragibe, desembargador do Tribunal de Apelação do Districto Federal, 4ª edição, Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1938.

tortura corporal” (art. 182, 1932). Ainda, também podem ter cometido delito ao “não mostrar que restituiu o paciente á liberdade, ou indicar seu paradeiro” (art. 183).

Em terceiro, também podem ter praticado crimes contra “a boa ordem e administração pública”. Para citar apenas alguns, podem ter prevaricado “por afeição, ódio, contemplação, ou para promover interesse pessoal seu” ao “proceder contra literal disposição de lei” (art. 207, §1º); podem ter também prevaricado ao “dissimular, ou tolerar, os crimes e defeitos officiaes de seus subalternos e subordinados” (art. 207, §6º); e novamente ao “ordenar a prisão de qualquer pessoa, sem ter para isso causa ou competencia legal, ou tendo-a, conservar alguém incommunicavel por mais de 48 horas” (art. 207, §9º); prevaricaram mais uma vez ao “recusar, ou retardar, a concessão de uma ordem de habeas-corporus, regularmente requerida” (art. 207, §11º); prevaricaram diversas vezes ao “fazer remessa do preso a outra autoridade, occultal-o ou transferil-o da prisão em que estiver”, assim como “deixar de conta circunstanciada dos motivos da prisão, ou do não cumprimento da ordem, iludindo por esses meios a concessão do habeas-corporus” (art. 207, §12º); prevaricaram novamente ao “executar a prisão de alguém sem ordem legal escripta de autoridade legitima; ou receber, sem essa formalidade, algum preso, salvo o caso de flagrante delicto” (art. 207, §14º); cometeram também prevaricação os funcionários públicos que “atestarem falsamente a identidade, estado das pessoas outros factos em acto do officio” (art. 208).

Em quarto, também cometeram “excesso ou abuso” em suas funções públicas, por exemplo, ao “executar ordem, ou requisição ilegal”, sendo estas as que “emanam de autoridade incompetente, as que são destituídas das solemnidades externas, necessarias para a sua validade, ou são manifestamente contrarias ás leis” (art. 229).

E toda essa população, independentemente de qualquer ato, vítima de atores estatais, que detêm o uso legítimo da força, centenas de “indivíduos sujeitos à prisão simples” eram obrigados a serem os “braços” e os “trabalhadores” da administração do presídio, reforçando as autoridades policiais em ação criminosa ao “obrigar a fazer alguma coisa”, sem previsão de lei, contrariando o art. 113 da Constituição Federal de 1934. Ou seja, vários elementos que caracterizam atualmente a “redução a condição análoga à de escravo” (BRASIL, 1940)¹⁰⁶³ estavam postos, sendo possível citar alguns: violação de direitos fundamentais

¹⁰⁶³ Esta expressão no Brasil aparece somente no Código Penal de 1940. Entretanto, já na Convenção 29ª da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizado em 1930 e que entrou em vigor no plano internacional em 01-05-1932, já tratava a respeito do “trabalho forçado” ou “trabalho obrigatório”. Foi definido enquanto “todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade”. Foi aprovado pelo Congresso brasileiro somente em 1956 e ratificado em 1957, entrando em vigência nacional em 25-04-1958. Disponível: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235021/lang-pt/index.htm>, acesso em 10 jul. 2020.

expressos na constituição; trabalho forçado através de isolamento geográfico e violência física; dinâmica de detenção fraudulenta, ilegal e arbitrária; condições degradantes de alimentação, vestuário e cuidados médicos.

Os anos que vieram colocaram os delegados em situações opostas. Veremos mais a frente que Arthur Leite será preso em 1938, na esteira das prisões da “intentona integralista”. Ele, assim como Eusébio Egas Botelho e Ignacio da Costa Ferreira, serão aposentados juntos e de forma compulsória através de ato do secretário da Segurança Pública. Entretanto, no sentido oposto, a trajetória de Carvalho Franco foi provavelmente uma das mais longevas em cargo de chefia, permanecendo chefe do Gabinete de Investigações até 08-09-1938¹⁰⁶⁴, um total de 1.844 dias, substituído exatamente por Bráulio de Mendonça, promovido a delegado auxiliar, delegado de “1ª classe”.

Portanto, aponto a hipótese de que foi desenvolvido na ilha um campo de trabalho forçado, suprido com mão de obra escravizada a partir de cidadãos nacionais e estrangeiros arbitrariamente e ilegalmente detidos pela polícia paulista. O recorte: majoritariamente jovens até 22 anos, classificados com cútis preta/parda/morena; destaca-se também no recorte de “vadios” a predominância de jovens classificados com cútis branca; em ambas as situações, habitantes de áreas periféricas de São Paulo e Santos, bairros industriais, bairros de chácaras ou zona portuária. Perceptível também uma ação policial orientada para aqueles já fichados, com passagens, ficha dactiloscópica e as informações necessárias para ocorrer a prisão, tal como houve em Santos: em uma noite, 30 “vadios” detidos em 13 endereços diferentes e soltos no dia seguinte.

¹⁰⁶⁴ *Correio Paulistano* (SP), 06-09-1938, n.º 25.305, p. 5, HDB/FBN.

PARTE IV

Segundo o mineiro Sebastião Marzagão de Campos, “presidiário n.º 345”,

[...] S. Paulo, em verdadeira quão despótica afronta a sociedade, mostrando-se indulgente para com os negociastas de “escravos brancos” e a livre execução do denominado “jogo de bicho” por lhe auferir, em caráter particular e para a preservação deste “Presidio”, sob dispendio da “verba secreta”. Com o firme proposito de sanar o conceito que lhe tem conta a sociedade, a Policia Paulista não trepida em encaminhar para esta “masmorra” os infelizes “parias” que, pelo seu meio ambiente e destituídos de quaisquer ideias politicas desta ou d’aquela natureza, não preenchem as expectativas que são caracterizadas pela denominação de “Presidio Politico da Ilha Anchieta”. Entretanto, esse gesto da política tem sido enaltecido até pela imprensa como sendo uma autentica medida de profilaxia social [20-03-1942]

Nesta quarta parte abordarei as transformações ocorridas entre 1936 a 1942. Destacam-se nesse período diversas situações. Uma delas foi a presença de oficiais e praças da Força Pública que eram membros filiados ou simpatizantes da Ação Integralista Brasileira (AIB) – inclusive, após o golpe do “Estado Novo”, o comandante do destacamento chegou a deter o diretor, o subdiretor, o médico e o almoxarife no dia de Natal e depois novamente na virada do Ano Novo. Mudanças também ocorreram na diretoria em 1938, com a posse de um diretor e subdiretor oriundos de outros estados, sendo o primeiro um empresário e vereador no Sul de Minas Gerais, onde era também sócio do ex-ministro da Guerra em uma cerâmica, enquanto o subdiretor era um ex-juiz mato-grossense e concunhado de Góes Monteiro. Esse foi o período em que a Colônia tornou a ser novamente Presídio Político e representou tanto o início das obras do Serviço de Engenharia da Força Policial na expansão das estruturas do presídio, como marcou o início da influência administrativa da Força Pública sobre a Ilha e a diretoria. Foi em tal cenário que alguns fatos relevantes do cotidiano ocorreram, tal como a permissão para algumas famílias de encarcerados pudessem habitar a Ilha Anchieta, assim como a regulação de uma prática que já vinha ocorrendo: de “presidiários” poderem ser “empregados” de funcionários e militares, mediante um pagamento horário 10 vezes menor que um operário não qualificado ganhava na capital. Simbólico também que o maior número de mortes tenha ocorrido justamente nesta época, com quatro mortes em 1939 e seis em 1942, mesmo ano em que as oficinas e olarias tiveram produção recorde. Ano também que contou com uma inspeção de saúde enquanto os óbitos ocorriam, mas com um parecer excelente para as condições de saúde dos civis detidos. Esta quarta parte é finalizada com a transformação do Presídio Político em Instituto Correcional da Ilha Anchieta (1942-1953).

8 DA COLÔNIA A NOVAMENTE PRESÍDIO POLÍTICO (1936-1942)

O assassino, isto é, o presidente Getúlio Vargas, num discurso pronunciado numa “manifestação” popular, organizada pela polícia, pronunciou que os comunistas serão isolados em “colônias agrícolas”, para “redução social”. É o **regime do campo de concentração que se transplanta para o Brasil**. Mesmo antes desta declaração presidencial, o governo estava enviando comunistas para as **colônias correccionais da Ilha Grande e dos Porcos**. – Circula no seio da classe operaria de S. Paulo, que estrangeiros deportados – que já são em grande numero, especialmente dos paizes do Norte da Europa não são enviados para o “seu” paiz, mas sim **entregues as autoridades alemães** em Amburgo, as quaes a policia do Brasil confia a tarefa de desembarca-los (Hilcar Ferreira Leite, maio de 1936, grifo meu)¹⁰⁶⁵.

8.1 “Reformatório Profissional”? Novo esvaziamento e retomada (1936-1937)

Um termo crítico que aparece ocasionalmente durante a administração de Armando de Salles Oliveira foi o “peceismo”, por supostamente ter indicado para cargos públicos diversos correligionários do Partido Constitucionalista (PC). Após o golpe de novembro de 1937 e provavelmente com o objetivo de atacar politicamente o ex-presidenciável e opositor de Getúlio Vargas, expressões como “novas revelações sobre as machinações mashorqueiras do ex-armandismo” surgiam em parte da imprensa¹⁰⁶⁶.

Ainda durante o governo armandista, o deputado estadual Alfredo Ellis Jr. criticou o que chamou de “verdeio ninho de empregos para os protegidos politicos do P. C.”, comentando o aumento das verbas para pagamento de salário e manutenção de diversas repartições públicas, incluindo a Colônia Correccional. Segundo o deputado, a verba destinada para a Colônia naquele ano subiu a 943:800\$000¹⁰⁶⁷, mas não foi possível confirmar a informação¹⁰⁶⁸.

¹⁰⁶⁵ Suponho esta data pois ele cita um evento de 30 de abril e a carta é apreendida em “batida” no dia 17 de maio. Documento transcrito pela policia, citando “Hylcar Leite vulgo ‘Antonio Monteiro’” e adicionando a nota: “Parece que esse comunista trotskista tem projeção internacional”: f. 178 do relatório do delegado de policia adido da Delegacia de Ordem Social, 29-06-1936, pront. n.º 4.143, vol. 1, “Liga Comunista”, DEOPS/APESP.

¹⁰⁶⁶ *Correio Paulistano* (SP), 30-01-1938, n.º 25.120, p. 23, HDB/FBN.

¹⁰⁶⁷ DOSP, 16-10-1936, n.º 233, p. 34; *Correio Paulistano* (SP), 20-10-1936, n.º 24.723, p. 7, HDB/FBN.

¹⁰⁶⁸ Nem todos os decretos e publicações nos diários oficiais que tratam sobre as despesas e sobre seus quadros explicativos estão disponíveis de forma completa. Ainda, os de 1938 e 1939 que estão disponíveis, a Colônia não aparece discriminada e consta sob a rubrica “Título XX – Prisões do Estado” (ou “Título XIX, para 1939) que aglutinam todas as prisões e as verbas para pessoal e a de material e serviços, que totalizaram, respectivamente Rs 3.021:400\$000 e Rs 4.227:800\$000 – decretos n.º 8.892, 31-12-1937 e n.º 9.870, 27-12-1938, ALESP.

Tabela 33 - Tabela orçamentária (1931-1942), com dois apontamentos adicionais

ANO	PPIP/CCIA/PPIA*	
1931	635:790\$000	
1932	72:750\$000	
1933	72:750\$000	
1934	266:750\$000	
1935	194:000\$000	
1936	*	943:800\$000
1937	*	
1938	*	
1939	*	81:840\$000 ¹⁰⁶⁹
1940	112:500\$000	
1941	414:750\$000	
1942	631:750\$000	

Fonte: Ferreira (2016, p. 48 e p. 55). Fonte: DOSP, n.º 233, 1936; Relatório 1939, NBH/APESP.

* Presídio Político da Ilha dos Porcos (PIIP), Colônia Correccional da Ilha Anchieta (CCIA) e Presídio Político (PIA)

Em 1936, com o afastamento de Newton Santos e a licença de José Basílio de Almeida, a nova administração passou a ter três características: civil, paulista e partidária. Tome-se como exemplo Pedro de Freire Gomes, nascido na capital, filho do médico e político Braulio Gomes (1854-1903)¹⁰⁷⁰ e neto da “veneranda e illustre” d. Francisca Leopoldina de Sousa Freire, “dama de tradicional e conhecida família paulista”, também avó do ex-deputado e senador Luis Pereira de Campos Vergueiro (PRP)¹⁰⁷¹. Pedro fez sua carreira no interior: em 1926, pelo PRP, foi eleito vice-prefeito de Presidente Prudente; após o golpe de 1930, já em Piratininga exerceu a profissão de dentista¹⁰⁷², sendo também primeiro suplente de delegado de polícia¹⁰⁷³, presidente da junta de alistamento militar¹⁰⁷⁴ e até prefeito¹⁰⁷⁵. No início de 1936, compôs a diretoria do Partido Constitucionalista (PC) daquela cidade, ocupando o cargo de

¹⁰⁶⁹ Pessoal contratado 71:040\$000 e “Pags despesas 10:800\$000 – Relatório das atividades da Polícia Civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado, pelo Chefe de Polícia, Dr. João Carneiro da Fonte, São Paulo, 1940, p. 211.

¹⁰⁷⁰ Segundo o *Dicionário de Ruas*, Bráulio Joaquim Gomes era natural de Barra Mansa (RJ). Formado em medicina, trabalhando nos hospitais de Paris e Viena e, regressando ao Brasil, trabalhou em Campinas (1889 e 1890) e participou do combate da febre amarela. Foi fundador das Escolas de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia, e também da Maternidade de São Paulo (1894). Foi também vereador e poeta.

¹⁰⁷¹ *Correio Paulistano* (SP), 25-02-1939, n.º 25.451, p. 4, HDB/FBN.

¹⁰⁷² *Almanak Laemmert*, 1935, n.º 91, p. 1.662, HDB/FBN.

¹⁰⁷³ *Diário Nacional* (SP), 07-04-1932, n.º 1.429, p. 2, HDB/FBN.

¹⁰⁷⁴ *Almanak Laemmert* 1935, n.º 91, p. 2.474, HDB/FBN.

¹⁰⁷⁵ Vice-prefeito de Presidente Prudente em 1926, pelo Partido Republicano Paulista (PRP), em 1932 foi nomeado prefeito de Piratininga para o período de 02 de maio a 1º de julho; ano mais tarde foi novamente nomeado prefeito, permanecendo no cargo de 31 de agosto de 1933 a 28 de dezembro de 1935(DOSP, 26-08-1933, p. 3).

secretário¹⁰⁷⁶, mas logo naquele semestre foi nomeado como diretor da Colônia¹⁰⁷⁷. Com trinta e seis anos e solteiro desembarcou na Ilha Anchieta¹⁰⁷⁸.

É importante frisar uma distinção. Enquanto a Penitenciária do Estado estava sob a égide da Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça, a Colônia Correcional, apesar de passar a receber alguns condenados pelas varas criminais de Santos e da capital entre 1935 e 1936, estava “sob imediata direcção da Secretaria da Segurança Pública”¹⁰⁷⁹ e, em algum momento naquele primeiro semestre, segundo um delegado, “aquelle estabelecimento foi transformado em “Reformatório Profissional””^{1080 1081}, fato que não consta no relatório da Secretaria da Segurança Pública.

Segundo o secretário Arthur Leite de Barros Júnior, o objetivo da Colônia na Ilha Anchieta no ano de 1936 era o

recolhimento e á reforma dos indivíduos condemnados por vadiagem e, principalmente, dos que se entregam a actividades contrarias á lei e aos bons costumes, taes como “vigaristas”, batedores de carteiras, “punguistas” e desordeiros. (aspas no original)¹⁰⁸²

¹⁰⁷⁶ *Correio de S. Paulo* (SP), 28-02-1936, n.º 1.137, p. 2, HDB/FBN.

¹⁰⁷⁷ Não foi possível precisar a data de nomeação ou posse, mas por ser passageiro registrado a bordo do vapor “Itaipava” e com desembarque em Santos, é possível precisar que, no primeiro semestre de 1936, Pedro já estava presente na Ilha Anchieta.

¹⁰⁷⁸ Depoimento de Pedro Freire Gomes, *Apelação n.º 294* de Heli Fernandes da Camara, Processo Crime n.º 532, 25-05-1938, p. 8. TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290.

¹⁰⁷⁹ *Ofício n.º 2.650*, 25-06-1936, do delegado regional de Santos, Ernesto Jordão de Magalhães, para o juiz de direito da 4ª Vara Criminal, São Paulo, caixa 527, Acadepol/APESP.

¹⁰⁸⁰ *Ofício n.º 2.315*, 04-06-1936, do delegado regional de Santos, Ernesto Jordão de Magalhães, para o “Juiz de Direito da Vara Criminal” de Santos, caixa 527, Acadepol/APESP.

¹⁰⁸¹ O Departamento de Assistência Social foi criado em abril de 1935 (Decreto n.º 7.7078, 06-04-1935, ALESP) e em dezembro foi dada a sua organização, que criou também o *Conselho Official dos Patronatos dos Condemnados, Liberados Condicionaes e Egressos das Prisões* (Lei n.º 2.497, 24-12-1935, ALESP). No arranjo institucional, os estabelecimentos “de proteção e reforma” abrangiam: o *Reformatório Modelo da Capital*, “destinado ás menores abandonadas, delinquentes, insubmissas, ou pervertidas, até 18 annos. e aos menores abandonados e delinquentes de mais de 10 até 14 annos”; a *Escola de Reforma de Mogy-Mirim*, “destinada aos menores abandonados de todo o Estado, do sexo masculino, que tenham mais de 14 até 18 annos”; o *Reformatório Profissional de Taubaté*, “destinado aos menores insubmissos, abandonados ou delinquentes, do sexo masculino, de mais de 14 annos, procedentes de todo o Estado”; a *Escola de Conducta Social de Bauru*, “destinada aos menores abandonados ou delinquentes, de mais de 14 annos, procedentes de todo o Estado”; o *Instituto de Preservação de São Carlos*, “destinado aos menores abandonados, de ambos os sexos, de mais de 10 annos procedentes de todo o Estado”; o *Reformatório Agrícola de Ribeirão Preto*, “destinado aos menores abandonados, pervertidos e delinquentes, do sexo masculino, de mais de 14 annos, procedentes de todo o Estado”; a *Escola de Readaptação Mixta de Campinas*, “destinada aos menores abandonados de ambos os sexos, de qualquer idade e de todo o Estado”; e a *Escola Maternal*, “destinada a funcionar como asylo-maternidade das menores sujeitas á guarda do Estado”. Não foram localizados documentos que apresentem indícios da ida de “menores” para a Ilha Anchieta em 1936. Lembrando apenas que o “Reformatório Modelo da Capital” e a “Escola de Reforma de Mogy-Mirim” eram os antigos institutos disciplinares, reformulados em 1934 (Decreto n.º 6.732, 04-10-1934, ALESP). Importante destacar que, com o fim do Instituto Correcional de Taubaté em 1936, este deu lugar a Colônia de Trabalho de Taubaté.

¹⁰⁸² *Relatório Anno de 1936*, Secretaria dos Negocios da Segurança Pública, secretário Arthur Leite de Barros Júnior, ao Governador do Estado, José Joaquim Cardoso de Mello Netto, p. 257, caixa 702, Acadepol/APESP. Importante pontuar que este relatório, sobre o ano de 1936, foi publicado, ao menos, após 1º de setembro de 1937.

Achando-se um poeta ou filósofo punitivista, ou misto de ambos, o secretário ainda afirmou que a Ilha, abundante em água e com solo coberto de matas e de verdejantes pastagens, tinha que,

sua situação, entre as ondas do Atlântico, é adequada á segregação daqueles elementos desviados do bom caminho e nocivos á ordem social.

Uma das intenções era que a “exploração” da terra e da pesca ocorresse com a “utilização dos presos”, assim o “Estado tirará recursos para manter a Colônia. A actual administração da Colonia Correccional, confiada ao snr. Pedro Freire Gomes, estuda um plano para aproveitamento econômico da Ilha”. Com os “presos” trabalhando oito horas de trabalho por dia, a Colônia possuía as seguintes seções, segundo a mesma autoridade: administração, posto médico, farmácia, gabinete dentário, almoxarifado, lavanderia, barbearia, ferraria, olaria, alfaiataria, carpintaria, sapataria, horta, jardins, cozinha, padaria e limpeza em geral. Ou após a saída de Newton Santos houve uma total reformulação da Colônia em poucos meses, ou simplesmente o secretário tentou passar uma imagem pasteurizada e bem diversa do que havia acontecido até poucos meses antes, levantando dúvidas sobre até que ponto as oficinas mencionadas, voltadas para o ensino de alguma atividade profissional, de fato operaram naquele primeiro semestre de 1936.

Nas últimas semanas de junho, os escoteiros “pioneiros paulistas”, que realizavam o “campo de férias” em Ubatuba¹⁰⁸³ durante as festividades do Divino Espírito Santo, São João e João Pedro, patrocinado pela Companhia de Tecidos de Taubaté¹⁰⁸⁴, aproveitaram a oportunidade, intenção enunciada diversas vezes naqueles dias, para “visitarem o presidiário da Ilha Anchieta”:

o director Pedro G. Freire e demais funcionarios culminaram-n’os de gentileza e offereceram-lhes um saboroso almoço, depois de percorrerem todas as suas dependencias em que se denota disciplina, ordem e perfeita organização; foram constantemente obsequiados e homenageados.¹⁰⁸⁵

Porém, passadas duas semanas, a população encarcerada foi posta em liberdade. Em 16 de julho de 1936, “foi determinada a soltura dos 198 individuos que se achavam recolhidos aos diversos pavilhões da Colonia”¹⁰⁸⁶, restando então 268 pessoas, entre funcionários civis, militares da Força Pública e seus familiares – cerca de 30 famílias habitavam

¹⁰⁸³ *Correio Paulistano* (SP), 14-06-1936, n.º 24.614, p. 27, HDB/FBN.

¹⁰⁸⁴ *Correio Paulistano* (SP), 24-06-1936, n.º 24.622, p. 4, HDB/FBN.

¹⁰⁸⁵ *Correio Paulistano* (SP), 04-07-1936, n.º 24.631, p. 13, HDB/FBN.

¹⁰⁸⁶ *Relatório Anno de 1936*, Secretaria dos Negocios da Segurança Pública, secretário Arthur Leite de Barros Júnior, ao Governador do Estado, José Joaquim Cardoso de Mello Netto, p. 257, caixa 702, Acadepol/APESP.

a ilha. Naquele mesmo dia, a Constituição de 1934 completava dois anos, enquanto o presidente Getúlio Vargas discursava sobre a missão do jornalismo, ao ser premiado pela Associação Brasileira de Imprensa¹⁰⁸⁷. Na mesma semana, Arthur Bernardi, com 28 anos, filho de italianos¹⁰⁸⁸ e escrivão da delegacia da mesma Piratininga, foi nomeado para exercer em comissão o cargo de “auxiliar de Diretor” “durante o impedimento do effectivo que se acha afastado por motivo de licença”¹⁰⁸⁹. Arthur foi nomeado ao cargo três dias após a Colônia ter toda sua população encarcerada libertada e iniciarem processos para que os funcionários fossem reaproveitados nas instituições de segurança da capital.

Em 21 de agosto, o *Correio de S. Paulo* publicou que “a Ilha dos Porcos vae ser posta á disposição do governo federal”, “projeto em debate” que subordinaria a ilha ao Ministério da Justiça para recolhimento dos presos políticos condenados pelos “Tribunaes Especiaes em vias de criação pelo Poder Legislativo Federal”¹⁰⁹⁰. Segundo a matéria, “depois de prolongado silencio sobre as coisas da ilha”, esta “vae ser transformada em colônia agrícola para recolhimento de presos politicos”. De forma sarcástica, a matéria pontua que na ilha o “intelectual deverá ser proletarizado”, “transformar-se em legítimos proletários... da enxada”, que “a Justiça, assim vae facilitar o programma dos communistas facilitando-lhes aquilo que elles desejam... E sem desordem”¹⁰⁹¹.

Para o *Correio*, a Ilha Anchieta “celebrisou-se pela applicação que lhe deram as autoridades publicas: “colônia correccional”. Trata de forma saudosa quando as colunas jornalísticas informavam a “remessa de levas de malfeitores”, reforçando algumas vezes o quanto eram “elementos perigosos á propriedade particular”, enquanto vê com descrédito quando também era noticiado e tornavam “publicas as diligencias alli realizadas por juízes togados, em consequencia de habeas-corporis impetrados em favor de terríveis criminosos

¹⁰⁸⁷ BRASIL. A missão do jornalismo brasileiro. Discurso pronunciado na Associação Brasileira de Imprensa, a 16 de Julho de 1936. Biblioteca da Presidência da República, p. 169-176, disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1936/04.pdf/view>>, acesso em 8 ago. 2020.

¹⁰⁸⁸ Em outubro de 1936, Arthur recebeu a visita dos italianos Sebastião e Thereza Bernardi, respectivamente com 64 e 60 anos, casados. *Relação dos passageiros desembarcados em Santos*, 03-10-1936, Companhia Santense de Navegação, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – SP (Santos)/Arquivo Nacional, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.29935, p. 2.

¹⁰⁸⁹ DOSP, 19-07-1936, n.º 159, p. 2.

¹⁰⁹⁰ No dia seguinte o *Jornal do Commercio* republicou notícia dizendo que a Ilha Anchieta “será transformada numa colonia agrícola, onde são recebidos os presos politicos dos movimentos de Novembro” (*Jornal do Commercio* (RJ), 22-08-1936, n.º 278, p. 3, HDB/FBN). Na semana seguinte, os jornais catarinense e maranhense, também replicando com ligeira alteração no tempo verbal, também publicaram que “os extremistas vão para a ilha Anchieta”, que “será transformada numa colonica agrícola, onde vão ser recolhidos os presos políticos do movimento de novembro” (*O Estado* (SC), 28-08-1936, n.º 6.865, p. 1; *O Combate* (MA), 28-08-1936, n.º 3.133, p. 4, HDB/FBN). Já o catarinense *A Gazeta* disse textualmente que “será transformada em presidio para os comunistas” (*A Gazeta* (SC), 28-08-1936, n.º 594, p. 1, HDB/FBN).

¹⁰⁹¹ *Correio de S. Paulo* (SP). 21-08-1936, n.º 1.284, p. 8, HDB/FBN.

desaparecidos”. Além da sintonia entre o discurso do periódico e o pensamento policial sobre o quanto o judiciário e o habeas corpus atrapalhavam a ação policial, o jornal prossegue endossando os mesmos dizeres dos relatórios provenientes da SSP, afirmando que durante a direção de Newton Santos “foram alli introduzidos grandes melhoramentos”, que “dispunha de pavilhões arejados e hygienicos e aparelhamentos completos”, “excelente consultorio medico-dentario, pharmacia, posto de curativos” e “alojamento moderníssimo para as praças”. Informa falsamente também ao afirmar que “só um detento conseguiu fugir da ilha, nadando até a enseada de Ubatuba, onde foi, entretanto, novamente capturado”.

Figura 77 - Reportagem do *Correio de S. Paulo*



Fonte: *Correio de S. Paulo* (SP). 21-08-1936, n.º 1.284, p. 8, HDB/FBN.

Continua a matéria ao dizer que na ilha havia “apenas um homem: Antonio Gabriel, o mais antigo funcionário do presidio”¹⁰⁹². Finaliza ao pontuar que “dando execução ao plano de remodelação”, “as autoridades já fizeram recolher os antigos funcionarios do presidio”, sendo eles “aproveitados em varias dependencias da policia”.

¹⁰⁹² Antonio Gabriel aparece como um dos “rapazes de Ubatuba” contratado em setembro de 1934, tal como visto no capítulo 7.

Tabela 34 - Transferências de funcionários da Ilha Anchieta - ato de 11 de agosto de 1936

FUNCIONÁRIO	CARGO	DECLARADO EM COMISSÃO
Deusdith de Mello	enfermeiro	Posto Médico da Assistência Policial
Ismael de Sá Júnior	médico	Presídio da Capital
Manoel Albuquerque Sobrinho	almoxarife	Almoxarifado da Secretaria da Segurança Pública
Nathaniel de Aquino	porteiro	Gabinete de Investigações
Eduardo Lisboa	vigilante	Superintendência de Ordem Política e Social
Harry Müller	vigilante	Superintendência de Ordem Política e Social
Irineu Moysés de Oliveira	vigilante	Superintendência de Ordem Política e Social
Paulo Simões Correa	vigilante	Superintendência de Ordem Política e Social
Antonio Bernardini	vigilante	Cadeia Pública da Capital
Aurelio Sposito	vigilante	Cadeia Pública da Capital
João da Graça	vigilante	Cadeia Pública da Capital
Pastor Lopes	vigilante	Cadeia Pública da Capital
Durval Lopes	artífice	Delegacia Especializada de Trânsito
Ireno Soares Pinto	encarregado lancha	Delegacia Especializada de Trânsito
Isidoro Corbani	artífice	Delegacia Especializada de Trânsito
José Marques dos Santos	artífice	Delegacia Especializada de Trânsito
Paschoal Mendes	artífice	Delegacia Especializada de Trânsito
Romão Bernardini	artífice	Delegacia Especializada de Trânsito

Fonte: DOSP, 12-08-1936, n.º 179, p. 3 - Tabela elaborada pelo autor.

É possível que os “presos políticos” da “intentona comunista” tenham ido para a Ilha Anchieta ao final de 1935 e início de 1936? Sim, é possível, assim como seria esperado que o governo paulista ou federal pensasse em, mais uma vez, atribuir tal papel para aquele território: com instalações prontas e isoladas. Porém, com a lacuna documental existente tanto no PEIA quanto nos ofícios da Delegacia Regional de Santos há parcialidades intransponíveis para confirmar ou descartar totalmente tal hipótese a partir do recorte das fontes aqui utilizadas. Entretanto, já sabemos que, com a liberdade concedida à população encarcerada em julho de 1936, diversos funcionários da Colônia foram transferidos para as repartições da Segurança Pública na capital, não apenas o corpo médico, mas inclusive grande parte dos vigilantes, que já atuavam em número reduzido na ilha – lembrando que era apenas sete, ao todo, em outubro de 1935. Sabemos também que aqueles que foram presos e presas no decorrer dos eventos de novembro de 1935 foram mantidos em um novo local: o Presídio Político do Belém ou “Maria Zélia”, detidos que, em seus prontuários, também não possuem menção a passagem pela Ilha Anchieta.

Outro indício que aponta para o fato de que a Ilha não teve retomada de sua população encarcerada pode ser observada a partir dos volumes transportados pela Delegacia Regional de Santos para a Colônia Correccional:

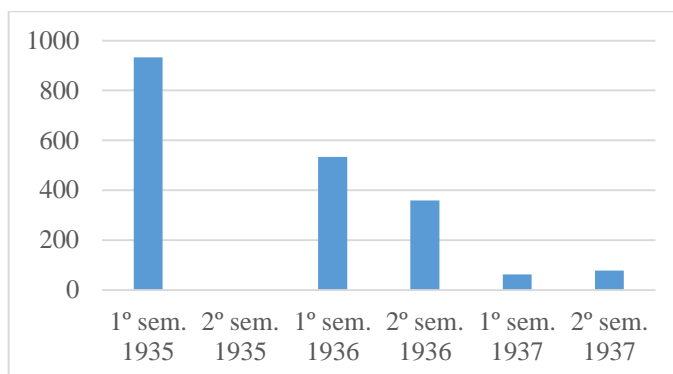
Tabela 35 - Volumes despachados para a Ilha Anchieta (1935-1937)

DATA	VOLUMES	PESO	LANCHA
08/01/1935 ¹⁰⁹³	286	—	Appolo
prov. 02/1935 ¹⁰⁹⁴	204	—	—
25/03/1935 ¹⁰⁹⁵	7	—	Ubatuba
26/03/1935	436 ¹⁰⁹⁶	20.861 kg	Alfredo Freire
28/03/1935			Ubatuba
TOTAL	933		
20/01/1936	120 ¹⁰⁹⁷	—	Alfredo Freire
06/02/1936	250 ¹⁰⁹⁸	13.180 kg	Alfredo Freire
20/04/1936	46 ¹⁰⁹⁹	2.090 kg	Alfredo Freire
27/04/1936	55 ¹¹⁰⁰	3.219 kg	Alfredo Freire
06/05/1936	63 ¹¹⁰¹	—	Alfredo Freire
TOTAL	534		
14/08/1936	133 ¹¹⁰²	—	Alfredo Freire
05/09/1936	142 ¹¹⁰³	7.869 kg	Alfredo Freire
24/09/1936	4 ¹¹⁰⁴	—	—
05/10/1936	80 ¹¹⁰⁵	—	Alfredo Freire
TOTAL	359		
27/03/1937	12 ¹¹⁰⁶	—	Alfredo Freire
12/06/1937	50 ¹¹⁰⁷	—	Alfredo Freire
TOTAL	62		
08/07/1937	71 ¹¹⁰⁸	3.608 Kg	Alfredo Freire
14/08/1937	7 ¹¹⁰⁹	—	Alfredo Freire
TOTAL	78		

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos ofícios preservados da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP).

Quando os volumes são observados de forma semestral fica mais visível que os despachos não permaneceram no mesmo patamar de quando havia civis detidos:

- ¹⁰⁹³ Ofício n.º 379, 07-02-1935, caixa 522, Acadepol/APESP.
¹⁰⁹⁴ Ofício n.º 589, 07-03-1935, caixa 522, Acadepol/APESP.
¹⁰⁹⁵ Ofício n.º 1.130, 17-04-1935, caixa 523, Acadepol/APESP.
¹⁰⁹⁶ Ofício n.º 988, 04-04-1935, caixa 523, Acadepol/APESP.
¹⁰⁹⁷ Ofício n.º 268, 20-01-1936, caixa 524, Acadepol/APESP.
¹⁰⁹⁸ Ofício n.º 567, 05-02-1936, caixa 524, Acadepol/APESP.
¹⁰⁹⁹ Ofício n.º 1.685, 20-04-1936, caixa 526, Acadepol/APESP.
¹¹⁰⁰ Ofício n.º 1.764, 25-04-1936, caixa 526, Acadepol/APESP.
¹¹⁰¹ Ofício n.º 1.896, 05-05-1936, caixa 526, Acadepol/APESP.
¹¹⁰² Ofício n.º 3.403, 17-08-1936, caixa 529, Acadepol/APESP.
¹¹⁰³ Ofício n.º 3.682, 04-09-1936, caixa 529, Acadepol/APESP.
¹¹⁰⁴ Ofício n.º 3.976, 24-09-1936, caixa 529, Acadepol/APESP.
¹¹⁰⁵ Ofício n.º 4.195, 05-10-1936, caixa 530, Acadepol/APESP.
¹¹⁰⁶ Ofício n.º 1.169, 24-03-1937, caixa 532, Acadepol/APESP.
¹¹⁰⁷ Ofício n.º 2.459, 11-06-1937, caixa 534, Acadepol/APESP.
¹¹⁰⁸ Ofício n.º 2.804, 05-07-1937, caixa 535, Acadepol/APESP.
¹¹⁰⁹ Ofício n.º 3.362, 12-08-1937, caixa 535, Acadepol/APESP.

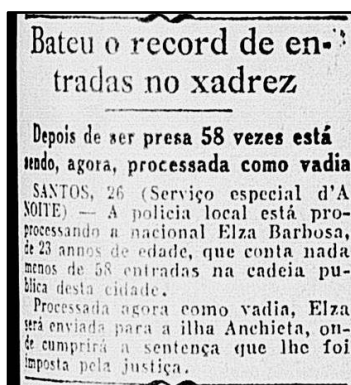
Gráfico 10 - Volumes despachados para a Ilha Anchieta por semestre (1935-1937)¹¹¹⁰

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos ofícios preservados da Delegacia Regional de Santos (Acadepol/APESP).

8.1.1 O caso da “preta Elza Barbosa”

Não será surpresa se pesquisas futuras confirmarem que mulheres transgêneras foram enviadas para a Ilha Anchieta de forma coordenada. Não será surpresa também se pesquisas futuras localizarem a reclusão indevida de mulheres, por mais que isso pareça impossível para aqueles que ouvem as histórias contadas pelas pessoas que circulam naquele local. Mas isso quase ocorreu naquele ano de 1936 e aponta algumas questões relevantes. Aliás, começou exatamente um ano antes.

Figura 78 - Elza e a Ilha Anchieta



Fonte: *A Noite*, 27-04-1935, n.º 8.412, p. 3, HDB/FBN.

Ainda em 1935, em abril, mais precisamente, Elza Barbosa, moradora de Santos e com 23 anos de idade, segundo a reportagem, contava com “nada menos de 58 entradas na cadeia pública desta cidade”. “Processada como vadia, Elza será enviada para ilha Anchieta, onde cumprirá a sentença que lhe foi imposta pela justiça”. Não há vestígio documental produzido pelas delegacias ou pela Colônia que ateste que o encaminhamento, de fato, ocorreu.

¹¹¹⁰ Lembrando que para o ano de 1935, apenas os ofícios de janeiro a maio foram preservados; enquanto para o ano de 1937 estão preservados até outubro.

Como dito anteriormente, frequentemente as notícias das “levas” envolviam sempre indivíduos que não chegaram a serem transferidos, fosse por decisão de última hora no Gabinete ou na Delegacia Regional, fosse por fuga no caminho ou por uma apuração errada ou dedução do jornalista responsável por cobrir as atividades policiais.

Entretanto, em janeiro de 1936, a “preta Elza Barbosa” foi condenada a 15 meses de prisão por ser “vadia”, ou seja, era maior de idade, sem meios de subsistência, sem profissão ou ocupação “legal e honesta” em que pudesse “ganhar a vida”, acabando por “vagar pela cidade na ociosidade”. No Código Penal de 1890, a pena era de 15 a 30 dias de prisão, mas com a Consolidação das Leis Penais (1932), “os vadios e capoeiras que tiverem mais de 18 annos e menos de 21” passaram a serem “recolhidos á Colonia Correccional pelo praso de um a cinco annos” (art. 402)¹¹¹¹.

O delegado Pedro de Alcantara Carvalho de Oliveira, então, comunicou o fato ao chefe do Serviço de Identificação, remetendo a ele “individuais dactyloscopicas, photographica e planilha da preta Elza Barbosa”, pontuando que a pena “deverá ser cumprida na Colonia Correccional da Ilha Anchieta, do Estado”¹¹¹². Foi raro durante a atividade de pesquisa localizar um ofício como esse, mobilizando a “cútis” ao relatar a ficha de uma pessoa ou de sua transferência, na qual a “côr” viesse como um marcador. Em apenas um outro caso, relacionado a dois homens homônimos (“Sebastião Francisco”), é que foi utilizada a distinção entre “preto” e “branco”¹¹¹³. Por ser um único caso não quer dizer que a polícia não era racista, pelo contrário, o conteúdo inserido na forma burocrática pode indicar o quanto o racismo era presente, resultando que, mesmo em um documento oficial, houve o escape e a materialização a partir da ação do delegado no momento de representar Elza às autoridades da capital.

Em abril de 1936, o novo delegado regional, cumprindo ordem do juiz da Vara Criminal, encaminhou a “presa Elza Barbosa” para o delegado de Vigilância e Capturas em São Paulo, para que ela pudesse cumprir a pena a qual foi sentenciada¹¹¹⁴. Elza ficou dois meses na Cadeia Pública da Capital até retornar a Santos:

¹¹¹¹ BRASIL, Consolidação das Leis Penais. Decreto n.º 22.213, 14-12-1932. Vicente Piragibe, desembargador do Tribunal de Appelação do Districto Federal, 4ª edição, Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1938.

¹¹¹² *Ofício n.º 416*, 27-01-1936, do delegado regional de Santos, Pedro de Alcantara Carvalho de Oliveira para o chefe do Serviço de Identificação, caixa 524, Acadepol/APESP.

¹¹¹³ Pront. n.º 640, “Sebastião Francisco”, DEOPS/APESP.

¹¹¹⁴ *Ofício n.º 1.474 01-04-1936*, do 1º delegado Ernesto Jordão de Magalhães, pelo delegado regional, para o delegado de Vigilância e Capturas, caixa 526, Acadepol/APESP.

A Delegacia de Vigilancia e Capturas [...] explica que essa condenada não poderá cumprir, na Colonia Correccional, a pena que lhe foi imposta, visto ter sido aquelle estabelecimento transformado em “Reformatorio Profissional” e não possuir dependência adequada para recebel-a.¹¹¹⁵

Não foi possível saber, por enquanto, o que houve com Elza e provavelmente não foi, de fato, encaminhada para a Ilha, fosse pela negativa, fosse porque dali um mês a Colônia seria novamente esvaziada. Sabe-se apenas que, em julho de 1937, Elza tornou a ser presa por “vadiagem” e passou mais de um dia detida na Cadeia Pública de Santos¹¹¹⁶. Em toda essa curta trajetória retalhada vemos diversos pontos: o uso do “preta” pelo delegado Pedro de Alcantara, o mesmo que enviava os “trabalhadores” para a Ilha; o desconhecimento de um juiz da área criminal e de Santos sobre a estrutura prisional instalada na Ilha Anchieta, provavelmente reforçada pelo fato de que, ainda naquele momento, a Colônia não possuía regulamento; o endurecimento da pena para o crime de vadiagem, passando de 30 dias para até cinco anos; e o prazo longo, de dois meses, em que Elza ficou detida na capital, provavelmente incrédula com aquele momento de dúvida que se repetia e se, de fato, seria encaminhada para a antiga Ilha dos Porcos, a “válvula de escape” de São Paulo.

8.1.2 Retomada em 1937

Pouco se sabe sobre o ano de 1937 e o que de fato houve na Ilha Anchieta. Ainda em novembro de 1936, o secretário da Viação, Ranulfo Pinheiro Lima, em companhia de vários engenheiros, fiscalizavam obras no porto de São Sebastião e passaram rapidamente pela Ilha Anchieta¹¹¹⁷. Meses depois, em janeiro de 1937, “em consequência das chuvas contínuas”, um “prédio desmoronou” na ilha. Segundo a notícia, “todos os seus moradores, com exceção do menor Donato Manuel da Costa, de 9 anos, natural de Ubatuba, conseguiram eximir-se”, mas a criança, “sendo colhido por parte do telhado, baqueou e ficou soterrado sob os escombros”. Socorrido, Donato foi hospitalizado em estado grave na Santa Casa¹¹¹⁸.

Há apenas um documento no PEIA que traz alguma informação. Em 5 de junho, o secretário da Segurança Pública, Arthur Leite de Barros Júnior, autorizou que Romão Bernardini reassumisse suas funções no “Presidio da Ilha Anchieta”. Publicado no dia 9 de

¹¹¹⁵ *Ofício n.º 2.315*, 04-06-1936, do delegado regional Ernesto Jordão de Magalhães, para o “Juiz de Direito da Vara Criminal” de Santos, caixa 527, Acadepol/APESP.

¹¹¹⁶ *Ofício n.º 2.8481*, 07-07-1937, do delegado adjunto Manoel Ribeiro da Cruz, pelo delegado regional, para o “Juiz de Direito da Vara Criminal” de Santos, caixa 535, Acadepol/APESP.

¹¹¹⁷ *Correio da Manhã* (RJ), 25-11-1936, n.º 12.896, p. 12, HDB/FBN.

¹¹¹⁸ *Correio de S. Paulo* (SP), 18-01-1937, n.º 1.405, p. 10, HDB/FBN.

junho, “reassumi as funções de seu cargo nesta Colonia na data abaixo”, assinado pelo próprio diretor Pedro Freire Gomes em 11 de junho¹¹¹⁹.

Após algumas semanas, na primeira terça-feira de agosto, Pedro tomou o vapor *Itaipava* no porto de Ubatuba com destino a Santos¹¹²⁰. Uma semana depois, em 11 de agosto de 1937, quarta-feira, em meio a corrida presidencial, foi noticiado que o governo de São Paulo reabriria o presídio na Ilha Anchieta. Na época, com a renúncia de Armando de Salles em dezembro de 1936 para a disputa das eleições presidenciais de 1938, José Joaquim Cardoso de Mello Neto havia sido eleito indiretamente pela ALESP. Segundo a notícia, o delegado Miguel Teixeira Pinto, já nomeado, seria o novo diretor e que no dia seguinte partiria para vistoriar a ilha e suas instalações^{1121 1122}. É até possível que Miguel tenha viajado até a ilha, mas, de fato, como veremos mais a frente, em todo esse período o então diretor Pedro Freire Gomes foi mantido no cargo. No início daquela mesma semana, Miguel Archanjo de Oliveira¹¹²³ mudou-se para a Ilha Anchieta com a sua esposa e seus mais de cem quilos de bagagens: viajando de 1ª classe, Miguel seria o novo radiotelegrafista destacado para operar aquela estação¹¹²⁴. Duas semanas depois, o vigilante Irineu de Oliveira e sua companheira, Maria Amelia, também embarcaram de 1ª classe com suas bagagens e de “ida sómente” para a Ilha Anchieta, uma vez

¹¹¹⁹ *Titulo de Romão Bernardini*, 05-06-1937, Secretaria de Estado dos Negocios da Segurança Publica, PEIA.

¹¹²⁰ *Correio Paulistano* (SP), 04-08-1937, n.º 2.4967, p. 12, HDB/FBN.

¹¹²¹ *O Jornal* (RJ), 11-08-1937, n.º 5.570, p. 18; *O Estado* (SC), 12-08-1937, n.º 7.142, p. 6, HDB/FBN.

¹¹²² É possível que o bacharel Miguel Teixeira Pinto tenha começado a carreira como delegado em maio de 1916, na cidade de Itaporanga (DOSP, 22-06-1916, p. 2.499). Passando por diversas cidades do interior e subdelegacias na capital na década seguinte, após o golpe da Aliança Liberal o então secretário Vicente Rão nomeou-o para a delegacia de Atibaia (DOSP, 05-11-1930, p. 9.316). Em dezembro de 1933 foi promovido quando estava na delegacia de Jaboticabal, 3ª classe, assumindo a delegacia regional de Araraquara, 2ª classe, onde ficou até meados de 1935 (DOSP, 30-12-1933, n.º 291, p. 1). Depois assumiu as delegacias regionais de Penápolis (1936) e em 1938 a de Sorocaba e Presidente Prudente. Interessante notar que no segundo semestre de 1938, Miguel compôs duas comissões da polícia junto a outros importantes “autoridades” e delegados auxiliares: a de promoções, junto com Carvalho Franco, Juvenal Piza, Venancio Ayres e Carlos Americo de Sampaio Viana; e a disciplinar, com Cysalpino de Souza e Silva, Afonso Celso de Paula Lima, Juvenal de Toledo Ramos, Juvenal de Toledo Piza e também o delegado Carvalho Franco (DOSP, 12-08-1938, p. 5). Em 1939, Miguel Teixeira Pinto veio a ser delegado em comissão da 9ª Circunscrição: Sant'Anna, Casa Verde, Tucuruvy e Freguezia de Nossa Senhora do Ó (*Relatório das atividades da Policia Civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado, pelo Chefe de Policia, Dr. João Carneiro da Fonte, São Paulo, 1940, p. 88*).

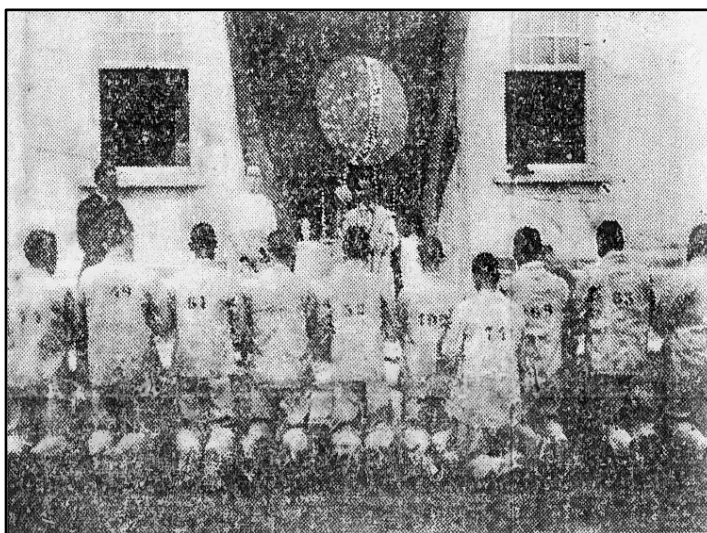
¹¹²³ Provavelmente com 30 ou 31 anos na data, Miguel era baiano de Bonsucesso, “côr parda” e na década de 1940 era radiotelegrafista do Departamento de Comunicações e Serviço de Radio-Patrolha. Em abril de 1948 foi interrogado pelo delegado especializado de Ordem Política, Manuel Ribeiro da Cruz (*Termo de Declarações*, Pront. n.º 93.046, “Miguel Archanjo de Oliveira”, DEOPS/APESP). Lembrando que Manuel, que era do quadro da DOPS no início da década de 1930, havia sido empossado como comissário da Delegacia Regional de Santos, cargo esse transformado posteriormente em “delegado adjunto”. Um caso de tortura naquela delegacia ocorreu em junho de 1936, quando o delegado regional era Ernesto Jordão de Magalhães. Na ocasião, o interrogatório foi conduzido por Manuel e registrado pelo próprio em um manuscrito.

¹¹²⁴ *Oficio n.º 3.308, 09-08-1937, do delegado adjunto Manuel Ribeiro da Cruz, pelo delegado regional, para o “Sr. Agente da Companhia Santense de Navegação”, caixa 535, Acadepol/APESP.*

que Irineu foi “reassumir o exercício de seu cargo”¹¹²⁵. No início de setembro foi a vez do enfermeiro José Fraga Costa, também de 1ª classe e com suas bagagens, embarcar para o porto de Ubatuba para assumir suas funções na Colônia Correccional da Ilha Anchieta¹¹²⁶. Em nenhum outro período de ofícios preservados da delegacia de Santos há tal movimentação conjunta de funcionários retomando suas funções na Ilha.

Há poucas informações para o que veio após esse momento. Em 13 de outubro de 1937, o *Diário de Notícias*, informado por sua agência de Santos, publicou que “foi restabelecido o Presidio da Ilha Anchieta” após ter deixado de funcionar por meses enquanto passava por “grandes reformas”. A ilha, “o maior pavor dos malandros”, que após a reforma “não é mais o presídio aquelle fantasma assustador”, teria recebido no domingo, dia dez, 54 “detentos”, 18 pela Delegacia Regional de Santos e 36 encaminhados pelo Gabinete de Investigações¹¹²⁷. Esta notícia parece ser factível: primeiro, a informação partiu de Santos: último ponto de deslocamento até o destino final e já com os “detentos” sob escolta da Vigilância e Capturas; segundo, a citação ao vapor *Itaipava*; e, por fim, o dado quantitativo e a distinção feita entre aqueles que iam sob ordem da capital ou da Regional.

Figura 79 - “Correccionaes” ajoelhados durante a missa e a bandeira nacional ao fundo, Ilha Anchieta, out. 1937¹¹²⁸



Fonte: TSN/ARQUIVO NACIONAL, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 35.¹¹²⁹

¹¹²⁵ *Ofício n.º 3.544*, 24-08-1937, do delegado adjunto Manuel Ribeiro da Cruz, pelo delegado regional, para o “Sr. Agente da Companhia Santense de Navegação”, caixa 535, Acadepol/APESP.

¹¹²⁶ *Ofício n.º 3.801*, 09-09-1937, do delegado adjunto Manuel Ribeiro da Cruz, pelo delegado regional, para o “Sr. Agente da Companhia Santense de Navegação”, caixa 535, Acadepol/APESP.

¹¹²⁷ *Diário de Notícias* (RJ), 13-10-1937, n.º 3.590, p. 2, HDB/FBN.

¹¹²⁸ Visita provavelmente ocorrida entre 23 a 31 de outubro, data de partida e retorno do bispo de Santos à Ubatuba, em razão da celebração do 3º centenário daquela cidade com a presença das mesmas autoridades eclesiásticas (*Correio de S. Paulo*, 22-10-1937, n.º 25.035, p. 12 e 31-10-1937, n.º 25.043, p. 21, HDB/FNB).

¹¹²⁹ Recorte do jornal *Ação* (RJ), 26-11-1937, p. 11; Apelação n.º 294 de Heli Fernandes da Camara, Processo Crime n.º 532, 25-05-1938, p. 35. ARQUIVO NACIONAL, BR RJANRIO C8.0.APL.290. Interessante os aspectos simbólicos da cena construída, o ato de estarem ajoelhados à ordem eclesiástica, à ordem nacional e, ao

Uma rara notícia informando nomes e rostos de detidos que iriam para a ilha aparece somente em dezembro de 1937. Segundo o *Correio Paulistano*, em 30 de novembro de 1937, uma terça-feira, seis “punguistas e vigaristas pertencentes á leva de indesejáveis” e detidos pela Delegacia de Repressão á Vadiagem foram enviados para Ilha Anchieta, “onde permanecerão quinze mezes, em trabalhos forçados”¹¹³⁰. Ainda de acordo com a notícia, estavam sendo processados pelo delegado Miguel Teixeira Pinto, nomeado para exercer em comissão o cargo de delegado especializado de Investigações sobre Roubos¹¹³¹. Dos seis, ao menos três já tinham passagem pela ilha.

Algo que se manteve em 1937 foi a carência de gêneros alimentícios. Segundo o próprio diretor, em um depoimento, durante a segunda quinzena de dezembro houve “período de escassez de alimentação e esta foi sofrida pelos presos”, “depois de haver sido pago toda a alimentação para as famílias dos soldados”¹¹³² – o que corrobora a hipótese de a carestia pela qual passaram todos funcionários e detidos na ilha, em maio de 1935, quando todos os víveres foram consumidos, privilegiou uma distribuição não equânime do racionamento sobre a ração diária.

Com os acontecimentos envolvendo o tenente integralista Hely Fernandes Camara e o diretor Pedro Freire Gomes do Natal ao réveillon daquele ano, dois inquéritos policiais foram instaurados. O tenente Ulderico Guimarães, que já havia servido como comandante na Ilha foi nomeado para substituir Hely, que acabou condenado a 1 ano e 6 meses de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional, como veremos no próximo capítulo. Ainda durante a realização do inquérito, Pedro foi dispensado de suas funções em 22 de março de 1938, quando passou a “prestar seus serviços junto ao Departamento de Comunicações e Serviços de Radio Patrulha”¹¹³³. Aparentemente, tal departamento policial era responsável por manter em sua folha de pagamento diversos funcionários públicos em situação peculiar: se após serem colocados em comissão para exercerem algum cargo e a secretaria precisasse de sua saída, o comissionado ou efetivo era remanejado para o departamento de comunicações¹¹³⁴.

que parece, no canto esquerdo, o próprio tenente Hely. Importante pontuar também uma rara imagem com o vestuário dos “detidos”, com o número em suas costas.

¹¹³⁰ *Correio Paulistano* (SP), 01-12-1937, n.º 25.069, p. 16, HDB/FBN.

¹¹³¹ *Correio Paulistano* (SP), 26-02-1936, n.º 25.143, p. 5, HDB/FBN.

¹¹³² Depoimento de Pedro Freire Gomes; Apelação n.º 294 de Heli Fernandes da Camara, Processo Crime n.º 532, 25-05-1938, p. 12, TSN/ Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290.

¹¹³³ DOSP, 23-03-1938, n.º 64, p. 4.

¹¹³⁴ Em março de 1939, Pedro já era “Chefe do Serviço do Departamento” e “Diretor interino do Serviço de Transportes” (DOSP, 30-03-1939, n.º 73, p. 6). Quase vinte anos depois, em 1953, Pedro foi relotado na Diretoria do Serviço de Trânsito, ocupando cargo de “Chefe de Secção”, padrão “L” (Decreto n.º 22.867-D, 10-11-1953, ALESP).

8.2 A Colônia Correccional da Ilha Anchieta entre 1938-1939

Figura 80 - Foto pós junho de 1939



Fonte: NBH/APESP. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal em São Paulo, 1940.

A diretoria do presídio passaria por uma nova troca de cargos.

Tabela 36 - Lista de diretores e subdiretores (1931-1942)

DATA NOMEAÇÃO OU POSSE	INSTITUIÇÃO	DIRETOR	SUBDIRETOR/AUXILIAR DE DIRETOR
junho 1931 a 23-01-1936	Presídio Político e Colônia Correccional	maj. Newton Feliciano dos Santos	José Basílio de Almeida
1936 a 22-03-1938	Colônia Correccional	Pedro Freire Gomes	Arthur Bernardes
26-06-1938 a 05-07-1940	Colônia Correccional e Presídio Político	Rosalvo Alves Loureiro	Noginel de Moura Pegado
05-07-1940 a 20-05-1942	Presídio Político	maj. João Candido Zanani [interino]	—
20-05-1942 a nov/1942	Presídio Político/Instituto Correccional	ten. Manoel de Carvalho Villar [interino]	—
novembro/1942 a até 1948	Instituto Correccional	cap. Enoch Torrentes	—

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de Diários Oficiais e arquivo PEIA.

Dois dias depois do golpe de novembro de 1937, Arthur Leite de Barros Junior, o mais longo secretário da Segurança Pública no período de 1930-1943, que havia permanecido mais de 900 dias a frente do cargo, foi substituído pelo delegado Ignacio da Costa Ferreira. Em 24 de novembro, o recém promovido a major do Exército, “tenentista” em 1924, aliado de Vargas, paranaense e com toda sua carreira militar construída no Rio de Janeiro, Dulcideo do Espírito Santo Cardoso assumiu a Secretaria da Segurança Pública após o governador José

Joaquim Cardoso de Melo Neto exonerar Ignacio, segundo o Diário Oficial, a pedido¹¹³⁵. Dois dias depois, Arthur recebeu seis meses de férias prêmio¹¹³⁶.

O novo secretário¹¹³⁷, totalmente *outsider* na política e polícia paulista, provavelmente visava um maior controle sobre a força policial e sua autonomia: em maio de 1938 foi assinado um decreto que extinguiu as corregedorias de polícia do interior e da capital, reinstituído as 2ª e 3ª delegacias auxiliares, na qual competia “aos delegados auxiliares cooperar com o Secretário da Segurança Pública, exercendo as atribuições que lhes forem determinadas”¹¹³⁸. Uma outra forma de garantir o controle do aparato policial nas mãos do chefe de polícia foi por meio de exonerações, mas que ainda era atribuição do chefe de governo. Porém, a Constituição de 1937 trouxe um dispositivo que permitiu ao governo, “dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data desta Constituição”, aposentar ou reformar os funcionários civis e militares “cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Governo, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime” (BRASIL, 1937, art. 177) – ou seja, aposentadoria compulsória.

Em 16 de maio de 1938, portanto após findar o prazo previsto no artigo constitucional e seis dias após a tentativa de golpe realizado pela Ação Integralista Brasileira (AIB) contra o Catete, Vargas decretou que a faculdade estava reestabelecida e por tempo indeterminado¹¹³⁹. Quatro dias depois, em 20 de maio, Arthur Leite de Barros Filho, então delegado especializado de Furtos e comissionado na Ordem Política, foi detido e encaminhado para o Presídio Político da Capital por ordem do delgado Venancio Ayres, novo superintendente da Ordem Política e Social (SOPS) e lá posto por Dulcideo¹¹⁴⁰. No dia 25 de junho, o interventor Adhemar Pereira de Barros assinou um decreto no qual determinou que “as remoções das

¹¹³⁵ DOSP, 25-11-1937, n.º 264, p. 2.

¹¹³⁶ DOSP, 26-11-1937, n.º 263, p. 3.

¹¹³⁷ Entre 1929 a 1931, quando 1º tenente, Dulcideo foi secretário da Escola Militar do Realengo (*Almank Laemmert*, 1929, p. 421, HDB/FBN). Em 1932, já capitão, Dulcideo serviu no gabinete do ministro da Guerra, seu próprio pai, general Augusto Ignacio do Espírito Santo Cardoso (*Correio da Manhã*, 09-04-1932, n.º 11.449, p. 3). Segundo Lira Neto (2013, p. 92), o tio-avô de Fernando Henrique Cardoso “ficou surpreso ao receber o convite. Militar reformado, o general de 62 anos se mantinha alheio à vida da caserna desde 1923. Recolhido à cidade mineira de três Corações, montara uma pacata fábrica de cerâmica. Enquanto envergou a farda, foi um empedernido legalista, embora seu irmão, o general Joaquim Inácio Cardoso, e os filhos Ciro e Dulcideo do Espírito Santo Cardoso, ambos militares, tivessem participado do longo ciclo de revoltas iniciado nos quartéis brasileiros desde 1922. Além das relações de parentesco, suas credenciais revolucionárias se resumiam a uma discreta colaboração nos preparativos do movimento de 1930, quando escondeu em casas oficiais que à época conspiravam contra Washington Luis”. Augusto foi ministro até janeiro de 1934, substituído pelo general Góis Monteiro.

¹¹³⁸ ALESP, Decreto n.º 9.140, 08-05-1939.

¹¹³⁹ BRASIL. Lei n.º 2, 16-05-1938, “Reestabelece o art. 177 da Constituição de 10 de novembro de 1937”.

¹¹⁴⁰ *Presídio Político da Capital 1938*, relação nominal de detidos, pront. n.º 48.759, “Arthur Leite de Barros Junior”, DEOPS/APESP. Na lista, que é parcial, constam 31 nomes que vão da letra A até a C, dando a entender que é uma lista extensa. De tal lista, 18 nomes foram detidos sob ordem de Venâncio Ayres; 16 prisões ocorreram nos dias 11 e 12 de maio, ou seja, em um período de 24 horas após a tentativa de invasão do Palácio do Catete por integralistas.

autoridades policiais e funcionários da Secretaria passam a ser feitas por ato do sr. Secretário da Segurança Pública”¹¹⁴¹. Mesmo antes de sua publicação no Diário Oficial do Estado, que dava a validade ao decreto e que ocorreu dali a três dias, já no dia 26, Arthur Leite e Eusébio Egas Botelho foram aposentados “por conveniência do regime” segundo o art. 177, por ato do secretário Dulcídio Cardoso. O então delegado de Ordem Social, Ignacio da Costa Ferreira, também foi aposentado compulsoriamente¹¹⁴². Venâncio Ayres, por seus serviços prestados, foi promovido a 3º delegado auxiliar e na primeira semana de junho deixou a superintendência da Ordem Política e Social com uma nota do secretário da Segurança Pública o elogiando ao “confiar-lhe tão espinhosas funções”¹¹⁴³. Singular este movimento contra dois ex-secretários da segurança pública e relevantes nomes dentro da polícia paulistana. Ignacio da Costa Ferreira havia sido delegado de Ordem Política e Social e delegado de Ordem Social e por longo período; Arthur Leite, além de delegado especializado e 1º delegado auxiliar (ago/1933), também foi superintendente de Ordem Política e Social (mar/1935), assumindo a secretaria poucas semanas após a “Lei de Segurança Nacional”. Mas as ações do novo secretário da Segurança não foram apenas nesse sentido: após o golpe do “Estado Novo”, diversos nomes do PC foram investigados e detidos entre dezembro de 1937 a maio de 1938¹¹⁴⁴.

Independente de possíveis relações que Arthur possa ter tido com a “intentona integralista” ou com partidários fascistas ou integralistas, o período de investigação sobre ex-membros do Partido Constitucionalista (PC) e a repressão à tentativa de golpe da AIB permitiram ao major Dulcídio Cardoso um movimento contra a polícia paulista, apostando em nomes como Venancio Ayres e João Carneiro da Fonte. Se com o major Dulcídio alguns nomes do PC foram investigados e detidos entre dezembro de 1937 a maio de 1938, foi com Carneiro da Fonte na chefia da polícia que, em abril de 1940, a SOPS deteve de uma só vez diversos nomes importantes da polícia e política paulista e nacional acusados de pertencerem a “conspiração armandista de abril”: o ex-delegado Aureliano Leite; o prof. Francisco Morato, ex-membro do diretório central do PD e membro da junta revolucionária em 1932; ex-secretários como Adalberto Bueno Netto (Agricultura), Cantídio de Moura Campos (Educação e Saúde Pública) e o ex-secretário estadual da Justiça e ex-ministro da Justiça de Getúlio Vargas, Vicente Ráo¹¹⁴⁵; os ex-deputados estaduais Francisco Mesquita e Henrique Bayma; os

¹¹⁴¹ ALESP, Decreto n.º 9.268, 25-06-1938.

¹¹⁴² *Correio Paulistano* (SP), 26-05-1938, n.º 25.217, p. 3, HDB/FBN.

¹¹⁴³ Portaria n.º 67 da Secretaria da Segurança Pública, 03-06-1938, em *Correio Paulistano* (SP), 05-06-1938, n.º 25.226, p. 3, HDB/FBN.

¹¹⁴⁴ Pront. n.º 46.225, vol. 1, “Conspiração Armandista de Abril de 1940”, DEOPS/APESP.

¹¹⁴⁵ Pront. n.º 9.268, “Vicente Ráo”, DEOPS/APESP.

ex-deputados federais Antonio Carlos de Abreu Sodré, Antonio Pereira Lima e Waldemar Martins Ferreira, este líder da bancada paulista no extinto Congresso Nacional; integrantes do jornal *O Estado de S. Paulo*, Ibanez de Moraes Salles (diretor-gerente) e Plínio Barreto (redator-chefe); e foi detido também o próprio Armando de Salles Oliveira¹¹⁴⁶. Ainda, a lista de “elementos suspeitos” que continuaram “sob as vistas da Superintendência de Segurança Política e Social” abarcava os ex-delegados Tyrso Martins¹¹⁴⁷ e Eusébio Egas Botelho¹¹⁴⁸.

8.2.1 Varguistas em São Paulo? O diretor Rosalvo Alves Loureiro

Enquanto isso, no início de março de 1938, o jornal perrepeista *Correio Paulistano* propagandeava a necessidade de uma Colônia Correccional e que a Ilha Anchieta fosse aproveitada como tal – apesar de, como vimos no jornal integralista *Acção*, esta já estivesse recebendo “levas” desde o final de 1937, recebendo visitas de autoridades eclesiásticas, inclusive.

Figura 81 - “A Ilha Anchieta já figura no orçamento como Colônia”, 1938

“A VADIAGEM E’ O PRIMEIRO ESTAGIO DA CRIMINALIDADE”

Necessidade de uma Colonia Correccional para recolhimento dos vadios condemnados -- A Ilha Anchieta já figura no orçamento como Colonia — Instalações, riquezas e possibilidades desse aprazível retiro

Um dos nossos mestres do direito definiu a vadiagem como sendo o primeiro estágio para a criminalidade. No dicionário de Direito Penal de João Romeiro lê-se que “quem não tem do que viver e não procura adquirir com seu trabalho, é claro que não poderá deixar de usar meios criminosos para saldar as necessidades imperiosas da vida”.

Por ahí se vê que importante é o problema da vadiagem tanto para a sociedade como para a policia que luta, diariamente, para reprimir a criminalidade, cada vez mais crescente, á proporção que augmenta a população e crescem as dificuldades da vida.

Temos, em S. Paulo, um aparelhamento especializado na repressão a toda sorte de criminosos e na prevenção dos crimes.

A nossa policia é bem dotada dos recursos necessários para garantir á sociedade a ordem e o sossego, a vida e a propriedade e encaminhar á correccão, pelo trabalho, os fracosos que estão no estágio da criminalidade.

Vadios, sob o ponto de vista da repressão, classificam-se aquellos que podem trabalhar, mas não querem exercer profissão honesta. Entre estes, estão incluídos, também, os mendigos que

policia, na reforma que foi aprovada pelo governo, incluiu a Ilha Anchieta como Colonia. Desta data em diante, assim figura ella nos orçamentos. A 1 metro de altura, distando da sude da colonia, cerca de cento e cinquenta metros.

A instalação electrica consta de uma usina hydro-electrica que aproveita a agua de uma cachoeira com noventa e duas metros de altura, distante da sude da colonia, cerca de cento e cinquenta metros.

Podem ser feitas, com proveito, criações de porcos e vacas, pois já existe uma pequena criação desses animais.

A Ilha Anchieta, achavase abandonada ha mais de vinte annos e somente em 1931 foi novamente occupada, tendo sido feita uma completa reforma nos pavilhões existentes que se achavam muito estragados.

O clima é saudavel e não ha moléstias nessa ilha, pois de cerca de mil presos que nella estiveram doentes somente um falleceu e isso mesmo porque já levava a moléstia que o victimou quando para lá foi encaminhado.

Ha, portanto necessidade de ser publicado o decreto creando a Colonia Correccional da Ilha Anchieta para que ella não figure somente nos orçamentos como as verbas para o Tesouro e desviadas para outros fins.

ACTOS ASSIGNADOS NA PASTA DA GUERRA

PROMOVIDO A GENERAL DE BRIGADA, O CORONEL MARIO GIEDES RUIZ (A. B.). — Por acto susgnado, sabado, na pasta da Guerra.

Um pitoresco recanto da Ilha Anchieta

Fonte: *Correio Paulistano*, 08-03-1938, n.º 25.150, p. 16, HDB/FBN.

A notícia começa com uma citação de um “mestre do direito”, João Romeiro (1903-1969)¹¹⁴⁹, que em seu “diccionario de Direito Penal”, além de afirmar que “a vadiagem é o primeiro estágio da criminalidade”, definiu que:

¹¹⁴⁶ Pront. n.º 46.225, vol. 1, “Conspiração “Armandista” de Abril de 1940”, DEOPS/APESP.

¹¹⁴⁷ *Auto*, 07-04-1940, delegado adjunto de Ordem Política, Paulo Alfredo Silveira da Mota, pront. n.º 9.268, “Vicente Ráo”, DEOPS/APESP.

¹¹⁴⁸ Pront. n.º 10.584, “Eusebio Egas Botelho”, DEOPS/APESP.

¹¹⁴⁹ João Romeiro Neto (1903-1969) era bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro (1924) e dedicou-se à advocacia criminal. Em 1950 foi eleito deputado estadual pelo partido varguista (PTB) e em 1963 foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Já durante a ditadura civil-militar (1964-1985) foi eleito vice-presidente do órgão para o biênio 1968-1969 – MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR (MPM). Disponível em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/joao-romeiro-neto-1962-1963/>>, acesso em 10 ago. 2020.

Quem não tem do que viver e não procura adquiril-o com seu trabalho, é claro que não poderá deixar de usar meios criminosos para satisfazer ás necessidades imperiosas da vida.¹¹⁵⁰

Para o bacharel, o problema da criminalidade começava na vadiagem. Aparentemente, fosse em São Paulo ou no Distrito Federal, o desemprego, o déficit habitacional, a insuficiência da renda para utilizar o bonde municipal ou sequer suprir o consumo mínimo para subsistência familiar, sem contar os problemas pertinentes ao acesso à educação e saúde, nenhum destes se relacionavam com a problemática da “vadiagem”, segundo o autor, muito menos das formas de ocupação, das práticas sociais e circulação da população no meio urbano – sem mencionar temas tão debatidos hoje quanto o racismo estrutural da polícia e do judiciário. Mas segue o *Correio Paulistano* ao elogiar o “aparelhamento especializado na repressão”, “polícia bem dotada dos recursos necessários para garantir á sociedade a ordem e o socego, a vida e a propriedade”. Assim, cabia a polícia “encaminhar á correcção pelo trabalho, os fracassados que estão no estágio da criminalidade”. Além de toda parte de destilação do pensamento social em poucas linhas que conduziram a atividade policial e de parte do judiciário naquela década de 1930, interessa pontuar mais uma vez o limbo da Ilha Anchieta: “não existe uma Colonia Correccional para serem internados” os “mais de trezentos indivíduos reconhecidamente perniciosos” a partir “dos inqueritos feitos na Delegacia de Repressão á Vadiagem”. A notícia então regride cinco anos no tempo, a 1933, quando era cogitada a criação de uma Colônia aprovada na reforma policial: “dessa data em diante, assim figura ella nos orçamentos. A transformação do presidio em colônia deveria ser feita sessenta dias após a aprovação”. Porém, “dahi por diante ficou ella no esquecimento dos politicos”. “Agora, cogita-se, novamente, de resolver esse problema”. Apesar da assinatura “Colonia Correccional” a partir dos radiotelegramas de fevereiro de 1934, assim como consta o nome nos documentos oficiais, o agora desembargador Mário Guimarães, quando chefe de polícia, não “providenciou a transformação em Colonia”, tal como previsto no decreto n.º 6.245/1933, e et também não houve a aprovação de nenhum regulamento para aquela instituição. A coluna encerra reforçando a “necessidade de ser publicado o decreto creando a Colônia”, “que elle não figure somente nos orçamentos com as verbas pagas pelo Thesouro e desviadas para outros fins”.

Não houve o decreto de criação, muito menos a aprovação de qualquer regulamento, mas naquele mesmo mês, Rosalvo Alves Loureiro foi nomeado para o cargo de diretor do

¹¹⁵⁰ *Correio Paulistano* (SP), 08-03-1938, n.º 25.150, p. 16, HDB/FBN.

“Presídio da Ilha Anchieta”, substituindo Pedro Freire Gomes e ainda durante o impedimento do major Newton Santos que, por sua vez, foi nomeado em comissão como diretor geral do Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio-Patrolha¹¹⁵¹, assim como o ex-almoxarife, Manuel Albuquerque Sobrinho, agora nomeado chefe de seção na mesma repartição¹¹⁵². Ao final de junho de 1938, Noginel de Moura Pegado foi nomeado para ser o “auxiliar de diretor”¹¹⁵³ substituindo Arthur Bernardi, mas são incertas as datas em que ambos chegaram a Ilha Anchieta: em maio, o tenente Ulderico Guimarães ainda respondia pela diretoria, enquanto o primeiro boletim preservado de Rosalvo é de agosto de 1938.

Rosalvo era, em 1937, um “vereador e industrial” na cidade sul mineira de Três Corações¹¹⁵⁴, descrita na década de 1920 como “grande centro pastoril do Estado”, “devido á sua importante feira de gado”, com uma população de 10 mil habitantes¹¹⁵⁵. Ainda, a cidade tricordiana, na eleição de 1930, teve 890 votos a favor de Getúlio Vargas, contra 19 a favor do candidato paulista Julio Prestes¹¹⁵⁶ - ou seja, 97,91% dos eleitores escolheram a Aliança Liberal. Mas as relações que o levaram até a Ilha Anchieta iniciaram, pelo menos e provavelmente, na primeira metade da década de 1920. Em setembro de 1924, durante os acontecimentos das ações tenentistas, “o cidadão Rosalvo Alves Loureiro”, “com devotamento e grande espírito de sacrifício mostrando ser um amigo leal”, acompanhou o coronel Pires Almada¹¹⁵⁷ e o 4º Regimento de Cavalaria Divisionária (RCD), sediado em Três Corações/MG, no ataque à cidade de São Paulo – segundo o major Silva Filho (1938), Rosalvo era fornecedor do Regimento desde 1921¹¹⁵⁸ e dois de seus ex-comandantes viriam a ser ministros da Guerra¹¹⁵⁹:

¹¹⁵¹ DOSP, 23-03-1938, n.º 64, p. 4.

¹¹⁵² *Correio Paulistano* (SP), 24-06-1938, n.º 25.242, p. 3, HDB/FBN.

¹¹⁵³ *Correio Paulistano* (SP), 01-07-1938, n.º 25.248, p. 2, HDB/FBN.

¹¹⁵⁴ *O Jornal*, 27-01-1937, n.º 5.405, p. 7, HDB/FBN.

¹¹⁵⁵ *Almanak Laemmert*, 1922, n.º 78-79, p. 374, HDB/FBN. Segundo Alexandre Saes e Elton Rosa (2013), o ano de 1923 também coincide com o início do processo que levaria a suspensão da Feira de Gado de Minas Gerais em 1928. Segundo os autores, o modelo da Feira, apesar de ter êxito nas duas primeiras décadas daquele século era mantido por modos arcaicos de comercialização, em uma região que, no século XIX, havia sido um dos maiores centros de distribuição de gado da América Latina. Destaco ainda o jornal *A Vanguarda* (MG), que em abril de 1920 chegou a publicar uma carta resposta da Cooperativa Pastoril Sul Mineira, sediada em Três Corações, aos diretores da Sociedade Mineira de Agricultura: fica exposto não só os prejuízos em negociações mas também o prejuízo que seria arcado por coronéis que compunham a citada Cooperativa (18-04-1920, n.º 250, p. 1-2, Prefeitura Municipal de Cássia, disponível em: <[https://www.cassiamg.instaridc.com.br/uploads/250_\(18-04-1920\)_31075912.pdf](https://www.cassiamg.instaridc.com.br/uploads/250_(18-04-1920)_31075912.pdf)>., acesso em 02 ago. 2020).

¹¹⁵⁶ *Diário Nacional* (SP), 04-03-1930, n.º 822, p. 1, HDB/FBN.

¹¹⁵⁷ A partir dos esclarecimentos do major Elonir José Savian (2020, p. 124), é possível apontar que se tratava do coronel João Baptista Pires de Almada, comandante das tropas legalistas do Destacamento do Paraná em outubro de 1924, compondo-o o 1º Esquadrão do 4º RCD.

¹¹⁵⁸ Não foi possível localizar o nome de Rosalvo entre os “capitalistas”, “laticínios”, “seccos e molhados”, “gado”, “agricultores e lavradores”, “industriais” e outros de Três Corações, citados nominalmente no *Almanak Laemmert*.

¹¹⁵⁹ SILVA FILHO, major José Faustino [Estado Maior da 4ª R.M.], “O Regimento de Três Corações”. *Ilustração Brasileira*, n.º 38, p. 34, 1938, HDB/FBN.

o general Augusto Ignacio do Espírito Santo Cardoso (1932-1934) e o general de divisão Eurico Gaspar Dutra (1936-1945)¹¹⁶⁰. E mais, Rosalvo tornou-se sócio do general Augusto Inácio na indústria de cerâmica *M. Dutra & Cia*¹¹⁶¹ quando este passou para a reserva, sendo também nos anos seguintes arrendatário do *Grande Hotel Massa* (cuja proprietária era a “Viuva Massa”¹¹⁶², provavelmente Apolônia Massa¹¹⁶³), no qual o “distinto cavalheiro, que a todos captiva pela amabilidade de trato”, recebia as mais altas autoridades militares¹¹⁶⁴.

Figura 82 - R. A. Loureiro, arrendatário do *Grande Hotel Massa*



Fonte: *Nação Brasileira*, maio 1933, n.º 117, p. 10, HDB/FBN.

¹¹⁶⁰ Dutra comandou o 4º RCD em diversas batalhas durante a guerra civil de 1932, sendo promovido e realocado para o Rio de Janeiro ao fim do conflito (NETO, 2013).

¹¹⁶¹ *Nação Brasileira* (RJ), junho 1933, n.º 118, p. 13, HDB/FBN.

¹¹⁶² O *Almanak Laemmert* traz um aspecto interessante: diversos estabelecimentos, com o tempo, passavam a constar o termo “Viúva” e o sobrenome, provavelmente em referência ao sobrenome herdado pelo casamento, indicando o falecimento do marido e a sucessão do bem patrimonial para a esposa. Em 1922, por exemplo, consta Hotel “Viuva Massa” (*Almanak Laemmert*, 1922, n.º 78-79, p. 374, HDB/FBN).

¹¹⁶³ *Radiotelegrama s/n*, 29-08-1938, do diretor Rosalvo para Apolônia Massa, Palacete Massa, Três Corações/MG, PEIA.

¹¹⁶⁴ *Nação Brasileira* (RJ), junho 1933, n.º 118, p. 22, HDB/FBN.

Figura 83 - Interventor Olegário Maciel (ao centro), general Augusto Inácio e seu filho, capitão Dulcídio (ao canto esquerdo), 12-10-1931, Três Corações/MG¹¹⁶⁵



Fonte: *Nação Brasileira* (RJ), junho 1933, n.º 118, p. 13, HDB/FBN.

Pequenas notas em jornais do final da década de 1930 sugerem que viajava constantemente de Ubatuba ao Rio de Janeiro, local também onde parentes eram velados, ao menos, nas décadas de 1920 e 1930. O Rio também era destino de mensagens pessoais, como uma felicitação de aniversário para lá destinada na qual assina “Vovô”¹¹⁶⁶. Então, se voltarmos mais no tempo e em um passo com possíveis lacunas, podemos identifica-lo como proprietário de “varejo de cigarros”, no qual possuiu um ponto no Salão Odeon, no edifício do Cinema Odeon entre, pelo menos, 1918 a 1927¹¹⁶⁷, na Rua 7 de Setembro, n.º 137¹¹⁶⁸. Mas não só: na década de 1920, Rosalvo Alves Loureiro ou “Rosalvo A. Loureiro” aparece em atividades de remo do *Sport Club Fluminense* em 1921¹¹⁶⁹, compras de terreno e também como primeiro gerente do cassino *Nichteroy Hotel Balneário*, em fevereiro de 1922¹¹⁷⁰, antes de, em 1923, aparecer em Três Corações solicitando sementes “espinheiro de Maricá” na revista *Chacaras e Quintaes*¹¹⁷¹ - em distintos jornais, as três atividades estão sempre estancadas em seu período,

¹¹⁶⁵ Em 12 de outubro de 1931, autoridades locais, do estado mineiro e do Exército se reuniram para homenagem ao tenente Djalma Soares Dutra, “herói da revolução de 30”, morto em 12 de outubro de 1930 naquela cidade. Em 6 de outubro, o próprio ministro da Guerra foi ao Catete para convidar o “chefe do governo” para a cerimônia de inauguração do busto (*Diário Nacional* (SP), 07-10-1931, n.º 1.276, p. 1, HDB/FBN). Entretanto, Vargas apontou o general Joaquim Augusto, filho do ministro Augusto Ignacio, para representa-lo (*Diário Nacional* (SP), 16-10-1931, n.º 1.284, p. 2, HDB/FBN). Foi localizado uma comunicação de Rosalvo, já diretor, para o “general Espirito Santo Cardoso”, possivelmente Ciro, também filho de Augusto Inácio, pedindo ao “presado amigo” que transmitisse seus “pezames” a “Dulcídio”, finalizando com “saudades a todos” (*Boletim n.º 1094*, 10-06-1940, Av. Paulo Frontini, 321, apt 101, [Praça da Bandeira] Rio de Janeiro, PEIA – curiosamente o prédio residencial que hoje ocupa o n.º 321 chama-se “Edifício Lopes”).

¹¹⁶⁶ “Afetuosamente beijamos o aniversariante e pedimos a Deus lhe proporcione um future muito feliz. Vovó, Belmira, Silvia e Robinson. *Boletim s/n.º*, 17-10-1938, do director Rosalvo Alves Loureiro para Carlos Alberto Sá, Rua Domingos Ferreira, 25, apt 12, Copacabana, Rio de Janeiro, PEIA.

¹¹⁶⁷ *Almanak Laemmert*, 1918, n.º 74, p. 1.698; *Almanak Laemmert*, 1927, n.º 1, p. 1.531, HDB/FBN.

¹¹⁶⁸ É possível que se trate do salão do Cinema Odeon, inaugurado em 1909 e depois reaberto em outro ponto em 1926 (BESSA, M; FILHO, W. O.; RIBEIRO, L., 2010, p. 15).

¹¹⁶⁹ *Correio da Manhã* (RJ), 06-08- 1921, n.º 8.191, p. 6, HDB/FBN.

¹¹⁷⁰ *O Fluminense* (RJ), 25-02-1922, n.º 11.924, p. 1; *Fon-Fon* (RJ), n.º 10, p. 22, HDB/FBN.

¹¹⁷¹ Importante apontar que o “espinheiro de Maricá” era utilizado como quebra-vento e, principalmente, cercava para as criações de víveres.

não havendo sobreposição: por exemplo, não há menção de Rosalvo no Fluminense em 1922, nem há menção de sua presença no hotel no ano de 1923, indicando que possivelmente não se trata de um caso homônimo – e que, em 1924, partiu com o 4º RCD para enfrentar os tenentistas em São Paulo. E, em uma coincidência improvável, na referida revista, acima do pedido de Rosalvo pelas sementes há o anúncio da *Cooperativa Avícola Alonso & Loureiro*, vendendo “gallinhas finas de raça, pombos romanos” e “cães de luxo”, completando que “todo e qualquer material imaginável para avicultura” estava disponível na “R. 7 de Setembro [n.º] 3- Rio de Janeiro”¹¹⁷².

Figura 84 - Anúncio de Rosalvo Alves Loureiro em MG e coincidentemente um ponto comercial na mesma Rua 7 de Setembro cujo um dos sócios leva o sobrenome Loureiro (1923)



Fonte: *Chacaras e Quintaes*, SP, dez.1923, v. 28, n.º 6, HDB/FBN.

Apesar da informação do *Almanak Laemmert* pontuando que partir de 1925 a cidade de Três Corações passou também a ser exportadora de aves, não foi possível determinar se, de fato, Rosalvo Alves Loureiro era sócio da *Cooperativa*¹¹⁷³. Entretanto, é possível imaginar que era um ator com diversas conexões e idas constantes ao Rio de Janeiro, até pela facilidade de se transportar pela linha férrea, colocando-o em pontos comerciais e passando por agremiação

¹¹⁷² *Chacaras e Quintaes* (SP), dez.1923, v. 28, n.º 6, HDB/FBN.

¹¹⁷³ Em 1930 ainda existia a *Alonso & Loureiro Cooperativa Avícola*, da qual em julho daquele ano o sócio Gabriel Alonso deixou a sociedade e, além do ponto na Cinelândia, passaram a contar com um aviário em “Jacarépaguá”, na Rua Barão, “Praça Secca”. Quatro anos mais tarde, passou a ser listada como fornecedora de máquinas para indústria e lavoura, além de aves e ovos, o que não impediu que, em 1937, o “sr. Loureiro” fosse entrevistado, visto que enfrentavam “mil dificuldades” devido à falta de apoio do governo para a avicultura, a não ser quando marcam presença “um ou outro deputado que adora as brigas de gallo”, não só nos “morros” ou “subúrbios”, mas também no “aristocrático Botafogo”: “o ministro X, o deputado Y, o senador Z torcem alegremente [...] Encontram-se figurões da policia, finanças, football e malandragem, perfeitamente misturados”.

esportiva e cassino até se manter em definitivo em Três Corações a partir de 1923, mesmo ano em que o general Augusto Inácio passou para a reserva do Exército¹¹⁷⁴.

E com a nomeação de Rosalvo há um ponto interessante e que levanta indícios sobre o que estava ocorrendo na polícia paulista logo após o golpe do “Estado Novo”. No ato de sua nomeação há uma ressalva: “dispensado do contracto da Guarda Nocturna”¹¹⁷⁵. Não foi possível identificar qual era esse contrato e qual a relação do novo diretor com a Guarda, mas encaminha a uma certa direção: com o golpe em novembro de 1937, o novo secretário da Segurança Pública exonerou “a pedido” o então superintendente da Guarda Noturna, desde abril de 1936, o delegado Egas Moniz de Arruda Botelho¹¹⁷⁶, irmão de Euzébio, e colocou no cargo o “Sr. Manoel Lopes Vieira”¹¹⁷⁷, que veio a “prestar optimos serviços ao povo bandeirante”, organizando uma diretoria “dotada dos methodos mais fáceis e de perfeito controle”¹¹⁷⁸. Mas o que é possível saber sobre o “Sr. Manoel”?

No Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1930, dias após o golpe, o “preso politico” Manoel Lopes Vieira, policial detido na Casa de Detenção, foi posto em liberdade¹¹⁷⁹ e em seguida colocado como auxiliar da seção de Ordem Social da 4ª Delegacia Auxiliar¹¹⁸⁰. Em 1932, já investigador de polícia de 1ª classe e servindo no 4º distrito policial¹¹⁸¹ de Tiradentes¹¹⁸², foi chefe interino da seção de Vigilância Geral e Transporte¹¹⁸³ e comissário da 4ª Delegacia Auxiliar, quando o chefe de polícia ainda era Joaquim Pedro Salgado Filho¹¹⁸⁴. No primeiro semestre de 1932, com a ida de Salgado Filho para o Ministério do Trabalho,

¹¹⁷⁴ Segundo Alexandre Saes e Elton Rosa (2013), o ano de 1923 também coincide com o início do processo que levaria a suspensão da Feira de Gado de Minas Gerais em 1928. Segundo os autores, o modelo da Feira, apesar de ter êxito nas duas primeiras décadas daquele século era mantido por modos arcaicos de comercialização, em uma região que, no século XIX, havia sido um dos maiores centros de distribuição de gado da América Latina. Destaco ainda o jornal *A Vanguarda* (MG), que em abril de 1920 chegou a publicar uma carta resposta da Cooperativa Pastoril Sul Mineira, sediada em Três Corações, aos diretores da Sociedade Mineira de Agricultura: fica exposto não só os prejuízos em negociações mas também o prejuízo que seria arcado por coronéis que compunham a citada Cooperativa (18-04-1920, n.º 250, p. 1-2, Prefeitura Municipal de Cássia, disponível em: <[https://www.cassiamg.instaridc.com.br/uploads/250_\(18-04-1920\)_31075912.pdf](https://www.cassiamg.instaridc.com.br/uploads/250_(18-04-1920)_31075912.pdf)>., acesso em 02 ago. 2020).

¹¹⁷⁵ Notar que havia um Alberto Alves Loureiro que possuía propriedades na Rua 25 de Março, n.º 30 e 32, e pagou a taxa de água e esgoto de 521\$900 para o primeiro trimestre de 1937 (DOSP, 10-04-1937, n.º 78, p. 27). Trata-se da “Alves Loureiro & Cia”, cujos sócios eram Alberto e Braz Ferrara (DOSP, 21-10-1932, n.º 239, p. 11).

¹¹⁷⁶ Egas Moniz de Arruda Botelho era delegado de Guaratinguetá e já estava comissionado como “Director” da Guarda, pelo menos, desde outubro de 1935 (DOSP, 10-10-1935, n.º 234, p. 4). Em 29 de abril de 1936, após a mudança do regulamento (decreto n.º 7.632, 23-04-1936, ALESP), Egas foi colocado como superintendente e o subdiretor, capitão Francisco de Freitas Borges foi colocado como comandante (DOSP, 03-05-1936, n.º 97, p. 3).

¹¹⁷⁷ DOSP, 07-12-1937, n.º 274, p. 3. Foi exonerado também o comandante da Guarda, capitão Francisco de Freitas Borges; *Jornal do Commercio* (RJ), 08-12-1937, n.º 58, p. 3, HDB/FBN.

¹¹⁷⁸ *O Radical* (RJ), 26-02-1938, n.º 1.801, p. 4, HDB/FBN.

¹¹⁷⁹ *Jornal do Commercio* (RJ), 29-10-1930, n.º 258, p. 4, HDB/FBN.

¹¹⁸⁰ *Diario da Noite* (RJ), 03-11-1930, n.º 334, p. 8, HDB/FBN.

¹¹⁸¹ *A Noite* (RJ), 14-03-1932, n.º 7.291, p. 4, HDB/FBN.

¹¹⁸² BRASIL, Decreto n.º 6.440, 30-03-1907.

¹¹⁸³ *Jornal do Commercio* (RJ), 16-04-1932, n.º 90, p. 6, HDB/FBN.

¹¹⁸⁴ *Jornal do Commercio* (RJ), 09-04-1932, n.º 84, p. 3, HDB/FBN.

Manoel passou a servir à disposição do gabinete do ministro e no segundo semestre foi designado pelo próprio para exercer o policiamento do Núcleo Colonial de Santa Cruz¹¹⁸⁵. Chegando ao cargo de chefe da seção de Segurança Política, no início de 1933, curiosamente, por decreto do “Chefe do Governo Provisório”, o comissário foi nomeado para o cargo de almoxarife na Hospedaria dos Imigrantes da Ilha das Flores¹¹⁸⁶, rendendo-lhe um boletim de serviço da Polícia Central pontuando “que foi sempre fiel às suas árduas funções, com especial competência, dedicação e probidade”¹¹⁸⁷. Porém, após tomar posse foi exonerado por ter recusado o cargo e aceitado outro¹¹⁸⁸: o de “porteiro do Departamento do Trabalho”¹¹⁸⁹. Em algum momento retornou ao Centro Agrícola Santa Cruz como almoxarife em comissão, sendo dispensado e “louvado pelo zelo e dedicação revelados no desempenho das funções que ocupou”¹¹⁹⁰. É possível, mais que pensar em termos de promoção ou demissão, que Manoel desempenhava funções também de observação e produzia relatórios reservados pelas repartições em que passava, além de indicar as formas pelas quais os cargos públicos eram acionados quando se estava dentro de uma rede política, aparecendo tais rastros nos diários oficiais.

E, em uma nova reviravolta de cargos digna de um delegado que virara porteiro, em junho de 1935, o agora chamado de “alto funcionário do ministério do Trabalho” desembarcou em Recife:

O mysterio em torno da missão que trouxe o sr. Lopes Vieira ao Recife
 O sr. Lopes Vieira que foi, durante muito tempo, funcionário da Delegacia de Ordem Social do Rio, tem estado em continuas conferencias com o sr. Alvaro Silva, chefe da Secção de Ordem Social e Política do Estado. Corria hontem com insistência nos círculos policiais que o sr. Lopes Vieira substituiria o sr. Alvaro Silva naquelle cargo. Nossa reportagem não conseguiu apurar a veracidade dessa informação. O sr. Alvaro mostrou-se reservado deante de nossas perguntas.
 O Sr. Lopes Vieira declarou ao repórter que não vem assumir a chefia da Ordem Social. Está no Recife em missão reservada do ministro Agamenon Magalhães [ministro do Trabalho]¹¹⁹¹. Hoje deverá conferenciar com o governador Lima Cavalcanti, depois do que dará melhores informações à reportagem.
 A proposito da missão que o sr. Lopes Vieira trouxe, parece se prender á vigilancia policial no seio dos syndicatos proletários com o intuito de obstar os trabalhos dos elementos extremistas. De qualquer maneira, não resta duvida que o sr. Lopes Vieira trouxe uma importante missão policial.¹¹⁹²

¹¹⁸⁵ *A Noite* (RJ), 13-08-1932, n.º 7.442, p. 6, HDB/FBN.

¹¹⁸⁶ *Jornal do Commercio* (RJ), 23-03-1933, n.º 69, p. 3, HDB/FBN.

¹¹⁸⁷ *A Batalha* (RJ), 31-03-1936, n.º 946, p. 3, HDB/FBN.

¹¹⁸⁸ *Jornal do Commercio* (RJ), 13-05-1933, n.º 112, p. 3, HDB/FBN.

¹¹⁸⁹ *Jornal do Commercio* (RJ), 21-04-1933, n.º 94, p. 3, HDB/FBN.

¹¹⁹⁰ *Jornal do Commercio* (RJ), 25-03-1934, n.º 148, p. 17, HDB/FBN.

¹¹⁹¹ Em 1937, após a demissão de Vicente Ráo, Agamenon também acumulou o cargo de ministro da Justiça. Após Carlos de Lima Cavalcanti ter apoiado Armando de Salles Oliveira para a eleição que ocorreria em 1938, Agamenon, que manteve-se aliado a Getúlio no golpe, foi colocado como interventor federal em Pernambuco.

¹¹⁹² *Diario de Pernambuco* (PE), 26-06-1935, n.º 150, p. 10, HDB/FBN.

Os “rumores” continuaram nos dias seguintes. Segundo o *Diário Pernambucano*, reuniões aconteciam inclusive com a presença não apenas de Manoel Lopes Vieira com o secretário da Segurança Pública e o governador Lima Cavalcanti, mas também com a presença de capitães do Exército que não eram do quadro da secretaria. Para o *Diário*, a “myssão misteriosa” estava ligada ao setor da ordem pública e social e o “Sr. Lopes viria pôr em pratica processos de vigilante aos elementos extremistas dentro dos sindicatos proletários”. Enquanto isso, o capitão Rossini Raposo, secretário da Segurança Pública, “teria ficado desgostoso com a chegada do novo técnico oficial, pois não fora consultado a respeito”, enquanto o inspetor Alvaro Alves da Silva respondia com evasivas¹¹⁹³. Porém, o desfecho veio na noite de quarta-feira, quatro dias depois: por portaria do capitão Rossini, Manoel Lopes Vieira foi designado para superintender a Inspectoria de Ordem Política e Social, enquanto a Alvaro da Silva foram concedidos 45 dias de férias, correspondente aos anos de 1933, 1934 e 1935. É singular o depoimento de Manoel:

Estou á frente da Inspectoria da Ordem Política e Social apenas interinamente, enquanto durar a licença concedida ao sr. Alvero Alves da Siva que **vae entrar em férias, ao que parece, para tratamento da saúde** [...] Há 23 annos que sou funcionário da policia civil no sul paiz. Já desempenhei todas as funções nesse ramo de actividade. Por isso é que fui enviado para aqui, **afim de fiscalizar os sindicatos trabalhistas e exercer o controle geral sobre esses departamentos**. Uma vez aqui, fui aproveitado para realizar a reforma da policia civil. [...] Estou fazendo observações e traçando os novos planos. Ocorrendo o afastamento temporário do sr. Alvaro Silva, fui indicado para substituil-o. Quando elle voltar ás suas funções de inspetor, irei assumir de acordo com a reforma em estudos, o cargo de superintendente onde continuarei melhormente a **desempenhar a tarefa de que me encarregou o ministério do Trabalho**, uma vez que os assumptos se relacionam intimamente (grifo meu).¹¹⁹⁴

“Ao que parece”, Manoel tentou manter as aparências ao dar a entender que realmente não sabia o motivo do “afastamento” do antigo inspetor. Singular o depoimento por pontuar a relação entre o Ministério do Trabalho e as delegacias de Ordem Política e Social na vigilância e repressão das organizações e movimentos operários¹¹⁹⁵. Logo no dia seguinte à nomeação, uma quinta-feira, uma cena que demonstra o quadro das forças e das movimentações políticas da época: chegava a Recife a caravana da Aliança Nacional Libertadora (ANL), participando dela dirigentes nacionais e o prestigiado tenente-coronel João Cabanas. Contratado como “técnico”, Manoel permaneceu como superintendente da Ordem Política e Social até o

¹¹⁹³ *Diario de Pernambuco* (PE), 29-06-1935, n.º 153, p. 10, HDB/FBN.

¹¹⁹⁴ *Diario de Pernambuco* (PE), 04-07-1935, n.º 157, p. 10, HDB/FBN.

¹¹⁹⁵ Essa relação, a nível estadual de São Paulo, é bem demonstrada por Marcelo Chaves (2012b) ao analisar o Departamento Estadual do Trabalho (DET) e seus deslocamentos durante 1911-1937, destacando também a relação conjunta com a DOPS na vigilância, controle e repressão.

final de dezembro¹¹⁹⁶, lidando com o fechamento da ANL em julho e com os eventos da “Intentona Comunista”¹¹⁹⁷. Passados poucos dias também foi exonerado, novamente no Rio de Janeiro, quando ocupava, pelo Departamento do Trabalho, o cargo de zelador do Museu Comercial¹¹⁹⁸.

Eis que, quase dois anos depois, em dezembro de 1937, em outra reviravolta, foi colocado como superintendente da Guarda Noturna da Capital de São Paulo, o que não rendeu notícias nos jornais paulistas. Para finalizar o quadro de referências e contatos, ainda em janeiro de 1938, o paulista e interventor federal José Joaquim Cardoso de Mello Neto resolveu extinguir o cargo de comandante da guarda sem qualquer outra contrapartida, provavelmente ocasionando no aumento de responsabilidade e poder de polícia nas mãos de Manoel Lopes Vieira¹¹⁹⁹.

Mas qual a ligação entre Manoel e Rosalvo?

Um único indício. Rosalvo foi efetivado no cargo em 24 de junho de 1938¹²⁰⁰. Mas pouco tempo depois ocorreu a a exoneração “a pedido” do secretário Dulcídio em 9 de julho de 1938, data em que, conseqüentemente, Manoel Lopes Vieira também foi “dispensado, a pedido”, da superintendência da Guarda Noturna¹²⁰¹. O ponto é que, um mês depois, ao final do mês de agosto, o diretor endereçou uma mensagem ao carioca:

Rua Hermengarda 179, Rio [Méier]. Urgente atender situação Nildo obrigado comunicar ausencia. Peço responder meu governo.¹²⁰²

Nildo de Carvalho Cidade, provavelmente de família fluminense que permeava cargos públicos no Rio de Janeiro e Niterói¹²⁰³, foi contratado para trabalhar no “Presídio da Ilha Anchieta” provavelmente com a chegada de Rosalvo. Em outubro, o diretor comunicou o

¹¹⁹⁶ *O Radical* (RJ), 20-12-1935, n.º 1.174, p. 5, HDB/FBN.

¹¹⁹⁷ Segundo Marly de Almeida Gomes Vianna (2007), a repressão em Recife foi feita pelo então secretário da Segurança Pública, capitão Malvino Reis Netto, oficial que também pertencia ao quadro da Ação Integralista Brasileira (AIB). O capitão foi escolhido ainda no mês de julho, após exoneração do capitão Rossini (*Diário de Pernambuco*, 20-07-1935, n.º 170, p. 10, HDB/FBN), e segundo Marly Vianna (2007, p. 306), “a reação ao movimento em Recife teve duas faces: a legal, que indiciou relativamente pouca gente, e a real, que segundo os contemporâneos matou grande número de pessoas [...] Os presos foram quase todos torturados, numa incrível bestialidade. Malvino Reis [...] chefiava a repressão com sádico prazer e vangloriava-se disso [...] Muitos rebeldes, ao se renderem, foram sumariamente fuzilados”.

¹¹⁹⁸ *Correio da Manhã* (RJ), 10-01-1936, n.º 12.623, p. 2, HDB/FBN.

¹¹⁹⁹ ALESP, Decreto n.º 8.929, 19-01-1938.

¹²⁰⁰ *Correio Paulistano* (SP), 24-06-1938, n.º 25.242, p. 3, HDB/FBN.

¹²⁰¹ Um detalhe: no Diário Oficial o nome está “Sr. José Lopes Vieira” (DOSP, 10-07-1938, n.º 151, p. 1).

¹²⁰² *Boletim n.º 280*, 22-08-1938, do diretor Rosalvo para Manoel Lopes Vieira, PEIA.

¹²⁰³ As únicas informações localizadas em diário oficiais ou jornais referem-se a Laurinda Carvalho Cidade, sepultada no cemitério municipal Inhaúma, zona norte (*Jornal do Brasil*, 19-05-1932, n.º 118, p. 22, HDB/FBN) e Esther de Carvalho Cidade, funcionária da Câmara Municipal (*Diário Carioca*, 27-08-1935, n.º 2.179, p. 12, HDB/FBN).

diretor geral da SSP que Nildo, auxiliar do almoxarife, estava ausente há mais de quarenta dias e sem alegação de motivo, comentando, inclusive, que o funcionário não havia sacado os vencimentos de setembro¹²⁰⁴. No mês seguinte, o funcionário foi exonerado por, sem causa justificada, se ausentar por mais de quarenta dias¹²⁰⁵. Aparentemente há relações ainda a serem reveladas que vão desde o tipo de contrato que Rosalvo possuía com a Guarda Noturna, e se essa foi celebrada após a chegada do superintendente carioca, às relações que apontam a influência de Manoel Lopes Vieira, mesmo já afastado do governo paulista e em sua residência no Méier, em apontar pessoas a serem contratadas. Base consistente também a relação prévia de Manoel e Rosalvo: a curta mensagem do diretor da Colônia, sem introduções formais ou maiores explicações de quem era Nildo, indica que alguma relação pretérita já havia e que o conteúdo da mensagem era conhecido pelo interlocutor Manoel, sendo desnecessário ali todas aquelas indagações que uma pessoa alheia ao assunto poderia inquirir.

8.2.2 Varguistas em São Paulo? O subdiretor do Mato Grosso

E o novo subdiretor também não deixava por menos. Promotor de justiça¹²⁰⁶ que chegou a ser exonerado por “abandono de cargo”, Noginel de Moura Pegado foi descrito provavelmente por um jornal opositor como um “advogado irrequieto” e “instrumento passivíssimo do Snr Mario [Corrêa da Costa, governador do estado] á pratica de todos os atentados contra os direitos de todos quantos possuíssem alguma cousa”¹²⁰⁷. Já em outros periódicos simpáticos ao juiz político, Noginel era apontado como membro da Associação de Imprensa Matto-Grossense¹²⁰⁸, advogado, morador e liderança política de Sant’Anna do Parahiba/MT¹²⁰⁹, na divisa do então Mato Grosso com Minas Gerais. Nessa cidade, em 1936, sua residência foi construída na praça central e foi a primeira a com telha francesa e banheiro em seu interior¹²¹⁰, época também em que, chamado de “famigerado”, foi acusado por um

¹²⁰⁴ *Boletim n.º 392*, 11-10-1938, do diretor Rosalvo para o diretor geral da Secretaria da Segurança Pública, João Clímaco Pereira, PEIA.

¹²⁰⁵ DOSP, 24-11-1938, n.º 238, p. 6; Decreto n.º 2.183, 30-12-1926, art. 10, ALESP; *Correio Paulistano* (SP) 24-11-1938, n.º 25.372, p. 15, HDB/FBN.

¹²⁰⁶ Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 3ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura, 13-05-1929, Cuiabá, Typographia Official, p. 57, 1929.

¹²⁰⁷ *O Matto-Grosso*, 14-09-1930, n.º 2.148, p. 2, HDB/FBN. Nesta época, Mário Correia não era mais o governador estadual, cargo ao qual retornaria com a eleição indireta de 1935.

¹²⁰⁸ *Jornal do Commercio* (MT), 04-04-1934, n.º 1.492, p. 4. Segundo Danusa Santana Andrade (2019), Noginel havia sido diretor do jornal *A Epoca* (1920) de Três Lagoas/MT, um momento em que esta era a quarta cidade do estado onde a imprensa teve maior desenvolvimento, precedidas apenas por Campo Grande, Corumbá e Cuiabá. Três Lagoas fica na divisa com o estado de São Paulo.

¹²⁰⁹ *Jornal do Commercio* (MT), 28-02-1935, n.º 1.759, p. 4, HDB/FBN.

¹²¹⁰ Site Memórias de Paranaíba, disponível em: <<https://www.memoriasdeparanaiba.com.br/2020/06/24/casa-de-noginel-moura-pegado/>>, acesso em 26 jul. 2020.

deputado de imputar injustamente um assassinato a um capitão opositor do governador, ao pressionar o delegado responsável pelo inquérito¹²¹¹.

Mas algo mais o destacava: Noginel era também concunhado do delegado paulista Durval Góes Monteiro, irmão do general Pedro Aurélio Góes Monteiro, então chefe do Estado-Maior do Exército (EME)¹²¹². Em 17 de setembro de 1937, segundo notícia do catarinense *A Gazeta*, um chefe político em Três Lagoas/MT de nome João Lara, “zéamericanista”¹²¹³ e “protegido do sr. Felinto Muller”, invadiu a residência de Noginel, líder “udebista”¹²¹⁴ no município¹²¹⁵. Naquele momento “se encontravam vários parentes do general Góes Monteiro, ficando todos feridos a tiros”. A notícia conta com uma entrevista com o delegado Durval:

[...] a política está fervendo em Mato Grosso. [...] A agressão sofrida por minha sogra, da. Ambrolina Rodrigues, e meu concunhado, o sr. Noginel de Moura Pegado, prende-se a motivos políticos. O chefe João Lara é um protegido do Sr. Felinto Muller e, por tanto, inimigo político do sr. Noginel [...] D. Ambrolina e o sr. Noginel estão gravemente feridos [...] Comuniquei o fato a meu irmão, o general Góes Monteiro, que me enviou um telegrama informando, e que já se comunicou com o capitão Faria Lemos, comandante da companhia aquartelada em Três Lagôas, ordenando as providencias necessarias.¹²¹⁶

Relação próxima ou capitalização das relações familiares que possuía, quando Durval veio a falecer no ano seguinte, Noginel foi até ao secretário João Carneiro da Fonte para “agradecer em nome do sr. general Pedro Aurelio de Góes Monteiro [...] todas as atenções dispensadas a este durante a sua enfermidade, bem como ter comparecido a todas as cerimoniais fúnebres”¹²¹⁷. Nomeado na última semana de junho de 1938, em agosto já estava hospedado no Municipal Hotel¹²¹⁸ e em outubro já estava residindo na Rua Silveira Martins, n.º 55, Sé¹²¹⁹ - por algum motivo a ida de Noginel pra São Paulo foi mais ágil que a de Rosalvo¹²²⁰.

¹²¹¹ *Jornal do Brasil* (RJ), 01-07-1936, n.º 155, p. 7, HDB/FBN.

¹²¹² O major engenheiro Luiz Carlos Tomaz Silva pontua que Góes Monteiro permaneceu chefe do EME entre julho de 1937 a dezembro de 1943. Ainda, relata a movimentação para que o general fosse posto como Inspetor das Regiões do Sul (SP, PR, SC, MG, GO, MT e RS;), de forma a desmobilizar os corpos provisórios do governador Flores da Cunha, já antevendo sua reação caso o Congresso fosse dissolvido. Diz ainda Tomaz (2012) que o general Góes Monteiro estabeleceu seu quartel em São Paulo e passou a comandar sete batalhões da Força Pública de São Paulo (TOMAZ, 2012, p. 125-128).

¹²¹³ Ou seja, pró candidatura do ministro José Américo de Almeida.

¹²¹⁴ Ou seja, da União Democrática Brasileira (UDB), liderada por Armando de Salles Oliveira.

¹²¹⁵ Três Lagoas/MT, cerca de 200 km ao sul e na divisa com São Paulo. O jornal carioca *Diário de Notícias* informou que o conflito ocorreu em “Santa Parnahyba” (22-09-1937, n.º 3.572, p. 5, HDB/FBN).

¹²¹⁶ *A Gazeta* (SC), 22-09-1937, n.º 970, p. 1, HDB/FBN.

¹²¹⁷ *Correio Paulistano* (SP), 28-12-1939, n.º 25.710, p. 4, HDB/FBN.

¹²¹⁸ *Boletim n.º 247*, 11-08-1938, do diretor Rosalvo para seu auxiliar Noginel, PEIA.

¹²¹⁹ *Boletim n.º 391*, 11-10-1938, do diretor Rosalvo para seu auxiliar Noginel, PEIA. A confirmação que tal endereço é o de sua nova residência encontra-se em: *Relação de passageiros do vapor “Itaipava”*, 03-03-1940, Santos/SP, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.35812, p. 2.

¹²²⁰ Interessante notar uma comunicação do diretor Rosalvo para um funcionário que também trabalhava na Secretaria da Segurança Pública: “Deveis procurar correspondência residencia Sr. Durval Góes Monteiro. Mande suas noticias”- *Boletim n.º 444*, 30-10-1938, do diretor Rosalvo para José Theodolino Rocha, PEIA.

8.2.3 Civis detidos novamente sob sigilo (1938-1939)

Em janeiro de 1938, o tenente Ulderico Guimarães substituiu o então comandante Hely Fernandes da Camara. Durante o Inquérito Policial Militar realizado de fevereiro a março daquele ano na Ilha Anchieta, Santos e na capital, Ulderico permaneceu à frente da diretoria da Colônia Correccional da Ilha Anchieta¹²²¹. A data de chegada de Rosalvo é incerta: sua nomeação foi em março e a posse ao final de junho¹²²², provavelmente obtendo seu título de nomeação com a assinatura do secretário coronel Dulcídio Cardoso, sendo que em 18 de julho o tenente perrepista Ulderico ainda se encontrava na Colônia¹²²³. Dos documentos preservados, restaram apenas a publicação dos *boletins*, manuscritos preservados e escritos pelo diretor a partir de 11 agosto de 1938 a até 31 de dezembro daquele mesmo.

E as mudanças na região não cessaram por aí. Em 1º de maio de 1938, o delegado Pedro de Alcantara Carvalho de Oliveira, por ato do governador, havia reassumido a Delegacia Regional de Santos após servir como delegado em comissão de Segurança Pessoal¹²²⁴. Em 3 de junho, o delegado comunicou a Colônia que “afim de ficarem aí recolhidos á disposição da Secretaria da Segurança”, dez “indivíduos” seguiam sob escolta. Assim como em anos anteriores, deixavam acompanha-los de suas respectivas fichas¹²²⁵. As informações nos ofícios passam a ser ligeiramente diferentes das de ano anterior e após o nome do “indivíduo”, o número de “prisões”:

José Antonio de Athayde, com 10 prisões;
 Floriano Telles de Castro, com 64;
 Antonio Pereira Gomes, com 36;
 Wenceslau José dos Santos, com 14;
 José Antonio da Silva, com 20;
 Antonio Pereira, “Dente de Cavallo”, com 30;
 José Laurentino Borges, com 21;
 José Martins, “Bicudo”, com 10;
 Manoel Ferreira Luiz “Camisa”, com 14; e
 Esteves Campos.

Qual o objetivo de ser mencionada o número de passagens de um “indivíduo” que está sendo encaminhado para uma instituição prisional? Por que não o tempo de pena informado

¹²²¹ *Apelação n.º 294* de Heli Fernandes da Camara, Processo Crime n.º 532, 25-05-1938, 92 p., TSN/ARQUIVO NACIONAL, BR RJANRIO C8.0.APL.290.

¹²²² *Correio Paulistano* (SP), 24-06-1938, n.º 25.242, p. 3, HDB/FBN.

¹²²³ *Ofício* do DOPS de 18-07-1938 informou que Ulderico ocupava o “posto de Capitão e está destacado na Ilha Anchieta”, pront. n.º 82.619, “Ulderico Guimarães”, DEOPS/APESP.

¹²²⁴ DOSP, 18-12-1937, n.º 283, p. 5.

¹²²⁵ *Ofício n.º 2.150*, 03-06-1938, do delegado regional de Santos, Pedro de Alcantara Carvalho de Oliveira, para o “Sr. Diretor da Colonia Correccional Ilha Anchieta”, caixa 537, Acadepol/APESP.

por condenação de um juiz ou, pelo menos, o tempo estipulado pela autoridade competente quando no caso de contravenções? Como apontado por Paulo Sérgio Pinheiro (1991, p. 97), para o caso dos “indesejáveis” encaminhados para a Colônia de Clevelândia “a abundância de informações visava simplesmente mascarar a total ausência de legalidade nos embarques como se a própria reiteração encantatória das culpas tivesse o efeito de servir de condenação judicial”. Ou seja, o reforço no ofício sobre o número de “prisões” buscava de forma objetiva não apenas dar um falso verniz de legitimação para uma arbitrária detenção, como demonstra que a pretensa punição não recai no ato criminoso, processado e condenado, mas recai sobre o “indivíduo” e seu histórico de “passagens” que, como já vimos nos capítulos anteriores, pouco ou nada importava se, de fato eram cidadãos que havia cometido algum crime, muito menos processados e mais raramente ainda, condenados. Em 16 de junho, outra escolta com seis detidos rumou para a Ilha Anchieta, “recolhidos á disposição do Exmo. Sr. Tenente Coronel Secretario”¹²²⁶, situação que encabeçaria resposta padrão das autoridades policiais para as inquirições feitas por juízes e tribunais.

Continuando com as trocas de posição dentro da polícia, em setembro de 1938, Antonio Braulio, elevado a delegado de 1ª classe, reassumiu a chefia do Gabinete de Investigações ocupando a 4ª Delegacia Auxiliar, enquanto Francisco de Assis Carvalho Franco retornou ao seu cargo efetivo de delegado especializado da Segurança Pessoal¹²²⁷. Ao longo daquele segundo semestre, Antonio Braulio de Mendonça Filho seguiu remetendo diversas “turmas” para a Ilha Anchieta, geralmente composta por cerca de vinte civis, sendo esse delegado sempre o responsável em última instância a consentir ou não com os pedidos de liberdade solicitados por Rosalvo ou Noginel.

Mas se as mudanças nos cargos não cessavam, as mudanças nas práticas não ocorreram, mudavam para continuar operando da mesma forma. Tal como em 1934 e 1935, o “habeas-corpus” voltou a ser uma questão em 1938. Rosalvo, pressionado pelo juiz de execuções criminais, solicitava informações de alguns civis detidos, levando-o a endereçar radiotelegramas urgentes para Antonio Braulio, chefe do GI, solicitando instruções de como deveria proceder.¹²²⁸

¹²²⁶ *Ofício n.º 2.338*, 16-06-1938, do delegado regional de Santos, Pedro de Alcantara Carvalho de Oliveira, para o “Sr. Diretor da Colonia Correccional Ilha Anchieta”, caixa 537, Acadepol/APESP.

¹²²⁷ *Correio Paulistano* (SP), 08-09-1938, n.º 25.305, p. 5, HDB/FBN.

¹²²⁸ *Boletim n.º 433*, 26-10-1938, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

8.2.4 O caos sanitário em 1938: breves aspectos do cotidiano

O primeiro desafio assumido por Rosalvo em agosto de 1938 foi retomar as obras de expansão do pavilhão da administração. Seus pedidos de urgência por cimento, pregos, manilhas, telhas e taboas¹²²⁹ são compreensíveis se lembramos que a partir de agosto e setembro tem início a subida do índice de precipitação de chuva na região. Assim, solicitava taboas de peroba para assoalho e ripas de peroba e pinho para forro, pedindo pelos “melhores preços, dinheiro a vista”¹²³⁰. Mas esses também não eram os únicos itens na qual o novo diretor estava interessado, tendo também encomendado uma cartucheira Winchester e uma “banheira esmaltada cinco pés com torneira, pagamento a vista”¹²³¹. Mas com a chegada de setembro novos problemas surgiram e havia sido processada a troca no comando da Secretaria da Segurança Pública: após a saída do coronel Dulcídio Cardoso assumiu o capitão Sebastião Dalizio Menna Barreto, a quem Adhemar de Barros chamava de “amigo fraterno” e que colaboraria com a administração do estado e pela “simpatia que lhe despertavam as Forças Armadas” (LOVATO, 2014).

No dia 1º de setembro, quinta-feira, o médico Ismael avisou ao diretor que havia constatado “casos rubéola evolução caracter benigno, exantema febril sujeito notificação Serviço Sanitário”¹²³². O diretor Rosalvo, agora funcionário público e pela primeira vez diretor de um presídio, enviou então sinceras mensagens que vão revelando o estado de precariedade da Colônia Correccional, assim como da própria estrutura material daquelas construções:

Peço embarcar lancha dia sete, cinco litros álcool 42º [...]. Queira conseguir nome, preços e detalhes material empregado piso hospitalar. Indago condução material para substituir assoalho madeira pavilhões dos meus detentos, conseguir mais higiene para aplicar fortificante. Caso afirmativo enviar detalhes tecnica e preços¹²³³.

Porém, o mais básico para combater a rubéola não havia:

Queira procurar Sr. Azevedo Marques [diretor de contabilidade da SSP], informar situação artigos limpeza e Higiene. Não sei como lavar roupas detentos falta sabão.¹²³⁴

E o diretor permaneceu no mínimo mais dez dias sem sabão, ao reforçar a falta do produto e pedir instruções de como deveria proceder¹²³⁵. E a esse cenário somou-se o fato de

¹²²⁹ *Boletins n.º 253 e 256*, 12-08-1938; *Boletim n.º 258*, 13-08-1938; *Boletim n.º 281*, 22-08-1938, PEIA.

¹²³⁰ *Boletim n.º 281*, 22-08-1938, do diretor Rosalvo para a Passos Carvalho & Cia, Santos, PEIA.

¹²³¹ *Boletim n.º 272*, 28-08-1938, do diretor Rosalvo para a Passos Carvalho & Cia, Santos, PEIA.

¹²³² *Boletim n.º 308*, 01-09-1938, do diretor Rosalvo para o secretário SSP, capitão Sebastião Dalizio Menna Barreto, PEIA.

¹²³³ *Boletim n.º 309*, 02-09-1938, do diretor Rosalvo para a Passos Carvalho & Cia, Santos, PEIA.

¹²³⁴ *Boletim n.º 312*, 02-09-1938, do diretor Rosalvo para o funcionário José Theodolino Rocha, Rua da Glória, 46, São Paulo, PEIA.

¹²³⁵ *Boletim n.º 337*, 12-09-1938, do diretor Rosalvo para o diretor geral da SSP, João Clímaco Pereira, PEIA.

que os civis detidos estavam sujeitos a terem que repetir as roupas usadas dia após dia, vez que “os artigos de necessidade permanente, especialmente roupas detentos”, estavam parados no almoxarifado da SSP¹²³⁶. Apesar de algumas dezenas de itens terem chegado no último dia de outubro, somente poucas calças e jaquetões¹²³⁷, em dezembro a situação entorno das “roupas dos detentos” estava “crítica”:

Presentemente 139 detentos. Stock calças, cuecas, blusões e fronhas esgotado. Não tenho toalhas rosto.¹²³⁸

Mas não acabou nesse ponto. Na última semana de outubro, Rosalvo solicitou “especial fineza” ao “Dr. Humberto Pascale” para que o Serviço Sanitário enviasse a Ilha duzentos tubos capilares para vacinações antivariólica¹²³⁹, reforçando o pedido em novembro, o que levanta a hipótese de que a rubéola não era a única ameaça à saúde¹²⁴⁰. Mas se a rubéola era uma realidade e a varíola uma hipótese, a tuberculose também se fez presente e virou um problema:

Detentos portadores de **tuberculose, com promiscuidade detentos** não tenho local apropriado isola-los, necessário retiral-os medida acautelar. Resalvo responsabilidades consequências.¹²⁴¹

Pelo menos cinco civis contraíram e desenvolveram a tuberculose, sendo que ao menos dois já foram transferidos doentes¹²⁴². Outros três casos de doentes graves foram relatados e suas liberdades requeridas para que realizassem tratamento, porém não foi citada qual a doença¹²⁴³, sendo que dois deles estavam “resistindo todos recursos médicos”¹²⁴⁴. Em decorrência do estado de saúde, em 3 de dezembro, um sábado, três tuberculosos e um epilético¹²⁴⁵ foram enviados para a capital, para serem tratados no Posto Médico¹²⁴⁶. Semanas

¹²³⁶ *Boletim n.º 384*, 08-10-1938, do diretor Rosalvo para o delegado regional de Santos, Pedro Alcantara de Oliveira, PEIA.

¹²³⁷ *Boletim n.º 453*, 31-10-1938, do diretor Rosalvo para o diretor de material da SSP, José Augusto Fernandes, PEIA.

¹²³⁸ *Boletim n.º 531*, 02-12-1938, do diretor Rosalvo para o diretor de material da SSP, José Augusto Fernandes, PEIA.

¹²³⁹ *Boletim n.º 423*, 23-10-1938, do diretor Rosalvo para o “Dr. Humberto Pascale”, Serviço Sanitário, Rua Ypiranga, São Paulo, PEIA.

¹²⁴⁰ *Boletim n.º 468*, 07-11-1938, do diretor Rosalvo para o “Dr. Humberto Pascale”, Serviço Sanitário, Rua Ypiranga, São Paulo, PEIA.

¹²⁴¹ *Boletim n.º 397*, 13-10-1938, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

¹²⁴² Antonio Alves, Benedito Tomaz, José Victorino Martins, José Bordano Filho e João Batista dos Reis Filho – *Boletins n.º 397, 431, 535 e 548*, PEIA.

¹²⁴³ Carlos Castro Santana – *Boletins n.º 516 e 548*, PEIA.

¹²⁴⁴ Oscar Estelita dos Santos e Pedro Flores Galante – *Boletim n.º 431*, 25-10-1938, PEIA.

¹²⁴⁵ Domingos Teixeira Rosa – *Boletins n.º 305, 535 e 548*, PEIA.

¹²⁴⁶ *Boletim n.º 535*, 03-12-1938, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

depois, outro, com obstrução intestinal e com indicação operatória precisou ser enviado para a Santa Casa de Taubaté¹²⁴⁷.

E a situação ainda é um pouco mais calamitosa do que até aqui relatado. Por que a cada caso era requerida a liberdade aos tuberculosos e demais detidos em estado grave? Porque a Colônia Correccional não possuía naquele último bimestre praticamente nenhum item para atender àqueles que necessitassem dos mais simples recursos. Havia acabado as gazes, o algodão, as ataduras, o álcool etc.¹²⁴⁸. O pedido feito para a SSP ainda em 16 de julho, até o final de dezembro não havia sido atendido. Após uma cobrança feita pelo próprio médico da Colônia no mês de agosto¹²⁴⁹, em outubro o diretor frisou a “necessidade de remessa urgente” porque alguns medicamentos eram “impossíveis a substituição”¹²⁵⁰ e em novembro afirmou que a “Farmacia desprovida de medicamento pedidos e já agora de mais alguns” precisava atender cento e quarenta brasileiros e imigrantes lá encarcerados¹²⁵¹. A situação ficou ainda mais grave quando a avó do médico Ismael faleceu em São Paulo e este obteve dezesseis dias de licença entre o final de novembro e início de dezembro¹²⁵², ficando a ilha sem nenhum profissional da saúde, vez que o antigo farmacêutico estava morando em Santos e comissionado no Posto Médico da capital, assumindo provisoriamente o civil que era seu auxiliar¹²⁵³. O diretor, incomodado e após ele próprio ter sofrido com uma crise hepática e não possuir consigo suas injeções¹²⁵⁴, no início de dezembro informou ao médico que os medicamentos não chegaram e pediu a Ismael que investigasse a causa¹²⁵⁵. Os documentos indicam que não apenas a diretoria enfrentava dificuldades: além de civis e militares terem deixado de receber medicamentos de forma gratuita por ato do secretário da SSP¹²⁵⁶, um dos funcionários mais próximos do novo diretor, José Theodolino Rocha, estava “muito agitado” e Rosalvo contava com o regresso do médico Ismael ainda no dia 10 de dezembro¹²⁵⁷. Com Theodolino doente e

¹²⁴⁷ *Boletim n.º 567*, Urgentíssimo, 17-12-1938, do subdiretor Noginel para o chefe do GI, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

¹²⁴⁸ *Boletim n.º 532*, 03-12-1938, do diretor Rosalvo para o diretor administrativo da SSP, Alfredo Issa, PEIA.

¹²⁴⁹ *Boletim n.º 300*, 30-08-1938, do diretor Rosalvo para o diretor geral da SSP, João Clímaco Pereira, PEIA.

¹²⁵⁰ *Boletim n.º 408*, 17-10-1938, do diretor Rosalvo para o diretor de contabilidade da SSP, Azevedo Marques, PEIA.

¹²⁵¹ *Boletim n.º 519*, 28-11-1938, do diretor Rosalvo para o diretor administrativo da SSP, Alfredo Issa, PEIA.

¹²⁵² *Boletins n.º 505*, 23-11-1938, *n.º 510*, 24-11-1938, PEIA.

¹²⁵³ *Boletim n.º 502*, 22-11-1938, do diretor Rosalvo para o secretário da SSP, cap. Sebastião Dalizio Menna Barreto, PEIA.

¹²⁵⁴ *Boletim n.º 512*, 24-11-1938, do diretor Rosalvo para o médico Ismael, São Paulo, PEIA.

¹²⁵⁵ *Boletim n.º 536*, 08-12-1938, do diretor Rosalvo para o médico Ismael, São Paulo, PEIA.

¹²⁵⁶ *Boletim n.º 413*, 18-10-1938, do diretor Rosalvo para o secretário da SSP, capitão Dalizio Menna Barreto, PEIA.

¹²⁵⁷ *Boletim n.º 539*, 04-12-1938, do diretor Rosalvo para o médico Ismael, São Paulo, PEIA. José Theodolino Rocha era 3º escrivão do Gabinete Médico Legal (*Radiotelegrama n.º 32/40*, 09-08-1940) e segundo Aurelio Aureli, Theodoro “não presta nenhum serviço, é despeitado com tudo e por tudo, sendo provocador de casos” (*Radiotelegrama, n.º 189/40*, 07-10-1940). Não mais trabalhando na Ilha a partir daquele momento, em uma revista

“outros casos”, o diretor solicitou que Noginel conversasse com Ismael em São Paulo e que o subdiretor, que estava de férias¹²⁵⁸, retornasse “na primeira condução”¹²⁵⁹. Em seguida, ainda pediu para que Noginel não retornasse de avião, por sua esposa estar “muito aflita”, pedindo então que embarcasse no vapor *Aspirante Nascimento* para que, assim, acalmasse a Dona Marieta¹²⁶⁰.

Em 31 de dezembro de 1938, enquanto Rosalvo gozava férias regulamentares¹²⁶¹ e passava as festas de fim de ano em Três Corações¹²⁶², Noginel endereçava “cumprimentos de boas festas”, ao “illustre patricio” general Espirito Santo Cardoso¹²⁶³, ao “amigo” coronel Dulcideo Cardoso¹²⁶⁴ e ao general Góes Monteiro transmitiu seus “afectuosos abraços”¹²⁶⁵.

8.2.5 Cambiando civis detidos com a polícia carioca? Uma hipótese

Quando da ditadura provisória (1931-1933), era comum os jornais estamparem que comunistas ou “correcionais” estavam sendo deportados para outros estados, como Santa Catarina ou Rio de Janeiro. Entretanto, a partir da promulgação da Constituição de 1934, a polícia precisou recorrer a dinâmicas criminosas para manter presos e incomunicáveis diversos brasileiros e imigrantes detidos, como ficou comprovado no capítulo 7. Quando a justiça estadual inquiria a Secretaria da Segurança Pública sobre a condição de determinado “paciente” e o chefe de polícia ocultava sua localização e negava que o nomeado estivesse detido – mesmo que estivesse – é possível também que, junto a essa dinâmica, outra tenha sido incorporada: cambiar os detidos para outros estados. Assim, quando um secretário ou chefe de polícia negasse que o “paciente” estivesse detido em alguma das prisões, a informação, de fato, procederia com a situação real. E é possível que tal prática nunca tivesse sido, na verdade, suspensa entre 1934-1937.

Para um breve caso, em 10 de outubro de 1938, o Gabinete de Investigações remeteu para a Colônia Correccional da Ilha Anchieta mais de vinte detidos, que lá

de rotina nos pavilhões no mês de novembro um cabo encontrou “livros”, “obras reputadas de nenhuma moralidade e em flagrante contraste com o regime aqui aplicado”, “presenteados” com dedicatória de José Theodolino “ao presidiário 213” (*Radiotelegrama n.º 326/40*, 22-11-1940, PEIA).

¹²⁵⁸ DOSP, 08-11-1938, n.º 246, p. 8. Noginel entrou de férias regulamentares mesmo com menos de seis meses de serviço.

¹²⁵⁹ *Boletim n.º 542*, 05-12-1938, do diretor Rosalvo para o subdiretor Noginel, São Paulo, PEIA.

¹²⁶⁰ *Boletim s/n*, 08-12-1938, do diretor Rosalvo para o subdiretor Noginel, São Paulo, PEIA.

¹²⁶¹ *Boletim n.º 558*, 16-12-1938, do subdiretor Noginel para o diretor administrativo da SSP, Alfredo Issa, PEIA.

¹²⁶² *Boletim n.º 605*, 26-12-1938, do subdiretor Noginel para o diretor Rosalvo, Três Corações, PEIA.

¹²⁶³ *Boletim n.º 632*, 31-12-1938, do subdiretor Noginel para o general Espirito Santo Cardoso, R. Dr. Osório Almeida [Urca], 57, Rio, PEIA.

¹²⁶⁴ *Boletim n.º 633*, 31-12-1938, do subdiretor Noginel para o cel. Dulcideo Cardoso, R. Dr. Osório Almeida [Urca], 57, Rio, PEIA.

¹²⁶⁵ *Boletim n.º 634*, 31-12-1938, do subdiretor Noginel para o general Góes Monteiro, sua residencia, Rio, PEIA.

permaneceram à disposição daquela repartição¹²⁶⁶. Numa análise superficial, dos 21 ao menos 3¹²⁶⁷ já aparecem como pacientes de habeas corpus coletivo no Rio de Janeiro em 1932¹²⁶⁸. Isso acendeu um alerta. Invertendo a checagem dos dados, se pegarmos a lista desses pacientes e cruzarmos com aqueles que deram entrada na Colônia, de 14 deles ao menos 6 viriam a ser presos na Ilha Anchieta somente no ano de 1938¹²⁶⁹. Um deles, Ernesto Galhardo de Queiroz, “cútiis preta”, “cabelos encarapinhados”¹²⁷⁰ e natural de Niterói, possuía três entradas: maio e outubro de 1938 e maio de 1939¹²⁷¹. Um dos poucos desse período a possuir prontuário, informam apenas que em 1944 foi detido por “vadiagem”, não constando nada anterior a esta data em seus antecedentes após consulta das autoridades policiais junto ao Arquivo Geral da Polícia. Inclusive, não foi aberto inquérito e as próprias autoridades policiais, em 1947, reconheceram que sua prisão foi ilegal.

Talvez esse seja o motivo que levou o presídio a deixar de anotar as informações básicas dos novos matriculados, mesmo não havendo fichas e prontuários para esse momento também, tal como havia ocorrido sob administração de Newton Santos:

¹²⁶⁶ *Boletim n.º 389*, 10-10-1938, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

¹²⁶⁷ Eduardo Costa, Ernesto Galhardo de Queiroz e José Pacheco Sobrosa. José que, em 1933, com 37 anos e morador de Bonsucesso, foi detido num botequim na Lapa, Rio de Janeiro (*Correio da Manhã* (RJ), 07-05-1938, n.º 11.787, p. 6, HDB/FBN)

¹²⁶⁸ *Correio da Manhã* (RJ), 19-08-1932, n.º 11.563, p. 6, HDB/FBN.

¹²⁶⁹ Além dos três já citados, somam-se a eles Antonio Alves, David Guedes e Orlando Ribeiro Leite.

¹²⁷⁰ *Folha de Identificação*, 05-08-1944, pront. n.º 21.982, DEOPS/APESP.

¹²⁷¹ *Livro de registros*, PEIA.

Figura 85 - Livro de registros: o traço faz a divisão das entradas de 1933 para a de 1938

NOME	ENTRADA			Artigo	Jornal Cidade Voz	PRONUNCIA			Distrito Estado	JULGAMENTO	RECURSOS	LOCAL DO DEURO	Compartamento	SAHIDA			Observações	
	Dia	Mes	Ano			Dia	Mes	Ano						Dia	Mes	Ano		
Carlos Schmitt	9	Junho	33	29.150						Prisão - São Paulo Prisão - São Paulo Prisão - São Paulo		São Paulo		9	Setembro	33	Prisão - São Paulo	Seguir del. Reg. Santos
Christiano Dias	14	Junho	33	29.150						Prisão - São Paulo Prisão - São Paulo Prisão - São Paulo		São Paulo		17	Setembro	33	Prisão - São Paulo	Seguir del. Reg. Santos
Celso de Azevedo	26	Agosto	33	19						Prisão - São Paulo Prisão - São Paulo Prisão - São Paulo		Santos		9	Março	34	Prisão - São Paulo	Seguir del. Reg. Santos
Constantino Lammert	26	Setembro	33	19.109						Prisão - São Paulo Prisão - São Paulo Prisão - São Paulo		São Paulo		23	Abril	34	Prisão - São Paulo	Seguir del. Reg. Santos
Carlos Schmidt	5	Nov.	33	29.252						Prisão - São Paulo Prisão - São Paulo Prisão - São Paulo		São Paulo		16	Maio	34	Prisão - São Paulo	Seguir del. Reg. Santos
Christiano Dias	16	Dez.	33									São Paulo		9	Abril	34	Prisão - São Paulo	Seguir del. Reg. Santos
Castro Moura	28	Maio	38											18	Setembro	38		
Castro Moura	12	Junho	38											15	Dez.	38		
Carlos Francisco de Paula	19	Junho	38											15	Dez.	38		
Carlos José Villalobos	25	Set.	38											23	Nov.	38		
Carlos de Oliveira	25	Set.	38											2	Março	38		

Fonte: Livro de registros, PEIA

8.3 O Presídio Político da Ilha Anchieta (1939-1940)

A criação do Presídio Político da Ilha Anchieta ocorreu em de 21 de julho de 1939¹²⁷². Mas a sua primeira aparição literal ocorreu ainda em janeiro daquele ano, seis meses antes¹²⁷³, aparecendo também no Diário Oficial bem antes de julho. Importante destacar que é neste período em que ocorreu uma troca de influência sobre a ilha: o Gabinete de Investigações e o delegado Antonio Braulio de Mendonça Filho¹²⁷⁴ ficarão em segundo plano frente a entrada do Serviço de Engenharia da Força Policial para as obras de reforma do Presídio Político, coordenado pelo tenente-coronel Euclides Marques Machado. Este oficial será o ator que irá, até 1952, influenciar diretamente nas escolhas dos diretores do Presídio e do Instituto Correcional (HORTA, 2013).

8.3.1 O Presídio Político entre 1939 e 1940¹²⁷⁵

¹²⁷² Decreto n.º 10.393, 21-07-1939, ALESP.

¹²⁷³ *Correio Paulistano* (SP), 24-01-1939, n.º 25.424, p. 12, HDB/FBN.

¹²⁷⁴ Antonio Braulio foi depois substituído pelo delegado Augusto Gonzaga (1940) e este por Juvenal Toledo Piza (1942). Portanto, Francisco de Assis Carvalho Franco foi o delegado mais longo a ocupar o cargo de chefe do GI (1933-1938) durante o governo federal de Getúlio Vargas (1930-1945)

¹²⁷⁵ Como não houve radiotelegrama preservado para o ano de 1939, esse período será reconstruído a partir de outras fontes, como jornais, diários oficiais e ofícios da Delegacia Regional de Santos.

Em 28 de abril de 1939, exatamente um mês após João Carneiro da Fonte assumir a Chefatura de Polícia¹²⁷⁶, o delegado Pedro de Alcantara comunicou que estava deixando a Delegacia Regional de Santos por ter sido nomeado, em comissão, para a delegacia de polícia da 1ª Circunscrição da capital¹²⁷⁷, que abrangia o distrito da Sé e suas seis subdelegacias¹²⁷⁸.

Figura 86 - Delegados regionais de Santos (1930-1943)

DATAS ou MENÇÃO	NOME
abr. 1930 a 24-10-1930	Aguinaldo de Araújo Góes
entre 1930 e 1931	Alvaro Parente
07-05-1931	Heitor Bianco Pedroso
31-07-1931	Cysalpino de Souza e Silva
01-08-1931	Heitor Bianco Pedroso
01-06-1932	João Climaco Pereira
out. 1932	Armando Soares Caiuby
até 06-06-1933	José Ulysses Luna
06-06-1933 a 20-08-1933	Eduardo Tavares do Carmo
20-08-1933 a 28-02-1936	Pedro de Alcantara de Carvalho Oliveira
28-02-1936 a 01-05-1938	Ernesto Jordão de Magalhães
01-05-1938 a 28-04-1939	Pedro de Alcantara de Carvalho Oliveira
28-04-1939 a 22-02-1940	Aguinaldo de Araújo Góes
22-02-1940	Luiz Gonzaga Mendes de Almeida
fev. 1942	Rui Tavares Monteiro
01-06-1943	Adail Ary de Oliveira

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do acervo Acadepol/APESP e PEIA.

Assumia agora a polícia santista o delegado Aguinaldo de Araujo Góes, que em sua primeira semana no cargo enviou uma sugestiva comunicação:

Ilmo. Snr. Dr. Chefe do Gabinete de Investigações.

Com este, envio referentes aos indivíduos de nomes Augusto Horacio da Silva, José Nunes, Paulino de Oliveira e Martiniano Leite Magalhães, solicitando de V.S. **sejam incluídos na lista dos vadios e ladrões remetidos á Ilha Anchieta, conforme ficou combinado entre V.S. e o dr. 2º Delegado desta cidade.**

Primeiro, no listro de registros, apesar de aparentemente estarem intactas as letras A, J e P com as entradas de 1938 e 1939, os nomes de Augusto, José e Paulino não constam entre matriculados, o que já impõe o questionamento “por que não?”. Segundo, naquele início de maio de 1939, quais eram os delegados que ocupavam os cargos citados? Com a extinção das corregedorias de polícia e reinstituição da 2ª e 3ª Delegacia Auxiliar, estas eram tidas como “a classe mais elevada da carreira policial, devendo os seus titulares ser escolhidos dentre os delegados especializados ou de 1.ª classe”¹²⁷⁹: enquanto o 3º delgado auxiliar era Venancio

¹²⁷⁶ Lembrando que em 27 de março de 1939, a SSP foi suprimida e anexada à Secretaria da Justiça, sendo recriado o cargo de chefe de polícia – Decreto n.º 10.073, 27-03-1939, ALESP.

¹²⁷⁷ *Oficio n.º 2.728*, 28-04-1939, do delegado regional de Santos, Pedro de Alcantara Carvalho de Oliveira, para o “Sr. Juiz de Paz do Segundo Distrito”, Santos, caixa 540, Acadepol/APESP.

¹²⁷⁸ ALESP, Decreto n.º 8.673, 20-10-1937.

¹²⁷⁹ ALESP, Decreto n.º 9.140, 08-05-1939.

Ayres e o 1º delegado auxiliar era Durval de Villalva, desde abril de 1939¹²⁸⁰ o 2º delegado auxiliar era o já conhecido Antonio Braulio Ribeiro de Mendonça Filho¹²⁸¹, enquanto o chefe do GI, em comissão, era o 4º delegado auxiliar Cysalpino de Souza e Silva^{1282 1283}. Se Francisco Assis de Carvalho Franco saiu temporariamente de cena em relação à Ilha Anchieta, o delegado Bráulio permaneceu como ator ainda chave sobre a condução de parte das dinâmicas, demonstrando o papel relevante que o indivíduo possuiu, indicando outras faces de pesquisa para compreensão das ações desencadeadas a centenas de km da capital.

Veremos que a situação do Presídio Político nesses dois anos foi tão delicada que nem mesmo um relatório oficial conseguiu ocultar tantos problemas:

Construído para um fim, aproveitado para outro, naturalmente são as falhas que o estabelecimento tem que apresentar, tanto no que toca à sua organização, como no que diz, principalmente, as suas instalações; as primeiras têm sido superadas pela dedicação do pessoal nele empregado; as outras, reclamando investimentos de fundos, têm sido atendidas dentro dos recursos disponíveis.¹²⁸⁴

Na Ilha, Noginel respondia pela diretoria, vez que, em 30 de maio de 1939, o diretor Rosalvo obteve 90 dias de licença para tratamento de saúde¹²⁸⁵. Em 6 de junho de 1939, o arquiteto Cesar Marchisio entregou diversas plantas da “Colônia Correccional da Ilha Anchieta”, constando relato das já existentes a projetos para novas obras: uma com todos prédios existentes foi a primeira entregue, em seguida, outra com o prédio principal, o pavilhão do destacamento, o pavilhão da enfermaria, o pavilhão de dormitório, casa do vice-diretor, pavilhão da cozinha, pavilhão do almoxarifado e a última a ser entregue, em 24 de julho, a planta da casa do diretor. Essas plantas foram posteriormente copiadas pelo Serviço de Engenharia da Força Policial do Estado de São Paulo, com visto do tenente-coronel Euclides e de seu capitão adjunto da

¹²⁸⁰ DOSP, 04-04-1939, n.º 79, p. 6.

¹²⁸¹ Em abril, Antonio Braulio saiu da 4ª Delegacia Auxiliar para assumir a 2ª – DOSP, 04-04-1939, n.º 77, p. 6.

¹²⁸² *Relatório* das atividades da Polícia Civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado, pelo Chefe de Polícia, Dr. João Carneiro da Fonte, Chefatura de Polícia do Estado de São Paulo, São Paulo, 1940, p. 87.

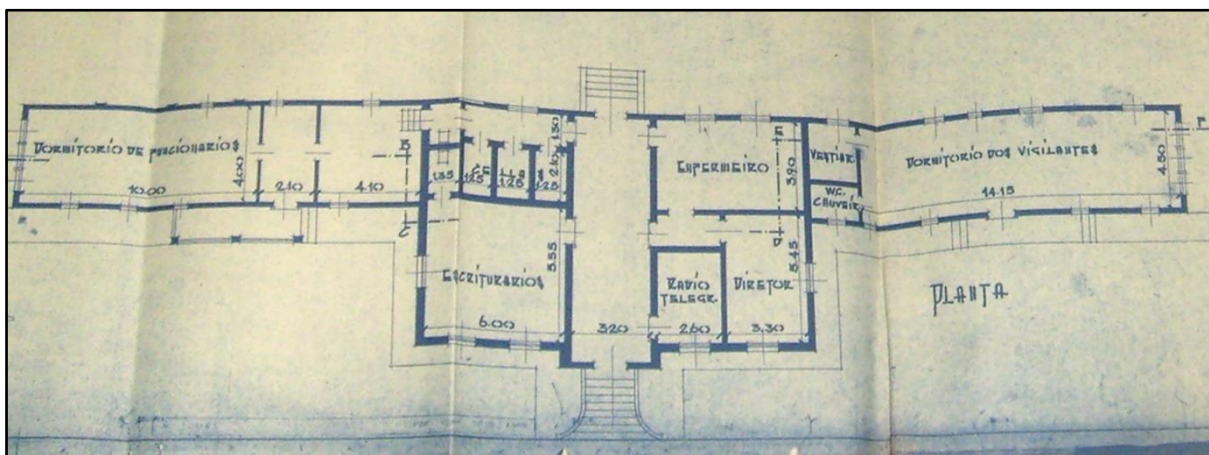
¹²⁸³ Os delegados auxiliares “constituem a classe mais elevada da Carreira Policial” e pretendia consolidar “uma hierarquia clara e definida” nos quadros da Polícia Civil. A 4ª Delegacia Auxiliar foi criada pelo Decreto n.º 9.452, 05-09-1938 e abrangia o Gabinete de Investigações e a 5ª Delegacia Auxiliar foi criada pelo Decreto n.º 9.893-C, 31-12-1938, e superintenderia a recém reestruturada Delegacia de Ordem Política e Social pelo Decreto n.º 9.893-B. O 5º delegado auxiliar efetivo era João Carneiro da Fonte, mas enquanto secretário, o cargo foi exercido, em comissão, pelo delegado Juvenal de Toledo Ramos - *Relatório* das atividades da Polícia Civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado, pelo Chefe de Polícia, Dr. João Carneiro da Fonte, São Paulo, 1940, p. 87.

¹²⁸⁴ *Relatório das atividades da Polícia Civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado*, pelo chefe de polícia Dr. João Carneiro da Fonte, São Paulo, 1940, p. 678, NBH/APESP.

¹²⁸⁵ DOSP, 03-06-1939, n.º 124, p. 4. Talvez em decorrência da crise hepática apresentada por Rosalvo no final do ano anterior (*Boletim n.º 512*, 24-11-1938, PEIA).

chefia¹²⁸⁶. No memorial descritivo do pavilhão da administração, o arquiteto ressaltou que as “alas laterais, levantadas recentemente” foram feitas de tijolos não cozidos, feitos na própria localidade¹²⁸⁷.

Figura 87 - Pavilhão da Administração após obras de expansão, planta de 15-06-1939¹²⁸⁸



Fonte: PEIA.

Com os funcionários oficialmente contratados, tais como o pedreiro, carpinteiro e electricista¹²⁸⁹ e com o levantamento das construções existentes e os projetos para as novas obras concluídas, os diários oficiais então indicam com mais precisão que as obras provavelmente tiveram início naquele segundo semestre. Em agosto de 1939, oito empresas remeteram ferramentas para a Ilha Anchieta¹²⁹⁰, enquanto em outubro outras três enviaram material de construção¹²⁹¹, movimento atípico de remessa, fosse pelos itens, pela quantidade de empresas envolvidas e pela concentração de pedidos em um curto espaço de tempo. Entretanto, talvez por causa da “rebelião” que aconteceria em breve, em junho de 1940 não haveria mais nenhuma ferramenta de carpintaria e para canteiros, não havia também tenaz para forja, enquanto a bigorna, martelo e outros itens estavam em situação de “muito uso”¹²⁹².

¹²⁸⁶ Cópia da Planta n.º 9.089 da S. Viação, Força Policial do Estado de S. Paulo, Serviço de Engenharia 2ª Secção, Colonia Correccional da Ilha Anchieta, Planta do Conjunto, Escala = 1:500, PEIA.

¹²⁸⁷ Lista de Documentos, classe: Instituto Correccional, nome da obra: “Colonia Correccional”, n.º 203, interessado: Secretaria da Justiça, local: Municipio de Ubatuba, Ilha Anchieta; Categoria: Desenhos, n.º 752. Diretoria de Obras Públicas, Arquivo Técnico, Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo.

¹²⁸⁸ Não foi possível determinar o momento de início de construção de ambas as alas de dormitórios. Entretanto, em dezembro de 1938, faltavam apenas oito dúzias de tábuas de forro para terminar o dormitório dos vigilantes e, “estando em construção pavilhão igual para alojamento funcionários solteiros” (*Boletim n.º 555 e 579*, 23-12-1938, do subdiretor Noginel Moura Pegado para o diretor administrativo da SSP, PEIA).

¹²⁸⁹ DOSP, 09-05-1939, n.º 102, p. 5.

¹²⁹⁰ DOSP, 29-08-1939, n.º 198, p. 4.

¹²⁹¹ DOSP, 12-10-1939, n.º 234, p. 8.

¹²⁹² *Boletim n.º 1109*, 12-06-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

8.3.2 Os últimos meses de Rosalvo: rebelião, malária e lampiões (1940)

A terra e a pesca podem ser exploradas com a utilização dos presos, de modo vantajoso para estes, que aprenderão a conhecer o valor e a recompensa do trabalho honesto, e também para o Estado, que da propria Ilha tirará recursos para manter a Colonia [...] Os presos trabalham oito horas por dia, neste ou naquele mister, de accordo com as suas aptidões e saúde physica, visando-se com isso livral-os da ociosidade e ensinar-lhes meios lícitos de vida que poderão aproveitar quando restituídos a liberdade¹²⁹³

O pensamento verbalizado pelo delegado e secretário Arthur Leite de Barros Júnior sobre as possibilidades de exploração da Ilha Anchieta não foi muito diferente das palavras utilizadas pelo delegado Francisco de Assis Carvalho Franco ou dos desejos do major Newton Santos. Entretanto, sabemos agora o quanto os empreendimentos tentados na ilha fracassaram. Primeiro, as quatro mil mudas de laranja no início de 1934 que se perderam, assim como a plantação de arroz e outras culturas; depois, em 1935, os víveres tiveram que ser abatidos devido à falta de gêneros alimentícios. Em 1932, 1934 e 1936, a ilha chegou a ficar sem civis detidos submetidos aos trabalhos forçados e, inclusive entre 1936 e 1937, sem a maioria de seus funcionários. Por vezes a administração do presídio recorreu a contratação de “camaradas”, de “rapazes de Ubatuba” ou qualquer outra mão de obra para o pouco que havia não ser completamente perdido. Com a chegada do major João Cândido em julho de 1940, não há muito espaço para dúvida que a administração de Rosalvo e Noginel também não prosperaram nas indústrias e oficinas tão exaltadas nos jornais e relatórios. Entretanto, sob a administração militar a exploração da ilha e da força de trabalho de civis detidos começaram a entregar números e números cada vez maiores eram mostrados às autoridades da capital.

Na quinta-feira, 29 de fevereiro de 1940, uma “rebelião” ocorreu na Ilha Anchieta. Segundo o diretor Rosalvo, em um dos pavilhões tentaram a “evasão” levantando as tábuas dos assoalhos que estavam apodrecidos¹²⁹⁴. As madeiras não ofereceram “nenhuma resistencia” e nem poderiam oferecer “devido seu estado precário”. Com os pavilhões “superlotados”, os “maus elementos” “implicados na tentativa de revolta” permaneceram junto ao restante da população encarcerada, que já chegava a 274, pelo fato do “presidio não dispor local apropriado detenção”. Ponderou ainda o diretor que “o estado de animo alguns desses detentos conseguir fuga a qualquer preço”¹²⁹⁵. Não foi possível acessar maiores informações a respeito do evento, a não ser a ida do então chefe do Gabinete de Investigações, delegado Augusto Gonzaga à Ilha

¹²⁹³ *Relatório Anno de 1936*, Secretaria dos Negocios da Segurança Pública, secretário Arthur Leite de Barros Júnior, ao Governador do Estado, José Joaquim Cardoso de Mello Netto, p. 257, caixa 702, Acadepol/APESP.

¹²⁹⁴ *Boletim n.º 882, Urgentissimo*, 1º-03-1940, do diretor Rosalvo para o chefe de polícia, João Carneiro da Fonte, PEIA.

¹²⁹⁵ *Boletim n.º 883*, 1º-03-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

Anchieta¹²⁹⁶. Porém, é possível propor a hipótese de que a “rebelião” teve maiores proporções do que simplesmente uma “tentativa” por alguns indícios: o primeiro em março de 1940, a SSP fez encomenda de pastas, papéis, livros, fichas e demais material de expediente a doze empresas para fornecer ao Presídio Político¹²⁹⁷; segundo, os *boletins* são manuscritos que estão nos versos das folhas que compõem o talão de gênero alimentícios do almoxarifado da “Colônia Correccional da Ilha Anchieta”; terceiro, três meses depois, em junho, o diretor Rosalvo ainda solicitava “fornecimento maquina escrever serviços nosso expediente”¹²⁹⁸; quarto, no livro de registros, que possui as entradas de 1933, 1938 e 1939, é observável que a última data anotada para uma saída é de dezembro de 1939, tendo vários nomes cuja data de saída não foram anotadas, principalmente aqueles com entrada no segundo semestre de 1939 – talvez seja possível supor que um outro livro foi utilizado a partir de 1939 (se é que existiu) e este tenha sido queimado juntamente com os documentos mais recentes – lembrando que há uma lacuna nos radiotelegramas de janeiro de 1939 a 13-01-1940.

Mas a “rebelião” não foi a única questão a ser resolvida. Se em 1938 a tuberculose e a rubéola foram preocupações que afetaram a Colônia, no primeiro semestre de 1940 a malária foi o perigo latente ao Presídio Político. Na segunda semana de abril as autoridades policiais foram avisadas que existiam casos de “impaludismo no litoral, nas proximidades da Ilha”¹²⁹⁹. Dois dias depois, “existindo inumeros casos”, o porto de Ubatuba já estava fechado¹³⁰⁰ e o médico Ismael solicitava que fossem comprados na capital os comprimidos de *Atebrina* ou *Atepê* da Bayer¹³⁰¹. Durante o problema que enfrentavam, em 12 de abril o subdiretor Noginel foi declarado “à disposição do Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio Patrulha, sem prejuízo ou acréscimo de vencimentos”, por ato do chefe de política¹³⁰². Em 18 de abril, com a situação se agravando com intensidade no continente, o médico Ismael de Sá Júnior sugeriu socorrer os “enfermos” com seus serviços e medicamentos, levando o diretor Rosalvo a endereçar uma mensagem ao Gabinete de Investigações comunicando a proposta, mas com ressalvas: pontuou que eram “todos indigentes” e solicitava a autorização, “tendo em vista

¹²⁹⁶ *Boletim n.º 788*, 9-03-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA. Lembrando que quando delegado de Vigilância e Capturas, Augusto Gonzaga coordenou o inquérito pós “levante” de março de 1933.

¹²⁹⁷ DOSP, 30-03-1940, n.º 71, p. 2. Irônico pensar que para o ano de 1941, nenhum documento permaneceu preservado.

¹²⁹⁸ *Boletim n.º 1070*, 04-06-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹²⁹⁹ *Boletim n.º 936*, 09-04-1940, do subdiretor Noginel para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³⁰⁰ *Boletim n.º 940*, 11-04-1940, do subdiretor Noginel para o diretor do Departamento de Saúde, Humberto Pascale, PEIA.

¹³⁰¹ *Boletim n.º 939, Urgente*, 11-04-1940, do subdiretor Noginel para o diretor Rosalvo Alves Loureiro, hospedado no Hotel Sul America, São Paulo, PEIA.

¹³⁰² DOSP, 16-04-1940, n.º 85, p. 2.

reflexos aqui impaludismo dado transito embarcações e pessoas”¹³⁰³ – ou seja, o diretor não estava em posição de negar prontamente o pedido ao médico da Ilha que, como sabemos, encontrava-se na Ilha desde 1933, já havia denunciado o diretor Newton Santos em 1934 e havia sido testemunha chave no inquérito que condenou um tenente comandante dois anos antes – possível supor que as ressalvas feitas ao chefe do GI visavam expor os argumentos contrários à iniciativa do médico.

Em seguida, o diretor então reforçou pedido pelos medicamentos antes solicitados, “salvaguardando situação funcionários civis, militares, suas famílias ameaçados surto malária continente”, fornecimento de “recursos preciosos” com o qual seria possível “debelar o mal” que se apresentava com “caracter serio”¹³⁰⁴. Ainda, solicitou “melhor bôa vontade” do Serviço de Malária, informando que havia cerca de duzentos casos em Ubatuba que vinham sendo assistidos pelo médico Jayme Arruda Filho, que estava “lutando falta medicamentos”¹³⁰⁵. Na terça-feira, 23 de abril, 500 ampolas de “Impaludir” e dois vidros de “chlorydrato de quenina”¹³⁰⁶ chegaram na ilha, enviados de Santos¹³⁰⁷, assim como medicamentos da *Drogasil* enviados pelo chefe do GI¹³⁰⁸.

¹³⁰³ *Boletim n.º 946*, 18-04-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA. Lembrando que a transmissão natural da malária se dá pela picada de mosquitos do gênero *Anopheles* infectados com protozoários do gênero *Plasmodium*, mas também pode ocorrer através de contato direto com o sangue de uma pessoa infectada - RIBEIRO, Claudio; BARROSO, Wanir José. *Conheça a Malária*, FIOCRUZ, 2008.

¹³⁰⁴ *Boletim n.º 947*, s/d, do diretor Rosalvo para o diretor geral da RCP, PEIA.

¹³⁰⁵ *Boletim n.º 948*, s/d, do diretor Rosalvo para o Serviço Malária, Rua Luiza, Macuco, 40, Santos, PEIA.

¹³⁰⁶ “O frasco contém comprimidos de cloridrato de quinina, que, durante muitas décadas, foi o principal fármaco usado no combate aos sintomas da malária. A quinina é um alcalóide com propriedades antitérmicas, antimaláricas e analgésicas. A substância, extraída da casca de uma planta sul-americana conhecida como Quina ou Chinchona, permitiu, desde meados do século XIX, o desenvolvimento de uma terapia mais precisa no tratamento da doença. [...] O Instituto Oswaldo Cruz, em seus primeiros tempos, destacou-se com a produção do cloridrato de quinina. Em 1918, durante a gestão de Carlos Chagas, que vigorou de 1917 a 1934, inspirado em um programa de medicamentos de sucesso na Europa, criou-se na instituição o Serviço de Medicamentos Oficiais, encarregado da fabricação desse medicamento. O cloridrato de quinina era obtido a partir da manipulação de sais de quinina importados. Este medicamento iniciou o processo de fabricação de quimioterápicos, atividade até então inédita em Manguinhos” – Museu da Vida, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), disponível em: <<http://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/museologico/objeto-em-foco/objeto-em-foco-cloridrato-de-quinina>>, acesso em 20 set. 2020.

¹³⁰⁷ *Boletim n.º 959*, 23-04-1940, do diretor Rosalvo para o diretor do Serviço Malaria, Arthur Costa, PEIA.

¹³⁰⁸ *Boletim n.º 964*, 25-04-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

Figura 88 - Comprimidos a base de sais de quinina; Serviço de Medicamentos Oficiais; 20,0 cm x 9,5 cm



Fonte: Museu da Vida, Fundação Oswaldo Cruz.

No dia seguinte à chegada dos medicamentos, Noginel partiu para São Paulo para apresentar-se ao Departamento de Comunicação e Serviço de Rádio Patrulha¹³⁰⁹, assumindo o cargo naquela mesma semana¹³¹⁰, permanecendo sua esposa na ilha¹³¹¹.

Tabela 37 - Familiares de Noginel Moura Pegado, 1940

NOME	IDADE	PROFISSÃO
Noginel de Moura Pegado	43	F. Publico
Marieta Pegado	33	Doméstica
Genesisio Pegado	15	Estudante
Elza Pegado	13	Estudante
Celso Pegado	12	Estudante
Moacir Pegado	9	Estudante
Agenor Pegado	8	Estudante

Fonte: *Relação de passageiros do vapor "Itaipava"*, 03-03-1940, Santos/SP, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.35812, p. 2.

Naquele primeiro semestre, os boletins publicados retratam que as “levas” e “turmas” do Gabinete de Investigações se tornavam maiores. Se os números geralmente ficavam abaixo de 20, nos primeiros meses de 1940 a quantia foi ultrapassada e chegou a receber uma escolta conduzindo “33 homens” em 10 de abril, a maior identificada até o momento¹³¹². Uma semana depois, quarta-feira, Rosalvo enviou a seguinte comunicação denunciando a superlotação:

Cumpre-me informar-vos situações pavilhões superlotadíssimos não comportando os 279 indivíduos aqui a disposição essa Chefia. Solicito-vos providenciar colocar esta Diretoria altura missão vem sofrendo faltando recursos varios expondo a todos [...] ¹³¹³.

¹³⁰⁹ *Boletim n.º 961*, 24-04-1940, do diretor Rosalvo para o diretor geral da Repartição Central de Polícia, PEIA.

¹³¹⁰ *Boletim n.º 965*, 25-04-1940, do diretor Rosalvo para o Noginel, “Dep. Com. Serv. Radio Patrulha”, PEIA.

¹³¹¹ *Boletim n.º 970*, 30-04-1940, do diretor Rosalvo para Noginel, Rua Silveira Martins, 55, São Paulo, PEIA. Interessante notar que a família de José Albuquerque Sobrinho, mesmo estando seu pai Manoel Albuquerque Sobrinho destacado em comissão no Departamento de Comunicação desde a transferência do diretor Newton Santos, permaneceram na Ilha até, pelo menos, 4 de maio de 1940 (*Boletim n.º 981*, 4-05-1940, do diretor Rosalvo para José Albuquerque Sobrinho, “Dep. Radio Patrulha”, São Paulo, PEIA).

¹³¹² *Boletim n.º 938*, 10-04-1940, do subdiretor Noginel para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA. Em 26 de março, “26 indivíduos” foram enviados (*Boletim n.º 925*, PEIA)

¹³¹³ *Boletim n.º 944*, 17-04-19340, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

Em maio, tornou a argumentar com o chefe do GI, solicitando que ponderasse a respeito da situação dos pavilhões por “não suportarem numero maior detentos que aqui estão”, solicitando que fossem postos em liberdade número igual daqueles que estavam sendo remetidos para a Ilha Anchieta¹³¹⁴. Com o número de “detentos” chegando a 292 “indivíduos”, tal situação levou ao colapso da produção na Cozinha Central, levando o diretor a pedir por novas painéis e caldeirões¹³¹⁵. Criticou ainda ao apontar que era “impossível em fazer alimentação numero detentos no caso seguir em aumento” reforçando que a diminuição da tabela de gêneros contrastava com o “aumento mais de dobro indivíduos de anos interiores”, ocasionando também na falta de sabão, sapólio, açúcar, vassouras, escovões e outros itens, comprometendo a limpeza¹³¹⁶, e tal como em 1938, a situação foi agravada por não haver mais roupas para os civis detidos, tornando urgentíssima a solução para evitar a medida “extrema retenção de indivíduos pavilhões faltam roupas limpa”¹³¹⁷. Dias depois, ao chegar aos 293 “indivíduos” detidos nos pavilhões, fez pedidos urgentes por carne verde, roupas e sabão ao diretor de materiais, ao diretor de contabilidade e ao diretor geral da Repartição Central da Polícia [RCP], o recém empossado Alfredo Issa¹³¹⁸. Solicitou ainda, por intermédio do médico Jayme, que este intercedesse pela compra de 5 mil cigarros e reforçasse os pedidos por utensílios e alimentação ao chefe do GI¹³¹⁹.

Eis que, na segunda-feira, 20 de maio de 1940, o secretário da Justiça, José de Moura Resende realizou uma “visita inesperada” e em sua “breve permanência visitou diversas dependências”¹³²⁰. Não se sabe a que horas foi encerrada a visita, mas no início daquela noite a usina passou a fornecer energia somente para a estação de rádio e por um período de 45 min. ao dia: das 19h15 às 20h, por falta de água, a iluminação dos pavilhões do pátio interno e flancos externos passaram a ser iluminados com lâmpões a gasolina, mesmo que em números insuficientes¹³²¹. E a situação se prolongou por mais alguns dias, levando à necessidade urgente

¹³¹⁴ *Boletim n.º 990*, 08-05-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³¹⁵ *Boletim n.º 994*, 11-05-1940, do diretor Rosalvo para o diretor geral da RCP, PEIA.

¹³¹⁶ *Boletim n.º 999*, 13-05-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³¹⁷ *Boletim n.º 1033*, 29-05-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA. Em junho, ainda sem sabão, Rosalvo se sentiu “forçado em consequência reter nos pavilhões detentos por lhes faltar roupas limpas” (*Boletim n.º 1064, Urgente*, 04-06-1940, do diretor Rosalvo para o diretor geral da RCP, PEIA). Em 3 julho, quarta-feira, Rosalvo cita que a “situação sabão lavagem roupas continuando sem solução” (*Boletim n.º 1172*, 03-07-1940, PEIA).

¹³¹⁸ *Boletins n.º 1001, 1002, 1003*, 17-05-1940, do diretor Rosalvo, PEIA.

¹³¹⁹ *Boletim n.º 1011*, 20-05-1940, do diretor Rosalvo para o médico do GI, Jayme Arruda Filho, PEIA.

¹³²⁰ *Boletim n.º 1009*, 20-05-1940, do diretor Rosalvo para o chefe de polícia, João Carneiro da Fonte, PEIA.

¹³²¹ *Boletim n.º 1010*, 20-05-1940, do diretor Rosalvo para o diretor geral da RCP, PEIA.

por várias peças para a manutenção dos lampiões *Petromax*, sendo usados agora de forma constante¹³²².

Restavam naquele momento quarenta e seis dias a Rosalvo à frente da diretoria. Se Rosalvo não sabia ou não suspeitava que seu tempo estava se encerrando, provavelmente pensou que contou a seu favor que o secretário da Justiça tivesse lhe solicitado cocos da Ilha¹³²³, pedido ao qual o diretor atendeu prontamente despachando três dias depois cinco sacos para o Palácio Campos Elíseos, incluindo para o Antonio Barros Filho, irmão do interventor Adhemar¹³²⁴.

No dia 22 de maio, quarta-feira, informaram ao diretor que o “tenente de Cicco e o coronel Euclides” viajariam para a Ilha Anchieta, na última semana do mês¹³²⁵, tenente Luiz de Cicco que já morava na ilha com sua família¹³²⁶. A visita foi marcada para sexta-feira, 31 de maio e o diretor solicitou ao tenente-coronel Euclides a “gentileza dotar o nosso arquivo copia projeto remodelação Presidio sua autoria”. Informou ainda que o “Sargento Chaves [Raul Buracoski Chaves] já em autoridade medidas preliminares” para as obras e finalizou que estava à disposição daquele comandante, “queira dispor em que lhe poder ser útil”¹³²⁷.

Sobre o engenheiro civil e comandante do Serviço de Engenharia é interessante constatar dois fatos: o primeiro, não era o ator mais em evidência, seu nome não consta em relatórios reservados e sua posição política não é mencionada, o que é algo um pouco diferente se comparado a seus colegas de farda, constantemente identificados em complôs revolucionários, fosse esse “miguelista”, “integralista”, “armandista” e tantos outros; o segundo, esteve bem posicionado na estrutura da Força Pública por muito tempo.

Antes do golpe de 1930, Euclides Marques Machado já era major e foi ajudante de ordens do então secretário da Justiça e da Segurança Pública, Armando Ferreira Rosa¹³²⁸. Em fevereiro de 1937, representou a Força Pública no funeral do “conde” Francisco Matarazzo, cerimônia fascista que contou com a presença também dos delegados Ignacio Costa Ferreira, Durval Villalva e Antonio Braulio de Mendonça Filho¹³²⁹. Outro evento simbólico de sua posição, em julho de 1938, o oficial “foi posto á disposição” do ditador Getúlio Vargas durante

¹³²² *Boletim n.º 1019, Urgente*, 25-05-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA. Indissociável pensar as relações sociais sem prestar atenção aos detalhes materiais que compõem aquela história cultural e as condições materiais que condicionavam sua existência, pensamento e ação.

¹³²³ *Boletim n.º 1017*, 23-05-1940, do diretor Rosalvo para o secretário da Justiça. José de Moura Resende, PEIA.

¹³²⁴ *Boletim n.º 1018*, 23-05-1940, do diretor Rosalvo para Augusto Barros Filho, Palácio do Campos Elíseos, PEIA.

¹³²⁵ *Boletim n.º 1015*, 22-05-1940, do diretor Rosalvo para o médico do GI, Jayme Arruda Filho, PEIA.

¹³²⁶ *Boletim n.º 1022*, 26-05-1940, do diretor Rosalvo para o tenente Luiz de Cicco, São Paulo, PEIA.

¹³²⁷ *Boletim n.º 1027*, 27-05-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

¹³²⁸ *Correio Paulistano* (SP), 22-05-1930, n.º 23.869, p. 6, HDB/FBN.

¹³²⁹ *Il Pasquino*, 13-02-1937, p. 48, HDB/FBN.

a viagem pelo estado de São Paulo¹³³⁰, na qual o principal evento foi a cerimônia de inauguração do túnel da Avenida 9 de Julho¹³³¹. Ainda, era o presidente do Club Militar da Força Pública em 1940¹³³².

Na véspera, Rosalvo estava preocupado. Chegaram os novos utensílios para a cozinha, porém “infelizmente qualidade e capacidade da maioria deles não correspondem necessidades”¹³³³, e por sua “incapacidade e fragilidade insuficientes” enviou-os novamente para a capital¹³³⁴. Outro problema, a iluminação, que tinha no pátio interno o lampião mais potente, provavelmente o *Petromax 800 velas*, não estava mais funcionando por falta de “manga”, a cúpula de vidro que envolve a chama – e “Coronel Euclides esperado hoje irá testemunhar situação”¹³³⁵. Mas ainda haveria mais um sério problema para o diretor: na contagem da noite de quinta-feira, por volta das 19h, verificaram as faltas de Daniel Domingues Ferreira dos Santos e Marcelino Escobar de Brito. Ordenadas as diligências, estas prosseguiram até às 11h do dia seguinte, quando capturaram Daniel. Rosalvo, ao chefe do GI, declarou que o relato era que Marcelino estava “desaparecido” desde “altas horas da noite após lutarem alcançar praia”¹³³⁶ e, ao notificar o chefe de polícia informou que Daniel “fez declaração afogamento Marcelino”¹³³⁷.

¹³³⁰ *O Imparcial*, 27-07-1938, n.º 967, p. 2, HDB/FBN.

¹³³¹ Em julho de 1938, o ditador Getúlio Vargas viajou para São Paulo onde presidiu a cerimônia de inauguração do túnel da Avenida 9 de Julho, no sábado, dia 23. Durante a permanência do “Presidente da República” no Estado, “foi posto á disposição” o tenente-coronel Euclides Marques Machado. Após um ano e o investimento de 17.190:000\$000 contos de réis, a inauguração contou também com o interventor federal Adhemar de Barros, o prefeito Francisco Prestes Maia e com o general comandante da 2ª RM, Francisco José da Silva Júnior. Após a cerimônia, foi realizada na Avenida São João um desfile das organizações trabalhistas da capital e do interior, em homenagem a Vargas, que depois desfilou pela mesma avenida escoltado por batedores da Polícia Especial (BATISTA, Liz. “Túnel 9 de Julho completa 80 anos”, 23-07-2018; *O Estado de S. Paulo*, 24-07-1938, Acervo/Estadão. Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,80-anos-da-inauguracao-do-tunel-9-de-julho,70002412032,0.htm>, acesso em 1º jul. 2020.)

¹³³² Dossiê 50-D-18, pasta 01, doc. 87, DEOPS/APESP.

¹³³³ *Boletim n.º 1034*, 30-05-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³³⁴ *Boletim n.º 1041*, 30-05-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³³⁵ *Boletim n.º 1042*, 30-05-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Antonio Gonzaga, PEIA. Nove radiotelegramas foram expedidos somente no dia 30 de maio, número bem acima dos normalmente enviados por dia.

¹³³⁶ *Boletim n.º 1043*, 31-05-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³³⁷ *Boletim n.º 1044*, 31-05-1940, do diretor Rosalvo para o chefe de polícia, João Carneiro da Fonte, PEIA. No mesmo dia comunicou o fato ao delegado regional de Santos informando que após interrogar Daniel, este declarou que “seu companheiro de fuga pereceu afogado”. Informou ainda que devido ao estado do mar não pode prosseguir na busca e solicitou que entrasse em contato com o delegado de Caraguatatuba sobre a descoberta de algum corpo (*Boletim n.º 1047*, 31-05-1940). Porém, informado que o “desaparecido” era “bom nadador”, o diretor informou ao chefe do GI que era possível que Daniel tivesse prestado “mentirosas declarações” sobre seu afogamento (*Boletim n.º 1049*, *Urgente*, 31-05-1940). Interessante notar que o diretor solicitou depois ao GI os “dados necessários qualificação detento desaparecido”, que pode indicar que os civis lá detidos não possuíam ficha ou prontuário, tal como já havia ocorrido anteriormente na administração de Newton Santos (*Boletim n.º 1058*, 03-06-1940). Após determinação do GI que fosse realizada uma sindicância, no dia 3 de junho um inquérito policial teve início para apurar o desaparecimento (*Boletim n.º 1059*, 03-06-1940; *Boletim n.º 1071*, 05-06-1940). No dia 10 de junho, Marcelino ainda continuava desaparecido (*Boletim n.º 1097*, 10-06-1940) e, em 6 de julho, o GI ainda

E o coronel Euclides presenciou toda cena. Chegando a Ilha Anchieta naquela manhã em companhia do engenheiro militar tcheco Bruno Rudolfer¹³³⁸ para inspecionar serviços de engenharia e localizar as obras projetadas para o Presídio Político, ambos pouco tempo ficaram e regressaram ainda “12,30 via Ubatuba destino Capital”¹³³⁹ e só depois, às 13h30, Rosalvo comunicou o chefe de polícia do ocorrido com Marcelino¹³⁴⁰. No mesmo dia Rosalvo agradeceu a “honra visita” e reforçou suas “maiores esperanças realizações reparadoras nossa repartição”, colocando-se como “interprete gratidão todos funcionários Presidio”¹³⁴¹. Ainda, seguindo o seu estilo personalista nas comunicações e atos, ao receber a resposta do coronel fez questão de lê-la na presença do comandante do destacamento e de todos os funcionários do Presídio, mensagem do “presado amigo” que trouxe “jubilo intenso” e “encantadoras esperanças”, pela qual “seremos sempre gratíssimos”. Finalizando com “muito honrado receber vossas ordens, todos funcionários comigo”¹³⁴².

No dia seguinte, restando trinta dias a Rosalvo à frente da diretoria, escreveu ao chefe do GI informando a precariedade em relação à situação dos vigilantes em face do elevado número de brasileiros e imigrantes encarcerados. Com o serviço de reformas iniciado, o ânimo dos “detentos” era de que, com certeza, a liberdade estava muito distante e a buscavam “por todos os meios”. Finalizou informando que “carecemos de recursos compatíveis com a realidade da situação”¹³⁴³. Naquele mesmo momento, começo da noite, outro “detento” acabava de desaparecer durante o regresso da turma do corte da lenha e a situação do mar não possibilitou nenhum tipo de diligência fora da ilha¹³⁴⁴. Ainda, Rosalvo lembrou a situação da

não havia informado a qualificação de Marcelino, enquanto o delegado de Ubatuba reiterava o pedido para fins do inquérito (*Boletim n.º 1178*, 06-07-1940, PEIA).

¹³³⁸ Rosalvo o menciona como “engenheiro chefe Estatística Municipal”. Segundo Luciana Valetini (2010), Bruno Rudolfer era professor de estatística da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e funcionário na Divisão de Documentação Histórica e Social (DDHS) do Departamento de Cultura (DC) na segunda metade da década de 1930. Segundo Luciano Monteiro (2014), Bruno dirigia a subdivisão de Documentação Social (da DDHS) e era também um engenheiro militar. Essa informação é muito importante para pesquisa e reflexão posterior a respeito das obras que foram realizadas ao longo da década de 1940 e que deram a feição do Instituto Correccional com seus diversos anexos e das ruínas ainda hoje preservadas.

¹³³⁹ *Boletim n.º 1045*, 31-05-1940, do diretor Rosalvo para o chefe de polícia, João Carneiro da Fonte, PEIA.

¹³⁴⁰ *Radiotelegrama*, Ilha Anchieta NR 206 PS 60 31/5 HS 13,30, Departamento de Comunicações, Serviço de Radio Patrulha, pront. n.º 42.450, “Marcelino Escobar de Brito”, doc. 1, PEIA.

¹³⁴¹ *Boletim n.º 1048*, 31-05-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

¹³⁴² *Boletim n.º 1066*, 04-06-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

¹³⁴³ *Boletim n.º 1072*, 05-06-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³⁴⁴ *Boletim n.º 1075*, 05-06-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA. Relevante destacar que, segundo o diretor, Nicanor Barbosa havia no mês de maio ingerido creolina durante a limpeza de seu pavilhão. Substância química que, como visto em capítulo anterior, era causa de ocorrências na Delegacia Regional de Santos e no próprio Gabinete de Investigações. Nicanor foi recapturado cinco dias depois (*Boletim n.º 1080*, 10-06-1940).

usina às autoridades da capital: com a represa quase seca e com apenas três latas de combustível a iluminação por lampião, já deficiente, duraria apenas mais cinco dias¹³⁴⁵.

A partir de 10 de junho, segunda-feira, as mensagens entre Rosalvo e o coronel Euclides passam a ser frequentes. O comandante do Serviço de Engenharia estava disposto a resolver o problema da falta de iluminação, pedindo informações sobre o gerador elétrico e providenciando a compra de um novo motor para uma das embarcações da ilha ser utilizada na pesca¹³⁴⁶, assim como indagou sobre os utensílios de cozinha que eram necessários: panelões, caldeirões, assadeiras, panelas, facões e materiais para o rancho, tais como pratos, canecas, xícaras e colheres¹³⁴⁷. Provavelmente ainda possuído pelo “jubilo intenso”, Rosalvo ofertou suas “desculpas” por ocupar “seu precioso tempo”, permanecendo de prontidão “aqui aguardando suas presadas ordens”¹³⁴⁸. Naquele momento, cinco dias após seu último alerta, o diretor ainda debatia com as autoridades da capital a solicitação urgente pela gasolina e peças para manutenção dos lampiões, esperando recebê-las na próxima embarcação¹³⁴⁹. Não à toa, o relatório do chefe de polícia diz que:

Luz e Fôrça constituem um dos problemas capitais do presídio. A usina geradora atual está longe de satisfazer as necessidades comuns do estabelecimento, achando-se as possibilidades de suas máquinas completamente exgotadas.¹³⁵⁰

No decorrer daquela semana o pavilhão do serviço de saúde foi temporariamente adaptado para receber a próxima visita de Euclides¹³⁵¹, que ocorreu na segunda-feira, dia 17 de junho. Por uma lancha da *Cia de Frutas* de Caraguatatuba, o comandante do Serviço de Engenharia, acompanhado do engenheiro da *Light* e representante da *Otto Motor*, Dionei Bonatti aportaram na ilha, logo após a chegada do jornalista do *Folha da Noite*, Willy Aureli,

¹³⁴⁵ *Boletim n.º 1076, Urgente*, 05-06-1940, do diretor Rosalvo para o diretor de material da RCP, PEIA.

¹³⁴⁶ *Boletim n.º 1095*, 10-06-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

¹³⁴⁷ *Boletim n.º 1132, Urgente*, 20-06-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

¹³⁴⁸ *Boletim n.º 1098*, 10-06-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

¹³⁴⁹ *Boletim n.º 1102, Urgente*, 10-06-1940, do diretor Rosalvo para o médico Jayme Arruda Filho, PEIA. Dias depois descobriu que as peças para os *Petromax*, um volume de 12 kg, já estava na Delegacia Regional de Santos desde 17 de maio, aguardando ser despachada (*Boletim n.º 1113, Urgente*, 12-06-1940) – e que, apesar da tentativa do médico Jayme que foi até Santos, o volume lá permaneceu e não foi despachado (*Boletim n.º 1121*, 17-06-1940). Dez dias depois a informação era que o tal volume havia sido encaminhado para Iguape e não havia chegado a Ilha (*Boletim n.º 1151*, 27-06-1940). Pensando no extravio, Rosalvo cobrou o chefe do GI para que atendesse com urgência a solicitação pelas peças (*Boletim n.º 1152, Urgente*, 27-06-1940). Depois, tornou-se a comunicar com o delegado regional de Santos, afirmando que “vosso 548 não tem ligação assunto meu 1151”, cobrando-o que mesmo com a intercessão do médico Jayme e do ex-diretor Pedro Freire Gomes junto àquela delegacia, “rogo-vos empenho descobrir paradeiro grande falta estão fazendo” (*Boletim n.º 1157*, 28-06-1940, PEIA).

¹³⁵⁰ *Relatório das atividades da Polícia Civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado*, pelo chefe de polícia Dr. João Carneiro da Fonte, São Paulo, 1940, p. 679, NBH/APESP.

¹³⁵¹ *Boletim n.º 1116*, 14-06-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

e Anibal Bonafé, “alto funcionário do Tesouro Estadual” – Rosalvo estava comprometido a “esforçar-se-á tornar o mais agradável possível estadia ilustres visitantes”¹³⁵². A visita durou pouco, logo na terça-feira embarcaram de volta para Santos a bordo do vapor *Itaipava*¹³⁵³. Porém, pouco mais de uma semana depois, os filhos de Euclides, Newton e Pericles, acompanhados por um capitão e um sargento chegaram a Ilha Anchieta¹³⁵⁴, onde passaram a realizar “atividades terrestres e marítimas”¹³⁵⁵, assim como a passear por Ubatuba acompanhados pelo médico Jayme¹³⁵⁶.

Em 1º de julho, quatro dias antes do ato que determinaria a transferência de Rosalvo, o diretor teve outro revés. Na revista das turmas da tarde, realizada às 16h30 de “ontem”, dois civis detidos foram dados como desaparecidos: José Arlindo e João Domingues¹³⁵⁷. Ou seja, trabalhavam inclusive aos domingos, no caso, dia 30 de junho¹³⁵⁸. Provavelmente após não os localizarem na ilha, Rosalvo enviou uma diligência para a busca marítima, mas “partiu-se eixo motor popa”, vez que o motor era “improprio mar grosso que nos cerca”, motor que o próprio Rosalvo diversas vezes cobrou sua substituição. Como não foram prontamente recuperados teve que avisar não apenas sobre os “desaparecidos”, mas também a perda do único motor náutico, apontando ainda que o “Estado” gastava com frequência “importâncias não pequenas concertos motor, resultados negativos”¹³⁵⁹. No mesmo dia recorreu ao tenente-coronel Euclides:

Rogo-vos interceder remessa urgente dois lampiões já pedidos Diretoria Material tambem sem caixote contendo peças remetido maio [...] Venho reclamando constantemente solução Gabinete, Regional Santos sem exito estamos somente seis lampiões funcionando impossível vigilancia quadrado outras dependencias Presidio faltam luz.¹³⁶⁰

Em 4 de julho, quinta-feira, após novos pedidos a Euclides¹³⁶¹ e solicitar a intercessão do médico Jayme junto ao chefe do GI¹³⁶², Rosalvo comentou com o médico Jayme:

¹³⁵² *Boletim n.º 1120*, 17-06-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³⁵³ *Boletim n.º 1125*, 17-06-1940, do diretor Rosalvo para o delegado regional de Santos, PEIA.

¹³⁵⁴ *Boletim n.º 1149*, 27-06-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

¹³⁵⁵ *Boletim n.º 1159*, 01-07-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

¹³⁵⁶ Segundo boletim numerado e datado tal como anterior, mas conteúdo e localização diferente no encadernado: *Boletim n.º 1159*, 01-07-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹³⁵⁷ No dia 3 de julho, João Domingues foi capturado (*Boletim n.º 1166*, 03-07-1940) e depois de José Arlindo Januário foi comunicado seu “aparecimento” (*Boletim n.º 1167*, 03-07-1940, PEIA).

¹³⁵⁸ *Boletim n.º 1157*, 01-07-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³⁵⁹ *Boletim n.º 1160*, 01-07-1940, do diretor Rosalvo para o diretor geral da RCP, PEIA.

¹³⁶⁰ *Boletim n.º 1162*, 01-07-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

¹³⁶¹ *Boletim n.º 1172*, 03-07-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

¹³⁶² *Boletim n.º 1174*, 04-07-1940, do diretor Rosalvo para o médico Jayme de Arruda Filho, PEIA.

Momento único funcionários Capital, podemos despor providencias assuntos Presidio dentro pouco tempo permanecera ai necessário não perder ligação conosco¹³⁶³.

Em 5 de julho, sexta-feira, Rosalvo foi apontado como comissionado junto a “chefia do Gabinete de Investigações” para escrever o regulamento do presídio no prazo de três meses, abrindo espaço para a indicação do major reformado da Força Pública, João Candido Zanani de Assis¹³⁶⁴. Uma troca prevista em publicação oficial para durar apenas um trimestre, mas prevaleceu o major reformado por pelo menos dois anos à frente do Presídio Político. No sábado, Rosalvo entrou em contato com o almoxarife José Teixeira Pinto, de férias em Santos, comunicando-o que “interessa-lhe estar aqui dia 10”¹³⁶⁵: sem alguém ocupando o cargo de auxiliar de diretor ou subdiretor, é possível supor que o almoxarife, assim como em outros momentos, ficasse à frente da diretoria até a chegada do major Zanani.

Na segunda-feira, dia 8, Rosalvo demonstrou toda sua “divida com distinto amigo jamais esquecerei”, pedindo que Euclides informasse ao “Sr. Major” que a casa estaria à disposição. Ainda, afirmou que “precisarei algum tempo passagem administração em regra”, pedindo autorização a Euclides, e não ao chefe do GI, se “possivel viagem dia 17 Itaipava”¹³⁶⁶. Um dos últimos atos de Rosalvo, após pedir solicitação ao chefe de polícia, foi efetuar o primeiro pagamento aos “detentos” que trabalhavam nas obras de reformas do Presídio Político, indicando então que recebiam desde aquele momento um pecúlio pelo trabalho realizado¹³⁶⁷. Até a última semana do mês, Rosalvo permaneceu à frente da diretoria, aguardando o novo diretor. Previsto para o dia 18, o major João chegou apenas no dia 25 de julho:

Comunico-vos chegada aqui Major João Candido Zanani, designado assumir interinamente direção Presidio, ante meu afastamento comissão por designado Sr. Dr. Chefe de Polícia.¹³⁶⁸

Rosalvo partiu devendo 300\$300 por gêneros alimentícios e medicamentos, enquanto Noginel Pegado devia 254\$200¹³⁶⁹.

¹³⁶³ *Boletim n.º 1175*, 04-07-1940, do diretor Rosalvo para o médico Jayme de Arruda Filho, PEIA.

¹³⁶⁴ *DOSP*, 06-07-1940, n.º 154, p. 2.

¹³⁶⁵ *Boletim n.º 1182*, 06-07-1940, do diretor Rosalvo para o almoxarife José Teixeira Pinto, PEIA.

¹³⁶⁶ *Boletim n.º 1187*, 08-07-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides Marques Machado, PEIA.

¹³⁶⁷ *Boletim n.º 1196*, 10-07-1940, do diretor Rosalvo para o chefe de polícia, João Carneiro da Fonte, PEIA.

¹³⁶⁸ *Boletim n.º 1224*, 25-07-1940, do diretor Rosalvo para o diretor geral da RCP, PEIA. Uma década mais tarde encontraremos Rosalvo como tesoureiro da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, no Rio de Janeiro (Fundo Comissão Geral de Investigações, Arquivo Nacional, BR DFANBSB 1M.0.0.5557).

¹³⁶⁹ *Oficio n.º 161/40*, 25-09-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

8.4 O Presídio Político da Ilha Anchieta e a Força Pública (1940-1942)

Figura 89 - Interventor Adhemar de Barros, militares da Força Pública e civis detidos do Presídio Político da Ilha Anchieta



Fonte: Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal em São Paulo, 1940, p. 132, HDB/FBN.

Major reformado da Força Pública, João Candido Zanani de Assis¹³⁷⁰, morador do Tatuapé¹³⁷¹, desembarcou às 11h15 da manhã de quinta-feira, logo tomou posse e comunicou a diversas autoridades que havia assumido o cargo de “Diretor interino”. Em seguida, solicitou ao próprio “Cmdt. Dr. Euclides” diversos utensílios de cozinha em “necessidade absoluta”, informando que outros seriam confeccionados no próprio Presídio¹³⁷². À *Passos Carvalho & Cia* solicitou diversas ferramentas, peças para lâmpião *Coleman* e torneiras de diferentes polegadas, todos os itens que Rosalvo tentava obter ao longo daquele primeiro semestre de 1940¹³⁷³. E logo na sua primeira semana também notou que a firma *R. Cauduro & Cia* e a *Vicente de Noce* não acertavam os pedidos e que não apenas alguns itens iam em quantidade errada, mas também deixavam de enviar outros¹³⁷⁴.

Naquele período, o diretor submeteu diversas decisões, mesmo aquelas alheias às obras de expansão da instituição prisional, ao tenente-coronel Euclides Marques Machado. Inclusive os relatórios de uma comissão que tinha por objetivo fiscalizar as remessas de gêneros alimentícios, responsável por pesar e analisar a condição dos volumes aportados, passaram a

¹³⁷⁰ DOSP, 06-07-1940, n.º 154, p. 2. Uma década mais tarde encontraremos Rosalvo como tesoureiro da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, no Rio de Janeiro (Fundo Comissão Geral de Investigações, Arquivo Nacional, BR DFANBSB 1M.0.0.5557).

¹³⁷¹ Conforme ele mesmo diz em seu primeiro radiotelegrama que permaneceu preservado, direcionado a sua esposa - *Boletim n.º 1227*, 26-07-1940, PEIA.

¹³⁷² *Radiotelegrama n.º 7*, 31-07-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹³⁷³ *Radiotelegramas n.º 3*, 28-07-1940; *n.º 5*, 30-07-1940, do diretor major João Candido para a *Passos Carvalho & Cia*, Santos, PEIA.

¹³⁷⁴ *Radiotelegrama n.º 6*, 31-07-1940, do diretor major João Candido para a *R. Cauduro & Cia*, Santos, PEIA.

ser enviados mensalmente para o chefe do Serviço de Engenharia da Força Policial, assim como informes do cotidiano e iniciativas gerais da diretoria, informes sobre a população da ilha – e não só, “marchinhas patrióticas” feitas pelos “presidiários” em homenagem a Adhemar de Barros¹³⁷⁵ e ao chefe de polícia Carneiro da Fonte também foram encaminhadas¹³⁷⁶. Houve também ocasião quando, em uma visita realizada pelo chefe do GI, Augusto Gonzaga em companhia ao tenente-coronel Euclides, este emitiu “ordem verbal” para que alguns “presidiários”, “de bom procedimento” e “trabalhadores” fossem enviados para a capital¹³⁷⁷.

E nesta época a Ilha tornou-se ainda mais restrita e a visita só era permitida mediante a autorização por escrito de três autoridades policiais e militares: o chefe de polícia, o chefe do Gabinete de Investigações e, agora, era também necessária a autorização do tenente-coronel Euclides Marques Machado.¹³⁷⁸

8.4.1 Com o Serviço de Engenharia, militares e detentos como operários¹³⁷⁹

Ao final da década de 1930 e início de 1940, o Serviço de Engenharia assumiu diversas reformas, expansões e novas construções do interesse da Força Pública. Obras em Ribeirão Preto (3º BC), Campinas (8º BC) e principalmente na capital impulsionavam a seção. Em São Paulo estava em construção o quartel do Centro de Instrução Militar no Barro Branco, além de reformas no Regimento de Cavalaria e no Hospital Militar da Força Pública na Luz. Ainda, expandiram a outras repartições sujeitas à Secretaria de Segurança Pública, “principalmente no presídio da Ilha Anchieta”¹³⁸⁰. Mas também no litoral, tal como em 1933,

¹³⁷⁵ *Ofício n.º 104/40*, 29-08-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹³⁷⁶ *Ofício n.º 349/40*, 29-11-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹³⁷⁷ *Ofício n.º 230/40*, 17-10-1940, do tenente Luiz de Cicco, comandante do destacamento e respondendo pelo diretor major João Candido Zanani, para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³⁷⁸ *Ofício n.º 264/40*, 05-11-1940, do diretor major João Candido para o comerciante Francisco Maciel Leite, Praia da Enseada, PEIA.

¹³⁷⁹ Os “operários militares” compunham o quadro efetivo do Serviço de Engenharia (SE), Intendência (SI) e Material Bélico (SMB) O Serviço de Engenharia (SE) previu regularmente, a partir de 1938, “operários militares” que poderiam ser empregados em serviços de construção e terraplanagem, em geral, cabos e soldados especializados em diversas atividades, como telefonistas, músicos, enfermeiros, eletricitas, artífices etc. (*Decreto n.º 8911*, 13-01-1938, ALESP). Ainda, os “operários militares” eram subdivididos em cinco classes (*Decreto n.º 8940*, 28-01-1938, ALESP). Em 1940, o SE possuía 13 oficiais, 56 praças e 200 operários militares, sendo 3 de 1ª classe e 164 de 5ª classe (*Decreto n.º 10953*, 20-02-1940, ALESP). Ao contrário do SMB e SI que possuíam operários civis em seu quadro, no SE havia apenas operários militares.

¹³⁸⁰ *A vida administrativa de São Paulo, de 5 de Junho de 1941 a 31 de Dezembro de 1942*, Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República Federal, pelo Sr. Fernando Costa, Interventor Federal em São Paulo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 321, HDB/FBN.

em 1941 “os presidiarios da Ilha Anchieta” foram empregados na abertura da estrada de rodagem de Ubatuba a Caraguatatuba¹³⁸¹.

Na Ilha Anchieta, os brasileiros e imigrantes ilegalmente e arbitrariamente detidos realizavam não apenas os serviços das obras, desde a administração do major Newton Santos, mas também, como veremos em alguns indícios, já realizavam também trabalhos domésticos nas casas de funcionários. Recém-chegado, o novo diretor major João Candido Zanani desejou que fosse organizado um sistema de remuneração e ordenando as relações de trabalho. Em uma comunicação, revelou diversos pontos sobre um período que já havia não apenas civis detidos em “liberdade condicional”, mas a própria família desses habitando a ilha:

Conforme intuito do Governo em tornar este Presidio em escola de regeneração [...] **proponho que todos os funcionários a partir desta Diretoria interina, que concorda desde já, que quisessem ter presidiarios que os classificaremos de operarios á cargo do Estado, a seu serviço particular, taes como cozinheiros, jardineiros, tratador de criações, hortas etc. pagassem esse serviço, de conformidade com a tabela que formulo de 100 reis horários – 800 reis por dia – ou seja, 24\$000 mensais, tendo por base o mês de 30 dias.**

Os presidiarios nesse destino (empregados) teriam prazer de ver com seu trabalho remunerado a esperança acalentadora de melhores dias, para si e sua família, acumulando uma pequena reserva que, com sua liberdade condicional e melhoria progressiva de ordenado, dessobrecarregava os cofres públicos, embora transportasse sua família para aqui.

Os funcionários que assim não julgar acertado dispensará os empregados [os “presidiários”], que irão produzir para o Estado em outro setor, podendo assim, caso se aborreçam com a medida justa e saneadora serem removidos, pois que na Capital, **independente da vaidade de possuir empregados grátis, existem muitos cidadãos que só com o ordenado e casa desejam servir aqui.**

Essa ideia não é nova, pois que todos os presídios, taes como Fernando de Noronha, Ilha Grande etc., assim se procede.¹³⁸²

Impossível não lembrar a comunicação de cinco anos antes, do ex-diretor major Newton Santos, em que este solicitava ao subdiretor José Basílio de Almeida que providenciasse o “creado” para sua chegada à Ilha¹³⁸³. É possível saber também que, provavelmente já antes da troca da diretoria, esse sistema de “empregado” já ocorria na Ilha e, possivelmente, o novo major desejava ordenar aquela dinâmica social, visto que mencionou certa vez que “Borges até o dia 31 de Agosto ultimo era empregado na casa do Dr. Ismael, médico deste Presidio”¹³⁸⁴.

¹³⁸¹ *A vida administrativa de São Paulo, de 5 de Junho de 1941 a 31 de Dezembro de 1942*, Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República Federal, pelo Sr. Fernando Costa, Interventor Federal em São Paulo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 322, HDB/FBN.

¹³⁸² *Oficio n.º 149/40*, 18-09-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³⁸³ *Oficio n.º 331*, 14-02-1935, do diretor major Newton Santos (na capital) para o subdiretor José Basílio de Almeida, PEIA. – Exposto aqui no capítulo 7, subitem 7.2.2.

¹³⁸⁴ Possivelmente Manoel da Silva Borges, que fugiu durante escolta para a capital em 9 de setembro de 1940 – *Oficio n.º 170/40*, 28-09-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

A posição do novo diretor traz vários indícios: a) os “presidiários” agora passam a “empregados”, podendo ser utilizados em trabalhos domésticos, em “serviço particular” de qualquer funcionário, incluindo a “diretoria interina”¹³⁸⁵; b) os funcionários que não concordassem estavam sujeitos então a serem removidos da Ilha; c) a remuneração horária proposta era 10 vezes menor que a recebida por um operário não qualificado; d) “independente da vaidade de possuir empregados grátis”, indica não apenas que havia “vaidade” e provavelmente todo um universo de dinâmicas e práticas sociais que se relacionam intimamente com status, poder e possivelmente violência, como também aponta como a baixa remuneração é reescrita enquanto “grátis”; e) ao contabilizar o mês com 30 dias, traz mais um indicio que os trabalhos realizados pelos civis detidos aconteciam de segunda a segunda; f) por fim, que também a Ilha passaria a receber as famílias daqueles civis detidos que passassem para a “liberdade condicional”.

Em relação às obras de expansão do Presídio Político, na Ilha Anchieta os trabalhos eram superintendidos pelo 3º sargento Raul Buracoski Chaves, cujas obras eram executadas sob a supervisão geral do tenente-coronel engenheiro civil Euclides Marques Machado¹³⁸⁶. Sargento Raul, que já estava adotando as “medidas preliminares” desde finais de maio¹³⁸⁷, estava agora encarregado de entrar em “entendimento” com a Prefeitura de Ubatuba para que fosse adquirida areia daquele município. Na reforma geral que foi iniciada¹³⁸⁸, tanto os militares quanto alguns “detentos” foram considerados “operários” nas obras. O próprio sargento Raul era gratificado como “operário de 3ª classe” e recebia 50\$000 por quinzena. E não só ele, o soldado Francisco Coelho também era um “operário” e recebia a “gratificação de 25\$000 por quinzena”¹³⁸⁹.

¹³⁸⁵ Essa possibilidade de trabalho doméstico é uma das grandes chaves de compreensão da sociabilidade desenvolvida no Instituto Correccional (ICIA) e de como ela foi papel constituinte da dinâmica da “rebelião” de 1952 (HORTA, 2013).

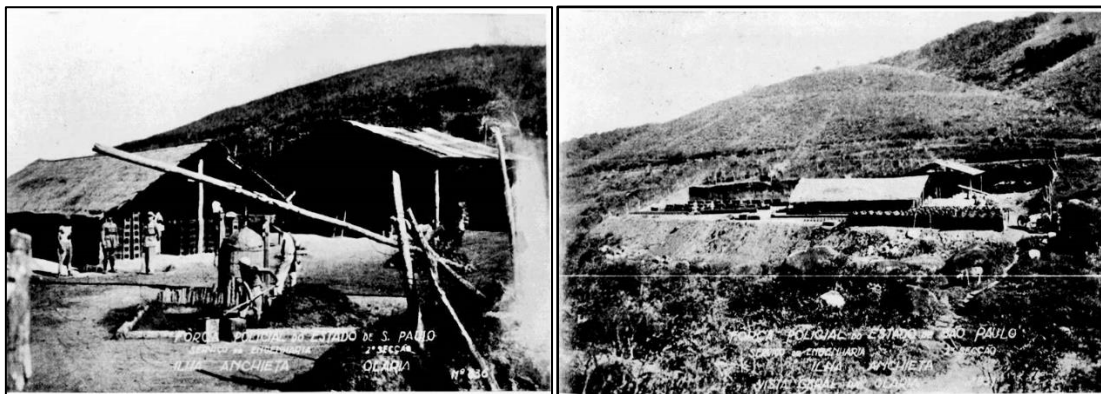
¹³⁸⁶ *Ofício s/n*, 13-09-1940, da diretoria do Presidio ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Ubatuba, assunto: apresenta Sgt. Buracoski, PEIA.

¹³⁸⁷ *Boletim n.º 1027*, 27-05-1940, do diretor Rosalvo para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹³⁸⁸ *Ofício n.º 33/40*, 10-08-1940, do diretor major João Candido para o padre “João Beil”, PEIA.

¹³⁸⁹ *Ofício n.º 263/40*, 27-05-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

Figura 90 - Fotografias da Olaria do Serviço de Engenharia Ilha Anchieta



Fonte: Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal em São Paulo, 1940, p. 136 HDB/FBN.

Provavelmente para impulsionar as obras previstas de expansão, em 1940 operavam duas olarias¹³⁹⁰, porém uma delas ficava na Praia da Enseada, no continente. E segundo o relatório, as oficinas eram tão produtivas que no ano de 1942 foram fabricados “1.000.000 de tijolos” – sim, um milhão de tijolos, 10 mil telhas, 5 mil tábuas, 1 mil metros cúbicos de pedra britada, 2.500 sacos de carvão, dentre outros¹³⁹¹.

Figura 91 - Exemplo de um tijolo fabricado pelo Serviço de Engenharia - Ilha Anchieta



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Um dos “empregados” “que trabalhou como operário, nas obras do Presídio” foi Trindade Ramos. Elogiado pelo novo diretor por portar-se muito bem e “demonstrando sempre boa vontade para o trabalho, qualidades essas que o recomendam como presidiário”¹³⁹², Trindade já era “operário” nas obras: 26 de junho a 25 de julho, vinte e nove dias, recebeu a “gratificação” de 40\$600¹³⁹³ - ou, ao menos, o diretor mandou a quantia para o Gabinete de Investigações, vez que Trindade havia sido “requisitado” na capital. Não foi informada a quantidade de horas, mas se supor que foram 232 horas de trabalho, a remuneração por hora foi de 0\$175.

¹³⁹⁰ Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal em São Paulo, 1940, p. 112, HDB/FBN.

¹³⁹¹ *A vida administrativa de São Paulo, de 5 de Junho de 1941 a 31 de Dezembro de 1942*, Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República Federal, pelo Sr. Fernando Costa, Interventor Federal em São Paulo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 336, HDB/FBN.

¹³⁹² *Ofício n.º 18/40*, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³⁹³ *Ofício n.º 47/40*, 16-08-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

Em outro exemplo, Antônio Branco trabalhou de 26 de julho a 25 de agosto na olaria, cumprindo 130 horas: o valor a qual deveria ser remunerado era de 136\$000 – deveria porque parte substancial do valor foi sacado e entregue, provavelmente por confusão de nomes, à esposa de outro civil detido, Antonio Bianchi, em “liberdade condicional”¹³⁹⁴. Ou seja, Antonio Branco, por pouco mais de 16 dias de trabalho, recebeu o equivalente a 1\$036 por hora, o que leva a supor uma enorme diferença de remuneração entre aqueles que trabalhavam na olaria para aqueles que realizavam trabalhos domésticos, que recebiam, na proposta elaborada pelo major, o equivalente a 0\$100 – ou mesmo de outros que trabalhavam no presídio, a depender das horas trabalhadas, como foi com Trindade Ramos.

A confusão vista no último documento é importante: ao contrário do caso de Antonio Bianchi, cuja esposa foi permitido o saque da quantia, quando o major comunicou o “pagamento da gratificação a que fizeram jús os presidiários empregados nos serviços das obras deste Presidio a cargo desse S.E.”, atestou que “os saldos de cada um acham-se recolhido ao cofre deste Presidio”¹³⁹⁵. Portanto, é possível imaginar que aqueles que chegavam à condição de “liberdade condicional” e/ou tivessem a presença de sua família na Ilha, era possível eles próprios sacarem sua remuneração, enquanto aos demais era possível apenas ir descontando em sua folha, vez que era “publicado, mensalmente, o saldo de cada um”.

Outra característica é quando o “presidiário” já havia sido enviado para a capital: eles não eram pagos caso fossem enviados para São Paulo, mas os valores eram remetidos para o Gabinete de Investigações:

Efetuado o pagamento da gratificação correspondente ao periodo de 26 de agosto a 25 de setembro [...] aos presidiarios que a éla fizeram jús [...]. Torno a essa digna chefia importância de 88\$800, para o devido destino, visto não se encontrarem mais neste Presidio¹³⁹⁶

Na situação acima os valores recebidos por quatro civis detidos variaram entre 20\$400 a 25\$200 por 30 dias de serviço a cada um. Porém, não é conhecida a quantidade de horas que foram empenhadas por cada um. Pegando o exemplo de José, que recebeu 25\$200, caso ele tenha trabalhado as oito horas diárias em todos os dias (240 horas), o valor de seu trabalho foi de \$105/hora; caso ele tenha trabalhado 130 horas, tal como Antonio Branco, que era um operário da olaria, teria recebido o equivalente a \$193/hora, ainda muito abaixo do valor recebido por Antonio.

¹³⁹⁴ *Ofício n.º 201/40*, 07-10-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹³⁹⁵ *Ofício n.º 202/40*, 07-10-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹³⁹⁶ *Ofício n.º 262/40*, 04-11-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

É possível também levantar a hipótese que os “presidiários” transitavam em obras pelo estado de São Paulo: em novembro, o “presidiário Idalo Marques” pediu que recebesse a quantia de 288\$00, “saldo do serviço que prestou na Imigração”¹³⁹⁷, enquanto o “presidiário Deolindo Gonçalves” solicitou, por procuração, o recebimento de 180\$000 “proveniente de seus serviços prestados no Sanatorio Padre Bento”¹³⁹⁸, em Guarulhos.

E a questão de remuneração criada pela administração sobre a população encarcerada não foi a única distinção. Com reformas sendo realizadas nos pavilhões, um por um, o diretor ordenou que todas as camas fossem consertadas e envernizadas, devendo receber também os novos colchões que estavam sendo fabricados. Entretanto,

Já fiz no novo pavilhão, distribuindo-as aos bons e trabalhadores e, assim, progressivamente aos demais, á proporção da melhora dos outros pavilhões¹³⁹⁹.

Como veremos no próximo tópico, é possível supor com mais esse indício que, devido à superlotação, uma parcela dos brasileiros e imigrantes estava dormindo no chão, sobre esteiras; aqueles considerados “bons e trabalhadores” não apenas tiveram acesso preferencial às camas reformadas, mas também aos novos colchões.

8.4.2 Oficinas: mais “detentos”, maior produção e economia de custos

Durante os anos da diretoria de Rosalvo não há indícios que as oficinas tenham tido qualquer tipo de produção digna de nota. No relatório do chefe de polícia, o delegado disse que:

As oficinas de carpintaria e ferraria, lutando, embora com deficiências de aparelhamento, vêm prestando bons serviços ao presídio; este é, aliás, um índice segundo de suas possibilidades desde que sejam suficientemente aparelhadas, considerando-se o grande numero de profissionais nessa espécie entre os detentos.¹⁴⁰⁰

Já no mês de agosto, o diretor Zanani passou a organizar a produção de colchões¹⁴⁰¹, vassouras¹⁴⁰², carvão vegetal¹⁴⁰³ e sabão, aproveitando a gordura e “pelancas” da carne seca e da carne verde¹⁴⁰⁴. A oficina mecânica também passou inclusive a produzir peças para

¹³⁹⁷ *Ofício n.º 277/40*, 08-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹³⁹⁸ *Ofício n.º 321/40*, 21-11-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹³⁹⁹ *Ofício n.º 407/40*, 22-12-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁰⁰ *Relatorio das atividades da Policia Civil, no exercicio de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado*, pelo chefe de polícia Dr. João Carneiro da Fonte, São Paulo, 1940, p. 679, NBH/APESP.

¹⁴⁰¹ *Ofício n.º 52/40*, 18-08-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁰² *Ofício n.º 15/40*, 02-08-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁰³ *Ofício n.º 58/40*, 18-08-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁰⁴ *Ofício n.º 58/40*, 18-08-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

interessados de Ubatuba¹⁴⁰⁵ e nos meses seguintes a produção de pães e pesca também foram estimuladas. Outras, como a sapataria, passaram a funcionar e havia uma tabela de preços de diversos consertos¹⁴⁰⁶. O intuito do diretor era vender os itens e serviços para funcionários, militares e, se possível, para os habitantes do litoral e cidades vizinhas. Assim, em 1º de outubro foi entregue ao Gabinete de Investigações e ao tenente-coronel Euclides “uma tabela de preços dos vários artigos ou peças, confeccionados pelas diversas Oficinas deste Presídio”¹⁴⁰⁷. No dia 7 daquele mês, segunda-feira, afirmou com convicção que “enquanto aqui estiver este Presidio dispensa o fornecimento de sabão, vassouras, colchões e bacalhaú”, conseguindo em pouco mais de dois meses a autossuficiência de tais itens, comunicando tal feito ao diretor geral¹⁴⁰⁸, ao chefe do GI¹⁴⁰⁹, ao diretor de material¹⁴¹⁰ e, por fim, ao tenente-coronel Euclides¹⁴¹¹.

Se Rosalvo alegou que os pavilhões estavam “superlotadíssimos” e pedia ao GI que não enviasse mais “detentos” para a Ilha, o major Zanani não fez a mesma avaliação. Logo na primeira semana concordou que fossem enviados e pediu naquele primeiro momento que fosse providenciada a remessa de 350 colchões¹⁴¹². Já em agosto as escoltas passaram a trazer mais de 50 “detentos”¹⁴¹³, levando a população encarcerada a atingir a marca de 322 em outubro¹⁴¹⁴. Enquanto os colchões não ficavam prontos e “devido ao grande numero de presidiarios existentes atualmente”, foi solicitada a remessa de 350 esteiras¹⁴¹⁵, indicando que já dormiam no chão e não mais nas camas. Em 1942, os componentes das “turmas” e “levas” chegaram a 60¹⁴¹⁶ e depois a 70 de uma só vez¹⁴¹⁷. Indica não só o alto fluxo entre entradas e saídas, mas também aponta para um caráter peculiar: se nos relatórios de 1936 e 1939 o número da população era mencionada, nos relatórios de 1941 e 1942 o número deixou de ser informado.

¹⁴⁰⁵ *Ofício n.º 43/40*, 15-08-1940, do diretor major João Candido para o “Sr. Dr. Alfredo Rudolph”, Ubatuba, PEIA.. Ação de prestação de serviços que continuou ao mesmo Alfredo Rudolph, encomendando estacas que renderam 160\$000 ao Presídio – na qual o major ainda anotou: “P.S. Deixo de mandar o recibo por não saber o modo como vae ser feito o pagamento” – *Ofício n.º 114/40*, 04-09-1940, PEIA.

¹⁴⁰⁶ *Ofício n.º 155/40*, 23-09-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA. Ainda, menciona que o “presidiário condicional Felix João Mauricio” idealizou e montou uma máquina perfuradora de metais, trazendo “economia ao Estado que varia de 2:000\$000 a 2:500\$000” (*Ofício n.º 249/40*, 01-11-1940, PEIA).

¹⁴⁰⁷ *Ofício n.º 180/40*, 01-10-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁰⁸ *Ofício n.º 196/40*, 07-10-1940, do diretor major João Candido para o diretor geral da RCP, Alfredo Issa, PEIA.

¹⁴⁰⁹ *Ofício n.º 197/40*, 07-10-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴¹⁰ *Ofício n.º 198/40*, 07-10-1940, do diretor major João Candido para o diretor de material da RCP, José Augusto Fernandes, PEIA.

¹⁴¹¹ *Ofício n.º 199/40*, 07-10-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴¹² *Radiotelegrama “1226” s/n, s/d*, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴¹³ *Ofício n.º 42/40*, 15-08-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴¹⁴ *Ofício n.º 40/225*, 12-10-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴¹⁵ *Ofício n.º 97/40*, do diretor major João Candido para o diretor geral da RCP, Alfredo Issa, PEIA.

¹⁴¹⁶ *Radiotelegrama n.º 126*, 24-02-1942, do diretor major João Candido para o diretor de material da SSP, PEIA.

¹⁴¹⁷ *Radiotelegrama n.º 575*, 01-05-1942, do 1º delegado, responsável pelo expediente da Delegacia Regional de Santos, para o diretor major João Candido, PEIA.

Para fabricarem 1 milhão de tijolos e 2 milhões de pães em apenas um ano, ocultar o número de quantos estavam encarcerados parece ser mais uma estratégia do que esquecimento burocrático.

Existindo um “preso colchoeiro”, o major Zanani disse que o problema a respeito da necessidade de colchões e o aumento da população seria resolvida na própria Ilha¹⁴¹⁸. O colchão era feito com capim-membeca, “que nada ficam devendo aos melhores fabricados em centros industriais”. Propôs inicialmente que os colchões de solteiros fossem vendidos por 20\$000 e os de casal a 45\$000, “deixando um lucro de 15\$000 e 25\$000”, pagando-se (a mão de obra) aos presidiários á razão de \$200 horários¹⁴¹⁹. Ou seja, um “presidiário” teria que trabalhar 100 horas para obter o valor de um colchão de solteiro – ou seja, teria que trabalhar 8 horas diárias por quase 13 dias; caso desejasse um de casal, teria que trabalhar 225 horas, 8 horas diárias por pouco mais de 28 dias. Supondo conservadoramente que era fabricado um colchão por dia por trabalhador, no caso do colchão de solteiro, ao final de um mês (supondo 26 dias de trabalho), um único trabalhador daria 390\$000 de lucro ao Presídio por mês, suficiente para pagamento do salário do enfermeiro, por exemplo, ou de dois artífices. E mais, esse mesmo trabalhador que proveria um lucro mensal de 390\$000, teria que trabalhar 1.950 horas ou quase 244 dias para chegar àquela quantia.

Em 18 de agosto, 14 colchões já estavam confeccionados¹⁴²⁰ e, em 16 de setembro, após acabar a chita [tecido de baixa qualidade] restavam ainda em “stok 100 bons colchões de crina vegetal, calculado, por baixo, a 25\$000 cada um”. Ou seja, em 29 dias (contando os domingos) foram feitos, no mínimo, três colchões por dia, o que levou o diretor a pedir a intercessão do tenente-coronel Euclides junto ao GI para a remessa de mais tecido¹⁴²¹. E na primeira semana de outubro, o “stock” chegou a 150 colchões e a expectativa era de serem produzidos 5 por dia¹⁴²², chegando a 220 confeccionados em novembro, sem contar os que foram substituídos dos funcionários solteiros¹⁴²³. Começando a produzir também almofadas

¹⁴¹⁸ *Radiotelegrama n.º 17*, 27-07-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴¹⁹ *Ofício n.º 52/40*, 18-08-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA. – O tecido era comprado nas Casas Pernambucanas, 1\$000 o metro e em setembro o diretor passou a alugar uma “machina de costura” por 30\$000 mensais de uma família da ilha (*Radiotelegrama n.º 138/40*, 16-09-1940, PEIA). Lembrando o caso de Fernando Parra, comunista e secretário da UOFT que passou pela Ilha dos Porcos em 1933, em março de 1937 foi contratado como pedreiro da *Sociedade Anonyma Fabrica Votorantim*, com forma de pagamento mensal e o salário de 1\$050 por hora – ou seja, 5,25 vezes a mais que a “gratificação” de um “presidiário” – *Registro de empregados*, doc. 4, pront. n.º 4.100, “Fernando Parra”, DEOPS/APESP.

¹⁴²⁰ *Ofício n.º 52/40*, 18-08-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴²¹ *Ofício n.º 132/40*, 16-09-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴²² *Ofício n.º 196/40*, 07-10-1940, do diretor major João Candido para o diretor geral da RCP, Alfredo Issa, PEIA.

¹⁴²³ *Ofício n.º 314/40*, 17-11-1940, do diretor major João Candido, para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

para cadeira¹⁴²⁴, os colchões tiveram seus preços definidos de 20\$ e 25\$000 para solteiro e 40\$ e 50\$000 para casal, sendo “para fora da Ilha” aqueles mais caros¹⁴²⁵. Assim, entre 1941-1942 foram produzidos 500 colchões de capim¹⁴²⁶, com prazo de duração de dois anos¹⁴²⁷.

Figura 92 - Chácara do Presídio Político da Ilha Anchieta



Fonte: Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal em São Paulo, 1940, p. 135 HDB/FBN.

Para alimentar toda essa mão de obra, por que não “laranja mesmo de refugio”? O diretor pleiteou cerca de 2 mil para distribuição “aos detentos”, na qual “rogamos declarar o mínimo preço por que poderá ser feito, esse fornecimento”¹⁴²⁸. Semanas depois foi acordado a remessa semanal de 2 mil laranjas, “a razão de 2\$000 o saco de 100 m/m”¹⁴²⁹. Ainda, foi criada uma “horta oficial” por determinação do próprio chefe do Gabinete de Investigações, que em novembro passou a fornecer verduras diversas ao Presídio¹⁴³⁰.

¹⁴²⁴ *Oficio n.º 235/40*, 17-10-1940, do tenente Luiz de Cicco, comandante do destacamento e respondendo pelo diretor major João Candido Zanani, para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA

¹⁴²⁵ *Tabela de preços dos artigos confeccionados nas oficinas deste Presidio* [anexo], radiotelegrama n.º 258/40, 01-11-1940, do diretor major João Candido Zanani para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴²⁶ *A vida administrativa de São Paulo, de 5 de Junho de 1941 a 31 de Dezembro de 1942*, Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República Federal, pelo Sr. Fernando Costa, Interventor Federal em São Paulo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 336, HDB/FBN.

¹⁴²⁷ *Oficio n.º 328/40*, 22-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA

¹⁴²⁸ *Oficio n.º 49/40*, 17-08-1940, do diretor major João Candido para a *Cia Brasileira de Frutas S/A*, Caraguatatuba, PEIA. Interessante notar que foi essa mesma *Cia* que providenciou o embarque do tenente-coronel Euclides e o engenheiro tcheco do Departamento da Cultura de Caraguatatuba à Ilha Anchieta, quando da visita em mês anterior.

¹⁴²⁹ *Oficio n.º 22/40*, 07-09-1940, do diretor major João Candido para a *Cia Brasileira de Frutas S/A*, PEIA. Necessário comparar o preço do saco da laranja de refugio com o valor que era operado no mercado urbano, entretanto, só de saber que era de “refugio” já indica a qualidade do produto.

¹⁴³⁰ *Oficio n.º 251/40*, 01-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

O diretor também pediu aprovação na compra de “gado em pé”: ao invés de carne seca ou “carne verde”, o Presídio possuiu sua própria criação e “aqui o esquartejamos com o aproveitamento total, isto é sebo, couro, chifre, cascos, tripas, etc.” o que ocasionaria um saldo para os cofres de 340\$000¹⁴³¹. Quatro dias depois de solicitar a autorização, o major não apenas já havia comprado o gado como feito o primeiro esquartejamento de duas rezes, produzindo 257 kg de carne verde e aproveitamento total do restante do gado¹⁴³², chegando inclusive a experimentar técnicas para curtir o couro através de um processo rudimentar¹⁴³³.

Figura 93 - “Cosinha Central” do Presídio Político da Ilha Anchieta



Fonte: Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal em São Paulo, 1940, p. 135 HDB/FBN.

Em relação aos pães, citou que a “Padaria de há muito tempo, tendo prejuízo e não pequeno com o fornecimento de pães aos snrs. funcionarios civis militares a \$600 o kilo”, concluindo que “não é regular, pois que a despeza suplanta a receita”, elevou o preço unitário do pão de 50 gramas de \$030 para \$047¹⁴³⁴. Segundo o relatório da interventoria, a padaria da “Cosinha Central” produziu entre 1941/1942, 2.000.000 de pães, 2 milhões¹⁴³⁵. Se a população total da Ilha de 1942 fosse a mesma de outubro de 1940, 575 pessoas e supondo que cada uma comesse por dia 5 pães, o consumo seria de aproximadamente 1 milhão e 50 mil pães. Para

¹⁴³¹ *Ofícios n.º 194/40 e 195//40*, 07-10-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, e para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴³² *Ofício n.º 221/40*, 12-10-1940, do diretor major João Candido para o diretor da contabilidade da RCP, PEIA.

¹⁴³³ *Ofícios n.º 223/40 e 224/40*, 12-10-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, e para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴³⁴ *Ofício n.º 68/40*, 22-08-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴³⁵ *A vida administrativa de São Paulo, de 5 de Junho de 1941 a 31 de Dezembro de 1942*, Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República Federal, pelo Sr. Fernando Costa, Interventor Federal em São Paulo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 336, HDB/FBN.

chegar a marca de 2 milhões de pães, toda a população deveria consumir 10 pães por dia, todos os dias do ano.

Figura 94 - Pescaria no Presídio Político da Ilha Anchieta



Fonte: Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal em São Paulo, 1940, p. 135 HDB/FBN.

Outra indústria fortemente incentivada foi a pesqueira. A experiência inicial foi relatada em 1º de setembro, domingo. Com a ajuda da rede do pescador João Glorioso e ação provavelmente realizada pelo recém contratado “mestre de rede” Hipolito José Giraud¹⁴³⁶, cinco caixas de *Paratis* e *Tainhas* foram enviadas para o chefe do GI e uma caixa foi enviada para o comandante do Serviço de Engenharia¹⁴³⁷.

Sendo em pequena quantidade, não dando para distribuição entre presidiários e nem funcionários, mandei que o mesmo fosse salgado, para reserva e experiência para futura salga. Pretendo aumentar esse método para, em futuro próximo, suspender o fornecimento de bacalhau, cuja ultima remessa foi devolvido na mesma lancha, por estar deteriorado e improprio para consumo.¹⁴³⁸

Na primeira semana de outubro, já havia sido salgado 100 kg de peixe e a expectativa, conforme o tempo, era de 30 kg diários¹⁴³⁹. Em novembro já pescavam também sardinhas, direcionando sua experiência de preparo para o chefe do GI e para o tenente-coronel Euclides¹⁴⁴⁰, assim como enviaram um caixão com 70 kg de peixes escalados e salgados para

¹⁴³⁶ Radiotelegrama “1218”, s/n, 21-07-1940, do diretor Rosalvo para o professor Theodorico de Oliveira, Instituto de Pesca, Santos, PEIA. Em dezembro de 1940, João Lindolfo da Luz, provavelmente um *caiçara* que “aportou aqui para visitar seu compadre e amigo Benedito Braz”, já vinha auxiliando o Presídio com a pesca e foi contratado para fazer o lançamento da rede. Assim, Giraud, que já algum tempo estava internado na Santa Casa de Santos, faria o serviço de praia, de conserto das malhas e redes (*Oficio n.º 426/40*, 27-12-1940, do diretor João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA).

¹⁴³⁷ *Oficio n.º 113/40*, 01-09-1940, do diretor João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴³⁸ *Oficio n.º 109/40*, 01-09-1940, do diretor João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴³⁹ *Oficio n.º 196/40*, 07-10-1940, do diretor major João Candido para o diretor geral da RCP, Alfredo Issa, PEIA.

¹⁴⁴⁰ *Oficio n.º 2665/40*, 06-11-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

a Casa de Detenção¹⁴⁴¹. Ao final de novembro, o diretor “fez carga” de 500 kg de peixes grandes e pequenos ao almoxarifado, para substituir o bacalhau e disponibilizar para venda aos funcionários. Para serem comercializados, o diretor definiu os valores 2\$500 o kg de peixes pequenos e 3\$000 o kg de peixe grandes¹⁴⁴². Ao final do mês, o diretor da Casa de Detenção indagou a possibilidade de serem enviados semanalmente 70 kg e quais os preços relativos ao fornecimento¹⁴⁴³.

Figura 95 - Pavilhão da Rouparia (1939)



Fonte: Relatório das atividades da Polícia Civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado, pelo Chefe de Polícia Dr. João Carneiro da Fonte, São Paulo, 1940, p. 678, NBH/APESP.

A produção de sabão foi outra empreitada do major João Cândido, provavelmente destinado a superar um dos problemas enfrentados pela administração de Rosalvo. O novo diretor, que também em seu início precisou deixar recolhido aos pavilhões diversos “presidiarios” por não possuir sabão, rapidamente tornou o Presídio autossuficiente. Em meados de agosto, a partir de um “sistema caseiro pelos presidiarios e com os próprios recursos da situação em que nos achamos (Ilha)”, utilizando “sebo aproveitado da gordura, pelancas etc. da carne seca e da carne verde, breu, soda caustica e agua doce”, cozinhou em um tambor de óleo improvisado como tacho cerca de 30 kg. “Incrementando essa indústria oportunamente suprimiremos o fornecimento oficial e o excedente poderemos fornecer mediante pagamento”¹⁴⁴⁴. Possuindo boa qualidade o sabão produzido, o diretor providenciou maior fabricação e acabou adquirindo todo o estoque de breu da Enseada que, ao ser todo consumido,

¹⁴⁴¹ *Ofício n.º 305/40*, 15-11-1940, do diretor major João Cândido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴⁴² *Ofício n.º 337/40*, 25-11-1940, do diretor major João Cândido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁴³ *Ofício n.º 3227*, 29-11-1940, do diretor da Casa de Detenção, Sylvio de Almeida Sampaio, para o diretor do Presídio Político da Ilha Anchieta, major João Cândido Zanani, PEIA.

¹⁴⁴⁴ *Ofício n.º 58/40*, 18-08-1940, do diretor major João Cândido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

retardou a fabricação do item na Ilha¹⁴⁴⁵. Na primeira semana de outubro, os “empregados” produziram 120 kg de sabão e a expectativa, com a matéria prima à disposição, era de 80 kg diários¹⁴⁴⁶. Produção que foi “aperfeiçoada”: com o esquartejamento de gado na Enseada, o uso de sebo fresco e caulim melhoraram o produto, tendo o diretor enviado uma caixa diretamente para a casa do tenente-coronel Euclides¹⁴⁴⁷. Em novembro, o diretor “fez carga” de 302 kg sabão ao almoxarifado para lavagens de roupa e venda aos funcionários¹⁴⁴⁸. Para serem comercializados, o diretor definiu os valores da caixa com doze pedaços em 3\$600 “para a Ilha” e 3\$800 “para fora da Ilha”¹⁴⁴⁹, assim como um único pedaço por \$300¹⁴⁵⁰. Segundo o relatório da Interventoria, foram produzidos entre 1941/1942, 2 mil kg de sabão¹⁴⁵¹.

As oficinas implementadas pelo novo diretor tiveram seu retorno. Em 1º de novembro o diretor submeteu ao chefe do GI e ao tenente-coronel Euclides o balancete de setembro, destacando as receitas e despesas, e pontuando que “o déficit apresentado, possivelmente no próximo mês desaparecerá, em virtude das rendas sempre crescentes, dos produtos das oficinas”¹⁴⁵². Ao final do mês, ao divulgar o balancete de outubro, o major João Candido afirmou que “desapareceu o déficit apresentado” e que houve um saldo de 365\$010¹⁴⁵³. A questão é tatear qual foi o custo humano e em que nível de exploração chegou para se alcançar os números obtidos.

8.4.3 Detidos com fundamento no estado de emergência (1940-1942)

Em 3 de outubro de 1940, quinta-feira, o diretor major João Candido Zanani radiotelegrafou ao juiz Eduardo Silveira da Mota respondendo-lhe uma inquirição feita ao sobre a situação do “indivíduo João Moreira da Silva”. A resposta foi: “acha-se recolhido a este Presídio por ordem do Exmo. Snr. Dr. Chefe de Polícia, com fundamento no estado de emergência”¹⁴⁵⁴. Devido a lacuna documental não é possível atestar se o major consultou as

¹⁴⁴⁵ *Ofício n.º 140/40*, 16-09-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴⁴⁶ *Ofício n.º 196/40*, 07-10-1940, do diretor major João Candido para o diretor geral da RCP, Alfredo Issa, PEIA.

¹⁴⁴⁷ *Ofício n.º 268/40*, 16-09-1940, do diretor major João para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴⁴⁸ *Ofício n.º 337/40*, 25-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁴⁹ *Tabela de preços dos artigos confeccionados nas oficinas deste Presídio* [anexo], *Ofício n.º 258/40*, 01-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁵⁰ *Ofício n.º 337/40*, 25-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁵¹ *A vida administrativa de São Paulo, de 5 de Junho de 1941 a 31 de Dezembro de 1942*, Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República Federal, pelo Sr. Fernando Costa, Interventor Federal em São Paulo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 336, HDB/FBN.

¹⁴⁵² *Ofício n.º 258/40*, 01-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁵³ *Ofício n.º 346/40*, 27-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁵⁴ *Ofício n.º 186/40*, 03-10-1940, do diretor major João Candido para o juiz Eduardo Silveira da Mota, São Paulo, PEIA.

autoridades da capital antes de responder, tal como fez Rosalvo por algumas vezes, mas esta é a primeira comunicação que informa o “estado de emergência” como justificativa para manter alguém detido¹⁴⁵⁵.

Em 1942, outros também foram enquadrados em tal justificativa, fossem eles “presos correccionais” a partir das “prisões policiais” ou de comunistas. Djalma Albuquerque¹⁴⁵⁶ Dias, o espanhol José Iglesias¹⁴⁵⁷ e o lituano Pedro Merkis¹⁴⁵⁸, todos fichados como comunistas, passaram pelo Presídio Político da Ilha Anchieta em 1942. Já os “correccionais” João Jesus de Camargo¹⁴⁵⁹ e Oscar Macedo, para ficar em apenas dois exemplos, também estiveram “recolhidos” com “fundamento no estado de emergência”, sendo isso corriqueiramente alegado às autoridades judiciais da capital. Assim, mantinham centenas de civis detidos de forma arbitrária nos trabalhos de expansão do presídio, produzindo e gerando lucro nas oficinas. Foi nesse período também que o Presídio Político recebeu “mendigos”, pondo em liberdade em Ubatuba, em uma única ocasião, vinte deles¹⁴⁶⁰.

¹⁴⁵⁵ Lembrando que os últimos decretos de estado de guerra foram em março de 1936 (*Decreto n.º 702*, 21-03-1936) e outubro de 1937 (*Decreto n.º 2.005*, 02-10-1937) e entraria novamente em agosto de 1942 (*Decreto n.º 10.358*, 31-08-1942), com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial. Seria interessante maior pesquisa a respeito sobre qual “estado de emergência” é feita a referência, pontuando que em abril de 1940 houve a “conspiração armandista” que levou a prisão de vários membros do extinto Partido Constitucionalista, empresários, militares, policiais, ex-ministros, ex-secretários estaduais e outros políticos.

¹⁴⁵⁶ Djalma aparece como civil de Capivarí, listado numa relação de pessoas implicadas nos “acontecimentos de novembro de 1935”. Um habeas-corpus impetrado em dezembro de 1944 junto ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN) foi negado, porque “os pacientes se acham presos por medida de ordem e segurança pública, com fundamento no estado de emergência”. Permanecendo preso até 1945, quando estava na Casa de Detenção e foi posto em liberdade, a justificativa foi que estava detido por estelionato – pront. n.º 35.841, “Djalma Albuquerque Dias, DEOPS/APESP. Em janeiro de 1942, já detido no Presídio Político da Ilha Anchieta, foi enviado para São Paulo, para ser apresentado ao juiz da 1ª vara criminal – *Radiotelegrama* n.º 519, 26-01-1942, do chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, para o diretor do Presídio Ilha Anchieta, PEIA.

¹⁴⁵⁷ José Iglesias já havia sido detido em 1936 e encarcerado no Presídio Político “Maria Zélia”, já havia sido deportado em junho de 1937 e retornado ao Brasil em 1938 – pront. n.º 4.401, “José Iglesias”, DEOPS/APESP. Possivelmente foi detido por ter regressado ao Brasil com a portaria de expulsão ainda em vigência e remetido para o Presídio Político da Ilha Anchieta.

¹⁴⁵⁸ Pedro foi preso em setembro de 1937, em Baurú, por portar “pacote contendo propaganda comunista”. Posteriormente investigado em Bauru pela Superintendência de Ordem Política e Social em outubro de 1937, permaneceu detido por dez meses na delegacia de Ordem Política em São Paulo, até que, em julho de 1938 teve o mandado de prisão expedido pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), condenado a dezoito meses de detenção. Detido novamente em setembro de 1941 quando vinha do Rio de Janeiro, por possuir uma portaria de expulsão decretada em 1937, Pedro foi enviado para a Casa de Detenção e lá permaneceu até junho de 1942, quando foi enviado para a Delegacia de Vigilância e Capturas no dia 25 e chegando ao Presídio Político da Ilha Anchieta em 30 de junho de 1942. Lá permaneceu por mais de três anos, sendo posto em liberdade em agosto de 1945, tendo seu processo de expulsão arquivado – pront. n.º 607, “Pedro Merkis”, DEOPS/APESP.

¹⁴⁵⁹ Em agosto de 1942, o delegado de Segurança Pessoal, Francisco de Assis Carvalho Franco, enviou ao major Olyntho de França Almeida e Sá, superintendente de Segurança Política e Social (SOPS), uma ordem de habeas-corpus impetrada em favor de João de Jesus Camargo. No mesmo dia, Carvalho Franco respondeu ao presidente do Tribunal de Apelação informando que “o paciente se acha recolhido ao Presídio da Ilha Anchieta, á ordem do Exmo. Snr. Dr. Secretário da Segurança Pública, por motivos políticos e com fundamento no estado de emergência” – pront. n.º 54.371, “João Jesus de Camargo”, DEOPS/APESP.

¹⁴⁶⁰ “Solicito vossas providências sentido serem postos em liberdade em Ubatuba os detentos abaixo [...] Embora todos eles reincidentes na pratica da mendicância, não são, entretanto, elementos que possam ser considerados

8.5 Outros aspectos do cotidiano na Ilha Anchieta¹⁴⁶¹

Em outubro de 1940, a população chegou a um total de 575 pessoas: 54 famílias (236 pessoas), 17 funcionários solteiros e 322 “presidiários”¹⁴⁶², sendo que em março daquele ano havia 43 crianças¹⁴⁶³, que frequentavam a “escola mixta”, naquele ano dirigida pela profa. Ruth Moura Cambier¹⁴⁶⁴.

Figura 96 - Crianças e profa. Ruth no Presídio Político da Ilha Anchieta



Fonte: Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal em São Paulo, 1940, p. 135 HDB

Com tamanha e diversa população vivendo em um território “isolado” e “exilado”, algumas características que compuseram o cotidiano parecem ser centrais para pensar aquele espaço, principalmente pelo fato de que algumas condições que surgem no Presídio Político da Ilha Anchieta serão prolongadas no período do Instituto Correccional (1942-1953).

perigosos” – *Radiotelegrama n.º 1131*, 13-03-1942, do chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, para o diretor do Presídio Político da Ilha Anchieta, PEIA.

¹⁴⁶¹ Optei por destacar apenas alguns aspectos existentes no corpo documental.

¹⁴⁶² *Ofício n.º 225/40*, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁶³ *Boletim n.º 902*, 11-03-1940, do diretor Rosalvo para a Delegacia Regional de Ensino, “Grupo Escolar Cesario Bastos”, PEIA.

¹⁴⁶⁴ *Ofício n.º 128/40*, 12-09-1940, do diretor major João Candido para “Snra. D. Ruth Moura Cambier, Professora da Escola Mixta”, PEIA.

8.5.1 Trabalhar na Ilha Anchieta e a diferença salarial

Trabalhar na Ilha Anchieta implicava também que funcionários civis e militares ficassem “em verdadeiro exílio” e sujeitos às mais diversas normas de segurança e de controle cotidiano, como por exemplo, a proibição do consumo de bebida alcoólica. Havia, ainda, uma diferença salarial, por exemplo, entre os valores recebidos no Presídio da Capital para aquele que era pago ao quadro da Ilha.

Tabela 38 - Alguns cargos e salários comparativos entre o Presídio da Capital e a Colônia Correcional¹⁴⁶⁵

Cargos	Presídio da Capital	Colônia Ilha Anchieta
Diretor ¹⁴⁶⁶	3:000\$000	1:800\$000
Assistente / Subdiretor	1:500\$000	1:000\$000
Chefe do Serviço de Saúde / Médico	1:300\$000	1:750\$000
Chefe de Serviço de Contabilidade / Almoxarife	800\$000	800\$000
Enfermeiro	500\$00	312\$500
Chefes do Serviço de Vigilância	800\$000	—
Vigilantes de 1ª Classe (contratados) / Vigilante	350\$000	250\$000 200\$000
Vigilantes de 2ª Classe (contratados) / Vigilante	300\$000	
Aspirantes a Vigilantes de 2ª Classe (contratados) / Vigilante	250\$000	
Encarregados do Depósito (ou Lavanderia) / Encarregado da Usina	400\$000	400\$000
Servente/Artífice	312\$500	90\$000 (até outubro de 1938) passando 180\$000
Mestre de rede [pesca]	-	200\$000

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do Diário Oficial; Decreto n.º 11.910, 29-03-1941, ALESP; PEIA.

Portanto, uma das poucas compensações em trabalhar ou estar destacado na Ilha era o fato de que o “Estado” provia a alimentação e atendimento médico. Porém, no segundo semestre de 1938, o secretário da Segurança Pública, capitão Sebastião Dalizio Menna Barreto, através de uma série de ações, interrompeu o fornecimento de pães, gêneros alimentícios e a gratuidade de medicamentos para funcionários civis e militares da Força Pública na Ilha Anchieta. Naquela época, doze funcionários recebiam apenas 90\$000, alguns com “família

¹⁴⁶⁵ Enquanto o Presídio da Capital apresenta 61 funcionários e um custo mensal de 30:762\$500, contando 36 vigilantes, o Presídio Político da Ilha Anchieta tinha 37 funcionários em dezembro de 1939, a um custo de 6:062\$500, não contabilizando os vigilantes. Importante apontar que os vigilantes, não constando no decreto de 1931, que versa sobre o antigo presídio da Ilha dos Porcos e seu quadro de funcionários, até 1939 os vigilantes são contratados e pagos a partir do Gabinete de Investigações.

¹⁴⁶⁶ Interessante apontar para efeitos comparativos que o diretor da Colônia Correcional de Dois Rios (CCDR) na Ilha Grande (RJ) recebia 5:000\$000 na mesma época, mesmo valor que um delegado auxiliar da polícia civil paulista.

numerosa”¹⁴⁶⁷, seria impossível a eles arcarem com os custos, medidas que também afetaram o corpo militar:

Scientifiquei funcionários vosso radio sobre fornecimento [...], o que vem prejudicar funcionários cujos exíguos vencimentos descem ate 90\$000 como acontece á 12 delles. Ademais, soldados destacamento veem-se forçados pedir transferência visto vida em outros meios ser mais acessível ao pobre pois única compensação aqui tinham era fornecimentos gêneros alimentícios gratuitamente para suavizar vida verdadeiro exilio.

Deveis saber ainda soldados casados com mais responsabilidades, prestam melhores serviços vigilancia detentos que os solteiros devido aquelles terem cuido acautelar bem estar suas familias.¹⁴⁶⁸

Ao longo daquele semestre recorreram ao ex-diretor major Newton Santos¹⁴⁶⁹, ao major Mário Rangel¹⁴⁷⁰, ao chefe do GI e ao próprio secretário relatando o “sacrifício” de alguns funcionários, da impossibilidade de sustentarem suas famílias e a preocupação daqueles funcionários, a maioria composta por vigilantes, deixarem seus cargos. A saída dupla foi a possibilidade de fornecimento mediante desconto em folha e o aumento da remuneração para 180\$000 daqueles que recebiam 90\$000, mas ainda assim insuficiente para suprir os custos com a alimentação. Com as dificuldades de abastecimento, preços até 30% mais altos e falta de condução que não permitia improvisar providências, a situação de funcionários e militares permaneciam delicadas¹⁴⁷¹:

Colonia sem recursos próprios e difíceis obter [...] Meios postal e transportes difíceis assim exige antecedência providencias caso vou expor. Situação verba gêneros exgotada, o processo de pedidos encaminhados Secretaria demora vinte, trinta dias. [...]Peço instruções previndo demora chegada aqui recursos, si devo organizar pedidos reforçar stock gênero, se devo computar quantidade precisos fornecimentos funcionários para desconto ou limitar pedido ao necessário alimentação detentos. Relevo-me sr Diretor insistir condições especialíssimas encontra-se Ilha isolada, comunica-se continente com só lancha sete em sete dias. Essa lancha vezes não tem praça transporte cargas para colônia ficam retidas Santos próxima partida.¹⁴⁷²

Aparentemente, a situação de gêneros alimentícios foi resolvida a partir do ano que viria, após sérios problemas de abastecimentos desde quando o presídio foi reaberto em 1931. A partir de 1939, os diários oficiais acusam pagamentos mensais de gêneros alimentícios a *R. Cauduro & Cia.* e *Vicente Noce & Cia.*, aparecendo também em revezamento a *Pimenta*

¹⁴⁶⁷ *Boletim n.º 378*, 06-10-1938, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Antonio Braulio de Mendonça Filho, PEIA.

¹⁴⁶⁸ *Boletim n.º 365*, 01-10-1938, do auxiliar de diretor, Noginel de Moura Pegado, para o diretor Rosalvo Alves Loureiro, Hotel Sul America, São Paulo, PEIA.

¹⁴⁶⁹ *Boletim n.º 379*, 06-10-1938, do diretor Rosalvo para o diretor geral do Departamento de Comunicações e Radio Patrulha, major Newton Santos, PEIA.

¹⁴⁷⁰ *Boletim n.º 375*, 05-10-1938, do diretor Rosalvo para o major Mário Rangel, PEIA.

¹⁴⁷¹ *Boletim n.º 390*, 11-10-1938, do diretor Rosalvo para o secretário da SSP, capitão Sebastião Dalizio Menna Barreto, PEIA.

¹⁴⁷² *Boletim n.º 439*, 29-10-1938, do diretor Rosalvo para o diretor administrativo da SSP, Alfredo Issa, PEIA.

Martins & Cia. a José Lopes Cardoso & Cia., o que pode indicar, talvez, que naquele momento o problema de abastecimento, completamente desastroso nos anos anteriores, tenha sido solucionado. Os ofícios e radiotelegramas de 1940 e 1942, apesar de relataram diversos pedidos incompletos e atrasados, não há comunicações “urgentes” expedidas preservadas que indicam cenários de extrema carestia e racionamento. E a alimentação aos artifices e vigilantes só foram restabelecidas em junho de 1940, “suavizando dificuldades vida esses humildes servidores do Estado”¹⁴⁷³.

Quando foi transformado em Presídio Político, ainda sob a administração de Rosalvo Alves Loureiro, houve uma aparente tentativa da Secretaria da Segurança Pública em formalizar a relação de contrato de vários funcionários, além da contratação efetiva de alguns novos – como visto anteriormente, em alguns momentos eram contratados os “rapazes de Ubatuba”, “camaradas” e “trabalhadores de emergência”. Uma dessas tentativas ocorreu em maio de 1939, com a publicação de lista contendo diversos nomes.

Tabela 39 - Diferença salarial de funcionários civil oficialmente contratados em maio de 1939, mas “que já vêm prestando serviços”

NOME	SALÁRIO	CONTRATO	PRESENÇA ANTERIOR
Antonio Fragoso	300\$000	Artífice	1937
Claudio de Oliveira		Eletricista	1ª ocorrência
João Marques dos Santos		Pedreiro	1ª ocorrência
João Monteiro		Carpinteiro	1939
Sebastião Rodrigues Flor		Pintor	1939
Eduardo Ferreira Lisboa	250\$000	Vigilante	1936
Irineu Moisés de Oliveira		Vigilante	1935
Atilio dos Santos	200\$000	Vigilante	1939
Benedito Henrique dos Santos		Vigilante	1939
Benedito Gabriel Correa	180\$000	Artífice	1938
Durval Lopes		Artífice	1936
Francisco Cruz		Artífice	1938
José Bordine do Amaral		Artífice	1939
Manoel da Costa Ferreira		Artífice	1935
Mário do Amaral		Artífice	1938
Natanaél Aquino		Artífice	1936
Nelson Teixeira		Artífice	1934
Paulo Costa		Artífice	1939
Romão Bernardini		Artífice	1936
Sylas Bordine do Amaral		Artífice	1ª ocorrência

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de: DOSP, 09-05-1939, n.º 102, p. 5.

Muitos da lista que foram classificados como “artífice” desempenhavam, no cotidiano, a tarefa de “vigilante”. Isso não impactava apenas no tipo de serviço, mas também na remuneração. Interessante apontar ainda que os Bordine do Amaral, Amaral, Costa Ferreira, Teixeira e Gabriel Correa são provavelmente todos naturais de Ubatuba ou da Praia da Enseada,

¹⁴⁷³ *Boletim n.º 1139*, 21-06-1940, do diretor Rosalvo para o chefe de polícia, João Carneiro da Fonte, PEIA.

por tanto, provavelmente *caíçar*. Quando da operação do Instituto Correcional da Ilha Anchieta (ICIA), havia uma forte distinção entre os funcionários civis, em sua maioria *caíçar*, e os militares da Força Pública, oriundos de Taubaté ou da capital, que era um ponto de distinção que acirrava as relações sociais na Ilha, além de outras benesses que os militares passaram a acumular em favor de sua categoria profissional, como tempo dobrado e bônus salarial (HORTA, 2013).

E, para o chefe de polícia, o problema da baixa remuneração também levava a um problema da própria segurança:

Cumpra ainda ressaltar o fato de serem os funcionários vigilantes pagas á razão de 180\$000 mensais, o que não permite á administração conseguir elementos capazes de a auxiliar, eficazmente, como seria desejar. Além disso, e apesar do seu número reduzido, são êles desviados para os misteres de auxiliares de várias secções, como serventes.¹⁴⁷⁴

Outro apontamento é, por exemplo, João Monteiro, contratado com o ordenado de 300\$000 na administração de Rosalvo. Sob a administração do diretor João Candido, o funcionário pediu licença de oito dias para ir ao Rio de Janeiro e, após mais de dez dias, ainda não havia regressado. O diretor, ao dar conhecimento da falta do funcionário ao chefe do GI, disse: “É artífice, não conhece arte e não faz falta”¹⁴⁷⁵. Um mês depois, ainda não tendo retornado a Ilha Anchieta e não tendo justificado sua ausência, ficou sujeito à exoneração¹⁴⁷⁶. Interessante apontar que os demais funcionários que recebiam 300\$000 não aparecem em nenhum outro documento preservado, apenas os demais vigilantes e artífices. E a exceção, Antonio Fragoso, teve seu desligamento pedido pelo diretor, “em virtude de não prestar serviços aqui e atualmente prestando serviço nesse GI”¹⁴⁷⁷.

Ainda, no que diz respeito à nova diretoria, agora militar, é possível que tal relação tenha ficado mais hostil com o tempo, senão no agregado, mas em situações específicas. Com o novo diretor major João Candido Zanani, um de seus primeiros atos foi determinar que os pagamentos dos funcionários fossem feitos pela Coletoria Estadual de Ubatuba, citando nominalmente os funcionários José Teixeira Pinto, Ireno Soares Pinto, José Fraga Costa e o comissionado e mais próximo de Rosalvo, José Theodolino Rocha, que iam até a capital para receberem seus ordenados, o que “prejudicava a bôa marcha dos serviços”¹⁴⁷⁸. Semanas depois,

¹⁴⁷⁴ *Relatorio das atividades da Policia Civil, no exercicio de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado*, pelo chefe de polícia Dr. João Carneiro da Fonte, São Paulo, 1940, p. 679-680, NBH/APESP.

¹⁴⁷⁵ *Oficio n.º 323/40*, 22-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁷⁶ *Oficio n.º 413/40*, 20-12-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁷⁷ *Oficio n.º 351/40*, 29-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁷⁸ *Oficio n.º 32/40*, 09-08-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

determinou ainda que todas as comunicações de caráter particular seriam transmitidas “a critério do Diretor, que visará dita comunicação, julgando-a razoável”. Segundo o major João, era necessário “o visto das transmissões em geral, sem exceção, neste Presídio, visando tão somente a boa ordem do serviço”¹⁴⁷⁹.

Porém, outra medida que deve ter agradado os vigilantes foi a dinâmica das diárias: para cada escolta que um vigilante fazia até a capital tinha direito a uma “gratificação” de 15\$000 a diária, sendo praxe a solicitação de dez diárias, totalizando 150\$000 por escolta, mesmo que o trajeto não tivesse sido realizado em dez dias¹⁴⁸⁰.

8.5.2 A presença de “famílias dos presidiários” e a “liberdade condicional”

O interventor Adhemar de Barros em seu relatório sobre as atividades relativas ao ano de 1940, afirmou que, dentre os diversos prédios existentes na Ilha Anchieta, “residem, atualmente, sete famílias dos presidiários”¹⁴⁸¹. Com “desejos manifestados” em tornar o “Presídio em uma Escola de Regeneração”, o então diretor major João Candido Zanani passou a conceder a “liberdade condicional”. Porém, “regimem imposto a esses presidiarios condicionais foi estabelecido em caracter precário, constando em Boletim”¹⁴⁸² – ou seja, provavelmente tratava-se de uma liberdade garantida pela figura única e exclusiva do diretor e não do Judiciário, até porque não eram condenados, além de que a precariedade estava ligada também às próprias condições materiais de subsistência para aquelas famílias.

A primeira família identificada era composta por Antonio Bianchi, posto em “liberdade condicional” em 22 de agosto de 1940, quinta-feira. “Sendo que este pretende trazer sua família, o que poderá desde já ser providenciado”, vez que não só havia localizado uma casa abandonada no Saco Grande, como os reparos já estavam sendo finalizados¹⁴⁸³. Em outubro a esposa de Antonio já estava morando na Ilha Anchieta¹⁴⁸⁴.

A segunda família identificada era composta por Joaquim Simeão Pereira Lacerda, “cuja esposa já falou com V.S. [chefe do GI], tendo até falado com a Exma. Snra. D. Eleonor Pereira de Barros, segundo carta por mim censurada”, expressando o desejo de residir na Ilha

¹⁴⁷⁹ *Ofício n.º 49/40*, 18-08-1940, do diretor major João Candido para o diretor do Departamento de Comunicações de Radio Patrulha, delegado Vennancio Ayres, PEIA.

¹⁴⁸⁰ *Ofício n.º 282/40*, 09-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁸¹ *Relatório* apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal em São Paulo, 1940, p. 113, HDB/FBN.

¹⁴⁸² *Ofício n.º 66/40*, 22-08-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴⁸³ *Ofício n.º 66/40*, 22-08-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴⁸⁴ *Ofício n.º 202/40*, 07-10-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

Anchieta com toda a família. Joaquim trabalhava na olaria e possuía “bom proceder”, paradoxalmente, apesar de ser “presidiário”, respondeu pelo crime de estelionato “e foi absolvido”¹⁴⁸⁵. A situação de Joaquim foi solucionada pelo próprio tenente-coronel Euclides, “que o incluiu na folha de engenharia, onde já figurava como operário, com o ordenado mensal de 100\$000, fornecendo este Presidio 120\$00 de gêneros na base estabelecida por V.S. para os artífices e vigilantes” – sendo que, em verdade, “vem desempenhando bem as obrigações de auxiliar de vigilante”¹⁴⁸⁶. Ou seja, a diferença de salário entre Joaquim, um “presidiário” em “liberdade condicional” e “auxiliar de vigilante” era de apenas 80\$000 para um artífice contratado, geralmente um morador de Ubatuba ou principalmente da Enseada, ou até mesmo *caiçaras* que eram moradores da Ilha Anchieta, tal como o funcionário Antonio Gabriel Corrêa. Em dezembro, sua esposa e filho já moravam na Ilha Anchieta¹⁴⁸⁷.

A terceira possivelmente identificada se trata de José Camara, “que antes não havia concordado com a vinda de sua família e agora acquiesceu”, autorizando o diretor a vinda de toda família, vez que “mais dias menos dias terei uma casa, próximo ao Presidio, conforme seu desejo”¹⁴⁸⁸.

A quarta possível família é a de Nagib Sadala, “ótimo mestre marceneiro e aqui está recluso há 9 meses”, casado, com dois filhos e com residência na orla de Copacabana, no edifício “Evers” na Avenida Atlântica, n.º 320. O próprio diretor concedeu autorização para que Nagib providenciasse a construção de sua casa na Ilha Anchieta¹⁴⁸⁹.

A quinta possível família é a do “presidiário João Francisco de Oliveira, compositor e regente do *Jazz Anchieta*”¹⁴⁹⁰, viúvo e com uma filha de 7 anos morando com a avó, João era de Santos, do bairro do Macuco. “Pae amoroso deseja sua filha para perto de si, e, como não deseja mais sair da Ilha pede o favor de encaminha-la para aqui, pois, sendo alfaiate também, pretende ensina-la corte e costura”. O diretor também consentiu e detalhou como seria a resolução:

O desejo desse presidiário póde ser satisfeito, por isso que a menor ficará a cargo de um vigilante casado que não tem filhos, de quem receberá a necessaria assistencia, podendo seu progenitor, a quem se concederá liberdade condicional, em dias

¹⁴⁸⁵ *Ofício n.º 129/40*, 13-09-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁸⁶ *Ofício n.º 241/40*, 28-10-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁸⁷ *Ofício n.º 379/40*, 08-12-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴⁸⁸ *Ofício n.º 139/40*, 16-09-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴⁸⁹ *Ofício n.º 338/40*, 25-11-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴⁹⁰ Banda que nos anos 1940 e 1950 tocava em diversas ocasiões públicas e particulares na Ilha Anchieta (HORTA, 2013), o conjunto foi formado pelo diretor major João Candido, assim como as necessárias providências para a compra de vários instrumentos musicais.

determinados pela Diretoria, visita-la até que se possa instalar fora do pavilhão, a embrionária alfaiataria, onde então o pae ensinará sua filha no ofício.¹⁴⁹¹

Mais de um mês depois, o delegado regional de Santos comunicou ao chefe do GI que a mãe de João Francisco, avó da criança de sete anos, declarou “que nada tem a opôr ao pedido de seu filho”¹⁴⁹².

A sexta possível família é a do “presidiário Sebastião Francisco de Rezende”. Com esposa e um filho morando na Avenida Maria Carlota, na Vila Esperança, solicitou ao diretor a “bondade de mandar providenciar a vinda de sua família”. Autorizando, informou ainda que “passará a residir dos lados do Leste, onde, aproveitando a fertilidade da terra incrementará o plantio de cereais, para consumo do Presidio”¹⁴⁹³.

E a sétima família, a terceira a ser devidamente confirmada, trata-se do núcleo composto pelo “condicional José Bittencourt aqui residente com sua familia”¹⁴⁹⁴.

Porém, mais foram localizadas. O “presidiário Cicero Frago”, “trabalhador e ótimo comportamento”, desejando residir na Ilha com sua esposa e filhos, moradores da Mooca, “iniciou a construção de sua casa, sosinho”¹⁴⁹⁵. E outro, Alfredo Leandro, “excelente trabalhador e ótimo estofador”, pretendia corresponder com sua esposa para combinarem “oficialmente para residir nesta Ilha”¹⁴⁹⁶. E tal prática foi mantida pelo diretor até, pelo menos, o final de 1942.

8.5.3 Violência sexual: casamento como reparação

R., *D.* e *M.* provavelmente eram irmãos, todos assinavam o mesmo sobrenome, moravam na Ilha Anchieta e há registros trabalhavam na Colônia desde, pelo menos, 1935. *R.*, que durante a época do “sob sigilo” era vigilante, em 1938 foi contratado para “prestar serviços de auxiliar na officina mecanica”¹⁴⁹⁷ e depois novamente como vigilante¹⁴⁹⁸. Já *M.*, aparece contratado como “trabalhador de emergência” em dezembro de 1935¹⁴⁹⁹ e depois também como artífice efetivo em dezembro de 1939¹⁵⁰⁰.

¹⁴⁹¹ *Oficio n.º 342/40*, 26-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁹² *Oficio n.º 6436*, 16-12-1940, do delegado regional de Santos, Luiz Gonzaga Mendes de Almeida, para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, caixa 552, Acadepol/APESP.

¹⁴⁹³ *Oficio n.º 347/40*, 28-11-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁴⁹⁴ *Oficio n.º 392/40*, 14-12-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁹⁵ *Oficio n.º 399/40*, 15-12-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁹⁶ *Oficio n.º 387/40*, 13-12-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁴⁹⁷ *Correio Paulistano* (SP), 07-07-1938, n.º 25.253, p. 3, HDB/FBN.

¹⁴⁹⁸ *Correio Paulistano* (SP), 18-03-1939, n.º 25.469, p. 4, HDB/FBN.

¹⁴⁹⁹ *Radiotelegrama n.º 5/923*, 12-12-1935, do diretor major Newton Santos para o comerciante Francisco Maciel Leite, Praia da Enseada, PEIA.

¹⁵⁰⁰ *DOSP*, 05-12-1939, n.º 277, p. 7.

Entretanto, os irmãos também conheceram o outro lado da sua atividade profissional. *D.*, em 1935, teve sua prisão decretada pelo delegado de Ubatuba, pronunciado por agressão física “sem derramamento de sangue”¹⁵⁰¹, enquanto *R.*, em 1940 e aos 37 anos, foi alvo de uma sindicância que investigou o desvio de mercadorias do almoxarifado e a receptação dessas por parte de funcionários¹⁵⁰², ocasião na qual foi suspenso por quinze dias¹⁵⁰³. Interessante notar que tais funcionários públicos, provavelmente, cometeram mais crimes devidamente confirmados do que os próprios civis detidos sobre os quais exerciam seus poderes de vigilância.

Na segunda semana de novembro de 1940, na madrugada de domingo para segunda-feira, o funcionário *M.*, então com 24 anos, “abusou da menor” *B.* “Orfam de pai”, *B.* trabalhava como “empregada” na casa do enfermeiro José Fraga Costa¹⁵⁰⁴. Na terça-feira (12), ao tomar conhecimento da denúncia, o diretor ordenou a detenção de *M.* no quartel do destacamento e comunicou ao delegado de Ubatuba que havia ocorrido um “ato de atentado contra o pudor”, solicitando a presença do delegado para “as necessárias providencias legais, e possíveis providencias desta Diretoria”¹⁵⁰⁵. Na quinta-feira (14), o delegado e médicos dos postos de São Luiz e Ubatuba, “juntamente com os médicos da Ilha” – Ismael de Sá Júnior (chefe do Serviço de Saúde) e Jayme de Arruda Filho – “precederam ao necessário exame”.¹⁵⁰⁶

M. ficou detido até 25 de novembro, quando “o culpado declarou casar-se com a vítima”, enviando-o a Ubatuba “afim de reparar seu mal, para o qual a autoridade competente concedeu-lhe o prazo de 15 dias”¹⁵⁰⁷. Com o casamento consumado e a certidão enviada para o Gabinete de Investigações¹⁵⁰⁸, o inquérito policial foi suspenso pelo delegado de Ubatuba, Lucio Vieira¹⁵⁰⁹.

Importante ressaltar que o diretor solicitou “exame e abertura do inquerito regulamentar, pois trata-se de moça menor de 18 anos e orfam de pai”, levantando sério questionamento para a possibilidade de, caso maior de idade, o mesmo inquérito ter sido instaurado. Retrata também, no recorte, não só o aspecto de gênero em relação ao exercício profissional da Medicina, mas a possível situação de não acolhimento e constrangimento da

¹⁵⁰¹ *Ofício* da Delegacia de Polícia de Ubatuba, 23-11-1935, do delegado Nelson Teixeira para o diretor major Newton Santos, PEIA.

¹⁵⁰² *Termo de Declaração*, autos de sindicância, 23-01-1940, PEIA.

¹⁵⁰³ *Conclusão*, autos de sindicância, 26-01-1940, pelo diretor Rosalvo Alves Loureiro, PEIA.

¹⁵⁰⁴ *Ofício* n.º 302/40, 25-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁵⁰⁵ *Ofício* n.º 294/40, 12-11-1940, do diretor major João Candido para o delegado de Ubatuba, Lucio Vieira, PEIA.

¹⁵⁰⁶ *Ofício* n.º 302/40, 25-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁵⁰⁷ *Ofício* n.º 302/40, 25-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁵⁰⁸ *Ofício* n.º 344/40, 27-11-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

¹⁵⁰⁹ *Ofício* n.º 398/40, 15-12-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

vítima frente ao copo médico. O fato, mesmo chegando a importantes autoridades policiais, revelam a relação de uma vítima com o poder público competente para a resolução favorável de seu caso, mas recai no desfecho do casamento imposto a vítima, obrigada a casar-se com o seu agressor, assim como a suspensão do inquérito policial que investigava aquele que a violentara¹⁵¹⁰.

Compreender historicamente como as relações sociais foram se constituindo será de grande importância para qualificação das análises sobre a sociabilidade da Ilha Anchieta nas décadas que se seguiram. Identificar a existência de “creado” e “empregado” e sem nenhum tipo de remuneração, auxilia na compreensão das formas de exploração que foram desenvolvidas desde a direção do major Newton Santos, à regulação realizada pelo major João Cândido Zanani a até chegarmos nas relações de trabalho doméstico que estavam em voga durante os momentos que antecederam a “rebelião” de 20 de junho de 1952. Importa também não apenas atentar para fatos tão importantes, tais como a ida de familiares de “libertos condicionais” e questionar como isso interferiu nas relações cotidianas, mas também compreender todo o drama vivenciado por funcionários civis e militares e como foram sendo constituídas as distinções entre as classes, que ao longo de toda a existência da instituição vivenciou práticas de corrupção e conflitos, inclusive armados, entre o corpo de atores estatais, uma constante até mesmo depois do fechamento da Colônia Agrícola em 1955.

¹⁵¹⁰ É importante mencionar que as mulheres que viviam na Ilha Anchieta possuíam outras sérias questões. O ex-diretor coronel Paulo Vianna (1986, 1987) descreveu, por exemplo, como algumas eram submetidas a cintos de castidade confeccionados com latas de óleo e cadeado, o que dão um cenário extremamente hostil e violento, principalmente doméstico, à qual estavam sujeitas.

9. CAPITALISTAS FASCISTAS, MILITARES INTEGRALISTAS E UM VIGILANTE VAI A ALEMANHA

[...] que o depoente sempre foi tratado com desatenção por parte do tenente Hely, pelo facto de elle não ser integralista; o tenente Hely formou no Destacamento um ambiente integralista de tal forma que até certas praças passaram a fazer a saudação integralista, proferindo a palavra “Anauê”, ao invés de fazer a continência militar regulamentar [...] Luiz Captura até riscava no chão, nos lugares de passagem, o emblema adoptado pelos integralistas [Σ]; que o tenente Hely correspondia a saudação “Anauê”, também com gesto integralista levantando a mão espalmada para cima, no lugar de fazer a continência militar [Cabo Alcides Alves do Amaral, Ilha Anchieta, 1938].¹⁵¹¹

Figura 97 - *Anauê!* Plínio Salgado e a “saudação integralista”



Fonte: *Integralismo.org.br*.

A colônia penal da Ilha Anchieta estava conectada de distintas formas ao contexto da sua época. Na face econômica, pelo menos dois empresários italianos fascistas venderam suas mercadorias para o presídio e a outras repartições da Secretaria da Segurança Pública. Na face administrativa, houve uma composição da diretoria (1938-1940) que, segundo um padre alemão, admirava Adolph Hitler¹⁵¹². Na face da segurança militar e de vigilância do presídio e de toda a ilha em si, a presença de militares da Força Pública fichados como integralistas e pertencentes a Ação Integralista Brasileira (AIB), tenente, sargentos, cabos e soldados. E para que não faltasse abrangência aos quadros de funcionários, houve um vigilante chefe também pontuado como “propagandista da causa do Eixo” e um outro vigilante, um *Deutschbrasilianer*, militar reformado da Força Pública que, ainda como contratado da Colônia Correccional e em comissão na Superintendência de Ordem Política e Social (SOPS), viajou para a *Heimat* [Pátria Mãe] em 1937.

¹⁵¹¹ Depoimento do cabo Alcides Alves do Amaral, testemunha, então com 26 anos, natural de Redenção/SP, casado e morador de Ubatuba; Apelação n.º 294 de Heli Fernandes da Camara, Processo Crime n.º 532, 25-05-1938. TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 31.

¹⁵¹² BEIL, Johannes. In *Urwald und Großstadt Brasiliens: Ein Menschenleben im Dienst der Seelsorge und der sozialen Entwicklung*. São Paulo, Aalen Eigenverlag des Verfassers, 1967.

Tabela 40 - Militares integralistas confirmados, funcionários civis apontados e um funcionário descendente alemão em caso atípico (1931-1942)

Militares integralistas da Força Pública destacados na Ilha Anchieta			
NOME	PATENTE	ANO	PROCEDÊNCIA
Hely Fernandes Câmara	Tenente Comandante	1935/1936	
Benedito Carlos da Silva	Sargento	1935/1936	6° B.C.
João Barbosa dos Santos	Soldado	1935	5° B.C.
Funcionários citados pelo padre alemão Johannes Beil (1967): “altos funcionarios entusiasmados com Hitler”			
NOME	CARGO	ANO	PROCEDÊNCIA
Portugal de Souza Pacheco	Sargento/Vigilante/ Chefe Disciplina	Set/1938 a jun/1952	5° B.C.
Hermínio Silva	Soldado	1940	5° B.C.
Anatolio Ribeiro dos Santos	Cabo Radiotelegrafista	1941/1942	
Miguel Petraglia	1° Cabo	1941/1942	5° B.C.
Benedito Guatura da Silva	Soldado	1941/1942	5° B.C.
Funcionários citados pelo detido Sebastião Marzagão de Campos (1942): “propagandista do Eixo”			
NOME	CARGO	ANO	PROCEDÊNCIA
Rosalvo Alves Loureiro	Diretor	1938 a jul/1940	Três Corações/MG
Noginel Moura Pegado	Auxiliar de Diretor	1938 a jul/1940	Sant’Anna do Paranaíba/MT
Funcionário identificado em situação peculiar			
NOME	CARGO	ANO	PROCEDÊNCIA
José Martins	Vigilante e Chefe Carceragem	1933 a 1935; 1938 a 1942	Gabinete de Investigações
Sd. Refm. “Natalino Verzenhase”	Vigilante Chefe	1940 a 1942	Gabinete de Investigações
Sgt. Refm. Harry Müller	Vigilante	1935 e 1936	Guarda Noturna

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do arquivo PEIA; do Dossiê 50-D-18, filme 0721 (DEOPS/APESP); dos prontuários n.º 69.822, 69.824 e 82.619 (DEOPS/APESP); de um processo do Tribunal de Segurança Nacional (TSN, BR RJANRIO C8.0.APL.290); de relação de lista de passageiros do vapor Itaipava, do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (Arquivo Nacional); Beil (1967); e carta de Sebastião Marzagão de Campos (20-03-1942, OACP1940.01.18, CPDOC/FGV).

9.1 Os capitalistas fascistas e a Ilha Anchieta

Entre o início da República a até 1939, mais de quatro milhões de imigrantes vieram para o Brasil, contingente do qual 34% era composto por italianos¹⁵¹³, com a estimativa de que cerca de 600 mil residiam no Brasil em 1902¹⁵¹⁴. O estado de São Paulo, por si só, foi

¹⁵¹³ NUGENT, 1995, p. 125 *apud* TRUZZI, 2016, p. 21.

¹⁵¹⁴ MORTARA, 1950, p. 323-336 *apud* TRUZZI, 2016, p. 21.

responsável por receber cerca de 70% dos italianos que migraram entre 1870-1920¹⁵¹⁵, majoritariamente procedentes do norte da Itália, como a região do Vêneto¹⁵¹⁶, atingindo no censo de 1920 a marca de 400 mil italianos habitando o estado paulista, na qual a maioria (77%) dirigiu-se para o interior (TRUZZI, 2016, p. 23). Portanto, cerca de 120 mil italianos habitavam a capital em 1920, correspondendo a cerca de 20% de sua população, não contabilizando aqui os filhos de italianos já nascidos em solo brasileiro¹⁵¹⁷.

Nesse processo de formação indenitária de uma *italianidade no exterior*¹⁵¹⁸, Oswaldo Truzzi (2016) destaca os elementos que vão pautando essa construção, tal como o surgimento de uma identidade racializada, a assimilação do preconceito racial e a construção de uma ética do trabalho, dotando-a de valor positivo, individualista e pouco coletivista. Aponta também o autor que, mesmo com o surgimento de associações mutualistas na capital e no interior, a união de italianos em torno de uma identidade étnica enfrentava dificuldades e somente se alterou com o advento do fascismo na terra de origem. Segundo Truzzi (2016), com a chegada de Benito Mussolini ao poder em 1922, o governo passou a redefinir sua postura perante as comunidades italianas no estrangeiro, comunidades estas que se viam até então abandonadas pela sua pátria – não à toa o *Fascio* possuía um estatuto de como o movimento

¹⁵¹⁵ ALVIM, 1986, p. 118 *apud* TRUZZI, 2016, p. 22.

¹⁵¹⁶ FRANZINA, 2006 *apud* TRUZZI, 2016, p. 33. Oswaldo Truzzi (2016) destaca que São Paulo recebeu fluxos de italianos de procedências regionais diversas, apesar da predominância daqueles vindos do norte italiano, como a Lombardia e Vêneto. Ressalta o autor também ao apontar que regiões do sul também contribuíram de forma expressiva como a Campânia e Calábria, sendo tais regiões responsáveis por cerca de 60% do fluxo de emigrantes entre 1876-1920 (2016, p. 34). Ao analisar o caso do município de São Carlos, Truzzi (2016) ao analisar os registros paroquiais de casamento identificou conjugues originários de todas as vintes regiões italianas, quatorze destas contando com mais de cinquenta indivíduos na cidade interiorana – dando uma amostra da heterogeneidade que constituiu um dos aspectos da experiência da identidade étnica e seus percursos na realidade do interior paulista.

¹⁵¹⁷ Segundo o Censo de 1920 a população da capital São Paulo era de 579.033 pessoas – *Recenseamento de 1920: 4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das industrias*. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, Directoria Geral de Estatistica, realizado em 1-09-1920, volume IV, População. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1929. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>>.

¹⁵¹⁸ Para Oswaldo Truzzi (2016), é temerário falar em uma *italianidade* trazida para São Paulo pelos recém chegados: a investigação sobre os processos em torno da construção indenitária deve ser compreendida *no estrangeiro* e como foi formulada a partir de então, vez que deve-se levar em conta o recente processo de unificação italiana, as diferenças culturais entre o Norte e o Sul, as diferenças de desenvolvimentos regionais que foram historicamente distintas, inclusive a ausência de uma língua nacionalmente praticada devida a presença de dialetos próprios a cada região – o que resultou em experiências heterogêneas e em desigualdades econômicas e sociais, dentro e fora de associações de assistência criadas por italianos nos diversos municípios paulistas, congregando indivíduos de origem regional e credo ideológico distintos, o que ocasionava uma sociabilidade fragmentada e muitas vezes não harmônica. Portanto, nesse processo de formação indenitária alguns elementos passam a surgir, como a identidade radicalizada e assimilação do preconceito racial, quando passa a haver o choque na hieraria social entre os proprietários rurais, os italianos e os negros até recentemente escravizados; outro elemento foi a construção de uma ética do trabalho, uma ideologia baseada em sucessos individuais e dotando o trabalho de valor positivo, mesmo que pouco coletivista e mais individualista.

fascista deveria ser estruturado no estrangeiro¹⁵¹⁹. A transformação da Itália em uma potência europeia e a invasão contra o Império Etíope em 1936 provocavam entusiasmo perante esse novo lugar que o país, fascista, ocupava. Na capital e no interior, apesar das diferenças associativas, o progressivo aparelhamento das associações italianas por militantes fascistas, apoiados pela estrutura consular, ganhava abrangência frente a uma maioria de indiferentes e poucos antifascistas, que passaram a disputar o sentido da italianidade (TRUZZI, 2016, p. 103).

Em um momento em que é criada a Ação Integralista Brasileira (1932), em uma evidente cópia estrutural, estética e ideológica nazifascista, João Fábio Bertonha (2001) destacou o peso do aspecto geracional, ao afirmar que aqueles filhos de italianos nascidos em terras brasileiras declaravam-se mais como integralistas do que fascistas, apesar de, como apontado por Truzzi (2016, p. 105-106),

É provável que, no contexto do interior paulista, ambos os movimentos caminhassem juntos, em parte porque as sociedades eram menores e menos diferenciadas que na capital, em parte porque o integralismo se inspirou e aproveitou muitos elementos doutrinários (corporativismo, fortalecimento do estado, educação militante da juventude, centralismo e desconfiança da democracia) e simbólicos (coreografia das saudações e das manifestações, festivais de ginástica e uniformes, carisma do líder etc.) do fascismo italiano, o que fortalecia a identidade ideológica entre ambos.

Na esfera das elites e do mercado capitalista, os industriais e negociantes em geral, principalmente aqueles que possuíam casas importadoras na capital e no interior de São Paulo, estavam mais sujeitos ao nacionalismo fascista, fosse por uma questão de pertencimento àquela comunidade, onde a noção oficial de italianidade havia se fundido ao fascismo, ou por vantagens econômicas nas atividades comerciais¹⁵²⁰, ou, inclusive em relação às elites italianas locais, maior liderança frente à comunidade étnica e perante a sociedade em geral (BERTONHA, 2001, p. 171). É nesta chave que aparecem, por exemplo, os condes Nicolau Scarpa, Francesco Matarazzo e Rodolfo Crespi, industriais que adquiriam títulos nobiliárquicos junto ao Partido Fascista e ao Vaticano e que também auxiliaram os esforços de guerra de Mussolini na invasão ao Império Etíope (BERTONHA, 2001).

9.1.1 Algumas casas comerciais fornecedoras para a Ilha Anchieta

Diversas empresas supriam as necessidades da ilha: mantimentos, medicamentos, vestuários, materiais de construção etc. eram feitos, geralmente, através de concorrência pública

¹⁵¹⁹ *Statuto dei Fasci Italiani all'Estero*, Secretaria Generale dei Fasci Italiani All'Estero. Anexado ao prontuário em 28-12-1942, Chefia do SS [Serviço Secreto], pront. n.º 27.804, v. 1, "Fascio de São Paulo", DEOPS/APESP.

¹⁵²⁰ HUTCHINSON, BERTRAM et. al., 1960, *apud* TRUZZI, 2016, p. 106-107.

a partir de editais publicados pela Secretaria da Segurança Pública, constantemente alterados, assim como as empresas fornecedoras. Em outros casos, a própria direção fazia uma prospecção dos valores junto a algumas casas comerciais e depois da compra pediam para que as faturas fossem remetidas para a capital.

De Santos, a *Antonio Domingues Pinto & Cia*, *Monteiro Santos & Cia*, a *Passos Carvalho & Cia* proviam os mais variados itens. As empresas de navegação, tão fundamentais para o abastecimento eram muitas: a *Cia Commercio e Navegação Pereira Carneiro & Cia Ltda.*, a *Cia Santense de Navegação*, a *Cia de Navegação Lloyd Brasileiro*, a *A. M. Teixeira & Cia* e a *Vergara Fernandes & Cia*. Da capital, vários endereços surgem: do Brás, a *Vicente Noce & Cia*; da Liberdade, a *Sudan* fornecia os cigarros através de pedidos feitos pelos diretores; da Sé, a *V. Morse & Cia*; da Rua São Bento, a *Elekeiroz S. A.* e *Casa Lohner S. A.*; da Rua Florência de Abreu surgem a *Angelo Sestini & Cia* e a *Adolpho Droghetti & Filhos*. Em alguns momentos, algumas dessas mesmas empresas forneceram simultaneamente para outros locais na capital, como a Cadeia Pública – mas não era regra, pois os editais para a Ilha Anchieta às vezes ocorriam em separado devidas às necessidades de transporte e taxas adicionais.

Dessas empresas, ao menos três possuíam italianos à sua frente. A empresa *Angelo Sestini & Cia*, por exemplo, era composta pelos sócios Angelo e seu filho Armando¹⁵²¹, estabelecidos na Rua Florêncio de Abreu e tiveram sua falência decretada em março de 1937¹⁵²². Segundo Alexandre Chaves (2011), Ângelo Sestini, nascido em Lucca, na região da Toscana, era um capitalista¹⁵²³ com vínculos de amizade com o psiquiatra Francisco Franco da Rocha. Relação essa que garantiu a Ângelo, proprietário de um armazém na zona norte paulistana, fornecimentos para o então Asilo de Alienados do Juqueri. Para impulsionarem os negócios familiares adquiriram uma propriedade nas proximidades da Estação Férrea e do Asilo e ali instalaram gradualmente uma fábrica de linhas (CHAVES, 2011, p. 38). Em 1934, quando há prova de sua relação comercial com a Colônia Correccional da Ilha Anchieta, estavam situados também em um sobrado na Rua Florêncio de Abreu¹⁵²⁴, relação mantida no ano de 1935.

¹⁵²¹ Armando nasceu em 10-10-1892 e na década de 1940 foi fichado pela Delegacia de Ordem Política e Social como viúvo, industrial e com residência na Rua Marquês de Itú – Pront. n.º 9.403, DEOPS/APESP. Provavelmente Armando foi casado com Anita Sestini e seu filho, Alfredo Sestini, foi fichado pela mesma delegacia em 1944 (Pront. n.º 45.955, DEOPS/APESP) e formou-se pela Faculdade de Direito em 1948.

¹⁵²² *Correio de S. Paulo* (SP), 15-03-1937, n.º 1.449, p. 6, HDB/FBN.

¹⁵²³ Lembrando que na época o termo capitalista era utilizado para se referir a comerciantes e empresários, constando o termo, inclusive, nas fichas do DEOPS.

¹⁵²⁴ *Radiotelegrama n.º 4/59*, 31-01-1934, do almoxarife Manoel Albuquerque Sobrinho para a Angelo Sestini & Cia, PEIA.

Mas ao contrário de Angelo Sestini, outras duas empresas tinham a sua frente capitalistas que apoiavam de forma direta o governo fascista de Benito Mussolini. A primeira delas pertencia ao “comendador” Sabbado Umberto D’Angelo, proprietário da *Fábrica de Cigarros Sudan* no Glicério¹⁵²⁵. Segundo Lucas Florêncio Costa (2015), Sabbado D’Angelo chegou com sua família no Rio de Janeiro entre 1883/1884, indo em direção à cidade mineira de São João del-Rei, onde permaneceu até 1904, mudando-se então, aos 25 anos, para São Paulo. Trabalhando em algumas fábricas, registrou sua primeira firma “Cigarros Barão” em 1912, antes de ser retratado como industriário exemplar na década de 1930, quando faleceu em 8 de dezembro de 1938.

Porém, nesse caminho de ascensão e inserção entre o “povo paulistano”, Sabbado forneceu 5 milhões de cigarros às tropas italianas na Guerra da Abissínia (BERTONHA, 2001, p. 172) – foi também o fornecedor de cigarros para o Presídio Político da Ilha dos Porcos e para a Colônia Correccional da Ilha Anchieta. Em um exemplo, em dezembro de 1934, o major Newton Santos endereçou o seguinte radiotelegrama:

Snr. Sabbado D’Angelo
Rua Glicerio nrs. 51 e 69 Esquina da Rua Sudan [atual Vasco Pereira] S. Paulo
Numero 4/580. Solicito suas imediatas providencias serem embarcados dia 14, na lancha Santense, porto Santos, 40 milheiros de cigarros, destinados esta Colonia, conforme autorização Dr. Chefe de Policia.¹⁵²⁶

Figura 98 - “O grande industrial Commendador Sabbado D’Angelo, o Rei do Fumo de São Paulo”



Fonte: *O Imparcial* (RJ), 29-11-1936, p. 6, HDB/FBN.

Vicente de Noce, por sua vez, proprietário da empresa *Vicente Noce & Cia*, assumiu um outro tipo de atitude. Ao invés de auxiliar as tropas italianas, o que talvez tenha feito, em maio de 1936 ofereceu uma “ágape”, um almoço em homenagem a Benito Mussolini e à campanha fascista na atual Etiópia - invasão italiana iniciada em outubro de 1935 e que duraria

¹⁵²⁵ GUIMARÃES, 1979, p. 82. Interessante notar que o primeiro pedido por cigarros *Sudan* na Ilha Anchieta partiu do subdiretor José Basílio de Almeida, também morador da Liberdade. Há a grafia “Sabaddo”.

¹⁵²⁶ *Radiotelegrama n.º 4/580*, 12-12-1934, PEIA.

até julho 1936, responsável por diversos crimes internacionais, incluindo o uso de gás mostarda (MARQUES, 2008).

Figura 99 - Vicente Noce em almoço de homenagem a Mussolini com o cônsul fascista e o comandante da 2ª RM



Fonte: *Correio Paulistano*, 15-05-1936, n.º 24.558, p. 2.

Em um domingo, 10 de maio, Vicente ofereceu em sua casa de praia em São Vicente um almoço a proeminentes figuras: o cônsul geral da Itália em São Paulo, “comm. Giusepe Castruccio” e sua esposa a marquesa Elisabetta Castruccio. Participaram ainda o membro do *Fascio* de São Paulo, Biagio Fillizola¹⁵²⁷, “nosso colaborador” e “nossos colegas de redação” Anita Ramos e Oswaldo Moles, jornalista santista. Após o almoço, “às 17 horas foi oferecido aos presentes uma finíssima taça de champanhe”, acompanhada de uma oração de saudação oferecida por Biagio ao cônsul e depois, a terminou “com uma entusiástica saudação á Italia e aos italianos que levaram por deante a grandiosa empresa na Africa Oriental”. Depois, discursou o cônsul, agradecendo em particular a Vicente de Noce, a Biagio e “enaltecendo, tambem a victoria da Italia e saudando o Duce e o Embaixador Cantalupo”. Mas não foi o fim. Segundo a reportagem, ainda chegaram à casa de veraneio o comendador Augusto Marinangeli, vice-cônsul em Santos e, ainda mais relevante, o general comandante da 2ª RM, Almério de Moura.

Em 1937, o general Almério de Moura assumiu a 1ª RM no Rio de Janeiro e foi um dos presentes na reunião de 27 de setembro, segunda-feira, que debateu o *Plano Cohen*, que

¹⁵²⁷ Pront. n.º 27.804, v. 2, “Fascio de São Paulo”, DEOPS/APESP.

consistia num planejamento para um golpe militar escrito pelo coronel Olímpio Mourão Filho (servidor do Estado-Maior do Exército e chefe do serviço secreto da AIB) e atribuído falsamente aos “comunistas”, sob alegação de que planejavam uma nova “intentona”. A reunião contou também com Pedro Góis Monteiro (chefe do Estado Maior do Exército), Eurico Dutra (ministro da Guerra), Filinto Müller (chefe de polícia) e outros militares do alto escalão, não por coincidência, quase todos simpatizantes do “Eixo”. No sábado, 30 de setembro, durante o programa de rádio *Hora do Brasil*, trechos selecionados do plano foram divulgados e na manhã seguinte estampados nas primeiras páginas dos jornais cariocas (NETO, 2013, p. 304-305). Na noite de sexta-feira, 1º de outubro, após aprovação do Congresso e do Senado, Getúlio Vargas assinou e decretou o estado de guerra, publicado no dia seguinte¹⁵²⁸.

É possível rastrear os extratos de empenho da seção de contabilidade de Segurança Pública nos diários oficiais do estado. Aparecem, por exemplo, que a empresas de *Vicente Noce* e *Angelo Sestini* recebiam por “despesa de alimentação” na Cadeia da Capital: pelos serviços prestados em janeiro de 1936, a empresa de Vicente, que era pequena se comparada aos frigoríficos de Matarazzo, foi ressarcida na quantia de 33:597\$845¹⁵²⁹. Impossível não pensar como, de forma indireta, o estado paulista foi um patrocinador de setores da economia que não só apoiavam a guerra de Mussolini na invasão ao Império Etíope, mas como também alimentavam o *Fascio* em São Paulo e as manifestações da AIB na capital e no interior, vez que tais capitalistas financiavam as atividades dessas associações.

9.2 A viagem do vigilante Harry Müller (1934-1937)

1º de novembro de 1934, quinta-feira. O já reformado¹⁵³⁰ 3º sargento do Regimento de Cavalaria da Força Pública de São Paulo¹⁵³¹, Harry Müller, chegou à região central da cidade São Paulo. Provavelmente desembarcando de alguma linha de bonde que chegava até a Praça da Sé, Harry caminhou em direção à Praça João Mendes, onde podia observar à sua direita o prédio da Assembleia Estadual e à sua frente a Biblioteca Pública.

Continuando sua caminhada, atravessou o então Largo 7 de Setembro e chegou à Rua da Liberdade. A andança era feita com o intuito de ser identificado para ingressar nas

¹⁵²⁸ BRASIL, Decreto n.º 2.005, 02-10-1937. “Declara, pelo prazo de noventa dias, equiparada ao estado de guerra, a comoção intestina grave, em todo território nacional”.

¹⁵²⁹ DOSP, 05-02-1936, n.º, p. 4, DEOPS/APESP.

¹⁵³⁰ Em seu prontuário do DEOPS é identificado como “sargento reformado Milícia Estadual”, pront. n.º 19.960, “Harry Muller”, DEOPS/APESP.

¹⁵³¹ Em 1931, ainda na ativa, possuía tal patente (DOSP, 15-09-1931, n.º 212, p. 3).

fileiras da Guarda Noturna¹⁵³², então comandada pelo delegado e superintendente Antonio Braulio de Mendonça Filho.

Figura 100 - Rua da Liberdade, 1937 – ao fundo o então Largo da Liberdade¹⁵³³



Fonte: Instituto Moreira Salles (IMS), coleção e foto de Claude Lévi-Strauss, imagem 003LS037.

Prosseguindo, caminhou pela Praça da Liberdade até chegar aos arredores do Largo da Pólvora, provavelmente cruzando vez ou outra com bondes se deslocando para a Villa Mariana, vacas e cavaleiros. Dali já era possível avistar o quartel da Guarda Noturna (GN), local que serviu como Presídio Político do homônimo bairro¹⁵³⁴. Em sua frente, os “grilinhos” se mostravam de prontidão, com seus uniformes inteiramente na cor preta e suas motocicletas recém adquiridas estacionadas¹⁵³⁵. Mas outra coisa provavelmente chamou a atenção de Müller, natural de Blumenau, com seus 28 anos¹⁵³⁶, 1,74 m, de cútis branca, com seu bigode aparado, cabelos louros e olhos esverdeados¹⁵³⁷: tremulavam, a poucos prédios dali, a suástica e a bandeira alemã no consulado representativo do *Deutsches Reich*¹⁵³⁸.

¹⁵³² *Folha de Antecedentes*, pront. n.º 19.960, “Harry Muller”, DEOPS/APESP.

¹⁵³³ Possível identificar a partir da abóboda da “Casa Almeida & Irmãos”, na então Rua da Liberdade n.º 50 – após a mudança na numeração das ruas na capital passou a ser n.º 42 ao final da década de 1930.

¹⁵³⁴ Tal como apontei no “Mapa dos Presídios e da DOPS”, o presídio político ficava na Rua da Liberdade, n.º 150 ou n.º 159, ambas aparecem em documentos e notícias na imprensa. O presídio virou a sede da Guarda Nocturna em junho de 1934 (*Correio de S. Paulo*, n.º 623, p. 10, HDB/FBN).

¹⁵³⁵ *Correio de S. Paulo* (SP), 16-06-1934, n.º 623, p. 18, HDB/FBN.

¹⁵³⁶ Em seu prontuário a data de nascimento é 24 de janeiro de 1906.

¹⁵³⁷ *Caracteres Cromáticos, etc.*, pront. n.º 19.960, “Harry Muller”, DEOPS/APESP.

¹⁵³⁸ Lembrando que em agosto de 1934, após um referendo nacional, o então chanceler Adolph Hitler foi declarado *Führer* e a República de Weimar [*Weimarer Republik*] deu lugar ao *Deutsches Reich*. O consulado alemão ficava então na Rua da Liberdade, n.º 131 e seu cônsul era Hermann Spelser. Sua jurisdição se estendia sobre todo o estado paulista – menos Santos e em Goiás. Em Santos o cônsul era Otto Ubele (ausente) e o encarregado era Paul Wiesper (DOSP, 20-02-1932, n.º 39, p. 3). Em 1935 o consulado alemão mudou para Rua Conceição, n.º 12, atual Avenida Cásper Líbero (*Correio Paulistano*, 28-07-1935, n.º 24.340, p. 6, HDB/FBN).

Mas a carreira de Harry na GN não prosperou: foi excluído em 11 de janeiro de 1935, por abandono de serviço¹⁵³⁹. Entretanto, em 8 de abril, não apenas já estava trabalhando como vigilante contratado na Colônia Correccional da Ilha Anchieta, mas também pleiteou sete dias de licença, endossado pelo diretor Newton Santos¹⁵⁴⁰. Morando na ilha com sua esposa e provavelmente seu filho de 6 anos¹⁵⁴¹, tudo indica que a relação de permanência da família foi conturbada: em 16 de julho, por algum motivo ainda não compreendido, Harry Müller estava detido por alguma infração e foi posto em liberdade por determinação do comandante do 6º BC, “devendo o mesmo aguardar aqui [na Ilha], a sua sindicancia”¹⁵⁴². Mas tal situação não foi a única. Em 12 de agosto, segunda-feira, “comettera uma falta ‘reincidente’ enquadrando-se em um artigo do R/D. E estando o pessoal reformado da Força Publica sujeito ao nosso Regulamento Disciplinar, foi aquele inferior preso as 8,45h, pelo 2º sargento”¹⁵⁴³.

Dali em diante, poucas notícias. Em setembro de 1935 recebeu o novo uniforme na cor cáqui, destinado aos vigilantes da Colônia¹⁵⁴⁴ e em 26 de abril de 1936 tentou novamente se alistar na Força Pública paulista¹⁵⁴⁵, não obtendo sucesso. Com os brasileiros e imigrantes arbitrariamente e ilegalmente encarcerados na Ilha Anchieta postos em liberdade 16 de julho de 1936, Harry, em 12 de agosto, foi formalmente repassado em comissão para a Superintendência de Ordem Política e Social¹⁵⁴⁶, partindo para São Paulo com toda sua família no dia 18 do mesmo mês¹⁵⁴⁷. E é aqui que começa a peculiaridade do caso Harry Müller.

Em 8 de abril de 1937, uma quinta-feira, provavelmente morando no Pary¹⁵⁴⁸, Harry foi “identificado afim de obter passaporte para a Alemanha”¹⁵⁴⁹ e pouco mais de uma

¹⁵³⁹ *Folha de Antecedentes*, pront. n.º 19.960, “Harry Muller”, DEOPS/APESP.

¹⁵⁴⁰ *Radiotelegrama n.º 5/234*, 08-04-1935, 14h, do diretor Newton Santos para o secretário da SSP, Christiano Altenfelder Silva, PEIA.

¹⁵⁴¹ Única referência ao seu nome foi encontrado em uma relação de passageiros, descrita como “23 anos”, “casada” e “doméstica” - *Relação dos passageiros desembarcados em Santos*, 18-08-1936, Companhia Santense de Navegação, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – SP (Santos)/Arquivo Nacional, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.29648, p. 2.

¹⁵⁴² *Ofício n.º 83*, 16-07-1935, do sargento Benedicto Carlos da Silva, comandante interino do destacamento da Ilha Anchieta, para o diretor Newton Santos, PEIA. O comando do destacamento (“3ª Cia.” do 6º B.C.) nesta época cabia ao 2º tenente Cacildo Mendes Barbosa.

¹⁵⁴³ *Ofício n.º 71*, 12-08-1935, do 2º Tenente Cacildo Mendes Barbosa, comandante do destacamento, para o diretor da Colônia Correccional, major Newton Santos, PEIA

¹⁵⁴⁴ *Ofício n.º 4.517*, 12-09-1935, do diretor do almoxarifado da Secretaria da Segurança Pública, José Augusto Fernandes, para o diretor Newton Santos, PEIA.

¹⁵⁴⁵ *Folha de Antecedentes*, pront. n.º 19.960, “Harry Muller”, DEOPS/APESP.

¹⁵⁴⁶ DOSP, 12-08-1936, n.º 179, p. 3.

¹⁵⁴⁷ *Relação dos passageiros desembarcados em Santos*, 18-08-1936, Companhia Santense de Navegação, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – SP (Santos)/Arquivo Nacional, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.29648, p. 2.

¹⁵⁴⁸ Em outubro de 1937, foi registrado como eleitor do distrito de Pary, indicando provavelmente seu domicílio (DOSP, 27-10-1937, n.º 242, p. 32).

¹⁵⁴⁹ *Folha de Antecedentes*, pront. n.º 19.960, “Harry Muller”, DEOPS/APESP.

semana depois, no sábado, dia 17, ao “vigilante contratado da Colonia Correccional da Ilha Anchieta, comissionado junto á Superintendencia de Ordem Política e Social”, foi concedida uma extensa e atípica licença de “noventa dias para tratar de assunto de seu interesse”¹⁵⁵⁰. Tal linha do tempo faz crer que, de fato, Harry Müller conseguiu viajar para a Alemanha, tendo que se reapresentar até 16 de julho de 1937, quando findaria sua licença¹⁵⁵¹.

Importante destacar a pesquisa de Elizabeth Cancelli (1993, p. 87-92) ao demonstrar as relações e acordos internacionais empreendidos pela Polícia do Distrito Federal comandada por Filinto Müller. Como demonstrou a pesquisadora através da documentação presente no arquivo do Ministério das Relações Exteriores alemão, os primeiros contatos mais sistemáticos entre a polícia brasileira e a polícia secreta alemã, a *Gestapo*, iniciaram-se após novembro de 1935. Visando o combate ao comunismo, acordos de cooperação foram firmados entre as polícias secretas a partir da ida do capitão Afonso Henrique Miranda Correa para Berlim em março de 1937, ocasião na qual o mencionado recebeu no mês seguinte, das mãos do chefe de polícia Heinrich Himmler, comandante da SS [*Schutzstaffel*], a medalha da Ordem da Primeira Classe da Cruz Vermelha¹⁵⁵². Segundo Cancelli (1993, p. 90), o pacto secreto com o estado nazista constava de: troca de conhecimentos sobre o comunismo, anarquismo e outras ideologias; intercâmbio de material, tal como os acordos de extradição; trabalho mútuo entre as polícias mesmo fora de seus países e, por fim, o “encaminhamento de ideais sobre a ação dos policiais para combate e possível execução de comunistas, anarquistas, etc.”.

Portanto, apresentam-se aqui duas hipóteses possíveis: a primeira opção, Harry Müller, um *Deutschbrasilianer*¹⁵⁵³ de Blumenau, militar desde seus 20 anos quando se alistou no Batalhão Escola¹⁵⁵⁴, sargento reformado que, após servir na Ilha Anchieta, tenha ido para a *Heimat* em 1937, buscando se alistar nas fileiras nazistas¹⁵⁵⁵; a segunda opção, mais plausível,

¹⁵⁵⁰ DOSP, 20-04-1937, n.º 86, p. 10.

¹⁵⁵¹ Foram consultadas as listas de passageiro dos vapores que faziam ou que eventualmente fizeram o trajeto de Hamburgo ao Rio de Janeiro/Santos naquele semestre, tais como o *Aegina*, *Cap Arcona*, *General Artigas*, *Raul Soares* e *Windhuk/Santos Maru* – entretanto, até o momento não foi possível localizar o nome de Harry.

¹⁵⁵² Sempre bom lembrar que Himmler foi o responsável direto pela criação dos esquadrões da morte dentro da SS, assim como um dos responsáveis pela criação e manutenção dos campos de extermínio.

¹⁵⁵³ Segundo Ana Maria Dietrich (2007), os *Deutschbrasilianer* eram teuto-brasileiros/alemães-brasileiros, que estavam inseridos na categoria *Auslandsdeutsch*, alemães-estrangeiros. Segundo a historiadora, a concentração de descendentes alemães estava localizada no sul do país e ocupavam uma dúbia posição dentro do esquema nazista internacional: por um lado havia uma recomendação proibindo que *Deutschbrasilianer* ingressassem no partido nazista, mas também interessavam ao III Reich, numericamente e culturalmente. Uma das diferenças marcantes pela distância adotada era baseada no critério da “raça” e pelo local de nascimento, mas possuindo também outras variáveis classificatórias, como o tempo de imigração etc.

¹⁵⁵⁴ *Folha de Antecedentes*, pront. n.º 19.960, “Harry Muller”, DEOPS/APESP.

¹⁵⁵⁵ Em abril de 1936, o jornal *Deutsche Zeitung* publicou um aviso do Consulado Geral da Alemanha convocando os filhos de alemães nascidos no Brasil a prestarem serviço militar na Alemanha, respondida criticamente pelo ministro do exterior José Carlos de Macedo Soares, em 9 de abril de 1936 (*Correio de S. Paulo*, 14-04-1936, n.º 1.175, p. 1).

Harry Müller foi para a Alemanha nazista para algum curso policial. E tal opção se apresenta como mais provável porque já em outubro de 1937, enquanto inspetor da SOPS em Presidente Alves, atuou em conjunto com o delegado daquela cidade em todas as diligências de captura de comunistas: em 22 de outubro, sexta-feira, capturou Miguel Fournier Cano¹⁵⁵⁶; no sábado seguinte deteve o comunista José Garrido e procedeu uma busca e apreensão em sua casa¹⁵⁵⁷; por fim, no dia 27 de outubro, capturou os comunistas Felix Paseto¹⁵⁵⁸ e Francisco Belanga Filho¹⁵⁵⁹. Nos Termos de Declarações dos detidos e demais peças do inquérito, Harry aparece também como “testemunha”, sendo seguro então afirmar que o inspetor enviado de São Paulo esteve também presente durante os depoimentos – interrogatórios estes que, após a “intentona comunista” e o intercâmbio policial realizado com a *Gestapo*, passaram a contar cada vez mais com as “medidas de terceiro grau” (NETO, 2013, p. 262).

Entretanto, algo ainda indefinido ocorreu no final daquele ano. Harry Müller foi afastado da SOPS e ao tentar regressar, em 5 de janeiro de 1938, recebeu a resposta informando que não era possível atender “em face das disposições da lei”¹⁵⁶⁰. Mais de um ano depois, em julho de 1939, tornou a fazer parte dos quadros da Guarda Noturna e também foi readmitido como inspetor contratado da SOPS no segundo semestre de 1940¹⁵⁶¹. Porém, em uma reviravolta, em junho de 1941 foi excluído da GN “por baixa a pedido” e mudou para Santos onde foi novamente identificado em agosto daquele ano¹⁵⁶².

¹⁵⁵⁶ TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.125, v.1, p. 97.

¹⁵⁵⁷ TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.125, v.1, p. 103.

¹⁵⁵⁸ TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.125, v.1, p. 160.

¹⁵⁵⁹ TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.125, v.1, p. 161.

¹⁵⁶⁰ DOSP, 13-02-1938, n.35, p. 8.

¹⁵⁶¹ *Folha de Antecedentes*, pront. n.º 19.960, “Harry Muller”, DEOPS/APESP.

¹⁵⁶² Oportuno lembrar que o consulado do Reich em Santos era autônomo em relação ao de São Paulo e havia contato entre aquela delegacia regional com autoridades alemãs e também sociedades culturais. Em um exemplo, em abril de 1935, após a aprovação da Lei de Segurança Nacional, o então delegado Pedro de Alcântara Carvalho de Oliveira foi convidado pelo cônsul nazista para assistirem a um festival popular em homenagem ao Dia do Trabalho, eis a resposta: “do qual consta uma sessão solmne às 18 horas de 1º de Maio, na sédo do Schützenverein Santos no Bugre. Muito grato pela atenção, valho-me desta opotunidade para mais uma vez renovar a V. Excia. os meus protestos de elevado apreço e mui distinta consideração” (*Oficio n.º 1.248*, 26-04-1935, caixa 523, Acadepol/APESP). Segundo Alice Assmann e Janice Mazo (2013, p. 517), *Schützenverein* eram sociedades de atiradores que funcionavam também como espaços de entretenimento, sociabilidade e compartilhamento da cultura germânica para os imigrantes alemães estabelecidos no Brasil.

Tabela 41 - Cronologia da relação diplomática entre o Brasil e países do "Eixo" em 1942

28-01-1942	Brasil rompe as relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão
22-08-1942	Brasil entra em “estado de beligerância” contra Alemanha e Itália
31-08-1942	Brasil entra em “estado de guerra”, Decreto n.º 10.358
04-09-1942	Presídio Político da Ilha Anchieta passa a ser Instituto Correcional (ICIA)
06-09-1942	Em São Paulo, zonas de maior população nipônica tais como as ruas Conde de Sarzedas e dos Estudantes, seus moradores foram vítimas das transferências compulsórias para o interior, conhecidas como “evacuações” (Kimura, 2014); o mesmo aconteceu com alemães, tal como ocorreu com “Padre João” em Ubatuba/SP

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

No início de 1942, dois meses após o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, o delegado de Registro enviou um ofício a São Paulo solicitando sua detenção: detido no dia 25 de março, permaneceu nas celas da DOPS no Largo General Osório até no sábado, dia 28, quando foi posto em liberdade¹⁵⁶³. É possível que Harry, apesar de ter nascido em solo brasileiro, tenha sofrido algum tipo de vigilância da polícia que, nesse momento, passa a reprimir o Partido Nazista no Brasil, como também os alemães e seus descendentes, assim como os demais “súditos do Eixo”, italianos e japoneses. Tal como pontuado por Eliane Alves (2006), se antes os alemães eram investigados por supostamente serem comunistas ou judeus, agora acrescia o caráter do perigo militar e da espionagem. A última informação localizada sobre Harry Müller data de 1952, quando foi novamente identificado, agora para fins sindicais em Santos.

¹⁵⁶³ *Talão*, Anotação para o Prontuário, 25-03-1942, “nesta data recolhido”; *Talão*, Anotação para o Prontuário, 28-03-1942, “foi pôsto em liberdade nesta data”, Superintendência de Segurança Política e Social, pront. n.º 19.960, “Harry Muller”, DEOPS/APESP.

9.3 Auto de Natal: a pinga, o comandante integralista e o golpe de 1937¹⁵⁶⁴

Figura 101 - Ten. Hely Câmara, D. Paulo de Tarso Campos e Pedro Freire Gomes na Ilha Anchieta, out. 1937



Fonte: ARQUIVO NACIONAL, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 35.¹⁵⁶⁵

¹⁵⁶⁴ Todo este tópico será referenciado a partir dos autos do Inquérito Policial Militar (IPM) instituído pela Portaria n.º 7 do Comandante Geral da Força Pública, coronel Milton de Freitas Almeida, no dia 08-02-1938, definindo também como inquiridor o capitão Joaquim Deoclecio Guedes (2º BC). Posteriormente, cap. Joaquim nomeou para escrivão o 2º tenente Luiz de Cicco, tendo também o 1º ten. Ulderico Guimarães atuado como escrivão no QG em São Paulo ainda em fevereiro. Este IPM teve por objeto algumas denúncias relacionadas ao tenente Hely Fernandes da Camara: sua posição política enquanto integralista, o consumo e permissão para entrada de bebida alcóolica na Ilha Anchieta e seu comportamento contra uma praça do destacamento durante a solenidade do Dia da Bandeira – porém, rastros de acontecimentos relevantes ocorridos no Natal e Ano Novo estão em alguns trechos dos depoimentos e tornaram aqui o fio principal da narrativa. Em 2 de março de 1938, o capitão Joaquim e o tenente Luiz iniciaram os trabalhos na Ilha Anchieta e depois prosseguiram a 9 de março para Santos e depois, em 11 de março, seguiram para a capital. Pela ordem dos ajuntamentos no processo foram ouvidas as testemunhas: Pedro Freire Gomes (diretor), Ismael de Sá Júnior (médico), Francisco Maciel Leite (comerciante), Camillo da Silva Cruz (lavrador/canoeiro), Valentim Alves Rangel (lavrador/canoeiro), novamente Francisco Maciel Leite, Tertuliano José Maria (lavrador/canoeiro), Antonio Fragoso (funcionário), Ireno Soares Pinto (funcionário), José Teixeira Pinto (almoxarife), Jorge Narcizo Vieira (soldado), novamente Ismael de Sá Junior, Luiz Felizardo Netto (soldado), Alcides Alves do Amaral (cabo), João Gualberto de Sant’Anna (cabo) e Luiz Alves (soldado). Consta também o *auto de perguntas ao indiciado*, Hely Fernandes da Câmara, o relatório feito pelo capitão Joaquim Guedes, os trâmites burocráticos e as sentenças proferidas. Ainda, segundo o capitão encarregado, “ouvi os civis recolhidos presos á Colonia Correccional da Ilha Anchieta, de nomes: Antonio Alves de Lima, Pedro Fôres Galante e José Rodrigues da Rocha”, não constando tais depoimentos por escrito. Porém, é relevante apontar a afirmação do juiz do TSN ao comentar que “depuseram no inquérito 14 testemunhas, sendo de notar a juntada, por copia, de dois depoimentos prestados em outro inquérito” (p. 81). Ou seja, os primeiros depoimentos anexados, respectivamente do diretor Pedro e do médico Ismael de Sá, únicos que estão datilografados, compuseram um IPM a parte e, provavelmente, versaram sobre os conflitos que ocorreram na última semana de dezembro de 1937. Importante destacar que, apesar do capitão Joaquim ter solicitada a apresentação dos militares Luiz Theodoro Muniz (sargento), Benedicto Bandeira (sargento), Luiz Alves (soldado) e José Pereira de Carvalho (soldado), há apenas o relato de Luiz Alves, conhecido como “Luiz Captura”. Trata-se do documento: *Apelação n.º 294* de Heli Fernandes da Camara, Processo Crime n.º 532, 25-05-1938, TSN/Arquivo Nacional, código BR RJANRIO C8.0.APL.290, 92 p.

¹⁵⁶⁵ Recorte do jornal *Acção* (RJ), 26-11-1937, p. 11; *Apelação n.º 294* de Heli Fernandes da Camara, Processo Crime n.º 532, 25-05-1938, p. 35. ARQUIVO NACIONAL, BR RJANRIO C8.0.APL.290. Provavelmente, à esquerda da foto, estão Tosca Rocca Camara e o filho Jannuário, enquanto à direita na foto, provavelmente estão Arthur Bernardi, sua esposa e filho.

Em algum momento de 1937, o 1º tenente Hely Fernandes da Câmara¹⁵⁶⁶ foi novamente designado para ser o comandante do destacamento da Ilha Anchieta, provavelmente composto por 30 militares, entre praças e oficiais. Com passagem anterior pela ilha no segundo semestre de 1935¹⁵⁶⁷ e estendendo até o primeiro semestre de 1936¹⁵⁶⁸, em setembro de 1937 o militar foi mencionado em um relatório de observações do Serviço Especial (SE) da Superintendência da Ordem Política e Social (SOPS):

SOROCABA – 7º B.C. – Esta unidade da Força Pública do Estado, allí aquartelada goza presentemente de grande estima por parte da população local, em virtude da maneira como correta como se tem portada toda a tropa. Esta unidade já tinha perdido a confiança do povo, em virtude da falta de moral de seu antigo comandante, Tte. Cel. João Dias de Campos. Esse oficial era dado ao vício de embriaguez e, por incapacidade de comando, foi transferido para outra localidade, juntamente com o Capitão Rodrigues Alves, e 1º Tenente Helly Fernandes Camara.¹⁵⁶⁹

Voltando à ilha ainda em data incerta, as relações entre o diretor Pedro Freire Gomes e o tenente Hely Câmara começaram a mudar em 10 de novembro, segundo o depoimento do próprio Pedro. Naquele dia, uma quarta-feira, era dado o golpe do “Estado Novo”. À noite, como em outras, o comandante do destacamento “e senhora”, Tosca Rocco da Câmara¹⁵⁷⁰, foram jantar na casa do diretor. Às oito horas da noite, sintonizaram o rádio para ouvirem “a palavra do Chefe do Governo”, que narraria a nova Constituição. De acordo com Pedro, o tenente, “n’uma grande expansão de alegria disse tratar-se de um movimento integralista”, “ideologia que tinha sido vencedora com a conivência do senhor Getúlio Vargas e elle, tenente, havia tido conhecimento das démarches que processavam”. Com o

¹⁵⁶⁶ A grafia aqui escolhida é possível por haver um ofício preservado e assinado por Hely (Ofício n.º 107, 22-09-1935, PEIA). Chamado de “Héli” e “Helly” em documentos em seu prontuário (n.º 5.398, DEOPS/APESP), é grafado também “Heli” no processo do Tribunal de Segurança Nacional.

¹⁵⁶⁷ *Ofício n.º 5.685*, 11-09-1935, PEIA. Interessante apontar que, em junho de 1935, Hely estava identificado como um dos presentes em reuniões organizadas pelo jurista Ibrahim Nobre, o empresário Cásper Libero, os políticos perrepistas Sylvio de Campos, Alfredo Ellis e Wladimir Piza, este redator-chefe do *Correio Paulistano*. Reuniões estas que “pretendiam formar uma frente única para pugnar pela queda do governo central e dos governos estaduais” (*Reservado*, 04-11-1935, do delegado de Ordem Política para o Superintendente de Ordem Política e Social, Eusébio Egas Botelho, pront. n.º 9.245, “Índio do Brasil”, DEOPS/APESP). Importante, mesmo que de forma não sistemática, apontar a existência de uma relação próxima entre o quadro do PRP com o movimento integralista e fascista, tal como na reportagem sobre o almoço oferecido por Vicente de Noce.

¹⁵⁶⁸ Possível inferir a partir das listas de passageiros do vapor *Itaipava*, constando seu nome em uma relação de maio daquele ano - *Relação dos passageiros desembarcados em Santos*, 18-05-1936, Companhia Santense de Navegação, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – SP (Santos)/Arquivo Nacional, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.29268, p. 2.

¹⁵⁶⁹ *Relatório sobre os serviços de observações, feito nas cidades compreendidas entre Sorocaba e Botucatú*, do Chefe do Serviço Especial, João Agostinho, para o superintendente Egas de Arruda Botelho, 01-09-193728-08-1937, f.2, pront. n.º 5.398, DEOPS/APESP.

¹⁵⁷⁰ Única referência ao seu nome foi encontrado em uma relação de passageiros, descrita como “29 anos”, “casada” e “doméstica” – *Relação dos passageiros desembarcados em Santos*, 18-05-1936, Companhia Santense de Navegação, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – SP (Santos)/Arquivo Nacional, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.29268, p. 2.

pronunciamento de Vargas sendo alterado para às dez horas daquela noite de primavera, como há pouco havia informada a transmissão, Pedro e Hely dirigiram-se para o presídio, pois o diretor havia, mais cedo naquele dia, recebido instruções do delegado Antonio Braulio de Mendonça para “por em liberdade alguns indivíduos”. Lá permaneceram em “palestra sobre a situação política”: “o contentamento do tenente Hely era cada vez maior”, lembrou o diretor. Regressaram então à sua residência e ouviram a irradiação da Constituição, que já se processava e lá ficaram até a uma hora da manhã¹⁵⁷¹.

Na manhã do dia seguinte, quinta-feira, Pedro estava no almoxarifado quando o tenente chegou e “saudou os presentes n’um largo gesto integralista, dizendo que tudo ia bem” e que, a partir daquele momento, “os soldados mais chegados ao seu commandante” suprimiram no cotidiano a continência militar pela “saudação integralista”. Nos dias que se seguiram o tenente Hely “disse da amizade” que possuía pelo diretor, “e sentia que a situação política” obrigaria a saída de Pedro da Colônia, “porquanto não éra filiado ao integralismo” e que ele, Hely, “ficaria como seu director”¹⁵⁷².

Ao final daquele mesmo mês, o jornal integralista *Acção* publicou uma reportagem na Ilha Anchieta, narrando a visita do D. Paulo de Tarso, provavelmente ocorrida ao fim de outubro e provavelmente o único jornal a divulgar fotos do evento, o que por si só já é revelador não apenas do acesso daquele periódico à Ilha ou acesso às fotos feitas, mas também do recorte estadual das matérias produzidas, vez que não foram localizadas na imprensa paulista menção à solenidade aqui retratada. Na reportagem, destacam o alcance do “Movimento”:

Como em todo o Brasil, o Movimento do Sigma se desdobra na Ilha Anchieta, aumentando amplamente os seus quadros. O companheiro tenente Hely Camara é o coordenador integralista em toda aquella vasta zona que abrange as localidades de Villa Bela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba. Dada a sua grande dedicação, tem conseguido optimo resultado na propaganda e irradiação das ideas integralistas.¹⁵⁷³

Em 15 de novembro, segunda-feira, dia da Proclamação da República, às seis horas da tarde, o tenente “arriou a Bandeira Nacional, fazendo um discurso alusivo a data, passando depois a discursar sobre politica, enaltecendo as idéas integralistas”¹⁵⁷⁴. Com o “destacamento

¹⁵⁷¹ Depoimento do diretor Pedro Freire Gomes; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 13.

¹⁵⁷² Depoimento do diretor Pedro Freire Gomes (datilografado); TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 12.

¹⁵⁷³ Recorte do jornal *Acção* (RJ), 26-11-1937, p. 11; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 35.

¹⁵⁷⁴ Depoimento do cabo Alcides Alves do Amaral, 26 anos, casado, natural de Redenção/SP, residente em Ubatuba; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 31.

formado” e várias famílias militares e civis presentes, Hely tornou a perseguir seus comandados que não eram integralistas ao final de seu discurso:

[...] o segundo cabo Alcides Alves do Amaral [...] sofreu uma série de vexame, e humilhações; dirigiu-se ao citado cabo Alcides e lhe disse que era indigno de vestir a farda da Força Pública, que era um traidor da Bandeira Nacional, que ficaria melhor a ele cabo Alcides, uma camisa vermelha ao envez da kaki que vestia; que ia pedir sua ficha no Gabinete de Investigações afim de excluí-lo das fileiras da Força Pública. (sublinhado no original).¹⁵⁷⁵

E não apenas algumas praças passaram a ser perseguidas, mas como o próprio tenente passou a medir sua posição em relação ao diretor da Colônia Correccional. Passados dois dias, na quarta-feira, dia 17, Pedro e o tenente Hely seguiram juntos para a capital, quando este “a bordo renovou o seu pesar” pela eminente demissão de Pedro do cargo. Porém, o tenente “regressou de São Paulo cheio de desilusão e muito encabulado”: “dessa data em diante começou a beber excessivamente apresentando-se quase o dia inteiro bastante alcoolizado”. A partir de então, “começou a prover uma serie de intrigas, a incompatibilizar o destacamento com os funcionários” e com o próprio diretor¹⁵⁷⁶.

De acordo com o médico Ismael de Sá Júnior, o tenente Hely, a partir da primeira semana de dezembro, “se encontrava quasi sempre em estado de embriaguez”, “porquanto diversas vezes foi chamado por praças para atender, tendo encontrado em iminência de colapso por algumas vezes, tendo-lhe aplicado a medicação de urgencia necessaria”¹⁵⁷⁷. O comerciante Francisco Maciel Leite, que possuía um armazém na praia da Enseada em Ubatuba e negociava com a Ilha desde a direção do major Newton Santos, afirmou também que Hely, “sempre que passava pelo seu armazem, o que era frequente, costumava beber umas três garrafas de cerveja e logo após bebia pinga até mais ou menos o terço d’uma garrafa”. E não só, o soldado Luiz Alves, “vulgo Luiz Captura que era o seu maior freguez”, “no espaço de menos de um mez comprou vinte e quatro litros d’aquelle bebida”, sendo que outros militares também compravam “essa bebida”, “em menores proporções e que transportavam escondido para a Colônia”¹⁵⁷⁸. Tal fato foi confirmado não só por provas documentais assinadas por Luiz, mas também por três canoeiros que faziam a travessia de passageiros e encomendas, ressaltando, inclusive, que o próprio tenente, “não obstante a proibição existente, instado por Luiz, transportou sete litros de

¹⁵⁷⁵ Depoimento do soldado Orlando De Lazina, 32 anos, casado, paulistano, residente em São Vicente; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 38-39.

¹⁵⁷⁶ Depoimento do diretor Pedro Freire Gomes (datilografado); TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 12.

¹⁵⁷⁷ Depoimento do médico Ismael de Sá Júnior (datilografado), 44 anos, casado, paulistano, residente na Ilha Anchieta; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 16-17.

¹⁵⁷⁸ Depoimento do comerciante Francisco Maciel Leite, 36 anos, casado, natural do Estado de São Paulo, filho de Antonio Maciel Leite; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 17.

pinga e duzentos e cinquenta grammas de fumo”¹⁵⁷⁹. Outro, ressaltou que certa vez entregou “uma caixa de bebidas contendo doze garrafas entregando-a a esposa do tenente Hely”¹⁵⁸⁰. Ambos afirmaram que seus serviços foram contratados pelo próprio tenente e acertaram o valor diário de 3\$000, que não foi pago. O terceiro canoeiro, apontado pelos demais como um que fazia o transporte, justificou que “para suprir as necessidades financeiras que se apresentam, procurava ganhar algum dinheiro” e após insistência do soldado “Luiz Captura” e afirmando que “já estava elle combinado com o tenente Hely”, passou a levar litros de pinga para os militares¹⁵⁸¹.

No mês de dezembro, “com a ausência de sua esposa que seguira para a Capital, acompanhando seus progenitores que aqui viviam passar uma temporada”, o comandante começou a “exceder no abuso do álcool” e que durante uma semana se tornou “um irresponsável ou melhor um anormal, praticando uma serie de desatinos que seria longo enumerar”¹⁵⁸². Mas pelo menos dois foram possíveis reconstituir, apesar de tais indícios terem sido transcritos de forma secundária e pasteurizada no IPM.

Na sexta-feira, 24 de dezembro, a falta de gêneros alimentícios já era sentida e o racionamento passou a ser aplicado também a funcionários e militares. Na hora do rancho, o encarregado da cozinha, o funcionário gaúcho Ireno Soares Pinto, que lá estava desde 1931 quando foi o primeiro comandante do destacamento sob a direção do major Newton Santos, serviu aos militares uma refeição com arroz, feijão, farinha, mas sem a carne. O fato chegou ao conhecimento do tenente Hely, que “em completo estado de embriaguez”¹⁵⁸³ dirigiu-se à casa do diretor, onde também morava o seu auxiliar Arthur Bernardi, que naquele momento conversava com o médico Ismael:

O tenente Hely exaltado reclamava [...] e indagava daquelle auxiliar porque não mataram um porco para distribuir ao pessoal; que nesse momento o senhor Director que se achava acamado levantou-se e entrou na sala onde se encontrava o depoente, mandou que o auxiliar Arthur parasse com aquella discussão e pediu ao tenente Hely que esperasse um pouco enquanto ia fazer sua toilette e depois iriam conversar. Que

¹⁵⁷⁹ Depoimento de Camillo da Silva Cruz, 42 anos, ubatubense, canoeiro na praia da Enseada; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 23.

¹⁵⁸⁰ Depoimento de Valentim Alves Rangel 40 anos, ubatubense, lavrador e canoeiro na praia da Enseada; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 23.

¹⁵⁸¹ Depoimento de Tertuliano José Maria, 28 anos, casado, ubatubense, lavrador e canoeiro na praia da Enseada; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 24-25.

¹⁵⁸² Depoimento de Ismael de Sá Júnior (manuscrito); TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 29. De fato, em 18 de dezembro, o major Januário Rocco (55 anos) e sua esposa Carolina Rocco (50) anos, embarcaram no vapor *Itaipava* com Tosca, esposa de Hely, e Jannuario Rocco Netto, de apenas 3 anos - *Relação dos passageiros desembarcados em Santos*, 18-12-1936, Companhia Santense de Navegação, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – SP (Santos)/Arquivo Nacional, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.32363, p. 2.

¹⁵⁸³ Depoimento de Antonio Fragoso, funcionário civil, 35 anos, natural de Campinas, casado, residente na Ilha Anchieta; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 25-26.

nesse momento o depoente retirou-se da sala dirigindo-se para sua residência, sem ter conhecimento do que depois se passou.¹⁵⁸⁴

O resultado do que se passou foi testemunhado. O funcionário Ireno afirmou que viu o diretor Pedro dar ordens de prisão ao almoxarife José Teixeira Pinto, ao auxiliar Arthur e ao médico da Ismael de Sá Junior¹⁵⁸⁵. O próprio almoxarife ressaltou que apesar de ter sido informado pelo diretor que deveria permanecer no quarto, “mais tarde o Director lhe dissera” que a ordem viera do tenente¹⁵⁸⁶. Depois, o funcionário Antonio Fragoso detalhou que tais funcionários foram mantidos detidos nas próprias residências, e que ele próprio também foi detido e permaneceu sob escolta de praças armadas por horas, dentro do alojamento dos militares, “sem que até hoje saiba o motivo”; disse ainda que “a prisão de Teixeira teve por escopo monopolizar as funções de atribuições de gêneros alimentícios”¹⁵⁸⁷. A situação ao longo do dia se agravou, apesar da aparente desconexão nos testemunhos, esterilizando os conflitos e as ações que se seguiram. Apesar de Ireno não citar um fato em seu depoimento, o soldado Jorge afirmou que “na noite do dia 24, [o tenente Hely] prendeu e mandou recolher a celulla o cozinheiro do presidio, sem motivo algum”¹⁵⁸⁸. E não cessou por aí. Com o auxiliar, o médico, o almoxarife e o funcionário mais longo preso, ou detidos por algum período de horas, restava apenas o diretor Pedro¹⁵⁸⁹ e, como relatado, “o tenente Hely prometia monopolizar as funções exercida pelos civis, inclusive o Director”¹⁵⁹⁰. Na sequência dos eventos é possível supor que na madrugada de Natal, o tenente Hely arrebatou as chaves da carceragem do carcereiro e dirigiu-se a um dos pavilhões. Lá, fez “preleções aos detentos no intento de insubordinar-os contra ordens enviadas pelo Director”, prometendo a liberdade àqueles que

¹⁵⁸⁴ Depoimento de Ismael de Sá Júnior (datilografado), TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 16.

¹⁵⁸⁵ Depoimento de Ireno Soares Pinto, funcionário civil, 35 anos, gaúcho, casado, residente na Ilha Anchieta; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 26-27.

¹⁵⁸⁶ Depoimento de José Teixeira Pinto, almoxarife, 37 anos, natural de Barra Mansa/RJ, solteiro, residente na Ilha Anchieta; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 27-28.

¹⁵⁸⁷ Depoimento de Antonio Fragoso; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 25-26.

¹⁵⁸⁸ Importante relato que fortalece a hipótese de que as solitárias, instaladas no pavilhão da administração desde o projeto original da Colônia (1907) e retratado no capítulo 3, estiveram em uso e podem ter sido o local de encarceramento dos “comunistas” do PCB. Depoimento de Jorge Narciso Vieira, soldado, encarregado da padaria, 35 anos, cearense, casado, residente na Ilha Anchieta durante o IPM, TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 29.

¹⁵⁸⁹ É possível supor que nesta época não havia na Ilha alguém externo servindo como chefe dos vigilantes, geralmente um inspetor do Gabinete de Investigações com mais anos de experiência ou algum sargento reformado da Força Pública. O que levanta esse pensamento é que quando Rosalvo Alves Loureiro assume, no segundo semestre de 1938, uma de suas primeiras ações é pedir para que o inspetor José Martins, que já havia sido o chefe de tal serviço entre 1933-1935, retornasse à Ilha, prometendo-lhe uma casa. Portanto, é possível imaginar que o tenente Hely tivesse ainda menos resistência para a realização de tais manobras.

¹⁵⁹⁰ Depoimento de Antonio Fragoso; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 26.

estivessem dispostos a “difundir a Doutrina do Sigma”¹⁵⁹¹. Talvez o apoio da força policial ao tenente não fosse o suficiente, levando-o a tentar angariar força junto a uma outra força que, tudo indica, se recusou – por quê? Por que a plateia não consentiu em ganhar ali sua liberdade? Teria o tenente apresentado um espetáculo não convincente a tal ponto?

Na manhã de Natal, o vapor *Itaipava* atracaria na Ilha Anchieta e a bordo estavam não apenas a esposa e filho de Hely, mas também familiares do auxiliar do diretor, Arthur. Hely deu ordens ao sargento integralista Luiz Theodoro Muniz para que nenhum funcionário utilizasse a canoa. Porém, Arthur, ao dirigir-se a ela e argumentar com o sargento, este acabou consentido por achar “absurda tal medida”. Entretanto, o tenente comandante vendo a situação deu nova ordem para que o auxiliar fosse “escortado pela praça armada João Anizio”¹⁵⁹². E mais, mandou apreender a canoa que tanto fez questão de utilizar pois ela consistiria, agora, em prova material de que o diretor Pedro Freire Gomes era “separatista”: a canoa era pintada de pixe e possuía uma cinta vermelha e outra branca e, além dela, confiscou também uma foto do ex-governador Armando de Salles Oliveira e a bandeira do Estado de São Paulo¹⁵⁹³ - por tal apreensão foi realizada uma troca, na “libertação dos detidos”, com exceção do almoxarife e do auxiliar do diretor¹⁵⁹⁴. Tal fato foi comunicado na capital pelo próprio tenente somente no dia 30 de dezembro, reforçando a hipótese que o diretor permaneceu detido em sua residência por cinco dias, sob alegação de ser separatista.

Nos dias que antecederam a passagem de ano, o tenente “se conservou completamente embriagado”. O cabo Alcides, por não ter respondido a uma saudação integralista, também foi detido – saudação essa com a mão espalmada e o brado de *Anauê!* era praticada por parte do corpo militar e pelo próprio tenente¹⁵⁹⁵, agora chamado de “companheiro Integralista”¹⁵⁹⁶. Estando o tenente “em estado como de alucinação”, a esposa de Hely passou a redigir as correspondências oficiais do Destacamento, cabendo a ele apenas assiná-las¹⁵⁹⁷,

¹⁵⁹¹ Depoimentos de Antonio Fragoso e Ireno Soares Pinto, TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 25-27.

¹⁵⁹² Depoimento de Ismael de Sá Júnior (manuscrito); TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 29.

¹⁵⁹³ Depoimento do diretor Pedro Freire Gomes (datilografado); TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 12.

¹⁵⁹⁴ Depoimento de Ismael de Sá Júnior (manuscrito); TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 30. Importante destacar o “detidos”, no plural.

¹⁵⁹⁵ Depoimentos de José Teixeira Pinto, Ireno Soares Pinto, cabo Alcides Alves do Amaral, soldado Orlando De Lazina; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290.

¹⁵⁹⁶ Depoimento de Antonio Fragoso; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 25.

¹⁵⁹⁷ Depoimentos de Antonio Fragoso e Ismael de Sá Junior (manuscrito); TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 26.

companheira que, segundo o soldado integralista “Luiz Captura”, “fazia uma ou outra vez” a saudação nazifascista brasileira¹⁵⁹⁸.

Outro rastro que reforça a hipótese de que o diretor foi mantido detido em sua residência ocorreu no último dia do ano. Sexta-feira, dia 31 de dezembro, às dez horas da noite estavam reunidos Arthur e Ireno na casa do médico Ismael. Faltando duas horas para a celebração da passagem de ano, os três se dirigiram para a Cozinha Central para “verificar o fogão, que nesse dia tinha sido consertado”, porém foram “obstados” pelo soldado José Pereira de Carvalho, que tinha ordem do comandante para que não fosse permitida a entrada de “funcionario algum”, a não ser os vigilantes de serviço¹⁵⁹⁹. Mas não foram apenas “obstados”, foram novamente detidos, como fica evidente em outros depoimentos que atestam que Arthur, José Teixeira Pinto e Ismael de Sá Júnior foram soltos apenas com a troca de comandante¹⁶⁰⁰.

Por fim, em 2 de janeiro de 1938, às sete horas da noite de domingo, Pedro foi comunicado que sua presença era requerida na estação de rádio, pois o comandante coronel do 6º BC, Índio do Brasil, desejava conversar com o diretor e com o sargento integralista Luiz Theodoro Muniz. Lá estavam o radiotelegrafista Miguel e o tenente Hely, que disse “que ali estava para assistir tudo o que se passasse”, mandando a sentinela de plantão chamar o sargento Luiz. Quando este chegou, Hely “disse-lhe que naquele momento elle sargento iria assumir o comando do Destacamento, mas que o aconselhava, acto continuo, pedir o seu recolhimento”, ou seja, o do diretor Pedro. Passada mais de meia hora, Índio do Brasil entrou em contato e desejava saber se “alguma anormalidade vinha ocorrendo na Ilha”, indagação a qual o diretor ditou ao telegrafista que respondesse “que uma vez que o comando do Destacamento foi passado ao sargento nada mais havia”, o que deixou Hely “bastante exaltado”, argumentando que nenhuma comunicação havia sido feita a Pedro e que ele, tenente, reassumia o cargo de comandante, ordenando que o sargento Luiz escrevesse ao coronel informando que não assumiria mais o comando. Porém, antes de Pedro se retirar da estação, redigiu uma outra comunicação entregando-a Miguel, na qual reforçava que a diretoria aguardava a substituição do tenente. Minutos depois, o major Rocco interferiu e comunicou que o tenente Ulderico

¹⁵⁹⁸ Depoimento do soldado Luiz Alves, 30 anos, natural de Amparo/SP, residente em São Paulo; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 41.

¹⁵⁹⁹ Depoimento de Ismael de Sá Júnior (manuscrito); TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 29.

¹⁶⁰⁰ Depoimentos de Pedro Freire Gomes, Ireno Soares Pinto e José Teixeira Pinto; TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290.

Guimarães fora designado para assumir o Destacamento da Ilha Anchieta, seguido de outra mensagem do coronel Índio do Brasil, ordenando que Hely aguardasse seu substituto¹⁶⁰¹.

Os relatos indicam que os fatos mais graves se desenrolaram durante cerca de 8 dias, indicando que, possivelmente, já na segunda-feira, 3 de janeiro, Ulderico desembarcou na ilha: Ireño disse que “a detenção [dos funcionários] se prolongou por oito dias só terminando com a chegada do tenente que assumiu o comando do destacamento”¹⁶⁰², enquanto o almoxarife José afirmou que “foi liberto com a substituição do comando, pelo tenente Ulderico”¹⁶⁰³, mesmo militar que havia substituído Hely como comandante daquele destacamento em 1936¹⁶⁰⁴.

9.3.1 Desfecho: integralista condenado, mas foragido

Terça-feira, 15 de março de 1938, no gabinete do comandante do 2º BC, Hely Fernandes da Camara respondeu às perguntas elaboradas pelo capitão Joaquim Deoclécio Guedes. Disse que estava surpreendido com os “supostos deslizes” que lhe atribuíram, às quais chama de calúnias e falsas acusações. Ao longo do seu depoimento, disse possuir provas materiais, mas recusou a mostra-las, solicitando uma acareação com o diretor Pedro e o médico Ismael, o que lhe foi negado¹⁶⁰⁵.

Em relação ao cabo Alcides, disse que havia recebido “denúncias insuspeitas do mesmo graduado andar na Ilha Anchieta propagando idéas communistas”; em relação ao consumo de bebida alcóolica, disse que havia consumido apenas duas vezes, nas casas do diretor e em outra oportunidade na do médico e, em ambos os casos, foram oferecidas pelos anfitriões – e mais, disse que os litros de “aguardente” eram receitados pelo médico “para dar banho em crianças recém-nascidas na Ilha”. Sobre sua filiação ao integralismo, também negou e “desafia, a quem na Ilha Anchieta tenha presenciado um acto ou ouvido uma palavra do indiciado em propaganda das idéas integralistas”. Ainda sobre o cabo Alcides, comentou curiosamente que este

¹⁶⁰¹ Depoimento de Ismael de Sá Júnior (manuscrito); TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 30

¹⁶⁰² Depoimento de Ireño Soares Pinto, TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 27.

¹⁶⁰³ Depoimento de José Teixeira Pinto, TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 28.

¹⁶⁰⁴ *Relação dos passageiros desembarcados em Santos*, 03-08-1936, Companhia Santense de Navegação, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – SP (Santos)/Arquivo Nacional, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.29560, p. 2.

¹⁶⁰⁵ *Auto de Perguntas ao Indiciado*, 1º Tenente Hely Fernandes da Camara, TSN/Arquivo Nacional, BR RJANRIO C8.0.APL.290, p. 43-44.

[tinha] na Ilha Anchieta uma sua cunhada que escandalizava a moral das famílias allí residente, a ponto de ar allí publico e notório que o Director da Ilha perdia a sua compostura e autoridade em amores com a referida pessoa.¹⁶⁰⁶

No relatório do caso, o capitão Joaquim pautou que Hely possuiu “dois modos diferentes de proceder: um periodo normal até meados de novembro [...] e uma época de desmandos e desregramentos que se verificou nos ultimos dias de novembro e em todo mês de Dezembro ultimo quando se embriagou por diversas vezes”. Ao elencar as transgressões disciplinares, considerou-o incurso em artigo do Regime Disciplinar da Força Pública, pelo consumo de bebida alcóolica (art. 13, n.º 126) e por permitir a entrada da mesma no espaço da Ilha Anchieta (art. 13, n.º 7 e 14); incurso em artigo do Código Penal da Armada, pelas infrações cometidas contra o cabo Alcides no Dia da Bandeira (art. 12 n.º 6 e art. 113); e pela filiação a AIB e pelos fatos havidos, considerou-os como crimes de “competencia dos Tribunaes Militares”.

Em abril, o promotor militar indicou que não havia crime de caráter militar, mas que preceitos da “Lei da Segurança Nacional” (LSN) deveriam ser examinados, encaminhando então os autos ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN), seguido de um parecer do auditor militar – é por esse fato dorsal que foi aberta a possibilidade para que tal documento fosse preservado e hoje estar disponível.

Tabela 42 - Cronologia da extinção da Ação Integralista Brasileira (AIB) ao exílio de Plínio Salgado

02-12-1937	Decreto-lei n.º 37 extingue todos os partidos, incluindo a AIB
11-05-1938	Tentativa de golpe no Palácio da Guanabara, liderado pelo integralista Belmiro Valverde
26-01-1939	Plínio Salgado e seu genro José Loureiro Júnior são detidos
29-05-1939	Plínio Salgado é detido novamente e enviado para a Fortaleza de Santa Cruz (DF)
22-06-1939	Plinio Salgado parte para o exílio em Portugal

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de Leandro Pereira Gonçalves (2014).

Em 11 maio de 1938, três dias após a tentativa fracassada de golpe por parte de elementos integralistas, os autos chegaram ao Rio de Janeiro e, em 27 de maio, o juiz Pedro Borges da Silva comunicou com as instâncias paulistas e solicitou o indiciamento de Hely e a inquirição das testemunhas de defesa, remetendo a Carta Precatória para São Paulo. Em 7 de junho, uma terça-feira, o cartório da 2ª Vara Criminal recebeu a Carta, mas ela ficou “parada” por mais de cinco meses, quando, em 8 de novembro, o escrivão encontrou “estes autos parados”. Essa demora permitiu que Hely recebesse seu diploma de reformado em 2 de agosto de 1938¹⁶⁰⁷, fato aparentemente não notado pelas autoridades.

¹⁶⁰⁶ Realto que indica, assim como todo inquérito, que foi sob a direção de Pedro Freire Gomes que militares casados passaram a ser destacados na Ilha, principalmente a poderem conduzirem seus familiares e “agregados” para lá residirem.

¹⁶⁰⁷ *Correio Paulistano* (SP), 02-08-1938, n.º 25.275, p. 7, HDB/FBN.

Em 16-12-1938, sexta-feira, o juiz José Augusto de Lima pediu que fosse cumprido a citação e inquirição das testemunhas “com a maxima urgencia”, completando que “é lamentável que ex-escrivão, em processo de importância desta não providenciou seu andamento”. Porém, no dia 27 daquele mês, o oficial de justiça não localizou o tenente Hely em São Paulo, certificando que havia sido informado “pelo Comando Geral da Força Publica que dito Tenente não pertence mais aquela corporação por ter-se reformado e atualmente estar residindo em Regente Feijó”. Em 29 de dezembro, o delegado de Regente Feijó foi comunicado pelo próprio juiz José Augusto, cuja resposta chegou em 3 de janeiro de 1939, assinada pelo 3º suplente Paulo Gambale, confirmando que Hely morava em Regente Feijó e informou também que residia no Hotel Regente. Somente em 16 de janeiro a Carta foi enviada ao juiz da comarca de Presidente Prudente que, a 20 de janeiro, ordenou a expedição do mandado de intimação para que o tenente comparecesse no dia 31, às 13h – mas o procedimento foi concluído pelo escrivão daquela cidade somente em 25 de janeiro, cinco dias depois. Não é surpresa que, a 31 de janeiro, o oficial de justiça comunicou que não foi possível intimar o denunciado “por não o encontrar naquela localidade; por informações obtidas em Regente Feijó, consta que o referido se mudou para o Rio de Janeiro”. Devido a todo o contratempo, a Carta retornou a São Paulo e em fevereiro foi remetida ao TSN, cujo procurador-adjunto solicitou “à policia de investigações a residência atual”. Em situação de “reu solto ou foragido”, foi citado por edital e o Tribunal nomeou um defensor “dando-se-lhe vista dos autos”, a 27 de fevereiro de 1939.

Em 8 de março foi realizada a audiência do julgamento, mas sem a presença do réu. Naquele dia, o então presidente do TSN, o juiz Pedro Borges da Silva absolveu Hely. Argumentou que “considerando que o acusado praticou os fatos incriminados em completa perturbação de sentidos e de inteligência” e “considerando que tais fatos foram consequencia do estado de embriaguez em que passou a viver o tenente Heli, ou a resultam de alucinações produzidas pelo abuso do alcool”, tais condiziam com o art. 27 §4 da Consolidação das Leis Penais, “porquanto a perturbação foi completa, concomitante ás ações criminosas e oriunda da psicose transitória do réu”, “abolsovo-do crime que se lhe imputa”. No colegiado do TSN em 17 de abril, o juiz Pedro Borges foi declarado “impedido” e, de forma unânime, Hely foi condenado a 1 ano e 6 meses de prisão, mas desclassificando o delito para o art. 23¹⁶⁰⁸, publicando a decisão no Diário da Justiça e, no dia seguinte, expedindo telegrama ao chefe de polícia de São Paulo, “recomendendo a prisão”.

¹⁶⁰⁸ Art. 23. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem politica é punida com a pena de um a tres annos de reclusão. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem social é punida com a pena de um a tres annos de prisão cellullar – BRASIL, Lei n.º 38, 04-04-1935.

Por fim, em 18 de abril, o desembargador Frederico de Barros Barreto, agora presidente do TSN, assinou o mandado de prisão para que Hely fosse “recolhido a o presidio ou estabelecimento mais conveniente à segurança pública”¹⁶⁰⁹. No dia 22, o diretor geral da SSP, Alfredo Issa Ássaly enviou o documento para o então 5º Delegado Auxiliar, Juvenal de Toledo Ramos¹⁶¹⁰, chefe da Delegacia de Ordem Política e Social, com visto da DOPS em 8 de maio e, quatro dias depois, retornou ao cartório¹⁶¹¹. Ainda não foram localizados documentos que indiquem o que ocorreu desse momento em diante¹⁶¹². É suspeita a absolvição concedida pelo juiz presidente do TSN; suspeita também o comportamento de autoridades de Regente Feijó; suspeita também a ação dos funcionários públicos que trabalhavam no cartório da 2ª Vara Criminal.

Mais de dez anos depois, durante o Inquérito Policial Militar para apurar os fatos relativos à “rebelião” que ocorreu em junho de 1952, o almoxarife José Teixeira Pinto em um trecho de seu depoimento disse:

Que o declarante não tem duvidas em afirmar que tem mais medo do destacamento do presidio do que dos proprios presos; que para ilustrar o que afirma, informa que no ano de 1937, o tenente que então comandava o destacamento, sendo integralista e julgando que o golpe de Estado havido naquele ano tivesse caráter integralista, embriagou-se e chegou a prender o então diretor do presidio, Pedro Gomes, o médico, dr. Ismael de Sá Junior, e o proprio declarante, sendo que estiveram presos desde o dia 23 de dezembro até 5 de julho de 1938, tendo referido tenente feito isso depois de tomar conta da estação de rádio.¹⁶¹³

Parece então que o almoxarife, causador de tumultos nas décadas de 1930, 1940 e 1950, que frequentemente reforçava que as melhores administrações na Ilha eram aquelas compostas por civis e não pelos militares (HORTA, 2013), alterou os fatos, fosse de forma consciente ou por engano, uma vez que o afirmou no IPM em 1938 que foi libertado com a chegada do tenente Ulderico Guimarães à Colonia Correccional.

¹⁶⁰⁹ *Mandado de prisão*, 18-04-1939, pront. n.º 5.398, “Héli Fernandes da Camara”, DEOPS/APESP.

¹⁶¹⁰ *Relatório* das atividades da Policia Civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado, pelo Chefe de Policia, Dr. João Carneiro da Fonte, São Paulo, 1940, p. 87.

¹⁶¹¹ *Oficio*, expediente da diretoria, 3ª secção, processo 10707-39, pront. n.º 5.398, “Héli Fernandes da Camara”, DEOPS/APESP.

¹⁶¹² Entretanto, destaco que a ficha DEOPS de Hely foi revisada em 1946 e que nela consta “solteiro”. É possível que, em algum momento ainda indeterminado, Hely tenha sido, ao menos, localizado.

¹⁶¹³ *Termo de Declarações* de José Teixeira Pinto em 11-07-1952, inquérito policial realizado pela Delegacia Especializada de Ordem Política, do Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário n.º 124.400, “João Pereira Lima”, vol. 1, DEOPS/APESP. A primeira menção a este excerto é feita por Ferreira (2016).

9. 4 Diretoria entusiasmada com Hitler e militares integralistas (1938-1942)

Em 1938, com a ida dos novos diretores Rosalvo Alves Loureiro e Noginel de Moura Pegado, não estavam mais à frente da diretoria do presídio os “miguelistas” sob direção do major Newton Santos, nem o “peceísta” Pedro Freire Gomes: agora, a nova administração possuía contatos junto ao círculo de generais varguistas, principalmente de ministros da guerra e o então chefe do Estado-Maior do Exército.

O professor e historiador Leandro José de Andrade Cruz localizou uma obra rara e escrita pelo missionário berlinense Johannes Beil, conhecido popularmente em Ubatuba como “Padre João”¹⁶¹⁴.

Figura 102 - Fotografia de Johannes Beil



Fonte: Memória Digital: Padre Johannes Beil, Arquivo Histórico José Ferreira da Silva/FCB, Blumenau/SC¹⁶¹⁵.

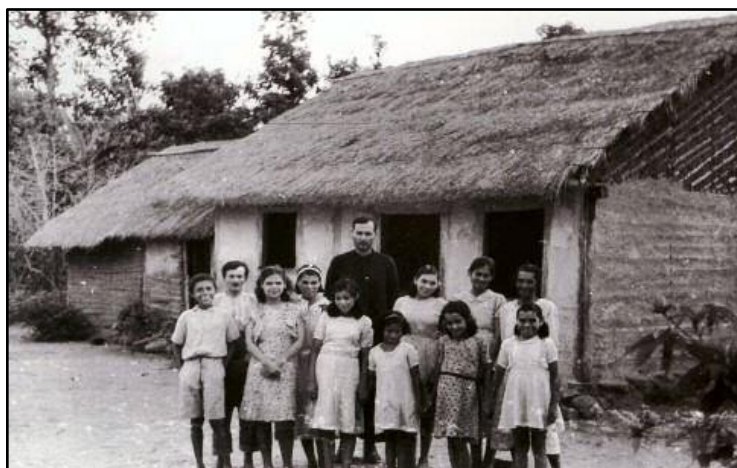
¹⁶¹⁴O professor e historiador Leandro Cruz mencionou ainda que a vinda de Johannes para o Brasil ocorreu em 1930, em um acordo entre autoridades brasileiras e o governo alemão, para que pudessem realizar as construções de uma ferrovia e um porto na cidade litorânea de Torres/RS. Segundo Valberto Dirksen (2000 *apud* WERLE, 2001), em seu estudo sobre a *Jugendgemeinschaftsiedlung* (Sociedade Colonizadora Juvenil), a colônia comunitária Heimat-Timbó foi fundada pelo padre berlinense Johannes Beil. Frente a crise econômica no entre guerras, o projeto consistia em trazer jovens alemães solteiros e católicos, com o fim de, comunitariamente, se fixarem e se sustentarem através da atividade agrícola. O primeiro grupo formado por 17 jovens chegou em julho de 1932. Teoricamente, após dois anos de trabalho comunitário, o jovem mandaria vir uma noiva, casar-se-ia e se estabeleceria no próprio lote. De acordo com André Carlos Werle (2001), anos depois ocorreu uma dispersão e, em 1935, uma parte dos jovens alemães se estabeleceram em Porto Novo (SC). Segundo Méri Frotscher (2003, p. 35-36), que se refere a Johannes como “Kaplan Beil”, afirma que ao todo vieram 148 jovens da Alemanha, compostos não por agricultores, mas ex-operários e artífices, para habitarem as terras compradas por Johannes da empresa Bona & Cia. A partir de um relatório enviado pelo cônsul alemão em Florianópolis para o Ministério das Relações Exteriores em Berlim em janeiro de 1934, diz a autora: “O cônsul lamentava que Kaplan Beil tivesse escolhido as terras da colônia exatamente numa região cercada por colônias italianas e polonesas, faltando contato direto com colônias alemãs, de modo que, considerando o estado civil dos rapazes, isto constituía um “perigo certo”, referindo-se à miscigenação étnica. Depositava, então, esperanças de que um projeto de Kaplan Beil, de trazer moças escolhidas na Alemanha para a região, fundando-se ali mesmo uma comunidade de moças solteiras católicas, a ser dirigida por freiras, desse certo, para impedir a miscigenação étnica e se conservar o núcleo colonial” (FROTSCHER, 2003, p. 36). Importante ressaltar que, coincidentemente ou não, até por se tratar de uma área que recebeu intensa imigração alemã, segundo Ana Maria Dietrich (2007, p. 170), Timbó (SC) foi o primeiro local no país e no mundo a ter atividade do partido nazista fora da Alemanha, com atividade datada de julho de 1928. A autora ainda traz um exemplo, citando matéria do *O Globo* (24-09-1937), que noticiou sarcasticamente sobre um “racista de Heimat, município de Timbó, importou também uma ariana de certificado. Não gostou porém do typo”, prática utilizada para que pudessem se casar com “arianas”.

¹⁶¹⁵ Disponível em: <<https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/fundacao-cultural/fcblu/memoria-digital-padre-johannes-beil67>>acesso em 17 ago. 2020.

Vigário franciscano em Ubatuba desde 1937¹⁶¹⁶, “Padre João” relatou sobre a diretoria de Rosalvo¹⁶¹⁷:

Mais tarde, quando trouxe comigo um filme mudo de verdade, fui a visita mais procurada à ilha, mesmo entre os incrédulos. Como nunca houve filmes na ilha, meus filmes mudos eram o único entretenimento. **Todos os altos funcionários estavam entusiasmados com Hitler, isso foi pouco antes do início da guerra.** Isso deu origem à situação paradoxal de que, como alemão, fiz todos os esforços para desmascarar esse animal do Apocalipse, que eu achava que Hitler era, mesmo diante dos olhos dos brasileiros. Meus esforços, no entanto, permaneceram tão inúteis quanto inúteis [...] **Um dia o diretor foi transferido. Isso me deixou triste porque eu sempre me senti muito confortável com ele. Enquanto ele era funcionário público, o novo diretor era membro da força policial.** (BEIL, 1967, p. 61, grifo meu).¹⁶¹⁸

Figura 103 - Foto de Johannes Beil na escola em Ubatumirim entre 1938/1939



Fonte: Colunista ubatubense Nenê Velloso, mídia digital *O Guarujá*, 2009.¹⁶¹⁹

Os apontamentos de Beil se referem a Rosalvo, efetivado no cargo em 24 de junho de 1938¹⁶²⁰ e substituído pelo major João Candido Zanani em julho de 1940. Interessante notar

¹⁶¹⁶ Ele estava presente na comemoração do 3º centenário de Ubatuba, ocorrido de 28 a 30 de outubro de 1937, que contou com a presença de autoridades religiosas de São Paulo, Santos e Taubaté – IHGSP, *3º Centenário de Ubatuba – Memorial descritivo das Festas comemorativas realizadas nos dias 28, 29 e 30 do mês de Outubro de 1937*, São Paulo: Edições do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, 1938.

¹⁶¹⁷ Agradeço a Leandro Cruz e pelo compartilhamento da obra e a Renata Takahashi, editora e jornalista da mídia *Informar Ubatuba – Notícias e Turismo*, por construir essa ponte.

¹⁶¹⁸ Tradução livre e preliminar. No original: Später, als ich einen richtigen Stumppfimapparat mitbrachte, war ich der meistbegehrte Besuch auf der Insel, auch bei den Ungläubigen. Da es nie Filme auf der Insel gab, waren meine Stummpfilme die einzige Unterhaltung. Alle höheren Beamten schwärmten für Hitler, es war kurz vor Ausbruch mir alle des Kriegs. So entstand die paradoxe Situation, daß ich als Deutscher mir alle Mühe gab, dieses Tier aus der Apokalypse, für das ich Hitler schon demals hielt, vor den Augen der Brasilianer zu entlarven. Meine Bemühungen blieben indes ebenso sinn [...] Eines Tages wurde der Direktor versetzt. Das stimmte mich traurig, denn ich hatte mich immer sehr wohl bei ihm gefühlt. Während er Zivilbeamter gewesen war, war der neue Direktor Anghöriger der Polizei.

¹⁶¹⁹ Disponível em: <http://www.ubaweb.com/revista/g_imprimir.php?grc=27352&c_bio=bmVuZQ==>, acesso em 17 ago. 2020.

¹⁶²⁰ *Correio Paulistano* (SP), 24-06-1938, n.º 25.242, p. 3, HDB/FBN.

que foi sob a administração de Rosalvo que o inspetor do Gabinete de Investigações, José Martins, voltou a trabalhar na ilha após um período em 1933-1935, por insistência do próprio diretor que lhe ofereceu uma nova casa na Ilha Anchieta.

De acordo com o civil detido Sebastião Marzagão,

todos os infelizes presidiários vivem sob um regimen de terror, espancamentos a toda a especie de despotismo implantado por um **“Robespierre” genuinamente Portuguez, José Martins, Investigador de 5ª Classe da Policia Civil, que aqui desempenha as “funções” de carcereiro** (grifo meu)¹⁶²¹.

Já o sargento Portugal de Souza Pacheco provavelmente também passou a servir na Ilha sob a administração de Rosalvo, lá morando entre 1938 a 1952. Chegando com o posto de sargento da Força Pública, terminou sua carreira como “sargento reformado” e “chefe de disciplina”, morto durante os confrontos da “rebelião” de 20 de junho de 1952 (HORTA, 2013). Entretanto, é possível que lá já estivesse destacado desde o segundo semestre de 1936, quando aparece em lista de passageiros embarcados em Ubatuba e em trânsito para São Paulo¹⁶²² – apesar de constar na lista outros funcionários e militares destacados na Ilha Anchieta, não pode ser descartada a hipótese de estar em uma ação de escolta. Porém, caso já estivesse, de fato, trabalhando na ilha desde 1936, em março de 1937 foi detido pela Delegacia de Vigilância e Capturas: respondendo por “crime de atentado ao pudor”, o sargento foi pronunciado pela 4ª Vara Criminal da capital¹⁶²³.

Mas com alguma precisão é possível confirmar que em setembro de 1938, o 3º sargento Portugal já estava destacado na Ilha Anchieta. Ele o seu companheiro de farda, o também sargento Oliveira de Faria, “por conveniência do serviço”, foram transferidos do 6º para o 5º Batalhão de Caçadores¹⁶²⁴, agora sediado em Taubaté. Chegando à ilha com provavelmente seus 30 anos¹⁶²⁵, com o passar do tempo Portugal de Souza Pacheco foi galgando novos cargos, os quais ainda “exerceu as funções de chefe dos guardas de presídio nesta Colonia desde 6 de maio de 1943 até a data de 20 de junho de 1952, quando foi vitima

¹⁶²¹ Carta de Sebastião Marzagão de Campos, 20-03-1942, OACP1940.01.18, CPDOC/FGV.

¹⁶²² *Relação dos passageiros desembarcados em Santos*, 03-09-1936, Companhia Santense de Navegação, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – SP (Santos)/Arquivo Nacional, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.29749, p. 2.

¹⁶²³ *Correio de S. Paulo* (SP), 09-03-1937, n.º 1.444, p. 8, HDB/FBN. Curioso pensar que, apesar de estar solteiro e ainda estar na ativa, Portugal, ao contrário de outros militares sujeitos à rotatividade, permaneceu por anos na Ilha Anchieta até ser reformado.

¹⁶²⁴ *Correio Paulistano* (SP), 22-09-1938, n.º 25.319, p. 12, HDB/FBN.

¹⁶²⁵ Em julho de 1940, descrito como “Portugal Pacheco”, “Brasil”, “Militar”, “32” e “Solteiro”. *Relação de passageiros do vapor “Itaipava”*, 18-07-1940, Santos/SP, p. 2, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira/Arquivo Nacional, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.35812.

dos presidiários, por ocasião de levante havido nesta Colônia”¹⁶²⁶. Sobre o episódio, o missionário Johannes Beil comentou:

Agora, vários funcionários da ilha eram muito odiados, especialmente um chamado Portugal. Ele pertencia à seita Tremedores e era uma pessoa terrivelmente mesquinha. Se ele não fosse com a cara, ele o intimidaria com a linha e o fio, e assim tornou-se o homem mais odiado em toda a ilha (BEIL, 1967, p. 67)¹⁶²⁷

Não foi possível localizar informações adicionais sobre a seita mencionada ou sobre o que poderia ser a “linha e o fio”, se já era uma referência ao “umbigo-de-boi”, instrumento de punição e tortura utilizado durante o período do Instituto Correcional.

Outro funcionário denunciado pelo civil detido Sebastião Marzagão de Campos foi o inspetor do Gabinete de Investigações, “Natalino Verzenhassi”

O exemplo de moral provém da propria residência do Snr. Diretor, onde em verdadeira afronta às famílias de Funcionarios aqui residentes, vive sob o mesmo teto, amancebada com o “guarda-costas” do Snr. Diretor, **Natalino Verzenhassi, um entusiasta quão propagandista da “causa” do “Eixo”**, uma meretriz do mais baixo nível e como tal conhecida por muitos dos infelizes que aqui se encontram reclusos. (grifo meu)¹⁶²⁸.

Pouco se sabe sobre o funcionário. Em uma edição do Diário Oficial consta como “Natal Vendihatti”¹⁶²⁹. Em uma ficha do DEOPS aparece como “Natal Vendimiatti”¹⁶³⁰, mesmo nome que aparece em outra publicação do Diário, informando que funcionário contratado do Gabinete de Investigações foi dispensado “em face do que ficou apurado em sindicância regular e do parecer do sr. 3º Delegado Auxiliar”, em 1941¹⁶³¹. No entanto, o mesmo Natal, filho de Pedro, aparece como eleitor qualificado do distrito da Sé em 1912, constando como “solteiro”, “empregado” e com “22 anos”, quando, na verdade, se confrontado com a ficha do DEOPS, teria dez anos a menos: 12¹⁶³². Em setembro de 1916, como “Natale Vendimiatti”, aparece ainda como testemunha intimada a comparecer no caso do réu Odilon Coimbra¹⁶³³. Dezesesseis anos depois, “Natalino Verzenhazzi”, “civil”, pediu “devolução de certificados referentes ao

¹⁶²⁶ *Ofício P.703*, 31-10-1953, capitão Paulo Viana, responsável pela diretoria da Colônia Agrícola da Ilha Anchieta, ao delegado regional de Taubaté, PEIA.

¹⁶²⁷ Tradução livre e preliminar. Agradeço a Alyne Szcotka por me auxiliar no sentido da tradução, principalmente no termo “grün” e “es” e como podem ser compreendidos. No original: Nun waren auf der Insel verschiedene Beamte sehr verhaßt, besonders einer namens Portugal. Er gehörte zur Sekte der Tremedores und war ein furchtbar kleinlicher Mensch. Wem er nicht grün war, den schikanierte ern ach Strich und Faden und brachte es so zum bestgehaßten Mann der ganzen Insel.

¹⁶²⁸ *Carta* de Sebastião Marzagão de Campos, 20-03-1942, OACP1940.01.18, CPDOC/FGV.

¹⁶²⁹ Boletim de funcionários da Repartição Central de Polícia - DOSP, 05-12-1939, n.º 277, p. 5.

¹⁶³⁰ Provavelmente nascido em 1898, filho de Pedro e Amalia Boscolli, aparece em 1945 como “inspetor de segurança” e “casado”, pront. n.º 46.546, DEOPS/APESP.

¹⁶³¹ DOSP, 26-09-1941, n.º 220, p. 6.

¹⁶³² DOSP, 18-10-1912, Outubro/1912, p. 4.209. Talvez uma tática eleitoral da República Velha

¹⁶³³ DOSP, 21-09-1916, Setembro/1916, p. 3.700.

movimento constitucionalista de 1932”, que lhe foi autorizado¹⁶³⁴. Já em 1935, “Natal Vendimiatti” apareceu em reportagem do *Correio de S. Paulo* por ter perdido seu cão de caça, um “perdigueiro francez” de 4:000\$000¹⁶³⁵. Importante ressaltar que, quando “Natal Vendihatti”, aparece na lista de contratados do Gabinete de Investigações, constando também todos os funcionários da Repartição Central de Polícia, totalizando 7.978 funcionários, nenhum Natalino/Natale e Verzenhazzi/Vendihatti consta, o que permite sustentar até o momento a hipótese de que se trata de uma única pessoa¹⁶³⁶.

O que se sabe é que “Natalino Verzenhassi” chegou a Ilha Anchieta em 20 de junho de 1940, acompanhado de sua esposa. Na ocasião, o diretor Rosalvo comentou que lastimava a ida de funcionários com família por não ter casa à disposição, pedindo ao GI que cortasse a vinda “de outros nessas condições porque vexames suas famílias”¹⁶³⁷. Quase dois anos mais tarde, o tenente-coronel Euclides solicitou com “maxima urgencia” que fosse construída uma casa para “o vigilante soldado reformado Nalino Versenhase”, que deveria ser construída nas imediações da casa do empreiteiro das obras de reforma, Bruno de Biaggio¹⁶³⁸ - relato que parece indicar que, de fato, Natalino pode ter morado na casa do diretor major Zanani, tal como dito pelo civil detido Sebastião Marzagão. Ainda, Natalino aparece com seu sobrenome também grafado como “Verzenhasse”¹⁶³⁹ ou “Verzenhaze”¹⁶⁴⁰ e “Verzenhassi”¹⁶⁴¹.

¹⁶³⁴ DOSP, 08-02-1938, n.º 29, p. 15 – expediente do Quartel General da Força Pública.

¹⁶³⁵ A notícia é relevante porque aponta sua residência na Rua da Penha e que é “amante de caçadas”, informa que “como todo bom cynegeta que gosta de caçar as belas perdizes e codornas que enxameiam pelos campos” – *Correio de S. Paulo*, 06-06-1935, n.º 920, p. 8, HDB/FBN. O uso do termo “cynegeta” pode indicar que Natal era italiano ou descendente direto de italianos, sendo “cynegeta” uma palavra italiana para designar aquele que caça com cães. Tal termo não aparece no *Diccionario da Lingua Brasileira* (1832) de Luiz Maria da Silva Pinto (disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>>) ou no *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1890) de Antonio de Moraes Silva, 8ª ed. (disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523>>), mas aparece no *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa* (1913) de Candido de Figueiredo, descrito como “cynegetica f. Arte de caçar, com o auxilio de cães. Arte da caca (disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>>, p. 561, acesso em 01 set. 2020).

¹⁶³⁶ Boletim de funcionários da Repartição Central de Polícia - DOSP, 05-12-1939, n.º 277, p. 5. O mais próximo é “Natalino Lopes Vieira” (carcereiro e faxina), que seria parente de Manoel Lopes Vieira, carioca e ex-comandante da Guarda Noturna, conhecido de Rosalvo?

¹⁶³⁷ *Boletim n.º 1148*, 20-06-1940, do diretor Rosalvo para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA. Indica que, ao contrário do que havia acontecido com o vigilante chefe José Martins, Natalino não foi uma indicação do diretor.

¹⁶³⁸ *Ofício n.º 391-A*, 19-03-1942, do tenente-coronel engenheiro chefe do S.E. Euclides Marques Machado para o 1º ten. Manoel de Carvalho Vilar, respondendo pelo diretor interino do Presídio Político da Ilha Anchieta, PEIA.

¹⁶³⁹ *Ofício n.º 62/40*, 19-08-1940, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, PEIA.

¹⁶⁴⁰ *Relação das peças de fardamento para uniformidade dos vigilantes desta Ilha abaixo enumerados*, 27-08-1940, PEIA.

¹⁶⁴¹ *Relação e numeração dos calçados dos vigilantes do Presídio Político da Ilha Anchieta*, Diretoria de Material, Secretaria da Segurança Pública, 14-04-1942, PEIA.

9.5 Controle da prisão através da violência de integralistas?

É impossível traçar qualquer cenário idílico e harmonioso na Ilha Anchieta para o período de 1931-1942. Por mais que houvesse um esforço sistemático por parte de relatórios em destacar as instalações da instituição prisional e as belezas naturais e paisagens da ilha, assim como as reportagens de Willy Aureli, a realidade era oposta. Eis o cenário:

Primeiro elemento: **civis detidos de forma arbitrária e ilegal**, tal como nos termos de um delegado corregedor, “os presos são mandados para ali sem processos regulares” o que ocasiona, por razões óbvias, que “os detentos vêm reclamando contra a ilegalidade de suas prisões, e, por isso, mostram-se insubmissos à disciplina que é necessária manter-se ali”¹⁶⁴². Ou se apenas um depoimento não for suficiente, há também os dizeres do delegado regional de Santos, dizendo que a deportação ocorria “às dezenas, sem forma nem figura de juízo”¹⁶⁴³.

Segundo elemento: **militares não gostavam de serem enviados para a Ilha Anchieta**, pois também se sentiam presos e isolados e, para eles, o único motivo que compensava aquele posto era o fato de que a alimentação era fornecida pelo Estado, o que veio a ser temporariamente suspenso no segundo semestre de 1938, ocasionando insatisfações inclusive para o corpo de vigilantes, já que alguns funcionários civis recebiam apenas Rs 90\$000¹⁶⁴⁴.

Terceiro elemento: “**espancamento de presos**” e mortes suspeitas ocorriam, possuindo indícios concretos apontando para uma relevante dificuldade da diretoria em conter as violências praticadas por parte dos agentes de segurança de longa data, caso não fosse a própria ordenadora de tais violências, como relatado pelo delegado corregedor ainda em 1934, como já vistas no capítulo 5¹⁶⁴⁵.

Quarto elemento: **a rotineira, total e absoluta falta de gêneros alimentícios básicos**, observadas diversas vezes, os racionamentos e a suposição de que os brasileiros e imigrantes, ilegalmente e arbitrariamente encarcerados, eram ainda mais privados de que os militares e funcionários, tal como visto no capítulo 7 e neste capítulo 9. Carestias essas que abarcavam também os serviços de saúde, tanto para os detidos quanto para os militares,

¹⁶⁴² *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934*, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946, p. 474.

¹⁶⁴³ *Ofício n.º 331, 09-02-1933*, do delegado regional de Santos, José Ulysses Luna, ao juiz de direito da vara criminal de Santos, Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, caixa 518, Acadepol/APESP.

¹⁶⁴⁴ *Boletim n.º 365, 01-10-1938*, do auxiliar de diretor, Noginel de Moura Pegado para o diretor Rosalvo Alves Loureiro, Hotel Sul America, São Paulo, PEIA.

¹⁶⁴⁵ *Relato feito pelo dr. Emilio Castelar Gustavo, Delegado Especializado, 1934*, Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. 12, 2º semestre, 1946.

funcionários e seus familiares, sendo frequente as licenças para cuidados com saúde ou a travessia em urgência de funcionários com familiares para receberem tratamento em Santos.

Quinto elemento: **o trabalho forçado e em péssimas condições**, como relatado durante a construção da estrada em 1933 e sentido pelos próprios militares responsáveis pela escolta, como já visto no capítulo 4; ou, ainda, a denúncia feita pelo médico Ismael de Sá Júnior em 1934, que resultou em uma sindicância.

Sexto elemento: **militares integralistas e vigilantes “propagandistas do Eixo”** passaram a compor a força de segurança na Ilha Anchieta e foram, até a década de 1950, conhecidos por sua violência na condução cotidiana dos trabalhos. Não por acaso, um dos expoentes, o então chefe dos vigilantes e sargento reformado Portugal de Souza Pacheco, foi um dos assassinados durante a “rebelião” de 1952. Ou na fala de um funcionário, alegando que “não tem duvidas em afirmar que tem mais medo do destacamento do presídio do que dos proprios presos”¹⁶⁴⁶.

Importante destacar que havia há alguns anos uma preocupação do Gabinete de Investigações em relação ao guardas que trabalhavam nos presídios. Em 23 de setembro de 1933, um agente reservado fez algumas considerações sobre a questão no Presídio Político da Liberdade, provavelmente um inspetor passando-se por um “preso político”:

Tambem merecem especial cuidado os Guardas civis que alli prestam serviços, pois os communistas tratam de catechizar-os para o seu credo. Já tem sido notado que esses servidores do Estado mantêm demoradas palestras com os communistas, sobre esses assumptos, chegando, ás vezes, a perguntar o guarda explicações sobre determinadas questões.¹⁶⁴⁷

Não é possível afirmar que os militares integralistas ou simpatizantes do “Eixo” foram enviados de forma estratégica visando o controle da população lá encarcerada, até por todas as relações de aproximação e filiação desenvolvidas entre a polícia e o integralismo naquelas décadas, mas é possível afirmar que a presença deles contribui para aumentar o nível de violência e tensão inseridos nas relações sociais, fosse com aqueles encarcerados ou com os funcionários civis e seus familiares. É possível afirmar também que, uma vez que a Delegacia de Ordem Social estava alerta às problemáticas que poderiam acarretar se guardas mantivessem contato com comunistas no presídio da Ilha Anchieta ou na expectativa de que estes pudessem ser enviados para lá a qualquer momento, tal como chegou a ser noticiado em 1935 e 1937, a

¹⁶⁴⁶ *Termo de Declarações* de José Teixeira Pinto em 11-07-1952, inquérito policial realizado pela Delegacia Especializada de Ordem Política, do Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário n.º 124.400, “João Pereira Lima”, vol. 1, DEOPS/APESP.

¹⁶⁴⁷ *Notas reservadas sobre o Presidio da Liberdade*, 23-09-1933, doc. 68, pront. n.º 1.335, “Presidio Político da Imigração”, DEOPS/APESP.

presença de militares integralistas garantiriam uma margem de segurança no controle de tais “indesejáveis”.

9.6 As mortes do Presídio Político e a transformação em Instituto Correccional da Ilha Anchieta (1942)

Com as obras ocorrendo na Ilha Anchieta sob coordenação geral do tenente-coronel e engenheiro chefe do Serviço de Engenharia da Força Pública, Euclides Marques Machado, e localmente geridas pelo 2º cabo e operário militar de 4º classe, Abilio Bacchi¹⁶⁴⁸, depois substituído pelo 3º sargento e Sebastião Rufino Gomes¹⁶⁴⁹, a movimentação no píer era alta e frequente nos primeiros meses, sendo enviados em uma ocasião 26 toneladas de materiais¹⁶⁵⁰ e em outra 30¹⁶⁵¹. Mas o movimento também cresceu com empreiteiros, operários civis, engenheiros e projetistas da capital que passaram a frequentar a Ilha com passes de autorização. Se era praxe soldados e sargentos reformados servirem na ilha como vigilantes ou vigilantes-chefes, em 1942 até mesmo tenentes foram enviados pelo SEFP para cuidarem de certos setores, como o “tenente Quintiliano”¹⁶⁵², que atuou como “auxiliar” na diretoria¹⁶⁵³, e o 2º tenente Antonio Leopoldo da Cunha, responsável pela fiscalização e controle sobre os materiais das obras¹⁶⁵⁴. Para auxiliarem nos serviços da olaria da Enseada¹⁶⁵⁵, um cavalo de apelido “Carioca” e mulas foram compradas, enquanto um caminhão *Ford* novo foi enviado para a Ilha Anchieta¹⁶⁵⁶ e seria dirigido pelo “de nº 101”¹⁶⁵⁷. Ainda, com a olaria da Praia da Enseada pronta para produção, o próprio chefe do GI indagou quais vinte “presidiarios” poderiam ser

¹⁶⁴⁸ *Ofício n.º 210-A*, 13-02-1942, do chefe do SE, tenente-coronel Euclides, para o diretor major João Candido, PEIA.

¹⁶⁴⁹ *Ofício n.º 682-A*, 29-05-1942, do chefe do SE, tenente-coronel Euclides, para o diretor interino tenente Manoel Villar, PEIA.

¹⁶⁵⁰ *Radiotelegrama n.º 7*, 05-01-1942, de “Cap. Raul” para o diretor major João Candido, PEIA.

¹⁶⁵¹ *Radiotelegrama n.º 43*, 31-01-1942, do “Comte. Euclides” para o diretor major João Candido, PEIA.

¹⁶⁵² *Radiotelegrama n.º 159*, 27-05-1942, do “Comandante Euclides” para o diretor interino, tenente Villar, PEIA.

¹⁶⁵³ *Radiogramas n.º 209 e 210*, 23-04-1942, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA - assinados por “Quintiliano Oliveira”, “Auxiliar” informando a presença de outros membros da diretoria na Ilha e itens a serem comprados.

¹⁶⁵⁴ *Ofício n.º 86-D*, 20-02-1942, do chefe do SE, tenente-coronel Euclides para o diretor major João Candido, PEIA.

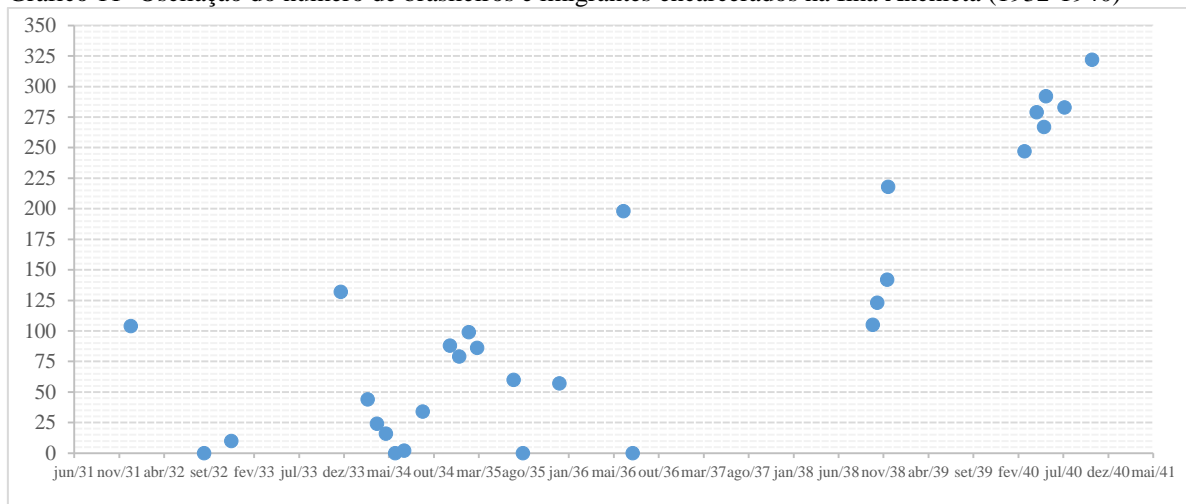
¹⁶⁵⁵ *Ofício n.º 196-4*, 11-02-1942, do chefe do SE, tenente-coronel Euclides, para o diretor major João Candido, PEIA.

¹⁶⁵⁶ *Radiograma n.º 70*, 27-01-1942, do diretor major João Candido para o tenente-coronel Euclides, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA.

¹⁶⁵⁷ “Comunico-vos que existem diversos motoristas, sendo um hábil, que já trabalhou em empresas de transportes etc. estando em condições pelo seu trabalho e disciplina o de nº 101” – *Radiograma n.º 79*, 29-01-1942, do diretor major João Candido para o chefe do SE, tenente-coronel Euclides, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA.

enviados para aquela oficina¹⁶⁵⁸. Com uma população total de quase “400 presidiários” no início daquele ano¹⁶⁵⁹, as oficinas produziram as marcas de 1 milhão de tijolos, 2 milhões de pães e 2 toneladas de sabão¹⁶⁶⁰.

Gráfico 11- Oscilação do número de brasileiros e imigrantes encarcerados na Ilha Anchieta (1932-1940)



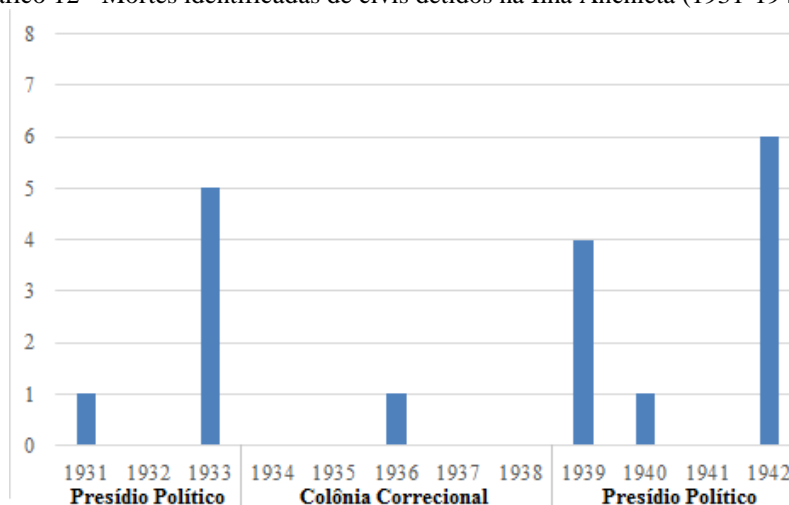
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir do arquivo PEIA, Acadepol/APESP e NBH/APESP.

Mas é possível que em tal cenário um outro fato tenha chamado a atenção das autoridades na capital.

¹⁶⁵⁸ *Radiograma n.º 146*, -19-03-1942, do tenente comandante do destacamento, Manoel Villar, para o chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA. Apesar de uma foto feita pelo jornal integralista *Acção* e publicada em novembro de 1937 mostrar que as roupas utilizadas naquele momento pelos civis detidos possuíam números em suas costas, foi durante a administração do major Zanani que os nomes, nas comunicações, vão sendo substituídos por números de matrícula: uma estratégia também do poder disciplinador sobre os corpos, em retirar seu nome e uma característica primordial de sua individualidade para ser apenas um número na lista de chamada, na lista de trabalho do dia dentre outras.

¹⁶⁵⁹ *Radiograma n.º 45*, 15-01-1942, do médico do Presídio, Jayme de Arruda Filho, para o chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA.

¹⁶⁶⁰ *A vida administrativa de São Paulo, de 5 de Junho de 1941 a 31 de Dezembro de 1942*, Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República Federal, pelo Sr. Fernando Costa, Interventor Federal em São Paulo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 336, HDB/FBN.

Gráfico 12 - Mortes identificadas de civis detidos na Ilha Anchieta (1931-1942)¹⁶⁶¹

Fonte: Gráfico elaborada pelo autor a partir do arquivo PEIA.

Em uma sexta-feira, 27 de março, o “mendigo” Sylvio Francisco veio a óbito às 13 horas, acometido por uma “enterite tuberculosa”¹⁶⁶². Quase um mês depois, na terça-feira, 21 de abril, o “presidiário” José Amaral ou José Silvestre também veio a óbito às 19h50, mas sem causa mencionada¹⁶⁶³. Por coincidência ou não, quatorze dias depois estava na ilha o inspetor técnico do Departamento de Saúde da Secretaria da Educação e Saúde Pública, “Dr. J. Vieira de Macêdo”. Após realizar vistorias e consultas junto à população encarcerada e funcionários, no dia 5 expediu, ainda no Presídio¹⁶⁶⁴, a seguinte comunicação:

Por determinação do Snr. Dr. Secretaria da Educação e Saude Publica, e a pedido do seu colega da Pasta de Segurança Pública, Snr. Dr. Acacio Nogueira, fui designado [...] para estudar a incidência da syphilis e moléstias venerias, entre os presidiarios desta Ilha. [...]

Antes de iniciar minha missão percorri, como sanitarista, todas as instalações do Presídio, verificando ótimo estado sanitário da mesma, alimentação dos presidiarios que constatei ser de bastante valor nutritivo, assim como as novas instalações de exgotos, que logo terminadas colocarão o Presidio em ótima situação sanitária.

Iniciei, depois, o exame sistemático de cada presidiário, tendo ensejo examinar cerca de 300 dos mesmos, constatando a alta incidência blenorragia clonica [gonorreia] entre eles, assim como da sífilis.

Providenciei a extração de sangue cerca de 300 presidiarios para ser feito a reação sororogica para o diagnostico da sífilis.[...]

Quanto ao estado de saúde dos presidiarios levo a melhor impressão possível o que demonstra a eficiência da direção, consistente da alimentação, normas de higiene, distribuição de serviço, etc.

¹⁶⁶¹ Em relação a 1933, lembro metades dos óbitos verificados (3) estão relacionados ao “levante” de 14-03-1933.

¹⁶⁶² *Radiograma n.º 161*, 27-03-1942, o comandante tenente Manoel de Carvalho Villar, para o chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA.

¹⁶⁶³ “Deixo de mencionar o diagnostico porque o medico ainda não chegou” – *Radiograma n.º 206*, 22-04-1942, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Francisco de Assis Carvalho Franco, PEIA.

¹⁶⁶⁴ É possível atestar isso por ter utilizado uma folha destinada a ofícios do próprio Presídio, possuindo seu timbre. Por esse motivo, por exemplo, é uma folha que não possui numeração. Nela, o relato está datilografado e possui a assinatura manuscrita do funcionário e, abaixo, em lápis de cor vermelha está anotado “Foi providenciado a saída batelão as 16 horas, tendo este fº chegado ás”. Foi publicado no “Boletim” da diretoria no dia 6 de maio de 1942.

Após terem sido realizado as reações sorológicas darei sciencia de resultado das mesmas em relatório posterior.

Entretanto, Snr. Diretor, torna-se mister que esse material retirado do pessoal de toda Ilha seja enviado com a maior urgencia possivel para Santos, tendo para isso requisitado autorização do Comandante da Base Naval de Santos, cujo avião militar deixará Ubatuba nas primeiras horas do dia 6, urje, pois, Snr. Diretor que V.S. tome as necessarias providencias afim de que a comissão de que fui investido possa ser eficiente [...]. (grifo meu)¹⁶⁶⁵

Após os exames do inspetor e em um curto prazo de quarenta e dois dias transcorridos, mais quatro vieram a óbito. E esses quatro já estavam presentes no Presídio antes do dia 5 de maio: Pedro Camilo Ribeiro, que faleceu na madrugada de segunda-feira, dia 18¹⁶⁶⁶, três dias antes teve sua liberdade em Ubatuba ordenada pelo chefe do GI¹⁶⁶⁷, tática usada para aqueles enfermos detidos “sob sigilo” e geralmente tuberculosos, mas por algum motivo Pedro permaneceu na Ilha; Manoel José Torres, que faleceu em 27 de maio¹⁶⁶⁸; seis dias depois, Antonio Perrone faleceu por “enterite tuberculosa”, também em uma madrugada de terça-feira¹⁶⁶⁹; e Oscar Macedo, “elemento nocivo à sociedade e perturbador da segurança política do país”, estava detido desde fevereiro com “fundamento no estado de emergência”¹⁶⁷⁰. Em 31 de março, terça-feira, o chefe do GI ordenou que Oscar fosse posto em liberdade na Praia da Enseada¹⁶⁷¹, determinação cumprida pela diretoria na quinta-feira, às 16h¹⁶⁷². Em alguma reviravolta no devir histórico ainda não compreendida, acabou falecendo por “pneumonia dupla” no próprio presídio meses depois, às 16h10 de quinta-feira, 17 de junho¹⁶⁷³.

Do prontuário de Oscar, provavelmente aberto em fevereiro de 1942, é interessante observar os versos das folhas arquivadas, que demonstram como os prontuários foram sendo exauridos com as revisões e manuseios:

¹⁶⁶⁵ *Ofício s/n*, 05-05-1940, do inspetor J. Vieira de Macêdo para o diretor major João Candido, PEIA.

¹⁶⁶⁶ *Ofício n.º 215*, 18-05-1942, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, PEIA.

¹⁶⁶⁷ *Radiotelegrama n.º 2001*, 15-05-1942, às 16h30, do chefe do GI, Juvenal Toledo Piza, para o diretor major João Candido, PEIA.

¹⁶⁶⁸ Informada somente cinco dias depois – *Radiograma n.º 238*, 01-06-1942, do comandante tenente Manoel de Carvalho Villar, para o chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, PEIA.

¹⁶⁶⁹ *Radiograma n.º 239*, 02-06-1942, do comandante tenente Manoel de Carvalho Villar, para o chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA.

¹⁶⁷⁰ *Ofício n.º 3770*, 11-02-1942, do chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, para o presidente do Tribunal de Apelação, Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz, pront. n.º 19.886, “Oscar Macedo”, DEOPS/APESP.

¹⁶⁷¹ *Radiotelegrama n.º 1388*, 31-03-1942, às 22h, do chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, para o diretor major João Candido, PEIA.

¹⁶⁷² *Radiograma n.º 176*, 03-04-1942, do do comandante tenente Manoel de Carvalho Villar, para o chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA.

¹⁶⁷³ *Radiograma n.º 256*, 17-06-1942, do comandante tenente Manoel de Carvalho Villar, para o chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA.

Tabela 43 - Carimbos no verso do *Ofício n.º 3770*, expedido pelo Gabinete de Investigações em 11-02-1942¹⁶⁷⁴

CARIMBO COM:				CARIMBO
	“Data”	“Fls.”	“Pt.”	“DOCUMENTO ARQUIVADO POR”:
1	19-02-1942	97	1.877	23-02-1942
2	12-08-1942	57	1.780	
3	11-05-1945	1	19.886	15-07-1944

Fonte: Folha n.º 1 [“fls.1”] do prontuário n.º 19.886, “Oscar Macedo”, DEOPS/APESP.

E um outro fato que explicita a situação dos civis detidos na Ilha Anchieta ocorreu também com Oscar. Mais de dois meses após sua morte, Oscar foi condenado pelo juiz de direito da 3ª Vara Criminal, como incurso nas penas do artigo 303¹⁶⁷⁵. Ou seja, Oscar teve um habeas corpus negado porque era “elemento nocivo à sociedade e perturbador da segurança política do país”, quando, na verdade, estava sendo processado por reproduzir ou alterar selo ou peça filatélica que tivesse valor para coleção. Sua certidão de óbito só foi providenciada mais de 100 dias depois de sua morte¹⁶⁷⁶, para que fosse feita a comunicação ao Judiciário.

Essa primeira lista parcial poderia ter sido ainda maior, mas o “ex-detento Romeu Romão”, que faleceu em 8 de abril em Ubatuba¹⁶⁷⁷, foi posto em liberdade dezoito dias antes, ocasião na qual ainda recebeu o saldo de 10\$000 por 50 horas de trabalho¹⁶⁷⁸. Em todos os anos cujos radiotelegramas foram preservados, a preocupação de uma morte ocorrer na Ilha era latente. Alguns poucos foram enviados para tratamento em Santos ou Taubaté. Para não serem postos em liberdade em Santos ou na capital, as ordens eram para que os brasileiros e imigrantes fossem postos na cidade de Ubatuba ou na Praia da Enseada, principalmente se o estado de saúde fosse gravíssimo: era preferível aos administradores colocarem um moribundo e sem nenhum recurso no continente, tal como ocorria antes dos pecúlios e saldos da década de 1940, do que ter que expedirem certidões de óbito ou terem que prestar esclarecimentos ao Tribunal de Apelação, aos juízes das varas criminais ou aos familiares em busca de seus parentes.

¹⁶⁷⁴ Há ainda outros dois carimbos “Documento arquivado por:” com as datas de 23-02-1942 e 15-07-1944. A de 15 de julho é a mesma data que consta na ficha DEOPS/APESP.

¹⁶⁷⁵ *Ofício n.º 21.839*, 27-08-1942, do delegado de Segurança Pessoal e pelo chefe do GI, Francisco de Assis Carvalho Franco, para o diretor interino tenente Manoel de Carvalho Villar, pront. n.º 19.886, “Oscar Macedo”, DEOPS/APESP.

¹⁶⁷⁶ *Ofício s/n*, 02-10-1942, do oficial do Registro Civil, José Bruno Rodrigues, para o diretor interino tenente Manoel de Carvalho Villar, PEIA.

¹⁶⁷⁷ *Radiotelegrama n.º 41*, 08-04-1942, 19h30, do delegado de Ubatuba, Lucio Vieira, para o diretor major João Candido, PEIA.

¹⁶⁷⁸ *Radiograma n.º 158*, 26-03-1942, do comandante tenente Manoel de Carvalho Villar, para o tenente-coronel Euclides, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA.

9.6.1 A transformação em Instituto Correccional da Ilha Anchieta (1942)

Em 31 de janeiro de 1942, três dias após o Brasil romper as relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão, o secretário da Segurança Pública deu prosseguimento ao objetivo de transformar o Presídio Político em Instituto Correccional, enviando ao interventor federal um projeto do decreto-lei. Onze anos após a retomada das atividades da Ilha enquanto território de exclusão social e política no estado de São Paulo, até aquele momento a instituição não era dotada de um regulamento e, nem mesmo a Colônia Correccional, que havia operado entre 1934 e 1939, existia legalmente, pois seu decreto de criação nunca fora providenciado pelos chefes de polícia ou secretários da SSP.

Tabela 44 - Cronologia de eventos e criação do Instituto Correccional da Ilha Anchieta –ICIA (1942)

DATA	EVENTO
21-07-1939	Decreto de criação do Presídio Político da Ilha Anchieta ¹⁶⁷⁹
05-07-1940	Diretor Rosalvo é comissionado no GI para a escrita do regulamento ¹⁶⁸⁰
25-09-1940	Chefe do GI encaminha anteprojeto para o diretor major João Candido
05-12-1940	Diretor major João Candido encaminha “quasi um outro” projeto ao GI
28-01-1942	Secretário Acácio Nogueira envia projeto do ICIA para o Interventor
26-02-1942	Diretor major João Candido vai para São Paulo, falecimento de seu filho Pedro ¹⁶⁸¹
27-03-1942 – sexta-feira	Óbito de Sylvio Francisco por “enterite tuberculosa às 13h
08-04-1942	Diretor major João Candido regressa para a Ilha Anchieta ¹⁶⁸²
21-04-1942 – terça-feira	Óbito de José Amaral ou José Silvestre às 19h50
30-04-1942	Parecer n.º 526 de Cyrillo Júnior, relator do projeto de criação do ICIA
05-05-1942	Inspecção feita pelo Departamento de Saúde do Estado
18-05-1942 – segunda-feira	Óbito de Pedro Camilo Ribeiro à 1h20
20-05-1942	Comandante do destacamento, 1º tenente Manoel de Carvalho Villar assume interinamente por 120 dias, durante a licença médica do major João Candido ¹⁶⁸³
24-05-1942	Diretor major João Candido e família vão para São Paulo ¹⁶⁸⁴
27-05-1942 – quarta-feira	Óbito de Manoel José Torres
02-06-1942 – terça-feira	Óbito de Antonio Perrone por “enterite tuberculosa” às 3h
17-06-1942 – quarta-feira	Óbito de Oscar Macedo por “pneumonia dupla” às 16h10
27-06-1942	Parecer n.º 834 de Cyrillo Júnior, relator do projeto de criação do ICIA
07-07-1942	Debate do Projeto de decreto-lei e adiamento da votação
18-08-1942	São votadas e aprovadas as emendas ao Projeto
31-08-1942	O Brasil entra em estado de guerra
19-08-1942	Resolução n.º 1103 do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo

¹⁶⁷⁹ Decreto n.º 10.393, 21-07-1939, ALESP.

¹⁶⁸⁰ DOSP, 06-07-1934, n.º 154, p. 2.

¹⁶⁸¹ No início de fevereiro, o major Zanani estava preocupado com seu filho Matusalém, endereçando mensagens à Estrada de Ferro Sorocabana para saber a situação de sua saudade – mas no entretanto, em 26 de fevereiro, seu outro filho, Pedro Domingos Zanani, faleceu e foi velado em São Paulo. É possível que a licença médica tenha relação com essa perda familiar (*Radiotelegrama n.º 72*, 27-02-1942, do “Capitão Raul” para o médico Jayme de Arruda Filho, PEIA). Pedro tinha entre 18 e 19 anos e já havia viajado à Ilha Anchieta (*Relação dos passageiros desembarcados em Santos*, 18-02-1941, Companhia Santense de Navegação, Fundo Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – SP (Santos)/Arquivo Nacional, BR RJANRIO BS.0.RPV, ENT.36572, p. 2).

¹⁶⁸² *Radiograma n.º 186*, 08-04-1942, do comandante tenente Manoel de Carvalho Villar, para o chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA.

¹⁶⁸³ *Radiograma n.º 218*, 20-05-1942, do comandante tenente Manoel de Carvalho Villar, para o chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA.

¹⁶⁸⁴ *Radiograma n.º 230*, 24-05-1942, do diretor interino tenente Manoel de Carvalho Villar, para o chefe do GI, Juvenal de Toledo Piza, Minutas de rádios – 1º semestre de 1942, PEIA.

04-09-1942	Decretada a criação do ICIA
06-09-1942	Início das “evacuações” de japoneses em São Paulo
12-09-1942	Data de publicação do decreto e entrada em vigor do ICIA
30-09-1942	É extinto o Presídio Político da Ilha Anchieta

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de radiotelegramas (PEIA) e da *Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, v. 4, 2º sem., dez., 1942, p. 689-717.

No momento posterior à entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, diversos campos de detenção e trabalho forçado foram abertos em diversos estados do país, de forma a receber estrangeiros e seus descendentes que possuíssem nacionalidade de alguma nação do “Eixo” e fossem identificados como ameaça à ordem pública. O estado varguista e seus interventores agora ampliavam o número de “inimigos” passíveis de sofrerem vigilância e detenção, repressão mais fortemente sustentada pelo próprio caráter de um regime de exceção, de um país em guerra. Naquele momento, o “perigo vermelho”, o “perigo amarelo”, o “perigo verde” dentre outros, estavam não só no exterior, mas também no interior da nação. Alemães, japoneses, italianos, comunistas, todos eles passaram a ser espiões em potencial e é neste momento que a SSP decide transformar um Presídio Político, com mais de uma década em atividade de segregação social e política, em um Instituto Correccional, visando aqueles efetivamente condenados e com uma dupla e dúbia ascendência: tanto a Secretaria da Justiça, quanto a Secretaria da Segurança Pública.

Porém, um dispositivo de exceção foi criado. O ICIA foi dotado de três secções autônomas: a da Penitenciária do Estado, reservada aos condenados às penas de detenção e de reclusão, “nos termos das leis vigentes”; b) daqueles que que forem sujeitos à medida de segurança detentiva, também de acordo com as leis vigentes; c) a seção reservada “ao cumprimento de prisão simples”. O capítulo sobre as “internações e desinternações” diz expressamente nos artigos 4º e 5º que os “presidiarios condenados” só serão recolhidos por “ordem expressa da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior”, mediante “solicitação do diretor geral da Penitenciaria e assentimento do juiz das execuções criminais”, assim como o “internamento dos indivíduos detidos como medida de segurança” será por guia assinada pelo juiz competente e acompanhada de cópia da sentença, mas abre uma brecha para a Secretaria da Segurança Pública. No artigo 6º, diz:

Os indivíduos [ou seja, não usam o termo “presidiário” ou “condenados”] **sujeitos a prisão simples** [ou seja, a “prisão policial” ou “detenção correccional”, utilizada em suspeita de caso de contravenção] **desde que perigosos à ordem social** [ainda um caráter subjetivo e discricionário para delegados e a SSP], serão encaminhados por determinação assinada pelo Secretário da Segurança Pública e, quando contraventores condenados, por ordem do respectivo juiz. (grifo meu)¹⁶⁸⁵

¹⁶⁸⁵ Decreto n.º 13.182, 12-01-1943. São Paulo: Tipografia Pocaí, 1943.

E ainda, ao que tangia o regime penal, cada uma destas “seções autônomas” deveriam possuir dependências separadas de acordo com os “internados”, sendo então que haveria uma dependência para “indivíduos sujeitos à prisão simples, incluídos contraventores condenados”. Ou seja, se não eram os “presidiários sentenciados” com “penas de reclusão e de detenção”, ou os “detidos como medida de segurança”, quem eram aqueles “indivíduos sujeitos à prisão simples” que nem mesmo se enquadravam na categoria “contraventores condenados”?

Tabela 45 - Decreto n.º 13.182, 12-01-1943 – Regulamento do Instituto Correcional da Ilha Anchieta

“SEÇÕES AUTÔNOMAS”	“ORDEM EXPRESSA”	“REGIME PENAL”
1ª seção: “Penitenciária do Estado”	por ordem expressa da SJ, mediante solicitação do diretor geral e assentimento do juiz da vara criminal	- “Presidiários condenados”
2ª seção	por guia assinada pelo juiz competente e cópia da sentença	- “Detidos como medida de segurança”
3ª seção	por ordem do juiz	- “Contraventores condenados”
	por determinação assinada pelo secretário SSP	- “Indivíduos sujeitos à prisão simples”

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do Decreto n.º 13.182, 12-01-1943.

Ou seja, mudou para continuar da mesma forma. Os “indivíduos sujeitos à prisão simples”, que correspondiam à uma “finalidade” de uma “seção autônoma” e sob responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública, estavam sob um dispositivo do decreto que era a garantia para que toda uma série de dinâmicas arbitrárias e que em certos períodos constitucionais também eram ilegais, agora eram contempladas com um caráter legal.

No anteprojeto, a 2ª seção seria chamada “Correcional” e a 3ª seção, a cargo da SSP, era “destinada aos contraventores e mal-viventes em geral”. Um conselheiro sugeriu a alteração dos termos, porque:

Longe de nós a ideia de que o Governo pretenda, porventura, que o Departamento aprove o local de recolhimento dos que foram presos ilegalmente, tanto mais quanto a ilha já tem a tradição de depósito do rebotalho da criminalidade – os vadios reincidentes, os adestrados batedores de carteira, enfim toda a espécie de perniciosos e perigosos cujas denominações fazem a delícia da gíria policial e que a policia, a bem da tranquilidade publica, se sentia na necessidade de afastar das cidades. (Marrey Junior, 02-07-1942)¹⁶⁸⁶.

O integralista Miguel Reale, também conselheiro no Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, seguiu Marrey na pontuação, que não era, em essência, uma crítica:

Estou também de acordo com o nobre colega Marrey Junior, quando exclue a possibilidade de serem os “mal viventes em geral” destinados à mesma seção creada para aqueles que violarem a lei das contravenções penais e estiverem sujeitos à pena de prisão simples. Os novos Códigos Penais armaram o Governo e o Juizes de suficientes medidas acautelatórias da sociedade contra os maus elementos, sendo

¹⁶⁸⁶ Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, v. 4, 2º sem., dez., 1942, p. 698.

desnecessário nesta matéria poderes de exceção. Julgo, entretanto, oportuno fazer-lhe um acréscimo, de sorte a coibir possíveis abusos.

Como se sabe, os contraventores estão geralmente sujeitos a penas reduzidas, de alguns dias ou alguns meses, não sendo justo nem aconselhavam que possam todos eles ser remetidos a uma secção correcional situada na Ilha Anchieta. Mais justo é que se estabeleça o limite mínimo de pena de prisão simples por um ano, para que seja possível a transferência dos condenados à referida secção¹⁶⁸⁷.

Ou seja, para Miguel Reale o problema não era a ausência de conhecimento da Secretaria da Justiça sobre toda uma população de “indivíduos sujeitos à prisão simples” que eram detidos e enviados para uma ilha prisional a mando do chefe de polícia, mas sim que não era compensatório para o Estado que os transferidos ficassem menos de um ano detidos. Portanto, a solução era que, em relação aos “indivíduos” não condenados, seu tempo de reclusão passasse a ser de prazo superior a um ano para que fosse compensatório.

Mesmo com apenas algumas alterações, o arranjo final em relação à duplicidade de atribuições de ambas as secretarias sobre o Instituto e a possibilidade da 3ª sessão permitir ilegalidades, temas criticados por Marrey Junior, o ponto foi defendido pelo relator Cyrillo Junior:

Esse dispositivo, a meu ver, não sanciona o puro arbítrio da autoridade policial porque condiciona a execução das medidas que regra à legislação em vigor. O recolhimento ali mencionado, dando-se em tais condições, não resulta do arbítrio, e sim das leis existentes. Relativamente à duplicidade de atribuições administrativas da Secretaria da Segurança Pública e da Secretaria da Justiça [...] de modo que a Secretaria da Segurança Pública, entre outras atribuições, tem nitidamente definida essa que aí está e que lhe não pode ser retirada¹⁶⁸⁸.

Ou seja, um dispositivo que permite o arbítrio não pode ser considerado arbitrário se for previsto em lei, daí sua legalidade permanece, mesmo sob salvaguardas constitucionais em relação aos direitos individuais e políticos que coexistiam junto a dispositivos que permitem a exceção. O regulamento do ICIA era um decreto espelhado nas práticas que já ocorriam no Presídio Político, incluindo a quarta secção autônoma criada do “Educandário Ilha Anchieta” - com exceção que os “presidiários condenados” eram a minoria naquela época. Talvez não sem propósito, dois anos antes, o diretor major Zanani, ao refazer totalmente o anteprojeto enviado para sua apreciação, disse que agora apresentava “as diretrizes que se prestam ao presente e atendem o futuro, pois que, tudo o que diz neste Regulamento é o que vem sendo executado com reais resultados”¹⁶⁸⁹.

Tudo isso nos mostra que a lógica para se pensar o ICIA, instituição quer perdurou até 1953 e cujo maior tempo de existência foi sob a vigência de regimes “democráticos”, não

¹⁶⁸⁷ *Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, v. 4, 2º sem., dez., 1942, p. 702.

¹⁶⁸⁸ *Revista Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, v. 4, 2º sem., dez., 1942, p. 700.

¹⁶⁸⁹ *Ofício n.º 360/40*, 05-12-1940, do diretor major João Candido para o chefe do GI, Augusto Gonzaga, PEIA.

foi a da vanguarda democrática e de respeito aos direitos constitucionais, apagando o histórico de onze anos enquanto Presídio Político, deixando-o de ser três anos antes da anistia política concedida pelo ditador Getúlio Vargas em 1945. Olhando de tal posição, pode-se mesmo estranhar esses aparentes paradoxos. Mas ao reconstruirmos a história é perceptível que, ao contrário, a lógica que sustentava o ICIA era a de possibilitar a permanência de dispositivos de exceção para serem administrados pela Polícia Civil e pela Secretaria da Segurança Pública naquele tempo presente e no futuro. Após onze anos de operação sem um regulamento, temos um anteprojeto escrito por um major; uma obra de reformas de expansão projetadas por um tenente-coronel e por um engenheiro militar tcheco; uma concepção de estrutura e diretrizes que foram gestadas durante o governo ditatorial e intervencionista e, ainda, durante a 2ª Guerra Mundial, momento em que mais de 30 campos de concentração foram criados em diversos estados brasileiros (PERAZZO, 2009). Se durante a administração de Newton Santos (1931-1935) a população não passou de 150 brasileiros e imigrantes lá encarcerados, em 1942 ela era de 400 e praticamente ainda com as mesmas estruturas e os pavilhões sem os anexos que deram o cenário posterior do ICIA – lembrando que na rebelião de 1952, lá estavam internados 453 indivíduos.

Figura 104 - Após as expansões na década de 1940, a Colônia Agrícola da Ilha Anchieta, 1953



Fonte: VIANNA, 1986, p. 14.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DOS PORCOS A ANCHIETA, ONZE ANOS EM RETROSPECTIVA

Esta Tese teve por objetivo empreender uma investigação documental sobre a Ilha Anchieta, localizada no litoral norte do estado de São Paulo, no município de Ubatuba. O recorte temporal definido foi o de 1931 a 1942, quando operou uma instituição de confinamento que possuiu distintos nomes: Presídio Político da Ilha dos Porcos (1931-1934), Colônia Correccional da Ilha Anchieta (1934-1939) e Presídio Político da Ilha Anchieta (1939-1942). Por esta ser a primeira pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais a tratar do atual Parque Estadual (PEIA) dentro do recorte temporal proposto, o objetivo principal foi reconstituir, a partir de uma multiplicidade de arquivos, acervos e suas consideráveis lacunas, os fatos que lá ocorreram, assim como aqueles ocorridos na capital São Paulo e na cidade litorânea de Santos, que influenciaram, em medidas diferentes, as variações históricas do objeto.

Imersa em contexto repleto de conflitos políticos, de antagonismos ideológicos e de crises econômicas, a ilha não esteve ilhada, pelo menos em sua posição sócio-histórica. Em seu território, a reprodução local dos choques sociais e políticos que abatiam a sitiada República e, principalmente, o estado paulista, lá aconteciam, mesmo com suas particularidades ou, ao menos, sentiam seus reflexos; muito menos esteve isolada em algum sentido funcional, visto que possuiu papel central, principalmente durante a ditadura provisória de Getúlio Vargas (1931-1934), quando foi ponto máximo na ordenação da repressão política realizada pelo Gabinete de Investigações e pelas delegacias de Ordem Política e Ordem Social. Muito menos deixou de repetir práticas que já ocorriam em outras prisões do período republicano ou mesmo monárquico.

Portanto, durante o intervalo de onze anos, o objeto esteve imerso em relações múltiplas e difusas, entranhada em diversos outros temas característicos do Brasil das décadas de 1930 e 1940: o racismo, a arbitrariedade policial, a disputa entre correntes políticas estaduais e destas, unidas, contra o governo varguista, o anticomunismo presente nos governos e instituições, a imigração, a presença do integralismo e o fascismo na política e economia nacional, a assistência social repressiva, a educação profissional voltada para a indústria e os “menores”. Distintos temas, distintas problemáticas que se interseccionam na ilha, um espaço relacional que abrangeu a todos, e que aparecerão em alguma medida, realçadas em um ou outro capítulo, trazendo à tona uma miríade de documentos produzidos pelos agentes estatais, dos mais públicos àqueles classificados como reservados e secretos.

Por onze anos, a Ilha Anchieta foi comparada aos presídios da Ilha de Fernando de Noronha e da Ilha Grande, sendo chamada também de “Clevelândia Paulista” – locais marcados pelas arbitrariedades e ilegalidades praticadas por agentes estatais, sinônimo também de incomunicabilidade, de exílio, de deportação e de “desaparecidos”. Este trabalho reforçou alguns pontos de Paulo de Sérgio Pinheiro (1991), demonstrando como por todo o período pesquisado o regime de exceção favoreceu a repressão ilegal e arbitrária de cidadãos brasileiros e imigrantes, ampliando a atuação dos aparelhos estatais sobre a sociedade, buscando também, como havia ocorrido na década de 1920, a limitação do habeas corpus, revestindo a ação arbitrária e muitas vezes criminosa da Polícia Civil, revestida de legalidade a partir de dispositivos que permitiam a exceção.

Pode ser afirmado a partir da pesquisa realizada e aqui descrita densamente que, entre 1931-1942, a Ilha Anchieta foi local central na ordenação da repressão social e na execução de medidas policiais que visavam a “profilaxia social” e “saneamento urbano” de São Paulo e Santos, que a levou a ser chamada inclusive de “válvula de escapamento”. Os documentos revelam que as dinâmicas foram planejadas e executadas de forma sistêmica pela Polícia Civil, com coordenação da chefia do Gabinete de Investigações e que englobava também aos delegados especializados, dinâmicas chanceladas pelo chefe de polícia ou pelo secretário da Segurança Pública. Ainda, foi possível observar como o Presídio e a Colônia estiveram na maior parte do tempo sob influência direta do Gabinete de Investigações, enquanto os presídios políticos da Liberdade, do Paraíso e do Belém/Maria Zélia, estavam a cargo das delegacias de Ordem Política, de Ordem Social e, por fim, da Superintendência de Ordem Política e Social (SOPS).

E em relação a repressão política é possível afirmar que durante a ditadura provisória de Getúlio Vargas (1931-1934), o então Presídio Político da Ilha dos Porcos assumiu um relevante papel no sistema repressivo, colocado permanentemente como a última ameaça de deportação não só para os “detidos correccionais”, mas também para as dezenas de militantes do Partido Comunista do Brasil e sindicalistas do estado de São Paulo, escalonando e organizando as demais instituições prisionais do estado, principalmente em relação aos presídios políticos da capital. Era a exceção máxima anunciada: em uma ilha distante a diversas horas das principais autoridades policiais e judiciais do estado, território que não era possível a entrada de advogados, familiares e as visitas dependiam das autorizações do chefe de polícia e do chefe do Gabinete de Investigações; ainda, em estado de incomunicabilidade, podiam ser encarcerados nas solitárias de então, com 2,6 m². Compreendem-se assim os casos relatados de fugas ocorridas em alto mar ou de detidos no Gabinete de Investigações que, ao saberem que

iriam para a Ilha Anchieta, ingeriam creolina para sustarem suas transferências ou tentavam a fuga da carceragem.

Com a promulgação da Constituição de 1934 e o restabelecimento de alguma ordem “democrática” e “constitucional”, as autoridades policiais continuaram a se valer da Ilha Anchieta como local privilegiado para a perpetuação de dinâmicas arbitrárias dentro da lógica de exceção na qual já vinham atuando. Quando o próprio diretor menciona o “sigilo recomendado pela policia”, demonstra o objetivo da então Colônia e os sentidos que os atores estatais imputavam a ela. Colônia, inclusive, que além de não ter tido um regulamento, nem ao menos foi criada por decreto. Como afirmou o próprio secretário da Segurança Pública,

Ha premente necessidade de dar largo impulso a essa parte da Policia preventiva. A repressão á vadiagem estava a cargo da 4ª Delegacia Auxiliar. O dec. n. de 28 de janeiro de 1931, suprimiu-a, **e de então para cá a defesa da cidade contra os vadios, os batedores de carteiras, os vigaristas e outros indesejáveis tem sido feito por processos talvez enérgicos, mas pouco liberais.** Ao assumir a Chefia de Policia, encontrei-me no seguinte dilema: ou lançar na cidade de chofre [golpe/choque repentino], com grave prejuízo para a propriedade privada, centenas de indesejáveis ou **tolerar a dispensa das formas processuais.** [...] **Não foi ainda possível regulamentar a Colonia Correccional da Ilha Anchieta,** porque, sobrevindo a necessidade de uma sindicância sobre irregularidades que se dizem cometidas naquele presidio, achei prudente aguardar os resultados dela (grifo meu).¹⁶⁹⁰

Ou seja, no limite, por mais que as autoridades a chamassem de Colônia entre 1934-1939 e houvesse publicações no Diário Oficial e papeis timbrados com essa denominação, ela legalmente nunca existiu porque nunca foi providenciada sua criação, tal como ordenou o Decreto n.º 6.245/1933, posição sustentada também em 1941 por outro secretário da Segurança Pública, Acácio Nogueira.

E enquanto isso, centenas de “detidos correccionais”, oriundos das “prisões policiais”, apelidados cinicamente pelo diretor Newton Santos e pelo delegado regional Pedro de Alcantara como “trabalhadores”, brasileiros e imigrantes compuseram “levas” remetidas para realizarem trabalhos forçados enquanto conviviam com a carestia, muitas vezes absoluta, de alimentação, medicamentos e vestuário. Situação também, como mostram os documentos, de sérias privações para os funcionários, os militares e seus familiares que também trabalhavam, moravam e dependiam da assistência do Estado, sendo corriqueiro também as diversas enfermidades que também os acometiam.

Além de um corpo de segurança mal remunerado e também se sentindo “exilado” e com poucas recompensas pelo trabalho que realizavam e em péssimas condições, advindas dos problemas de iluminação e de efetivo insuficiente para controle das “turmas”, passou a ser

¹⁶⁹⁰ *Relatório de Mário Guimarães para o Interventor Federal, 22-03-1934, em DOSP, 03-04-1934, n.º 74, p. 1.*

frequente, a partir de 1935, que militares da Força Pública fichados como integralistas ou simpatizantes passassem a ser destacados na Ilha Anchieta. Isso não só desencadeou uma ação muito particular em dezembro de 1937, quando o tenente comandante do destacamento, Hely Câmara deu um golpe na instituição, detendo quase todo o corpo administrativo, mas também foi o início de uma série de depoimentos que relacionam diversas práticas de torturas e violências, não só observadas em depoimentos de quem lá esteve encarcerado, de funcionários e de um padre, mas materializada também na resposta que vitimou uma das principais referências responsável por todo o acúmulo dessa violência no cotidiano: o sargento reformado e integralista Portugal de Souza Pacheco, que em 1938 já estava na Ilha e, mesmo após ser reformado, lá continuou como vigilante-chefe e chefe de disciplina até 1952, quando foi um dos mortos na rebelião de 20 de junho.

Com a Força Pública assumindo a direção da Ilha em 1940, os pavilhões, que já estavam “superlotadíssimos”, teve sua população encarcerada aumentada ainda mais para suprir a mão de obra nas diversas oficinas que, em um único ano, chegaram à marca de 1 milhão de tijolos produzidos e 2 milhões de pães. Assim, o Presídio Político da Ilha Anchieta, no período entre 1939 e 1942, foi cenário para um número significativo de mortes identificadas, mesmo com uma inspeção do Departamento de Saúde sendo realizada no momento do pico desses óbitos, atestando o inspetor que, a respeito da saúde dos “presidiarios levo a melhor impressão possível”. Talvez as mortes tenham acelerado o processo de transformação do Presídio em Instituto Correccional (ICIA), lembrando que para o ano de 1941 não houve nenhum documento preservado, o que levanta outros questionamentos. Entretanto, é possível dizer que a nova instituição, que dali a dez anos passaria por uma grande “rebelião”, foi gestada para garantir que ali ainda fosse um território de exceção para aqueles “indivíduos sujeitos à prisão simples”.

Não por a caso, no pós-guerra, o ICIA recebeu quase duas centenas de japoneses (MORAIS, 2000; OKUHARA, 2012; HORTA, 2013), alguns lituanos (ZEN, 2005), mas também alguns portugueses, alemães e italianos comunistas – já identificados. Portanto, seria oportuna uma pesquisa que levasse em conta o Instituto Correccional da Ilha Anchieta no período de 1942-1952, consultando o acervo do PEIA. Por englobar não apenas o período ditatorial e sua operação durante a guerra, provavelmente permitirá resgatar o processo que envolveu as obras de expansão com tamanha ingerência militar no projeto de reforma e sua execução, assim como o contexto próprio do governo Dutra, do confronto ideológico no pós-guerra e como as dinâmicas cotidianas, moldadas durante o Presídio Político e na “Era Vargas”, foram se desenvolvendo até o momento da “rebelião” de 1952, permitindo releituras de trabalhos já realizados sobre o evento (HORTA, 2013; SALLA, 2015; FERREIRA, 2016).

Comparada a uma “válvula de escapamento” e reconhecida pelas autoridades como um território de “tradição de depósito”, a Ilha Anchieta já era naquele momento o local “esquecido”, “exilado”, “afastado” que recepcionou militares, funcionários públicos, brasileiros e imigrantes arbitrariamente detidos, inserindo-os em uma dinâmica de carestias diversas, enfermidades, violências e mortes. O esquecimento e o apagamento dessa memória não podiam mais permanecer, a ponto de ainda hoje pesquisadores e pessoas interessadas na história do Parque Estadual acreditarem, informados por documentos bastante parciais, que na década de 1930 e 1940 aquela instituição não teve papel relevante na história estadual e nacional. Evidentemente, esta tese buscou fornecer argumentos substantivos no sentido de que a Ilha Anchieta, nos anos aqui analisados, cumpriu um papel relevante na gestão e reforço de uma cultura institucional policial (e por vezes sob a conivência judicial) que, embora legitimada como zelosa da segurança pública e da profilaxia social, era, de fato, visceralmente tolerante ao arbítrio e à violência exercidos sobre os detidos – presos políticos ou não - e marginalizados na sociedade paulista, e que supostamente se estenderá ainda por mais uma década, culminando na grande rebelião de 1952 e, três anos depois, na extinção definitiva do presídio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the State. **Journal of Historical Sociology**, v. 1, n.º 1, p. 58-89, 1988.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBORNOZ, Martín; GALEANO, Diego. Anarquistas y policías em el atlântico sudamericano: uma red transnacional, 1890-1910. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, 3ª serie, n.º 47, p. 101-134, 2017.

_____. Los agitadores móviles: trayectorias anarquistas y vigilâncias portuárias em el Atlântico sudamericano, 1894-1908. **Almanack**, Guarulhos, n.º 21, p. 310-357, 2019.

ALMEIDA, Antonio Paulino. Memória histórica de Cananéia (XII). **Revista História**, USP, p. 229-255, 1968.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Brasileiros na guerra civil espanhola: combatentes na luta contra o fascismo. **Revista de Sociologia e Política**, n.º 12, p. 35-66, jun. 1999.

ALVES, Eliane Bisan. **Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo**: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS (1930-1945). Coleção Histórias da Repressão e da Resistência, 3. CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2006.

AMARAL, Ana Luiza de Castro. **Ilha Anchieta**: de Colônia Correccional a Parque Estadual. Monografia (Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2011.

_____. **O Levante que parou uma Ilha**: memória do Instituto Correccional da Ilha Anchieta e Ações dos Filhos da Ilha. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2017.

AMARAL, Claudio do Prado. Prisões desativadas, museus e memória carcerária. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.º 113, p. 289-334, jul./dez., 2016.

AMARAL, Thatiana. **A Imprensa do PCB editada no exílio**: informação, identidade e militância. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

ANDRADE, Danusa Santana. In: **Bibliografia: história da mídia e da imprensa**. NAVARRO, Luciane Pereira (org.). Ponta Grossa/PR: Atena Editora, p. 74-84, 2019.

ANDRÉA, Júlio. **A Marinha Brasileira**: florões de glórias e de epopéias memoráveis. Rio de Janeiro, SDGM, 1955.

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. **O risco das idéias**: intelectuais e a Polícia Política (1930-1945). Coleção História da Repressão e da Resistência, 1; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2006.

ANTIELLI, Felipe; TRAMONTANO, Marcelo. Café e modernização em São Paulo: verticalização da cidade no começo do século XX. **Cadernos PROARQ**, n.º 16, p. 71-82, 2011.

ANTONACI, Giovana de Abreu. **Os presos comunistas nos cárceres da Ilha Grande (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2014.

AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio V. L.; SWENSSON Jr., Walter C. **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.

AQUINO, Rosivânia de Castro. **O corpo que me aprisiona: Arqueologia das corporalidades no mundo prisional da Ilha Anchieta (1942-1960)**. Qualificação (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2020.

ARAÚJO, Lucimar Almeida de; MATTOS, Marco Aurélio V. L.; NETO, Orion Barreto R. K.; SWENSSON Jr., Walter C.. O Acervo DEOPS/SP. In: **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortos no maior hospício do Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARENDRT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. As sociedades de damas atiradoras: pelos caminhos da prática do tiro ao alvo em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. **Rev. Educ. Fis/UEM**, v. 24, n. 4, p. 567-580, 2013.

BARBOSA, Alexandre Freitas. O mercado de trabalho antes de 1930: emprego e “desemprego” na cidade de São Paulo. **Novos Estudos – CEBRAP**, n.º 80, p. 91-106, 2008.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. A lei brasileira de refúgio: sua história. In: **Refugio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. BARRETO, L. P. T. F. (org.). Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça. p. 12-21, 2010.

BARTZ, Frederico Duarte. Partido Comunista do Brasil (1919): lutas, divergências e esquecimentos. **Aedos**, vol. 2, n.º 4, 2009.

BATTIBUGLI, Thaís. **A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: EdUSP, 2004.

BEIL, Johannes. **In Urwald und Großstadt Brasiliens: Ein Menschenleben im Dienst der Seelsorge und der sozialen Entwicklung**. São Paulo, Aalen Eigenverlag des Verfassers, 1967.

BENEVIDES, Maria Victoria. O velho PTB paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo -1945/1964). **Lua Nova**, São Paulo, n.º 17, p. 133-161, 1989.

BERTONHA, João Fábio. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Coleção História 40. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.

BESSA, Márcia; FILHO, Oliveira Wilson; RIBEIRO, Leila. Do cinema de rua ao cinema ao vivo: a memória do Cine Odeon entre a tradição e a experimentação audiovisuais. In: **Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu/MG, outubro, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. 34ª Sessão, em 26 de dezembro de 1933. In: **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte**: organizados pela redação dos annaes e documentos parlamentares. Vol. 5, 23-12-33 a 11-1-34, p. 51-104. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

_____. Mensagem eletrônica n.º 381/2016 – SIC/DIREX/PF. Serviço de Informação ao Cidadão, MJC-Polícia Federal, 18 de novembro de 2016. Disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/516964/RESPOSTA_PEDIDO_E-MAIL%20381%2008850003264201691%20DARM.pdf>. Acesso em 02 abr. 2020.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Na Boca do Sertão**: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945). Coleção Inventário DEOPS, Módulo VIII – Geopolítica do controle; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

CAMARGO, Áureo de Almeida. Roteiro de 32. **Revista de História**, Universidade de São Paulo, v. 45, n.º 91, p. 203-260, 1972.

CAMPOS, Diego Araujo. **Direito internacional**: público, privado e comercial. CAMPOS, D. A. C.; TÁVORA, F. (org.). São Paulo: Saraiva, 2014.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. Eugenistas e culturalistas no estudo das religiões afro-brasileiras em Pernambuco. **Paralellus, UNICAP**, Recife-PE, v. 8, n. 17, p. 153-171, dez. 2017.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. Brasília: Editora UnB, 1994.

_____. In: **Repensando o Estado Novo**. (PANDOLFI, Dulce (org.)). Fundação Getúlio Vargas, p. 309-326, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: **Repensando o Estado Novo**. PANDOLFI, Dulce (org.)). Fundação Getúlio Vargas, p. 327-340, 1999.

_____. **Livros proibidos, ideias malditas**: o DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; Fapesp, 2002.

_____. Imprensa irreverente, tipos subversivos. In: **A Imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)**. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (org.)). São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Arquivo do Estado, p. 19-61, 2003.

_____. Os arquivos da polícia política brasileira: intolerância, repressão e resistência. In: **Os presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. VIANNA, M. A. G.; SILVA, E. S.; GONÇALVES, L. P. (org.). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, p. 13-32, 2014.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **A Imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)**. São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Arquivo do Estado, 2003.

CARRERI, Marcio Luiz. **O Socialismo de Oswald de Andrade: cultura, política e tensões na modernidade de São Paulo na década de 1930**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia as Letras, 1987.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. Dom Francisco de Souza e o início do impulso bandeirante. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, Conferências Comemorativas do IV Centenário da fundação de São Vicente (1532-1932), v. 29, São Paulo, p. 245-528, 1932.

_____. **Bandeiras e bandeirantes de São Paulo**. Serie 5ª, Brasiliana, vol. 181. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940.

CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. **Artesãos da subversão: os trabalhadores gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2010.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. O Homem Livre: um jornal a serviço da liberdade (1933-1934). **Cadernos AEL**, v. 12, n.º 22/23, p. 59-77, 9 set. 2010.

CEDEM. Guia do Acervo. MORAES, Sandra (org.) 2ª ed. São Paulo: CedeM (Centro de Educação e Memória)/UNESP, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. POUPART, Jean *et al.* 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-316.

CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CHASTAN, Lita. **Ilha Anchieta: São Paulo – Litoral Norte**. São Paulo: Editora do Escritor, 1978.

CHAVES, Alexandre da Silva. **Presença pentecostal numa sociedade de transição rural-urbana: a Igreja Pentecostal Chegada de Cristo e Curas Divinas: estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo-SP, 2011.

CHAVES, Marcelo Antonio. **Perus dos operários na construção de São Paulo (1925-1945)**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2012.

_____. **A trajetória do Departamento Estadual do Trabalho e mediação das relações de trabalho (1911-1937)**: elementos para formação do Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2012.

COCICOV, Jorge. **Castigo e morte**: búlgaros e gagaúzos bessarabianos na Ilha Anchieta. Ribeirão Preto: Husky Comunicação Visual, 2017.

CONCEIÇÃO, Carla Fernandes da. **Configuração das elites política e econômica em São Carlos-SP, 1873 a 1904**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2015.

COSENZA, Apoená Canuto. **Um partido, duas táticas**: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2012.

COSTA, Bruno Santos Marones Costa. Profilaxia social: o combate aos “indesejáveis” através da discursividade católica pernambucana. **Anais do V Encontro Nordestino de História; V Encontro Estadual de História**, Associação Nacional de História (ANPUH), Núcleo Regional de Pernambuco, UFPE, Recife, out/2004.

COSTA, Lucas Florêncio. **Um Sabbado em Itaquera**: a trajetória do industrial Sabbado D’Angelo e suas relações com a cidade de São Paulo. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos/SP, 2015.

CRUZ, Fábio Lucas da. A História e as memórias do exílio brasileiro. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.º 20, p. 115-137, 2012.

DEVECCHI, Alejandra Maria. **Reformar não é construir**: a reabilitação de edifícios verticais: novas formas de morar em São Paulo no século XXI. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais e Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

DIAS, Benedito Nunes. **Motim da Ilha**. São Paulo: Soma, 1984.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical?** O partido nazista no Brasil. Tese [Doutorado em História Social]. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

DIETRICH, Ana Maria; ALVES, Eliane Bisan; PERAZZO, Ferreira Priscila. **Alemanha**. Coleção Inventário DEOPS, Módulo I; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, Universidade de São Paulo, Instituto Goethe, 1997.

DROGUETT, Juan & FONSECA, Jorge Otávio. **Ubatuba**: espaço, memória e cultura. São Paulo: Arte e Ciência, 2005.

DUARTE, Paulo. Ilha Anchieta, uma burla sórdida. **Revista Anhembi**, São Paulo, 1952.

DUTENKEFER, Eduardo. Mapa topográfico do Sara Brasil (1930) sobreposto às imagens atuais de satélite do Google Earth. In: *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 19, n.º 1, p. 156-159, 2015.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Todas as cores da repressão: os “camisas-verdes” e as perseguições políticas durante a Era Vargas. In: **Os presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. VIANNA, M. A. G.; SILVA, E. S.; GONÇALVES, L. P. (org.). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, p. 159-178, 2014.

FANTIN, Jader Tadeu. **Os japoneses no bairro da Liberdade-SP na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos-SP, 2013.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. especial, p. 115-122, 2015.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FEIBER, Cristina Gabriela. O Partido Comunista Brasileiro de 1922: seus antecedentes e sua formação. In: **Revista Latino-Americana de História**, vol. 1, n.º 3, p. 276-286, 2012.

FERRARO, Alceu Ravanello. A trajetória das taxas de alfabetização no Brasil nas décadas de 1990 e 2000. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n.º 117, p. 989-1013, 2011.

FERREIRA, Dirceu Franco. **Rebelião e reforma em São Paulo: aspectos socioeconômicos e desdobramentos políticos da primeira fuga em massa de um presídio brasileiro (Ilha Anchieta, 1952)**. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo-SP, Universidade de São Paulo, 2016.

_____. Produção da delinquência e rebelião: a fuga de presos da Ilha Anchieta em 1952. **Revista de História**, n.º 177, Departamento de História, FFLCH-USP, São Paulo, 2018.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. **O Serviço Reservado na Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca-SP, 2000

_____. **O DEOPS/SP na Era Vargas: modernização institucional e práticas tradicionais de atuação policial no controle e na repressão sobre o movimento operário**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara-SP, 2007.

_____. O DEOPS/SP na Era Vargas: crescimento institucional, administração burocrática e práticas tradicionais de atuação policial. **Aurora**, v. 5, n.º 7, 124-139, 2011.

_____. A grande repressão de 1932 em São Paulo. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n.º 8, p. 291-316, 2012

_____. A repressão política e a corrupção policial: os “acertos e demais achaques nas dependências do DEOPS/SP na Era Vargas”. **Aurora**, v. 7, n.º 20, p. 7-17, 2014.

FORNO, Rodrigo Dal. A revolta tenentista de 1924 e a participação da Aliança Libertadora no Rio Grande do Sul. **RIHGRGS**, Porto Alegre, n.º 153, p. 157-174, dezembro de 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

_____. **Arqueologia do saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRACCARO, Glaucia Cristina Canadian. **Os direitos das mulheres: organização e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2016.

FRANCO, Augelani Maria Parada. **Ilha Anchieta: memórias de um Herói Relegado**. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2001.

FROTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)**. Tese (Doutorado em História Cultural), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2003.

GERALDO, Endrica. A “Lei de Cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 15, n.º 27, p. 175-207, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, p. 143-179, 2009.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo-SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

_____. O Estado Novo: fim da Ação Integralista Brasileira e a prisão de Plínio Salgado. In: **Os presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. VIANNA, M. A. G.; SILVA, E. S.; GONÇALVES, L. P. (org.). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, p. 129-158, 2014.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOTLIB, Nádya Battella. **Tarsila do Amaral, a modernista**. São Paulo: Editora Senac, 1998.

GUILLAUMON, J. R.; MARCONDES, M. A. P.; NEGREIROS, O. C.; MOTA, I. S.; EMMERICH, W.; BARBOSA, A. F.; BRANCO, I. H. D. C.; CAMARA, J. J. C.; OSTINI, S.; PEREIRA, R.T. L.; SCORVO-FILHO, J. D.; SHIMOMICHI, P. Y.; SILVA, D. A.; MELONETO, J. E. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Anchieta**. Instituto Florestal – Série Registros, São Paulo, 1989.

GUIMARÃES, Laís de Barros Monteiro. **Liberdade**. Monografia. Departamento do Patrimônio Histórico/Divisão do Arquivo Histórico, v. 16, São Paulo: Gráfica Municipal de São Paulo, 1979.

GUISARD FILHO, Félix. **Ubatuba**. Ilustrações de Paulo Camilher Florençano. Coleção Achegas à história do litoral paulista, vol.1. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo: Gráfica Paulista, 1940.

HARVEY, James Martim. Francisco de Assis Carvalho Franco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 62, São Paulo: Gráfica Bentivegna, p. 147-155, 1966.

HORTA, Filipe Moreno. **Ordenação, disciplina e punição militar**: a ausência da vigilância e a presença de um suplício no Instituto Correccional da Ilha Anchieta (1942-1953). Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). São Carlos-SP, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

_____. **Dia de rebelião**: as margens do Estado no cotidiano civil-prisional da Ilha Anchieta (1942-1955). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro-RJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

KIMURA, Rosangela. Japoneses na Era Vargas: o tom destoante no projeto de nação brasileira. In: **Os presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. VIANNA, M. A. G.; SILVA, E. S.; GONÇALVES, L. P. (org.). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, p. 229-243, 2014.

LEAL, João Maurício Buckingham Noronha Falleiros. **Herança mercantil e concentração industrial em São Paulo (1888-1930)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

LEITE, Larissa. **O Devido Processo Legal para o refúgio no Brasil**. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LOVATO, Amilton. **Adhemar**: fé em Deus e pé na tábua. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

LUIZ, Juliana Ramos. **Da lei de banimento**: conceito, fundamentos e repercussões frente aos direitos humanos. Monografia (Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2008.

_____. Brasil: Deixe-o: considerações acerca do instituto do banimento político e sua aplicação na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1969-1979). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH**, São Paulo, 2011.

MAGALHÃES, Fernanda Torres. **O suspeito através das lentes**: o DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945). Coleção Histórias da Repressão e da Resistência, 4; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2008.

MARQUES, Alexandre Kohlrausch. **“A questão ítalo-abissínia”**: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2008.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. Estado de exceção e mudança (in)constitucional no Brasil (1935-1937). **História Constitucional**, n. 14, p. 353-386, 2013.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O exílio e as transformações de repertórios de ação coletiva: a esquerda brasileira no Chile e na França 1968-1978). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol., 60, n.º 1, p. 239-279, 2017.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **A civilização do delegado**: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930. São Paulo: Alameda, 2014.

MASSARÃO, Leila et al. **Aspectos da administração pública municipal**: galeria dos prefeitos. Fundação Pró-Memória de São Carlos, Prefeitura Municipal de São Carlos. 3ª ed., São Carlos-SP, 2015.

MASSERAN, Paulo Roberto. **Diálogo atrevido entre a pedra e o tijolo, ou popular e nacional na arquitetura brasileira, por Luiz Saia e Mário de Andrade**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2011.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Santos: porto, deslocamentos e representações. **Revista Porto**, n.º 2, p. 93-115, 2012.

_____. Entre suspeitos, perseguidos e expulsos: São Paulo, 1934-1940. In: **Os presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. VIANNA, M. A. G.; SILVA, E. S.; GONÇALVES, L. P. (org.). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, p. 49-68, 2014.

_____. Santos-Porto-Cidade: modernização, saneamento e viagem. **Tempos Históricos**, v. 20, 1º semestre, p. 81-104, 2016.

MATOS, Maria Izilda Santos de; CARMO, Bruno Bertoloto do. Do porto febril à cidade saneada: ações, representações e narrativas – Santos (1860-1930). In: **Santos na modernidade capitalista (1870-1930)**: novas abordagens e releituras de velhas fontes. FARIA, L. H. P.; FARNCO, M. A. (orgs.). São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

MELLO, Gisele Homem de. **Expansão e estrutura urbana de Santos (SP)**: aspectos da periferização, da deterioração, da intervenção urbana, da verticalização e da sociabilidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2008.

MELO, Edilberto de Oliveira. O levante da Ilha Anchieta. In: **O salto na Amazônia**: e outras narrativas. São Paulo: Polícia Militar, 1979.

MENDES, Ricardo. **S.A.R.A. Brasil: restituindo o Mapa Topográfico do Município de São Paulo**. In: Informativo Arquivo Histórico de São Paulo, ano 10, n.º 37, dez. 2014.

MONTEIRO, Luciano. **Para uma ciência da brasilidade**: a institucionalização da pesquisa folclórica e etnográfica no Departamento de Cultura em São Paulo (1935-1938). Dissertação (Mestrado em História das Ciências). Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro/RJ, 2014.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene. **Escolas profissionais públicas no Estado de São Paulo: uma história em imagens: álbum fotográfico**. Centro Paula Souza. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2002.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NEVES, Julia Pavesi Liad das. **A Ilha Anchieta e a Educação**. Casa do Novo Autor, 2014.

NOGUEIRA, Guaracy de Castro. Costume entre os Camargos, paulistas. **Revista da ASBRAP**, n.º 6, p. 239-258, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

OLIVEIRA, Joana D'Arc de. **Olhares invisíveis: a arquitetura e poder na Fazenda São Roberto**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos-SP, 2008.

OLIVEIRA, Samuel Messias de. **Ilha Anchieta: rebelião, fatos e lendas**. 1ª ed. Taubaté: Rubens Artes Gráficas, 2001.

_____. **O prisioneiro do Pavilhão 6**. São Benedito: Pindamonhangaba, 2005.

OKUHARA, Mario Jun. **Yami no Ichinichi: o crime que abalou a Colônia Japonesa no Brasil**. Documentário, 1h22min, 2012.

PANAZZOLO, Vinícius. **Ilha Anchieta, o Alcatraz brasileiro! A rebelião penitenciária de 1952**. Monografia (Licenciatura em História). Taubaté-SP, Universidade de Taubaté, 2002.

PARRA, Lucia Silva. **Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)**. Coleção Inventário DEOPS, Módulo VII – Anarquistas; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PASQUANTONIO, Marcos. **Em nome da ordem, cotidiano, luta e rebelião na Ilha Anchieta (1940-1952)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo-SP, Pontifícia Universidade Católica, 2002.

PEDROSO, Regina Célia. **Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras**. Coleção Teses e Monografias, v. 5. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. **Estado autoritário e ideologia policial**. Coleção Histórias da Intolerância, 6 – Intolerância Étnica & Intolerância Política; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2005.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiros da guerra: os “súditos do Eixo nos campos de concentração brasileiras (1942-1945)**. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2009.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935). 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINTO, Teixeira José. **Um inferno no paraíso**: presídio da Ilha Anchieta. (Manuscrito), 1964.

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **Intelectuais fronteiriços**: Lídia Besouchet e Newton Freitas: exílio, engajamento político e mediações culturais entre o Brasil e a Argentina (1938-1950). Paco, 2019.

RIBEIRO, Denise Felipe. O exílio das esquerdas pré-1964: a anistia e os "indesejáveis". **Angelus Novus**, ano 7, n.º 2, p. 117-130, 2016.

ROBIM, Maria de Jesus. **Análise das características do uso recreativo do Parque Estadual da Ilha Anchieta**: uma contribuição ao manejo. Tese (Doutorado em Ecologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 1999.

ROBIM, M. J.; VILAR, D. D.; FONSECA, F. P.; COCCO, M. D. A. Caminhos para a conservação do patrimônio cultural em unidades de conservação: o caso do Parque Estadual da Ilha Anchieta. **OLAM Ciência & Tecnologia** - Rio Claro-SP, Brasil, ano VIII, v. 8, n.º 2, p. 104-130, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. Entre raízes e radares, o exílio brasileiro (1964-1979). In: **Anais XI Jornadas Interdescolas/Departamentos de Historia**, Tucumã/ARG, p. 1-21, setembro 2007.

ROMANI, Carlo. Italianos, antifascismo e perseguição política na Era Vargas (1930-1937). In: **Os presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. VIANNA, M. A. G.; SILVA, E. S.; GONÇALVES, L. P. (org.). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, p. 89-110, 2014.

RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no Século XX. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, n.º 1, p. 91-123, 2010.

ROSA, Cristina Souza da. Pequenos soldados do Fascismo: a educação militar durante o governo de Mussolini. **Antíteses**, vol. 2, n.º 4, jul.-dez., p. 621-648, 2009.

ROSEMBERG, Andre; SOUZA, Luiz Antonio F. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. **Patrimônio e Memória**, v. 5 n.º 2, p. 159-173, 2009.

SAES, Alexandre Macchione; ROSA, Elton Rodrigo. Mercado pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920). **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 745-772, Dec. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612013000400005>.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2006.

_____. Rebelião na Ilha Anchieta em 1952 e a primeira grande crise na segurança pública paulista. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 8, n. 4 out/nov/dez, p. 633-658, 2015.

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. **Os trabalhadores da Light São Paulo, 1900-1935**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2009.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Os porões da República**: a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAVIAN, Elonir José. **Legalidade e revolução**: Rondon combate tenentistas nos setões do Paraná (1924/1928). Curitiba/PR: edição do autor, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 6ª reimpressão [2005], 1993.

_____. Espetáculo da miscigenação. **Estudos avançados**, 8, 20, p. 137-152, 1994.

SILVA, Ary da. **Quando as colunas alçavam ao céu**. Piracicaba. 1981.

SILVA, Emiliana Andréo da. **O despertar do campo**: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo. Coleção Inventário DEOPS, Módulo VIII – Geopolítica do controle; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões**: da Barcelona a Moscou brasileira: trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 2000.

SILVA, Ítala Byanca Morais da. A Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969). **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, PUC-SP, n.º 41, p. 599-614, 2010.

SOUSA, Caroline Santos. **“Para que o Brasil continue”**: memória e história de um grupo derrotado na política nacional (1933-1945). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2016.

SOUZA, Artur Brito Gueiros. Controvérsias em torno do asilo, refúgio, crime político e o direito de extradição. **Revista Eletrônica de Direito Penal AIDP-GB**, ano 2, vol. 2, n.º 2, p. 77-100, 2014.

SOUZA, Isamara Izepe de. **Solidariedade internacional**: a comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a polícia política diante da guerra civil da Espanha (1936-1946). Coleção Histórias da Intolerância, 5 – Intolerância Étnica & Intolerância Política; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2005.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Lei, cotidiano e cidade**: Polícia Civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930). São Paulo: IBCCRIM, 2009.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. **O porto vermelho**: maré revolucionária (1930-1951). Coleção Inventário DEOPS, Módulo VI – Comunistas; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

_____. **A “Moscouzinha” brasileira: cenários e personagens do cotidiano operário de Santos (1930-1954).** Coleção Histórias da Repressão e da Resistência, 6 – Intolerância Étnica & Intolerância Política; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando; MARINHO, Maria Gabriela Martins da Cunha. Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: mecanismos de controle no firmamento da República. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 58, p. 381-400, maio-agosto 2016.

TEIXEIRA, Eduardo Perez. **A Coluna Prestes vista por O Paíz e o Correio da Manhã (1924-1927).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2018.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A capital da vertigem: uma história de São Paulo de 1900 a 1954.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

TOMAZ, Luiz Carlos T. Silva. **A liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército, na Era Vargas.** Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

TRUZZI, Oswaldo M. S. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950).** São Paulo: Editora Unesp, 2016.

VALENTINI, Luísa. **Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938).** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2010.

VALLADARES, Lícia do Prado. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 44, v. 15, p. 5-34, 2000.

_____. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VIANNA, Paulo. **A Ilha Anchieta e eu.** São Paulo: Vega Lux, 1986.

_____. **O Levante da Ilha Anchieta... e algo mais.** Taubaté: Gráfica Minerva, 1987.

VILLA, Simone Barbosa. Um breve olhar sobre os apartamentos de Rino Levi: Produção imobiliária, inovação e a promoção modernista de edifícios coletivos verticalizados na cidade de São Paulo. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 120.07, Vitruvius, jun. 2010 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3437>>. Acesso em 01 abr. 2020.

VOGEL, Arno; FERREIRA, Regiane. A tragédia da Piedade: o grande drama da República. **Anuário Antropológico/2014**, Brasília, UnB, v. 40, n.º 1, p. 165-201, 2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva.** Brasília: Editora UnB, 2015.

WERLE, André Carlos. **O reino jesuítico germânico nas margens do Rio Uruguai**: aspectos da formação da Colônia Porto Novo (Itapiranga). Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2001.

WIZOVSKI, Taciana. **Bolchevismo e judaísmo**: a comunidade judaica sob o olhar do DEOPS. Coleção Inventário DEOPS, Módulo VI – Comunistas; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

ZANIRATO, Silvia Helena. São Paulo 1930/1940: novos atores urbanos e a normatização social. **História Social**, n.º 7, p. 241-264, 2000.

ZEN, Erick Rei Godliauskas. **O germe da revolução**: a comunidade lituana sob vigilância do DEOPS (1924-1950). Coleção Inventário DEOPS, Módulo VI – Comunistas; CARNEIRO, M. L. T. (Org.). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

ANEXO A – DETALHANDO O LIVRO DE REGISTROS (1933)

- Nacionalidade e naturalidade:

Tabela 46 - Livro de registros (1933) - Nacionalidade

NACIONALIDADE	%	TOTAL
brasileiro	66,12%	203
não informado	21,50%	66
estrangeiro	11,73%	36
ilegível	0,65%	2
TOTAL	100,00%	307

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do livro de registros (PEIA).

Tabela 47 - Livro de registros (1933) - Países

PAÍS	%	TOTAL
Portugal	41,67%	15
Hespanha	27,78%	10
Argentina	8,33%	3
Italia	8,33%	3
Estados Unidos	2,78%	1
Lituania	2,78%	1
Polónia	2,78%	1
Russia	2,78%	1
Uruguay	2,78%	1
Turquia	0,00%	0
TOTAL	100,00%	36

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do livro de registros (PEIA).

Tabela 48 - Livro de registros (1933) - Estados nacionais

ESTADO	%	TOTAL
São Paulo	40,39%	82
"Brasileiro"	17,24%	35
Minas Geraes	9,36%	19
Rio de Janeiro e DF	7,88%	16
Rio Grande do Sul	5,91%	12
Bahia	3,45%	7
Pernambuco	2,96%	6
Sergipe	2,46%	5
Alagôas	1,48%	3
Rio Grande do Norte	1,48%	3
Santa Catharina	1,48%	3
Ceará	0,99%	2
Goiáz	0,99%	2
Maranhão	0,99%	2
Parahyba	0,99%	2
Amazonas	0,49%	1
Maranhão	0,49%	1
Pará	0,49%	1
Paraná	0,49%	1
Espírito Santo	0,00%	0
Matto Grosso	0,00%	0
Piauí	0,00%	0
Território do Acre	0,00%	0
TOTAL	100,00%	203

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do livro de registros (PEIA).

- Idade, "Côr", estado civil, "Sabe ler e escrever?":

Tabela 49 - Livro de registros (1933) - Idade

IDADE	%	TOTAL
não informado	23,13%	71
menor 18	0,33%	1
18 a 22	23,45%	72
23 a 27	16,61%	51
28 a 32	17,59%	54
33 a 37	6,51%	20
38 a 42	4,23%	13
43 a 48	4,23%	13
acima 48	3,58%	11
ilegível	0,33%	1
TOTAL	100,00%	307

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do livro de registros (PEIA).

Tabela 50 - Livro de registros (1933) - "Côr"

"CÔR"	%	TOTAL
não informado	25,08%	77
branco	41,04%	126
moreno	11,07%	34
preto/a	13,68%	42
pardo	8,79%	27
pardo esc.	0,33%	1
TOTAL	100,00%	307

"CÔR"	%	TOTAL
branco	41,04%	126
preto/pardo/moreno	33,88%	104
não informado	25,08%	77
TOTAL	100,00%	307

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do livro de registros (PEIA).

Tabela 51 - Livro de registros (1933) - "Sabe ler e escrever?"

"SABE LER E ESCREVER?"	%	TOTAL
não informado	25,08%	77
sim	49,84%	153
não	23,78%	73
assigna	1,30%	4
TOTAL	100,00%	307

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do livro de registros (PEIA).

Tabela 52 - Livro de registros (1933) - Estado civil

ESTADO CIVIL	%	TOTAL
não informado	26,71%	82
solteiro	57,65%	177
casado	15,64%	48
TOTAL	100,00%	307

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do livro de registros (PEIA).

- Profissão:

Tabela 53 - Livro de registros (1933) - Com "profissão" ou "sem profissão"

OCUPAÇÃO	%	TOTAL
com profissão	48,53%	149
não informado	35,50%	109
sem profissão	15,96%	49
TOTAL	100,00%	307

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do livro de registros (PEIA).

Tabela 54 - Livro de registros (1933) - Lista de profissões

PROFISSÃO	%	TOTAL
Operario	13,42%	20
Commercio	11,41%	17
Pedreiro	8,05%	12
Pintor	6,71%	10
Estivador	6,04%	9
Marítimo	5,37%	8
Lavrador	4,70%	7
Jornaleiro	4,03%	6
Cosinheiro	2,68%	4
Mechânico	2,68%	4
Padeiro	2,68%	4
Serv. Pedreiro	2,68%	4
Carroceiro	2,01%	3
Foguista	2,01%	3
Alfaiate	1,34%	2
Barbeiro	1,34%	2
Eletricista	1,34%	2
Ensacador	1,34%	2
Ferrovário	1,34%	2
Fundidor	1,34%	2
Motorista	1,34%	2
Sapateiro	1,34%	2
Serralheiro	1,34%	2
Açougueiro	0,67%	1
Ajudante Chauffeur	0,67%	1
Ajudante Encanador	0,67%	1
Aprendiz torneiro	0,67%	1
Artista	0,67%	1
Chacreiro	0,67%	1
Chauffeur	0,67%	1
Empreiteiro	0,67%	1
Encanador	0,67%	1
Estudante	0,67%	1
Ferreiro	0,67%	1
Funileiro	0,67%	1
Jardineiro	0,67%	1
Jockey	0,67%	1
Ladrilheiro	0,67%	1
Lustrador	0,67%	1
Machinista	0,67%	1
Marceneiro	0,67%	1
Oleiro	0,67%	1
Tintureiro	0,67%	1
TOTAL	100,00%	149

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do livro de registros (PEIA).

- “Local delito”, “pena”, tempo na Ilha:

Tabela 55 - Livro de registros (1933) - Procedência

PROCEDÊNCIA	%	TOTAL
São Paulo	65,68%	245
Santos	20,38%	76
não informado	13,94%	52
TOTAL	100%	373

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do livro de registros (PEIA).

Tabela 56 - Livro de registros (1933) - Pena

PENA	%	TOTAL
não informado	55,50%	207
20 dias	0,27%	1
30 dias	0,27%	1
45 dias	5,63%	21
60 dias	4,29%	16
90 dias	14,48%	54
120 dias	4,02%	15
135 dias	0,27%	1
180 dias	3,49%	13
sem tempo	9,65%	36
até 2ª ordem	0,80%	3
tempo indeterminado	1,07%	4
liberdade condicional	0,27%	1
TOTAL	100,00%	373

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do livro de registros (PEIA).

Tabela 57 - Livro de registros (1933) - Tempo na Ilha

TEMPO NA ILHA	%	TOTAL
até 35 dias	7,77%	29
36 a 50 dias	6,43%	24
51 a 65 dias	8,58%	32
66 a 96 dias	20,64%	77
97 a 125 dias	14,48%	54
126 a 155 dias	21,18%	79
156 a 185 dias	11,26%	42
186 a 215 dias	5,09%	19
216 a 245 dias	0,80%	3
246 a 275 dias	0,80%	3
acima 275 dias	0,00%	0
incalculável	2,95%	11
TOTAL	100,00%	373

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do livro de registros (PEIA).